

Felisbela Lopes

# A TV das Elites

Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas (1993-2005)

A Coleção Comunicação e Sociedade é dirigida por Moisés de Lemos Martins,  
do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

A TV DAS ELITES

Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas (1993-2005)

Autora: Felisbela Lopes

Direcção gráfica e capa: António Modesto

Paginação: Menta Design

© CAMPO DAS LETRAS, EDITORES, S.A., 2007

Edifício Mota Galiza

Rua Júlio Dinis, 247, 6º, E1 4050-324 Porto

Telef.: 226080870 Fax: 226080880

Site: [www.campo-letras.pt](http://www.campo-letras.pt)

Email: [campo.letras@mail.telepac.pt](mailto:campo.letras@mail.telepac.pt)

Impressão: Papelmunde SMG, Lda. – Famalicão

1.ª edição: Julho de 2007

Depósito Legal: 262903/07

ISBN: 978-989-625-187-1

Colecção: Comunicação e Sociedade – 10

Código do livro: 1.70.010



Universidade do Minho  
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

## **A TV das Elites**



# **A TV das Elites**

**Estudo dos programas de informação semanal  
dos canais generalistas (1993-2005)**

**Felisbela Lopes**





## Agradecimentos

Somos sempre um pouco daquilo que aprendemos com quem trilhamos caminhos. Este livro reflecte uma parte da minha tese de doutoramento, orientada pelo Prof. Manuel Pinto que sempre encorajou uma investigação aprofundada, rigorosa e original. Uma palavra à equipa por si coordenada, o *Mediascópio*, com cujos membros fui partilhando algum deste trabalho.

Integrando o Departamento de Ciências da Comunicação (DCC) da Universidade do Minho (UM), o meu percurso académico foi iniciado com o Prof. Aníbal Alves, a quem estou grata pela confiança que em mim manifestou. Ao Prof. Moisés Martins, que no tempo do meu doutoramento presidiu ao Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da UM, agradeço o incentivo que sempre de si obtive. Sublinho, com alguma emoção, o ânimo que encontrei nos meus colegas do DCC. Agradeço particularmente o ambiente acolhedor que o meu colega de gabinete, Prof. Joaquim Fidalgo, me assegurou nesse período. O meu obrigada ainda à Prof. Helena Sousa, à Prof. Cristina Ponte, ao Dr. Eduardo Cintra Torres e ao Dr. Eduardo Jorge Madureira pelas sugestões de leitura.

Para reunir o material necessário a este estudo, contei com a colaboração pontual da Biblioteca Pública de Braga, do arquivo do *Público* no Porto e da empresa de medição de audiências Marktest. Elegendo a informação televisiva como objecto de estudo, este trabalho não teria sido possível sem a cooperação permanente dos canais de televisão. O meu grande agradecimento a todos os que trabalham nos arquivos da RTP, da SIC e da TVI. Por *e-mail*, por correio ou por contacto directo, os dados foram sempre chegando às minhas mãos à medida dos meus pedidos. Um agradecimento especial ao Arquivo da RTP, particularmente ao Dr. Manuel Rocha, que gentilmente me abriu todas as portas do Prior Velho, e aos vários funcionários que aí trabalham e que foram incedíveis comigo nos dias que aí passei.

O desenvolvimento dos dados empíricos foi sempre suscitando novas questões que procurei discutir com aqueles que trabalham nas redacções dos canais generalistas e foram/são responsáveis por programas de informação semanal. Ao longo deste tempo, contactei muitos jornalistas e produtores da RTP, da

SIC e da TVI, através dos mais variados meios: *e-mail*, telefone ou encontros informais. O meu “muito obrigada” pela disponibilidade para problematizarem comigo o trabalho que desenvolvem a um ritmo muito diferente daquele a que é feito um doutoramento.

A parte final da escrita da minha tese coincidiu com uma colaboração semanal com a RTPN na rubrica “Revista de Imprensa”. Encontrei aí muitos jornalistas interessados em discutir a informação televisiva e, em conversas casuais e sempre pertinentes, descobri novas pistas de reflexão e constatei, mais uma vez, o que se perde quando a academia e as redacções dos *media* trabalham isoladamente.

Sendo tão insistente com os meus alunos na promoção da qualidade da escrita, persegue-me sempre o receio das gralhas naquilo que escrevo. O Dr. Aurélio Moreira, com grande dedicação e competência, foi imprescindível para subtrair ruído a este texto. Também devo um agradecimento ao meu colega Dr. Alberto Sá, que resolveu inúmeros problemas informáticos.

Em viagens constantes entre Braga e Lisboa ou em frente ao ecrã do computador na Universidade do Minho ou na minha casa, não dispus do tempo que as pessoas mais próximas mereciam. Obrigada pela compreensão.

Neste percurso académico, deparei-me com pontos de paragem forçada. Teriam essas sido experiências muito difíceis, não fossem a competência e os cuidados do cirurgião Gil Gonçalves. Se essas pausas foram menos pesadas do que seria esperado, tal deveu-se ao empenho e à atenção que coloca no seu trabalho e à confiança e tranquilidade que me soube sempre transmitir. Com ele, fui aprendendo que por muito difícil que seja uma empreitada, há sempre janelas abertas para novos e encorajadores horizontes.

Este trabalho não será suficiente para retribuir o permanente e incondicional apoio da minha família nuclear ao longo de todo este trabalho. Em sinal da minha eterna gratidão, é a ela que eu dedico este livro.

## Prefácio

### A televisão como objecto pensável

Estudar a televisão continua a ser tarefa necessária e urgente. Mas, infelizmente, continua a ser também uma tarefa ainda pouco praticada em Portugal. É mais fácil opinar e sobre ela manifestar asco ou sedução, do que interrogá-la e investigá-la, fazendo dela um objecto pensável e pensado.

E, todavia, tal exame apresenta-se como imprescindível não só por razões que se ligam ao próprio objecto, como também pelo facto de ele ser, em certa medida, um sintoma (ou campo de sintomas) da vida social e cultural e, ao mesmo tempo, uma instância que produz a própria sociedade.

Operando nesse jogo de espelhos e de fabricante de eventos e de representações, o dispositivo televisivo é, em todo o caso, uma realidade situada, com o seu *hic et nunc*, o seu contexto histórico-social, a sua trajectória e o seu destino. O que significa que compreender a sociedade que somos passa inquestionavelmente, nos nossos dias, por conhecer a televisão que temos e tivemos – na sua performatividade, nas suas ousadias e impasses, nas suas conquistas e influências. Também, na sua capacidade ou incapacidade de se entrosar com o húmus de onde emerge, de o dizer e mostrar, mesmo quando esse mostrar se faz através dos vários níveis de ocultação que todo o acto enunciativo implica.

O que neste livro está em exame é a informação televisiva, em particular a informação televisiva não diária. Isto é, aquele tipo ou género de programas – como os debates ou as entrevistas – que, habitualmente com ritmo semanal, descolam do frenesi dos dias e procuram esclarecer, contextualizar ou dar sentido aos grandes dossiês da actualidade de cada momento.

Felisbela Lopes é hoje uma das maiores especialistas dos estudos sobre a informação televisiva, em Portugal. Há mais de dez anos que se dedica a olhar com minúcia para os alinhamentos dos telejornais, para o lugar da informação não diária na programação dos canais generalistas, para as temáticas abordadas, os formatos utilizados, os protagonistas e intervenientes nesse tipo de programas.

Tendo iniciado os seus estudos em torno da análise da relação do *Telejornal* com o serviço público<sup>1</sup>, a autora passou, depois, a uma empresa mais ambiciosa: rastrear ao longo de uma década, e com base em múltiplas fontes, os programas informativos não diários dos três canais generalistas<sup>2</sup>, procurando detectar tendências, estabelecer comparações e apontar zonas de visibilidade e de silêncio, sem descurar as lógicas globais das programações, aquilo a que chama, recorrendo a Gonzalez Requena, o “macrodiscurso televisivo”.

Cabe aqui observar que este trabalho não surge de forma desgarrada: no quadro de uma das linhas de investigação do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, tem vindo a desenvolver-se o projecto *Mediascópio – Estudo da Reconfiguração do Campo da Comunicação e dos Media em Portugal*, no qual Felisbela Lopes participa desde o início. Esse projecto visa monitorizar o campo mediático, tomando como ponto de partida a informação que esse campo produz sobre si próprio. Ora, desde o início se sentiu a necessidade de fazer alicerçar as análises sobre o presente numa perspectiva temporal mais profunda, encontrando antecedentes e filiações que ajudem a atribuir sentido e horizonte àquilo que vai acontecendo. O estudo da autora sobre a informação não-diária inscreve-se nessa linha de preocupação e as balizas temporais que lhe serviram de referência tornam-se compreensíveis: os anos de 1992-93 assinalam uma mudança estrutural no panorama audiovisual português, com a entrada em cena dos operadores privados de televisão de sinal aberto e o inerente fim do regime de monopólio da RTP.

Num quadro de concorrência, por vezes feroz, entre canais, vamos assistir, a partir dos anos 90 – e aqui deixamo-nos guiar pelas conclusões de Felisbela Lopes – a uma crescente contaminação da informação pelo entretenimento, a uma diluição de fronteiras entre os dois géneros, e finalmente, a um quase apagamento da informação não-diária das grelhas de programas, especialmente nos canais privados. A televisão tende a tornar-se progressivamente auto-referencial, fabricando e espectacularizando dimensões extremamente redutoras da vida real e tomando os produtos assim construídos como o referente das próprias notícias. O paroxismo deste registo atinge-se quando o noticiário de um canal abre com a notícia de uma peripécia num dos seus *reality-shows*. Atinge-se aí o auge da “*bigbrotherização*” da informação televisiva.

Quando não foi por essa vereda de descontrolo, a informação não-diária afunilou nas matérias debatidas e, sobretudo, nos protagonistas do debate, a ponto de a autora desta obra aludir, a dado passo, a uma *elitização* do espaço público televisivo, por ser a informação televisiva um “um operador semântico

<sup>1</sup> Cf. Lopes, Felisbela (1999), *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra: Minerva, 202 págs.

<sup>2</sup> Cf. a tese de doutoramento da autora, que resultou dessa pesquisa, “Uma década de televisão em Portugal, 1993-2003 – Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas”, apresentada na Universidade do Minho em Outubro de 2005.

muito selectivo”. E convoca o filósofo José Gil, cuja análise se aplica bem neste contexto: “Não há espaço público porque este está nas mãos de umas quantas pessoas cujo discurso não faz mais do que alimentar a inércia e o fechamento sobre si próprio da estrutura de relações de força que elas representam”.

Em resumo, não é especialmente brilhante o retrato que Felisbela Lopes nos restitui, apoiada nos documentos e nos dados que analisou. Mas esse retrato não diz respeito apenas aos canais e à televisão, enquanto instituição. É também, e em alguma medida, um retrato da sociedade que somos.

A questão é saber se o meio televisivo constitui um “caso perdido” do ponto de vista da munição que lhe cabe ser de alguns dos recursos e ferramentas imprescindíveis à participação dos cidadãos na vida pública. Em diversos passos deste estudo é possível detectar sinais de que não faltam, no próprio universo televisivo, profissionais que se inquietam, que dão voz à inquietação e, mesmo, à denúncia. Tais atitudes inscrevem a contradição e o debate no interior dos canais, mas será suficiente para questionar a lógica do audímetro, que parece ser o critério hegemónico, se não decisivo, dos seus responsáveis?

Uma coisa é certa: a centralidade da televisão – que se vai por certo manter no próximo futuro – exige que não abandonemos o meio à sua sorte. Que façamos dele preocupação pública. Que o tomemos como objecto de projectos e linhas de investigação. Que alimentemos o debate em torno daquilo que nele nos provoca rejeição ou aplauso. Que denunciemos os silêncios injustos e as ausências empobrecedoras. Que contrariemos a tendência para o ‘prato único’, especialmente em horas de grande audiência. Por tudo isto, este livro de Felisbela Lopes constitui um notável contributo, contanto que seja lido e estudado. Não apenas por jornalistas ou políticos ou investigadores. Por todos os cidadãos interessados na *res publica*, incluindo particularmente aqueles que frequentam as escolas secundárias e o ensino superior.

Manuel Pinto

*Coordenador do projecto Mediascópio e director  
do CECS – Centro de Estudos de Comunicação  
e Sociedade da Universidade do Minho*



## Que TV temos?

A TV aí está, tão presente nas nossas vidas que quase nem damos por ela. É da casa. Está lá, no centro do espaço doméstico, quase tão bem instalada como, por vezes, se vai arrumando no nosso quotidiano. Parte da informação que absorvemos é difundida pelo pequeno ecrã e o mundo lá vai redimensionando-se à medida daquilo que o audiovisual reconstrói. Será, por isso, fulcral instituímos pontos de paragem para analisar essa oferta televisiva.

Pela nossa parte, procurámos fazer esse estudo desde a segunda metade dos anos 90. Num primeiro momento, o aceso, e nem sempre sustentado, debate em torno do serviço público de televisão, desencadeado pela desregulamentação televisiva, constituiu para nós uma grande motivação para iniciar um trabalho que ajudasse a clarificar a oferta televisiva proporcionada pela RTP. Escolhemos como objecto de análise o *Telejornal*, procurando conhecer aí que tipo de serviço público prestava a RTP1 aos portugueses no seu principal bloco de informação diária<sup>1</sup>. Seria esse o início de um caminho. Em finais dos anos 90, criava-se, no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, onde trabalhamos, o *Mediascópio*, um projecto coordenado pelo Prof. Manuel Pinto, que se constitui como uma plataforma de observação dos *media* através daquilo que é publicado na imprensa ou noutra informação especializada. Integridos numa equipa de vários académicos com interesses diversos, seguíamos com particular interesse aquilo que se passava no audiovisual, nomeadamente nos canais generalistas portugueses. Nas múltiplas reuniões que foram sendo promovidas desde então e nos vários estudos que desenvolvíamos colectivamente, íamos percebendo que as estações generalistas portuguesas passavam por profundas e rápidas mutações, nomeadamente no que diz respeito à evolução da programação informativa. Por isso, em 2000, escolhemos como tema da nossa tese de doutoramento a programação informativa emitida semanalmente nos canais generalistas portugueses em horário nocturno. Queríamos conhecer melhor a sua evolução e analisar com mais profundidade o que se passava nos

<sup>1</sup> Essa investigação foi publicada no livro *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra: Ed. Minerva, 1999.

programas de debate e de grande-entrevista, géneros apresentados com grande destaque e entregues aos jornalistas mais conceituados de cada estação.

Que rumo tomou a programação informativa semanal dos canais generalistas, desde o aparecimento da TV privada, e quais os temas e os interlocutores mais destacados nos programas informativos estruturados pela conversação em estúdio? Que tipo de espaço público esses programas de informação semanal esboçaram nesse tempo? Estas eram as principais perguntas para as quais iríamos procurar respostas, tendo subjacente o pressuposto de que a informação televisiva se constitui como uma cena mediática estruturante do espaço público, o qual, por sua vez, também estrutura aquilo que é aí emitido.

No tempo em que desenvolvemos a nossa tese, não existiam entre nós muitos trabalhos académicos nesta área. Tão-pouco a entidade reguladora dos *media*, na altura a Alta Autoridade para a Comunicação Social, dispunha de elementos precisos sobre a programação televisiva e, por outro lado, também não havia regulamentação que orientasse as empresas televisivas para uma efectiva cooperação com os investigadores. Por isso, qualquer estudo académico que incidisse sobre a televisão estava dependente de uma grande perseverança e de uma certa fortuna. Para recuperarmos a memória da programação televisiva, foram necessários longos dias dentro de bibliotecas, arquivos de jornais e de revistas, a folhear páginas impressas com grelhas de programação. Apurados os nomes e os horários dos programas de informação semanal, solicitámos à Markttest, a única empresa portuguesa de medição de audiências, dados audimétricos que permitissem uma melhor sistematização dos elementos reunidos. E só nesse momento foi possível convencer os canais de TV a fornecer-nos os temas e os nomes dos convidados dos debates e dos programas de grande-entrevista. Eis aqui um percurso feito ao longo de várias semanas e de múltiplas viagens, um tempo que seria poupado, se houvesse um organismo que sistematizasse dados e os disponibilizasse para investigações científicas.

Identificados, de forma sucinta, os programas de informação semanal emitidos entre 1993 e 2005 nos canais generalistas portugueses, procurámos perceber as causas e modelos de comunicação subjacentes a essa oferta televisiva entendida enquanto *texto global*, que concebemos como tributário de um dado contexto que é estruturante de determinados significados. Centrámos-nos aqui nos *processos* e nas *estruturas* (grau de estabilidade financeira e organizacional das empresas, políticas editoriais e opções ao nível da engenharia de programação) dos quais nos aproximámos através dos textos publicados nos jornais generalistas e nas revistas de TV. Definido esse *macrodiscurso televisivo*, partimos para a construção de uma linha diacrónica da oferta informativa de horário nobre emitida ao ritmo semanal na RTP1, SIC e TVI entre 1993 e 2005 e, num segundo momento, para o estudo dos programas de debate e de grande-entrevista, procurando saber quais os temas que foram aí destacados e quais os interlocutores escolhidos para os debater.

Se para compreender a sociedade, é preciso vê-la (também) do exterior, julgamos que essas cenas mediáticas desenhadas nos programas informativos de conversação em estúdio constituem lugares privilegiados de observação da realidade social. São (teoricamente) acessíveis a todos, colocam actores de horizontes diversos em contacto uns com os outros e em comunicação com um vasto público, têm capacidade para integrar, através da imagem e do som, temáticas diferenciadas e dão a todos a ilusão, principalmente através da transmissão em directo, de que a mediação se situa num grau zero. Sendo formatos de considerável duração, os programas de debate e de grande-entrevista assumem-se como ecrãs privilegiados para reflectir aquilo que acontece, promovendo, desse modo, a construção de um espaço comum. Constituindo-se como lugar de rituais, essas emissões poderão igualmente ser difusoras de certos retratos sociais. Não de extraordinários relatos das mitologias clássicas, mas de pequenos fragmentos do quotidiano, dispersos, heterogêneos, que tocam directa ou subliminarmente aquilo que estrutura uma sociedade.

O livro que aqui apresentamos integra quatro capítulos. No Capítulo 1, percorreremos as etapas que atravessámos para desenvolver a investigação que temos em mãos, explicando o que decidimos fazer e o que deixámos pelo caminho, expondo alguns dos nossos pressupostos e muitas das nossas incertezas, falando das técnicas e das metodologias que usámos e daquelas que (por vontade própria ou por imposições de vária ordem) fomos excluindo. No Capítulo 2, procuraremos explicar que tipo de espaço público foi desenhado pela informação semanal entre 1993 e 2005. Esse capítulo analisará ainda com mais pormenor cinco momentos temporais (1993, 1996, 1998, 2001 e 2003) com base no seguinte guião:

- Panorama Audiovisual Português (PAP) do ano em destaque.
- Programação dos canais generalistas emitida nesse período de tempo.
- Temas e convidados dos programas de debate, de grande-entrevista e *talk shows*.
- Tendências globais da informação semanal.
- Dados mais relevantes nos anos que consideramos de transição.

Encontrando no pólo de produção mediática o principal eixo de estudo, este trabalho não negligenciou a audiência dos programas analisados, procurando ponderar até que ponto esses dados audimétricos condicionaram as opções de programação. No Capítulo 3, constataremos que o progressivo desaparecimento da informação semanal do horário nobre dos canais generalistas, principalmente privados, foi acompanhado por um decréscimo de audiências. O Capítulo 4 destacará os retratos mais salientes esboçados nos *plateaux* de informação semanal. Por exemplo, os ciclos temáticos por que passou essa programação; a preferência que os jornalistas manifestaram em relação às elites; a desvalorização que sempre houve do discurso do cidadão comum; a

prioridade dada aos homens e a minimização do discurso mediático declinado no feminino; o progressivo desaparecimento de uma elite jornalística a quem era dada a condução dos debates televisivos...

A TV que este estudo diz que temos não nos permitirá, como veremos, grandes optimismos. No entanto, ao longo deste tempo, houve muitos jornalistas que fizeram um trabalho de qualidade e que merecem decerto a nossa atenção. São esses exemplos que importa reter para dizer: *não nos dêem a televisão que queremos, nós merecemos muito mais.*

**CAPÍTULO 1 | CAMINHOS PARA  
O ESTUDO DA INFORMAÇÃO SEMANAL  
DA TV GENERALISTA**



## 1. Porquê estudar a informação televisiva?

Apresentando complexas limitações, a televisão tem também reconhecidas potencialidades. Poderá não ser o melhor meio para conhecer a realidade, mas será aquele através do qual um número significativo de pessoas acede ao que se passa. Poderá não ser o meio que restitui a imagem mais transparente e menos fragmentária do real, mas será aquele que, (des)contextualizando-nos de um *aqui e agora*, nos coloca diante de múltiplos estilos de vida. Poderá não ser o meio mais permeável a todo o tipo de acontecimentos, mas será aquele com mais poder estruturante, assumindo-se como uma espécie de arena colectiva onde se partilha um mundo comum ou aquilo que, a partir dessa visibilidade mediática, passa a integrar o espaço público contemporâneo. Poderá não ser o meio com maior independência dos vários tipos de poder, nomeadamente do político e do económico, mas é aquele que, por atingir um grande número de pessoas, maior capacidade tem para criar laços sociais de vária ordem. Poderá não ser o meio mais desprendido de constrangimentos estruturais, mas é aquele com mais força ao nível do *agenda-setting*. Tudo isto confere ao audiovisual um interesse particular enquanto instância produtora de significação e de coesão social.

Hoje, a sociedade é diferente daquela que existia há duas décadas. O espaço público contemporâneo está longe do desenho que dele fez Jürgen Habermas (1986): é menos promotor de racionalidade, menos igualitário, menos diversificado... Por outro lado, a privacidade é objecto de maior publicitação e a esfera pública é cada vez mais apreendida com códigos do domínio privado. Tal como Dominique Mehl, julgamos que o pequeno ecrã pode ser visto como um reforço do actual “duplo processo de privatização do espaço público e de publicitação do espaço privado”, resultando daí aquilo a que a socióloga chama uma “televisão da intimidade” que mistura “a erupção da palavra profana na cena pública” (1996: 8). José Luis Dader (1992: 163), num trabalho sobre a relação do jornalismo com a nova arquitectura do espaço público contemporâneo, defende que os *media*, nomeadamente a TV, aprofundam a tendência de interpenetração das esferas pública e privada, convertendo-se num “motor estimulante desta inclinação”.

Tal como a sociedade em relação à qual é estruturada e também estruturante, a TV passou por mutações. No início dos anos 90, diversos estudos assinalaram dois períodos para o audiovisual europeu: a *paleo-TV*, que corresponderia à era do monopólio televisivo, e a *neo-TV*, que estaria ligada à época da desregulamentação que abriu caminho aos canais privados. No início deste século, alguns investigadores apontaram novas características para o audiovisual que fazem pensar numa terceira fase, uma sugestão avançada por Eliseo Veron em 2001. Corresponderia esse novo período a um tempo em que a programação televisiva experimenta formatos que diluem realidade e ficção, baralhando ainda mais as fronteiras entre estes dois domínios que o espectáculo televisivo, inerente ao próprio *medium*, tem aproximado.

A partir destes pressupostos, poder-se-iam levantar várias questões.

- Nestes últimos anos, quais foram as alterações mais importantes por que passou a TV?
- Quais os factores que condicionaram essa evolução?
- Que espaço público se construiu através dos canais de televisão?
- Para quem se abriram essas cenas mediáticas?
- De que modo se estruturaram esses dispositivos televisivos?
- A TV terá contribuído para acentuar a colocação do privado em público?
- Em que áreas terá sido isso mais notório?
- Quais os actores dessa publicitação da esfera privada?

Considerando a televisão uma das cenas privilegiadas do espaço público contemporâneo, pensamos que a programação informativa, incidindo sobre a realidade, comporta traços pertinentes enquanto objecto de estudo. Entre a informação diária ou a semanal, a nossa escolha recaiu sobre a segunda, por estar mais próxima do debate de ideias que caracteriza a esfera pública; por ser mais despreendida da agenda da actualidade noticiosa; por ser alvo de uma maior estruturação, desde logo pela maior duração que apresenta e pelo tempo alargado de preparação de que dispõe. Circunscrevendo-nos ao audiovisual português, elegemos para esse estudo os três canais generalistas que operam em sinal aberto, ou seja, a RTP1, a SIC e a TVI<sup>1</sup>. Isso significa que o eixo temporal a construir tem de ser posterior a 1993, ano em que apareceu a TVI (a SIC surgiu em Outubro de 1992). Foi aí que marcámos o início da nossa referência temporal, fazendo-a prolongar até 2005. Interessar-nos-ão particularmente os formatos que abrem os respectivos cenários à conversação, mas, num primeiro momento, incluiremos na nossa análise os programas de informação com periodicidade semanal, ou seja, as emissões que incidam sobre a realidade e que estejam ligadas à Direcção de Informação ou tenham a apresentação de jornalistas. O nosso trabalho apresentará, por isso, dois níveis.

<sup>1</sup> Por ser um canal com uma programação mais segmentada e dirigida a públicos minoritários, excluímos a RTP2.

No primeiro, procuraremos caracterizar a informação televisiva difundida semanalmente em horário nocturno<sup>2</sup> entre 1993 e 2005 e, simultaneamente, avaliar a sua evolução ao longo dos primeiros anos de coabitação da TV pública/TV privada. Para isso, iremos no encaço dos elementos que condicionaram essa oferta proposta pelos três canais de TV (sintaxe) e do modo como a mesma programação pretendia relacionar-se com a respectiva audiência (pragmática). Não é nosso fim elaborar uma sintaxe exaustiva do macrodiscurso televisivo, nem tão-pouco explorar os possíveis caminhos dos receptores durante a descodificação dos textos. O nosso objectivo é menos ambicioso: por um lado, pretendemos identificar alguns factores causais da combinação dos microelementos da oferta televisiva, nomeadamente daquela que se relaciona com a informação, e que são difíceis de perceber para quem assiste a determinada emissão ou para quem percorre a programação de um canal; por outro, queremos apurar as intenções comunicativas inerentes aos formatos que se situam no campo da informação ou em terrenos muito próximos. É, pois, nessa desconstrução que poderemos encontrar a idiosincrasia de um canal de TV (semântica). No segundo nível, é nosso propósito conhecer com mais pormenor a esfera pública televisiva desenhada nos *plateaux* de determinados programas de informação semanal. Se do primeiro nível resulta o esboço global da oferta televisiva desse tipo de programação, no segundo nível procuraremos conhecer os actores que ocuparam as cenas mediáticas e as temáticas exploradas em programas de conversação televisiva (debates, grandes-entrevistas ou *talk shows*). Trata-se de uma espécie de plano aproximado daquilo que anteriormente ficou retratado num plano de conjunto. Percorrendo esses géneros informativos emitidos em horário nocturno nos canais generalistas portugueses no período em estudo, encontram-se diferentes cenas mediáticas, e, conseqüentemente, formas diversas de publicitação da vida pública ou privada. Não é nosso propósito analisar a construção dos textos das diversas conversações televisivas que aí decorrem – esse seria outro trabalho, com outros pressupostos, finalidades e metodologia – mas estudar a composição social desses *plateaux*, povoados por actores com diferentes papéis e variados perfis, bem como conhecer as problemáticas que são aí discutidas. Ambas as partes são complexas. A primeira, porque qualquer engenharia de programação é tributária de múltiplas variáveis intrínsecas a um canal de TV: políticas da comunicação, situação financeira da empresa, linha editorial da grelha, público-alvo dos formatos preparados... A segunda, porque a abordagem de um programa poderá ser feita por variados caminhos, privilegiando diferentes elementos que estruturam cada emissão.

<sup>2</sup> Preferimos aqui falar em *horário nocturno* a *horário nobre* por abranger emissões que se prolongam depois da meia-noite.



## 2. Como chegar ao objecto de análise?

Reconstituir a programação informativa dos três canais generalistas ao longo de mais de uma década, procurar perceber as razões subjacentes às escolhas feitas e os argumentos apresentados para explicar essa oferta televisiva implica ir muito além de um simples inventário de programas. Todavia, nada se poderá fazer sem estar na posse da lista das emissões que, nesses anos, se integraram naquilo que se entende como informação. Poder-se-ia recorrer aos anuários da RTP, da SIC e da TVI. Num primeiro momento, solicitámos esse material aos três canais de televisão, mas o que obtivemos não era satisfatório aos nossos objectivos. Também nas instâncias de acompanhamento e de regulação dos *media* não havia, à época, registos rigorosos que reunissem uma memória escrita e/ou audiovisual da programação televisiva. Foi, por isso, necessário fazer uma pesquisa *ab initio*, ou seja, consultar as grelhas publicadas nas revistas de TV e na imprensa diária. Sendo o nosso objecto de estudo os programas semanais de informação emitidos em horário nocturno (e que estivessem no ar, pelo menos, durante 30 dias), analisámos a programação da primeira semana de cada mês dos três canais televisivos. Conhecer a informação semanal que a RTP1, a SIC e a TVI proporcionaram entre 1993 e 2005 apenas nos colocava ao nível da descrição da oferta televisiva. No entanto, os nossos propósitos iam mais além: queríamos avançar até ao contexto em que foram desenhados esses programas e, a seguir, analisar que tipo de espaço público foi proposto pelas emissões informativas estruturadas pela conversação em estúdio. Era preciso, pois, prosseguir o trabalho. Num primeiro momento, optámos por pensar esse desenho, procurando averiguar a situação da respectiva empresa e as causas/expectativas apresentadas por quem tinha responsabilidades directas sobre essas emissões a fim de perceber melhor as opções de programação. Como poderíamos obter essa informação? Poder-se-ia pensar que as entrevistas a presidentes do Conselho de Administração, a directores de Informação e a coordenadores e/ou apresentadores dos programas forneceriam material indispensável aos nossos propósitos. Não negamos a pertinência dos elementos que poderíamos obter por essa via, mas isso reunia um perigo

que queríamos evitar: o de perspectivar o passado recente à luz daquilo que é feito no presente, esquecendo eventualmente dados que, na altura em que o programa estava no ar, seriam importantes, e que agora teriam perdido uma certa relevância devido a factores de diversa ordem. Por isso, os materiais mais adequados eram os artigos (notícias, entrevistas e textos de opinião) que, ao longo desses anos, foram sendo publicados na imprensa (jornais e revistas) sobre a problemática que tínhamos em mãos.

Se num primeiro nível deste estudo utilizámos informação ano a ano entre 1993 e 2005, num segundo nível procedemos a uma selecção de conveniência, baseada nos seguintes motivos:

**1993:** é o primeiro ano em que o Panorama Audiovisual Português (PAP) tem, em regime aberto, duas estações privadas generalistas que coabitam com os dois canais públicos, um generalista e outro de minorias. A SIC aparece a 6 de Outubro de 1992; a TVI, a 20 de Fevereiro de 1993. Em Março, é assinado um Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão. A liderança das audiências é, com grande vantagem, da RTP1, como, aliás, não poderia deixar de ser para um canal que somava quase quatro décadas de existência. A nível político, o partido do governo é o PSD, que conta com uma maioria parlamentar.

**1996:** é o ano em que há uma nova maioria parlamentar suportada agora pelo PS e, é claro, um novo Governo que tem outra política para a comunicação social, nomeadamente para o sector audiovisual. A SIC passa a liderar as audiências. RTP e TVI debatem-se com uma crise financeira e com uma grande instabilidade interna.

**1998:** mantendo-se as características de 1996, a análise deste período permite avaliar o grau das mudanças ocorridas na programação televisiva num contexto similar. Refira-se ainda que, ao avançar três anos, recairíamos em 1999, ano de eleições legislativas e foi nossa opção excluirmos do nosso trabalho períodos temporais que incluísse esse tipo de escrutínio eleitoral.

**2001:** a estreia do *Big Brother* em Setembro de 2000 na grelha da TVI modificou amplamente a oferta televisiva dos canais privados e arrastou, neste período, a liderança do horário nobre para o canal Quatro. Se inicialmente os responsáveis da SIC manifestaram grandes reservas em relação a esses novos *reality shows*, em 2001 torna-se manifesta uma espécie de acto de contrição, patente ao nível dos discursos, mas sobretudo nas opções feitas em horário nocturno. Até que ponto a aposta nesse tipo de entretenimento afecta a informação semanal? A análise de 2001 ajudar-nos-á a responder a essa questão.

2003: a nível político, há um novo Governo e uma nova política para o audiovisual, nomeadamente para o serviço público. A liderança das audiências oscila agora entre a SIC e a TVI. Neste período, os canais generalistas tinham feito várias experiências nas áreas dos novos *reality shows* (TVI e SIC) e nos *games shows* (RTP1). Algumas correram bem. Outras ficaram muito aquém das expectativas. De umas e de outras resultou uma profunda mudança na composição do horário nocturno.

Detendo-nos nos anos 1993, 1996, 1998, 2001 e 2003, analisaremos os programas que tomam a realidade como referência e que se desenvolvem pela conversação em estúdio, emitidos com uma periodicidade semanal, na franja nocturna dos canais generalistas portugueses. A lista desses programas figura no Quadro 1. Tendo como objectivo conhecer os actores que ocuparam as cenas mediáticas e os assuntos que foram aí discutidos, a nossa opção será a de analisar todas as emissões de cada um destes formatos de informação semanal.

Quadro 1: Programas estruturados pela conversação em estúdio

1993	1996	1998	2001	2003
<i>Marcha do Tempo</i>	<i>Prova Oral</i>	<i>Maria Elisa</i>	<i>Rosto da Notícia</i>	<i>Prós e Contras</i>
<i>De Caras</i>	<i>Maria Elisa</i>	<i>Grande Entrevista</i>	<i>Grande Informação</i>	<i>Hora Extra</i>
<i>Entrevista de M<sup>a</sup> Elisa</i>	<i>Ligações Perigosas</i>	<i>Esta Semana</i>		<i>Bombástico</i>
<i>Conversa Afiada</i>	<i>Crossfire</i>	<i>Conversas Secretas</i>		<i>O Crime Não Compensa</i>
<i>Você é Excepcional</i>	<i>Esta Semana</i>			<i>Escândalos e Boatos</i>
<i>Raios e Coriscos</i>	<i>Conversas Secretas</i>			<i>Eu Confesso</i>
<i>Terça à Noite</i>	<i>Grande Plano</i>			
<i>Conta Corrente</i>	<i>Sem Reservas</i>			
<i>Sexo Forte</i>	<i>Pontos nos Is</i>			
<i>Referendo</i>	<i>Carlos Cruz</i>			
<i>Frontal</i>				
<i>Prova dos Nove</i>				
<i>Artur Albarran</i>				

Chegados aqui, solicitámos à (única) empresa portuguesa de medição de audiência, a Markttest, as audiências dos programas de informação desses cinco anos que pretendíamos estudar em profundidade, incluindo aí não apenas os formatos que se desenvolviam exclusivamente pela conversação em estúdio, mas todos os outros que se integravam no campo da informação. Com esses dados, queríamos reunir elementos que possibilitassem averiguar melhor certas opções feitas ao nível da engenharia de programação (mudanças de horário, saídas de grelha...). Percorridos estes caminhos, faltavam ainda alguns dados que encontrámos nos arquivos dos canais generalistas onde consultámos todos os alinhamentos dos programas de informação semanal dos canais generalistas.

A selecção do material a estudar passou, assim, por várias fases que aqui sintetizamos:

- Elaborar a lista das emissões de informação semanal, através da consulta de grelhas de programação publicadas na imprensa.
- Proceder à leitura de notícias, entrevistas e reportagens publicadas na imprensa e que incidiam sobre os canais generalistas, a fim de encontrar os textos mais relevantes para apurar o contexto onde foi desenhada a programação informativa.
- Fazer uma selecção de conveniência para estudar os programas de informação semanal estruturados pela conversação em estúdio, procurando saber para cada emissão quem fala aí do quê.
- Listar as audiências da programação informativa semanal para perceber se a procura condiciona a oferta.

### 3. A imprensa ajudará a redescobrir a televisão?

Poderá um trabalho académico recorrer a artigos (noticiosos e de opinião) publicados em jornais e revistas de TV? Convém sublinhar que a escassez de dados nos “empurrou” até essas publicações, que viriam, no entanto, a revelar-se fontes de informação mais produtivas do que aquilo que porventura pensáramos. Comparando entrevistas feitas à mesma pessoa e publicadas em diferentes órgãos de comunicação num escasso intervalo de tempo, notámos reiteradamente que os entrevistados eram (excessivamente?) comedidos nas declarações que faziam aos jornais, proferindo as afirmações mais surpreendentes, e decerto mais pertinentes, nas revistas de TV. Por exemplo, em duas dessas revistas, o mesmo jornalista que apresentava, à época, um programa de economia reconhecia que aquele formato surgira na grelha com o objectivo de atrair novos anunciantes. Poder-se-á dizer que haverá uma inclinação por parte destas revistas pela busca de afirmações mais sensacionalistas, mais emotivas e de interpretação mais linear. Esses traços, e outros similares, constituem um risco para o investigador, mas há formas de o ultrapassar.

Vários campos disciplinares – nomeadamente no domínio das Ciências Sociais – têm, nestes últimos anos, alargado o conceito de fonte de documentação e, consequentemente, explorado novas vias de informação. Citando Densin e Lincoln, que dividem a história da investigação qualitativa em cinco períodos, Jurgenson (2003: 23) sublinha a configuração de um “quinto momento”, o actual, em que persiste “a preocupação pela representação do eu”, mas com o surgimento de “novas epistemologias” que pressupõem outros métodos e também outras fontes. Nessa expansão de fronteiras, os conteúdos mediáticos vão ganhando cada vez mais espaço. Referindo-se à História, João Mendes (1989: 138) reconhece que “a exploração sistemática da imprensa tem-se processado com mais frequência nas últimas décadas”. Diversos teóricos que se detêm nas práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais também consideram a imprensa e as revistas “fontes de informação de inegável alcance político, económico e social”, embora assinalem que a respectiva “credibilidade se revele por vezes flutuante” (Albarello *et al.*, 1997: 23).

Aconselham os manuais de investigação a proceder a uma crítica de “autenticidade” e a uma outra de “credibilidade” (Mendes, 1989: 125-131) sobre os documentos utilizados enquanto fonte de informação. Num primeiro momento do nosso trabalho empírico, seguiremos essencialmente artigos jornalísticos publicados na imprensa (generalista e da especialidade), documentos aprovados em assembleias-gerais dos canais e dados apurados pela empresa de medição de audiências Marktest. O material que suscita maiores problemas serão os textos publicados nos jornais e revistas acerca dos quais poderemos levantar interrogações de diversa ordem: serão rigorosas as citações feitas aí, ou seja, corresponderão àquilo que, de facto, o interlocutor disse? Reportará aquele texto um acontecimento ou criará um meta-acontecimento que se esbateu em pouco tempo, sem ganhar assinalável significação? Aquilo que se escreve reflectirá o mais significativo daquilo que se passou? Será certamente difícil detectar as limitações dos textos que temos em mãos, mas a posse de determinada informação – por exemplo, o tipo de concentração relativa ao grupo que detém a propriedade desse título, o estatuto editorial ou as secções que compõem essa publicação – ajudará a perceber a mediatização de certos assuntos. A leitura comparativa de artigos sobre o mesmo assunto será outro meio para descobrir certos silêncios ou detectar eventuais falhas (de agenda, de selecção de informação, de omissão/deturpação ao nível da escrita do texto). No caso dos jornais e revistas, o processo circular de informação faz com que facilmente os mesmos interlocutores sejam confrontados com os mesmos assuntos, o que nos facilita o trabalho. O manuseamento dos produtos mediáticos exige, pois, conhecimentos prévios acerca das dinâmicas subjacentes ao campo da informação que, estando muitas vezes latentes, configuram modos de fazer que não são estranhos à profissão. Ainda que complexo, este tipo de fonte apresenta a singularidade de nos aproximar de contextos de época que, à distância do tempo e do espaço, serão difíceis de reconstituir a partir dos discursos produzidos no presente. Raymond Lee (2003: 109) reforça essa tese, afirmando que “os materiais da comunicação impressa que aparecem de uma forma regular são uma fonte útil para a exploração de tendências de longo prazo”. Algumas perspectivas sobre práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais defendem a adopção de fontes e, conseqüentemente, técnicas de pesquisa mais activas (observação directa, entrevistas, inquéritos, experimentação em laboratório) para se descobrirem novos dados, o que – pensa-se – estaria vedado à pesquisa documental. Não é essa a nossa visão. Embora a sua vocação seja por natureza dar conta daquilo que já existe na medida em que se apresenta como um método de recolha de dados, um procedimento metódico centrado na documentação pode suscitar novos dados empíricos ou, pelo menos, ser um coadjuvante fundamental de outras técnicas de investigação. Albarello *et al.* (1997: 31) consideram que a pesquisa documental, em alguns casos, poderá fazer com que o investigador social prescindia de outras vias. E dão um exemplo:

“Imaginemos que encontramos uma série de jornais sobre o insucesso escolar editados por alunos (...). Desta vez será a pesquisa documental a fornecer-nos o material de estudo, não sendo necessário recorrermos à entrevista”. Poder-se-á aplicar o mesmo princípio ao trabalho que aqui desenvolveremos.

Paralelamente a fontes documentais, recorreremos, para esclarecimentos que os textos escritos se revelavam incapazes de fornecer, àquilo que podemos considerar *informantes privilegiados*, ou seja, interlocutores que, em graus diferenciados, participaram na produção da oferta televisiva em análise. António Firmino da Costa (1989: 139) sublinha os riscos inerentes a esta técnica de captação de acontecimentos, práticas e narrativas nestes termos: “É necessário ter permanentemente em conta que são depoimentos elaborados através de sistemas de representação próprios do contexto social local e do lugar social específico dos indivíduos em causa”. Ao confrontar-se com estes actores munido de uma informação detalhada sobre aquilo que interroga, o investigador coloca esse *informante privilegiado* no papel de esclarecedor de questões e não como autor de narrativas desconhecidas. Convém que esse confronto se faça num registo centrado no factual e não no impressivo.



#### 4. Que metodologias e técnicas adoptar para o estudo da TV?

Num livro em que se propõem explorar as possíveis metodologias a seguir no estudo da TV, os italianos Francesco Casetti e Frederico di Chio (1999: 28-31) estabelecem cinco orientações para a investigação deste campo: o contexto, o texto, as características do *medium*, o espectador e o momento da recepção. No nosso caso, seguiremos de perto as duas primeiras, fazendo, no entanto, pequenos desvios relativamente àquilo que tais abordagens, à partida, impõem. A nossa aproximação à programação televisiva far-se-á através de uma perspectiva que encara os programas não enquanto *textos* no sentido estrito, mas enquanto *discursos*. Perspectivamos as emissões televisivas como *factos sociais*, ou melhor, como *elementos simbólicos* da realidade social que desenham, dentro do pequeno ecrã, uma espécie de ágora que condiciona a evolução do espaço público da sociedade contemporânea, mas que também é condicionada pelas alterações desse mesmo espaço. Será, pois, nessa análise que incidirá o segundo nível do estudo que faremos. O primeiro nível procurará identificar aquilo que condiciona o desenho da grelha, que abre os programas a determinadas leituras e que confere significação à oferta televisiva. Esse co-texto prévio às emissões compõe-se de elementos de natureza diversa, nem sempre fáceis de identificar, na medida em que grande parte deles não se manifesta de forma visível. As orientações distintas de cada uma das partes do nosso trabalho implicam a adopção de diferentes metodologias.

São as realizações comunicativas inerentes à informação televisiva – nomeadamente a identificação desses programas, as razões por que surgem numa grelha e as propostas que lançam aos espectadores enquanto formatos – que nos interessa estudar em primeiro lugar. O nosso entendimento da TV como um espaço de debate e de questionamento da realidade passa também por analisar a semiótica que lhe é intrínseca, perspectivando esta enquanto teoria da significação que ultrapassa uma emissão em específico para se situar, antes de mais, num patamar superior que pode ser o da grelha onde se integra, o do género a que pertence ou da promessa de comunicação que se pretende

estabelecer com os espectadores. Quando ligamos a televisão, o sentido do que vemos não se circunscreve àquilo que se transmite, mas ao(s) campo(s) em torno do(s) qual (ais) determinada programação actua, ou seja, ao contexto comunicativo. Neste sentido, pode dizer-se, juntamente com Casetti e di Chio, que “a comunicação *do* texto já existe como hipótese *no* texto” (1999: 282), não sendo este apenas “o objecto que se comunica”, mas também “o território da comunicação” (1999: 283). São exactamente marcas (de natureza diversa) deste último que encontramos nos textos publicados nos jornais generalistas e nas revistas de televisão entre 1993 e 2005 que têm como ângulo de noticiabilidade a oferta de televisão dos canais generalistas portugueses em geral e a programação informativa em particular. Aproximar-nos-emos desse material através de uma análise textual centrada em dois vectores:

- nos processos subjacentes à programação informativa,
- nas estruturas que compõem a informação televisiva.

Prescindido do estudo dos elementos linguísticos – que se situam longe do âmbito deste trabalho –, uma emissão, podendo ser explicada através da análise textual dos elementos que lhe são intrínsecos, terá uma outra dimensão daquilo que é quando pensada em função do canal onde se insere e da oferta das estações concorrentes e perspectivada de acordo com elementos intrínsecos aos formatos que integram uma grelha. Procura-se, assim, conhecer o texto a partir do seu contexto. Mais do que a descrição, buscaremos uma interpretação. Dados quantitativos seriam, neste âmbito, insuficientes. Não queremos medir quantitativamente temas, figuras ou ambientes. Se o nosso objectivo é salientar as razões da arquitectura de uma parte importante da grelha e as estratégias inerentes a essa programação, será inevitavelmente para dados qualitativos que orientaremos a nossa análise. O material que seleccionámos será, pois, encarado como uma estrutura, o que permite “passar o inventário dos referentes da fonte para a análise do sistema de pensamento da fonte” (Vala, 1989: 108). Eis algumas perguntas que nortearão a análise dos textos da imprensa:

- Quais são as expectativas que os responsáveis dos canais manifestam em relação às novidades que apresentam no campo da informação?
- Novos presidentes/novos directores provocam uma renovação da grelha?
- No caso afirmativo, em que contexto?
- Em momentos de crise económica, quais as estratégias a que se recorre mais?
- Que relação existirá entre níveis de audiências e inovações na programação?

O segundo nível de estudo incidirá nos formatos que se constituem como cenas privilegiadas de revitalização do espaço público contemporâneo: os programas

de informação estruturados pela conversação em estúdio (grande-entrevista, debates e *talk shows*). Aproximar-nos-emos deles através da análise de conteúdo que procurará explorar algumas variáveis, avaliadas pelo grau de frequência. Este procedimento metodológico tem uma longa tradição nos estudos da comunicação, remontando aos anos 20, sendo utilizado pela teoria hipodérmica, considerada o primeiro esforço de reflexão sistemática sobre o processo de comunicação e respectivos efeitos no contexto social<sup>3</sup>. Nos últimos anos, vários investigadores que elegem a televisão como objecto de estudo têm desenvolvido os seus trabalhos segundo esta técnica de análise<sup>4</sup>, por vezes complementada com a análise textual ou com os contributos dos Estudos Culturais.

Mais apta a acolher dados quantitativos, a análise de conteúdo apresenta limitações – por exemplo, actua sobre unidades semânticas isoladas umas das outras, ignora as intenções do destinador do acto comunicativo, é incapaz de explicar a complexidade da comunicação televisiva –, mas também reúne virtualidades no estudo da informação televisiva. Se construirmos uma problemática consistente e bem articulada com um quadro teórico através do qual se definam variáveis que se orientem para aquilo que se pretende saber, este enfoque poderá ser bastante pertinente. Estamos conscientes de que a opção pela análise de conteúdo retira a possibilidade de explorar dados relativos aos processos de codificação e descodificação do emissor e do destinatário, mas também não é nosso objectivo entrar no *texto* e explorar esquemas de leitura fixados por emissões específicas. Sendo nosso propósito conhecer *quem fala do quê* nos *plateaux*, a análise de conteúdo engloba um conjunto de técnicas de investigação empírica adequada à nossa amostra. Será com dados quantitativos que trabalharemos nessa parte do nosso trabalho, mas a inventariação de temas e de perfis dos actores presentes nos respectivos *plateaux* será feita para, com os resultados obtidos, procedermos a um conjunto de inferências sobre essa oferta televisiva, o que implica passar de uma análise de ocorrência para uma análise estrutural. Essa interpretação dos dados quantitativos faz com que a análise de conteúdo vá além do cômputo de elementos recorrentes para articular os dados inventariados com quadros teóricos centrados nas problemáticas que se tomam como ponto de partida de qualquer trabalho empírico.

<sup>3</sup> As teorias dos efeitos limitados e da persuasão também recorreram à análise de conteúdo cuja importância diminuiu com o surgimento da teoria dos usos e gratificações que veio introduzir outras técnicas, nomeadamente a entrevista. Nos anos 70 e 80, o texto volta a ocupar algum relevo, fazendo renascer o interesse pela análise de conteúdo, como atestam, por exemplo, os estudos do *Glasgow Media Group*.

<sup>4</sup> Cf. *Inside Prime Time*, de Todd Gitlin (1983); os estudos da equipa coordenada por Patrick Charaudeau sobre os debates televisivos de âmbito cultural (1991); parte da análise de *talk shows* europeus feita pelas equipas do Centre d'Analyse du Discours da Universidade Paris XIII, do Centre de Recherche sur La Parole da Universidade Paris VIII; do Cercle d'Analyse del Discurs da Universidade Autònoma de Barcelona e da Universidade de Bari (1999); os trabalhos de Sébastien Rouquette (2001 e 2002) sobre os debates televisivos difundidos nos canais franceses, entre outros exemplos.

Face ao que já foi explicado, poderemos afirmar que o trabalho empírico se constituirá como resultado de uma análise associativa a ser construída através de métodos qualitativos (primeiro nível) e métodos quantitativos (segundo nível). Assim, primeiramente centrar-nos-emos, como já explicámos, numa investigação longitudinal que abrange um período que vai de 1993 a 2005, do qual nos aproximaremos através de um método essencialmente qualitativo aplicado a uma análise textual. Depois passaremos para uma investigação transversal ou de corte, em relação à qual utilizaremos predominantemente um método quantitativo aplicado a uma análise de conteúdo. Poderíamos discutir qual das duas direcções – a quantitativa ou a qualitativa – será mais adequada. Num artigo sobre esta problemática, Jorge Vala (1989: 103) afirma o seguinte:

A quantificação é, sem dúvida, uma estratégia cheia de virtualidades, mas não há justificação para não reconhecer os sucessos das investigações de orientação qualitativa. O rigor não é exclusivo da quantificação, nem tão-pouco a quantificação garante por si a validade e a fidedignidade que se procura.

Apresentando características específicas, estes dois tipos de investigação exigem posturas diferentes por parte do investigador. Steve Taylor e Robert Bogdan – citados por Jurgenson (2003: 23-27) – encontram nos métodos qualitativos dez traços distintivos, entre os quais sobressaem a natureza indutiva, a perspectiva holística e a valorização dos contextos. Uma investigação qualitativa não se preocupa em recolher dados para avaliar hipóteses ou modelos, mas para desenvolver conceitos. Isso implica uma certa flexibilidade no desenho da investigação, que está ausente no enfoque de natureza quantitativa. Também não há uma preocupação em construir variáveis que isolem determinados vectores. Todos os cenários e pessoas são alvo de estudo e considerados sob uma perspectiva global em relação à qual importa conhecer o marco de referência actual e o contexto passado.

Optando preferencialmente pelas análises textual e de conteúdo enquanto técnicas de tratamento de informação – a primeira desenvolvida através dos métodos qualitativos, a segunda orientada por métodos quantitativos –, não se pense que será para o registo descritivo que se norteará esse trabalho, mas para a interpretação do material que teremos em mãos, o que implica uma opção pela inferência cujos traços de significação serão articulados com as questões para as quais buscamos respostas. Quando o material se revelar insuficiente ou confuso, recorreremos a contactos pontuais com coordenadores/apresentadores de programas de informação semanal para esclarecer um ou outro dado.

## 5. Que espaço social configuram os *plateaux* informativos?

Trabalhos empíricos desenvolvidos noutros países assinalam os *media*, nomeadamente a televisão, como lugar propício à reformulação da hierarquia social – um retrato que vem ao encontro das teses dos investigadores da Escola de Frankfurt, para quem os meios de comunicação social reproduziam a lógica de dominação vigente na sociedade, neutralizando a capacidade crítica dos receptores. Em Portugal, não existem pesquisas sobre os intervenientes nos programas de informação semanal, nem acerca das temáticas que são aí privilegiadas. Em França, um dos investigadores que mais atenção tem dado ao estudo do perfil daqueles que ocupam os *plateaux* televisivos das emissões de informação é Sébastien Rouquette. Na sua perspectiva, esse trabalho permite elaborar “um rascunho da face valorizada da sociedade que conta simbolicamente” (2001: 16). Sendo alvo de elogios e reparos, o paradigma do *agenda-setting*, quando aplicado ao audiovisual, sublinha o impacto que qualquer emissão televisiva tem junto da respectiva audiência. Por isso, para além de saber quem é chamado a falar, é igualmente importante conhecer do que se fala. Serão os *plateaux* dos programas de informação dos canais generalistas espaços abertos a todo o tipo de problemática ou circunscrever-se-iam a determinados assuntos? Muito crítico em relação ao audiovisual que, na sua opinião, uniformiza a realidade, Todd Gitlin (1983) assinala, no seu livro *Inside Prime Time*, a influência da televisão não tanto no modo como pensamos, mas sobre aquilo que pensamos. Depois de analisar as grelhas de programação entre as 20h00 e as 23h00, o investigador norte-americano afirma que um programa de TV é valorizado na justa medida do seu potencial de venda aos anunciantes, cumprindo-se, assim, a lógica do mercado do sistema capitalista<sup>5</sup>. Esta é uma constatação que impõe sérias reservas a um entendimento da televisão enquanto cena privilegiada da esfera pública contemporânea.

<sup>5</sup> O caso do programa *Lou Grant* é paradigmático desta conjuntura. Apesar de apresentar temas interessantes e da sua concepção se revelar inteligente, os responsáveis da CBS retiraram-no da grelha quando deram conta da respectiva queda das audiências.

A análise dos temas e dos convidados em destaque em programas que tomam a realidade como referência é um dos meios que permitem ponderar a vitalidade e pluralidade desse espaço público mediatizado.

Olhando o audiovisual como uma cena privilegiada do espaço público contemporâneo, é importante conhecer os actores que se movimentam nos palcos televisivos. Nos *plateaux* dos programas de informação, estarão sempre o(s) apresentador(es) e os seus convidados, podendo estes ser secundados por um painel-residente e por uma bancada destinada ao público-assistente. Interessamo-nos aqui conhecer a identidade profissional daquele a quem é entregue a condução do programa e o perfil daqueles que são interpelados a discutir determinada questão<sup>6</sup>.

Se os programas que iremos analisar se centram em questões diversificadas da realidade, seria de esperar que a respectiva emissão fosse conduzida preferencialmente por alguém com a carteira profissional de jornalista. Segundo o Estatuto da classe (Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro), “são considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação informativa pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por outra forma de difusão electrónica” (artigo n.º1). A eles exigem-se deveres como (art. n.º 14): “exercer a actividade com respeito pela ética profissional, informando com rigor e isenção”; “abster-se de formular acusações sem provas e respeitar a presunção de inocência”; “não tratar discriminadamente as pessoas”; “abster-se de recolher declarações que atinjam a dignidade das pessoas”; “não falsificar ou encenar situações com intuito de abusar da boa-fé do público”. Estes profissionais seriam um dos elementos que ajudariam o jornalismo a estruturar-se como campo social e a conferir às emissões televisivas um estatuto de informação. A opção de entregar a apresentação de um programa a um jornalista ou a alguém sem carteira profissional poderá ter subjacente um desenho de promessas de comunicação diferenciadas: uma mais vocacionada para a vertente informativa, a outra mais inclinada para a componente lúdica.

Um espaço público igualitário, diversificado e acessível é algo que identificamos com uma democracia e que fazemos transitar para a televisão, actualmente um dos lugares mais expressivos da esfera pública. Para averiguar o grau de

<sup>6</sup> Em relação ao painel-residente e ao público-assistente, eles serão apenas alvo de referências pontuais, sem nos determos neles de forma particular. Por duas razões: por não ocuparem um lugar de relevo nas emissões que constituem a nossa amostra e porque o material que temos em mãos não permite avaliar de forma sistemática o papel que têm nas respectivas emissões.

democraticidade das arenas colectivas construídas pelos programas que abrem os respectivos cenários para a conversação de temáticas diversas, é importante saber quem é chamado a tomar parte nessas discussões. Se a conversação televisiva é um momento privilegiado de observação das relações sociais, quais são os grupos mais visíveis mediaticamente? Os *plateaux* televisivos constituem-se como espaços abertos a todos ou operam como lugares cativos para uma elite? Há cidadãos mais legítimos do que outros? Com quem dialogam os jornalistas? Nessa selecção, a questão do género é relevante, ou seja, os homens sobrepõem-se às mulheres quanto ao direito de falar em público? Para responder a estas questões, que, na nossa perspectiva, contribuem para encontrar alguns traços da identidade do espaço social criado na informação semanal, dividiremos os convidados por diferentes categorias, distinguindo, no interior de cada uma delas, os homens das mulheres (cf. Anexo 1).

A televisão procede a uma construção social da realidade e, através dessa mediação, aproxima-nos de universos próximos ou longínquos, podendo, de certa forma, alargar o nosso conhecimento da vida do mundo ou do mundo da vida. Porque têm a realidade como referente, os programas de informação, ou os formatos contíguos a esse campo, serão aqueles que reúnem, à partida, maiores potencialidades para dar múltiplas e pertinentes visões de variados assuntos. Mais centrados nos enunciados ou nas enunciações, cada formato será um momento propício à (re)construção de um mundo comum, constituindo-se, deste modo, como instâncias de produção de informação que iniciam as audiências em temáticas que interessa pensar e debater. Esta capacidade da TV para nos colocar diante de temas que suscitam a nossa mobilização (cognitiva ou emocional, cívica ou política...) é explicada por várias teorias que se detêm nos efeitos das mensagens de massas, nomeadamente pelo *agenda-setting*. A pergunta-chave neste contexto é, pois, a seguinte: o que as emissões informativas debatem nos serões televisivos? Não pretendemos chegar a uma análise minuciosa dos assuntos abordados em cada uma delas, mas conhecer as áreas aí privilegiadas. Os programas temáticos facilitam o nosso trabalho, mas os debates, pela variedade de assuntos em discussão, exigem que se proceda a uma classificação dos tópicos escolhidos. Esse trabalho será feito com base em categorias que serão inseridas em quatro grupos: política, áreas estruturais, vida em sociedade e desenvolvimento/bem-estar pessoais. Os dois primeiros grupos formarão aquilo a que designaremos como *macro-temas* e os dois últimos darão origem àquilo que chamaremos *micro-temas*. Explicamos sucintamente cada uma dessas categorias no Anexo 1.

O material de que dispomos não nos permite saber tudo aquilo que gostaríamos. No primeiro nível, poder-se-ia ir mais além e confrontar presidentes dos Conselhos de Administração, directores de Informação e responsáveis pelos

programas informativos semanais dos canais generalistas com aquilo que disseram/fizeram para perceber melhor os constrangimentos, as limitações e os erros de certas opções. Esse trabalho implicaria outra metodologia e outros rumos de orientação. Também seria pertinente conhecer as causas de agendamento de certos temas. Por que se escolhe, em determinadas alturas, certos tópicos? Será porque essas problemáticas eram destacadas na imprensa? Será que faziam parte dos noticiários diários? Qual a direcção que tomavam esses assuntos no que aos meios de comunicação social diz respeito? Passariam da informação diária para a semanal? Ou seriam introduzidos na TV através da rádio ou da imprensa? Outro ponto a merecer desenvolvimento seria o dos convidados. De que forma os responsáveis dos programas de TV compunham os *plateaux* televisivos? Por vezes, as entrevistas publicadas na imprensa fornecem esclarecimentos a esse respeito, mas convinha que a explicação inerente a essa escolha resultasse de um trabalho apurado e sistemático que, no entanto, o nosso material não permite fazer. Poderíamos ainda analisar as estratégias de introdução dos convidados na conversação televisiva e os papéis que lhes eram atribuídos. Todavia, isso implicaria recorrer a um material em suporte vídeo que não utilizámos por não ser necessário aos propósitos do estudo que desenvolvemos.

## **CAPÍTULO 2 | O ESPAÇO PÚBLICO QUE A INFORMAÇÃO SEMANAL DESENHA**



# 1. No centro de um espaço televisivo político

## 1.1 O Panorama Audiovisual Português (PAP) em 1993

Com a entrada em funcionamento do canal Quatro, a partir de 20 de Fevereiro de 1993, completa-se o PAP no que diz respeito aos canais que operam em regime aberto. Neste primeiro ano de coabitação da TV pública/privada, a RTP1 sofre apenas uma ligeira diminuição das audiências. A SIC tenta estratégias de programação que abrem confronto com o canal generalista público. Embora a sua grelha não consiga reunir uma audimetria expressiva, este canal privado propõe alguns formatos inovadores.

O ano de 1993 é marcado pelo início das emissões do canal Quatro, a segunda estação privada, propriedade da Igreja Católica. Mesmo antes de entrar em funcionamento, esta estação privada lança uma oferta pública de acções, aumentando o seu capital de 2,5 milhões de contos para 5 milhões. No primeiro dia de emissões, o número de accionistas situa-se perto dos 13 mil. De entre eles, sobressai a Rádio Renascença (RR) que ocupa dois lugares no Conselho Geral da empresa. O presidente do Conselho de Administração (CA) do quarto canal diz que a RR “é necessariamente ouvida em todas as decisões estratégicas”. Apesar de sublinhar a existência de traços específicos – “são meios de comunicação social diferentes (...) em ciclos distintos –, Roberto Carneiro reconhece semelhanças entre as duas empresas: “Partilham valores análogos. A visão humanista e cristã que as inspiram baseia-se na doutrina social da igreja”<sup>1</sup> (*Público*, 31 de

<sup>1</sup> Num editorial que acompanha a transcrição da conversa com o presidente do CA da TVI, os jornalistas responsáveis por essa entrevista, Jorge Wemans e David Lopes Ramos, sublinham o facto de o discurso do entrevistado não fazer sobressair uma preocupação com a conquista do público: “Fala mais de cultura, solidariedade e libertação do que de audiências, quotas de mercado, lucros”. Talvez porque, como se acrescenta, “sem o dizer, percebe-se que acredita que as razões que tornaram a RR um líder de audiência vão funcionar no 4.º canal”. Numa entrevista ao *Público* (30 de Janeiro de 1993), o director de Informação, António Rego, fala em estudos de mercado, através dos quais se procurou saber se os ouvintes da emissora radiofónica poderiam transitar para a sua estação televisiva e os resultados revelaram-se “tranquilizadores” para os responsáveis da nova estação.

Julho de 1993). Tal como a RR, a TVI nasce como uma identidade religiosa que se evidencia no logótipo em que o número “quatro” não serve apenas para assinalar o canal, mas também para marcar a conhecida Cruz de Cristo. Ainda que a ligação a instituições religiosas seja uma realidade, nota-se uma preocupação em traçar fronteiras entre a natureza dos accionistas e o projecto jornalístico a desenvolver. Embora reconhecendo que se irá prestar uma atenção àqueles que “são movidos por ideias religiosas”, o director-adjunto da Informação, Jorge Nuno Oliveira, garante que não se tratará de uma “televisão de confessionalário”, mas, como se lê na “Carta de Princípios” da estação<sup>2</sup>, de um canal “popular, centrado na família” (*TV 7 Dias*, n.º 304, Janeiro de 1993). Todavia, a ligação à doutrina social da Igreja é clara e a atenção aos assuntos religiosos comprova-se, desde logo, ao ser criada na redacção do canal Quatro uma editoria específica para a religião.

Em situação de liderança de audiências e de mercado publicitário, a RTP é alvo de uma crítica permanente quanto ao cumprimento do serviço público a que está obrigada e para o qual recebe financiamento estatal através de *indenizações compensatórias*. O presidente do CA da TVI apoia-se nas “regras do relacionamento do Estado com a RTP em matéria de serviço público” e nas “dotações de capital” para dizer que essa situação pertence “à fase da ditadura”. Ao Governo pede que seja “rigorosamente equitativo e equidistante de todos os operadores de televisão” (*Público*, 31 de Julho de 1992). Baseando-se no Contrato de Concessão de Serviço Público assinado em Março de 1993, Roberto Carneiro defende que as obrigações de serviço público prescritas naquele documento poderiam ser feitas pela RTP ou pelo operador privado que oferecesse o melhor produto ao mais baixo preço (*Diário de Notícias*, 4 de Outubro de 1993). Por seu lado, a SIC critica a RTP pelo financiamento estatal, pela ausência de qualquer restrição ao nível da publicidade e pela programação que apresenta<sup>3</sup>. O respectivo director de Programas e Informação argumenta que a TV pública portuguesa “é a estação estatal europeia mais comercial e subsidiada” (*TV Mais*, 2 de Outubro de 1993). Numa entrevista à edição de 30 de Setembro de 1993 do *Se7e*, o presidente do CA da SIC já tinha deixado as seguintes acusações: “A RTP recebe este ano (1993) 7,1 milhões de contos por via do contrato [de concessão do serviço público] para, entre outras coisas, a TV2 dar no horário nobre artes plásticas, bailado,

<sup>2</sup> No PAP, a TVI é a única estação a elaborar uma “Carta de Princípios” que rege a sua actividade e a primeira televisão em Portugal a criar um Provedor do Cidadão Telespectador. Antes de iniciar as emissões, o Conselho Geral da empresa empossa Sousa Franco nessa função que se pretende desenvolvida com independência da direcção do canal. Esse tipo de mediação nunca foi concretizado.

<sup>3</sup> Por considerar aquele Contrato inconstitucional, a SIC, com base em dois pareceres de Freitas do Amaral, recorre, no quarto trimestre de 1993, aos tribunais (português e europeu), solicitando a anulação do mesmo (o que nunca foi conseguido).

ópera. Em vez disso, está a dar novelas brasileiras<sup>4</sup>. Parecendo ignorar as críticas de que era alvo o serviço público de televisão, os discursos dos responsáveis da RTP evidenciam entendimentos específicos em relação àquilo que julgam ser a natureza do Canal 1 (que apresentam como “popular”) e a vocação da TV2 (mais centrada nas “minorias”). Esta distinção é, em parte, tributária da dependência que a empresa pública manifesta ter em relação ao mercado. Adriano Cerqueira, director da emissão da RTP, explica que o Canal 1, recebendo maior investimento publicitário, “tem de ter programas de grande audiência”, devendo a respectiva informação “ser agressiva”, enquanto na TV2 “não há obrigatoriedade de mostrar todas as notícias do país, mas de dissecar o que de mais importante se passa em cada dia” (*TV Guia*, n.º 747, Maio de 1993). Isto não significa que não se admitam excessos. Numa entrevista ao *Expresso* (24 de Julho de 1993), o presidente do CA da RTP, Freitas Cruz, reconhecia que “se está a exagerar na informação-espectáculo”, incluindo aí aquela difundida pelo serviço público de televisão: “De vez em quando, a informação da RTP, seguindo a tendência dominante no nosso país, está a ceder à tentação fácil de um certo sensacionalismo”.

## **1.2 A programação dos canais generalistas: “A RTP1 marca a cadência do audiovisual”**

### **1.2.1 RTP: um serviço público como sinónimo de TV popular**

Adoptando uma programação de confronto com os canais privados, os responsáveis da RTP reiteram um discurso que insiste em desligar as opções feitas de uma lógica concorrencial. Por outro lado, lembram que o serviço público se circunscreve a um conjunto de obrigações específicas fixadas num Contrato celebrado em Março de 1993 em que nada se dizia ao nível da oferta televisiva, dando-lhe, assim, espaço para uma engenharia de programação que rivalizasse com a das estações privadas. Foi isso que se fez. Por altura do aparecimento da SIC (Outubro de 1992), a RTP coloca no ar um *spot* em que da barriga de uma mulher nasce uma televisão. Não se trata de mera retórica. Um mês antes da entrada em funcionamento do primeiro canal privado, a TV pública apresenta

<sup>4</sup> O director de Emissão da RTP, Adriano Cerqueira, diz que a integração do desporto na TV2 “foi uma opção que, acima de tudo, teve em conta o interesse do espectador” (*TV Guia*, n.º 747, Maio de 1993). Essa estratégia acolhe a receptividade do presidente do CA da RTP, que declara “contestar frontalmente a alegação de que [o desporto] está mal colocado na RTP2” (*Expresso*, 30 de Setembro de 1993). Freitas Cruz já não aceita do mesmo modo a engenharia de programação adoptada quanto às telenovelas, cujo número considera “excessivo” e a presença diz querer “ver afastada da TV2”.

uma grelha para a temporada de Outono/Inverno cheia de novos programas. Em entrevista ao *Público* (13 de Setembro de 1992), o director-coordenador de Programas e Informação da RTP diz que o orçamento previsto para esse ano destinado às áreas de informação e programação ronda os 16 milhões de contos, três milhões dos quais são para a informação e para o desporto<sup>5</sup>. Ao contrário do director da SIC, que fala da sua programação em termos de “confronto” com a TV pública, José Eduardo Moniz assume um discurso que desvaloriza a concorrência, considerando que a televisão que dirige “marca a cadência do audiovisual português” a vários níveis: na informação assegura que a RTP define o modelo de fazer jornalismo em Portugal; no que diz respeito à produção portuguesa de ficção e às comédias, defende que os canais de serviço público “foram praticamente os únicos” a produzi-las; e garante ainda que a RTP foi “pioneira” na área das comédias de situação (*TV Guia*, n.º 762, Setembro de 1993).

A despreocupação com os canais privados é mais teórica do que real. Em 1993, por altura do lançamento da Quatro, a RTP cria um *spot* autopromocional em que proclama que é “a televisão da Judite, da Manela, do Zé...”. Este conceito de proximidade é uma forma de contra-ataque ao discurso da TVI, que se assume como um canal familiar e de valores humanistas. O próprio José Eduardo Moniz retoma essas referências em várias entrevistas. “Queremos ser a televisão da família”, afirma, em Setembro de 1993, à *TV Guia* (n.º 762). Outro exemplo: pouco tempo antes do aparecimento dos canais privados, as direcções do Canal 1 e da TV2 são separadas. Na edição n.º 747 da *TV Guia* (Maio de 1993), Adriano Cerqueira, director de Emissão da RTP, refere-se a essa opção como “um ensaio de concorrência”. Outra das alterações diz respeito ao modo como se colocam no ar as grelhas de programação: em 1993 a RTP opta por não apresentar de uma só vez as novidades de Outono/Inverno, mas por as inserir gradualmente entre Setembro e Março, uma forma de impedir a contra-programação das privadas e de manter os telespectadores em permanente expectativa.

Embora os programas informativos continuem a ter um espaço assinalável nas grelhas da RTP, nomeadamente no Canal 1, em 1993 a aposta divide-se por três géneros: as telenovelas brasileiras, as *sitcoms* e os programas de “apanhados”. São eles que ocupam grande parte dos serões televisivos.

No que diz respeito à informação semanal, o Canal 1 integra em período nocturno um número razoável de programas, mas grande parte deles caracteriza-se por uma periodicidade irregular. No primeiro semestre, estão no ar dois debates que alternam nos serões de 3.ª feira (*De Caras e Marcha do Tempo*); um programa de grande-reportagem (*Repórteres*); um de desporto que mistura reportagens

<sup>5</sup> A SIC arranca a 6 de Outubro de 1992 com um investimento inicial de seis milhões de contos, aumentado nos meses seguintes, porque, segundo o presidente do CA do canal, as receitas publicitárias ficaram aquém do esperado (*Se7e*, 30 de Setembro de 1993).

com entrevistas em estúdio (*Grande Área*); um *talk show* (*Conversa Afiada*); e uma espécie de magazine, intitulado *Sexualidades*, da responsabilidade do psiquiatra Júlio Machado Vaz<sup>6</sup>. No segundo semestre, desaparecem *Marcha do Tempo*, *Grande Área*, *Conversa Afiada* e *Sexualidades*; e surgem, ao sábado, *Entrevista de Maria Elisa* e, alternadamente à 5.ª feira, *Raios e Coriscos* e *Você é Excepcional*, dois *talk shows* apresentados por jornalistas (cf. Quadro 2).

### 1.2.2 SIC: o confronto com o Canal 1

Apenas com três meses de existência, a SIC inicia o ano de 1993 com *shares* pouco expressivos, sendo ainda longo o caminho a percorrer para cumprir os objectivos traçados: alcançar a estação de maior audiência. Mesmo antes de iniciar as suas funções, a SIC assume uma estratégia de “confronto” com o Canal 1, que Pinto Balsemão encara como o “verdadeiro adversário” (*Público*, 24 de Setembro de 1992). É também esse o entendimento do director de Informação e Programação que fala da estação generalista pública como uma “concorrente”, em relação à qual tece duras críticas. Assegurando que “com menos duas horas de emissão [a SIC] produz mais informação do que o Canal 1 da RTP”, Emídio Rangel garante que o jornalismo da sua televisão “é muito mais credível” e promotor de inovação. Um dos exemplos apontados é *Praça Pública*, um programa diário centrado em problemas locais ignorados pelas instituições competentes, que se mantém em antena até Fevereiro de 1996. Esta prioridade dada à informação foi uma das principais marcas do canal. Não certamente por acaso a inauguração das emissões foi feita, a 6 de Outubro de 1992, com um noticiário cujo *pivot* de lançamento da primeira notícia foi: “Estudantes em luta contra as propinas”. Estava dado o mote de um jornalismo interventivo, grande parte dele feito à revelia das fontes institucionais. É através deste posicionamento editorial irreverente em relação aos vários poderes (político, económico, social...) que se devem perspectivar emissões especiais como *Morrer em Évora* dedicada à polémica dos hemofílicos, *TAP: vida ou morte*, centrada na análise da situação da transportadora área; ou *À Lei da Bomba*, onde se procurou debater o crime do padre Max<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> *Sexualidades* teve um percurso acidentado na grelha da RTP. Em Abril passa para a TV2 e, meses depois, desaparece de antena. O seu coordenador e apresentador, o psiquiatra Júlio Machado Vaz, diz que todo esse processo “foi uma desilusão” (*TV Mais*, 29 de Julho de 1993).

<sup>7</sup> Ainda que os responsáveis pelo canal insistam em proclamar o investimento no campo da informação, convém não esquecer que se trata aqui de uma estação privada que visa o lucro. No dia da apresentação do canal às agências publicitárias, o director comercial da SIC afirma: “Seremos o que os senhores que estão nesta sala quiserem que sejamos” (*Público*, 6 de Outubro de 1992). Esta dependência do mercado é assumida pelo próprio presidente do CA da SIC, que, poucos dias antes do arranque da estação, diz ser “desejável começar as emissões, uma vez que este é o trimestre forte da publicidade” (*Público*, 24 de Setembro de 1992). E é reiterada pelo próprio director de Informação e Programas, para quem a concorrência com o Canal 1 da RTP existe “porque ele é o dono da audiência, é o líder da publicidade” (*Público*, 6 de Dezembro de 1992).

Não deixando de privilegiar a informação, os responsáveis da programação adoptaram as novelas brasileiras como produtos estruturantes do horário nobre<sup>8</sup>. Em Junho de 1993, o *Jornal da Noite* andou a reboque da programação estipulada para a produção da Globo *Renascer*, cedendo-lhe mesmo o espaço das 20h00<sup>9</sup>. Paralelamente a uma política de confronto concretizada através dos noticiários e das novelas, arrisca-se a compra de formatos que introduzem alguma inovação na oferta televisiva. Por exemplo, em Outubro de 1993, estreia *Chuva de Estrelas*, apresentado por Catarina Furtado, que veio a ser o programa da SIC mais visto do ano. Por esta altura, a estação de Carnaxide pôde contar ainda com Marina Mota e Teresa Guilherme, cujas transferências da RTP permitiram a emissão de conteúdos popularizados na TV pública: *Ora Bolas! Marina*, uma espécie de *remake* de *Marina, Marina*; e *O Resto é Conversa*, um *talk show* emitido no período da tarde conduzido por Teresa Guilherme, semelhante àquele que a apresentadora coordenara anteriormente com o título *O Chá das Cinco*. Em horário tardio, a SIC explora um filão ignorado nos outros canais: os programas eróticos<sup>10</sup>.

No que diz respeito à informação semanal do primeiro semestre de 1993, a SIC tem no ar dois debates generalistas (*Terça à Noite* e *Conta Corrente*), dois *talk shows* de traço intimista (*Segredos* e *Sexo Forte*) e três programas de informação temática (*Os Donos da Bola*, *Internacional SIC* e *Tostões e Mi-lhões*). Na grelha de Outono, desaparecem *Conta Corrente*, *Segredos* e *Sexo Forte* e estreiam *Casos de Polícia*, um programa que mistura reportagens com debate em estúdio, e *Conversas Curtas*, moderado pelo editor de política da SIC. Em Dezembro, a apresentadora de *Sexo Forte* surge com o *talk show* *O Pecado Mora Aqui*. Todos estes programas são apresentados por jornalistas, excepto *Segredos*, entregue à economista Helena Sacadura Cabral. Não é, porém, nos *talk shows* que a SIC se evidencia, mas em programas de debate e/ou reportagem que, ao contrário daquilo que acontece na RTP, cumprem uma periodicidade semanal e apresentam formatos que se constituem como microesferas públicas que, mais do que absorverem aquilo que lhes é exterior, são, acima de tudo, territórios que reconfiguram a realidade de que tratam (cf. Quadro 2).

<sup>8</sup> Refira-se a promoção, feita em Novembro de 1992, à novela *De Corpo Alma* que desencadeou o primeiro grande confronto de contra-programação do Canal 1 que, na noite de 15 de Novembro, antecipou inesperadamente a estreia da sua novela *Pedra sobre Pedra* a fim de desviar a atenção das audiências da SIC.

<sup>9</sup> Depois de um tempo em que a tática foi a de “telejornal contra telejornal e novela contra novela”, a SIC optou por outra: “telejornal contra novela”. Mas isso não resultou em termos de audiências. Por isso, pouco tempo depois, regressaria ao confronto horário dentro do mesmo género de programas.

<sup>10</sup> Em Janeiro de 1993, a estação de Carnaxide integra na sua grelha *Água na Boca* que chega a ser um dos seus programas mais vistos e, em Fevereiro, estreia *Playboy*. A estes dois programas, sucedem-se outros similares (*Diários Eróticos*, *Valentina* e *Diamantes*). Estas produções, adquiridas no estrangeiro, encontravam também alguns ecos em programas produzidos pela própria estação, nomeadamente em *Encontros Imediatos* e *Na Cama Com*.

### 1.2.3 TVI: a influência das instituições religiosas

Uma televisão alternativa: esta é a ambição dos primeiros tempos da Quatro. Iniciando as emissões a 20 de Fevereiro de 1993<sup>11</sup>, o canal está no ar 66 horas por semana<sup>12</sup>, 21 das quais com produção própria. No dia de abertura das emissões, o respectivo presidente do CA reafirma o seu projecto como “uma televisão de valores, com uma clara orientação de personalismo humanista e cristão” e garante que não se vai encetar “uma corrida contra a RTP ou contra a SIC” (*Público*, 20 de Fevereiro de 1993). No que diz respeito ao perfil do espectador-tipo, o director de Informação, António Rego, apresenta-o como “popular” (*TV Guia*, n.º 732, Fevereiro de 1993); o director de Programação, José Nuno Martins, acrescenta que “é gente simples, de trabalho” (*TV Guia*, n.º 748, Junho de 1993). É curioso notar o número de vezes que se reitera o conceito de “TV popular”, acreditando que, a partir daí, se poderia proporcionar uma oferta televisiva “alternativa”. Quanto à filosofia da estação, a “família” e o “humanismo cristão” são sempre referenciais de base, mas que não foram suficientemente fortes para sustentarem um canal que cedo começou a denunciar limitações financeiras. Quatro meses depois da primeira emissão, José Nuno Martins reconhece insuficiências ao nível dos “recursos logísticos, tecnológicos, operacionais e até humanos”, o que retira aos programas a qualidade necessária (*TV Guia*, n.º 748, Junho de 1993). Este discurso que acentua os constrangimentos orçamentais é assumido por Roberto Carneiro no primeiro dia de emissões: “Se tivesse todo o dinheiro do mundo, garanto que não teria esta grelha – teria outra bastante diferente” (*Público*, 20 de Fevereiro de 1993).

Ao contrário da SIC, que faz das novelas brasileiras uma aposta da tira diária do horário nobre, a TVI opta por uma novela portuguesa (*Telhados de Vidro*) e por outra venezuelana (*Lágrimas*). Paralelamente ao cinema, a oferta da estação centra-se em programas produzidos em Portugal<sup>13</sup>. A partir da temporada de Outono, nota-se alguma renovação, resultante essencialmente da entrada de dois profissionais da RTP: Manuel Luís Goucha, a quem se entrega a apresentação de *Momentos de Glória*, e Artur Albarran, que é colocado à frente de um debate semanal ao qual é dado o nome do jornalista. A estes dois programas juntam-se, na área do entretenimento, a telenovela brasileira *Rosa Baiana* (uma produção da TV Bandeirantes), uma outra venezuelana (*Topázio*) e o concurso *Queridos Inimigos*.

<sup>11</sup> As emissões da Quatro começam às 20 horas do dia 20 de Fevereiro, com um programa – narrado em *off* por Teresa Fernandes – em que se faz uma dramatização com uma família fictícia que, no ano 2003, ocupa os seus tempos livres a rever os momentos iniciais deste canal. Segue-se o espaço publicitário com 20 *spots*, no primeiro dos quais se vêem monges publicitando rebuçados peitorais. Este quadro idílico está longe de reter o essencial daquilo que viria a acontecer na Quatro.

<sup>12</sup> A TVI começa com oito horas de emissão diária de 2.ª a 6.ª feira e 14 horas aos fins-de-semana. Na sua estrutura, conta com cerca de 230 funcionários.

<sup>13</sup> *Cozido à Portuguesa*, *Fado*, *Fadinho*, *Cartas de Amor* são alguns dos programas semanais colocados em horário nobre. Outro destaque da estação é um concurso diário, marcadamente popular, *A Amiga Olga*.

No campo da informação, a TVI não sobressai no PAP. Convém não esquecer que a política editorial da Quatro se distancia do tom agressivo adoptado nos restantes canais<sup>14</sup>. Apesar de reconhecer que “o espectáculo das emoções interessa”, o director de Informação, António Rego, insiste em fazê-lo com “as coisas bonitas que acontecem na vida”, encarando o jornalismo da sua estação como “exercício de convívio com os espectadores” (*TV Guia*, n.º 732, Fevereiro de 1993). Antes da inauguração do canal, António Rego, em declarações à edição do *Público* de 30 de Janeiro de 1993, deixava as seguintes intenções:

Vamos tentar descobrir ângulos complementares dos factos, pontos de vista desbloqueantes dos problemas. Não nos contentaremos com o espectáculo das situações. Não vamos ter nem uma linguagem nem uma óptica institucionais, não vamos estar dependentes apenas do último foguetório. Não me importo que a Quatro chegue um minuto atrasada aos acontecimentos, prefiro que narre de forma diferente aquilo que vir.

Em termos de informação semanal, há um número razoável de programas que percorre (quase) todo o ano de 1993, embora com permanentes mudanças horárias. É o caso dos formatos de desporto que se repartem entre o futebol (*Prolongamento*), os desportos radicais (*Na Maior*) e as modalidades automóveis (*Quarta a Fundo* e *Telemotor*). Estas são, sobretudo, emissões feitas com um conjunto de peças noticiosas que dão conta dos principais acontecimentos da semana. No primeiro semestre do ano, salientam-se ainda um magazine que se centra em figuras do chamado *jet 7* (*Olhares*) e um formato voltado para as novidades do universo da informática, nomeadamente jogos electrónicos (*Janelas Virtuais*). O primeiro é apresentado por um corredor de automóveis; o segundo por jovens estudantes, evidenciando-se em ambos uma componente mais de entretenimento do que de informação<sup>15</sup>. No que diz respeito a debates, a Quatro coloca no ar *Referendo*, um programa feito em colaboração com a Universidade Católica e apresentado pela jornalista Graça Franco; e *Frontal*, um programa conduzido pelos jornalistas Paula Magalhães e Jorge Nuno Oliveira. Em Outubro, desaparecem da grelha estes dois últimos debates e *Olhares*, surgindo, por outro lado, um programa religioso apresentado pelo jesuíta Vaz Pinto (*Caixa de Perguntas*), uma emissão vocacionada para notícias regionais (*País Real*) e um debate (*Artur Albarran*). Este último programa provocará uma certa ruptura no tipo de jornalismo desenvolvido nesta estação. Concentrando grandes meios técnicos e humanos, *Artur Albarran*

<sup>14</sup> A preocupação com a concorrência (quase) nunca é assumida pelos jornalistas da Quatro. “Nunca entraríamos pela concorrência desenfreada como a que existe entre a RTP e a SIC, onde não há regras nem lealdade. Ser os últimos não nos vai preocupar, desde que o sejamos dando a notícia com maior rigor”, afirma o director-adjunto de Informação Jorge Nuno Oliveira (*TV 7 Dias*, n.º 304, Janeiro de 1993).

<sup>15</sup> Paulo Dimas, coordenador de *Janelas Virtuais*, assume precisamente isso ao afirmar que o programa pretende “divertir e surpreender o espectador” (*TV Mais*, 22 de Maio de 1993).

será um grande *forum* de discussão de assuntos públicos, onde têm assento algumas dezenas de convidados e onde se perde em explicação detalhada dos temas o que se ganha na visibilidade de vários intervenientes. À sobriedade do estúdio, sucede um cenário colorido que se abre em múltiplas direcções.

Quadro 2: Programas de informação semanal dos canais generalistas em 1993

Programas	Canal	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maió	Junho	Julho	Agost.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
<i>De Caras</i> <sup>16</sup>	RTP												
<i>Marcha do Tempo</i> <sup>17</sup>	RTP												
<i>Entrevista de M<sup>a</sup> Elisa</i>	RTP												
<i>Repórteres</i> <sup>18</sup>	RTP												
<i>Grande Área</i>	RTP												
<i>Conversa Afiada</i>	RTP												
<i>Sexualidades</i>	RTP												
<i>Raios e Coriscos</i>	RTP												
<i>Você é Excepcional</i>	RTP												
<i>Conta Corrente</i>	SIC												
<i>Terça à Noite</i>	SIC												
<i>Conversas Curtas</i>	SIC												
<i>Os Donos da Bola</i>	SIC												
<i>Internacional SIC</i>	SIC												
<i>Tostões e Milhões</i>	SIC												
<i>Casos de Polícia</i>	SIC												
<i>Segredos</i>	SIC												
<i>Sexo Forte</i>	SIC												
<i>O Pecado Mora Aqui</i>	SIC												
<i>Referendo</i>	TVI												
<i>Frontal</i>	TVI												
<i>Prova dos Nove</i>	TVI												
<i>Artur Albarra</i>	TVI												
<i>Prolongamento</i>	TVI												
<i>Telemotor</i>	TVI												
<i>Quarta a Fundo</i>	TVI												
<i>País Real</i>	TVI												
<i>Olhares</i>	TVI												
<i>Na Maior</i>	TVI												
<i>Janelas Virtuais</i>	TVI												
<i>Caixa de Perguntas</i>	TVI												

Fonte: Markttest

<sup>16</sup> Periodicidade irregular.

<sup>17</sup> Periodicidade irregular.

<sup>18</sup> Periodicidade irregular.

## 1.3 Programas de informação: quem fala do quê nos *plateaux* televisivos

### 1.3.1 Uma informação estruturada e estruturante em relação ao espaço público

Não é na reconquista da rua que o espaço público das sociedades urbanas culturalmente heterogêneas e territorialmente dispersas se fortificará, ao contrário do que, por vezes, se defende<sup>19</sup>. Talvez seja difícil actualizar hoje este conceito num lugar de debate estruturado pelo prazer de falar em conjunto sem qualquer constrangimento, próximo da esfera da Publicidade desenhada por Jürgen Habermas (1986). Mas podemos perspectivá-lo como espaço de circulação e de comunicação, sujeito a algumas limitações, mas, mesmo assim, suficientemente aberto para, pelo menos, chegar àqueles que manifestem interesse em conhecer aquilo que aí se passa. Deste ponto de vista, os debates televisivos dos canais generalistas afiguram-se como um dos pontos centrais do espaço público contemporâneo.

Sendo palcos por excelência de representação da realidade, os programas de informação são simultaneamente uma oportunidade para um redimensionamento do objecto de debate. É nessa circularidade que se percebe o condicionamento recíproco entre a sociedade e a televisão e que Mário Mesquita (2003: 117) explica assim: “As relações sociais, políticas e económicas induzem representações mediáticas que, por sua vez, se repercutem na sociedade”. Esta mútua influência é assinalada em vários trabalhos que elegem o audiovisual como objecto de estudo. Veja-se, por exemplo, a investigação desenvolvida por Teresa Velázquez (1992) sobre o relacionamento dos políticos com a televisão. Citando Mauro Wolf, a autora defende que “a função primordial dos *media* é a construção da imagem da realidade social” (1992: 23), apresentando os *plateaux* televisivos como um espaço ao mesmo tempo institucionalizado por práticas que lhe são exteriores e instituinte de novos contornos da realidade que absorve (1992: 109-119). Não é diferente a perspectiva de Noël Nel que, tomando os debates televisivos como uma espécie de “laboratório da opinião” (1990: 43), faz deles um momento estruturado e estruturante em relação àquilo que existe. São, na verdade, muitas as propostas que nos remetem para esse diálogo. Reactualizamos aqui a visão de Louis Quéré sobre o espaço público por nos parecer aquela que, neste contexto, proporciona vectores de aproximação ao nosso objecto de estudo. Considerando o espaço público “como forma” e “como acontecimento”, o investigador francês (1995: 94-99) defende que esse espaço configura relações/

<sup>19</sup> Num livro organizado por si sobre o espaço público contemporâneo, Isaac Joseph abre a obra com um artigo que intitula “Reprendre la Rue”. Na sua opinião, “não há democracia mais durável do que a da rua, como espaço de reencontro com o estrangeiro, como espaço de co-presença não apenas com outrem, mas com cada um, testemunho e juiz da vulnerabilidade do laço social” (1995: 34).

práticas sociais que absorve do exterior (nível da forma) e que as faz emergir a uma visibilidade que lhes confere uma individualização (nível do acontecimento), ou seja, torna-se um produto das práticas que suscita, torna possível e/ou condiciona. Segundo Quéré, esse espaço público que se pretende vivo apenas se constituiu como tal através da tematização contínua das questões de que se ocupa. Dar forma e conferir o estatuto de acontecimento a alguma coisa implica saber de que estamos a falar (temas) e, antes disso, perceber que tipo de relação podemos estabelecer com a sociedade (mais pró-activo ou mais reactivo).

Neste ponto, orientaremos a análise dos programas de debate e/ou entrevista para a procura dos temas e para o relacionamento que esses formatos televisivos mantiveram com a actualidade. No Canal 1, integram-se *De Caras*, *Marcha do Tempo* e *Entrevista de Maria Elisa*; na SIC, *Terça à Noite*, *Conta Corrente* e *Conversas Curtas*; na Quatro, *Referendo*, *Frontal* e *Artur Albarran*. Todos colocados num segmento considerado como horário nobre (antes da meia-noite). Alguns em sobreposição, outros em alternância; uns mais vocacionados para criar uma agenda mediática, outros mais seguidores de uma agenda pública.

É no *De Caras*, apresentado pelo director-coordenador de Programas e Informação da RTP, que os assuntos políticos mais se evidenciam. Em ano de eleições autárquicas, este programa integrou nos dois últimos meses do ano quatro debates consagrados aos municípios do Porto, de Lisboa e das respectivas zonas metropolitanas, reservando no primeiro semestre duas emissões para entrevistar os presidentes das autarquias de Lisboa e do Porto. A política governamental também foi privilegiada, notando-se aí uma linha editorial reactiva aos factos. Por exemplo, a 2 de Fevereiro, chama-se o ministro do Emprego e Segurança Social para falar do trabalho infantil ou do aumento da Função Pública, quando esses tópicos constavam já da agenda da Assembleia da República e dos sindicatos. Na verdade, *De Caras* foi mais uma espécie de *forum* para debater o que já circulava na esfera pública do que uma oportunidade para aí introduzir novas questões. Mesmo nos (poucos) programas que consagrou a áreas fora do campo político, a postura da equipa de José Eduardo Moniz não se alterou. Não é, pois, a novidade ou a estruturação de novos temas que *De Caras* constrói em cada uma das suas (irregulares) emissões, mas uma ampla sala de trabalho onde se interpelam as fontes oficiais do país perante uma vasta assembleia que está ali, sobretudo, para ouvir.

Alternando semanalmente com *De Caras*<sup>20</sup>, *Marcha do Tempo*, conduzido por Maria Elisa, privilegia igualmente a política, mas, ao contrário do programa de José Eduardo Moniz que a circunscreve ao plano nacional, neste debate a prioridade é dada à política internacional. No último programa (22/7),

<sup>20</sup> Uma alternância nem sempre respeitada devido à inconstância com que iam para o ar os debates do Canal 1 da RTP.

a jornalista desloca-se mesmo a Moçambique para aí entrevistar o presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dlakhama. Trata-se aqui de uma excepção, já que não é com os protagonistas dos acontecimentos que *Marcha do Tempo* discute os temas internacionais, mas com políticos ou jornalistas portugueses<sup>21</sup>, o que “des-localiza” o que é dito para dentro das nossas fronteiras. Dias antes do seu programa começar, Maria Elisa promete desenvolver as emissões numa linguagem simples e com um enquadramento acessível, sublinhando, no entanto, que alguns assuntos serão, “de certo modo, elitistas” (*TV Mais*, 1 de Fevereiro de 1993). Num primeiro momento foi isso que aconteceu, sobretudo devido aos interlocutores escolhidos para debater o “dinheiro” (pessoas ligadas à macroeconomia) e a “ciência e conhecimento científico” (conceituados investigadores). A partir da terceira emissão (9/3), onde se fez uma retrospectiva da vida do Presidente da República Mário Soares, a linha editorial anunciada como um esforço para puxar temas de minorias (ligados a elites sociais) para o centro do espaço mediático esbate-se para dar lugar a temáticas que ocupam grande espaço na actualidade noticiosa, principalmente no plano internacional<sup>22</sup>. Pelo meio, Maria Elisa ainda fez alguns desvios do campo político. Como quando se falou nos emigrantes de sucesso (6/4), na influência do Norte (18/5) ou na saúde que temos (15/6).

Na temporada de Outono, Maria Elisa conduz um espaço de entrevista a que dá o seu nome. A política nacional é aí o filão central, seguido de temas que se integram noutras áreas estruturais, como a macroeconomia ou a cultura. As entrevistas com o toureiro Pedrito de Portugal (16/10) e com o piloto Pedro Lamy (12/11) fizeram a entrevistadora enveredar por áreas pouco frequentes neste género, introduzindo nelas uma acentuada noticiabilidade. Foram apenas duas emissões, mas, de certa forma, assinalaram a possibilidade de preencher uma grande-entrevista com actores que não integravam as chamadas fontes oficiais que diariamente ocupavam o topo dos alinhamentos dos noticiários da TV pública, como constatámos num estudo que desenvolvemos sobre o *Telejornal* da RTP1 (Lopes, 1999).

A SIC tem um número semelhante de debates que aparecem regularmente em antena, ao contrário daquilo que acontece na estação de serviço público. Outra diferença tem a ver com o tipo de relação que esses formatos estabelecem com a realidade. Mais do que seguir uma agenda pública, essas emissões de informação semanal constroem alinhamentos que condicionam frequentemente a actualidade. E se nesta fase há uma preferência por temas relacionados com

<sup>21</sup> Por exemplo, para analisar a presidência de Bill Clinton, Maria Elisa convidou Vasco Pulido Valente e Vicente Jorge Silva (29/7).

<sup>22</sup> Como a guerra entre o MPLA e a UNITA (16/3), a política europeia (4/5), as eleições legislativas em Espanha (1/6), a América de Clinton (29/6) ou o clima político agitado de Moçambique (22/7).

a política ou com as áreas estruturais da sociedade, a aproximação a esses assuntos faz-se através de um tom crítico ou com convidados que assumem posições contundentes em relação àquilo que se discute.

“Um espaço aberto àqueles que têm de prestar contas”: é neste *slogan* que *Conta Corrente* encontra uma linha condutora que o orienta para a vida pública de um convidado que, em estúdio, se sujeita a uma contabilidade do “deve e haver”, conduzida na primeira parte pela entrevistadora e, na segunda parte, promovida por um convidado-surpresa que cria um contraditório mais acentuado do que aquele permitido à jornalista<sup>23</sup>. Para além das questões que estão na ordem do dia, Margarida Marante, que apresenta e coordena este programa da SIC, diz que a importância do entrevistado também se constitui como um *gatekeeper*<sup>24</sup> (*TV Mais*, 8 de Fevereiro de 1993). Estes vectores constroem um formato orientado para temas de grande visibilidade e notoriedade públicas, não sendo, por isso, surpreendente que a política se constitua como o mote de grande parte dos programas. Reunindo o maior número de emissões, os temas que se concentram em áreas estruturais da sociedade são muitas vezes discutidos próximos do terreno político. Mais do que seguir uma agenda noticiosa, Margarida Marante procura que os seus programas sejam momentos criadores de noticiabilidade: traz a estúdio temas incómodos a certos membros do Governo que, por vezes, se recusam a participar no programa; antecipa discussões que ainda não tinham sido feitas publicamente; está atenta àqueles que abandonam cargos ou são nomeados para certas funções; relembra polémicas esquecidas e amplia as existentes. Com tudo isso, constrói um espaço estruturado, mas sobretudo estruturante da vida pública, nomeadamente no campo político. Se protagonistas de certos factos ou responsáveis por determinados trabalhos recusavam o convite de Margarida Marante, a jornalista ocupava a cadeira principal do seu programa com os interlocutores mais críticos do assunto em destaque. Por exemplo, a 18 de Fevereiro, elege-se como tema de debate a agricultura, numa altura em que os produtores se manifestavam, um pouco por todo o lado, contra a Política Agrícola Comum. Para discutir estas convulsões, pretendia-se o ministro português da Agricultura, que declina o convite, sendo esse lugar preenchido por um deputado do partido da oposição, o socialista António Campos. Marante inicia esse programa assim:

O senhor ministro da Agricultura recusou o convite, sem outra explicação. Mas não é por o senhor Ministro da Agricultura recusar que os problemas da agricultura

<sup>23</sup> *Conta Corrente* é gravado horas antes da respectiva emissão. Não se perdia, assim, a possibilidade de recuperar factos do dia e confrontá-los com a versão do entrevistado, mas impossibilitava-se a participação directa do telespectador.

<sup>24</sup> Algumas emissões foram pensadas a partir do nome dos convidados. Por exemplo, de Collor de Melo (14/1), de José Luís Judas (4/3), de Vítor Constâncio (25/3), de José Saramago (1/4) ou de Otelo Saraiva de Carvalho (6/5).

portuguesa se resolvem, são menos importantes ou menos actuais. Por isso, mantivemos a decisão de dedicar o programa de hoje aos agricultores e dirigimos convite ao Eng. António Campos, deputado do Partido Socialista que protagonizou, nestas últimas semanas, uma acesa polémica com o Governo e com a CAP a propósito da aplicação dos fundos comunitários.

A mesma situação repetir-se-ia a 8 de Abril, quando se discute “o novo regulamento da Assembleia da República e o *blackout* dos jornalistas parlamentares”. Não tendo conseguido trazer a estúdio responsáveis parlamentares e governamentais do PSD para debater esta questão, *Conta Corrente* convida um dos jornalistas com uma opinião mais radical contra esta iniciativa política: o director do jornal *Público*, Vicente Jorge Silva. Curiosamente quinze dias depois, o subsecretário de Estado Amândio de Oliveira aceita explicar a Margarida Marante o défice de 10 milhões de contos que a RTP acumulara no ano anterior e que, naquela semana, tinha sido noticiado na imprensa. Aos poucos, os políticos iam compreendendo que, na sua ausência, o programa se realizava com os críticos<sup>25</sup>. Das áreas estruturais, a jornalista Margarida Marante – formada também em Direito – privilegia a justiça, à qual faz diferentes aproximações, quase sempre contra a corrente. Por exemplo, a 25 de Fevereiro, discute-se o novo Código Penal que, dali a semanas, haveria de ser apresentado em Conselho de Ministros pelo titular da pasta da Justiça. Marante antecipa-se com um debate centrado no campo jurídico, convidando, para isso, Figueiredo Dias, presidente da Comissão de Reforma donde saiu a versão desse novo Código Penal. Ao introduzir o entrevistado, a jornalista afirma que “a elaboração deste Código não foi acompanhada de debate público”, acrescentando ser esse “carácter restrito e quase confidencial do trabalho da comissão a primeira das críticas que se pode fazer ao novo Código Penal”<sup>26</sup>. A 26 de Maio, recupera-se a discussão sobre a polémica lei anti-corrupção que decorria na Assembleia da República, mas, em vez de deputados, a jornalista opta pelo procurador-geral António Maximiano e pelo advogado José António Barreiros, juntando, assim, à discussão parlamentar o conflito latente entre magistrados e Polícia e entre poder político e poder judicial.

<sup>25</sup> Não se pense que apenas o partido do Governo foi afectado por esta postura editorial. A 4 de Março, quando começa o 7.º Congresso da CGTP, Margarida Marante entrevista José Luís Judas, que se afastara daquela central sindical, depois de entregar uma carta de demissão onde se dizia vítima de um processo persecutório, numa alusão ao ajuste de contas da direcção do PCP, que não lhe terá perdoado a dissidência do partido. O convidado-surpresa era o PCP, que acabou por não se fazer representar. A emissão faz-se apenas com Judas, mas, na semana seguinte, Carlos Carvalhas aparecia diante da jornalista para a sua primeira entrevista televisiva na qualidade de secretário-geral do PCP, sendo aí confrontado com a questão que o seu partido recusara responder dias atrás.

<sup>26</sup> Na segunda parte, o convidado-surpresa é o juiz Orlando Afonso, do Conselho Superior da Magistratura.

Conduzido por Miguel Sousa Tavares<sup>27</sup>, *Terça à Noite* confrontar-se-á, no primeiro semestre de 1993, com *De Caras e Marcha do Tempo* – um embate que a SIC procura minimizar, preferindo salientar a idiosincrasia do seu formato<sup>28</sup>. Num país onde há, segundo Sousa Tavares, “pouca coragem para discutir certos temas e assumir divergências”, o objectivo era fazer “um verdadeiro debate de ideias”, partindo do seguinte pressuposto: “Ou o cavaquismo esgota a vontade de o país pensar, discutir, ter ideias; ou não esgota. E se não esgota”, acrescenta o jornalista, “há espaço para questionar” (*TV Mais*, 1 de Fevereiro de 1993). Acredita-se nesta segunda hipótese, pretendendo-se fazer de *Terça à Noite* o motor de uma discussão que coloque em confronto diferentes opiniões sobre temas que se consideram pouco problematizados socialmente. “Só os ignorantes não têm dúvidas. Só as ditaduras não debatem. Num regime aberto, num país inteligente, não há tabus, não há constrangimentos, não há medo de discordar”, lia-se no anúncio do lançamento deste programa. Estas afirmações têm subjacente a vontade de promover uma esfera pública que privilegie os assuntos da *polis* e que contribua para redesenhar o espaço social. A ideia não é, de todo, gerar consensos, mas provocar uma discussão colectiva. O ecrã assemelha-se a uma espécie de ágora pela amplitude dos debates e a um teatro pela carga dramática que encerra cada emissão.

Dos programas de informação semanal dos canais generalistas, o de Sousa Tavares é o que apresenta mais diversidade de temas. Porque é o que mais tempo permanece em antena em 1993 e também o que mais se preocupa em trazer para o espaço mediático diferentes campos sociais. A nível político, discutem-se políticas governamentais, locais e partidárias. De âmbito nacional e internacional. No que diz respeito a áreas estruturais, evidenciam-se assuntos macroeconómicos (como o aproveitamento e aplicação dos fundos comunitários); fala-se da agricultura, abordam-se questões educativas (as greves no Ensino Superior ou a formação dos alunos nos primeiros graus de ensino); focam-se problemas da saúde (a negligência médica, a eutanásia, a SIDA), discutem-se algumas dimensões da justiça (o novo Código Penal, a governamentalização da Justiça), problematiza-se o poder da Igreja, entre outros tópicos. Relativamente à vida social perspectivada numa microdimensão, fala-se da relação dos cidadãos com a Polícia, da droga, do turismo algarvio, das coutadas turísticas e associativas, entre outros assuntos.

Nesse espaço público televisivo, participavam dois comentadores-residentes (Pacheco Pereira e António Barreto, militantes dos dois principais partidos

<sup>27</sup> Sousa Tavares havia declinado o convite da SIC para participar no *Jogo da Verdade*, o programa que antecedeu *Terça à Noite*.

<sup>28</sup> José Eduardo Moniz também recusa assumir abertamente o confronto, mas Maria Elisa reconhece isso, considerando Miguel Sousa Tavares “um sério concorrente”, embora garanta preferir que “seja um jornalista com qualidade a estar do lado de lá”, na medida em que considera ser “esse tipo de concorrência” que a estimula (*TV Mais*, 1 de Fevereiro de 1993).

políticos portugueses e com uma conhecida apetência por um vivaz debate argumentativo) e dois convidados em função do tema em debate, aos quais se juntavam testemunhos pontuais de pessoas que se sentavam numa parte marginal do estúdio (bancada). O programa arrancava com uma pergunta inicial<sup>29</sup>, à qual os telespectadores, através de uma chamada telefónica, podiam responder com um *sim* ou um *não*. Para António Barreto, “a função mais importante do programa é deixar um dilema em cima da mesa dos cidadãos”. No início da segunda série, Pacheco Pereira fazia um balanço positivo do programa cuja fórmula considerava “inovadora”, apesar de defender a necessidade de se evoluir na discussão dos temas (*TV 7 Dias*, n.º 343, Outubro de 1993)<sup>30</sup>. Em termos de tópicos, não se notam diferenças substanciais nas duas séries de *Terça à Noite*. Em ambas se salienta o esforço por cumprir aquilo que os seus responsáveis haviam anunciado: criar um espaço de debate público, que trouxesse para estúdio temas da actualidade para os problematizar noutras dimensões, mas suficientemente autónomo para gerar discussões soltas da agenda pública. Consegue ser inovador não pelos temas tratados, mas sobretudo pelo tipo de interlocutores escolhidos, como explicaremos mais à frente.

Ao *Terça à Noite* junta-se, a partir de Outubro, *Conversas Curtas*, um programa apresentado pelo editor de política da SIC, Carneiro Jacinto, que reúne, no serão de domingo, quatro pessoas que, por qualquer motivo, foram notícia nos dias anteriores. “O que se pretende é que o convidado venha ao programa e explique às pessoas o porquê de ter estado em evidência”, diz o apresentador de *Conversas Curtas* (*TV 7 Dias*, n.º 338, Setembro de 1993). Subjacente a esta ideia de criar um formato onde se analise a actualidade noticiosa está aquilo que o jornalista considera terem sido as “insuficiências” da SIC na área de que é responsável: a política nacional<sup>31</sup>. Não se pense, porém, que *Conversas Curtas* é um espaço exclusivamente político. Também o é, mas nele cabem muitos outros temas. Vários em cada emissão. Na estreia (3/10), Carneiro Jacinto, ao apresentar os seus convidados, lança, juntamente com o *pivot* de abertura, a linha editorial do programa: um jornalismo irreverente face aos diferentes poderes, de balanço da semana, feito com fontes oficiais,

<sup>29</sup> Aponamos exemplos de perguntas que deram o mote a algumas emissões de *Terça à Noite*: “Os políticos servem-se do futebol?” (6/4); “Há razões válidas para a contestação estudantil?” (25/5); “A imprensa tem poder a mais?” (1/6).

<sup>30</sup> E se a inexistência de um leque amplo de pessoas com capacidade de intervir neste programa era considerado um problema, já a escolha dos assuntos a debater reflectia a situação inversa. Seleccionados pelo apresentador e comentadores residentes, os temas cedo começaram a exceder o número de emissões previstas. No início da segunda série do programa, António Barreto dava conta de “140 propostas para apenas 25 programas” (*TV 7 Dias*, n.º 342, Outubro de 1993).

<sup>31</sup> Ainda que se enalteça com o facto de se ter conseguido fazer um “grande espectáculo de informação sobre o ponto de vista da linguagem e da imagem”, Carneiro Jacinto reconhece que, nos últimos meses, a sua equipa falhara no conteúdo da notícia: “Fizeram-se coisas que, mesmo depois de bem espremidas, não tinham nenhuma notícia lá dentro” (*TV 7 Dias*, n.º 338, Setembro de 1993).

especializadas e também com o cidadão comum de quem o apresentador diz esperar cartas sobre aquilo que se vai conversando semanalmente em estúdio:

Esta semana meteu-se água por todos os lados. Afinal a história do alumínio de Évora era só uma parte do reservatório. Agora que se sabe que, de norte a sul do país, há por aí muitas Évoras... resultado... mal a SIC pôs a nu o estado da água da nação, foi um 'vê se te avias'. Tudo o que era vasilhame disponível desapareceu num abrir e fechar de olhos e quem ficou a ganhar foi Sousa Cintra, mas, como ainda não há anedota, ficou tudo na mesma. Os responsáveis não tugeram nem mugiram. Para este primeiro programa, convidei o ministro da Educação, Couto dos Santos, por razões que diria quase óbvias (as propinas, o acesso ao Ensino Superior...); o 'pai' do primeiro satélite português, o professor Carvalho Rodrigues, para nos contar a aventura do Po-SAT1 lá em cima e cá em baixo; Magalhães Pereira, o advogado das pequenas e médias empresas que estão em conflito com a Expo'98; e o Coronel Rebocho Vaz, autor de um livro sobre a sua vivência como militar em África. É evidente que vocês que me acompanham aí em casa terão algo a dizer sobre esta e outras entrevistas, sobre o critério dos convites, as perguntas e respostas...

Nas dez emissões que coordena e apresenta em 1993, Carneiro Jacinto traz para *Conversas Curtas* tópicos que fizeram a actualidade da semana e também puxa para aí muitos outros que não tiveram grande destaque mediático. Nos primeiros, integram-se essencialmente temas políticos enquadrados não só pelos protagonistas desses factos<sup>32</sup>, mas também por quem se pronuncia criticamente acerca deles<sup>33</sup>; nos segundos cabem variados assuntos<sup>34</sup> para a discussão dos quais se convidam interlocutores mediaticamente marginais. No último programa do ano, no rescaldo das eleições autárquicas, Carneiro Jacinto, depois de resumir aquilo que nos últimos dias marcara a actualidade dos partidos políticos, formula um desejo: "Que 94 não seja tão mau como 93". A sua referência principal seria a política, um campo cuja agenda *Conversas Curtas* semanalmente vai integrando, devolvendo-lhe em troca um novo desenho dos assuntos que daí recebia. Como, aliás, acontece com *Conta Corrente e Terça à Noite*.

<sup>32</sup> Quando se falava na possibilidade de baixar o preço dos medicamentos, conversa-se com o ministro da Saúde para que este defina aquilo que se iria fazer (21/11); na semana em que se vota o financiamento dos partidos, o presidente da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias (defensor dessa proposta) explica o que muda com a nova Lei (28/12).

<sup>33</sup> Os planos do Governo para o sector das Telecomunicações são discutidos com o antigo presidente da Marconi, que manifesta reservas sobre essas novas políticas (14/11); na semana em que Braga de Macedo abandona a pasta das Finanças convida-se o presidente da CIP para fazer o balanço do trabalho desse político (5/12).

<sup>34</sup> Um programa para incentivar doutoramentos (17/10), a Fórmula Indy Lights (24/10), cantores que interpretam canções no final do programa (Luís Represas a 7/11, Sérgio Godinho a 21/11); a ordenação de mulheres na Igreja Protestante portuguesa (5/12) são assuntos que estruturam algumas *Conversas Curtas*.

Quadro 3: Temas dos debates e/ou grandes-entrevistas dos canais generalistas em 1993

Programas	Canal	Género	Temática			
			Macrotemas		Microtemas	
			Política	Áreas Estruturais	Vida em sociedade	Desenvolvimento/ bem estar pessoais
<i>Marcha do Tempo</i>	RTP	Debate	6	4	2	1
<i>De Caras</i>	RTP	Debate	11	1	3	1
<i>Entrevista de Maria Elisa</i>	RTP	Entrevista	6	5	2	-
<i>Terça à Noite</i>	SIC	Debate	8	20	7	-
<i>Conta Corrente</i>	SIC	Entrev. + Debate	9	10	1	1
<i>Conversas Curtas</i>	SIC	Entrevista	-	-	-	-
<i>Referendo</i>	Quatro	Debate	4	6	4	-
<i>Frontal</i>	Quatro	Entrev. + Debate	4	8	-	-
<i>Artur Albarra</i>	Quatro	Debate	6	1	3	-

A informação semanal da TVI é mais reactiva. *Referendo*, apresentado pela jornalista Graça Franco, tem por base uma sondagem nacional feita pela Universidade Católica<sup>35</sup>, que se constitui como ponto de partida para o debate. Antes do início do programa, apenas a apresentadora tem conhecimento dos resultados do trabalho da UC<sup>36</sup>. Por haver a auscultação da opinião pública e por existirem comentadores fixos<sup>37</sup>, a comparação de *Referendo* com *Terça à Noite* da SIC é tentadora. Graça Franco rejeita-a, argumentando que a filosofia do seu programa é pensada para colocar no ar uma conversa amena, na qual se integra um leque de comentadores composto com base naquilo que se diz ser o “princípio da especialização” e não do “antagonismo”, que é, aliás, como vê o modelo do *Terça à Noite*, em que os dois comentadores

<sup>35</sup> A Universidade Católica é uma das accionistas da Quatro, com uma colaboração estreita na produção de *Referendo*.

<sup>36</sup> “Se os resultados fossem conhecidos com avanço, a análise posterior poderia ser demasiado fria e técnica. Preferimos esta abordagem para que o programa não se tornasse monótono”, explica Graça Franco (*TV Mais*, 19 de Abril de 1993).

<sup>37</sup> São quatro os comentadores do programa (Manuel Braga da Cruz, António Borges, Marcelo Rebelo de Sousa, Luís Valadares Tavares). Em cada emissão participam apenas dois deles.

residentes apresentam posições políticas e filosóficas opostas. A apresentadora de *Referendo* compara o formato de Sousa Tavares a um “combate de boxe” donde resultam vencedores e vencidos. Graça Franco, embora reconheça que as suas emissões nem sempre têm a vivacidade que se encontra na SIC, salienta outros aspectos do seu programa: “Perde-se em espectáculo e ganha-se em pedagogia”, argumentando que a sondagem apresentada é alvo de um tratamento prévio de dados, enquanto *Terça à Noite* recorre a chamadas telefónicas para auscultar directamente os telespectadores (*TV Guia* n.º 752, Julho de 1993).

É o quotidiano que *Referendo* procura destacar semanalmente, mesmo quando o tema se situa no plano político ou em áreas estruturais. Por exemplo, quando se discute a “privatização da saúde em Portugal” (25/3), juntam-se no *plateau* políticos e médicos. Uns para explicarem o projecto-lei do Governo que previa a entrada dos privados nesse sector, outros para falarem das implicações que isso poderia ter na prestação dos cuidados básicos de saúde. Na emissão onde se destaca “a agricultura” (15/4), estão, para além dos dois comentadores residentes<sup>38</sup>, um engenheiro agrónomo e um agricultor<sup>39</sup>. Um dos traços mais salientes em *Referendo* relaciona-se com a preocupação em discutir valores, particularmente aqueles que se ligam à religião católica<sup>40</sup>. Desprendido de uma agenda pública, embora não desligado da actualidade noticiosa, este programa retoma temas conhecidos para os perspectivar em ligação estreita com vivências quotidianas. Nesse *plateau*, o telespectador não encontra um *forum* de debate público, nem tão-pouco uma *ágora*. *Referendo* aproxima-se mais de uma espécie de sala-de-estar na qual uma família pode conversar acerca dos acontecimentos.

Nos três meses em que está no ar, *Frontal* presta atenção a realidades regionais às escalas internacional e nacional. Pelo meio, fica um número reduzido de emissões onde se fala de alguns sectores estruturais do nosso país: da economia (20/4), da agricultura (4/5) e da educação (16/6). No plano internacional, o programa apresentado pelos jornalistas Paula Magalhães e Jorge Nuno Oliveira destaca Angola e Moçambique<sup>41</sup>. Ao nível local, privilegia-se

<sup>38</sup> Nessa emissão, os comentadores são o economista António Borges e o sociólogo Braga da Cruz.

<sup>39</sup> A opção de arrastar a discussão para a vida quotidiana do cidadão comum é feita em várias emissões. Por exemplo, o audiovisual é perspectivado a partir da relação que os telespectadores mantêm com a TV (11/3); a situação em Moçambique é analisada sob o ponto de vista da solidariedade dos portugueses em relação à fome que atravessa esse país (22/4).

<sup>40</sup> A 8 de Abril, Graça Franco constrói a emissão à volta da “importância de Deus na vida de cada um”; a 13 de Maio, traz a estúdio o tema das “aparições de Fátima”. Na semana anterior, havia sido destacada a “reprodução medicamente assistida”, a partir da seguinte questão: “Acha bem que as pessoas que não podem ter filhos recorram à reprodução artificial?”. Para além de três médicos, a discussão integrou Luís Archer, jesuíta e professor de Genética Molecular.

<sup>41</sup> *Frontal* dedica três emissões a Angola para falar de “direito humanos” (30/3), “armas químicas” (6/4) e dos “bastidores da guerra” (13/4). Moçambique é o tema da emissão de 2 de Junho sob o título “a estrada incerta”.

a Região Norte que é tema de três programas consecutivos<sup>42</sup>. Por apresentar tópicos de campos díspares e por permanecer pouco tempo em antena, *Frontal* não constrói uma identidade que lhe permita ocupar um lugar definido no espaço televisivo. Todavia, na parte final, ao explorar o local, introduz na informação semanal um filão ausente dos outros canais e que viria a ser retomado na temporada de Outono com outro nome e a partir do género reportagem (*País Real*).

Ainda que não some um grande número de emissões, nem registre audiências expressivas, *Artur Albarran* é o debate do canal Quatro que mais chama a atenção em 1993. Por ser alvo de uma forte campanha publicitária<sup>43</sup>, por apresentar um amplo e colorido cenário que semanalmente se enchia de convidados, por envolver mais meios. Este debate conta ainda com um painel de 50 pessoas<sup>44</sup> ao qual cabia aferir, de forma constante, as prestações do convidado central, do apresentador e dos restantes intervenientes na discussão. Se o apresentador promete trazer para a actualidade “as preocupações que se entende estarem na ordem do dia”, a direcção da Quatro pretende que este debate também contribua para fazer subir audiências (*TV Guia*, n.º 767, Outubro de 1993). A estreia do programa cede o estúdio ao secretário-geral do PS, António Guterres, que responde a questões levantadas por jornalistas, empresários, sindicalistas, políticos e comentadores, numa espécie de encenação de um “debate da nação” em cujo centro se coloca não o primeiro-ministro, mas o líder do principal partido da oposição. Embora a política ocupe a maior parte das emissões, *Artur Albarran* abre o *plateau* a temáticas que, até então, estariam excluídas deste género televisivo: as imagens que os ídolos têm do nosso país (22/10), o processo de selecção dos alinhamentos dos noticiários (12/11), e a vida dos futebolistas (25/11). Estes temas trazem para o debate televisivo um conjunto de convidados com grande popularidade junto da opinião pública, mas que habitualmente não participava nesse género televisivo. Paralelamente a emissões mais consensuais, *Artur Albarran* procura também ter um papel activo na agenda política. Por exemplo, quando em plena crise da TAP e numa altura em que a Assembleia da República discutia um programa de habitação, traz a estúdio o ministro das Obras Públicas e Transportes para aí o confrontar com perguntas de interlocutores de instituições afectadas pelas políticas do respectivo Ministério (29/10). Ou então, quando escolhe para tema da emissão a pergunta: “Camarate: acidente ou atentado?” (5/11). Em Dezembro, este formato é

<sup>42</sup> No primeiro, discute-se a política (11/5); no segundo, a economia (18/5); no terceiro, a religião (25/5).

<sup>43</sup> Do anúncio que promovia o programa constava o seguinte texto: “Artur Albarran é o novo programa da TVI. E tem tudo para conquistar a maioria: reportagens polémicas e profundas, debates, entrevistas. Albarran fala-lhe daquilo que lhe interessa, dando voz a todos os ângulos de cada problema”.

<sup>44</sup> Esse painel era considerado representativo da opinião pública nacional, tendo sido seleccionado por uma empresa especializada em estudos de opinião, a *Norma*, e actualizado conforme o tema da emissão.

reservado a debates das eleições autárquicas que se circunscrevem aos candidatos dos municípios do Porto e Lisboa.

Pela linha editorial da estação deliberadamente distanciada das fontes oficiais, pelo formato dual escolhido para os programas, pela postura de antecipação aos factos e pela adopção de uma espécie de princípio do contraditório assumido pelos entrevistadores, são os debates da SIC que revelam mais vontade em influenciar o desenho do espaço público contemporâneo. Os debates e/ou entrevistas do Canal 1 tendem a seguir uma agenda pública, reflectindo aquilo que já é do domínio público. Na Quatro, o primeiro semestre do ano caracteriza-se por um certo posicionamento reactivo em relação aos acontecimentos, que é, de certo modo, invertido, a partir de Outubro, em *Artur Albarran*. Mais pró-activos ou reactivos, aqueles que, em determinado período, coabitam em antena acabam por ser influenciados uns pelos outros. Há temas que se repetem em programas de diferentes canais. Refira-se, por exemplo, a emissão do dia 16 de Fevereiro de 1993 de *Terça à Noite*, onde se discute a “droga e os seus efeitos na sociedade”, com defensores e opositores à legalização do consumo de estupefacientes. Este foi o início de um debate que a sociedade, particularmente a classe política, arrastou durante vários meses e que *De Caras* viria a recuperar na emissão de 26 de Outubro. Em termos temáticos, a política nacional preenche em 1993 o maior número de debates nos três canais generalistas. Nos microespaços públicos que semanalmente se abrem nos *plateaux* dessas emissões, várias zonas sociais são ignoradas em prol de uma tematização que privilegiava as políticas governamental e local (esta última por este ser um ano de eleições autárquicas). Como veremos mais à frente, esta opção teve uma ampla adesão das audiências, o que não terá sido, de todo, ignorado pelos responsáveis dos diferentes debates. Embora alguns desses jornalistas sublinhem uma certa independência da “ditadura do audímetro”, ninguém arriscaria insistir em temas que não reunissem índices audimétricos satisfatórios para o respectivo canal.

### **1.3.2 A ocupação do espaço televisivo pelas elites (políticas e profissionais)**

Sendo um espaço estruturado e estruturante em relação à esfera pública contemporânea, os debates televisivos constituem uma oportunidade para perceber quem são as vozes com mais visibilidade, quando se trata de reflectir as questões que se consideram mais importantes em determinado momento. Quem tem aí direito à palavra? Haverá cidadãos mais legítimos do que outros? Num artigo que intitula “Cidadania activa numa sociedade mediática”, Adela Cortina (2004) sublinha que “importa interrogar se os *media* se converteram em meios de controlo que impedem os cidadãos de serem protagonistas da sua própria vida”.

Os políticos são, de longe, os mais presentes nos debates e nas entrevistas do canal de serviço público (cf. Quadro 4). Nos programas de Maria Elisa (*Marcha do Tempo* e *Entrevista de Maria Elisa*<sup>45</sup>), a maior representatividade pertence aos ministros e aos militantes do PSD (o partido que formava Governo). Em *De Caras*, há uma presença assinalável de sociais-democratas, mas são os autarcas e candidatos às autarquias que mais se salientam (47 dos 67 políticos)<sup>46</sup>. Os três debates/entrevistas do Canal 1 privilegiam igualmente profissões com prestígio social – como professores universitários, juristas, médicos, economistas e altos quadros das Forças Armadas – notando-se, no interior de cada uma delas, uma certa diversidade. Os jornalistas, nomeadamente os de imprensa, são igualmente um grupo com alguma representatividade, mas com papéis particulares: auxiliar na função de entrevistador ou comentar o que é dito pelos convidados. Percebe-se, assim, a sua ausência na *Entrevista de Maria Elisa*. Os técnicos, os que trabalham no sector produtivo e os jovens não têm, em 1993, qualquer direito à palavra nos debates/entrevistas do Canal 1. Os professores, os religiosos e o cidadão comum são grupos igualmente desvalorizados. Uma forma de contornar esse vazio social foi chamar para os *plateaux* sindicatos ou associações representativas dessas categorias. É do associativismo que *De Caras* retira pessoas que, de certa forma, representam o cidadão comum, como o António que, a 26 de Outubro, é convidado como membro da Associação de Famílias Anónimas. No entanto, mesmo a este nível, nota-se nos três programas do Canal 1 uma preferência por sindicatos ou associações com grande visibilidade pública. Para falar de economia convidava-se a CIP; para as questões laborais, a UGT e a CGTP; para o futebol, a Liga de Clubes ou um dos três principais clubes...

<sup>45</sup> Poucas semanas depois da estreia do seu programa, Maria Elisa afirmava o seguinte: “Não quero reduzir-me ao mundo interessante, mas limitado, da política. Tenciono entrevistar escritores, cantores, actores, um toureiro, as pessoas mais diferentes, consoante a oportunidade. O meu objectivo é, acima de tudo, fazer com que as pessoas sintam que o programa tocou as suas vidas, os seus problemas” (*TV Guia*, n.º 766, Outubro de 1993). Parte desse propósito ficou por cumprir, pois os políticos foram os mais assíduos na *Entrevista de Maria Elisa*.

<sup>46</sup> *De Caras* dedica quatro emissões a essa discussão partidária que se circunscreve aos candidatos aos municípios de Lisboa (23/11); do Porto (25/11), da Grande Lisboa (2/12) e do Grande Porto (30/11).

Quadro 4: Perfil dos convidados dos debates e entrevistas dos canais generalistas em 1993

Programas	Políticos	Cargos	Prof. / Investigad.	Juristas	Jornalistas	Econom. / Empres.	Médicos / Psi	Militares	Religiosos	Sect. Produtivo	Técnicos	Desportistas	Indústrias Cult.	Sindic. / Assoc.	Cidadão Comum	Jovens	Pers. Internac.
<i>Marcha do Tempo</i>	12	1	8	-	7	6	2	-	-	-	-	3	3	6	1	-	4
<i>De Caras</i>	67	2	8	2	17	-	3	4	1	-	-	-	1	15	2	-	-
<i>Entrevista M.ª Elisa</i>	5	1	1	1	-	2	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-
<i>Terça à Noite</i>	16	6	8	5	7	3	4	3	2	-	-	-	-	14	1	2	2
<i>Conta Corrente</i>	15	4	2	5	3	1	-	2	1	-	-	-	1	3	-	-	1
<i>Conversas Curtas</i>	4	2	2	3	-	2	-	1	2	-	-	2	3	9	2	2	2
<i>Referendo</i>	11	3	5	1	4	2	8	3	2	1	1	-	1	7	-	-	-
<i>Frontal</i>	10	2	3	-	-	1	-	1	8	-	-	-	4	9	-	-	6
<i>Artur Albarra</i>	17	-	5	1	21	1	1	4	1	-	-	14	5	7	-	-	-
Total	157	21	42	18	59	18	18	18	18	1	1	20	18	71	6	4	15

Na temporada da Primavera, os três canais generalistas adoptam o serão de 3.ª feira para os debates. No Canal 1 alternam *Marcha do Tempo* e *De Caras*, na SIC emite-se *Terça à Noite* e na Quatro aposta-se em *Frontal*. Um problema inerente a esta estratégia de confronto relaciona-se com a diferenciação dos temas e, sobretudo, com a selecção dos convidados. Os apresentadores, por seu lado, continuam a pensar que nem todos podem ocupar os *plateaux* dos programas de informação. À semelhança dos seus colegas, Miguel Sousa Tavares defende que “não há muitas pessoas em Portugal com nível para aguentarem um verdadeiro debate de televisão durante hora e meia” (*TV Guia*, n.º 731, Fevereiro de 1993). Exercitando a discussão pública em vários palcos (Parlamento, comícios, conferências...), os políticos “aguentam”. Assim como aqueles que ocupam cargos públicos, dirigem sindicatos ou exercem profissões onde o discurso oral feito com fluidez e clareza é um meio fundamental de trabalho (como os advogados, os académicos ou os jornalistas). É, pois, com convidados destas áreas que a SIC faz os seus debates. Tal como o Canal 1. No entanto, há diferenças. Em *Terça à Noite* e em *Conta Corrente*, governantes e membros do partido que forma Governo não ultrapassam o número de representantes dos restantes partidos e, quando aí participam, estão enquadrados num formato que os submete a um confronto directo com alguém de posições contrárias às suas. No programa de Miguel Sousa

Tavares, os dois convidados ocupam uma mesa que os coloca frente-a-frente; no de Margarida Marante, há um convidado-surpresa a quem é dada a segunda parte da emissão para exercer uma espécie de princípio do contraditório. *Conversas Curtas* não prevê este tipo de debate dual, já que o entrevistador fala à vez com cada um dos seus quatro convidados, ficando assim com a tarefa de exercer essa espécie de contraposição ao que é dito – papel que Carneiro Jacinto assume ao adoptar um registo crítico e mordaz em relação ao poder político<sup>47</sup>. Ainda que o perfil dos convidados não seja muito diferente dos programas de informação do Canal 1, as emissões da SIC trazem para os *plateaux* figuras menos conhecidas de determinados grupos. *Terça à Noite* privilegia, por exemplo, autarcas de municípios de média dimensão (como os de Portimão, de Oliveira do Hospital e de Castelo de Vide); pessoas que exercem cargos com uma projecção pública reduzida, como o director da Escola de Fronteira e o presidente da Escola Secundária José Gomes Ferreira; representantes de associações de pequenos grupos, como a Federação Nacional de Caçadores, a Associação de Empresários para África, a Comissão de Pais da Escola de Fronteira<sup>48</sup>. Ao integrar este tipo de actores no seu programa, Miguel Sousa Tavares, para além de conferir notoriedade a esses convidados, puxa as margens para o centro do espaço público (mediático). Por seu lado, *Conversas Curtas*, vocacionado para fazer o balanço dos principais acontecimentos da semana, poderia ser propício a figuras de primeiro plano. Não é isso que acontece. Carneiro Jacinto mistura em estúdio convidados que exercem actividades de grande visibilidade pública – como ministros, deputados, presidentes de instituições de prestígio ou de grandes associações – com outros menos conhecidos, como Augusto Martins, refugiado do Cuíto, ou Miriam Valente, a primeira mulher a ser ordenada na Igreja Protestante portuguesa.

Na primeira metade de 1993, os debates do Canal Quatro fazem-se preferencialmente com políticos (de primeiro plano) e representantes de sindicatos e associações (com projecção pública reduzida) aos quais se juntam figuras pouco conhecidas, convidadas devido ao respectivo estatuto de especialistas. Tendo em conta a natureza dos accionistas desta estação, não será de estranhar que os *plateaux* registem uma presença significativa de pessoas ligadas à Universidade Católica e/ou que se assumem manifestamente como praticantes do catolicismo. Com a estreia de *Artur Albarran*, os intervenientes no debate tornam-se mais diversificados e, decerto, mais laicos.

<sup>47</sup> Por exemplo, na semana do debate do Orçamento de Estado, Carneiro Jacinto abre o seu programa nestes termos (21/11): “Foi uma semana marcada por acontecimentos na área económica. Desde logo o Orçamento a que ninguém ligou nenhuma. Braga de Macedo esteve apático, longe da ironia de outros tempos; Cavaco cinzento; Guterres deu um safanão inconsequente. Ninguém discutiu nada, o país ficou na mesma”.

<sup>48</sup> Referimos pessoas que ocupam uma das duas mesas centrais do debate e não aquelas que se sentam na bancada para dar o seu testemunho.

Coabitando em antena sensivelmente no mesmo período, *Referendo* e *Frontal*, afastando-se ao nível dos temas em debate, não são muito diferentes na selecção dos convidados. Em ambos, se salienta a classe política, preferindo-se os partidos de direita e excluindo-se os do PCP. Se o Canal 1 opta por debater temas fora do campo político (como a educação, a saúde, a justiça...) com políticos, a Quatro insiste em discutir iniciativas legislativas do Governo misturando a classe política com especialistas da área em causa. Por exemplo, numa altura em que havia um Projecto-Lei do Governo que propunha uma maior intervenção do sector privado na prestação dos cuidados básicos de saúde, *Referendo* convida o cirurgião Queiroz e Mello, o bastonário da Ordem dos Médicos, Santana Maia, e o ex-ministro da Saúde, Carlos Macedo (25/3). A situação repetir-se-ia a 27 de Maio com a discussão de uma eventual despenalização da droga. Para além dos médicos, *Referendo* recorre bastante a académicos que se juntam a um painel fixo de convidados também formado por professores universitários (Braga da Cruz, António Borges, Marcelo Rebelo de Sousa e Luís Valadares Tavares). Se em *Referendo* se nota uma presença assinalável de convidados ligados à religião católica, isso torna-se mais visível em *Frontal*, que, no entanto, revela um certo desprendimento de critérios hierárquicos<sup>49</sup>. Colocados em horário nobre e discutindo temas transversais ao quotidiano, *Frontal* e *Referendo* não valorizam o cidadão comum, como, aliás, os debates dos outros canais. Com uma excepção. Ao eleger como tema “a agricultura”, num tempo em que, por toda a Europa, se promoviam manifestações contra a Política Agrícola Comum, Graça Franco convida para essa emissão um agricultor e um engenheiro agrónomo (15/4), centrando-se, desse modo, a discussão nos protagonistas daquilo de que se falava. Uma opção invulgar, pois, quando a temática estava ligada ao sector produtivo ou à vida quotidiana, optava-se por discuti-la com políticos e com especialistas. Graça Franco explica que a preferência pelos “especialistas em vez dos protagonistas” era uma estratégia que ia ao encontro do propósito de criar um “debate sereno à imagem das conversas de café”, o que comportava igualmente desvantagens. Uma delas, na sua opinião, é “não permitir que as pessoas fiquem a saber o que é que os protagonistas pensam de determinadas matérias” (*TV Guia*, n.º 752, Julho de 1993). Em Outubro de 1993, a TVI reformula os debates televisivos, criando um formato onde cabem algumas dezenas de pessoas, convidadas a pronunciar-se sobre um convidado central ou uma determinada temática. A gestão da palavra não é feita de forma equitativa entre todos aqueles que ocupam o espaçoso e colorido estúdio das emissões apresentadas por Artur Albarran, que empresta o nome ao programa. Uns falam mais do que outros e outros simplesmente

<sup>49</sup> No programa de Paula Magalhães e Jorge Nuno Oliveira, houve lugar para os bispos de Setúbal, de Leiria-Fátima e de Viana; para o director do Colégio Pio XII, de Braga; para o padre bracarense responsável pelo Projecto Homem; para o vigário da Igreja do Carmo; para o pároco do Marco de Canaveses; e para a irmã Adelaide.

assistem à conversa. À semelhança dos debates feitos em 1993 nos três canais generalistas, a classe política é a que reúne maior destaque em *Artur Albarran*, que, no entanto, não deixa aquele espaço hegemônico pelos partidos de direita, como acontecia até aí. Depois de discutir as políticas partidária e governamental, o programa – que por razões de doença de Artur Albarran é, nesse período, apresentado por Luís Marinho – reserva o mês de Dezembro para o debate em torno das eleições autárquicas. Embora os políticos e os representantes dos sindicatos e associações reúnam uma assinalável representatividade, *Artur Albarran* salienta-se por chamar para a conversa interlocutores que habitualmente não integravam este género de programa. Por exemplo, os cantores, os jornalistas de canais da concorrência<sup>50</sup> ou os futebolistas.

Se os políticos não são destacados na esfera pública habermasiana, o espaço público mediatizado configurado pelos debates televisivos emitidos em 1993 torna os respectivos *plateaux* cativos desses actores, solicitados até mesmo para falar de assuntos fora do seu âmbito de trabalho. Também os representantes de sindicatos e associações têm uma presença assinalável neste género de programas. Analisando os debates televisivos franceses emitidos entre 1958 e 2000, Sébastien Rouquette (2001: 192) nota igualmente uma preferência por esse grupo, justificada pelo académico através de uma pergunta retórica:

Como ficar surpreendido com a utilização das redes associativas quando esta técnica garante aos olhos dos jornalistas um certo nível de conhecimento do actor sobre um assunto que o interessa, quando esta escolha responde ao critério tácito de cidadão interessado porque parte integrada?

Certas profissões – nomeadamente os académicos, os juristas, os jornalistas e os médicos – são também bastante solicitadas, embora em menor número. Todos estes convidados cumprem uma função metonímica, na medida em que, independentemente do seu capital de visibilidade pública, representam, acima de tudo, uma instituição ou grupo social. Centrados em figuras públicas de primeiro plano (é o que faz o Canal 1) ou em interlocutores menos conhecidos (é a opção da SIC e da Quatro), em 1993 os debates dos canais televisivos colocam semanalmente nos *plateaux* convidados que se circunscrevem aos domínios político, associativo e a uma área de saber especializada e socialmente valorizada, o que significa que se dá lugar aí apenas a uma parte da sociedade. As profissões para as quais não se exige uma elevada formação académica

<sup>50</sup> Nem todos os jornalistas que participaram em *Artur Albarran* tiveram o mesmo papel. Alguns vieram a estúdio para auxiliar o apresentador na função de entrevistador, outros tiveram a tarefa de comentar o que era dito e outros ainda foram interpelados a falar do seu trabalho quando o tema do programa foi precisamente a televisão (12/11).

(como os técnicos ou os profissionais do sector produtivo ou industrial) são desvalorizadas e o cidadão comum é ignorado. Se os debates televisivos excluem os portugueses médios das respectivas discussões, tornar-se-á difícil encarar esse género como um espaço democrático.

### 1.3.3 As margens sociais que os *talk shows* escutam

Em 1993, os *talk shows* emitidos em período nocturno têm, sobretudo, espaço nas grelhas do Canal 1 e da SIC. Com formatos diferentes, este género de programas apresenta um leque de convidados variado, privilegiando interlocutores subalternizados nos debates. Como o cidadão comum, os jovens, os actores das indústrias culturais, pessoas ligadas ao sector produtivo ou com uma profissão mais técnica.

É o quotidiano nas suas diversas vertentes – a crise no emprego, a pobreza, o Carnaval português ou a caça – e algumas áreas estruturais – como a educação, a justiça, a cultura ou o ambiente – aquilo que suscita mais atenção de *Conversa Afiada*, o único *talk show* em período nocturno que o canal público emite na primeira metade de 1993. Para falar destes temas, o jornalista Joaquim Letria chama predominantemente especialistas e representantes de sindicatos ou de associações ligados à área em destaque. Políticos e o cidadão comum não são interlocutores privilegiados. Na recta final do programa, Letria reconhecia que aquele formato surgira para “prolongar a emissão [do segmento tardio dos serões de domingo] com outro tipo de publicidade” (*TV Guia*, n.º 743, Maio de 1993) e que, por se dirigir a um público minoritário, era concebido como tal. Percebe-se, assim, que os convidados não sejam pessoas com grande projecção pública, embora o apresentador exija que essas personagens sejam “interessantes” (*TV Mais*, 8 de Fevereiro de 1993). Na temporada de Outono, este formato é substituído por dois que alternam nas noites de 5.ª feira: *Você é Excepcional* e *Raios e Coriscos*. O primeiro continua a ter a apresentação de Joaquim Letria, o segundo é conduzido pela jornalista Manuela Moura Guedes. Nestes, o cidadão comum adquire um protagonismo que os debates lhes negam, assumindo aí o papel essencialmente de *vítima* (de doença, de situações económicas débeis, de trabalho precário, de adultério, de condições de habitação precárias, de racismo...). Em *Você é Excepcional*, é coadjuvado por representantes de associações que, em estúdio, servem de apoio a esses rostos anónimos. Ajudar quem precisa é um dos fins desse formato, que apresenta, em cada emissão, uma conta bancária para a qual se solicita o contributo dos telespectadores<sup>51</sup>. *Raios e Coriscos*

<sup>51</sup> Em entrevista à *TV 7 Dias* (n.º 340, Outubro de 1993), Joaquim Letria explica o que esteve na origem deste programa: “Havia uma secção do *Diário Popular* chamado ‘O Leitor é Formidável’. Os donativos dos leitores

segue uma linha mais exuberante. Na estreia, fala-se de adultério; a seguir de bruxarias; depois de violência, de racismo, de novas igrejas e, na última emissão do ano, dos provocadores. Para Manuela Moura Guedes, “o convidado acaba por definir a linha de todo o programa, apesar de o tema ser o prato principal” (*TV Guia*, n.º 770, Novembro de 1993). Adoptando um registo informal e, até certo ponto, mordaz, a apresentadora conta com interlocutores que lhe garantem entrevistas acaloradas: o convidado central é sempre uma figura pública que não está ali pela sua ligação directa ao tema da emissão, mas por ser alguém de discurso polémico. A ele juntam-se, noutra parte do estúdio, cidadãos comuns que relatam experiências pessoais relacionadas com aquilo que se discute nessa emissão. Na estreia, destaca-se o adultério e a cadeira principal do *plateau* é ocupada por Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira. Questionada sobre as fronteiras que o seu estatuto de jornalista delimita e que este formato poderia ultrapassar, sobretudo pelo tipo de testemunho que os convidados são chamados a dar, Manuela Moura Guedes responde assim: “As pessoas não se devem preocupar em saber se aquilo é informação ou não. Devem preocupar-se em saber se as coisas são sérias, honestas, se tratamos os temas como devemos tratar” (*TV Guia*, n.º 770, Novembro de 1993).

Quadro 5: Perfil dos convidados dos *talk shows* dos canais generalistas em 1993

Programas	Políticos	Cargos	Prof. / Investigadores	Juristas	Jornalistas	Econ. / Empresários	Médicos / Psicólogos	Militares	Religiosos	Sector Produtivo	Técnicos	Indústrias Culturais	Jet 7	Sind. / Associações	Cidadão Comum	Jovens	Person. Internacionais
<i>Conversa Afiada</i>	5	5	8	2	7	2	6	1	-	2	2	4	-	9	2	4	-
<i>Você É Excepcional</i>	-	1	-	1	2	2	1	4	2	-	1	-	-	6	5	1	-
<i>Raios e Coriscos</i>	1	2	2	-	3	1	1	2	5	-	-	6	-	3	13	1	-
<i>Sexo Forte</i>	-	1	2	3	-	3	3	-	2	2	2	5	1	4	10	2	1
<i>Segredos</i>	1	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
<i>Olhares</i>	-	-	-	1	-	5	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-
<i>Caixa de Perguntas</i>	1	-	2	-	-	-	3	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>10</b>		<b>5</b>	<b>21</b>	<b>4</b>	<b>25</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	

iam para os pobres; e pensei que isto podia funcionar em TV, já que este meio é cada vez mais interactivo. Foi essa a base deste projecto; claro que o Montepio percebeu a ideia e é um *sponsor* muito bom. Tive a preocupação de que o dinheiro que é dado pelas pessoas fosse para um bom sítio e que ele chegue ao destinatário.

Na SIC, *Segredos* e *Sexo Forte* são *talk shows* de traço intimista. É, sobretudo, a personalidade da pessoa que tem determinada profissão que as apresentadoras – a economista Helena Sacadura Cabral e a jornalista Paula Moura Pinheiro, respectivamente – procuram nas entrevistas que fazem. Enquanto *Segredos* se aproxima de uma espécie de confessionalário de convidados conhecidos da opinião pública, *Sexo Forte* é um espaço para mulheres que surpreendem por percursos que poderiam ser também os nossos. Percebe-se, assim, que no primeiro se valorizam actores das indústrias culturais e, no outro, o cidadão comum. É o formato de Paula Moura Pinheiro que introduz no PAP alguma originalidade. A começar pelo título<sup>52</sup>. Em *Sexo Forte* poderíamos ser tentados a ver um clone de *Sexualidades*, o programa que o Canal 1 tinha no ar nas noites de 5.ª feira apresentado pelo psiquiatra Júlio Machado Vaz<sup>53</sup>. Se há alguma consonância entre ambos, ela evidencia-se ao nível do título. Olhando para dentro das respectivas emissões, os conteúdos são diferentes. Apesar de ambos os apresentadores terem optado por um registo intimista, o primeiro procura discutir temas ligados à vida sexual do ponto de vista sociobiológico, a segunda coloca no centro das emissões percursos de vida de mulheres que se distinguem por não integrarem estereótipos. A autora e apresentadora do programa explica que a ideia para o formato lhe surgira de uma secção da revista *Marie Claire* reservada a histórias na primeira pessoa do singular e que tinha grande sucesso junto das respectivas leitoras (*TV Guia*, n.º 744, Maio de 1993). Ao contrário de *Sexualidades*, que em Abril desaparece do canal generalista, *Sexo Forte* permanece em antena até Julho. Os convidados não são pessoas com grande projecção pública, nem os temas integram, à partida, a actualidade noticiosa diária. Pelo contrário. É nas margens da sociedade que este programa recupera assuntos aos quais dá visibilidade mediática e sobre os quais se pretende incentivar a discussão pública. Foi sempre assim nesses sete meses de emissões, em que Paula Moura Pinheiro entrevistou mulheres que não fizeram nada de extraordinário, mas que apresentam percursos singulares: uma mulher com 10 filhos (10/3); uma invisual professora do ensino secundário (17/3); uma mulher que deixou a carreira de engenheira agrónoma para se dedicar às danças de salão (24/3); uma outra que vive junto da comunidade cigana (14/4); uma pescadora (28/6). Mulheres singulares. Que a apresentadora diz não poderem ser estigmatizadas por isso: “Nem a menina que escolheu participar num programa que mostra rabos como ‘Água na Boca’, nem a freira, nem a burguesa que calçou pantufas e vive em frente à TV” (*TV Mais*, 15 de

<sup>52</sup> A autora e apresentadora do programa explica a escolha do título do programa assim: “É tão difícil chamar a atenção das pessoas que achei que, quanto mais não fosse por animosidade, iam ver. E confiei que os ia seduzir e fazê-los ficar. Mas não quero dizer que as mulheres é que são o sexo forte e sim que também são um sexo forte” (*TV Mais*, 15 de Março de 1993).

<sup>53</sup> Por não ser jornalístico, excluímos *Sexualidades* dos programas de informação que aqui analisamos.

Março de 1993). Considerando Portugal “um país muito cinzento” onde “só se levam ministros à televisão”, a apresentadora de *Sexo Forte* assegura que irá “tentar mudar isso um pouco”, argumentando que, “por vezes, as pessoas ‘vulgares’ têm histórias curiosas e interessantes” (*TV 7 Dias*, n.º 303, Janeiro de 1993). O processo de selecção de convidados é particular. Paula Moura Pinheiro explica-o assim: (*TV Guia*, n.º 744, Maio de 1993):

Comecei por elaborar uma lista de dezenas de pessoas, desconhecidas do grande público que eu imaginava que deviam existir. Pensei, por exemplo, que devia existir uma mulher com o perfil próximo de Cousteau. Fomos à procura e através da nossa realizadora apareceu-nos uma mulher que é tão ou mais interessante do que Cousteau. Trata-se de uma arqueóloga subaquática.

A Quatro não aposta em *talk shows*. A acompanhar o início das emissões, aparece *Olhares*, um programa apresentado por Nicha Cabral, um corredor de automóveis, que pretendia, em cada emissão, destacar uma personalidade, mostrando os ambientes pelos quais circulava. Os convidados pertencem predominantemente a classes com prestígio económico ou social, embora sejam rostos desconhecidos do grande público. O programa não conseguiu um espaço destacável: um mês após a estreia muda de dia e de horário e, ao fim de três meses, desaparece da grelha. Longe destes ambientes de *glamour*, surge, a 10 de Outubro, *Caixa de Perguntas* que procura ser um espaço de conversas sobre temas ligados à religião católica. Apresentado pelo jesuíta Vaz Pinto, este programa produzido pelo Centro Universitário Padre António Vieira não traz muitos religiosos a estúdio. Aposta, sobretudo, em convidados com carreiras profissionais noutros campos – nomeadamente nas Ciências da Saúde e Ciências Sociais – mas comprometidos com a fé católica. Nesta fase, o cidadão comum fica excluído deste tipo de programa.

Ao contrário da Quatro, Canal 1 e SIC alargam os seus *talk shows* ao cidadão comum. Poder-se-ia ver aí uma democratização do espaço público ou um deslizamento para a esfera privada. Serão estas conclusões que requerem prudência. No Canal 1, *Você é Excepcional* ou *Raios e Coriscos* colocam esses interlocutores anónimos nas margens da cena mediática, reservando-se a centralidade a associações benfeitoras (no primeiro) ou a personalidades públicas (no segundo). Na SIC, *Segredos* faz-se com personalidades de universos social e economicamente privilegiados; *Sexo Forte* destaca rostos desconhecidos que correspondem a perfis profissionais ou a percursos de vida previamente procurados pela apresentadora. A assunção em público de uma palavra que reflecte o espaço do vivido está longe da construção de um verbo terapêutico ou de uma confissão catódica através da qual se pretende (re)descobrir um percurso de vida ou restabelecer laços com terceiros. Trata-se, acima de tudo, de programas

que põem em cena depoimentos que se querem apresentados num registo de autenticidade e que remetem para esferas públicas situadas nas margens da sociedade. É com esse insólito, invulgar ou singular que se constrói um espaço que é também de espectáculo televisivo, através do qual se pensa atrair o interesse do público. Percebe-se, assim, que os actores dos universos das indústrias culturais sejam grupos bastante solicitados. Esse tipo de convidados – que Francesco Alberoni designava, nos anos 60, como “elites irresponsáveis”, isto é, pessoas sem poder institucional – assegurava depoimentos que reflectiam percursos a que a audiência acedia através de uma palavra emotiva promotora de uma certa “con-fusão” (catódica) de papéis.

#### **1.4 Algumas tendências da informação semanal emitida em 1993**

A esfera pública que os debates televisivos semanalmente colocaram em cena em 1993 não coincide com o modelo de espaço público de Jürgen Habermas (1986) que assentava na comunicação ilimitada, no debate de assuntos de interesse geral, na não-restrição de pessoas e no uso público da razão. Elegendo a política como tema central, os políticos como interlocutores privilegiados e as franjas horárias mais rentáveis do ponto de vista audimétrico, os debates emitidos no horário nobre dos canais generalistas foram um espaço de reprodução de uma certa ideologia dominante e de rentabilização de audiências.

Seguindo uma linha editorial pró-activa em relação a acontecimentos que, por essa via, muitas vezes entravam na agenda mediática, os debates da SIC adoptaram um modelo de discussão dual, que colocava frente-a-frente convidados de posições antagónicas, o que propiciava trocas verbais mais musculadas. Também o moderador desses programas assumia com o respectivo convidado uma espécie de contraditório que favorecia a conflituosidade. Poder-se-iam ver aqui sinais neutralizadores da lógica de dominação, visível em formatos similares no canal de serviço público. Michel Maffesoli, por exemplo, reprova essa interpretação. Lembrando que a etimologia de “contestar” é “testemunhar com”, ou seja, “permanecer no mesmo campo”, o sociólogo do quotidiano defende que enveredar por esse tipo de conduta “é reconhecer que se tem a mesma origem daquilo que, durante algum tempo, vai ser desestabilizado”. E conclui assim: “Não existem piores conservadores do que os revolucionários: pretendem acima de tudo conservar o poder” (2004: 67). No entanto, a SIC, através desta linha editorial pró-activa em relação aos factos e contestatária relativamente a quem detém o poder, provocou alguns tumultos em determinados campos, principalmente na política.

Os debates emitidos em 1993 nos canais generalistas juntaram aos políticos os especialistas, o que, de certa forma, deslocou as emissões da área da persuasão (intrínseca ao discurso político) para a do saber, contribuindo para uma maior diversidade daqueles a quem se deu o direito à palavra. Com uma valorização clara das profissões que encontram no discurso público um vector estruturante do seu trabalho, os debates tenderam a chamar para os *plateaux* interlocutores de profissões de prestígio (académicos, médicos, juristas...). A valorização do saber em detrimento da respectiva projecção pública foi mais acentuada nos canais privados do que no de serviço público, o qual, mesmo ao nível dos especialistas, privilegiou aqueles com maior capital mediático. Todos os responsáveis dos programas de informação impunham ao convidado como qualidade mínima “ser interessante”. Para não aborrecer as audiências. Em 1993, a apresentação de debates ou de *talk shows* foi preferencialmente entregue a jornalistas<sup>54</sup>. Avançando para o campo do entretenimento, certos *talk shows* levantavam questões éticas e deontológicas a quem os apresentava. Era o caso de *Você é Excepcional* e de *Raios e Coriscos*, programas do canal generalista de serviço público conduzidos, respectivamente, por Joaquim Letria e por Manuela Moura Guedes. Poderá um jornalista apresentar uma emissão que se destina a homenagear os convidados ou a promover causas sociais patrocinadas por uma entidade bancária? Poderá um jornalista estar à frente de um formato cujo título remete para um discurso sarcástico contra alguém? Letria e Moura Guedes não vêm incompatibilidades nessas funções, mas esses papéis não se integram no Estatuto da respectiva profissão. Quando apresentámos um estudo sobre o *Telejornal* da RTP que incidia nos anos 1988/1992 (Lopes, 1999), concluíamos que temas relacionados com rupturas sociais, incumprimento de leis e desordens públicas ocupavam um progressivo destaque nesse noticiário. Também os chamados “casos pessoais”, protagonizados por rostos anónimos, começavam a ter uma visibilidade mais acentuada. Foi nestes vectores que a SIC apostou para estruturar dois programas de informação: para os casos que impunham a presença de forças policiais surgiu, a 7 de Outubro, *Casos de Polícia*; para dar conta de histórias singulares de gente desconhecida do grande público, apareceu, a 27 de Janeiro, *Sexo Forte*. As audiências seguiram essas emissões com um interesse que, em pouco tempo, levou o Canal 1 a reagir com formatos similares. Os primeiros minutos da emissão inaugural da SIC preenchidos com um noticiário (6 de Outubro de 1992) não surpreenderam tanto por um alinhamento desprendido de fontes oficiais, mas, sobretudo, pelo cenário que abria, atrás

<sup>54</sup> As excepções pertencem aos canais privados onde dois programas que se detêm sobre histórias de vida do considerado *jet 7* são conduzidos pela economista Helena Sacadura Cabral (*Segredos* na SIC) e pelo corredor de automóveis Nicha Cabral (*Olhares* na Quatro) e um outro sobre a religião católica apresentado pelo jesuíta Vaz Pinto (*Caixa de Perguntas* na Quatro).

do *pivot*, uma ampla janela para a redacção do canal privado. Pela primeira vez na televisão portuguesa, acedia-se ao local onde se produziam as notícias, o que acentuava a proximidade que a “neotelevisão” cultivava com as audiências. Esta cumplicidade entre os cenários televisivos e o ambiente doméstico dos telespectadores é prolongada em vários programas de informação semanal emitidos em 1993, o que ajudava a televisão a converter-se nesse “objecto transaccional” de que fala Roger Silverstone (1994), ou seja, num elo de ligação entre o social (aquilo que é mediatizado) e o individual (aquele que vê). Grande parte dos espaços cénicos das emissões informativas da SIC foi, até ao ano 2000, da responsabilidade do arquitecto Tomás Taveira. Embora assegure que “a televisão é a fábrica de sonhos por excelência”, Taveira diz que os cenários das emissões informativas “estão muito próximos da vida real” (*TV Mais*, 4 de Dezembro de 1993), criando-se, logo ao nível da forma, um vínculo com os telespectadores que vêem no pequeno ecrã espelhos diversos do quotidiano. Por exemplo: *Tostões e Milhões* mostra Lisboa às horas em que o dinheiro circula; *Conversas Curtas* abre a discussão para fora do canal, ao exibir em fundo uma fotografia da cidade à noite; *Sexo Forte* desenvolve-se num cenário mais intimista que o aproxima de uma confortável sala-de-estar<sup>55</sup>... No Canal 1 e na Quatro a atenção à parte cénica evidencia-se mais a partir do último trimestre do ano, particularmente no *talk show Raios e Coriscos* e no debate *Artur Albarran*. Progressivamente percebia-se que, em televisão, a forma também comunica.

Sendo uma componente intrínseca à televisão, o espectáculo – enquanto conjunto de elementos que se oferece ao olhar e ao ouvido, capaz de provocar reacções – evidencia-se aos níveis da substância e da forma. No primeiro, sobressai a preocupação que a maior parte dos apresentadores manifesta em relação aos convidados que chama para os *plateaux*. Optando por figuras de projecção pública de grau variável e de grupos diferentes, os jornalistas que conduzem debates, entrevistas ou *talk shows* sublinham sempre a necessidade de esses interlocutores terem um discurso adequado ao ritmo (vivaz e veloz) da televisão<sup>56</sup>, o que impõe um critério de selecção que exclui muitos daqueles com experiência e saber adequados a determinados temas. Ao nível da forma, para além do cuidado na concepção do cenário (parte visual), há também alguma cautela na gestão das práticas dialógicas daqueles que participam em determinada emissão. Mais tensas nos debates e mais descontraídas, mas não

<sup>55</sup> O descontentamento do arquitecto, em finais de 1993, situava-se no *Terça à Noite*, cujo cenário dizia querer melhorar, faltando-lhe apenas “convencer o patrão a investir mais algum dinheiro” (*TV Mais*, 4 de Dezembro de 1993).

<sup>56</sup> Por exemplo, na *Entrevista de Maria Elisa* (Canal 1), a apresentadora diz que os seus convidados “têm de ser pessoas muito comunicativas, com um discurso não complicado”, não cabendo nesse perfil “aquelas pessoas que falam muito, mas que, quando terminam, não se sabe o que disseram” (*TV Guia*, n.º 766, Outubro de 1993). A apresentadora de *Sexo Forte*, Paula Moura Pinheiro, assegura que “é fundamental que o entrevistado tenha poder discursivo e narrativo” (*TV Guia*, n.º 744, Maio de 1993).

menos surpreendentes, nos *talk shows*, essas trocas verbais querem-se, sobretudo, expressivas. Colocando frente-a-frente dois convidados de posições contrárias e contando-se com um moderador que assumia uma postura próxima do exercício do contraditório, os debates/entrevistas da SIC foram os géneros que mais aliaram a informação com o espectáculo da palavra, acreditando-se que isso seria também um motor de atracção de audiências<sup>57</sup>.

### 1.5 1994/5: A ascensão da SIC à liderança das audiências

São anos de mudança, os de 1994 e de 1995. A RTP muda de directores e de administração. A TVI, de chefias na Direcção de Informação. A SIC não substitui qualquer nome-chave da estação, sendo este período de fulcral importância, na medida em que passa a liderar as audiências. Tratou-se de uma subida progressiva, feita com novelas da Rede Globo, *reality shows*<sup>58</sup>, programas de imitação de estrelas de música<sup>59</sup>, emissões de humor em português<sup>60</sup> e uma informação pró-activa, desprendida das fontes oficiais para privilegiar o cidadão comum.

A prática daquilo que é o serviço público de televisão não tem grandes evoluções neste período: o Canal 1 vocaciona-se para uma programação popular e a TV2 para uma oferta de minorias. Depois de ter abandonado o cargo de director-coordenador da RTP no segundo trimestre de 1994, José Eduardo Moniz reafirma a inevitabilidade de a TV pública ter optado no ano anterior por uma estratégia de concorrência com as estações privadas. Argumentando que “a TV2 praticamente não gera receitas”, Moniz defende que o Canal 1 “está no mercado para captar audiências e receitas de publicidade” (*TV Guia*, n.º 795, Maio de 1994). Idêntica visão tem o director da RTP, Adriano Cerqueira, que em 1994 opta por nomear um director-adjunto para cada um dos canais, por considerar que se trata de “realidades televisivas totalmente diversas” (*TV*

<sup>57</sup> Em *Terça à Noite*, os comentadores residentes reconhecem alguma teatralidade nas discussões que semanalmente colocam em cena. António Barreto diz que “um programa de televisão não vive só do conteúdo, mas também do lado formal, espectacular”, enquanto Pacheco Pereira fala da existência de uma “coreografia e efeitos especiais”, nas trocas verbais que se evidenciam, por exemplo, em comportamentos como os de pedir permanentemente a palavra, reivindicar mais tempo de antena, entremear o raciocínio com elementos afectivos para cativar apoiantes... (*TV Mais*, 19 de Abril de 1993).

<sup>58</sup> A Endemol foi a grande fornecedora deste género televisivo à SIC. A estreia fez-se, em 1994, com *Perdoá-me*, ao qual se seguiu *All You Need Is Love*.

<sup>59</sup> *Chuva de Estrelas*, também um formato da Endemol, estreou-se em 1994 e atraiu uma audiência considerável à SIC. Resultado da sua popularidade, foram as várias edições que se prolongaram pelos anos de 1995/96/97/98.

<sup>60</sup> Embora este tipo de programas tenha começado em 1994, foi em 1995 que a SIC lhes consagrou mais espaço no horário da noite.

*Guia*, n.º 807, Julho de 1994). No segundo semestre de 1994, a RTP conta com novos directores de Programação e de Informação: Maria João Martins e Manuel Rocha, respectivamente. A procura de novidades que agradassem ao público traduzida na compra ou produção de programas de custos avultados, a pesada estrutura que suporta o serviço público, a divisão do mercado publicitário com os canais privados, a perda das receitas da taxa de televisão e os permanentes atrasos na entrega dos montantes relativos às indemnizações compensatórias do Estado encaminham o operador público para uma situação financeira bastante instável. Num artigo escrito a 21 de Novembro de 1995 no *Público*, o administrador da RTP Rogério Serrasqueiro afirma que, nessa altura, há um défice permanente de 20 milhões de contos por ano. Para além dos factores apontados, este desequilíbrio das contas também se justifica, na sua perspectiva, pelo “facto de a TV2, para cumprir o perfil de programação que lhe está determinado, não poder gerar receitas significativas e o Canal 1 viver permanentemente o dilema de, em cada decisão de programação, ter de ponderar não só a sua condição de canal de serviço público, mas também a necessidade de ser concorrencial para poder disputar o mercado publicitário”. Talvez a falta de condições financeiras para sustentar a reestruturação da empresa não fosse o argumento real para Freitas Cruz ter deixado a presidência do Conselho de Administração da RTP, mas foi isso que alegou no início de Outubro para abandonar o cargo, poucos dias depois de o PS ter ganho as eleições legislativas. Em Dezembro de 1995, há uma nova administração e novos directores.

Ainda que em 1993 a SIC tenha ficado longe das audiências do Canal 1, o director de Informação e Programas do canal privado aponta para finais de 1994 o objectivo de “chegar à liderança” (*TV Mais*, 11 de Fevereiro de 1994). O propósito não foi alcançado, mas, ao longo do ano, a estação reuniu em certos programas um substancial número de espectadores. O género que mais contribuiu para tal foram as novelas brasileiras da Rede Globo (*Mulheres de Areia* e *A Viagem*) que se revelaram verdadeiras âncoras para outros programas. A relação entre ambas as empresas de comunicação ultrapassava a aquisição deste tipo de conteúdos. Antes mesmo de serem conhecidos os vencedores das frequências para os canais de TV privada, a Globo avança com a aquisição de 15% das acções da SIC, o máximo, na altura, permitido pela lei portuguesa para investidores estrangeiros. Não será certamente coincidência o facto de a imagem e logótipo do canal privado português terem sido concebidos por Hans Donner, um *designer* da Globo. Num artigo em que explica a expansão deste grupo brasileiro, Helena Sousa (2001) afirma o seguinte:

Pinto Balsemão estava, de facto, empenhado na concretização de uma aliança estratégica. A Globo era vista como parceira ideal para o estabelecimento de uma relação privilegiada. Primeiro, porque produz o produto perfeito em termos de

audiências em Portugal (as telenovelas); segundo, porque tinha experiência técnica, administrativa, comercial e artística; terceiro, porque esta relação não seria fragilizada por barreiras linguísticas e culturais.

Se na troca de conhecimentos e de tecnologia este relacionamento caminhava sem grandes atropelos, o mesmo não se passava no fornecimento de conteúdos, pois a Globo tinha um compromisso com a RTP para a exportação das suas telenovelas. Após várias hesitações, o certo é que o grupo brasileiro assina, em meados de 1994, um contrato de exclusividade para venda da sua ficção com a estação presidida por Pinto Balsemão, garantindo, assim, à SIC uma oferta televisiva de grande êxito junto do público. E foi a partir daí que o canal privado português adoptou novas estratégias de programação que viriam a revelar-se fulcrais na conquista da liderança das audiências. Se nos primeiros meses de 1994 a novela brasileira emitida na SIC em horário nocturno capitaliza boas audiências, na RTP o *Telejornal* não perde grande número de espectadores, o que significava que a televisão pública retinha pessoas que, findo o noticiário, sintonizavam a SIC. A solução encontrada na RTP foi esticar o seu principal programa de informação diária para reter a audiência o mais tempo possível. Fez isso com êxito até Maio de 1995, altura em que a compra do exclusivo das transmissões do casamento de D. Duarte lhe retira a supremacia na franja horária das 20h00. Tendo conseguido junto da Casa de Bragança os direitos de imagem da boda, a RTP foi também obrigada a aceitar contrapartidas. Durante a semana que antecedeu o casamento, o noticiário do Canal 1 abria às 20h00, mas limitava-se a uma duração de dez minutos para dar lugar a alargadas reportagens sobre a monarquia. O público optou por sintonizar a SIC, o canal que, nos bastidores, também disputara o exclusivo da transmissão das cerimónias do casamento monárquico, que se realizou a 13 de Maio de 1995, com transmissão directa na RTP1 e na RTP-i (Lopes: 1997). Estava perdida a liderança das audiências em horário nobre do Canal 1, conseguindo a SIC a proeza de, em menos de três anos, ter passado a ser a estação mais vista, algo singular na Europa.

A TVI atravessa os anos de 1994 e 1995 sem conseguir grande visibilidade e estabilidade. Internamente o canal passa por uma certa renovação ao nível da direcção de Informação e por uma crescente conturbação financeira, em grande parte resultante das baixas receitas publicitárias e de um certo descontentamento (desilusão?) que os principais accionistas (leia-se instituições ligadas à Igreja) começam a manifestar. Sem as audiências esperadas, a estação faz permanentes reajustamentos na grelha, falhando sucessivas estratégias para a subida do *share* e, conseqüentemente, para a captação de anunciantes. Nos primeiros meses de 1994, a TVI passa por uma reestruturação ao nível das chefias da informação que culmina na substituição do respectivo director António Rego por José Ribeiro e Castro. Este último promete colocar a informação no centro da oferta

televisiva do Canal Quatro: “A informação é a cara mais visível de uma estação de TV, ou seja, não produz programas aptos a terem os maiores ‘ratings’, mas é por ela que o carácter e a marca de uma estação se assinalam” (*TV Guia*, n.º 802, Junho de 1994). As novidades tardaram em aparecer, mas, um ano após ter dado início às suas emissões, a TVI opta por fazer alguns acertos na imagem, alterando o seu logótipo que passa a ter um fundo azul sobre o qual se inscreve o nome do canal a vermelho e amarelo. Ainda que os responsáveis da Quatro continuem a reclamar para esta estação uma identidade assente no respeito pela doutrina social da Igreja, nota-se, principalmente a partir do segundo semestre de 1994, uma certa mudança ao nível dos discursos. O director de Informação fala na necessidade de o jornalismo da sua estação ser “mais agressivo” e melhorar “a capacidade de reacção aos acontecimentos”, a fim de se conseguir “mais notoriedade”. Para Ribeiro e Castro, estes objectivos passam não só por um “reforço de meios”, mas também por “uma atitude global da empresa, nomeadamente em termos de grelha, abrindo mais espaços à informação” (*TV 7 Dias*, n.º 381, Julho de 1994). Este último desejo apenas é concretizado na programação de Outono. Para além de novos programas semanais, começam a ser emitidos três blocos noticiosos diários. Das 13 horas semanais dedicadas até então à informação, a TVI passa para cerca de 30 horas. Todavia, a intervenção de Ribeiro e Castro não se prolonga por muito tempo. A 31 de Outubro de 1995, o Conselho de Administração aceita o seu pedido de demissão, substituindo-o por Francisco Ribeiro e Silva, o terceiro director de Informação num canal com menos de três anos.

## **Um jornalismo que reconfigura a realidade**

Não são muito diferentes de 1993 estes dois anos ao nível da informação semanal. Poder-se-ia ver neles uma certa continuidade, mas há coberturas mediáticas e formatos informativos que reforçam a transferência para a televisão de papéis específicos de outras instituições, nomeadamente das forças policiais, dos tribunais e do Parlamento. Ainda que encontremos em todas as estações alguns exemplos disto, é a SIC que se evidencia num jornalismo pró-activo. Isso torna-se visível não apenas no desenho de programas de informação, mas também na forma rápida de mediatizar os factos e de lhes conferir uma outra dimensão. Poderia ser uma mera manifestação popular contra uma decisão do Governo, mas os protestos relativos ao aumento das portagens da Ponte 25 de Abril, ocorridos a 24 de Julho de 1994, foram, acima de tudo, um sinal do poder de influência da televisão. Com transmissões directas a partir do palco dos acontecimentos, as estações generalistas ampliaram o “buziño” dos condutores; isolaram num

plano aproximado um indivíduo espancado pela polícia antimotim<sup>61</sup>; deram voz ao descontentamento popular em relação ao poder executivo; ouviram os políticos da oposição que, aproveitando a presença dos jornalistas, conquistaram um palco privilegiado para uma pré-campanha eleitoral... Nestes ângulos, pretendia-se dar diferentes facetas dos factos e, nesse esforço, conferiu-se uma outra dimensão ao que estava a decorrer na ponte. Como sublinha Castelló Mayo (2004: 126), “quanto mais a televisão pretende ser um instrumento que se limita ao fiel reflexo da realidade, mais acaba por se converter num instrumento criador da realidade”. De todos os canais, foi a SIC que sobressaiu no número de horas em directo e na pressão que exerceu sobre o Governo. Dias depois dos incidentes da Ponte, um jornalista dessa estação, ao acompanhar uma visita do primeiro-ministro ao Porto para uma reunião com empresários, insiste em perguntar a Cavaco Silva o que teria feito, se a 24 de Julho tivesse passado na Ponte 25 de Abril e não desempenhasse funções governativas. O reconhecimento do chefe do executivo de que “provavelmente também buzinará” foi amplamente repetido em todos os noticiários do canal. Procurar criar uma agenda própria com ampla repercussão no espaço público em vez de andar a reboque da agenda política tornou-se rapidamente uma das marcas distintivas do “jornalismo SIC”. A visibilidade e, conseqüentemente, a amplitude que certos acontecimentos adquiriam nos espaços de informação do canal de Carnaxide obrigavam os *media*, nomeadamente os canais de TV concorrentes, a darem destaque a certos assuntos. No caso da Ponte 25 de Abril, mais do que as manifestações populares, foi a ampla cobertura mediática, particularmente das televisões, que “obrigou” o ministro dos Transportes e Obras Públicas a recuar na decisão do aumento das portagens<sup>62</sup>. Face à inesperada visibilidade de certos acontecimentos, as instituições viam-se obrigadas a actuar. Quase sempre a reboque do discurso jornalístico da TV.

Paralelamente a um jornalismo pró-activo em relação aos acontecimentos, a SIC vai desenhando formatos de informação semanal que (aparentemente) lhe conferem papéis próprios de certas instituições, nomeadamente das da ordem pública (polícias e tribunais). E nisso é seguida pelo canal de serviço público. A assunção por parte do audiovisual de posturas idênticas às dos meios policiais e judiciais não deixa de ser artificial, na medida em que cada

<sup>61</sup> A imagem dos agentes da ordem pública a imobilizarem violentamente um cidadão anónimo desarmado era demasiado forte e foi a ela que a oposição política se agarrou para pôr em causa a actuação da Polícia e, através dela, a do ministro da Administração Interna.

<sup>62</sup> Semanas antes dos incidentes da Ponte 25 de Abril, a SIC fizera uma maratona de longas horas de transmissão directa, que entrou pela madrugada adentro, das operações de resgate de cinco trabalhadores soterrados no Aeroporto da Portela. Os outros canais também relataram o ocorrido, mas a SIC continuou a transmitir a exumação dos acidentados, mesmo já depois de se saber que nenhum deles havia sobrevivido ao acidente. Tratou-se aqui de um *remake* daquilo que acontecera um ano anterior, quando no Aquaparque morreram duas crianças sugadas pelas condutas das águas. Com “directos” feitos para o local dessas tragédias, as televisões procuraram eventuais explicações para o sucedido, apontaram nomes de responsáveis por esses acidentes e colocaram em cena rostos de vítimas que emocionaram o país.

um destes campos tem práticas, ritmos de trabalho, formas de comunicação e tipos de linguagem específicos<sup>63</sup>. No entanto, é uma (perigosa) junção de papéis que alguns programas promovem, baralhando o lugar que o jornalista ocupa na esfera pública. Essa programação centrada em casos de polícia ou em processos judiciais integra interlocutores que a informação semanal, nomeadamente os debates, excluía em 1993: o cidadão comum. Incapazes de argumentarem em público com alguma coerência, essas pessoas são enquadradas por reportagens ou por entrevistas curtas, o que confere aos jornalistas mais poder. E certamente uma maior responsabilidade social. Surgindo em Outubro de 1993, *Casos de Polícia* revela-se um caso de sucesso de audiências no segmento do horário nobre. Nessa altura, o Canal 1 tinha no ar formatos idênticos, mas que estavam acantonados na TV2 (*Crimes e Desaparecidos*). Em 1994, o canal generalista de serviço público faz destes formatos uma das principais apostas em termos de informação semanal, criando *À Luz da Lei*<sup>64</sup> ao qual sucedem *Coisas da Vida* e, em 1995, *Marginalidades*. Incidindo o seu trabalho no mesmo campo, os respectivos apresentadores têm posturas diferenciadas. O jornalista Luís Pires, a quem foi atribuída a condução de *Coisas da Vida*, compromete-se a arranjar soluções para alguns casos: “Há soluções para muitos casos e isso vai ser um dos nossos pontos de honra” (*TV Mais*, de 16 de Setembro de 1994). Embora inscrito na área da informação, este programa é, segundo o seu apresentador, uma espécie de reparador das desordens sociais: “Privilegiamos uma perspectiva humana em primeiro lugar porque somos homens e depois jornalistas” (*TV Guia*, n.º 834, Janeiro de 1995). A este papel, Carlos Narciso contrapõe outro bem diferente: “Somos jornalistas, não somos missionários; isto é um programa de jornalismo”. Que não está imune a pressões. Das fontes de informação, como reconhece o apresentador do programa<sup>65</sup>. E das audiências, como se percebe pela construção do respectivo alinhamento<sup>66</sup>.

<sup>63</sup> Cunha Rodrigues, ainda no cargo de procurador-geral da República, escrevia o seguinte: “Por natureza e condicionamentos estruturais, a justiça tem características monológicas de intervenção. A informação que veicula é predominantemente unidireccional. A linguagem hermética e os tempos de respostas lentos e ritualizados. Contrariamente, os *media* utilizam métodos bidireccionais de recolha de informação, reelaboram o discurso das fontes e tendem para a comunicação em tempo real” (1999: 48). Referindo-se a esta interacção entre a administração da justiça e a investigação jornalística, Mário Mesquita (2003: 118-119) lembra que “o jornalista, ao contrário do que sucede com as instituições judiciais, não dispõe de meios legais que lhe permitam obrigar as testemunhas a depor sobre determinado acontecimento”.

<sup>64</sup> Assegurando que o formato que apresenta não foi copiado “de lado nenhum”, Rui Vasco Neto, autor de *À Luz da Lei*, diz que o seu programa – que conta na equipa de pesquisa com três advogadas – “fala da vida da gente, de casos de tribunal, de factos do dia-a-dia, passados com o cidadão comum que são vistos à luz da lei” (*TV Guia*, n.º 785, Fevereiro de 1994).

<sup>65</sup> A este propósito, o coordenador e apresentador do programa, Carlos Narciso, afirmava à edição de 13 de Julho de 1995 do *Público* o seguinte: “As polícias passaram a não gostar de nós. Ficámos com as outras histórias: o marginal que se quer vingar do sistema, a prostituta violada que não consegue apresentar queixa na esquadra, o polícia expulso, o cidadão injustificado (...). Quem nos vê sabe que, para além do voto em tempo de eleição, os cidadãos têm direitos que nenhum *casse-tête* pode retirar”.

<sup>66</sup> Uma das vertentes privilegiadas por estes programas foi a de procurar pessoas desaparecidas. Por humanismo? Para cumprir uma função a que as instituições não davam resposta? Talvez, mas, sobretudo, para

A ideia de conferir ao ecrã o papel de reparador de injustiças sociais adquire, em Março de 1994, uma expressão literal com o início na SIC de *O Juiz Decide*<sup>67</sup>, um formato que se constitui como um tribunal arbitral (que resolve conflitos de natureza civil ou comercial), resultado de um acordo com o Centro de Arbitragens Voluntárias da Ordem dos Advogados. Ao interrogatório feito pelo magistrado, juntam-se, quando este desaparece de cena, as entrevistas que a jornalista Eduarda Maio faz às partes envolvidas no processo e ao público assistente naquela sessão (televisiva). Embora salientem a vertente pedagógica do programa, o juiz e a jornalista não negam a componente espectacular que lhe está intrínseca, muitas vezes tributária dos casos insólitos apresentados ou do registo emocional das partes em conflito<sup>68</sup>. Em Março de 1995, a SIC avança mais em direcção ao território da justiça, criando um programa para avaliar, através de um polígrafo<sup>69</sup>, a justeza das sentenças judiciais. É difícil integrar *A Máquina da Verdade* nos programas de informação. Apresentado pelo jornalista Carlos Narciso (que também conduzia *Casos de Polícia*), este programa estreou-se tendo como convidado o Padre Frederico, presidiário de Vale de Judeus a cumprir uma pena de 13 anos de prisão, por assédio sexual e homicídio de um menor. Se o Tribunal de Santa Cruz o condenou, *A Máquina da Verdade* encontrou nos testemunhos e no polígrafo elementos que o absolveram de todos os crimes perante uma audiência de 28,3% e um *share* de 74,5%. No dia a seguir a essa emissão, a Direcção dos Serviços Prisionais emitia um comunicado em que proibia os respectivos reclusos de saírem das prisões para irem à televisão. Ao contrário de *Casos de Polícia*, que consegue prosseguir o seu trabalho em ruptura com as instituições policiais, *A Máquina da Verdade*, sem a cooperação das prisões e com as audiências em queda acentuada, vê o desenvolvimento das suas emissões comprometido, acabando por ser retirado da grelha sem sequer ter completado três meses de emissão<sup>70</sup>. Enquanto esteve no ar, constituiu-se como uma marca distintiva de uma TV que chama a si uma espécie de (ilusório) poder demiúrgico.

fomentar um diálogo efectivo com os telespectadores e afectivo com as audiências. Quando se percebeu que esse filão estava esgotado no gosto do público, recuou-se. “No início, metade do programa era preenchido com essa questão; agora limitamo-nos a incluir no final dois ou três casos. Houve uma perda de interesse, porque as histórias são todas muito parecidas e acaba por instalar-se um trabalho de rotina bastante cansativo”, reconhece Carlos Narciso (*TV Guia*, n.º 834 Janeiro de 1995).

<sup>67</sup> Trata-se de um formato inspirado no *Fórum*, da Radiotelevisão Italiana, que já contabilizava sete anos de emissão e que, no início do ano, tinha sido adoptado na TV espanhola com o nome de *Verdicto*.

<sup>68</sup> Eduarda Maio reconhece que o formato “tem uma componente de *reality show*” (*TV Guia*, Maio de 1995), necessária porque, como também diz, “este programa tem como objectivo as audiências” (*TV 7 Dias*, n.º 447, Outubro de 1995).

<sup>69</sup> Trata-se de uma máquina de diagnóstico clínico que acompanha as respostas do convidado a um questionário, feito por um médico, através da medição da amplitude respiratória do tórax e do diafragma, das batidas cardíacas e das reacções das glândulas sudoríferas, desenhando um gráfico a partir do qual se pensa ser possível determinar a veracidade daquilo que se diz.

<sup>70</sup> Com o programa perto do fim, o jornalista muda a sua perspectiva quanto à sua função naquele formato: “Não gosto de fazer este programa. Não gosto do polígrafo, não faz parte do meu trabalho, não é uma componente jornalística. Se começasse pelo polígrafo e depois partisse para um programa de informação, talvez não me importasse. Assim é um bocado perverso para o jornalista” (*TV Mais*, 16 de Junho de 1995).

Menos atribulada, mas não imune a polémica, foi a relação (de poder) dos canais generalistas com a política. A esse nível, a SIC evidenciou-se numa postura pró-activa: introduziu novos temas na agenda política, investigou casos incómodos para o Governo, deu visibilidade às vozes críticas, desviou-se do chamado “Portugal sentado”, mediatizou os acontecimentos promovidos pelas fontes oficiais por um ângulo marginal ao qual conferiu centralidade... Para além desta linha editorial que diariamente ressaltava em *Praça Pública* e no *Jornal da Noite*, a SIC criou na grelha de Outono de 1994 *A Noite da Má-Língua*, um programa semanal de crítica sarcástica às figuras públicas, principalmente aos membros do Governo, conduzido por Júlia Pinheiro (que já apresentara *Praça Pública*) que conversava com um painel fixo. Escassas semanas depois da estreia deste programa, a apresentadora reconhecia que os visados não manifestavam em relação às tiradas irónicas e aos reparos corrosivos de que eram alvo “um entusiasmo por aí além”, mas sublinhava que fazia falta um formato assim, “que tratasse os nossos ridículos” (*TV Guia*, n.º 820, Outubro de 1994), para gáudio das audiências que conferiam às emissões uma popularidade tal que, em pouco tempo, estas passavam do segmento tardio para o horário nobre. É nesse grito semanal de que “o Rei vai nu!” que a SIC estende a sua programação a uma crítica contundente à actualidade noticiosa, feita através de um humor mordaz que atingia o poder dominante. A corrosiva agulha epidérmica que semanalmente se introduzia no centro da actuação das figuras públicas conferia a cada emissão uma espectacularidade que tornava demasiado ténues as fronteiras entre a informação e o entretenimento<sup>71</sup>.

A ênfase dada à componente espectacular da informação televisiva teve uma grande expressividade na cobertura mediática dos resultados das eleições legislativas de 1 de Outubro de 1995. De diferentes formas, SIC e Canal 1 rivalizaram num trabalho que excedeu os limites do campo jornalístico. Centrando a sua emissão no Restaurante Panorâmico de Monsanto, o Canal 1 dividiu o espaço em quatro áreas: a primeira onde três *pivots* acompanhavam os resultados; a segunda reservada ao comentário de políticos e de personalidades independentes; a terceira ocupada por António Sala e por convidados ligados aos universos da música e do espectáculo; a quarta para actores que interpretavam *sketches* do programa humorístico *A Mulher do Senhor Ministro*. No mesmo espaço, o operador público de televisão colocava, lado a lado, informação e entretenimento, com fronteiras (demasiado) fluidas entre si. Tendo como cenário uma tenda, a SIC centrou o seu trabalho em jornalistas, actores políticos e comentadores. A essa emissão juntavam-se os “directos” das sedes

<sup>71</sup> Neste período, o Canal 1 tem *talk shows* bastante diferentes. Como o *Frou-Frou*, um formato francês apresentado por duas jornalistas (Margarida Pinto Correia e Catarina Portas), uma actriz (Alexandra Lencastre), uma professora universitária (Maria Lúcia Lepecki) e uma dirigente associativa (Margarida Martins). Em entrevista à edição n.º 407 da *TV 7 Dias* (Janeiro de 1995), as apresentadoras sublinham a vertente de entretenimento do programa ao qual juntavam uma discussão descontraída de temas diversos.

partidárias (também feitos pela RTP e pela TVI) e, uma novidade da SIC, imagens filmadas por um operador que, com uma câmara móvel montada numa motocicleta, seguia a caravana de automóveis do partido vencedor. De um helicóptero chegariam imagens em directo da festa partidária (*Público*, 1 de Outubro de 1995). Foi na forma que a SIC procurou dar uma componente espectacular ao seu trabalho que, no entanto, se singularizou pela decisão dos seus responsáveis em divulgar os resultados de uma sondagem sobre o vencedor daquele escrutínio antes da hora permitida por lei. Essa opção, ilegal e eticamente reprovável, talvez tenha sido decisiva para lhe assegurar, pela noite dentro, uma audiência superior àquela conseguida pela RTP1 e pela TVI. Num artigo que intitulou “Televisão em Portugal: a ditadura do mau gosto” (*Público*, 19 de Outubro de 1995), José Manuel Barata-Feyo – acusando a SIC de ter violado “a lei mais gravemente do que nunca” naquilo que considera ter sido “um golpe baixo” – situa nesse dia “a data oficial do falecimento da RTP”, acrescentando que o operador público só morreu porque era já “um moribundo”. Tendo como referência o primeiro quinquénio dos anos 90, o jornalista da RTP acusa a estação onde trabalha de ter enveredado não só pela “notícia boçal, sensacionalista, leviana, de faca e alguidar”, mas também por uma programação-clone da SIC. Eis alguns ingredientes que alimentarão, nos anos seguintes, um extenso e infrutífero debate em torno da espectacularização da informação e da falta de qualidade dos programas do canal generalista de serviço público de televisão que, a partir de 1995, começou a perder um número significativo de espectadores.

Ainda que os conteúdos de entretenimento tivessem sido decisivos para a SIC conquistar a liderança das audiências, também se procurou capitalizar telespectadores nos programas informativos, cujos formatos e respectiva colocação na grelha foram sempre objecto de apurado trabalho ao nível do interesse do público (alvo). Na grelha de Outubro de 1994, a estação transforma o *second time* num espaço privilegiado de uma informação temática que dispunha de menos tempo nos alinhamentos dos noticiários, designando esse bloco com o nome genérico de *Insónias*, havendo, em cada serão, uma emissão específica<sup>72</sup>. Segundo o director de Informação e Programas, o propósito era “reservar essa faixa para um determinado tipo de público mais seleccionado, com programas de debate e *talk shows* mais sofisticados”. Embora diga que “é uma linha destinada sobretudo às classes A e B”, Emídio Rangel acreditava serem “programas susceptíveis de agregar um número importante de espectadores” (*TV Guia*, n.º 815, Setembro de 1994). A mesma estratégia de captar novas audiências através de programas com traços do jornalismo é seguida em Março de 1995, quando a SIC incorpora os seus principais programas de informação

<sup>72</sup> À 2.ª feira, emite-se o *Flashback*; à 3.ª feira, *A Noite da Mãe-Língua*; à 4.ª feira, *Internacional SIC*; à 5.ª feira, *Tostões e Milhões*; à 6.ª feira, *Donos da Bola*; e, ao domingo, *O Senhor que se Segue*.

semanal (*Sete à Sexta* e *Terça à Noite*) e os respectivos apresentadores (Margarida Marante e Miguel Sousa Tavares) nas edições do *Jornal da Noite* do fim-de-semana, alterando apenas os nomes desses formatos, que curiosamente eram os únicos ligados aos dias da semana.



## 2. Cenas televisivas diversificadas

### 2.1 O PAP em 1996

Este é o ano da consolidação da liderança de audiências da SIC, de uma tentativa (falhada) para reencontrar a identidade e o equilíbrio das contas da RTP e de uma certa instabilidade na reestruturação financeira e na filosofia de programação do canal Quatro.

O ano de 1996 abre ao serviço público de televisão uma expectativa de recuperação financeira e de legitimidade. Sem apresentar resultados positivos desde 1991 (ano em que teve um lucro de meio milhão de contos), a RTP chega ao fim de 1994 com um prejuízo de quase 20 milhões de contos e, no ano seguinte, ultrapassa já os 25 milhões. Antes de o ano terminar, a tutela política do audiovisual público resultante das eleições legislativas de Outubro de 1995 nomeará um novo Conselho de Administração (CA) da RTP, presidido pela economista Manuela Morgado, a quem se pede a inversão do passivo acumulado nos quatro anos anteriores. Em menos de 20 dias, a nova presidente do CA divulga a sua escolha para a Direcção de Informação e de Programas: o jornalista Joaquim Furtado, de cuja equipa se espera uma programação imune à clonagem da TV privada, nomeadamente à oferta televisiva da SIC. Três meses após ter sido nomeada, a equipa de Furtado demite-se por se recusar a aceitar uma ordem de serviço do CA, na qual se impunha a necessidade de autorização prévia para certos gastos<sup>73</sup>. Seis dias depois (a 26 de Março), durante os quais Morgado haveria de garantir ter sido pressionada pelo poder político (socialista) a

<sup>73</sup> Na carta de demissão, o subdirector de Programas, Joaquim Vieira, afirma o seguinte: "Considero inaceitáveis as disposições contidas na ordem de serviço n.º9 de 20/3/96, que configura uma interferência exterior abusiva nas decisões sobre programação que a esta direcção devem competir. Tal interferência, além de bloquear o processo decisório, ameaçando seriamente inviabilizar a adopção de uma nova grelha de programação nas datas previstas, significa uma diminuição efectiva de poderes da direcção de programas e uma manifestação de desconfiança sobre a sua idoneidade" (*Público*, 23 de Março de 1996).

recuar ou a sair da empresa<sup>74</sup>, a presidente do CA demite-se, sendo substituída a 28 de Março por Manuel Roque, que transita da equipa anterior com mais três elementos. Joaquim Furtado e os seus colegas regressam às suas funções, que, na verdade, nunca chegaram a abandonar. Estabelece-se a partir daqui um período de uma certa estabilidade directiva no operador público, mas as mudanças apenas se tornariam visíveis para as audiências em finais de Abril, altura em que Canal 1 e TV2 passam a chamar-se RTP1 e RTP2, respectivamente, e em que se colocam no ar novas grelhas. No caso da estação generalista, as novidades ficam aquém das expectativas. Em entrevistas posteriores à sua demissão, Joaquim Furtado queixar-se-ia dos orçamentos reduzidos atribuídos à direcção por si presidida e da letargia a que, nesse tempo, o Governo condenara o serviço público de televisão. A drástica diminuição de receitas (que se acentuava à medida que a SIC consolidava a liderança das audiências), o aumento das despesas (resultante do funcionamento de cinco canais públicos num mercado televisivo cada vez mais aguerrido) e os sucessivos empréstimos contraídos com a banca conferiam grande debilidade à RTP, o que tornava (ainda) mais urgente a rápida e eficiente intervenção do poder político. Sem conseguir introduzir o “dossier RTP” nas prioridades do Governo, o secretário de Estado da Comunicação Social, Alberto Arons de Carvalho, atravessou este período no meio de sucessivos fogos cruzados. Se em Março se constituiu uma Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão composta por elementos de vários sectores da sociedade civil com vista a propor ao Governo recomendações no domínio televisivo, em Outubro, depois de conhecido o “Relatório Final” dessa comissão, o presidente do CA da RTP recusava as propostas avançadas, nomeadamente a criação de uma *holding* e a centralização do serviço público num único canal. Se na audição parlamentar de 15 de Outubro feita a pedido do PSD para se discutir a situação da RTP se divulgou um Plano de Reestruturação com as linhas orientadoras da TV pública até 2000, ao longo de 1996 não houve mudanças de relevo. Excepto aquela que data de 31 de Dezembro: a assinatura da revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público. Ao contrário do Contrato de Março de 1993, que circunscrevia o cumprimento do serviço público a uma lista de obrigações específicas, o documento de 1996 alarga este conceito a toda a programação da RTP<sup>75</sup>,

<sup>74</sup> Numa entrevista à edição de 29 de Março de 1995 do *Público*, Manuela Morgado explica assim a sua demissão: “Foi o final do processo que incluiu duas coisas – uma rebelião oportunística, que foi a mais relatada, e um ‘golpe de Estado’”.

<sup>75</sup> Na cláusula 5.ª (“Obrigações de Emissão da Concessionária”), lê-se o seguinte: “A 2.ª outorgante [a RTP] é obrigada à emissão de dois programas de cobertura geral que devem constituir um referencial de qualidade, de acordo com os seguintes objectivos:

– Um, correspondendo à actual RTP1, destinado a servir o conjunto da população, de carácter eminentemente generalista, com uma vocação agregadora e a missão de formar, informar e divertir, no respeito por elevados e rigorosos padrões de qualidade;

– Outro, complementar do primeiro e correspondente à actual RTP2, predominantemente vocacionado para servir audiências específicas, integrando, entre outros, programas culturais, educativos e informativos, ver-

comprometendo-se o Estado a garantir a devida compensação financeira através das “indenizações compensatórias”<sup>76</sup> que passam a ser a principal fonte de financiamento da RTP, na medida em que o Governo decidiu também retirar a publicidade da RTP2 e restringi-la a sete minutos e meio/hora na RTP1. Impunha-se, deste modo, aos canais públicos uma nova filosofia de programação que, no entanto, não teve uma transposição muito visível na oferta televisiva. Em *Valerá a pena desmenti-los?*, Alberto Arons de Carvalho reconhece que houve uma demissão política no que diz respeito ao apoio financeiro do audiovisual público. Na sua perspectiva, “em vez da ruptura, o Governo PS acomodava-se com uma insuficiente continuidade” (2002: 30).

Audiências baixas e uma acumulação progressiva de dívidas são elementos que conduzem a TVI por uma grande instabilidade. Depois de três anos a procurar um inatingível ponto de equilíbrio para a Quatro, Roberto Carneiro abandona a presidência do CA no início de 1996. A 11 de Março, Carlos Monjardino ocupará o seu lugar, designando, passados poucos dias (30 de Março), Carlos Cruz como director de Antena. Este, em entrevista à edição de 26 de Maio do *Público*, afirma que, se não conseguir até Dezembro de 1996 um *share* de 20%, abandonará as suas funções. Foi o que aconteceu. Nos meses em que permanece no cargo, tem oportunidade de testemunhar um clima de intensa conturbação interna e de grande turbulência por parte de grupos económicos que ora manifestam interesse no capital da TVI, ora rejeitam a possibilidade de viabilizar financeiramente um canal imerso numa profunda crise.

Ainda em projecto, já os prejuízos do canal da Igreja começavam a integrar uma contabilidade que, nos anos seguintes, haveria de se estruturar apenas através de débitos<sup>77</sup>. As receitas resultantes da publicidade ficam muito aquém daquilo que seria desejável, porque também as audiências não ascendem a números atractivos para os anunciantes. Neste contexto, torna-se urgente a implantação de medidas que, por um lado, reduzam o passivo, e, por outro, dotem o canal de uma oferta televisiva de interesse do público. Se essa é uma união difícil de promover, no caso da TVI o perfil heterogéneo e as expectativas diferenciadas dos respectivos accionistas agudizam os obstáculos. Embora inicialmente tenha sido controlada por instituições religiosas, a estação encontra-se no início de 1996 “nas mãos dos Fundos de Investimento [estrangeiros] e dos chamados ‘investidores institucionais’, como bancos e companhias de seguros” (*Expresso*, 27

sando as áreas das artes, da história, do património cultural e da defesa do ambiente, da investigação, de debate e do conhecimento em geral”.

<sup>76</sup> Cf. Cláusulas 14.<sup>a</sup> (“Compensação financeira do Estado”), 15.<sup>a</sup> (“Determinação das indenizações compensatórias”), 16.<sup>a</sup> (“Cálculo da indemnização compensatória”) e 17.<sup>a</sup> (“Entrega da indemnização compensatória”).

<sup>77</sup> Segundo a edição de 28 de Junho de 1996 do *Público*, os prejuízos da TVI foram os seguintes: em 1991, de 38,1 mil contos; em 1992, de 911,2 mil contos; em 1993, de 5,4 milhões de contos; em 1994, 4,9 milhões de contos; e em 1995, de 4,8 milhões de contos.

de Janeiro de 1996). Nesta altura, a Igreja apenas detém 15% do capital. Em finais de Junho, numa Assembleia-Geral, aprova-se uma operação de engenharia financeira que prevê uma diminuição do capital social de 45%, seguida de um aumento de capital. Todavia, desentendimentos entre os accionistas adiam essa decisão até Novembro, altura em que se anuncia na imprensa a redução do capital social de 17,750 milhões de contos para 9,762 milhões. Enquanto se fazia compasso de espera por uma decisão de fundo que não se concretizou em 1996, ensaiavam-se medidas pontuais para a contenção de despesas. A principal foi a de concentrar a empresa em Queluz, deixando de existir a divisão de instalações entre a Matinha e a Avenida de Berna. Logo que entra para a TVI, Carlos Monjardino anuncia o despedimento de cerca de meia centena de funcionários, extingue a direcção de produção nacional e, ao longo do ano, procura controlar o trabalho dos jornalistas. Na edição de 7 de Junho de 1996 do semanário *O Independente*, o presidente do CA afirma o seguinte:

Numa reunião com a [equipa de] informação estive a explicar que não é por irmos a todas que ficamos melhor. Tenho uma enorme dificuldade em explicar [aos jornalistas] aquilo que eu considero ser o mínimo de pragmatismo que tem de haver (...) Não podem pôr-se nas tamanquinhas.

A 18 de Outubro, o director de Informação da Quatro, Francisco Azevedo Almeida, haveria de se demitir, alegando ingerência no seu trabalho por parte de Emídio Herrera, que, aos pelouros do *Marketing* e Direcção Comercial, juntara, no início desse mês, o da Informação.

Para a SIC, o ano de 1996 representa a confirmação da liderança de audiências registada no ano anterior. Emídio Rangel permanece na direcção de Programas e de Informação, cargo que mantém desde o arranque do canal.

## **2.2 A programação dos canais generalistas: "A SIC é líder sem transmitir futebol"**

### **2.2.1 RTP: uma clonagem à oferta televisiva da SIC**

Um novo Governo que, em campanha eleitoral, prometera uma reforma profunda do serviço público de televisão; uma nova Administração apostada em inverter o défice que a empresa acumulara nos quatro anos anteriores; e uma nova Direcção de Programas e Informação presidida pelo jornalista Joaquim Furtado a quem se reconhecia competência: eis elementos fulcrais para uma

mudança da filosofia que o operador público adoptara no período de coabitação com as estações privadas. Em pouco tempo, haveria de se perceber que as intenções não implicariam as mudanças almejadas. As grelhas de Abril e de Setembro não introduziram formatos reformadores, mas ainda houve emissões que conferiram à RTP1 traços distintivos.

Ultrapassado um início de ano tumultuoso com uma demissão que não chegou a concretizar-se, a Direcção de Programas e Informação apenas estaria em condições de apresentar uma nova grelha em finais de Abril, altura em que se renovou a oferta televisiva e se mudaram os logótipos bem como os nomes do Canal 1 e da TV2. À edição de 13 de Abril de 1996 do *Expresso*, Joaquim Furtado diz que, com a nova oferta televisiva, se procurava “uma grelha de qualidade que pudessem fidelizar os espectadores e manter um grande respeito pelos horários definidos”. Tratava-se de uma renovação de superfície, anunciando-se uma reforma mais substancial para a temporada de Outono. A 29 de Setembro, aparecia no ecrã uma nova programação e a promessa de que se abandonaria a estratégia de confronto com a SIC. Durante a apresentação desta grelha, Joaquim Furtado assegura querer “uma televisão que conte com as pessoas e que não se sirva das pessoas, da sua ingenuidade e boa-fé (...) generalista e contra a ideia de um serviço público triste e cinzento” (*Público*, 24 de Setembro de 1996). Apesar de assumida a vontade de retirar o operador público de uma concorrência directa com os privados, essa disputa nunca deixou de existir, em grande parte porque a RTP adoptou, ao longo de 1996, programas que se assumiam como uma espécie de clones das emissões da estação privada líder de audiência.

No que ao entretenimento diz respeito, a RTP1 seguiu um filão sobejamente explorado na SIC: os programas de humor. Na grelha da Primavera, foi, sobretudo, a figura de Herman José que sobressaiu. No Outono, multiplicaram-se as *sitcoms*, feitas por produtoras externas – a maior parte das quais dirigidas por ex-quadros da RTP<sup>78</sup> – criando-se uma indústria de humor que não abandonaria tão cedo o horário nobre. Da Direcção anterior, a equipa de Joaquim Furtado herdou uma novela portuguesa (da NBP), um *reality show* e um concurso (ambos da Endemol). Num tempo em que as produções da Rede Globo cativavam a maior parte dos telespectadores, estreiar uma novela portuguesa era uma aposta arriscada. Gravada em Serpa, *Roseira Brava* antecedeu a sua estreia (a 8 de Janeiro) de uma autopromoção pouco habitual nas produções nacionais (*making of*, gravação de um disco...), mas isso não se revelaria suficiente para cativar o público. Depois de ter exibido no ano anterior o concurso *Casados de Fresco* (um *flop* de audiências), a RTP1 estreava, também em Janeiro, *Tudo pelos Outros*. Esta segunda aposta em produtos da Endemol (um

<sup>78</sup> *Nós, os Ricos* e *Os Imparáveis* são produzidos pela CCA, de Carlos Cruz; *A Mulher do Sr. Ministro* tem a produção de MMM, de José Eduardo Moniz; *As Lições do Tonecas* é da responsabilidade da Firmadois, ligada à CCA.

mercado explorado com grande êxito pela SIC) teria uma reincidência, a partir de 3 de Setembro, com outro concurso (*De Par em Par*). A RTP não revelou grande argúcia para descobrir conteúdos inéditos, optando várias vezes pelo mimetismo com a TV privada<sup>79</sup>. Curiosamente foi ao aproveitar filões desperdiçados pela SIC que o canal público conferiu alguma originalidade à sua grelha. Para além da aposta nas novelas da NBP, cujo enredo se desenvolvia em diferentes regiões do país, a RTP1, ao iniciar a 29 de Abril uma nova grelha de programação, estreou um formato da produtora Mandala – muito semelhante ao *Jornalouco* que, em tempos, a SIC tivera no ar – que alcançará uma grande popularidade e perdurará muitos anos na grelha: o *Contra-Infirmação*. De uma Direcção de Informação e Programas composta por elementos da redacção da TV2, mais vocacionada para um jornalismo distanciado dos constrangimentos do mercado e, conseqüentemente, das pressões das audiências, poder-se-ia esperar uma engenharia de programação que atendesse de modo particular à informação. Não foi isso que aconteceu. Nos primeiros quatro meses do ano, a RTP1 apenas emitiu em horário nobre um programa de debate (*Prova Oral*), um vazio certamente avolumado pelas conturbações internas ao nível de quem dirigia o operador público. A partir de Maio, surgiram três programas que se mantiveram até final do ano: um de debate (*Maria Elisa*), outro de grande-reportagem (*Enviado Especial*) e um outro que misturava ambos os géneros, mas centrado no campo do desporto (*Domingo Desportivo*). Surgiu também um *talk show* com traços acentuados do domínio do entretenimento (*Ligações Perigosas*). No Verão, a RTP1 tentou um novo formato dedicado ao jornalismo policial: em Agosto de 1996, estreou *Histórias da Noite*, que se manteve no ar até Outubro<sup>80</sup> (cf. Quadro 6).

## 2.2.2 SIC: uma estação popular com um *late night* para elites

Novelas da Rede Globo, *sitcoms* faladas em português, concursos resultantes de formatos com uma popularidade testada em canais estrangeiros: foi com este tipo de oferta televisiva que a SIC preencheu em 1996 o horário nobre que sucedeu ao *Jornal da Noite*. Na franja que rondava as 23h00, a estação privada colocou debates generalistas e, em horário tardio, emitiu programas centrados em campos temáticos que tanto se vocacionaram para o grande

<sup>79</sup> Por exemplo, o magazine consagrado a eventos “cor-de-rosa” que a RTP1 estreou a 28 de Julho com o nome *Jet 7* foi demasiado próximo do *Club Vip* que a SIC tinha no ar desde 21 de Abril. Ou, então, *Os Principais*, que apareceu a 6 de Outubro, lembrando o formato do *Mini Chuva de Estrelas* que a SIC exibira no ano anterior.

<sup>80</sup> Esta aproximação à oferta televisiva da SIC repetiu-se em Outubro, quando a RTP1 exibiu uma produção francesa intitulada *Crónicas do Século XX*, muito semelhante ao *Século do Povo*, uma série de 26 episódios da BBC que a SIC estreara no mês anterior sobre a história do século XX, com os comentários de Mário Soares – uma estreia do ex-Presidente da República como comentador de televisão. Estes programas, porque se inseriam no género do documentário, não serão analisados neste trabalho.

público (como foi o caso do desporto) como para nichos específicos (foi o caso de emissões sobre a vida dos adolescentes ou o universo dos livros).

À semelhança dos dois anos anteriores, foram as novelas brasileiras que asseguraram grande parte dos altos índices de audiência da SIC. Paralelamente a conteúdos falados em português do Brasil, as *sitcoms* produzidas em Portugal<sup>81</sup> e os concursos<sup>82</sup> completaram quase sempre a franja horária entre as 21h00 e as 23h00. Em ano de Campeonato Europeu de Futebol (em Junho) e de Jogos Olímpicos (em Julho) cujos direitos de transmissão pertenciam à RTP, a SIC encheu o seu Verão televisivo com várias e surpreendentes novidades<sup>83</sup>. É certo que, com o aparecimento das estações privadas, as estreias deixaram de ocorrer apenas nas temporadas de Primavera e de Outono, momentos propícios à chamada *rentrée*, mas também é verdade que o período de veraneio, caracterizado por uma drástica diminuição do consumo televisivo, é o menos indicado para investir em projectos de envergadura. O ano de 1996 foi a excepção, porque o operador público retinha em casa uma massa considerável de pessoas atraída por empolgantes desafios de futebol, no caso do Europeu, e assinaláveis provas desportivas, no caso dos Jogos Olímpicos de Atlanta. A SIC, para além de criar apontamentos desses eventos com o *Diário do Europeu* e o *Diário Olímpico*, respondeu, sobretudo, com uma programação de entretenimento, colocando estrategicamente as novelas da Globo à hora dos desafios de futebol. No final do Campeonato Europeu, o director-geral do canal privado, Emídio Rangel, acusava o operador público de ter desprezado o público feminino, ao sustentar a audiência na transmissão de jogos futebolísticos, argumentando que é possível “ser líder sem o futebol” (*Público*, 4 de Julho de 1996). Ainda que o Europeu e os Jogos Olímpicos tenham garantido à RTP substanciais audiências à hora da transmissão dos jogos e dos principais eventos desportivos, esse público não se transferiu para programas contíguos. Em 1996, a liderança da audimetria pertenceu à SIC e Rangel diz que essa vitória foi tributária do “enorme respeito pelas preferências [dos portugueses]” (*TV Mais*, 4 de Outubro de 1996).

Tornando o horário nobre cativo de conteúdos de entretenimento, a SIC reservava a franja mais tardia (depois das 23h00) para programas de informação que atingiram um número expressivo precisamente num ano em que a estação pôs fim a um formato que ficará como uma referência para o jornalismo

<sup>81</sup> *Malucos do Riso, Pensão Estrela, Táxi, Os Trapalhões em Portugal, Camilo & Filho e Sai da Minha Vida* foram algumas das *sitcoms* que preencheram grande parte dos serões nocturnos em 1996.

<sup>82</sup> Para a produção desse tipo de programas, que correspondem quase sempre a formatos, a SIC juntou à Endemol (que, nessa altura, trabalhava também para a RTP) a *Teresa Guilherme Produções*, dirigida por uma apresentadora que se transferira da empresa pública para este canal privado. Essa produtora surpreendera, em finais de 1995, com o êxito *Não se Esqueça da Escova de Dentes*. Em 1996, foi responsável pela produção de *Ai os Homens, Ousadias e Cantigas da Rua*.

<sup>83</sup> Por exemplo: as Marchas Populares de Lisboa; uma série estrangeira de efeitos espectaculares, gravada parcialmente em Lisboa (*As Viagens de Gulliver*); o circo; uma série de grande sucesso da autoria de Filipe La Féria (*Jasmin ou o Sonho do Cinema*); a *sitcom Sai da Minha Vida*; um concurso itinerante de música que percorre as principais cidades do país apresentado pelo vocalista dos Delfins Miguel Ângelo (*Cantigas da Rua*).

de proximidade: depois de cerca de 800 emissões, *Praça Pública* desapareceu a 2 de Fevereiro de 1996. Esteve no ar, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira, durante quase quatro anos. Para além do *Jornal da Noite*, este período ficará, sobretudo, marcado por programas de informação semanal que introduzem alguma inovação no jornalismo televisivo. Se nos debates generalistas a RTP contava com José Eduardo Moniz e Maria Elisa, na SIC este género de programação é entregue, até Julho, a Miguel Sousa Tavares e a Margarida Marante e, a partir de Outubro, apenas a esta última, que coordenava e apresentava *Esta Semana*. No campo da informação temática, a SIC insiste em manter alguns dos seus programas. *Casos de Polícia*, *Donos da Bola*, *A Noite da Má-Língua*, *Internacional SIC* e *Flashback* foram formatos que surgiram entre 1993 e 1994, o que significa que se mantinham no ar há pelo menos dois anos. Misturando a reportagem com o debate em estúdio (como *Casos de Polícia*, *Donos da Bola* e *Internacional SIC*) ou fazendo-se apenas com convidados que em estúdio comentavam uma parte da actualidade (como *Noite da Má-Língua* e *Flashback*), todos partilham o facto de terem sido mais pró-activos do que reactivos em relação àquilo que constituía o seu referente. Com excepção de *Internacional SIC* e *Flashback* (que não reaparecem em horário nocturno na grelha de Outono), todos atravessam o ano de 1996 sem grandes percalços. No que diz respeito a estreias, a SIC cria, neste período, dois formatos centrados em áreas que, à partida, seriam mais atractivas para um público minoritário, como era o caso dos livros e dos problemas da adolescência. *Escrita em Dia* e *Verdes Anos* foram programas coordenados e apresentados por jornalistas que se estruturavam através da conversa que se desenvolvia em estúdio<sup>84</sup>. Em Maio, a SIC adoptou um género que dava título ao programa: *Grande Reportagem*, um formato que proporciona alguns prémios aos jornalistas responsáveis por determinadas reportagens e que garante à estação altos índices de audiência (cf. Quadro 6).

### 2.2.3 TVI: um canal à deriva

Se os accionistas da Quatro não conseguiram um entendimento em torno de um plano de viabilização económica para uma empresa onde se avolumavam dívidas, também não se encontrou naqueles a quem competia gerir a oferta televisiva uma linha estratégica de fundo, embora isso tivesse sido amplamente publicitado. Se em Maio se anunciou Setembro como o “mês M” da TVI, esse ânimo que levava a proclamar a renovação da TVI cedo se transformou no reconhecimento de uma política de programação pouco sustentada pela administração da empresa e mal sucedida junto do público.

<sup>84</sup> Colocados em horário bastante tardio, estes programas eram emitidos, em reposição, na manhã seguinte.

Em finais de Maio, o director de Antena da TVI anunciava uma “nova” estação que se tornaria visível em duas fases: uma que começava a 10 de Junho com transformações pontuais na grelha (“um pouco o ‘hall’ de entrada”) e outra que apareceria em Setembro, “o mês ‘M’ da TVI”, altura em que o canal teria uma oferta televisiva renovada e mudaria de instalações (*Público*, 26 de Maio de 1996). Um dia depois da apresentação de um novo logótipo, de uma outra imagem e de uma diferente grelha, ou seja, a 10 de Setembro, lia-se no *Público* a seguinte afirmação de Carlos Cruz: “Foram quatro meses que ultrapassaram a visão mais pessimista e só o compromisso público que tinha assumido me impediu de desistir”. À edição de 13 de Setembro de 1996 da *TV Mais*, as palavras do director de Antena eram ainda mais desencantadas: “Nas circunstâncias actuais, não vejo possibilidade de ir mais longe e transformar a TVI numa estação competitiva por forma a conquistar o público e ganhar a confiança dos investidores. A TVI estava muito pior do que eu suponha”. Para além das dificuldades financeiras, que eram consideradas o maior problema, Cruz apontava outros aspectos: programas em *stock* com direitos de transmissão já caducados ou, então, inaceitáveis do ponto de vista qualitativo; um modelo técnico de emissão que não se coadunava com os padrões internacionais; falta de motivação e desinteresse de muitos profissionais do canal... Ainda assim, divulgou-se a nova grelha como “uma alternativa” aos canais concorrentes, acreditando-se que, com isso, atrair-se-iam novas audiências. O que nunca aconteceu. Por isso, antes do ano terminar, o director de Antena abandonou o cargo, não tendo conseguido, nos meses em que ocupara essas funções, operar uma mudança de fundo. Apenas houve pequenos reajustamentos que foram insuficientes para despertar a atenção do grande público. No que diz respeito à oferta televisiva, a grande novidade do ano apareceu a 15 de Dezembro, quando se estreou em horário nobre a novela brasileira *Xica da Silva*, realizada por Walter Avancini para a Rede Manchete, e que marcava uma certa inversão na lógica de programação do canal.

Em 1996, a informação semanal não teve grande visibilidade na grelha da TVI. No primeiro semestre, este canal emitiu três programas semanais que incidiam na actualidade internacional (*Jornal do Mundo*), na área económica (*Jornal de Negócios*) e em acontecimentos culturais (*Primeira Fila*). Com uma duração de cerca de 30 minutos, todos eles eram noticiários temáticos que, através de peças de curta duração, davam conta daquilo que se considerava ser mais importante no campo em que se centravam. Em termos de debates, a TVI teve no ar, de Janeiro a Julho, *Grande Plano* que, em Setembro, deu lugar a *Sem Reservas*, ambos apresentados por Fernanda Mestrinho. Nesta altura, surgiram dois novos formatos: um de entrevistas (*Carlos Cruz*) e outro de grande reportagem (*Pontos nos Is*), mas desapareceram, em horário nocturno, os programas temáticos que tinham preenchido alguns serões na primeira metade do ano (cf. Quadro 6).

Quadro 6: Programas de informação semanal dos canais generalistas em 1996

Programas	Canal	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.
<i>Prova Oral</i>	RTP												
<i>Domingo Desportivo</i>	RTP												
<i>Maria Elisa</i>	RTP												
<i>Enviado Especial</i>	RTP												
<i>Histórias da Noite</i>	RTP												
<i>Ligações Perigosas</i>	RTP												
<i>Crossfire</i>	SIC												
<i>Esta Semana</i>	SIC												
<i>Noite da Má-Língua</i>	SIC												
<i>Casos de Polícia</i>	SIC												
<i>Donos da Bola</i>	SIC												
<i>Flashback</i>	SIC												
<i>Internacional SIC</i>	SIC												
<i>Verdes Anos</i>	SIC												
<i>Escrita em Dia</i>	SIC												
<i>Grande Reportagem</i>	SIC												
<i>Conversas Secretas</i>	SIC												
<i>Jornal do Mundo</i>	TVI												
<i>Jornal de Negócios</i>	TVI												
<i>Primeira Fila</i>	TVI												
<i>Grande Plano</i>	TVI												
<i>Sem Reservas</i>	TVI												
<i>Carlos Cruz</i>	TVI												
<i>Pontos nos Is</i>	TVI												

Fonte: Marktest

## 2.3 Programas de informação: quem fala do quê nos *plateaux* televisivos

### 2.3.1 Debates que reproduzem e debates que contestam a lógica (política) dominante

No primeiro semestre de 1996, os canais generalistas têm no ar debates semanais que elegem como tema principal a política, aproximando-se desse campo por caminhos distintos. Na RTP1, *Prova Oral* faz-se com as elites políticas que falam daquilo que circula com visibilidade no espaço público político que a respectiva

ac(tua)ção estrutura. Na SIC, *Crossfire* chama para estúdio quem representa o poder, mas também quem se assume como contra-poder e com ambos os lados (re)cria polémicas, devolvendo à esfera pública outros contornos de tópicos aos quais cada emissão confere nova amplitude, acentuada por entrevistadores que, no final, dispõem de um tempo específico para fazerem um comentário ao que foi dito. Na TVI, *Grande Plano* institui um *forum*, imune a grandes conturbações, onde se destacam temas e interlocutores que, embora nem sempre ocupem o topo dos alinhamentos da actualidade noticiosa, integram a agenda mediática. Comum a estes três programas é o perfil dos convidados: prioritariamente homens políticos com projecção pública, nomeadamente ministros, deputados e autarcas. No segundo semestre, a RTP1 e a SIC desviam-se de debates e entrevistas que incidam prioritariamente na política e nos políticos, mas as emissões da TVI de debate ou de grande-entrevista permanecem centradas nesse campo.

*Prova Oral* construiu, até Março, aquilo que poderia ter sido um espelho do Parlamento português: um lugar onde ministros e deputados trocam argumentos à volta de determinadas opções políticas, mediante uma agenda previamente estabelecida. Assim foi o debate conduzido por José Eduardo Moniz e Maria Elisa: mais do que introduzir novos temas no espaço mediático, adoptou-se uma linha editorial mais reactiva a factos já integrados na actualidade noticiosa. Na primeira emissão do ano (17/01), discutiu-se, com quatro deputados ligados a partidos com assento parlamentar, aquilo a que se chamou “a nova era na política portuguesa”, analisando-se sobretudo as consequências da eleição presidencial cujo vencedor tinha sido o candidato apoiado pelo PS. No último programa (27/3), fez-se uma antevisão do Congresso do PSD, criando-se, desse modo, uma espécie de agenda mediática daquilo que a televisão julgava importante. Ainda que a escolha dos interlocutores correspondesse a uma certa descentralização do debate – na medida em que se convidaram pessoas de comissões distritais fora de Lisboa – a opção de discutir o Congresso com os barões do PSD cujas posições eram sobejamente conhecidas da opinião pública retirava à emissão parte da novidade que pudesse criar. Pelo meio, ficaram programas que conferiam centralidade temática a áreas como as da educação (13/3) e da justiça (21/3), mas que foram puxadas para o campo político, porque se escolheu como convidado central o ministro da respectiva tutela. Apenas por uma vez se extravasou esta linha editorial: quando se promoveu um debate sobre “o suicídio na adolescência”<sup>85</sup> com um psiquiatra, uma académica e um elemento da Confederação das Associações de Pais (14/2). Todas as outras emissões foram essencialmente políticas, onde os políticos – principalmente ministros, deputados ou militantes do PS e do PSD – tiveram sempre lugar cativo. Tal como na Assembleia da República.

<sup>85</sup> Na altura, este tópico estava na ordem do dia devido ao suicídio de três jovens que se atiraram do cimo de um viaduto de Lisboa.

Quadro 7: Temas dos programas de debate e/ou entrevista dos canais generalistas em 1996

Programas	Canal	Género	Temática			
			Macrotemas		Microtemas	
			Política	Áreas Estruturais	Vida em sociedade	Desenvolvimento/Bem-estarpessoais
<i>Prova Oral</i>	RTP	Debate	7	-	-	1
<i>Crossfire</i>	SIC	Debate/Entrevista	12	5	7	1
<i>Grande Plano</i>	Quatro	Entrevista	13	8	4	-
<i>Sem Reservas</i>	Quatro	Debate/Entrevista	5	2	-	1
<i>Carlos Cruz</i>	Quatro	Entrevista	6	4	-	2

Sendo o programa de debate com maior número de emissões em 1996 (26), *Crossfire* (SIC) tem um formato que o aproxima de *Prova Oral* (RTP1). Ambos são moderados por dois jornalistas – Margarida Marante e Miguel Sousa Tavares na SIC e Maria Elisa e José Eduardo Moniz na RTP1 –, ambos seguem a actualidade noticiosa do país, ambos privilegiam a política e os políticos. No entanto, o debate da estação privada distingue-se por colocar em cena um diálogo mais musculado entre entrevistadores e entrevistados, uma tematização instituinte de actualidade noticiosa e, na parte final, um comentário em que os moderadores tomam posição sobre a entrevista, elevando ao grau máximo o traço que Barbie Zelizer (1993) atribui aos jornalistas: o de “comunidade interpretativa”.

Se *Prova Oral* discutiu as consequências da eleição presidencial a 17 de Janeiro, *Crossfire* tinha feito isso a 2 de Janeiro. Se Maria Elisa e José Eduardo Moniz entrevistaram o presidente do Partido Popular a 6 de Março, Margarida Marante e Sousa Tavares haviam convidado o líder do PP a 16 de Janeiro. Se o debate da estação pública destacou o Congresso do PSD na véspera, ou seja, a 27 de Março, o debate do canal privado já o antecipara a 13 de Fevereiro. Se *Prova Oral* mostrou interesse em entrevistar Rui Mateus, autor do livro *Memórias de um PS Desconhecido*, e não o conseguiu fazer, o polémico militante do partido socialista estava a 6 de Fevereiro nos estúdios de *Crossfire*. Não se afastando daquilo que estruturava o espaço público político, o debate da SIC assumiu uma linha pró-activa nos temas que destacava e os respectivos entrevistadores adoptaram uma postura de alguma agressividade perante entrevistados que apareciam quase sempre envolvidos numa certa polémica. Era, pois, num clima de uma certa crispação que se desenrolava cada uma das emissões, o que exigia dos convidados determinadas qualidades mediáticas: discurso

assertivo, capacidade de rápida contra-resposta, intervenções expressivas que chamassem a atenção de uma audiência mobilizada pelo registo opositor assumido pelos moderadores. Tendo em conta estes requisitos, é pertinente a observação de Sánchez Noriega (1997: 254): “Hoje seria improvável que alguns líderes de épocas pré-mediáticas tivessem existido”<sup>86</sup>.

**Quadro 8: Perfil dos convidados dos debates e das entrevistas dos canais generalistas em 1996**

Programas	Políticos	Cargos	Profs. / Investig.	Juristas	Jornalistas	Economistas / Empresários	Médicos / Psicólogos	Religiosos	Indústrias Culturais	Jet 7	Sindicatos / Associações	Crianças / Jovens
<i>Prova Oral</i>	15	-	1	-	-	-	1	1	-	-	2	-
<i>Crossfire</i>	16	2	1	1	-	1	2	1	-	-	8	-
<i>Grande Plano</i>	12	2	1	2	-	-	-	1	4	-	2	1
<i>Sem Reservas</i>	7	4	2	-	1	1	-	1	2	-	2	-
<i>Carlos Cruz</i>	6	-	-	-	1	-	1	-	3	2	-	-
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>1</b>

Em *Crossfire*, a política foi o tópico mais recorrente em programas que tiveram como convidados centrais ministros (5), destacados militantes do PSD (4), do PS (3) e do PP (3) e o presidente do município de Lisboa, ou seja, interlocutores para quem a linguagem televisiva não era desconhecida. Embora a política fosse privilegiada, temas estruturais (a macroeconomia, a saúde, a justiça e a religião) e tópicos mais próximos da vida quotidiana (questões laborais, casos de polícia, problemas sociais e formas de autopercepção do país que somos) constituíram igualmente mote para certas emissões que tiveram como principais interlocutores as elites: pessoas que ocupavam altos cargos institucionais, académicos, magistrados, economistas, médicos, dirigentes associativos ou sindicais. Poder-se-ia contrapor que, seguindo um modelo que polemizava o discurso do convidado, *Crossfire* foi, sobretudo, um programa que punha em causa o discurso dominante. Haverá outra interpretação, na medida em que a (momentânea) conflituosidade criada no *plateau* acentuava a visibilidade mediática do convidado, o que legitimava (mais) o seu lugar de dominação no espaço público contemporâneo. Na parte final, depois de o entrevistado ter abandonado o estúdio, Marante e Sousa Tavares faziam as suas apreciações críticas àquilo que se

<sup>86</sup> Cf. Estudo de Nilza Sena (2002) sobre os principais debates televisivos enquadrados em campanhas presidenciais.

passara, numa cópia do formato americano que, com o mesmo título, a CNN exibia desde 1982<sup>87</sup>. Será esta uma fórmula que acentua o crescente vedetismo de certos entrevistadores televisivos e que confere maior relevo ao poder da televisão enquanto meio mobilizador do debate democrático. A este propósito, Wunenburger fala em “espectáculo político em nome de um direito ou dever de liberdade crítica” (2000: 108). Por vezes, assim é. Esses comentários ampliavam frequentemente a polémica que o convidado desenhara durante a entrevista. Por exemplo, a 9 de Janeiro, o presidente do Futebol Clube do Porto, Pinto da Costa, foi entrevistado e, no remate do programa, Sousa Tavares criticou o trabalho dos jornalistas desportivos e isso transportou-o, a 2 de Fevereiro, até *Donos da Bola*, o programa de 6.ª feira à noite da mesma estação, para discutir com o director de *A Bola* a relação da imprensa desportiva com os clubes de futebol.

Aos debates, a TVI prefere as entrevistas conduzidas por moderadores que adoptam um papel mais consensual com os convidados, com quem conversam sobre factos da actualidade nos quais esses interlocutores estão envolvidos ou sobre aspectos menos públicos do seu percurso de vida sem, no entanto, entrarem em territórios da intimidade<sup>88</sup>. Tendo um propósito informativo, as entrevistas e debates da TVI não subalternizam as estratégias de sedução de audiências. São elas que subjazem à opção de incluir, em certos formatos, rubricas de humor e à inclinação em chamar para o *plateau* actores das indústrias culturais, com modos de estar e de falar que arrastam manifestos sinais de uma estética do universo do *show*. É esta diluição de fronteiras entre *informar* e *entreter* que também caracteriza os contratos de comunicação da “neo-TV”, embora, no caso da TVI, esse esbatimento não seja acentuado. *Grande Plano*, *Sem Reservas* e *Carlos Cruz* são, acima de tudo, espaços informativos que, andando pelas margens de territórios explorados pela SIC e pela RTP1, reproduzem semanalmente ideologias dominantes. Pelos temas escolhidos, maioritariamente políticos, e pelos convidados seleccionados, pessoas que, não sendo figuras de primeira linha, são interlocutores conhecidos da opinião pública e com prestígio no interior do respectivo grupo.

No primeiro semestre do ano, Fernanda Mestrinho conduziu *Grande Plano* onde se destacava um convidado que, para além de se confrontar com as

<sup>87</sup> *Crossfire* estreou-se na CNN em 1982, tendo como moderadores o democrata Michael Kinsley e o republicano Pat Buchanan. Os apresentadores da SIC tenderam a acentuar as diferenças. Para Sousa Tavares, “no programa original existe uma quase total igualdade de posições entre entrevistadores e entre entrevistados – às vezes os entrevistadores em posição dominante”, assegurando que “não será este o caso da versão portuguesa”, embora reconheça que “não será daquelas entrevistas formais a que as pessoas estão habituadas” (*TV Mais*, 24 de Novembro de 1995).

<sup>88</sup> Por exemplo, em entrevista à *TV Guia* (n.º 879 Dezembro de 1995) Fernanda Mestrinho garante ter agora um “perfil menos agressivo” e essa postura tornar-se-ia visível nos seus programas. Quando em *Grande Plano* o convidado foi o cantor Correia Marques (3/5), a jornalista introduziu a conversa assim: “Por detrás deste artista português, está sempre uma personalidade. É sobre isto que vamos falar”. Também Carlos Cruz seguiu um caminho similar.

perguntas da entrevistadora, tinha a possibilidade de escolher previamente um tema para reportagem, tomando, assim, de empréstimo as funções de chefe de redacção. Em cada emissão era ainda exibida uma rábula do actor Carlos Paulo, que incarnava as figuras do crítico de televisão *Zap dos Reis* ou do comentador político *Prosápio dos Reis*, evidenciando-se aí não só uma marca da contaminação da oferta televisiva de entretenimento que neste período era dominada por formatos de humor, mas também um sinal de que a informação, ao adoptar este modo mais *cool* de encenação, se submetia ao dever mediático de seduzir os telespectadores. Se a entrevistadora reconhece que o “programa respira melhor quando sai do registo político” (*TV Guia*, 23 de Março de 1996), a verdade é que a política estruturou a maior parte das emissões e os políticos foram os que mais vezes ocuparam o estúdio de *Grande Plano*<sup>89</sup>: ora para falarem das pastas ministeriais que tutelavam ou da vida interna dos partidos, notando-se, em grande parte das emissões, uma grande dependência da agenda política<sup>90</sup>. Tal como acontece com os debates das outras estações, os mais presentes são os militantes do PS e do PSD<sup>91</sup>. A segunda categoria mais solicitada por Fernanda Mestrinho são os actores das indústrias culturais, que, de certa forma, (re)estabelecem uma linha de continuidade com a rábula que encerra o programa<sup>92</sup>. Esta opção de introduzir interlocutores do mundo do espectáculo nos *plateaux* dos programas de informação não é um traço distinto dos debates e das entrevistas dos canais portugueses. Estudando os mesmos géneros televisivos, Sébastien Rouquette (2001: 184) sublinha esse fenómeno em França, considerando que a “vaga de cantores, comediantes, escritores, realizadores, animadores e apresentadores marca de forma quase caricatural o momento a partir do qual os imperativos de audiência se tornam incontornáveis”.

Em finais de Setembro, “o mês M” da TVI, nota-se um certo reforço da informação semanal com a estreia de *Sem Reservas* (um formato que substitui *Grande Plano*, mantendo na apresentação a mesma jornalista) e de *Carlos Cruz* (um programa de entrevista intimista da responsabilidade do director de Antena). À aposta neste tipo de programação não corresponde uma maior diversidade de convidados cujo perfil se aperta num número reduzido de

<sup>89</sup> Os políticos participam em 12 emissões, um número que aumentará ao ter em conta que Pedro Lynce, convidado enquanto presidente do Comité Olímpico Português, era militante do PSD; António Barreto, Medina Carreira e Elisa Damião, interpelados, respectivamente, enquanto professor universitário, jurista e sindicalista, pertenciam ao PS.

<sup>90</sup> Por exemplo, o ministro da Administração Interna, Alberto Costa, é convidado de *Grande Plano* numa semana marcada por incidentes entre a Polícia e a população de Santo Tirso (1/3); Rui Manchete, figura destacada do PSD, conversa com Fernanda Mestrinho na véspera do Congresso do seu partido (22/3).

<sup>91</sup> Atendendo apenas àqueles que são entrevistados enquanto políticos, nota-se aí uma valorização dos governantes, nomeadamente dos ministros que preenchem seis emissões. Os secretários de Estado ficam excluídos deste *Grande Plano*.

<sup>92</sup> Nesse grupo, regista-se uma assinalável diversidade: o humorista Herman José, o actor Luís Miguel Cintra, o cantor Correia Marques e o escultor Cutileiro. Na última emissão, Fernanda Mestrinho chama a estúdio alguém com características particulares: João Pedro Silva, um fadista de 13 anos.

categorias, continuando os políticos a constituir-se como o grupo mais representativo, seguido dos actores das indústrias culturais.

Em *Sem Reservas*, os convidados falam sobretudo do seu trabalho, ou seja, daquilo que é do domínio público. O lugar de destaque do *plateau* é (quase) sempre guardado para o protagonista do assunto em destaque. Como grande parte das temáticas em debate incide no campo político, seria redundante determo-nos no perfil dos interlocutores mais solicitados. A emissão de estreia é paradigmática daquilo que se passará nas semanas seguintes. A 26 de Setembro, o ministro da Economia é o convidado central para falar do (seu) “Plano Mateus”, confrontando-se em estúdio com as questões do coordenador da CGTP e do académico Vasco d’Orey, conhecido também pelas ligações ao CDS-PP.

*Carlos Cruz* segue uma estratégia diferente, procurando fazer uma espécie de exercício de introspecção com os seus entrevistados, a maior parte dos quais são políticos que, em estúdio, se vêem confrontados com perguntas centradas na personagem privada do homem público. Esta mistura do *homo politicus* com o *homo psychologicus* corresponderá a uma tendência actual para a publicitação do espaço privado que se torna numa espécie de *bulimia* da contemporaneidade, se retomarmos aqui a metáfora de Lipovetsky (1983: 51). Neste quadro, coloca-se a questão de saber se essa linha editorial centrada num registo de proximidade com o entrevistado facilita uma melhor compreensão da vida pública dos convidados. Erik Neveu, especialista em ciência política, considera “duvidoso que a descoberta da personalidade privada dê aos telespectadores menos politizados o que eles precisam para a percepção do político” (*Politix*, n.º 37, 1997). Carlos Cruz diz que não tem pretensões de tratar a actualidade, assumindo o seu programa como “uma conversa com uma pessoa interessante” com o fim de “despertar a curiosidade do público” (*TV Guia*, n.º 925, Outubro de 1996).

### **2.3.2 A crescente visibilidade das questões sociais nos debates televisivos**

Se o domínio público é progressivamente habitado por códigos privados e a esfera privada está cada vez mais dominada por lógicas do espaço público, essa contaminação demorou algum tempo a conquistar os debates e as grandes-entrevistas dos canais generalistas. É certo que esse esbatimento de fronteiras tinha sido posto em marcha com os *talk shows* que surgiram nos primeiros anos da era da desregulamentação televisiva, mas a expansão para outros programas de informação semanal tornar-se-á visível a partir de 1996 com *Maria Elisa*. Integrando o mundo do vivido – o comum e o privado – numa acção estratégica conduzida pela racionalidade comunicacional (evidenciada no número de especialistas que ocupam o respectivo *plateau*), a linha editorial de *Maria Elisa*, que desenhava um espaço público próximo do quotidiano, confere alguma originalidade aos debates televisivos que não passa despercebida

a formatos semelhantes, principalmente a *Esta Semana*, que a SIC estreia na temporada de Outono e que vai para o ar no mesmo serão (5.<sup>a</sup> feira).

Ao longo dos seis meses de emissão (de Maio a Dezembro), *Maria Elisa* apenas por uma vez colocou a política no centro das discussões, quando se falou do “poder local e da regionalização” (13/6) e os respectivos actores também foram alvo de uma acentuada desvalorização. “Estou um bocado farta dos políticos”, diz a jornalista à edição de 2 de Maio de 1996 do *Público*. Ao percorrer as temáticas de todos os programas, nota-se uma preocupação em cruzar diferentes facetas da vida de todos os dias. Ora chamando para debate tópicos relacionados com o mundo comum que todos atravessamos (a dificuldade em arranjar o primeiro emprego, a violência policial, o racismo, o alcoolismo,...), ora discutindo aspectos idiossincráticos a cada um de nós, mas vividos por muitas outras pessoas (a opção pelo casamento ou pela união livre, a importância do pai na vida de uma criança, a obesidade e as dietas, os problemas afectos à velhice e às mães solteiras...). Pelo meio, há emissões que se detêm em aspectos macro-estruturais (como a educação, a religião ou o património arquitectónico) e que misturam no *plateau* especialistas da área em causa com o cidadão comum, interpelado a dar testemunho das suas experiências. *Maria Elisa* também elege, algumas vezes, temáticas habitualmente arredadas deste género televisivo. Como a cosmética (27/6), a música “pimba” (8/10) ou a dor (10/12). É um espaço argumentativo, mas também afectivo, que este debate cria semanalmente no canal generalista público. E que contamina, em diferentes graus, outros debates. Uma semana depois da estreia deste formato, *Crossfire* (SIC) destacava as questões de género (7/5), entrevistando a presidente da Comissão para a Igualdade das Mulheres, Lígia Amâncio<sup>93</sup>. No entanto, a maior influência notar-se-á no debate que surge na grelha de Outono da SIC.

Não tão próximo de temas que cruzam o quotidiano como *Maria Elisa*, mas não tão intrincado no campo político como *Crossfire*, *Esta Semana*, que estreia a 8 de Outubro na SIC, segue uma linha editorial que coloca no ecrã problemáticas que, afectando em diferentes graus a vida dos cidadãos, têm uma ligação estreita a diferentes instituições (o crime e a insegurança, o tratamento da toxicod dependência, o preço dos medicamentos, o segredo de justiça, ...). Não se pense, porém, que a política desaparece neste novo debate. Ela está presente não só na abordagem de temas sociais como constitui um tópico central de algumas emissões que se debruçam sobre assuntos que estão ou viriam a estar na agenda mediática (o futuro político do presidente do Governo Regional da Madeira, as conhecidas polémicas do “cinenegócio”, as várias contestações de que era alvo o Governo...).

<sup>93</sup> Sublinhe-se que este tópico costumava, até então, ascender a notícia aquando do Dia Internacional da Mulher, a 8 de Março.

De Maio a Agosto, a RTP1 coloca no ar o *talk show Ligações Perigosas* que destaca questões relacionadas com o domínio privado que circulam pelo espaço público como estereótipos, determinando aquilo que também somos<sup>94</sup>. Cada emissão desenvolve-se em permanentes e diversas dicotomias: público/privado; homens/mulheres; informação/ficção; mundo referencial/mundo virtual; razão/emoção. É a junção de pólos distintos e aparentemente irreconciliáveis que se pretende fazer, um desafio, aliás, explicitado no título deste *talk show* e naqueles a quem é entregue a respectiva apresentação: dois casais que integram, por um lado, a jornalista Paula Moura Pinheiro e o académico Nuno Rogeiro, por outro, o psiquiatra Júlio Machado Vaz e a “BB”, uma boneca virtual com traços semelhantes a Marilyn Monroe. A sua inclusão no programa assumia-se mais como um elemento de acentuado entretenimento do que como instância explicativa das problemáticas expostas pelo traço do espectacular<sup>95</sup>.

**Quadro 9: Temas dos programas de debate e/ou entrevista dos canais generalistas em 1996**

Programas	Canal	Género	Temática			
			Macrotemas		Microtemas	
			Política	Áreas Estruturais	Vida em sociedade	Desenvolvimento/Bem-estar pessoais
<i>Maria Elisa</i>	RTP	Debate	1	5	6	11
<i>Esta Semana</i>	SIC	Debate/Entrev.	4	4	3	-
<i>Ligações Perigosas</i>	RTP	<i>Talk show</i>	-	-	-	13

Atravessando seis meses do ano de 1996, *Maria Elisa* introduz mudanças assinaláveis na selecção dos convidados de um debate. É certo que aparecem aí grupos que não constituem uma novidade, como os sindicatos e associações<sup>96</sup>, os políticos<sup>97</sup> e os detentores de cargos públicos, mas há outros que conquistam uma visibilidade acrescida. É o caso dos actores das indústrias culturais, dos médicos e dos jornalistas. Estes últimos ocupam o *plateau* não como co-moderadores ou comentadores, mas para falarem das suas experiências

<sup>94</sup> Por exemplo: a infidelidade é uma aventura para os homens e um pecado para as mulheres?; o que faz os homens e as mulheres ficarem à beira de um ataque de nervos?; duas carreiras cabem na mesma casa?

<sup>95</sup> O programa contava ainda com a presença da banda *Os Amigos da Salsa* e com os movimentados passos de dança de Ernesto Costa e Graça Pinto, dois bailarinos profissionais especialistas em danças latino-americanas.

<sup>96</sup> No que diz respeito aos sindicatos e associações, nota-se uma predominância de interlocutores ligados a grupos profissionais (médicos, clubes de futebol, autarcas, empresas de distribuição, professores, industriais) e a estruturas de beneficência ou de ajuda humanitária (Abraço, Amnistia Internacional, Ajuda de Mãe, Defesa do Ambiente, Defesa do Consumidor, Liga de Deficientes Motores). Paralelamente a estes grupos mais conhecidos da opinião pública, *Maria Elisa* faz também emergir outros menos conhecidos (por exemplo, os Amigos da Saúde e do Vinho ou a Associação de Moradores das Torres da Bela Vista).

<sup>97</sup> Dos cinco políticos que intervêm em *Maria Elisa*, quatro são governantes e uma é deputada do PCP.

pessoais e profissionais. Também o cidadão comum adquire o direito à palavra neste debate do canal público. Uma palavra que não é de opinião acerca daquilo que se passa, mas que procura espelhar vivências individuais que serão, depois, enquadradas por especialistas<sup>98</sup>. Este formato, mais do que discutir temáticas políticas, debate problemáticas sociais, procurando, por isso, vozes que liguem o caso concreto a situações genéricas nas quais os telespectadores tenham possibilidade de se reflectir. Sonia Livingstone e Peter Lundt (1994) afirmam que a coabitação de testemunhos vividos com a intervenção de peritos seria, à partida, desfavorável a estes últimos, na medida em que um depoimento carregado de emoção e implicação pessoal teria mais força do que uma explicação. Não é exactamente isso que se passa em *Maria Elisa*, porque cada emissão está centrada na busca de explicações que possam ser generalizáveis a um conjunto de pessoas, ultrapassando-se, desse modo, os casos pessoais<sup>99</sup>. Dos especialistas convidados, destacam-se os médicos e, de entre eles, os mais solicitados são os psiquiatras (6) aos quais se juntam alguns psicólogos (7). A estes *psis*, acrescentam-se especialistas em Cirurgia Estética, Dermatologia, Neurologia, Neurocirurgia e Pediatria. Se excluirmos esta última, as especialidades médicas mais valorizadas têm uma ligação directa com o bem-estar físico (aparência) e mental (personalidade/auto-imagem) dos cidadãos. Outro grupo numeroso neste debate é o dos actores das indústrias culturais, que apresenta, no seu interior, uma diversidade onde sobressaem inopinados perfis. Talvez fossem esperados em *Maria Elisa* interlocutores das áreas da comunicação. E eles aí estão: apresentadores de programas, publicitários, relações públicas e editores. Talvez fosse previsível encontrar artistas plásticos, produtores de moda e actores de teatro. E eles aparecem em número considerável. O que talvez fosse menos calculável era que um debate se abrisse a cantores de música popular. Ao dedicar um programa à chamada “música pimba” (8/10), *Maria Elisa* enche o estúdio com intérpretes da música popular (Ágata, Ruth Marlene, Iran Costa, Emanuel, Correia Marques...) e os cantores misturam as suas intervenções com algumas músicas, entoadas a partir da cadeira onde se estão sentados. Por exemplo, Toy cantarola *Chama o António...* No que diz respeito ao cidadão comum, notam-se igualmente

<sup>98</sup> Para *Maria Elisa*, a parte mais complicada da preparação do programa “é saber onde encontrar pessoas capazes de darem testemunho pessoal sobre o tema e de integrarem o tema num contexto mais vasto, sociológico, psicológico”. Quanto à natureza do seu debate, a jornalista diz que o seu espaço televisivo “procura ser ao mesmo tempo um *reality show* onde se joga com o aspecto emocional do testemunho pessoal e tenta também ser um espaço de análise” (*TV Guia* n.º 922, Outubro de 1996).

<sup>99</sup> Por exemplo, a 10 de Dezembro, *Maria Elisa* elege como tema a dor, destacando, por um lado, exemplos paradigmáticos para saber como se vivem e como se atenuam episódios dolorosos e, por outro, as explicações de especialistas. Para o primeiro caso, ouve a jornalista Clara Ferreira Alves falar de uma dor de cabeça que a levou a ser operada inesperadamente e conversa com a viúva de David Mourão-Ferreira que se detém na reconstrução do seu quotidiano depois de ter morrido o marido com quem viveu 30 anos. Para o segundo, chama o neurocirurgião João Lobo Antunes, o director do Departamento de Anestesia da Unidade de Tratamento da Dor do IPO, a presidente da Abraço, um elemento da Associação Portuguesa da Dor e um padre.

algumas alterações. É verdade que a maior parte das pessoas é chamada a estúdio no papel de vítimas (de doença, de racismo, de violência policial ou doméstica, de situações laborais precárias, de relações afectivas fracassadas), mas aparecem igualmente interlocutores que, apesar da sua história de vida ser atravessada por um traço negativo, são exemplos de reacção à adversidade. Por exemplo, um pai viúvo que enfrenta sozinho a educação dos filhos (11/7); um casal cuja idade avançada não lhe subtrai ânimo para frequentar a Universidade da Terceira Idade (25/7); uma mulher cuja deficiência motora não a impede de ser educadora de infância; (15/10). Sublinhem-se ainda os casos que, não tendo grande projecção mediática, introduzem um direito à palavra no seio de grupos excluídos dos debates televisivos. Ao contrário daquilo que acontecia em programas semelhantes, Maria Elisa chama para o seu debate técnicos, profissionais ligados ao sector produtivo e crianças e jovens. Se *Esta Semana* demonstra uma evolução na selecção de temas, o *casting* dos convidados permanece o mesmo que encontráramos noutras emissões de Margarida Marante. Embora a jornalista assegure que os políticos se tornaram “muito cansativos” (*TV Guia*, n.º 924, Outubro de 1996), ainda não é em 1996 que eles abandonarão os debates da SIC. O mesmo se passa com outros grupos que tinham estado a ser privilegiados por este género televisivo, aliás como os membros de sindicatos e de associações, os juristas e os detentores de cargos institucionais. No que diz respeito aos políticos, eles acedem ao *plateau* sobretudo enquanto governantes, – foi assim que Alberto João Jardim (26/11) e António Vitorino (3/12) estiveram em estúdio –; ou enquanto observadores das discussões políticas que marcavam a actualidade – foi esse um dos critérios para a escolha de Mário Soares (22/10). Ao contrário do que acontecia, por exemplo, em *Conta Corrente*, desta vez a classe política não é confrontada com polémicas que coloquem em causa a sua actividade. Por vezes, até é chamada para falar de assuntos que extravasam a sua linha de actuação como “a crise do futebol” (12/11) que Margarida Marante discute com três adeptos dos maiores clubes portugueses conhecidos da opinião pública pela sua actividade partidária e governamental: Bagão Félix (Benfica), Silva Peneda (FC Porto) e Oliveira Martins (Sporting). Ao contrário de *Maria Elisa* que também ia para o ar nos serões de 5.ª feira, *Esta Semana* não se constitui em 1996 como um espelho do quotidiano doméstico de diferentes actores sociais, mas como um espaço que amplia a repercussão que o trabalho de algumas instituições tem na vida do cidadão comum<sup>100</sup>. Percebe-se assim por que razão o *plateau* do programa de Margarida Marante, para além dos políticos, se enche de actores cujo direito à palavra é legitimada pelos cargos que ocupavam.

<sup>100</sup>Margarida Marante, apesar de reconhecer “a concorrência directa” com Maria Elisa, sublinha os traços distintivos do seu programa nestes termos: “[O meu programa] não tem público no estúdio, não tem chamadas, não tem o meu nome” (*TV Guia*, n.º 924, Outubro de 1996).

*Ligações Perigosas* coloca semanalmente em destaque dois convidados que, tal como os apresentadores, formam um casal. Pertencendo maioritariamente às indústrias culturais, esses participantes – gente conhecida do grande público – não têm (quase) nada que os relacione quer com a temática em destaque, quer entre eles. Na estreia, para responder à pergunta “será que um homem poderá ser amigo de uma mulher atraente sem pensar em sexo?”, convidam-se a atriz Ana Bola e o maestro António Vitorino de Almeida. Poder-se-á reconhecer que a questão deste primeiro programa se orientava mais para um registo opinativo do que para explicações sobre experiências de vida. Mas o que dizer, por exemplo, das emissões onde se debate a infidelidade, tendo como convidados a cantora Simone de Oliveira e o actor Virgílio Castelo (14/5) ou se discutem as razões por que as meninas brincam com as *Barbies* e os meninos com os *Power Rangers*, chamando-se para o *plateau* a jornalista Clara Ferreira Alves e o empresário Manuel Serrão (4/6)? Esta lógica de extensão de competências, em que figuras públicas expatriam a sua opinião para níveis que não as envolvem a si pessoal e profissionalmente, não será alheia à progressiva implantação do conceito de “mediaticamente interessante” intrínseco à “neotelevisão”, que destila os seus efeitos em variados graus nos diferentes géneros televisivos. Percebe-se, assim, que o direito à palavra seja concedido a quem tem já um considerável capital mediático (jornalistas, actores de teatro, apresentares de TV, cantores...). Se, por um lado, a linha editorial deste *talk show* se orienta para questões relativas ao relacionamento homem-mulher, por outro, os convidados envolvem-se em discursos impessoais e impressionantes sobre o tema em destaque. Este desencontro entre as competências que exige o tema em debate e o perfil dos interlocutores escolhidos para a respectiva discussão poderá limitar o debate público, capaz de fazer progredir a opinião dos cidadãos mediante um maior conhecimento dos dados e uma mais ampla capacidade de reflexão.

Quadro 10: Perfil dos convidados dos debates e *talk shows* em 1996

Programas	Políticos	Cargos	Prof. / Investig.	Juristas	Jornalistas	Econom. / Empres.	Médicos / Psi	Militares	Religiosos	Técnicos	Sector Prod.	Desportistas	Indústr. Culturais	Sindic. / Assoc.	Cidad. Comum	Crianças / Jovens
<i>Maria Elisa</i>	21	15	25	7	8	7	25	2	6	3	2	1	33	38	30	10
<i>Esta Semana</i>	9	4	1	5	-	1	-	-	-	-	-	-	1	4	2	-
<i>Ligações Perigosas</i>	-	-	1	-	4	1	1	-	-	-	-	-	18	-	-	-
Total	30	19	27	12	12	9	26	2	6	3	2	1	52	42	32	10

### 2.3.3 Uma informação de contra-poder e de minorias no horário tardio da SIC

É no comentário político (sério e irónico) e no debate de questões ligadas ao futebol que a SIC encontra os eixos estruturantes para emissões temáticas emitidas em horário tardio. *Flashback*, *A Noite da Má-Língua* e *Os Donos da Bola* são formatos já com mais de dois anos e que permanecem no ar em 1996. No segundo trimestre, estreiam dois programas – *Verdes Anos* e *Escrita em Dia* – dedicados, respectivamente, à adolescência e aos livros, áreas a que o jornalismo não prestava muita atenção, o que confere alguma singularidade à informação televisiva.

Criado na TSF em 1989 e adaptado à SIC em 1994, *Flashback* estrutura-se por um painel fixo de três comentadores políticos – José Magalhães, Pacheco Pereira e Nogueira de Brito – cujo diálogo é moderado pelo jornalista Carlos Andrade. Nas madrugadas de 2.ª feira, essa quadratura surge à volta de uma mesa a discutir energicamente a actualidade (política) da semana através de uma argumentação ideológica donde resulta uma acalorada troca verbal, inevitável, já que cada um pertence a distintas famílias políticas. No estúdio não entra qualquer outro convidado para além destes quatro homens, mas nas conversas que encetam entre eles passa um número infindável de referências a actores que, naqueles dias, se constituíam, por diferentes motivos, como notícia. *A Noite da Má-Língua* integra igualmente um grupo residente e toma a política como principal mote das conversas, mas tudo o resto não encontra par em qualquer outro formato. O estatuto de “programa de culto” de que fala a respectiva apresentadora Júlia Pinheiro (*TV Guia* n.º 875, Novembro de 1995) advém-lhe, sobretudo, daquilo que Eduardo Prado Coelho haveria de qualificar como “humor chocarreiro de coloração portuguesa” (*Público*, 10 de Fevereiro de 2005) que cada comentador se encarrega de expandir com traços distintivos. Essa heterogeneidade que caracteriza o painel – composto pelo jornalista e escritor Miguel Esteves Cardoso, pelo professor universitário Rui Zink, pela actriz Rita Blanco e pelo empresário nortenho Manuel Serrão – revela-se uma das mais-valias do programa, na medida em que potencia diferentes e divergentes opiniões. O clima de permanente polémica é desencadeado no início de cada emissão por uma corrosiva crónica do jornalista Vítor Moura Pinto que evidencia aquilo que, na semana anterior, se constituiu como falha na actuação de figuras públicas e é acentuado, ao longo do programa, pela irreverente apresentadora. Ao contrário dos dois anos anteriores em que *A Noite da Má-Língua*, com emissão nos serões de 5.ª feira, era uma espécie de eixo do mal do qual também fazia parte *O Independente* que, no dia seguinte, prolongava essa catarse (forçada) dos políticos, em 1996 o programa tornar-se-ia mais ameno<sup>101</sup>.

<sup>101</sup> Em entrevista à *TV Mais* de 24 de Maio de 1996, Júlia Pinheiro reconhece que “pontualmente poderá ter havido situações exageradas”.

Se o programa de Júlia Pinheiro faz um retrocesso na acidez que destilava sobre a classe política, *Os Donos da Bola* solidificam uma linha editorial que incide em acontecimentos desportivos atravessados pelo escândalo. Produzido e apresentado por jornalistas, este programa encontra parte do seu dinamismo no painel fixo composto por três adeptos de clubes de futebol (Benfica, Sporting e FC Porto) e nos convidados que frequentemente protagonizam entrevistas polémicas. Emitido na madrugada de 6.<sup>a</sup> feira, *Os Donos da Bola* abre o fim-de-semana desportivo, marcando, de certa forma, a agenda futebolística, grande parte das vezes denunciando ou ampliando polémicas do mundo do futebol<sup>102</sup>. No segundo trimestre de 1996, a SIC estreia, em horário tardio, dois programas que fazem entrar na informação semanal temas e actores a que o jornalismo televisivo costuma atribuir um reduzido grau de noticiabilidade. Coordenados e apresentados por jornalistas, *Verdes Anos* e *Escrita em Dia* são estruturados por conversas em estúdio, feitas à volta de questões intrínsecas à adolescência e ao universo dos livros, respectivamente. O primeiro, da autoria da jornalista Laurinda Alves, que, em conjunto com o psiquiatra Daniel Sampaio, conduz as emissões, centra-se semanalmente num tópico do quotidiano e/ou no desenvolvimento individual dos adolescentes<sup>103</sup>, perspectivando-o a partir do ponto de vista de jovens estudantes, ou seja, daqueles que estão integrados num sistema escolar. São esses adolescentes, seleccionados mediante entrevistas prévias, que constituem os convidados centrais deste programa. *Escrita em Dia* é, como explica o apresentador Francisco José Viegas, “um programa sobre livros, mas não é um programa literário” (*Público*, 7 de Maio de 1996). Fala-se de tudo: de cinema, de política, de história contemporânea, da Europa, de música, de vinhos, etc. Essa conversa – quase sempre com três interlocutores e, de certa forma, ligada à actualidade – é construída com um determinado perfil de convidados: autores de livros que são exclusivamente escritores ou que acumulam essa actividade com outra profissão (política, académica, jornalística, diplomática...). Viegas interpela-os a partir do que escrevem e do que lêem, um ângulo pouco habitual num canal generalista, mas que o apresentador considera uma espécie de *ponctum*, porque, na sua opinião, “os livros têm tudo o que há na vida” (*TV Guia*, 15 de Junho de 1996).

Todos estes programas são emitidos num segmento que ultrapassa a meia-noite, dirigindo-se, por isso, a públicos minoritários. Inerentes a essa engenharia de programação estariam imperativos económicos de que os jornalistas

<sup>102</sup> Eis alguns dos casos de *Os Donos da Bola* em 1996: divulgação de imagens consideradas inéditas sobre a pancadaria ocorrida no jogo Campomaiorense-FCP (15/3); denúncias de João Rocha, ex-presidente do Sporting, sobre as ameaças de morte de que tinha vindo a ser alvo e sobre a gestão de Sousa Cintra (3/5); revelações sobre alegados escândalos ligados ao jogo entre o FC Porto e o Aberdeen (27/12).

<sup>103</sup> De Abril a Dezembro, *Verdes Anos* elege um conjunto diversificado de temas. Por exemplo: a anorexia nervosa, a depressão e suicídio, a escola, a sexualidade, o divórcio dos pais, a família, a droga, a escola, o grupo, os tempos livres, o insucesso escolar, etc.

tinham consciência. Por exemplo, o jornalista Carlos Andrade diz que o horário (tardio) de *Flashback* se explica através “da estratégia comercial da SIC e das guerras de audiência entre a SIC e a RTP” (*TV Guia*, 16 de Março de 1996). Por seu lado, os apresentadores de *Verdes Anos* manifestam várias vezes a sua discordância relativa à hora tardia do seu programa. Se o objectivo era provocar a discussão entre pais, professores e jovens, o melhor horário de emissão seria a partir da meia-noite?<sup>104</sup> A resposta seria óbvia, mas o formato nunca mudou para o segmento do grande público, ocupado com uma oferta mais popular. Porque a lógica do canal privado é, acima de tudo, económica. Todos os programas, inclusive os de informação, se não proporcionavam grandes receitas, também não poderiam causar significativos prejuízos.

## 2.4 Algumas tendências da informação semanal emitida em 1996

São em número considerável e de diferentes géneros as emissões informativas semanais de horário nocturno. A SIC é a estação com mais programas e globalmente é aí que cada um deles permanece mais tempo na grelha. Ainda que a política nacional seja o tema privilegiado nos debates televisivos, nos formatos de reportagem há um alargamento para outros campos sociais e para domínios geográficos que extravasam as nossas fronteiras. Por outro lado, os programas de informação temática – que as estações privadas não circunscrevem apenas ao desporto, como faz o operador público – permitem destacar áreas que normalmente ocupam as margens da actualidade noticiosa, embora sejam integrados num horário dirigido a públicos minoritários (os que vêem televisão depois da meia-noite). A partir do último semestre do ano, *Maria Elisa* (RTP1) centra-se em tópicos pouco habituais a esse género televisivo e, com isso, influencia os temas que *Esta Semana* (SIC) escolhe para uma discussão que vai para o ar à mesma hora. Assim, à medida que percorrem o ano de 1996, os debates tendem a prestar mais atenção ao social em detrimento da política, mas nunca abandonam esta última, principalmente os canais privados. As audiências, como veremos, também se dividem entre esses dois campos. A perda de hegemonia da política enquanto pólo agregador da atenção do público a favor de outras áreas, muitas vezes tidas como marginais, redimensiona o espaço público televisivo, alargando-o para domínios explorados no entretenimento televisivo, mas que a informação, nomeadamente a semanal, tardava em integrar: a vida quotidiana.

<sup>104</sup> O psiquiatra Daniel Sampaio, em entrevista à *TV Mais* (31 de Maio de 1996), garantia ter recebido “mais de mil telefonemas e dezenas de cartas, vindas na sua maioria dos jovens a pedir a mudança de horário”.

Se a nível temático o espaço televisivo da informação se alarga, essa expansão não tem reflexos significativos nas técnicas de recrutamento dos convidados, nomeadamente nos debates. Aí continua a oferecer-se o poder da palavra a reduzidas partes sectoriais da população. Os políticos mantêm-se como o grupo privilegiado, principalmente aqueles que estão no Governo ou pertencem a partidos com maior representação no Parlamento. A actividade profissional é outra das características dominantes da identidade dos actores que têm acesso aos programas de informação semanal, donde resulta a exclusão daqueles que já não trabalham ou que ainda não trabalham, ou seja, há uma imposição do primado da economia sobre o social. Por outro lado, a crescente presença dos especialistas nesse tipo de programas demonstra que a generalização continua a pesar na resolução dos problemas sociais e que, a esse nível, a opinião do cidadão comum apenas adquire legitimidade enquanto ilustração daquilo que as elites (políticas, sociais e culturais) dizem. Se a opinião pública tem como antecedente mais remoto a ágora ateniense onde todos discutiam abertamente assuntos de interesse público, este espaço que a televisão constrói através dos programas de informação fecha o debate num dispositivo onde cabem somente alguns, o que, de certa forma, dará razão aos teóricos da Escola de Frankfurt para quem os *media* reproduzem as relações de força do aparelho económico e social, ou seja, a lógica de dominação. Assim, esses formatos, que encaramos como cenas privilegiadas de debate público da sociedade contemporânea, ao transformar as respectivas arenas em espaços altamente selectivos, tornam questionável a natureza deliberativa da democracia moderna que eles encenam nos programas de informação, nomeadamente nos debates.

Se a política e os políticos ainda dominam a informação semanal em 1996, tal acontece ao nível dos debates, mas, mesmo neste género televisivo, registam-se alguns reajustamentos ao longo do ano. Talvez os mais visíveis se encontrem em *Maria Elisa*, que, no último trimestre, opta por explorar tópicos relacionados com a vida quotidiana pública e privada. “A entrevista a uma só pessoa, sobretudo a um político, estava a ficar muito cansativa”, diz a jornalista para justificar a inversão que faz na selecção dos temas e dos convidados (*TV Guia*, 5 de Outubro de 1996). Margarida Marante, embora não excluindo os políticos do *plateau*, também direcciona *Esta Semana* para temáticas sociais. Na sua perspectiva, “está provado que, exceptuando os períodos eleitorais, o interesse do público em relação à política é reduzido” (*TV Mais*, 26 de Setembro de 1997). Ao contrário do que acontecia num passado recente, os formatos não colocam em cena dispositivos vocacionados para rituais de combate, mas encenam uma espécie de *forum* no qual se desenvolve uma conversa mais ou menos amena. Sairão desta lógica *Prova Oral* (que surge em finais de 1994 e que termina em Março de 1996) e *Crossfire* (que estreia no último trimestre de 1995 e que permanece no ar até Julho de 1996), mas mesmo aí os governantes são poupados a grandes polémicas. Sendo a estação que apresenta uma linha editorial mais pró-activa e

que mais desafia o poder político instituído, a SIC atenua esse posicionamento na informação semanal deste período, o que, de certa forma, lhe subtrai alguma força enquanto sistema de poder que o respectivo director-geral reivindica para o seu canal de TV. Para além de a configuração mediática de vários programas de informação se desviar de fórmulas que potenciam a contenda verbal, as emissões que se assumiam como um permanente contra-poder durante o Governo de Aníbal Cavaco Silva não se repetem no Governo de António Guterres. *Praça Pública*, que surgira com o aparecimento do canal e que de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira dava voz ao descontentamento popular, termina em Fevereiro de 1996. Por seu lado, *A Noite da Má-Língua*<sup>105</sup> que, desde 1994, gritava semanalmente que o “Rei vai nu!”, torna-se em 1996 menos corrosiva para o poder político.

Os *talk shows* não suscitam a atenção dos programadores em 1996. *Ligações Perigosas* (RTP1) e *A Noite da Má-Língua* (SIC) são os únicos programas exibidos em horário nocturno que, em 1996, se integram nesse género. No primeiro, torna-se difícil perceber o que pertence ao mundo real e o que é construído ao nível virtual; no segundo introduzem-se referências factuais em conversas que se desenvolvem num registo de humor sarcástico e numa ironia desconcertante entre convidados residentes que comentam a actualidade (política) da semana como se de um filme trágico-cómico se tratasse. Em ambos, encontram-se elementos do campo informativo (nas peças jornalísticas que são alvo de comentário, na inclusão de jornalistas na equipa dos programas...), mas tornam-se igualmente visíveis marcas do entretenimento (nos convidados chamados a estúdio para parodiar aquilo de que se fala, na música inserida em determinadas partes da emissão...). Será essa diluição de fronteiras entre informar e entreter ou entre realidade e ficção um sinal distintivo dos *talk shows* e extensivamente da “neotelevisão” onde, não certamente por acaso, este género televisivo se desenvolveu. Mas, durante este período, são escassos os programas que se integram aí.

Se os *talk shows* convertem o real em espectáculo para cativar o interesse do público, é sobretudo nos géneros considerados *sérios*, nomeadamente nos debates, que as construções orientadas por estratégias de sedução mediática se tornam mais refinadas e, não raras vezes, estranhas ao jornalismo. Exemplo disso, é a crescente preferência por convidados ligados às indústrias culturais que ocupam os *plateaux* não só para falarem do seu trabalho, mas, acima de tudo, para testemunharem facetas da sua vida pessoal ou opinarem sobre questões que extravasam a sua esfera de acção. Poder-se-ia dizer que esse acesso à

<sup>105</sup> Na edição de 22 de Março de 1997 do *Público*, o crítico de televisão Eduardo Cintra Torres escreveria a respeito de *A Noite da Má-Língua* o seguinte: “É evidente que perdeu a sua eficácia enquanto ‘programa de intervenção’ na actualidade quando abraçou o figurino do programa de humor, mas os espectadores ganharam um programa de crítica-entretenimento com pessoas inteligentes a falar e a rir. Isso é tão raro na nossa televisão que só podemos esperar que a má-língua continue a envenenar as ondas hertzianas com o riso”. Depois de três anos em antena, o programa deixa de existir a partir da grelha de Outono de 1997.

esfera televisiva tem tanta legitimidade como o de outro grupo social. Assim é, mas estes entrevistados exibem frequentemente um estatuto de especialista que não têm. Apenas apresentam um capital simbólico calculado em função da visibilidade mediática que acumulam noutros palcos e que os transforma numa espécie de figuras olímpicas ao serviço de um processo de sedução de audiências. Sánchez Noriega (1997: 340) diz que essas “estrelas electrónicas da cultura de massas são as novas divindades num mundo secularizado que vêm substituir as deidades clássicas”. Não importa *aquilo que dizem*, importa apenas que *estejam ali*, configurando uma nova elite, sem poder institucional, mas que se apresenta como modelo, sem justificar as respectivas condutas. Não reflectirá isso o que a “neotelevisão” também é?

Aquando da estreia de *Esta Semana*, Margarida Marante, a quem cabia a coordenação e apresentação desse formato, afirmava que “todos os programas de informação não-diária são concorrentes” (*TV Guia*, n.º 924, Outubro de 1996). Assim aconteceu em 1996 nos canais generalistas. Adoptando diferentes estratégias, os directores de Programação e de Informação poderiam encarar esse tipo de oferta televisiva como um meio para *compreender* melhor o mundo em que vivemos, mas, acima de tudo, relacionaram-se com as respectivas emissões como se fossem um produto através do qual pretendiam *interessar* o maior número possível de telespectadores.

## 2.5 1997: As lógicas de mercado que a SIC impõe

Este é um período conturbado para a RTP e para a TVI, que se confrontam com crises a vários níveis: financeira, de identidade e de legitimidade. A SIC percorre o ano sem grandes atribulações, obtendo uma audiência média de 5,7% e um *share* de 49,3%. A RTP regista uma audiência média de 3,8% e um *share* de 33% e a TVI uma audiência média de 1,4% e um *share* de 12%.

Em 1997, a RTP depara-se com um novo enquadramento da sua actividade, resultante de um Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão assinado no último dia de 1996; soma mais um canal (RTP África) aos cinco existentes; e defronta-se com uma limitação do espaço publicitário que se circunscreve a sete minutos e meio na RTP1 e que desaparece na RTP2. Embora os responsáveis do operador público sublinhem o esforço para equilibrar financeiramente a empresa e promover um aumento da qualidade da respectiva oferta televisiva, não se alcança nenhum desses objectivos em 1997. Sublinhe-se, porém, que nesse período a direcção de Programas e de Informação da RTP avança com alguns projectos que se constituem como marcas distintas

do serviço público de TV: diminuição do número de telenovelas; criação da informação gestual; lançamento do teletexto; colocação da novela portuguesa em horário nobre; regresso de *Enviado Especial*, um programa de reportagens que desaparecera há 12 anos; início das emissões regionais simultâneas de índole noticiosa; aposta num programa educativo para crianças dos 2 aos 6 anos, um público habitualmente não-prioritário em termos televisivos (*O Jardim da Celeste*). Joaquim Furtado salienta também modificações na informação que assegura ser mais “isenta, independente e credível” (*TV 7 Dias*, Fevereiro de 1997).

A TVI inicia o ano com a saída do cargo de director-geral de Carlos Cruz, o qual, três meses depois de ter abandonado essas funções, lamentava que a estação estivesse, desde a sua origem, em mãos “de pessoas que, em lugar de servir um projecto de televisão, se preocupam diariamente em servir-se desse mesmo projecto” (*TV Mais*, 24 de Abril de 1997). Os problemas financeiros foram o principal entrave ao desenvolvimento da estação. E permanecem em 1997. A 13 de Março, o segundo maior accionista individual da TVI, João Van Zeller, faz chegar aos restantes accionistas uma carta em que acusa o presidente do CA, Carlos Monjardino, de beneficiar credores como Stanley Ho. Passados poucos dias, numa assembleia-geral, há uma reviravolta no controlo do capital da estação. A SOCI, em aliança com o grupo escandinavo SBS<sup>106</sup>, adquire 65% das acções do canal, passando a presidência da estação para Miguel Paes do Amaral. Uma das primeiras medidas anunciadas pelos novos patrões da TVI é a venda de 51% da rede de emissão RETI<sup>107</sup>, a fim de se capitalizar algum dinheiro que permita começar a sanear o avultado passivo da empresa. Em termos de conteúdos, não há grande margem (financeira) para introduzir inovações<sup>108</sup>. Em Maio, o presidente do canal assegura que “a empresa é viável em termos operacionais”, mas simultaneamente Paes do Amaral alerta para o facto de a TVI ter acumulado um passivo que, na sua opinião, “não tem nada a ver com a sua dimensão” (*Público*, 30 de Maio de 1997)<sup>109</sup>. Um aumento das receitas publicitárias seria, pois, a forma de o canal começar a neutralizar essa crise. A decisão do secretário de Estado da

<sup>106</sup> Uma das vantagens que o presidente da SOCI sublinhava na parceria com a Scandinavian Broadcasting System (SBS) era a importação da capacidade de gestão da empresa sueca, que tinha várias televisões europeias e uma importante aliança com a Disney e a Paramount (*Expresso*, 15 de Março de 1997).

<sup>107</sup> Quando iniciou as suas emissões, a TVI criou uma rede de transmissão própria, ao contrário da SIC, que optou pelas antenas do Estado.

<sup>108</sup> Em finais de Abril, Isaias Gomes Teixeira, um dos elementos da administração da TVI que assumira provisoriamente a Direcção de Programas, procede a um rearranjo da grelha, principalmente em período de *prime time*, antecipando a novela brasileira *Xica da Silva* e colocando o noticiário às 21h30, ou seja, intervirém nos dois principais produtos que sustentam o segmento nocturno, criando-se uma programação alternativa à SIC e à RTP1.

<sup>109</sup> Em 1996, a TVI teve prejuízos no valor de 6,1 milhões de contos e uma situação líquida negativa de 4,7 milhões de contos, valores que representam um agravamento económico de 27% em relação aos dois anos anteriores (*Público*, 22 de Setembro de 1997).

Comunicação Social em reduzir o tempo dos intervalos na RTP1 e em retirar a publicidade da RTP2 dá um certo alento à SIC e, principalmente, à TVI<sup>110</sup>. A SIC atravessa o ano de 1997 sem grandes sobressaltos. A liderança das audiências mantém-se, o Conselho de Administração permanece inalterável, assim como a Direcção de Programas e de Informação. Neste período, a estação apresenta um relatório de contas com um resultado líquido de 3,025 milhões de contos, o que corresponde a um acréscimo de 58,8% em relação ao ano anterior<sup>111</sup>. Em Setembro desse ano, a SIC dá mais um passo para o domínio do campo televisivo, ao assinar, a 9 de Setembro, um acordo de parceria com a Globo e com a TV Cabo para a criação de canais temáticos. No último trimestre do ano, há um programa que faz emergir o debate em torno das estratégias de mercado que uma televisão privada adopta. Trata-se do documentário feito por Mariana Otero, que, durante alguns meses, filmou o quotidiano de vários sectores do canal, descobrindo aí modos de actuar que se subordinam estritamente a critérios de rentabilização de audiências e de publicidade. Esse trabalho, intitulado *Cette Télévision c'est la Vôtre*, é emitido a 21 de Outubro de 1997 no ARTE<sup>112</sup>. Nele, a afirmação do director-geral da SIC, Emídio Rangel, de que “uma televisão com mais de 50% de *share* pode vender tudo, até um Presidente da República” desencadeia também uma discussão em torno dos poderes do audiovisual.

No que diz respeito à informação semanal emitida em 1997 nos canais generalistas, são vários os campos temáticos que estruturam programas de horário nocturno, em grande parte devido à diversidade que caracteriza a grelha da SIC. Neste âmbito, a TVI é a que tem a programação mais monocromática, apresentando, ao longo do ano em horário nocturno, um debate (*Pontos nos Is*); um noticiário de actualidade internacional (*Jornal do Mundo*); uma emissão consagrada à sétima arte (*Lanterna Mágica*); e três programas desportivos, dois de futebol e um de automobilismo (*Fora de Jogo*, *Linha de Fundo* e *Quarta a Fundo*)<sup>113</sup>. A RTP1 exhibe uma grelha não muito diferente, integrando um debate (*Maria Elisa*); um programa de grande-reportagem (*Enviado Especial*); e três formatos temáticos (*Domingo Desportivo*, *Magazine* e *Bom Bordo*)<sup>114</sup>.

<sup>110</sup> Segundo um estudo da *Media Planning*, a TVI foi a mais beneficiada, na medida em que conseguiu um aumento de 31% na sua quota de mercado (*Público*, 18 de Julho de 1997).

<sup>111</sup> Em 1997, as receitas publicitárias da SIC atingem 55 milhões de contos, representando 55% do investimento em publicidade televisiva. No ano anterior, os lucros foram de 1,9 milhões de contos (*Diário de Notícias*, 14 de Março de 1999).

<sup>112</sup> A SIC retransmite esse documentário na emissão de 10 de Novembro de 1997 de *Conversas Secretas* (horário tardio).

<sup>113</sup> Em termos informativos, a principal novidade da TVI é a remodelação do noticiário da noite. Em Outubro de 1997, surge o *Directo XXI*, que acrescenta às notícias principais do dia um debate e um espaço dedicado ao entretenimento.

<sup>114</sup> *Bom Bordo* surgiu em 1996 na RTP2, inspirado em *Thalassa*, um magazine do mar de Georges Pernaut em antena há alguns anos no canal francês FR3. Permanece na RTP1 de Janeiro a Julho, sendo transferido, na temporada de Outono, para a RTP2.

A programação informativa da SIC é mais variada, embora, no segundo semestre, tenha havido um decréscimo de programas. Na primeira metade do ano, este canal emite dois debates (*Viva a Liberdade* e *Esta Semana*); um programa de entrevistas (*Conversas Secretas*); dois *talk shows* (*A Noite da Má-Língua* e *Vida de Casal*); quatro formatos temáticos (*Os Donos da Bola*, *Casos de Polícia*, *Escrita em Dia* e *Primeiros Anos*); e ainda um polémico programa que confundia informação com entretenimento (*A Cadeira do Poder*). Na segunda metade do ano, aparecem *Grande Reportagem*<sup>115</sup>, *Filhos da Nação* e *SOS SIC*<sup>116</sup>. Se o primeiro não suscita qualquer dúvida relativamente à respectiva integração no campo jornalístico, os dois últimos levantam várias questões quanto ao esbatimento de fronteiras entre informação e entretenimento.

### **Informar ou entreter?**

Num tempo de crise interna de varia ordem, a RTP1 e a TVI apresentam um número reduzido de programas de informação semanal, sem que nenhum deles se revele inovador ou marcante. O mais visível terá sido o debate *Maria Elisa*, criado no ano anterior e que, em 1997, se mantém centrado em temáticas sociais. A SIC prolonga emissões já conhecidas, mas também apresenta novidades: em Janeiro estreia *Vida de Casal*, criado pela jornalista Inês Pedrosa, que, semanalmente, conversa de forma intimista com um casal de projecção pública acerca da vida privada de ambos<sup>117</sup>; em Maio, a jornalista Laurinda Alves surge, coadjuvada pelo pediatra Gomes Pedro, na apresentação e coordenação de *Primeiros Anos*<sup>118</sup>, um programa que aborda diferentes aspectos da vida dos bebés. Se a estação abre janelas para a discussão de temas relevantes, também institui espaços que (des)formatam deliberadamente acontecimentos para, assim, construir espectáculos da realidade. Faz isso em dois programas: *A Cadeira do Poder*, que aparece em Fevereiro, e *Filhos da Nação*, que surge em Outubro. Na semana da estreia do primeiro, o director da SIC afirma o seguinte: “Se lançamos cantores e actores, porque não políticos? Tenho a certeza de que vão aparecer desconhecidos com talento para a política” (*TV Mais*, 21 de Fevereiro de 1997).

<sup>115</sup> Trata-se aqui de uma segunda edição que ressurge a 8 de Julho e fica em antena até 26 de Setembro.

<sup>116</sup> O aparecimento de novos formatos no último semestre do ano não implica o aumento do número de programas, pois nesse período desaparecem da grelha *Viva a Liberdade*, *Primeiros Anos*, *Escrita em Dia*, *Vida de Casal* e *A Noite da Má-Língua*.

<sup>117</sup> No mês da estreia do seu programa, Inês Pedrosa fixava nestes termos o rumo da entrevista que daria corpo a cada emissão: “Procurarei dar a conhecer certos aspectos da vida familiar, como o apoio que dão e recebem um do outro ou a forma como gerem as respectivas carreiras e repartem tarefas” (*TV Mais*, 21 de Janeiro de 1997).

<sup>118</sup> Em Outubro de 1996, a RTP1 havia emitido *Superbebés*, apresentado pela actriz Alexandra Lencastre e com uma linha mais de entretenimento do que pedagógica, ao contrário deste formato da SIC.

A ideia é semelhante à de um concurso, mas *A Cadeira do Poder* vai mais longe: pretende-se que os participantes sejam figuras que exerceram cargos públicos; as questões baseiam-se em acontecimentos inventados que se tomam como realidade; os jurados compõem um “parlamento”<sup>119</sup> que escolhe o vencedor a quem se atribui um lugar que se diz ser o de primeiro-ministro e um cheque com o valor do respectivo ordenado. O autor e apresentador deste formato, Artur Albarran, considera tratar-se “de entretenimento” (*TV Guia*, 18 de Janeiro de 1997), mas acrescenta que, “para além de correr paralelamente às emoções, vai correr também paralelamente às ideias e às convicções”. O director-geral da SIC também já havia prometido que este programa iria “abrir a discussão política” (*TV Mais*, 5 de Julho de 1996). Com *A Cadeira do Poder*, amalgama-se o lúdico com a informação, sem tornar claro se aquilo que se vê é ficção ou realidade. A ambiguidade entre ambos os domínios é grande. Por um lado, o apresentador é conhecido do público graças ao seu trabalho como repórter em conflitos internacionais; os primeiros concorrentes à cadeira de primeiro-ministro (o ex-secretário-geral da UGT Torres Couto e o ex-presidente do Sporting Santana Lopes) trocam argumentos referindo acontecimentos dos partidos políticos de que ambos faziam parte; o *Telediário* que integra o programa apresenta peças semelhantes às de um alinhamento de um noticiário<sup>120</sup>. Por outro lado, o “parlamento” é presidido por um actor, o *pivot* do noticiário é uma manequim, os convidados têm o estatuto de concorrentes, os casos que os habilitam a permanecer em antena são inventados. *A Cadeira do Poder* não se constitui como uma *sitcom*, também não é um debate político, nem um magazine. Não assume o tom da sátira, nem o da comédia, mas também não atinge a retórica política, nem constrói um discurso genuinamente jornalístico. Não é um programa de entretenimento, nem de informação. Situa-se numa zona ambígua, ignorando códigos do lúdico e transgredindo princípios do domínio referencial.

Na temporada de Outono, a SIC estreia outro programa, da autoria do jornalista Nuno Ramos de Almeida e do publicitário Luís Rainha, que mistura deliberadamente a ficção com factos da actualidade a fim de criar um “efeito do real”. À semelhança de *A Cadeira do Poder*, *Filhos da Nação* fabrica peças noticiosas falsas, mas de grande verosimilhança com a realidade. Todavia, vai

<sup>119</sup> Esse “parlamento” integrava 60 pessoas, seleccionadas por uma empresa de sondagens, que se pensava serem representativas da tendência de voto dos portugueses nas últimas eleições legislativas.

<sup>120</sup> Na noite da estreia de *A Cadeira do Poder*, o *Telediário* é emitido em dois intervalos da novela brasileira *O Rei do Gado* (o programa, na altura, com mais audiência na TV portuguesa). Notícia-se aí um “acidente” rodoviário nas docas de Lisboa, afirmando-se que o condutor seria o secretário de Estado da Juventude que estaria acompanhado por uma mulher que entrou na Cruz Vermelha em coma, sabendo-se, entretanto, que o governante fugira. Esse *Telediário* integra ainda peças onde se dá conta das recentes aventuras amorosas do presidente do Governo Regional da Madeira e se diz que o PS e o PSD aceitaram cem mil contos da Indonésia para financiar uma campanha eleitoral. Nada se diz sobre a natureza fictícia disto. No dia seguinte, o verdadeiro secretário de Estado da Juventude reage com indignação no *Jornal da Noite* da SIC ao caso que o envolvia e que era inventado. Para além disso, processa judicialmente a estação. A 29 de Maio de 1999, o Tribunal de Oeiras condena a SIC a pagar-lhe 10 mil contos de indemnização.

mais além do que o programa de Artur Albarran, na medida em que coloca no espaço público as suas próprias encenações televisivas. Em período de pré-campanha para as eleições autárquicas e numa altura em que os *media* vinham noticiando a oposição popular à integração da família Garcia de etnia cigana em Oleiros (Vila Verde, um concelho no norte do país), a produção de *Filhos da Nação*, com apoio da Frente da Esquerda Revolucionária, apresenta como candidato à Câmara Municipal de Vila Verde um jovem de 23 anos, natural de Loures, de etnia cigana cujas aparições em público são geridas de acordo com o ritmo do formato televisivo<sup>121</sup>; cinco dias antes da estreia deste programa, José Adelino formaliza no Tribunal de Vila Verde a sua candidatura; na véspera da primeira emissão, divulga formalmente a sua lista numa conferência de imprensa que decorre em Lisboa durante a qual é anunciado, para a noite seguinte, um comício em Vila Verde que seria, depois, cancelado devido à agitação da população que não queria ver por ali aquele apoiante do clã Garcia (*Público*, 21 de Outubro de 1997). Paralelamente ao lançamento deste candidato às eleições autárquicas, os responsáveis por este singular programa, em nome de um grupo que se designava “Mulheres em Acção”, preparam uma manifestação de loiras<sup>122</sup> na baixa lisboeta, convocando jornalistas para um evento em relação ao qual nada se disse sobre os seus reais promotores, o que fez com que a imprensa tratasse o “acontecimento” como verdadeiro<sup>123</sup>, embora – descobrir-se-ia mais tarde – tudo não passasse de uma encenação<sup>124</sup>. Apesar de permanecerem pouco tempo na grelha da SIC, *A Cadeira do Poder e Filhos da Nação* esbatem (demasiado) as fronteiras entre informação e entretenimento. Se ambos os formatos se integrassem no primeiro campo, como se justifica a invenção de factos e a atribuição de prémios pecuniários aos convidados que se encaravam como concorrentes de um jogo? Se o fim era

<sup>121</sup> Não havendo a nível técnico-jurídico objecção à apresentação deste tipo de candidatura, um dos elementos da Comissão Nacional de Eleições, na edição de 18 de Outubro do *Público*, considerava este caso “um aproveitamento insólito da legislação”.

<sup>122</sup> Este tema tinha sido colocado na semana anterior na agenda mediática precisamente pelo programa *Maria Elisa* (emitido na RTP1) que escolheu para mote de debate a seguinte questão: “*Os homens preferem as loiras?*”.

<sup>123</sup> O *Correio da Manhã* fez chamada a primeira página desse assunto. Referindo-se a essa “pseudomanifestação”, também noticiada pelo seu jornal, o director do *Diário de Notícias* considerava-a “de grande irresponsabilidade e deontologicamente condenável”, a partir do momento “em que se quer pôr em causa a qualidade global da informação que é transmitida nos *media* portugueses” (*Público*, 17 de Outubro de 1997). Na edição de 17 de Fevereiro de 1997 do *Fórum* da TSF, a jornalista da RTP Elsa Marujo queixava-se de ter sido enganada.

<sup>124</sup> Indiscutivelmente polémico, este formato da SIC suscita fortes críticas, principalmente entre a classe jornalística. Na edição de 18 de Outubro do *Diário de Notícias*, o director do *Expresso* diz ser “um erro os jornalistas tentarem intervir na realidade”; o director da TSF rotula os respectivos promotores de “pirómanos bombeiros”; o director de Informação da TVI considera “uma brincadeira perigosa que põe em risco a credibilidade da classe”; e o director do *Semanário* assegura sentir-se “traído e, sobretudo, muito incomodado”. Nessa semana, o presidente do Conselho Deontológico dos Jornalistas afirma ao *Expresso* que “a montagem de uma realidade virtual não pode ser feita por jornalistas, ainda por cima abusando da boa-fé de quem julga estar perante um trabalho jornalístico”, o que, na sua perspectiva, “provoca um dano real para a sociedade”.

entreter o público, o que levava a serem produzidos por jornalistas e a apresentarem peças que se assemelhavam àquelas que compõem um alinhamento dos noticiários? Desde Outubro de 1992, diferentes elites (políticas, desportivas, judiciais...) várias vezes censuram a SIC pela prática de um jornalismo demasiado irreverente e, por vezes, desrespeitador dos limites legais. Ao colocar na esfera pública um candidato de etnia cigana à autarquia de Vila Verde, a SIC provocou a contestação de um grupo que lhe conferia um indiscutível poder de influência: os cidadãos anónimos. Referindo-se à oposição dessas gentes do Minho a essa (pseudo) candidatura, o crítico de televisão Eduardo Cintra Torres escreve o seguinte (*Público*, 23 de Outubro de 1997):

A Direcção de Programas da SIC deveria ver repetidas vezes as imagens captadas pelos seus operadores em Vila Verde. Aqueles cidadãos são pessoas como nós e estão muito zangadas com a SIC. Foram fazer deles um laboratório para um programa que é uma brincadeira, mas que trata de uma coisa muito simples: a vida deles.

Para além de ter sido alvo de críticas de vários sectores, *Filhos da Nação* não reúne audiências que justifiquem a sua presença na grelha por muito tempo. No início do ano seguinte, desaparece, sem, no entanto, a polémica provocada ter subtraído popularidade à SIC que, em 1997, continua como canal líder de audiências e desafiador daquilo que estava instituído em diferentes campos – uma postura que nenhuma das outras estações teria condições de assumir. Pela debilidade financeira dos seus projectos, pela inoperância e instabilidade dos respectivos directores, pela fraca adesão das audiências. De facto, para além de se impor como um negócio rentável, a SIC implanta-se em 1997 como um sistema de poder. Consegue-o através de programas de informação e de formatos que muitas vezes confundem realidade com ficção. Consegue-o, ultrapassando frequentemente limites legais, éticos e deontológicos. Todavia, as emissões que suscitam mais debate no espaço público não correspondem àquelas com maiores índices de audiência. São os programas de entretenimento, nomeadamente o humor, as novelas da Globo, os concursos e os *reality shows* que ocupam na íntegra o “top-20” dos programas televisivos mais vistos nesse período.

Correspondendo a oferta televisiva a uma grelha que se vê por partes, mas que se constitui como um todo, a engenharia de programação foi sempre construída com base em critérios de rentabilização de audiências. Nessa lógica, incluía-se igualmente a informação. No documentário de Mariana Otero, exibido em 1997, ouve-se o director-adjunto Alcides Vieira afirmar, num Conselho de Redacção, o seguinte: “O Jornal da Noite faz parte de uma estratégia de programação da SIC. E se ela diz que o jornal deve ter uma hora, nós temos que arranjar maneira de fazer uma hora, nem que se perca qualidade”. Não era

o produto em si que orientava a produção de um programa, mas a aceitação previsível que se esperava das audiências das franjas onde estava inserido<sup>125</sup>. Assim, numa grelha que se enche em horário nobre com conteúdos de entretenimento, recolhendo estes grande receptividade junto do público, tornar-se-á difícil a imposição de certos programas informativos. O primeiro género a ressentir-se disso terá sido o dos debates e o primeiro jornalista da SIC a opor-se publicamente a esse rumo da programação televisiva foi Miguel Sousa Tavares, que, no Verão de 1997, decide abandonar a estação onde apresentou *Terça à Noite* (1993-4), *Vinte Anos e Vinte Nomes* (1994), *Crossfire* (1995-6) e *Viva a Liberdade* (1997). Em entrevista à edição de 26 de Julho de 1997 do *Expresso*, explica assim as razões do seu afastamento:

O público não quer os programas que eu faço e eu não quero fazer os programas de que o público gosta. [As pessoas agora] gostam de sentimentos, de emoções, de intimidades e da clássica trilogia composta por sexo, violência e escândalo. (...) A função dos jornalistas não é distrair o público. O nosso trabalho é fazer um serviço baseado no interesse público e não no interesse do público. Se a ideia subjacente à informação fosse distrair audiências, teríamos muita gente melhor do que os jornalistas para o fazer.

<sup>125</sup> No documentário de Mariana Otero assiste-se a uma reunião da equipa do programa *Mundo Vip* preparatória do programa para o segmento do horário nobre. Esse encontro é orientado por um elemento que segue a audiência na SIC que explica às autoras o que devem fazer dali em diante: “no *prime time* quem faz o grande bofo é a classe D. Por isso tem que ter atenção a isso. (...) Em termos de conteúdo, tudo o que tem a ver com novelas brasileiras funciona bem. Tudo o que tem a ver com gente portuguesa dessa que sai nas revistas, mas nas mais populares, funciona lindamente. Por exemplo, o Humberto Bernardo funciona melhor do que o Joaquim de Almeida...” Ouve-se uma das coordenadoras do programa, a jornalista Margarida Pinto Correia, confessar: “Não é esse o programa que eu vim para aqui fazer!”.

### **3. Entre os discursos dos especialistas e os testemunhos dos “profanos”**

#### **3.1 O PAP em 1998**

Este será o ano em que a RTP conhece um outro ministro responsável pela tutela do audiovisual público (José Sócrates sucede, em Janeiro, a Jorge Coelho); novos directores de Informação e de Programação (Grego Esteves e Maria Elisa, respectivamente, que substituem, em Março, a equipa dirigida por Joaquim Furtado); e um Conselho de Administração renovado (Manuel Roque demite-se em Setembro, dando o lugar da Presidência a Brandão e Brito). Estas mudanças impedem que se desenvolva um trabalho de fundo ao nível da oferta televisiva, o que, em parte, explicará as baixas audiências que o operador público regista em 1998. Na TVI, o maior problema é a grave crise financeira que se tem avolumado desde 1993 e que, neste período, atira o canal para várias assembleias-gerais de credores, nas quais alguns grupos económicos se sucederão no controlo das acções da estação, ditando, durante a sua vigência, diferentes regras de funcionamento interno. Inclusive na área da programação que, no entanto, nunca chega a suscitar o interesse do público. Por inexperience daqueles que a desenhavam, mas, sobretudo, devido ao reduzido orçamento de que se dispunha. Para além de capitalizar a debilidade destes dois canais, a SIC rentabiliza um “saber-fazer” que, nos últimos três anos, lhe garantira a liderança das audiências. Que se repete em 1998.

O Governo resultante das eleições legislativas de Outubro de 1995 havia prometido inverter a crise financeira e de legitimidade da RTP; o Contrato de Concessão do Serviço Público assinado em finais de 1996 fixara um outro entendimento para a actividade da estação pública; também, nesse tempo, os novos responsáveis pelo audiovisual público se comprometeram a devolver aos telespectadores uma televisão renovada. Todavia, no início de 1998 a RTP apresenta um passivo maior, uma programação pouco distinta das estações privadas e um índice de audiências em queda. No Plano de Actividades e

Orçamento para esse ano, fixa-se o compromisso de “contrariar a tendência massificante da oferta televisiva comercial”, mas o documento suscita dúvidas ao Conselho de Opinião (CO) da empresa, que lhe atribui um parecer negativo, por considerar não serem aí cumpridos os princípios do Contrato de Concessão de Serviço Público, criticando-se particularmente a (falta de) qualidade da programação do canal generalista. Esta decisão do CO é conhecida no início de Março, um mês marcado por outros incidentes. Na edição de 7 de Março do *Expresso*, noticiava-se que “Miguel Sousa Tavares foi convidado pelo presidente da RTP, Manuel Roque, para o cargo de director-geral que deverá ser criado no âmbito da reestruturação da empresa”, um facto confirmado, posteriormente, ao *Diário de Notícias* (10 de Março) pelo próprio Manuel Roque. Dois dias depois da notícia do semanário, a direcção da TV pública apresenta a sua demissão, justificada em carta com dois argumentos: o contacto com Sousa Tavares sem conhecimento de quem dirigia a RTP e a interferência da administração da empresa na área da informação, ao não permitir a ida de um jornalista a Angola para entrevistar o líder da UNITA<sup>126</sup>. Em declarações ao *Público* de 11 de Março, Joaquim Furtado garante que a Direcção a que presidia “nunca fez parte das prioridades e nunca teve os apoios que gostaria de ter tido”, assegurando que trabalhou de 1996 a 1998 “com orçamentos inferiores aos de 1995”. A 10 de Março, o CA da RTP divulga um comunicado em que anuncia os novos nomes da direcção da RTP: Maria Elisa para a Direcção de Programas e João Grego Esteves para a Direcção de Informação, que entram em funções a 16 de Março. Ao contrário daquilo que tinha feito saber, o CA diz nesse texto que “na nova estrutura da informação e programas da RTP deixa de existir o cargo de director-coordenador de informação e programas, não sendo criado o cargo de director-geral”.

Na TVI, o ano é de assembleias-gerais, a maior parte das quais caracterizadas por um vazio de decisões que atirava a estação para um impasse na resolução da falência técnica em que se encontrava. A possibilidade de se decidir em Janeiro a crise financeira da empresa é neutralizada, quando no dia 15 a juíza da segunda vara cível do Tribunal de Oeiras responde favoravelmente a um requerimento do Ministério Público que alegava só ter recebido na véspera a relação provisória dos créditos da TVI e adia para 11 de Fevereiro a Assembleia-Geral de credores. No entanto, segundo a edição do *Público* de 16 de

<sup>126</sup> A Administração da RTP alegou para esse impedimento o facto de o jornalista ter de entrar em Angola sem visto. Num artigo intitulado “*Hipocrisia e água de rosas*”, o director do *Público* escrevia na edição de 11 de Março de 1998 o seguinte: “É sabido em todas as redacções que só há uma maneira de chegar à fala com Jonas Savimbi enquanto este não regressar a Luanda: entrando ilegalmente em Angola. Foi assim que a RTP fez por várias vezes no passado, tal como o *Público*, a SIC, a TSF e por aí adiante. Invocar a ausência de visto é mais do que hipocrisia: mostra que a RTP – como o Governo português, este e o anterior – se sente bem de cócoras diante das autoridades de Luanda, que certamente ficariam incomodadas não com a entrada de um jornalista sem visto, mas com o tempo de antena que seria dado à UNITA”.

Janeiro de 1998, “o relatório com as medidas para a viabilização da empresa não poderá ser discutido a 11 de Fevereiro, quando se irá proceder à certificação dos créditos, mas numa próxima assembleia a realizar em Março”. Essa assembleia viria a ocorrer a 14 de Abril, altura em que, ao lado do plano de recuperação do grupo SOCI<sup>127</sup> (que presidia à TVI), a Lusomundo (associada ao empresário macaense Stanley Ho e ao grupo venezuelano Cisneros<sup>128</sup>) e a Sonae<sup>129</sup> também apresentam uma proposta para a viabilização do canal privado. As decisões ficam suspensas até 5 de Maio, para que os credores pudessem avaliar os projectos. A 1 de Maio, o *Expresso* noticia que os grupos Sonae e Lusomundo/Cisneros deveriam subscrever uma única proposta para a detenção do capital da TVI. O que não se verifica. Apesar de se manterem as três propostas, o conteúdo de duas delas – a da Media Capital/Antena 3 e a da Sonae – é alterado, o que leva a assembleia a ser, de novo, suspensa até 20 de Maio<sup>130</sup>. Um dia antes dessa reunião confirmar-se-ia a notícia avançada anteriormente pelo *Expresso*: a Sonae e o consórcio Lusomundo/Cisneros<sup>131</sup> apresentam, a 19 de Maio, uma proposta única no Tribunal de Oeiras, que, no entanto, não será rectificada, porque Paes do Amaral decide retirar a sua proposta. A assembleia fica, assim, suspensa até 1 de Junho, dia em que, finalmente, se vota por uma maioria de 96,42% a passagem da TVI para a Sonae e para a Lusomundo, aparecendo esta última associada ao grupo venezuelano Cisneros<sup>132</sup>. O grupo de Belmiro de Azevedo não permanece muito tempo

<sup>127</sup> O mês de Março é, pois, altura de ambos os grupos assegurarem o apoio dos principais credores do canal Quatro. O líder da SOCI – que presidia à TVI – enceta uma série de negociações directas com aqueles em relação aos quais é devedor. Por exemplo, a 17 de Março de 1998, reúne-se com o ministro da Cultura para negociar a dívida de 650 mil contos que a estação tinha para com o Instituto Português das Artes Cinematográficas e do Audiovisual e que o convertia no nono credor da TVI, tendo, por isso, direito a voto na Assembleia do dia 14 de Abril. Nesse encontro, o presidente da SOCI deixa o compromisso de resolver a dívida “assim que seja possível” (*Público*, 18 de Março de 1998). Para além disso, Paes do Amaral também recorre a apoios exteriores. A 25 de Março, assina um acordo de parceria estratégica com a Antena 3, em que ambas as empresas se comprometem a duplicar o capital social da TVI. Dirigida pela Telefónica, a Antena 3 tem um perfil de programação próximo da SIC e era a principal compradora em Espanha dos formatos da Endemol, como acontecia em Portugal com o canal de Carnaxide.

<sup>128</sup> O grupo Cisneros era proprietário de quatro cadeias televisivas nacionais na América Latina e grande exportador de novelas. Era também accionista maioritário da Univisión, a principal rede de televisão em castelhano dos EUA.

<sup>129</sup> Inicialmente, a Sonae torna público que apresentará uma proposta de viabilização da TVI em parceria com a cadeia de televisão SBS que, num passado recente, havia feito uma parceria estratégica com a SOCI, mas que nunca teve concretização naquele canal privado (*Expresso*, de 10 de Abril de 1998). No entanto, no dia da Assembleia de credores, o grupo presidido por Belmiro de Azevedo anuncia que avançará sozinho (*Público*, de 14 de Abril de 1998).

<sup>130</sup> À semelhança daquilo que já haviam feito os outros proponentes, a Sonae procura capitalizar alguns dividendos, comprando, a 5 de Maio, ao sindicato de bancos liderado pela Caixa Geral de Depósitos créditos no valor de 2,3 milhões de contos, o que o tornava o maior credor da TVI.

<sup>131</sup> Stanley Ho, o empresário macaense que se contava entre os maiores credores da TVI, vende, entretanto, os seus créditos no valor de 1,6 milhões de contos à Cisneros (*Público*, 13 de Maio de 1998).

<sup>132</sup> A Miguel Paes do Amaral, sucede na presidência da TVI Carlos Moreira da Silva, um nome indicado pela Sonae, que detinha um capital superior ao dos seus parceiros, ainda que não-maioritário. Uma das decisões com mais impacto deste consórcio seria a chamada “operação harmónio” que visava uma redução e um posterior aumento do capital da TVI – um processo arriscado para os gestores do canal, na medida em que po-

envolvido nos destinos da TVI, anunciando, em Novembro, a venda da sua posição credora nesta estação ao adversário Media Capital, que, entretanto, já havia adquirido, em Agosto, 17% das acções da empresa a três fundos de investimento estrangeiros. Antes do ano terminar, o grupo de Paes do Amaral haveria de conseguir o controlo de 94% do capital da TVI.

Em 1998, a SIC apresenta um quadro substancialmente diferente da RTP e da TVI. Internamente, não há alterações ao nível do Conselho de Administração e da Direcção de Informação e Programas. Mantendo-se como o canal mais visto, reunindo quase metade das audiências (a média anual do *share* foi de 49,2%), esta estação continua também a concentrar mais de 50% do investimento publicitário televisivo. Segundo o relatório de contas da SIC desse ano – aprovado em Assembleia-Geral realizada a 16 de Março de 1999 – a estação regista, em 1998, um lucro de 5,3 milhões de contos, mais dois milhões do que no ano anterior<sup>133</sup>.

## **3.2 A programação dos canais generalistas: “[na SIC] temos o poder da influência”**

### **3.2.1 RTP: a crise do serviço público de televisão**

Em funções desde finais de 1995, aquela que ficou conhecida como “a direcção dos Joaquins” (Furtado e Vieira) vinha evidenciando dificuldades em desenhar uma oferta televisiva simultaneamente de interesse público e atractiva para as audiências. Perceber-se-ão as razões dessa aparente letargia, depois da demissão de uma equipa que, segundo Joaquim Furtado, desenvolveu “um trabalho importante em condições adversas”. Em entrevista à edição de 4 de Abril de 1998 do *Expresso*, este ex-director da RTP afirma que “disponibilizar os meios para tornar a estratégia de programação mais eficaz não foi uma prioridade [da administração da empresa e do poder político]”. Essa falta de investimento ao nível da oferta televisiva torna-se visível na grelha do canal generalista dos primeiros meses de 1998 que apresenta programas de fórmulas

deria fugir das suas mãos o controlo do capital da empresa. Embora essa operação tivesse sido prevista para Setembro, a saga dos adiamentos das assembleias-gerais de credores permanece no último trimestre do ano. A 17 de Setembro, o Tribunal de Oeiras considera não estarem reunidos os requisitos para a aprovação das contas relativas a 1997 e adia essa reunião para 6 de Outubro, protelando-se, consequentemente, o aumento do capital para o mês seguinte.

<sup>133</sup> Segundo esse relatório de gestão divulgado na edição de 17 de Março de 1999 do *Público*, as receitas publicitárias atingem, em 1998, os 65,5 milhões de contos.

já gastas e, não raras vezes, clonados daquilo que de pior emitiam as estações privadas. Em Março, a demissão da equipa de Furtado e a entrada em funções da dupla Grego Esteves/Maria Elisa inviabilizam o aparecimento da chamada temporada televisiva da Primavera. Necessitando de tempo para desenvolver o seu trabalho, os novos directores de Informação e de Programas apenas estarão em condições de apresentar publicamente a “sua” grelha na *rentrée*. Isso não significa que, nesses meses, a RTP tenha ficado afastada de estreias, mas, de qualquer modo, nenhuma delas foi particularmente marcante<sup>134</sup>.

Em Setembro, as principais novidades inserem-se no entretenimento e correspondem a produções nacionais de diferentes géneros televisivos. Nesta altura, o *slogan* do operador público era “uma televisão mais portuguesa”. E, na verdade, o canal generalista enche-se de programas falados em português. As estreias repartem-se entre os magazines (*O Amigo Público*, apresentado por Júlio Isidro que ocupa diariamente o período da tarde), as séries (*O Diário de Maria* e *Ballet Rose*), as telenovelas (*Os Lobos*<sup>135</sup>), as *sitcoms* (*Débora* e *Uma Casa em Fânicos*<sup>136</sup>) e os programas de música (*Miguel Ângelo ao Vivo* e *Canções da Nossa Vida*<sup>137</sup>). Em entrevista à edição de 19 de Setembro de 1998 do *Diário de Notícias*, a directora de Programas fala destes novos produtos como uma “alternativa de qualidade”. Na grelha de Outono, sobressaem dois novos formatos que misturam entretenimento com informação. Ambos correspondem a uma ideia de Maria Elisa, que escolhe mulheres jornalistas para a apresentação de cada um destes programas. *GLX* é colocado no segmento de acesso ao horário nobre de domingo e nele Paula Moura Pinheiro procura dar a conhecer rotas desconhecidas da Grande Lisboa. *Radar* noticia, sobretudo, espectáculos, abrindo, nas noites de 6.ª feira, uma programação de fim-de-semana assente em espaços de *lifestyle*, guiada por Margarida Pinto Correia, que apresentara, em Agosto e Setembro, na RTP1, *Férias de Verão* – um programa em que a vertente do entretenimento estaria mais acentuada, na medida em que a ideia era acompanhar, em cada emissão, um convidado por memórias de férias de há 20 anos, actualizadas em espaços que tivessem sido de lazer.

<sup>134</sup> Comprado no tempo em que Joaquim Vieira assumiu a área da programação, o formato espanhol *Obrigado por Tudo* estreia-se a 17 de Março no horário nobre da RTP1, mas, a 22 de Abril, Maria Elisa suspende as respectivas emissões, alegando falta de qualidade. A 4 de Abril, ou seja, sete anos depois da proposta inicial e quatro anos após o início da produção, o canal generalista público estreia *Major Alvega*, uma série baseada numa conhecida personagem de banda desenhada dos anos 60 que junta personagens reais a cenários de animação. No entanto, esta inovação não foi suficiente para atrair audiências. Mais popular foi o novo programa de Herman José, *Herman 98* que surgiu a 19 de Maio.

<sup>135</sup> Produzida pela NBP, esta telenovela estreia-se a 9 de Novembro, um mês depois da anterior novela, *Terra Mãe*, ter terminado. O horário escolhido foi o da franja imediatamente antes do *Telejornal*, o que gerou descontentamento na NBP, que preferiria o segmento do horário nobre.

<sup>136</sup> Estas *sitcoms* juntam-se a outras já em exibição na RTP1: *Nós, os Ricos* e *As Lições do Tonecas*.

<sup>137</sup> *Canções da Nossa Vida* é produzido conjuntamente pela Gestmusic espanhola e pela Endemol. Esta última produtora não trabalhava com a RTP desde 1996. A estreia deste programa, a 2 de Novembro, marca o seu regresso ao canal público.

No que diz respeito à informação semanal, o canal generalista público não faz aí um particular investimento em 1998. *Maria Elisa* atravessa o ano com uma periodicidade quinzenal, alternando com *Grande Entrevista*, de Judite de Sousa, que inicia as emissões em Abril, altura em que se coloca ponto final a *Enviado Especial*, uma aposta da Direcção de Joaquim Furtado. Em termos de informação temática, a RTP1 apresenta *Domingo Desportivo*, um programa de reportagens onde se noticiam os acontecimentos de desporto do fim-de-semana que, no dia seguinte, é complementado, na RTP2, com *Jogo Falado*<sup>138</sup>.

### 3.2.2 SIC: uma grelha (cada vez mais) de entretenimento

Continuando a liderar as audiências com uma ampla margem de intervalo em relação aos outros canais, a SIC apresenta uma grelha que, ao longo do ano, se renova em permanência, sem, no entanto, introduzir uma ruptura com a oferta televisiva que tinha estado a propor às audiências. Este é o ano em que a estação explora o horário da tarde com produção própria: a 16 de Fevereiro, estreia um *talk show*, apresentado por Fátima Lopes, que empresta o seu nome a um programa construído com testemunhos de gente anónima que conta experiências pessoais relacionadas com o tema da emissão<sup>139</sup>. Ao contrário daquilo que acontecera num passado recente, a informação semanal ocupa menos espaço no segmento nocturno. Em contrapartida, o jornalismo feito ao ritmo diário ganha novos contornos através de operações especiais que se promovem em ligação com acontecimentos marcantes. Numa entrevista ao *Diário de Notícias* por altura do sétimo aniversário da SIC, o respectivo director-geral resume de forma assertiva aquilo que representa a informação do seu canal: “Temos influência, não temos poder. Poder-se-á dizer que é o poder da influência” (*Diário de Notícias*, 4 de Outubro de 1998).

É o entretenimento que ocupa mais espaço no horário nobre da SIC em 1998. Em Janeiro, estreia-se um formato espanhol produzido pela Endemol que há-de ser um dos programas mais vistos da estação: *Médico de Família*. Esta série dará origem, num futuro próximo, a outras réplicas, espalhando-se pelos canais generalistas uma ficção nacional que procura encenar (por vezes com muitos erros) o quotidiano de grupos profissionais (médicos, jornalistas, polícias...), acentuando (em demasia) os romances que cruzam o dia-a-dia das personagens. Para além deste género televisivo, as novelas da Rede Globo, os

<sup>138</sup> *Jogo Falado*, que havia surgido em 1995, regressa em 1998 com uma nova série na RTP2.

<sup>139</sup> Em cada emissão, que se prolonga por duas horas, escolhe-se um tema que cruza com a vida quotidiana, particularmente com a esfera privada das pessoas. Por exemplo: “*O jogo destruiu a minha vida*”, “*Sou gordo e gosto*”... A ocupação do segmento da tarde por um magazine será adoptada pela RTP1 na temporada de Outono com o programa *Amigo Público*, apresentado por Júlio Isidro.

programas de humor<sup>140</sup>, os concursos<sup>141</sup> e os *reality shows*<sup>142</sup> continuam a ser estruturantes do segmento nocturno da estação de Carnaxide. Na temporada de Outono, aparece um formato de entretenimento feito com cantigas cujas letras parodiam aspectos diversos da vida pública nacional. *Cantigas de Maldizer* conta ainda com um painel de comentadores residentes, composto por Júlia Pinheiro, Rui Zink e Manuel Serrão, que, à semelhança daquilo que faziam em *A Noite da Má-Língua*, acrescentam algumas farpas a um ambiente concebido para uma crítica acentuadamente viperina. A referência a personalidades mediáticas em *sketchs* humorísticos de programas de entretenimento viria a provocar, no final do ano, uma desavença entre a SIC e uma facção do poder político. Uma rábula intitulada *Santana Copos*, inserida no *Big Show SIC*, desencadeia, a 7 de Novembro, uma forte reacção do parodiado, Pedro Santana Lopes (na altura, presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz), que, dois dias depois, convoca uma conferência de imprensa para anunciar que, por causa disso, se afastaria da vida política nacional. Nos dias seguintes, o visado entrega uma cópia do programa ao provedor de Justiça, solicita uma audiência ao Presidente da República, apresenta uma queixa à Alta Autoridade para a Comunicação Social e, com isso, espalha pela imprensa um amplo debate sobre os limites da programação televisiva<sup>143</sup>.

Na informação, a SIC investe particularmente nos noticiários diários, instalando, várias vezes, o respectivo cenário fora das instalações de Carnaxide. Ao longo do ano, o *Primeiro Jornal* desloca-se a algumas cidades do país e o *Jornal da Noite* anda por palcos de acontecimentos que marcam a actualidade<sup>144</sup>. Por outro lado, procura-se, através de programas específicos, assinalar

<sup>140</sup> Aos formatos que transitam do ano anterior, como *Os Malucos do Riso* (que Emídio Rangel, em entrevista à edição de 4 de Outubro de 1998 do *Diário de Notícias*, considera ser o *blockbuster* da grelha da estação), a SIC junta *Bom Baião* (em Janeiro), *Camilo na Prisão* (em Fevereiro) e, na grelha de Outono, *Um Sarilho Chamado Marina*.

<sup>141</sup> Dentro deste género televisivo, a grelha da SIC apresenta *Roda dos Milhões*, *Ai os Homens*, *Furor* e *Chuva de Estrelas*.

<sup>142</sup> *Surprise Show* é o formato mais destacado neste género, apresentando duas séries em 1998.

<sup>143</sup> A Alta Autoridade para a Comunicação Social delibera sobre este assunto a 7 de Janeiro de 1999, dando razão ao político, sem condenar a SIC, considerando-se que a rábula “pertence ao domínio da sátira, não se enquadrando nos limites do rigor da informação”.

<sup>144</sup> Na inauguração da Ponte Vasco da Gama (Março), o *Jornal da Noite* é apresentado no tabuleiro; na abertura da Expo 98 (Maio) é transmitido a partir do Oceanário e no dia do encerramento (Setembro) voltar-se-ia a repetir essa experiência. No dia da cerimónia da entrega do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago em Estocolmo (10/12), o *Primeiro Jornal* e o *Jornal da Noite* são transmitidos em directo da capital sueca. Nessa ocasião, a SIC envolve-se numa polémica por ter antecipado no dia anterior à cerimónia o discurso do escritor, apesar de Saramago ter facultado esse texto aos jornalistas sob a condição de o não divulgarem até à hora em que ele próprio o estivesse a proferir. Esta quebra do embargo origina forte contestação de vários órgãos de comunicação social e da direcção do Sindicato dos Jornalistas que, no dia 10, divulga um comunicado em que considerava esse comportamento “ética e profissionalmente indesculpável”. No entanto, a maior controvérsia envolve José Rodrigues dos Santos, da RTP, e o director da SIC. A 9 de Abril de 1999, o primeiro anuncia ter movido uma acção cível contra Emídio Rangel, por causa de trocas de palavras a propósito da violação desse polémico embargo. A decisão de Rodrigues dos Santos em avançar para os tribunais haveria de sofrer avanços e recuos com a entrada de Rangel, em 2001, para a direcção da RTP.

acontecimentos que ocorrem em 1998 ou promover em redor deles algum debate público. Dois exemplos: as comemorações dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia são assinaladas, a partir de 22 de Abril, com a série documental de cinco episódios *A Grande Viagem*, da autoria de Carlos Brandão Lucas<sup>145</sup>; e o Referendo sobre a Regionalização, que ocorre a 8 de Novembro, faz renascer um formato conhecido, intitulado *Crossfire*<sup>146</sup>, desta vez com os jornalistas António Perez Metello<sup>147</sup> (defensor do *sim*) e Miguel Sousa Tavares<sup>148</sup> (partidário do *não*), que discutem semanalmente, com diferentes convidados, um determinado tópico ligado ao processo que se iria votar. Ao nível da informação semanal, a SIC reduz o número de formatos, mas, mesmo assim, é o canal com mais emissões nesse campo. Os debates circunscrevem-se a *Esta Semana*, emitido até Julho. O género da grande-entrevista é praticado, em horário tardio, por Baptista-Bastos, que conduz, durante os doze meses do ano, *Conversas Secretas*. Por outro lado, a grande-reportagem, que estrutura um programa com o mesmo nome, reaparece em Setembro. Na informação temática, a SIC mantém dois programas já com longevidade assinalável na estação: *Casos de Polícia* e *Os Donos da Bola*. Se em Abril desaparece da grelha *Filhos da Nação* (um formato que tanta polémica causara no ano anterior, mas que em 1998, passa quase despercebido), em Agosto surge a única novidade do ano: *Ficheiros Clínicos*, um programa inovador, vocacionado para retratar uma medicina bem sucedida no tratamento de doenças de cidadãos anónimos. Não é, no entanto, com estes programas que a SIC se torna mais visível, nem é aqui que se desencadeiam em 1998 polémicas que multiplicam discussões no espaço público. Isso acontece ao nível do entretenimento e, sobretudo, na informação diária, que continua a cultivar uma postura pró-activa em relação aos múltiplos sectores da sociedade e a prestar particular atenção à vida quotidiana dos cidadãos anónimos, particularmente às situações em relação às quais as instituições competentes revelam uma certa inércia.

<sup>145</sup> A RTP1 faz o mesmo, mas com um atraso de três meses, estreando, a 14 de Julho, o documentário *Na Rota do Oriente*, da autoria de Luc Cuyvers, numa co-produção RTP e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos.

<sup>146</sup> A TVI insere o debate sobre a regionalização no noticiário *Directo XXI* e a RTP promove debates entre as 19h00 e as 20h00.

<sup>147</sup> É a este jornalista, editor de economia da SIC, que se deve o (re)aparecimento de *Crossfire* para discutir a regionalização. "Achei que as pessoas estavam pouco informadas sobre esta matéria", diz Perez Metelo. Quanto ao modelo que este formato impõe, o jornalista afirma o seguinte: "O princípio do contraditório, se for contido, é bastante mais esclarecedor do que simplesmente um monólogo de entrevistas de um só lado, em que as pessoas se repetem sempre porque não estão a ser 'espicaçadas' por outras ideias e por outros ângulos que a outra parte pode solicitar com proveito" (*TV Guia*, n.º 1027, Outubro 1998).

<sup>148</sup> Sousa Tavares diz ter encarado a participação neste programa "com alguma apreensão, mas também com o sentido de que é um dever cívico" (*TV Guia*, n.º 1027, Outubro 1998).

### 3.2.3 TVI: a expectativa de estabilidade

Num ano em que há uma permanente rotatividade dos responsáveis pela gestão do canal, talvez não seja estranho encontrar na TVI uma oferta televisiva pouco inovadora. O cinema, as séries estrangeiras e as transmissões de desafios de futebol estrangeiro, sendo uma aposta que acompanha a estação desde o início, multiplicam-se, particularmente em horário nobre<sup>149</sup>. Vivendo um dos períodos mais conturbados ao nível da administração, a empresa alcança, mesmo assim, resultados positivos no que diz respeito às audiências. Sob a gestão do grupo Media Capital, a TVI atinge na última semana de Julho 16,6% de *share*, o melhor resultado desde o início das suas emissões<sup>150</sup>. Da administração do consórcio Sonae/Lusomundo/Cisneros, sobressai o convite a José Eduardo Moniz para director-geral da estação, cargo que começa a exercer a partir de 23 de Setembro de 1998, esperando-se, a partir daí, uma profunda mudança da programação. A reentrada do grupo de Miguel Paes do Amaral nesta estação privada não provoca alterações na Direcção. No entanto, o trabalho de Moniz não se torna (ainda) visível em 1998, apesar de ser esse o ano em que a TVI mais cresceu desde Fevereiro de 1993, aumentando o seu *share* mensal cerca de um terço<sup>151</sup>. Mas um trimestre seria apenas o tempo para o estudo de eventuais alterações que, a aparecerem, só se tornariam possíveis no ano seguinte.

Ao nível da informação semanal emitida na franja da noite, a TVI não tem programas de relevo. Ainda que promova aqui e além uma ou outra entrevista ou reportagens especiais<sup>152</sup>, a grelha não integra uma oferta que apresente uma continuidade que vá para além dos três meses, com excepção de emissões que se estruturam com um alinhamento composto por peças noticiosas. Como *Lanterna Mágica*, um magazine de cinema apresentado por Sofia Morais; *Quarta a Fundo*, um programa de desporto automóvel; *Linha de Fundo*, um formato de futebol; ou *Golol*, um formato que mistura reportagens com algum debate, destacando particularmente o futebol internacional.

<sup>149</sup> Em situação de falência técnica e já com as instituições religiosas afastadas do controlo do capital, a TVI ensaia sinergias que não lhe são estranhas. A 9 de Março, estreia, no horário nocturno até então ocupado por uma telenovela, *Quem Tudo Quer*, um concurso também transmitido ao final da tarde na Rádio Renascença, onde, aliás, ia para o ar há quatro anos, reunindo no éter grande popularidade. Que não se repete com a mesma amplitude na televisão.

<sup>150</sup> Essa subida da TVI coincide com a descida da RTP1, a pior de sempre do canal generalista de serviço público: 28,5% (*Público*, 5 de Agosto de 1998).

<sup>151</sup> Esta tendência não se verifica ao nível da situação económica. Numa conferência de imprensa, realizada a 1 de Setembro de 1998, a Administração do consórcio Sonae/Lusomundo/Cisneros pronuncia-se sobre as contas relativas ao último quinquénio, o tempo de vida da estação. Segundo o presidente da empresa, a TVI consumiu em cinco anos um capital de 32 milhões de contos. Os prejuízos acumulados eram, à data, de 18,9 milhões de contos, o que, de acordo com a Administração, atirava a TVI para uma quadro de falência técnica e financeira (*Público*, 2 de Setembro de 1998).

<sup>152</sup> Por exemplo, a 13 de Setembro estreia *Planeta Portugal*, uma série de quatro programas, da autoria do jornalista António Vieira, em que se aborda a vida de comunidades portuguesas no estrangeiro.

Quadro 11: Programas de informação semanal nocturna dos canais generalistas em 1998

Programas	Canal	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.
<i>Maria Elisa</i>	RTP												
<i>Grande Entrevista</i>	RTP												
<i>Enviado Especial</i>	RTP												
<i>Domingo Desportivo</i>	RTP												
<i>Rotações</i>	RTP												
<i>Máquinas</i>	RTP												
<i>Radar</i>	RTP												
<i>Esta Semana</i>	SIC												
<i>Casos de Polícia</i>	SIC												
<i>Grande Reportagem</i>	SIC												
<i>Ficheiros Clínicos</i>	SIC												
<i>Donos da Bola</i>	SIC												
<i>Conversas Secretas</i>	SIC												
<i>Filhos da Nação</i>	SIC												
<i>Lanterna Mágica</i>	TVI												
<i>Quarta a Fundo</i>	TVI												
<i>Linha de Fundo</i>	TVI												
<i>Golo!</i>	TVI												

Fonte: Markttest

### 3.3 Programas de informação: quem fala do quê nos *plateaux* televisivos

#### 3.3.1 A abertura dos debates aos especialistas e aos “profanos”

Em 1998, *Maria Elisa* e *Esta Semana* são os únicos debates emitidos na franja nocturna dos canais generalistas e vão para o ar em sobreposição horária na RTP1 e na SIC, respectivamente. O primeiro atravessa o ano, alternando semanalmente com *Grande Entrevista* a partir de Maio; o segundo suspende as emissões em Julho. Um e outro são modelos conhecidos das audiências, na medida em que se mantêm no ar desde 1996, passando, ao longo deste tempo, por pequenos arranjos que não alteraram a respectiva linha editorial. Isso significa a preferência por questões sociais e a abertura dos respectivos *plateaux* a um conjunto diversificado de interlocutores. Uma tendência mais acentuada no canal público.

Afastando (teoricamente) qualquer preocupação com as audiências que garante não a condicionarem em nada (“muito menos na escolha dos temas”), Maria Elisa explica, em entrevista à edição de 12 de Fevereiro de 1998 da revista *Visão*, que o desvio da política<sup>153</sup> se operou, porque, na sua opinião, “as questões sociais passaram a ocupar o centro nevrálgico dos interesses do público telespectador”. Para a jornalista, a maior parte dos temas dos seus programas liga-se intrinsecamente àquilo que designa como “políticas sociais”. Exemplificará isso noutra entrevista: “Quando se fala da paixão ou do erotismo, estamos a falar do grau de liberdade da sociedade. Estamos sempre a falar de política, de uma maneira que tem a ver com a vida de toda a gente” (*TV Guia*, 31 de Julho de 1999). Mesmo quando destaca áreas estruturais, o programa *Maria Elisa* formula o tópico de forma a que o cruzamento com o “vivido” se torne evidente, o que demonstra um crescente interesse pela dimensão micro-social da actualidade em detrimento dos grandes discursos interpretativos. Por exemplo: na saúde discute-se “a diabetes” (9/4) e analisam-se “os cuidados a ter com os alimentos que ingerimos” (26/11). Mais do que do espaço público é da esfera privada que a jornalista retira a maior parte dos temas das suas emissões, inclusive aqueles que dizem respeito à vida em sociedade. Estes últimos, que ao longo do ano ocupam seis emissões, ressaltam problemáticas que envolvem instituições sociais (polícia, tribunais, estruturas de solidariedade...), mas que colocam o privado em público. Por exemplo: “a violência doméstica” (22/1) ou “a pedofilia” (17/10). Será mais ao nível do desenvolvimento e bem-estar pessoais que Maria Elisa confere singularidade ao seu debate, pois a este género televisivo não é costume associar-se a discussão da sexualidade, do relacionamento afectivo das famílias ou das emoções individuais – temáticas mais próximas dos *talk shows* ou dos *reality shows*. Mas são esses assuntos que ocupam grande número de emissões de *Maria Elisa*, que, ao longo do ano, debate “a andropausa” (12/2), “a infidelidade” (26/2), “as fobias” (26/3), “os filhos de pais separados” (23/4), “o relacionamento entre avós e netos” (30/7) ou “a dor”, entre outros temas.

Admitindo a importância das audiências (apesar de assegurar não serem “um critério decisivo”), Margarida Marante diz que a sua (nova) opção por assuntos do quotidiano é tributária da alteração do perfil da classe política, hoje “muito tecnocrata” (*Visão*, 12 de Fevereiro de 1998); e do interesse “muito reduzido” do público pelos assuntos políticos (*TV Mais*, 26 de Setembro de 1997). Embora reconheça que as suas emissões se tornaram “mais leves”, a coordenadora e apresentadora de *Esta Semana* insiste em deixar claro que o seu trabalho se integra na área da informação: “É claramente um programa de investigação jornalística; não é um espaço sobre temas psicológicos, de

<sup>153</sup> Apenas três emissões se situam neste campo: duas para discutir a política de Governo nas áreas da Cultura e da Segurança Social e outra para reflectir um tema de História Política: a monarquia em Portugal.

fronteira com o entretenimento” (*TV Guia*, 18 de Outubro de 1997). Antecedido de uma reportagem sobre o assunto em destaque, o debate que *Esta Semana* coloca em cena atravessa campos mais diversificados do que *Maria Elisa*. Diferentemente do programa do canal público e mesmo contrariando declarações públicas suas, Margarida Marante não ignora a política, dedicando-lhe seis emissões (três das quais na mesma noite em que era emitido *Grande Entrevista* com uma linha editorial mais próxima desse campo)<sup>154</sup>. No que diz respeito às áreas estruturais, Margarida Marante e Maria Elisa coincidem na valorização da saúde, que intersectam de diferentes formas. *Esta Semana* aproxima-se desse tópico pelo lado da agricultura, falando dos alimentos que se produzem (22/1); pelo lado da ciência, explorando a investigação feita no tratamento do cancro (16/7); a partir do interior do próprio campo da saúde, salientando a polémica instalada à volta do sangue contaminado (29/1); e os dados referentes aos infectados com SIDA (23/4). Tal como *Maria Elisa*, *Esta Semana* lança aos telespectadores propostas de discussão de uma realidade social próxima do quotidiano. No primeiro programa do ano, Margarida Marante escolhe como tema de debate “o consumo” e inicia assim a emissão:

Janeiro é o primeiro mês do ano e um tempo de balanço. Chegados a este momento, quase todos sentimos a consciência pesada, quando verificamos o que gastámos em presentes, alguns deles inúteis, neste último Natal. Sobreviventes da euforia consumista das semanas precedentes, chegamos à celebração natalícia esgotados física e financeiramente. É um facto: o consumo tomou conta da nossa vida.

Embora os temas relacionados com o desenvolvimento e o bem-estar pessoais tenham dado mote a um número significativo de emissões, o debate da SIC não aprofunda o íntimo. Se Maria Elisa se detém em aspectos da vida privada que se torna pública, Margarida Marante procura salientar aquilo que está em público em profunda ligação com o privado<sup>155</sup>. Destaca-se o crescimento das crianças e dos jovens através de estilos de vida particulares, falando-se da “geração *ecstasy*” (19/2), das “crianças na ribalta” (26/2) e, (o que não será diferente, apesar de apresentar outro tipo de actores), do “trabalho infantil” (4/6). A sexualidade é abordada através de um medicamento que aparecerá dali a pouco tempo em Portugal: o *Viagra* (18/6); enquanto os (des)equilíbrios

<sup>154</sup> Para além de reservar uma emissão para cada um dos líderes dos três maiores partidos da oposição (PSD, PP e PCP), a jornalista destacou, à vez, um aspecto particular da política de Estado (a reforma da saúde), da política local (“a operação Casal Ventoso”, promovida pela autarquia de Lisboa) e da política internacional (Golpe de Estado na Guiné-Bissau).

<sup>155</sup> Envolvida, por esta altura, numa polémica que considera ser de violação da sua intimidade por um semanário, Margarida Marante dedica uma emissão ao debate do tópico “limites da vida privada: informação e privacidade” (12/2). Neste contexto, percebe-se melhor o cuidado que a coordenadora de *Esta Semana* tem quando se trata de discutir temas que entram no domínio privado.

emocionais são discutidos a partir de dois estados que facilmente se descobrem no espaço público, embora sejam vividos individualmente: a solidão (30/4) e o stress (21/5).

Quadro 12: Temas dos programas de debate e/ou entrevista dos canais generalistas em 1998

Programa	Canal	Género	Temas			
			Macrotemas		Microtemas	
			Política	Áreas Estruturais	Vida em sociedade	Desenvolvimento/Bem-estar pessoais
<i>Maria Elisa</i>	RTP	Debate	3	10	5	8
<i>Esta Semana</i>	SIC	Reportagem + Debate	6	5	4	6

Estes debates mantêm uma certa distância em relação à agenda mediática, mas não a ignoram. *Maria Elisa* opta por antecipar, em largos meses, tópicos que, num futuro próximo, saturarão os espaços informativos. Se o Referendo da lei da interrupção voluntária da gravidez ocorre a 28 de Junho, discute-se, a 29 de Janeiro, “quando começa a vida”; se a abertura da Expo’98 está marcada para 21 de Maio, a preparação desse evento cultural é tema da emissão de 5 de Fevereiro. O debate do canal público também recupera acontecimentos atirados para as margens dos alinhamentos dos noticiários. Como a IV Cimeira do Tango, que se reúne, em Maio de 1998, em Lisboa, ou o primeiro aniversário da morte da princesa Diana: a 7 de Maio. O debate da RTP1 tem o tango como tema central de uma emissão feita em directo do Salão dos Alunos de Apolo onde não faltaram as danças; e a 31 de Agosto “os *media* e a família real inglesa” davam o mote a um debate que decorre no Palácio da Fronteira, em Lisboa<sup>156</sup>. Margarida Marante segue mais de perto a noticiabilidade que circula(rá) no espaço mediático, privilegiando balanços de certos acontecimentos<sup>157</sup>, mas também antecipando problemáticas que serão notícia num futuro próximo<sup>158</sup>. No entanto, *Maria Elisa* e *Esta Semana* singularizam-se ao conferirem centralidade mediática a assuntos que estruturam aquilo que somos, mas que, até então, dificilmente entravam nas agendas da chamada “grande-informação”. Como a andropausa, as fobias, a

<sup>156</sup> *Maria Elisa* saíra para o exterior noutras emissões. A 18/6, vai até ao Jardim Zoológico de Lisboa para discutir “o pensamento dos animais”; a 16/7, desloca-se até ao Europarque de Santa Maria da Feira para debater “os produtos fabricados em Portugal”.

<sup>157</sup> Por exemplo, “consumo” (15/1), “sangue contaminado” (29/1), “limites da vida privada” (12/2), “operação Casal Ventoso” (12/3), “SIDA” (23/4), “acidentes de viação” (2/7), “golpe de Estado na Guiné-Bissau” (9/7).

<sup>158</sup> Por exemplo, “a reforma na saúde” (5/3) ou “o Viagra” (18/6).

sexualidade juvenil, o pensamento dos animais, a dor ou os sonhos. Ou então a “geração *ecstasy*”, o *stress* e a solidão. O primeiro grupo temático foi discutido em algumas emissões de Maria Elisa; o segundo integrou alguns debates de Margarida Marante.

A um espaço público televisivo fundado na razão e legitimado pelo discurso de especialistas que valorizam a generalidade em detrimento das particularidades, *Maria Elisa* junta um outro espaço modelado por experiências singulares e habitado pelas emoções do cidadão comum. De uns e de outros, a jornalista diz esperar contributos diferentes, mas igualmente importantes (*Visão*, 12 de Fevereiro de 1998):

Preciso de ter casos pessoais que ilustrem as situações em debate e, depois, de ter os técnicos ou os mediadores para contextualizarem os temas. Fazem falta as duas componentes, embora o mais difícil seja, nalguns casos, saltar do elemento mais emotivo para o mais racional, sem perder o fio condutor.

Os políticos, outrora presença habitual neste género de programas, são agora menos solicitados, porque a política deixou de constituir o eixo estruturante dos debates televisivos. No seu lugar, Maria Elisa coloca outros interlocutores, nomeadamente os detentores de cargos públicos e os membros das associações e sindicatos, grupos que, de certa forma, asseguram, entre eles, uma espécie de contraditório em relação àquilo que se discute<sup>159</sup>. Para o *plateau* do seu programa, a apresentadora chama também um conjunto de pessoas especializadas em determinado saber onde se destacam os médicos e os académicos, embora o cuidado em identificar este tipo de convidado com a temática em discussão fomenta uma certa diversidade. Num programa que coloca tantas vezes em debate temas relacionados com a esfera privada, percebe-se por que razão os psiquiatras e os cientistas sociais são os especialistas mais presentes, o que contribui para conferir a este espaço um papel activo na área das questões relacionais. Isso estará em consonância com uma contemporaneidade que, nas palavras de Alain Ehrenberg (1995: 23), estabelece “um código da linguagem dos problemas quotidianos a partir da linguagem psicológica”.

Comparando *Maria Elisa* com outros formatos similares, nota-se alguma evolução nas técnicas de recrutamento dos convidados. Por exemplo: há uma crescente presença do cidadão comum, de crianças e de jovens. Ao contrário dos restantes convidados que são chamados a explicar situações impessoais,

<sup>159</sup> Por exemplo, na primeira emissão do ano para discutir “o Serviço Nacional de Saúde” (8/1), Maria Elisa convidou o presidente de Reflexão para a Saúde, a presidente da Administração da Saúde da Região de Lisboa e Vale do Tejo, os administradores do Hospital dos Capuchos e do Hospital Amadora-Sintra, mas também o presidente da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral, o coordenador do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e o presidente da Associação Portuguesa de Economistas da Saúde.

a participação destes “profanos” (pessoas que não são habituais nos *plateaux* informativos, mas que mantêm um laço existencial com o assunto tratado) é reclamada para se exporem determinadas experiências, ou seja, um vivido que se partilha em público, relatado por interlocutores que, não tendo legitimidade para falar em nome de ninguém, representam uma parte importante do corpo social: a do cidadão comum. Maria Elisa dá-lhes grande visibilidade, ao abrir a maior parte das suas emissões com um depoimento desse tipo, às vezes apresentado sob nome falso e atrás de uma máscara. Como a Cristina, que se disse alvo de violência doméstica (22/1). Mais do que a sua identidade, a pessoa que dá um testemunho vale pelo papel que desempenha. Em *Maria Elisa*, esses cidadãos anónimos foram várias vezes convidados a exporem histórias de vida que os circunscreviam no estatuto de vítimas – de infidelidade (26/2), de pobreza (12/3), do consumo de droga (4/6), de dor (17/9) –, mas a jornalista também chamou o cidadão comum para relatar experiências positivas: pessoas idosas para contarem o seu relacionamento com os netos (30/7); ou turistas para falarem sobre viagens por destinos exóticos (10/12). E com isso *Maria Elisa* foi conquistando uma certa singularidade, pois os debates não costumavam destacar vidas exemplares de gente anónima.

Um outro grupo que se evidencia em *Maria Elisa* é o dos actores das indústrias culturais. A jornalista, também directora de Programas da RTP, atribui-lhes papéis diversos: relatar experiências pessoais, opinar sobre temas que nada têm a ver com a sua profissão ou explicar o seu trabalho<sup>160</sup>. A presença de pessoas com projecção mediática que parecem estranhas ao campo em discussão é considerada pela jornalista como um dos traços distintivos do seu programa através do qual pretende “dessacralizar a discussão e dar a possibilidade de cada problema poder ser abordado de diversas maneiras”. Daí encontrarmos, por exemplo, o jornalista Carneiro Jacinto a relatar as suas fobias (26/3) ou a cantora lírica Helena Viera a falar do modo como controla a diabetes (9/4). “Temos tendência de olhar para as pessoas só por um lado”, diz Maria Elisa, para justificar a sua opção em conversar com os seus convidados através de inesperados ângulos (*TV Guia*, 31 de Julho de 1999). Este caminho é seguido sobretudo com interlocutores que reúnem já um certo capital mediático, o que significa que há aí um jogo de sedução com as audiências.

<sup>160</sup> Por exemplo, a actriz Julie Sargeant dá o seu testemunho no programa sobre “filhos de pais separados” (23/4); o escritor Jacinto Lucas Pires participa na emissão sobre “infidelidade” (26/2), um tema recorrente na literatura; a cantora Maria do Amparo é uma das convidadas para falar da sua carreira quando o tema é “o descanso dos guerreiros” (1/10).

Quadro 13: Perfil dos convidados dos debates em 1998

Programas	Políticos	Cargos	Profes. / Invest.	Juristas	Jornalistas	Econ. / Empres.	Médicos / Psi	Militares	Religiosos	Técnicos	Sector Prod.	Desportistas	Indúst. Culturais	Jet 7	Sindicatos / Associações	Cidadão Comum	Crianças / Jovens	Personal. Internac.
<i>Maria Elisa</i>	15	27	26	1	14	9	36	3	5	2	-	2	32	1	35	33	31	1
<i>Esta Semana</i>	10	7	5	4	3	1	13	3	1	1	3	-	7	-	15	2	3	4
Total	25	34	31	5	17	10	49	6	6	3	3	2	39	1	50	35	34	5

Uma prática comunicacional para a qual se solicita a participação de diversos grupos representativos da sociedade não é uma opção de *Esta Semana*, onde o espaço mediático é mais fechado do que em *Maria Elisa*. Tal quadro será tributário de um dispositivo cénico que comporta um número inferior de convidados? Também. Mas, acima de tudo, isso acontece porque há uma linha editorial que não se desvia dos principais poderes institucionais. Em várias declarações públicas, Margarida Marante soma queixas quanto à classe política, que, na sua opinião, tinha estado a subtrair os mais qualificados, o que empobreceria o debate político. Em entrevista à edição de 15 de Novembro de 1997 do *Expresso*, diz que se encontrariam nesse campo “vinte pessoas interessantes de ouvir, que reflectiram sobre os assuntos e têm ideias sobre a sociedade onde vivem”, sendo tudo o resto “pessoas muito desinteressantes”. Na sua perspectiva, “esta quebra de qualidade dos quadros faz com que muitas pessoas que potencialmente poderiam interessar-se pelos temas abordados entendam que estão a ser ludibriadas”. No entanto, em 1998, a jornalista não dispensa os políticos dos debates que promove, principalmente os governantes e presidentes dos principais partidos. Estes dados são semelhantes àqueles que encontramos em anos anteriores.

Ao nível das categorias que habitualmente se contrabalançam nos debates televisivos, a dos detentores de cargos públicos e a dos sindicatos/associações, uma análise apenas quantitativa ressaltaria um certo desequilíbrio entre ambas, a favor da segunda. No entanto, olhando para o perfil daqueles que compõem o grupo associativo-sindical, composto por representantes máximos de estruturas profissionais de prestígio (como a Ordem dos Médicos ou a Ordem dos Enfermeiros) ou por elementos de associações de solidariedade (como a Abraço ou o Telefone Amizade), repara-se que não é nas margens sociais que se desenvolvem os debates. Pelo contrário. *Esta Semana* privilegia interlocutores que misturam uma competência reconhecida pelos pares e uma credibilidade atribuída pelo sistema mediático, ou seja, pessoas que ocupam lugares hierarquicamente superiores e que habitualmente participam em debates televisivos.

No que diz respeito aos especialistas, que Margarida Marante sempre destacou nos debates que tinha vindo a fazer na SIC, nota-se uma ligeira alteração em 1998. A discussão que se desenvolve em estúdio deixa de ter uma natureza predominantemente jurídica para ser mais terapêutica. Ao contrário daquilo que era uma inclinação sua, Margarida Marante, uma jornalista com uma licenciatura em Direito, apenas chama advogados a estúdio quando a conversa não pode passar ao lado de aspectos jurídicos<sup>161</sup>. Por outro lado, os médicos adquirem, neste período, uma visibilidade que nunca tiveram nos debates da SIC. Porque há mais temáticas na área da saúde, mas também porque as emissões entram numa nova racionalização dos problemas sociais, em que o colectivo se pensa a partir do individual ou o pessoal é tido como estruturante do social. Convidar psiquiatras para um programa que tem como tópico o *stress* (21/5) é o esperado, mas Margarida Marante chama-os para outros temas. Para discutir, por exemplo, crimes passionais ou para falar de crianças que se transformavam em celebridades mediáticas (26/2). Diferentemente de *Maria Elisa*, *Esta Semana* não abre muitas vezes o respectivo *plateau* à participação do cidadão comum e, quando o faz, é sempre para conversar com interlocutores que aparecem no papel de vítimas: uma ex-toxicod dependente e um ex-recluso. Os jovens também não têm uma representatividade expressiva, embora as suas vidas cruzem com o tema de várias emissões: “geração *ecstasy*” (19/2), “criança na ribalta” (26/2), “solidão” (30/4), “stress” (21/5), “trabalho infantil” (4/6). Margarida Marante prefere discutir esses assuntos com os adultos. Tal como outros debates da SIC ou de outros canais generalistas, os actores das indústrias culturais continuam a ter um direito privilegiado à palavra. No caso de *Esta Semana*, subiram ao *plateau* apenas para falarem do trabalho que desenvolviam em várias áreas (literatura, televisão, música, entre outras).

### **3.3.2 A fugaz visibilidade dos políticos e daqueles que não se constituem como notícia**

Em 1998 apenas a RTP1 estrutura, em horário nobre, um formato com a grande-entrevista que, aliás, dá título ao programa que aparece em finais de Abril conduzido pela jornalista Judite de Sousa. Na SIC, *Conversas Secretas*, da autoria do jornalista Baptista-Bastos, segue também esse género, mas em horário tardio. E, talvez por isso, com outros temas e diferentes protagonistas.

*Grande Entrevista* é uma ideia da Direcção de Informação de Grego Esteves e é colocado na grelha à 5.ª feira, em alternância com o debate moderado pela directora de Programas, Maria Elisa. Essa opção obriga-o a confron-

<sup>161</sup> Foi o que aconteceu nas emissões que tiveram os seguintes temas: “crimes passionais” (5/2), “limites da vida privada e a informação” (12/2), “crianças na ribalta” (26/2) e “acidentes de viação” (2/7).

tar-se, durante algum tempo, com *Esta Semana* que se mantém no ar até 16 de Julho. A influência foi mútua, embora talvez tivesse sido o debate da SIC que fez mais desvios. Seguindo uma linha editorial que adopta a actualidade como principal critério na escolha dos convidados, *Grande Entrevista* é um programa particularmente atento à política. E mesmo quando os entrevistados não estão na política activa, evidenciam ligações, mais ou menos vincadas, a esse campo. Judite de Sousa escolhe como primeiro convidado o ministro das Finanças, Sousa Franco, não encontrando, nessa noite, uma concorrência directa de *Esta Semana*, que discutia “a solidão”. A emissão seguinte não será tão pacífica. Na RTP e nas revistas de televisão, anuncia-se com bastante antecedência o convidado que *Grande Entrevista* apresentaria a 14 de Maio: o presidente do PP, Paulo Portas. O político é entrevistado nessa noite, mas, na véspera, opta por participar na emissão de Margarida Marante, que lhe fizera o mesmo convite. O canal público contorna esse incidente, entrevistando D. José Policarpo, que haveria de suceder ao cardeal D. António Ribeiro. Confrontada com esta polémica, Judite de Sousa responde assim: “O modelo de ‘*Grande Entrevista*’ é demasiado elástico e não se esgota nos líderes partidários” (*TV Guia*, n.º 1007, 23 de Maio de 1998). De facto, o formato revela-se suficientemente flexível para acolher convidados de diferente perfil, mas, em 1998, os privilegiados são políticos ou personalidades que ocupam cargos relevantes da vida pública. Como o procurador-geral da República (28/5) ou o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (9/7). E isso obriga *Esta Semana* a fazer alguns reajustamentos, nomeadamente nas noites em que se confronta com *Grande Entrevista*. Nesses serões, o programa de Margarida Marante deixa os temas de sociedade para se concentrar na política<sup>162</sup>.

Quadro 14. Perfil dos convidados das entrevistas em 1998

Programas	Políticos	Cargos	Prof. / Invest.	Juristas	Jornalistas	Econ. / Empres.	Médicos / Psicólogos	Religiosos	Sector Produt.	Indústrias Culturais	Sindic. / Assoc.	Cidadão Comum	Persona.lid. Internac.
<i>Grande Entrevista</i>	4	1	1	1	1	1	-	1	-	1	-	-	-
<i>Conversas Secretas</i>	2	-	10	-	-	1	3	4	1	8	2	1	3
Total	6	1	11	1	1	2	3	5	1	9	2	1	3

<sup>162</sup> Foram três as semanas em que houve uma sobreposição de *Grande Entrevista* com *Esta Semana* e os convidados foram, respectivamente: D. José Policarpo/presidente do PP Paulo Portas (14/5); procurador-geral da República/secretário-geral do PCP Carlos Carvalhas; chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas/ situação política na Guiné-Bissau (9/7).

Mais distanciado da actualidade noticiosa, *Conversas Secretas* constrói-se através de entrevistas intimistas, feitas com convidados afastados dos palcos mediáticos, mas com percursos de vida que, de certa forma, cruza(ram) (margens de) realidades que reconhecemos como nossas. Os académicos e os actores das indústrias culturais são interlocutores que Baptista-Bastos privilegia, mas, dentro desses grupos, o jornalista vai buscar pessoas que habitualmente não participam em programas de televisão, o que significa que, ao contrário de outros formatos, não se evidencia, a este nível, um trabalho apurado de sedução de audiências que condicione a selecção dos convidados. Talvez porque o horário tardio de *Conversas Secretas* minimize esse tipo de estratégias. Percorrendo os convidados que, em 1998, passam por este programa, nota-se uma presença inexpressiva dos políticos<sup>163</sup>, mas, se atendermos ao perfil daqueles que integram outras categorias, salienta-se, na maior parte deles, um percurso marcadamente ideológico que, no entanto, se desprende de querelas partidárias do momento. Aliás, muitos dos convidados de Baptista-Bastos adquirem esse estatuto por causa de um determinado passado que testemunham. Como Giselda Pessoa, uma enfermeira pára-queda que participou na Guerra Colonial (1/4); Duda Guennes, um pernambucano que veio fazer uma reportagem sobre o 25 de Abril e ficou por cá (27/5); ou Joaquim Figueiredo Magalhães, um editor que sugeriu a um inspector da PIDE que contratasse trabalhadores entre presos políticos que, assim, passariam a trabalhar em vez de conspirar contra o regime (1/7). Mas *Conversas Secretas* também destaca pessoas que apresentavam percursos singulares, essencialmente devido ao trabalho que desenvolviam. Por exemplo, a egiptóloga Helena Trindade Lopes (5/1), a geóloga Vanda Santos, cuja vocação é seguir as pegadas com mais de 150 milhões de anos (18/2); ou Francisco Brás, que formou uma Companhia de Teatro com crianças deficientes (25/3).

### 3.3.3 A introdução no espaço televisivo de uma medicina que resolve doenças graves

Ao contrário dos anos anteriores, a informação temática não dispõe de grande espaço no horário nocturno de 1998. A maior parte dos programas são de desporto e fazem-se com um conjunto de reportagens que lhes confere um estatuto mais noticioso do que de debate<sup>164</sup>. Havendo um certo desinvestimento

<sup>163</sup> Os políticos apenas marcam presença através de Duarte de Lima (7/10) e Ruben de Carvalho (14/10).

<sup>164</sup> A excepção a isso será *Os Donos da Bola*, um programa da SIC onde a discussão em estúdio ocupa uma parte substancial das emissões. A RTP cria, no último trimestre do ano, um magazine que trata das artes do espectáculo: *Radar*. A TV1 mantém, durante todo o ano, um magazine sobre cinema, *Lanterna Mágica*, com uma presença discreta na grelha, até pela hora tardia a que era emitido.

neste tipo de informação, a SIC, para além de *Os Donos da Bola*, mantém em antena *Casos de Polícia*, que, em 1998, somava já cinco anos de existência; e cria *Ficheiros Clínicos*, um formato inovador que mistura reportagem com debate, vocacionado para acompanhar casos de doenças graves, mas bem sucedidos ao nível do tratamento. Cláudia Borges, a jornalista que coordena e apresenta essas emissões, diz que se trata de uma forma de colmatar um vazio ao nível da informação televisiva, dando atenção a uma área que preocupa os cidadãos: “Já reparou que as pessoas, quando se cumprimentam, perguntam se estão bem? É um tema que tem grande impacto em todas as sociedades” (*TV Mais*, 14 de Maio de 1999). Considerando que este seria um programa para o grande público, a SIC coloca-o no horário nobre onde estreia a 9 de Agosto e onde permanece até completar em Novembro as 13 emissões da primeira série.

A ideia de criar um programa centrado na saúde foi do director-geral da SIC que idealizou um formato com uma linha editorial singular: retratar situações em que a Medicina resolve os problemas do cidadão comum que se depara com doenças graves. Esta dimensão da saúde em que a instituição hospital dá uma rápida resposta e actua com sucesso está longe de ser aquela retratada habitualmente pelos jornalistas, que se detêm quase sempre ao nível das disfunções desse campo. Até a própria coordenadora de *Ficheiros Clínicos* confessa ter ficado “muitíssimo surpreendida pela positiva” com a forma como viu serem tratados os doentes que acompanhou (*TV Guia*, 26 de Junho de 1999). Não excluindo, à partida, nenhuma especialidade e procurando integrar todas as faixas etárias e pessoas de várias regiões, a equipa de *Ficheiros Clínicos* desenvolve o seu trabalho em diferentes momentos onde se combinam as vertentes humana e técnica. Num primeiro, entrevista-se o doente no seu ambiente do dia-a-dia e fala-se, depois, já no consultório ou no hospital, com o respectivo médico sobre a doença em causa (formas de prevenção, sintomas e tratamento). Num segundo momento, a jornalista assiste à intervenção cirúrgica que é filmada pelos repórteres de imagem Renato Freitas e Ricardo Freitas<sup>165</sup>. O acompanhamento do caso termina quando se regressa a casa do doente, depois de este estar recuperado. O programa de Cláudia Borges mostra estas etapas através de reportagens, havendo depois um espaço para um debate que junta em estúdio médicos da especialidade em destaque naquela emissão e, por vezes, o doente que foi tratado.

<sup>165</sup> Num livro em que retrata alguns momentos deste programa, a jornalista retrata assim uma dessas experiências: “A doente já está protegida com panos verdes. Explicaram-me que a zona está esterilizada e que não podemos tocar em nada. Sem aparato, o Renato e o Ricardo montam o material: tripé, câmara, gravador e micro-câmara” (Borges, 2002: 39). Umhas páginas à frente, acrescentará: “A presença de uma equipa de televisão [no bloco operatório] não é inócua. Admiro o facto de nos deixarem trabalhar com uma câmara colada. As atenções convergem para o enorme aneurisma que as angiografias em destaque na parede revelam” (2002: 41).

Embora seja dado amplo espaço aos especialistas<sup>166</sup>, é o cidadão comum que *Ficheiros Clínicos* destaca. É nele que a jornalista se centra, acompanhando-o desde o momento que antecede a intervenção cirúrgica até à fase de reabilitação. Um dos problemas que este formato poderia levantar prende-se com a exposição pública de pessoas apresentadas com doenças graves. Cláudia Borges fala reiteradamente do seu cuidado em apresentar esses casos “com dignidade” (*TV Guia*, 8 de Agosto de 1998), assegurando, por outro lado, que nunca encontrou ninguém que tivesse aceitado falar da sua doença por exibicionismo: “Custa-lhes falar disso, mas fazem-no quase com um sentido de missão” (*TV Guia*, 26 de Junho de 1999). Na primeira série, a jornalista, para além de destacar várias doenças que estariam decerto longe de se constituir como tema autónomo em debates ou entrevistas televisivas<sup>167</sup>, junta em estúdio médicos de especialidades habitualmente integradas nos debates televisivos<sup>168</sup> com outros de áreas de saúde menos mediáticas<sup>169</sup>, introduzindo no espaço televisivo temas e protagonistas que costumavam ser acantonados em domínios inacessíveis ao grande público televisivo.

### 3.4 Algumas tendências da informação semanal emitida em 1998

Este é o ano em que os canais de televisão não fazem investimentos avultados na informação semanal. Da grelha de 1997 foram subtraídos alguns programas informativos e, no seu lugar, surgiram poucas ou nenhuma novidade. Neste período, os formatos com alguma expressividade junto do público somam já alguns anos e, nessa medida, não operam mudanças de fundo, mas, ao aprofundarem tendências que vinham trilhando, acentuam um outro desenho para o jornalismo televisivo. Na RTP1, as estreias a este nível decorrem apenas

<sup>166</sup> O envolvimento dos especialistas em *Ficheiros Clínicos* começa na fase de pré-produção. Aliás, essa participação foi uma das principais dificuldades de Cláudia Borges, como a própria sublinha em várias entrevistas a propósito do seu programa. “A primeira ‘guerra’ foi conseguir juntar um grupo de médicos que quisesse colaborar, ajudando, por exemplo, a decidir quais as doenças que têm mais impacto em Portugal de modo a podermos falar delas e indicarem-nos doentes com quem poderíamos entrar em contacto para lhe fazermos a nossa proposta” (*TV Guia*, 8 de Agosto de 1998). No livro sobre o programa, a jornalista também destaca essa dificuldade: “Passámos mais de um mês a convidar médicos e doentes. Um longo mês a receber recusas, justificadas pelo natural medo da exposição e pelo não menos compreensível receio da abordagem televisiva de temas tão sensíveis e inexplorados” (2002: 18).

<sup>167</sup> O programa abre com o tema do aneurisma cerebral. Seguem-se, por exemplo, a incontinência urinária, a surdez, a escoliose, as anomalias congénitas do pé-boto e deslocamento da anca, a insuficiência cardíaca, a obesidade e as doenças coronárias.

<sup>168</sup> Por exemplo, a Psiquiatria, com Carlos Amaral Dias; a Cirurgia Cardiorádica, com Manuel Antunes; a Neurocirurgia, com Manuel Cunha e Sá; ou a Urologia, com Rodrigo Guedes de Carvalho.

<sup>169</sup> Exemplos: a Otorrinaringologia, com Manuel Filipe; a Ortopedia, com Manuel Passarinho; e a Medicina Dentária, com João Camamês.

a partir do segundo trimestre, sem, no entanto, atingirem grande notoriedade. Isso significa que o operador público não se constitui como a televisão de referência ambicionada no Contrato de Concessão de Serviço Público de 1996<sup>170</sup>. Embora integre programas que se prolongam por mais tempo na grelha, a SIC também não demonstra rasgos de originalidade no que diz respeito à informação semanal. A excepção será *Ficheiros Clínicos*, um projecto que introduz novos “valores-notícia” no jornalismo televisivo. A TVI não tem programas marcantes de informação, o que é uma espécie de metonímia daquilo que se passava com a restante oferta televisiva desse canal, preenchida em grande parte com conteúdos estrangeiros.

Num ano que se enche de acontecimentos políticos – o Congresso do PP elege, em Março, Paulo Portas; o Congresso do PSD reelege, em Abril, Marcelo Rebelo de Sousa; há ainda os Referendos sobre a interrupção voluntária da gravidez (Junho) e sobre a regionalização (Novembro), entre outros – a informação semanal dos canais generalistas, emitida em horário nocturno, esvazia-se de política<sup>171</sup>. Com um Governo que abre diversos canais de comunicação, através de assessores que se iam multiplicando em cada Ministério, os programas semanais de informação televisiva não privilegiam a política como tema de fundo. Preferem assuntos sociais. É aí que incidem os dois debates que os canais generalistas emitem em período nocturno: *Maria Elisa* (na RTP1) e *Esta Semana* (na SIC). O primeiro destaca assuntos privados que estão em público; o segundo detém-se em tópicos públicos que são atravessados por uma lógica intrínseca ao domínio privado. Esta irrupção, mais ou menos acentuada, do privado no espaço televisivo dos debates não corresponde a um súbito e isolado fascínio da TV pelo íntimo. Como sublinha Jacqueline Barus-Michel (2001: 116), “o íntimo está literalmente na praça pública”. Ou seja, está no pequeno ecrã, porque, acima de tudo, também está fora dele. Se os problemas da vida privada alimentam os debates públicos televisivos, é porque a TV segue um modelo que arrasta consigo um desejo de aproximação à vida de todos os dias, donde resulta uma “vitória do privado sobre o público, do pragmático sobre o programático, do vivencial sobre o ideológico” (Imbert, 2003: 22). Considerando o quotidiano como modelo, *Maria Elisa* e *Esta Semana* tornam-se, por sua vez, modelos para o quotidiano. Alberto Negri e os colegas designam

<sup>170</sup> Depois de se demitir do cargo de director da RTP, Joaquim Furtado sublinha que a herança que a sua equipa legou foi a de ter demonstrado que “é possível [a RTP] ser isenta e independente” (*Público*, 11 de Março de 1998). Em entrevista à edição de 4 de Abril de 1998 do *Expresso*, Furtado afirma o seguinte sobre este assunto: “Um dos pontos de glória desta Direcção foi ter sido capaz de garantir a isenção e o pluralismo da informação, o que não é pouco na história da RTP. Deixou de haver ‘recados’ sobre os alinhamentos dos telejornais”.

<sup>171</sup> Esta tendência já se tinha estado a desenhar ao longo de 1997. No último trimestre desse ano, período politicamente marcado pelas eleições autárquicas realizadas a 14 de Dezembro, *Maria Elisa* e Margarida Marante optaram por estruturar as respectivas emissões – que iam para o ar praticamente em simultâneo na RTP1 e na SIC – à volta de temas que se situavam bem longe desse campo.

a operação que transforma em normas comportamentos observados como “a gramaticalização do quotidiano”.

Da informação semanal esperar-se-ia um espaço de opinião diversificada e não apenas de um saber circunscrito a um grupo restrito de especialistas. Nos primeiros dez anos de coabitação da televisão pública com os canais privados, 1998 terá sido o ano onde a “palavra profana”, a do cidadão comum, teve maior grau de democraticidade. É certo que esse cidadão comum foi várias vezes interpelado na condição de vítima e nem sempre conquistou a mesma representatividade de outras categorias, mas evidenciou-se uma maior abertura dos *plateaux* a interlocutores anónimos. Maria Elisa cedeu-lhes frequentemente a palavra na abertura das suas emissões a fim de darem um testemunho paradigmático sobre o tema em debate. Qual a importância destes exemplos? Alain Ehrenberg (1995: 197-8) diz que “são um meio de construir a autenticidade”. Certamente que sim, mas tendemos a concordar mais com Alain Touraine (1998: 372), que afirma que essas práticas reflectem “o desejo de cada indivíduo ser actor da sua existência, o mestre do seu tempo”. Esses actores estão dentro do pequeno ecrã porque também estão espalhados por uma sociedade que reconfigura modos de relacionamento com a realidade. Maria Elisa procura que estes testemunhos se entrelacem (por continuidade ou oposição) com o discurso dos restantes convidados, a maior parte especialistas que ajudam a ultrapassar o caso concreto para se pensar nas problemáticas que ele reflecte. Uns e outros são importantes. Os primeiros porque instituem um espaço televisivo que implica o grande público que se vê aí reflectido; os segundos porque estruturam um espaço de informação e saber em que importa participar.

Ao perspectivarem a vida social a partir de uma microdimensão que, às vezes, se centra no indivíduo fechado em si mesmo, os debates televisivos chamam para o centro da discussão tópicos que circulam pelas margens, mas que (também) contribuem para o desenho da realidade social. Essa opção introduz na cena mediática actores que fazem parte da rede societal, mas que o discurso jornalístico nem sempre valoriza. Ao promoverem a junção dos problemas psicológicos com as questões colectivas, perscrutando as causas de determinada problemática, esses programas facilmente desaguam nos especialistas e aí os mais aptos a darem as respostas que se procuram serão os médicos, principalmente os chamados *psi*. Na verdade, em 1998, a televisão encheu-se de médicos. A classe não era estranha aos *plateaux* televisivos de informação, mas, nesse período, houve uma maior diversidade de especialidades e isso antecedeu *Ficheiros Clínicos*, embora o programa de Cláudia Borges tenha contribuído para popularizar certas áreas médicas. Ainda que o alargamento do espaço televisivo para o campo da saúde tenha sido visível, as discussões que se promovem em 1998 são excessivamente cidadinas. Falar da “geração *ecstasy*”, de “stress” ou de “fobias” é sinalizar, no pequeno ecrã, tendências dos tempos

actuais, mas talvez tivesse sido bom complementar isso com tópicos mais diversificados e, decerto, mais próximos daqueles que permanecem largo tempo em frente ao pequeno ecrã. Longe dos grandes e movimentados centros urbanos.

### 3.5 1999/2000: A crescente visibilidade (do *infotainment*) da TVI

Se excluirmos os últimos quatro meses de 2000, este biénio não se caracteriza por mudanças de fundo nos canais generalistas, mas nele descobrem-se sinais daquilo que será a televisão nos dois primeiros anos do século XXI. Porque nunca foi uma prioridade política, a RTP afunda-se em dívidas e enreda-se num dédalo que nenhum dos vários responsáveis consegue neutralizar. Porque não valorizou devidamente a concorrência, a SIC inicia uma curva descendente. Porque há uma estratégia de fundo concertada entre quem dirige a programação e quem detém o capital, a TVI vai emergindo gradualmente a uma visibilidade mediática que, na recta final de 2000, será sinónimo de liderança de audiências. Instabilidade: poderá ser esta a palavra-chave do operador de serviço público de televisão. Nestes dois anos, sucedem-se os ministros que tutelam o audiovisual; substituem-se as equipas que compõem o CA; demitem-se duas Direcções de Programas e uma de Informação; as audiências continuam a descer; não se consegue inverter o passivo acumulado nos anos anteriores; o tão falado redimensionamento da empresa e a consequente redução do pessoal não têm concretização; e a anunciada *holding* que congregaria as três empresas públicas (RDP, RTP e Lusa) apenas é criada em 2000, sob contestação. Nomeada em Março de 1998, a Direcção de Programas e Informação permanece em funções cerca de ano e meio. O desafio de futebol Sporting/Atlético de Madrid transmitido na noite de 19 de Agosto na TVI provoca a demissão de Maria Elisa que, àquela hora, decidiu emitir na RTP1 *Santa Casa*, seguido de *Tourada*<sup>172</sup>. Pela primeira vez, a TVI ultrapassa o canal generalista público<sup>173</sup> e abre uma larga discussão sobre a estratégia de programação da RTP que culmina, a 27 de Agosto, com a demissão de Maria Elisa do cargo de directora de

<sup>172</sup> Em entrevista ao *Diário de Notícias* (6/11/1999), Maria Elisa diz que a ultrapassagem da TVI foi feita por um jogo de futebol, que considera uma área que não era competência sua. Em parte, esta polémica resultou da existência de dois directores, um de Informação e outro de Programas, necessitando o primeiro da anuência do segundo para interromper a emissão. Um dia depois de Maria Elisa ter sido demitida, o *Público* (28/8/1999) noticiava o seguinte: “O CA da RTP vai acabar com a dualidade de cargos directivos da empresa, substituindo a directora de programas por um director-coordenador que assuma simultaneamente a direcção de programas e de informação da empresa”.

<sup>173</sup> Enquanto o canal privado somou 23,8% de *share*, a RTP teve 20,3%. Nesse serão, a SIC liderou com 49,9%, transmitindo à hora do desafio de futebol *Club Vip e Pequenos e Terríveis*, um programa com crianças apresentado por Catarina Furtado.

Programas. Comprova-se, assim, que as audiências, ao contrário daquilo que se insistia em afirmar, eram um indicador importante para avaliar o desempenho daqueles que tinham funções directivas na RTP. De forma interina, o director de Informação, João Grego Esteves, assume a pasta da Programação, sendo designado como director-geral da empresa a 30 de Novembro. A crise interna regressa em Fevereiro de 2000 com o anúncio da criação da *holding Portugal Global* – que reúne sob a mesma tutela RTP, RDP e Lusa – para a presidência da qual o Governo nomeia João Carlos Silva, que preside também ao CA da RTP. Esta nova equipa anuncia, a 16 de Junho, a demissão do director-geral e da sua equipa e, nesse mesmo mês, nomeia José Rodrigues dos Santos como director de Informação e João Carlos Silva para a Direcção de Programas que, depois do Verão, é assumida por Jaime Fernandes.

Este clima de agitação interna reflecte-se visível e permanentemente na oferta televisiva do canal generalista. Em finais de Janeiro de 1999, três meses após o arranque de uma nova grelha de programação, procede-se à mudança horária de vários programas e ao encurtamento do número de emissões de outros. Em Fevereiro, adopta-se a mesma estratégia, que foi sendo retomada ao longo do ano. Com isto, pretendia-se fazer crescer os índices de audiência, mas essas pontuais operações de engenharia de programação não se revelam eficazes. Em ano e meio de trabalho, Maria Elisa coloca no ar várias estreias, algumas das quais correspondendo a um trabalho que nunca chegou a consolidar-se<sup>174</sup>. Quando à Direcção de Informação soma a Direcção de Programas, Grego Esteves faz acertos às decisões da sua colega<sup>175</sup>, sem, com isso, obter qualquer resposta na adesão dos espectadores. A 24 de Janeiro de 2000, inicia-se uma nova grelha, que arranca com a estreia de *Quem Quer Ser Milionário?*, um concurso bastante popular junto do público e que, em Setembro, provocará réplicas na SIC e na TVI. Estaria aqui a alavanca da RTP? Talvez, se esse formato fosse ancorado por “almofadas” que capitalizassem público. Não foi o caso e, por isso, neste biénio o canal generalista público acentuou a curva audimétrica descendente. Em 1999, regista 3,8% de audiência e 27% de *share*; em 2000, esses valores descem para 3,4% de audiência e 24,3% de *share*.

O segundo semestre de 1999 será para o presidente do CA da SIC, Francisco Pinto Balsemão, mais conturbado do que o costume, na medida em que vê

<sup>174</sup> A excepção talvez tenha sido *Os Patinhos*, uma rubrica diária produzida pela Animanobra que Maria Elisa colocou, em Outubro de 1998, no horário nobre para incentivar os mais pequenos a irem para a cama. Em finais de Dezembro, foi lançado um CD musical interactivo com heróis dessa rubrica. Em duas semanas, o disco vendeu 20 mil cópias e entrou directamente para os primeiros lugares do *top* de compilações. Ao longo dos anos, a RTP apostou pontualmente neste tipo de rubricas: nos anos 70 havia os desenhos animados dos *meninos rabinos*; depois a leitura de histórias infantis e já em 1989 nasce o *Vitinho* e o *Vamos Dormir* que permanecem em antena até 1992. A popularidade de *Os Patinhos* não foi certamente independente do reaparecimento, nas tardes de sábado da SIC, do *Topo Giggio* – o boneco que, nos anos 80, surgia nas tardes de domingo da RTP.

<sup>175</sup> Algumas das suas decisões foram: suspender formatos (por exemplo *Noites de Verão* estreia a 6 de Agosto e desaparece de antena no início de Setembro), transferir a novela portuguesa (*Lenda da Garça*) do segmento do final da tarde para o horário nobre; reforçar a programação infantil nas tardes dos dias úteis.

ameaçada a sua posição majoritária no capital da estação<sup>176</sup>. Depois de algumas operações polémicas<sup>177</sup>, em Novembro o fundador da SIC tornar-se-ia formalmente o seu accionista maioritário<sup>178</sup>. Estas operações financeiras não condicionaram a orgânica interna da estação. Emídio Rangel permanece como director de Informação e Programas; a oferta televisiva continua a liderar as audiências e, conseqüentemente, a arrecadar lucros que, em 1999, ascendem a 3,9 milhões de contos. Este seria o último ano em que a SIC poderia desprezar a concorrência, que, no entanto, não era ignorada em Carnaxide, principalmente os programas com bons índices de audiência, como *A Praça da Alegria* que há cinco anos a RTP1 mantinha no ar no período da manhã. A partir de 22 de Fevereiro de 1999, o canal privado contra-ataca no mesmo segmento horário com *SIC 11 Horas*<sup>179</sup> que, em Abril, depois de a RTP ter antecipado o seu programa para as 10h00, se converteria no *SIC 10 Horas*. A 5 de Janeiro de 2000, o director-geral da SIC anuncia, em conferência de imprensa, como áreas prioritárias de investimento os canais temáticos, a Internet e o *merchandising*. Até ao Verão, a SIC continua o seu percurso sem grandes atropelos, introduzindo na sua oferta televisiva nocturna um produto que concentra grande atenção do público: os telefilmes<sup>180</sup>. A estreia rodeada de maior expectativa seria a do programa apresentado por aquele que protagonizara uma transferência dispendiosa: Herman José. A SIC entrega-lhe um programa com o seu nome, semelhante àquele que o humorista fazia na RTP1, que estreia a 6 de Fevereiro<sup>181</sup>. As novelas da Rede Globo, a ficção nacional<sup>182</sup> e

<sup>176</sup> Em Agosto, o empresário Joe Berardo manifesta vontade de vender a sua posição na Investec, a *holding* que controlava as suas participações no sector dos *media*, das quais se destacavam 24,99% na SIC. Embora a Lusomundo tenha anunciado um acordo com vista ao negócio (*Público*, 14 de Agosto de 1999), a Cofina e o BPI acabam por comprar os 40% da Investec que estavam à venda (*Expresso*, 21 de Agosto de 1999).

<sup>177</sup> A 20 de Agosto, Pinto Balsemão responde às movimentações com vista à subtracção da sua posição majoritária na SIC, adquirindo as participações de várias instituições bancárias que somavam uma percentagem de 34% do capital, mas, antes do mês acabar, Joe Berardo lembra um acordo assinado em finais de 1993 em que se estabelecia que a Soincom, de Pinto Balsemão, teria de passar as acções acima dos 51% para uma nova sociedade, cujos proprietários seriam a própria Soincom e a Edisport, participada a 100% da Investec (*Diário de Notícias*, 27 de Agosto de 1999), ou seja, a Investec passaria a deter um maior número de acções. No entanto, o poder continua a pertencer a Pinto Balsemão, pois a Globo – accionista da SIC com 15% – anunciou logo que abdicava do direito de subscrição da sua quota-parte no lote de 8% a favor da Soincom.

<sup>178</sup> Isso acontece depois de a Impresa, *holding* que concentra os negócios de Pinto Balsemão na comunicação social, ter adquirido 26% da Soincom.

<sup>179</sup> Apresentado por Júlia Pinheiro, *SIC 11 Horas* divide-se em três partes: “*Histórias*” (conversas com convidados que trazem a estúdio relatos de vida), “*Viver Melhor*” (apresentação de estratégias para melhorar a saúde) e “*Praça Pública*” (uma rubrica que ressuscita um programa emblemático que nasceu juntamente com o canal).

<sup>180</sup> O primeiro, *Amo-te Teresa*, estreia-se a 11 de Janeiro e constitui-se como o filme, até então, mais visto na televisão portuguesa desde que há estações privadas (26,8% de audiência; 70,9% de *share*). Seguir-se-ão outros que reúnem números inferiores, mas também expressivos.

<sup>181</sup> A RTP1 estreia à mesma hora o programa de Júlio Isidro *Agora é que são Elas*. Herman SIC reúne um *share* de 69,7%, enquanto a emissão do canal público soma 13,4%.

<sup>182</sup> A partir de 25 de Fevereiro, a *Médico de Família* junta-se *Jornalistas*, que encena (mal) o quotidiano de um jornal.

os programas de humor<sup>183</sup> continuam a ser elementos estruturantes dos serões de Carnaxide que, ao longo do ano, vai introduzindo algumas surpresas, por vezes bastante aparatosas<sup>184</sup>. Na temporada de Outono, há mudanças na oferta televisiva e, principalmente, no modo como se gere a grelha.

Coincidindo com o surgimento de uma nova programação da TVI, a SIC estreia, a 4 de Setembro, *A Febre do Dinheiro*, um formato semelhante àquele que a TVI colocava no ar com o nome de *Dinheiro à Vista*. Nesse dia, o canal de Carnaxide relança o DOT, que aparecera no início do ano, mas que ganha agora outro destaque<sup>185</sup>. Uma semana depois, a SIC promove uma conferência de imprensa para apresentar novos programas que, no entanto, não constituem grandes apostas, mas nesse encontro o subdirector de Programas deixa uma promessa: “Na próxima semana vamos mostrar que somos a estação mais portuguesa” (*Diário de Notícias*, 11 de Outubro de 2000). Por esses dias, o director-geral da SIC minimiza o impacto do novo *reality show* da TVI, assegurando que “não há nenhum *Big Brother* que consiga destruir um trabalho de construção de uma estação como a SIC” (*Público*, 13 de Setembro de 2000). A 30 de Outubro, Pinto Balsemão e Emídio Rangel promovem uma outra conferência de imprensa para reafirmarem a aposta em séries em português, mas, sobretudo, para desvalorizarem o *Big Brother*. Está aqui o embrião daquilo que iriam ser os próximos dois anos em Carnaxide. A audimetria registada em 2000 sinaliza uma queda que, nos anos seguintes, será mais expressiva: 5,9% de audiência e 42,2% de *share*. Em 1999, esses valores haviam sido de 6,4% e 45,4%, respectivamente.

Seguindo o percurso da TVI ao longo de 1999, não se nota uma engenharia de programação de confronto, nem de clonagem à oferta dos outros canais generalistas. Preferiu-se apostar numa grelha alternativa que surpreendesse permanentemente os telespectadores. Para ter maior liberdade de actuação, solicitou-se uma alteração ao projecto inicial da TVI à Alta Autoridade para a Comunicação Social, que daria a aprovação necessária em Maio, ressaltando, no entanto, “estar consciente de que tal pedido questiona as condições em que o concurso de licenciamento de canais hertzianos de televisão foi realizado”. Diminuindo substancialmente as dívidas – dos quatro milhões de contos de prejuízos registados em 1997, passa para 1,7 milhões em 1998 – e contando

<sup>183</sup> Dentro deste género destaca-se *Residencial Tejo*, um formato espanhol produzida pela Endemol, gravado com público ao vivo. A 13 de Março, estreia uma *sitcom* brasileira que se manterá bastante tempo em antena: *Sai de Baixo*.

<sup>184</sup> Por exemplo, a 22 de Julho, estreia *O Maior Cabaré do Mundo*, uma série de 13 programas gravada no Molin Rouge, para onde a produção levou muitos convidados portugueses para assistirem a essas emissões apresentadas por Bárbara Guimarães.

<sup>185</sup> O DOT é um pequeno disco que era aplicado no ecrã da televisão durante a emissão de certos programas, intervalos incluídos. A SIC reunia depois esses dispositivos num sorteio onde eram distribuídos generosos prémios. Trata-se aqui de uma estratégia de *marketing* para neutralizar o *zapping* e fomentar a permanência das audiências na estação.

com uma Administração estável (controlada pelo grupo Media Capital), a TVI pode, a partir de então, envolver-se em novos projectos. E, de facto, 1999 é um ano de estreias: faladas em português, com uma produção mais cuidada e com uma permanência em antena mais alargada. A 2 de Outubro, surge aquilo que José Eduardo Moniz diz ser “o cartão de visitas da TVI” (*Diário de Notícias*, 23 de Setembro de 1999): *Todo o Tempo do Mundo*, uma série produzida pela NBP, pensada para 26 episódios, mas que o interesse do público transformaria numa telenovela que se constitui como o princípio de uma forte indústria de ficção nacional. A 7 de Outubro, aparece o concurso *Um por Todos*, com a particularidade de ser produzido pela Endemol, a produtora que garantira múltiplos sucessos à SIC e que trabalha pela primeira vez com a TVI. Não será essa uma experiência isolada. Procurando criar elos permanentes e afectivos com a audiência, Moniz promove, ao longo de 1999, emissões especiais de música popular e espectáculos para assinalar datas que passam mais despercebidas noutras estações (como o Dia dos Namorados) ou épocas que merecem grande atenção dos outros canais (como o Natal<sup>186</sup>). Outro filão que se evidencia em 1999 é o da programação infantil, com o popular programa *Batatoon* que, a 30 de Novembro, assinala o seu primeiro aniversário a liderar as audiências no período da tarde dos dias úteis. Trata-se de um auspicioso sinal para uma estação que, com o jogo Sporting/Atlético de Madrid a 14 de Agosto de 1999, tinha suplantado pela primeira vez o *share* diário da RTP1 e, durante a transmissão desse desafio de futebol, ultrapassara, em *prime time*, também a SIC.

Em 2000, a TVI continua a reunir trunfos. A 31 de Março, promove uma emissão intitulada *Bem-Vinda Marina* para assinalar a transferência da humorista da SIC para a TVI, onde irá fazer *Bora lá Marina*, um formato de humor ao qual se juntará, a partir de 1 de Junho, a *sitcom* *Marido e Mulher*, protagonizada por José Raposo e por Maria João Abreu, actores tornados conhecidos do grande público através da SIC. A 8 de Abril, estreia a novela *Jardins Proibidos*, que, no ano seguinte, haverá de ultrapassar a novela da Globo *Laços de Família* que a SIC coloca no ar a partir de 10 de Julho de 2000. A produção nacional será complementada com *SOS Crianças*, uma série de ficção que aparece a 15 de Maio e retrata as urgências pediátricas. Até ao Verão, a TVI regista audiências razoáveis, destacando-se dos canais concorrentes com a transmissão da Final da Taça de Portugal<sup>187</sup> (21 de Maio) e a Finalíssima<sup>188</sup> (25 de Maio). No dia 4 de Setembro, este canal privado coloca no ar uma grelha cheia de novidades, não sem antes ter posto na rua uma

<sup>186</sup> A TVI atinge o seu maior *share* de sempre (25,4%), a 14 de Dezembro, com *Há Festa no Hospital*, um programa especial muito idêntico ao popular *Natal dos Hospitais* da RTP1.

<sup>187</sup> Essa transmissão fez com que, pela primeira vez, a TVI ultrapassasse, por um dia, as audiências da SIC, reunindo uma audiência de 38,2% e um *share* de 76,8%.

<sup>188</sup> Esse desafio reuniu 25,6% de audiência e um *share* de 58,6%.

agressiva campanha publicitária que anunciava uma nova estação. A aposta na renovação faz-se a todos níveis: grafismo, cores, logótipos, cenários, programas de entretenimento e de informação. A maior surpresa seria o *Big Brother*, um formato da Endemol que se constitui como uma espécie de âncora da programação, nomeadamente daquela que é emitida em horário nobre. A eficácia desse produto televisivo tornar-se-á visível já em finais de 2000. Se em 1999 a TVI regista 2,3% de audiência e 16,4% de *share*, em 2000 esses valores sobem para 2,9% e 20,8%, respectivamente.

### **O apagamento da informação semanal, depois de uma fase de *infotainment***

O último biénio do século XX caracteriza-se por mudanças significativas na informação televisiva semanal: há um reforço da componente espectacular; o estatuto profissional do jornalista é cada vez menos um requisito fundamental para a condução de programas informativos; procura-se conferir à TV funções reparadoras de injustiças sociais; o cidadão comum torna-se protagonista de várias emissões que, por sua vez, fazem grandes avanços em direcção ao domínio da vida privada. Em 2000, a informação semanal vai sendo desalojada do horário nobre dos canais privados para dar mais espaço ao entretenimento que hegemoniza os serões televisivos. Eis aqui uma marca bem expressiva da força do “macrodiscurso televisivo” de que fala Gonzalez Requena (1995), ou seja, da grelha entendida enquanto unidade discursiva superior às unidades que contém, com a capacidade de submeter tudo o que alberga à sua lógica. Construindo uma oferta alternativa no domínio do entretenimento, a TVI procura em 1999 trilhar o mesmo caminho na informação semanal. As primeiras novidades foram dois novos programas que, apesar de diferentes, tinham objectivos idênticos. *Quero Justiça* (estreia-se em Fevereiro) e *Em Legítima Defesa* (surge em Abril) são conduzidos por jornalistas que colocam o cidadão comum no centro das suas emissões, procurando constituir-se como uma espécie de tribunal que, ao ampliar certas misérias humanas, se apresenta como uma instância de poder. Estes formatos não constituíam uma novidade para as audiências que já tinham visto projectos idênticos noutros canais, nomeadamente na SIC, mas, neste período, esse era um filão que não estava aproveitado no audiovisual e que a TVI recupera, conferindo-lhe uma dimensão espectacular. Mais do que *Quero Justiça* – idealizado por José Eduardo Moniz que entrega a Vítor Bandarra<sup>189</sup> a respectiva apresentação e o desafio de tornar aquele programa “um livro de reclamações” – é *Em Legítima Defesa* que a realidade adquire maior grau de encenação. O estúdio ganha a configuração de um tribunal onde se

<sup>189</sup> Em entrevista ao *Diário de Notícias* (4 de Abril de 1999), o jornalista Vítor Bandarra, responsável por *Quero Justiça*, afirma que procura “mostrar a dor e explicar por que é que existe e quem é que a pode resolver”.

senta um juiz que é, neste caso, o jornalista Pedro Rolo Duarte, que tem à sua frente as partes em contraditório: a advogada Paula Teixeira da Cruz e o jornalista e também jurista Miguel Sousa Tavares, dispondo ambos da possibilidade de apresentar testemunhas, vídeos ou fotografias em defesa da sua causa. No final, um júri composto por dez pessoas decide quem tem razão. Trata-se certamente de um dispositivo que será mais um jogo do que um debate, embora a participação de jornalistas e a escolha dos temas<sup>190</sup> procurassem dotar as emissões da credibilidade necessária para disputar as audiências que, àquela hora, pudessem ser atraídas pelo debate da SIC *Esta Semana*<sup>191</sup>.

No Verão de 1999, a TVI experimenta pontualmente aquilo a que chama *Especial Informação*. Trata-se de um espaço preenchido com reportagens e debates sobre apresentadores brasileiros que, através de programas indecorosos, procuravam quebrar o monopólio da Rede Globo<sup>192</sup>. Mais do que informar, pretendia-se divulgar em Portugal fórmulas televisivas que, no Brasil, se revelavam eficazes em termos de captação de audiência. Com elas, a TVI suscita não só algum debate nas páginas dos jornais como também um certo interesse do público. Por isso, a partir de finais de Agosto, *Especial Informação* adquire uma periodicidade semanal, orientando a sua linha editorial para a saúde e para as relações afectivas. Do primeiro campo destaca doenças fatais, do segundo domínio dá prioridade a problemas sexuais e a questões de infidelidade<sup>193</sup>. Mais do que os especialistas, interessam as histórias que gente comum tem para contar sobre os temas em destaque, ou seja, mais importante do que a resposta à pergunta “porquê?” será responder à questão “o quê?”, contado na primeira pessoa e, consequentemente, pejado de emoção. Progressivamente, as audiências vão crescendo, a tal ponto que, na noite do ressurgimento de *Esta Semana* (14 de Outubro de 1999), o debate da SIC, preenchido com uma entrevista a Eusébio e uma reportagem sobre Timor, é ultrapassado por um *Especial Informação* que discute “a troca de sexo”<sup>194</sup>. No ano seguinte, *Especial Informação* continua a operar na mesma linha, sendo o formato que, neste período, mais tempo permanece em antena: até Setembro de 2000, altura a partir da qual a TVI circunscreve a sua

<sup>190</sup> No tempo em que se manteve no ar (de Abril a Agosto), *Em Legítima Defesa* debateu, por exemplo, “casamento dos homossexuais” (29/4); “milícias populares” (20/5); “fumar ou não fumar em locais públicos” (27/5); “utilização de embriões humanos na investigação” (17/6); e “sigilo bancário” (5/8).

<sup>191</sup> Confrontados com a definição deste formato, as partes que assumem o conflito negam tratar-se de um espectáculo. Miguel Sousa Tavares diz isto: “Não é rigorosamente informação, mas também não é informação-espectáculo no sentido tradicional. A informação está na preparação do trabalho” (*Público*, 10 de Abril de 1999). Para Paula Teixeira da Cruz, “é um programa de contestação contra ideias entendidas como dominantes” (*Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1999).

<sup>192</sup> *Especial Informação* arranca, a 6 de Julho, com uma alegada reportagem, intitulada “O Brasil aos seus pés”, que incide sobre o *Programa do Ratinho*, transmitido no canal SBT; a 3 de Agosto, a emissão centra-se na *Tiazinha*, um fenómeno da Rede Bandeirantes; e a 24 de Agosto, o destaque é dado à *Feiticeira*, a apresentadora do *Programa H*, que rivaliza com as novelas da Globo e que é um fenómeno de popularidade brasileira na TV Bandeirantes.

<sup>193</sup> Por exemplo: crianças com cancro (19/8), impotência (16/9), poligamia (23/9), cancro da mama (16/11).

<sup>194</sup> Enquanto a emissão da SIC soma 6,5% de audiência, a da TVI ascende a 11,3%.

informação ao *Jornal Nacional*. No entanto, em finais de 1999, Moniz ainda coloca no ar um novo formato: *República & Bananas*. O respectivo apresentador, o jornalista Joaquim Letria, diz que o objectivo deste programa é “informar e divertir” (*Público*, 16 de Novembro de 1999). Esta sucinta frase resume o que, nestes dois anos, foi a informação semanal da TVI<sup>195</sup>.

A RTP também confere outros traços a uma informação semanal em relação à qual crescem as dificuldades de definição. Não será certamente uma novidade deste final do século colocar não-jornalistas na condução de programas que poderão ser vistos como informativos. Mas, neste biénio, o canal público generalista insiste em convidar políticos, médicos ou actores para apresentarem esse tipo de emissões. Tendo em conta que há uma diminuição de formatos conduzidos por jornalistas, aqueles que não pertencem à classe jornalística tornam-se ainda mais visíveis. Alguns até desencadeiam polémica, como foi o caso do ex-Presidente da República Mário Soares que, em finais de Fevereiro, deu início a um programa de entrevistas a personalidades políticas internacionais designado *Conversas de Mário Soares*, quando já era conhecida a sua decisão de ser candidato pelo PS nas eleições europeias que se realizavam em Junho desse ano. Os partidos de direita exigiram a suspensão do programa e a Alta Autoridade para a Comunicação Social recomendou à RTP “a tangencial igualdade de oportunidades e de tratamento jornalístico a todos os cabeças de lista” (*Público*, 5 de Março de 1999). Em Abril interromperam-se essas emissões que seriam reiniciadas na grelha de Verão. Menos tumultuoso foi o percurso do psiquiatra Allen Gomes que retomou a 6 de Março de 1999 uma experiência televisiva feita anos antes na SIC e que agora se desenvolveria na RTP1. Não sendo propriamente de entretenimento, mas também não seguindo critérios jornalísticos, *Já que Falamos de Sexo* marca o regresso de um género de programação que a RTP experimentara em 1993 em *Sexualidades*. No ano seguinte, a RTP1 volta a chamar não-jornalistas para determinados programas. Carlos Cruz apresenta *Senadores*, um formato de entrevista e de debate por onde passa a discussão de temas como a fome (17/2), o ambiente (2/3), as medicinas alternativas (13/4) ou o futebol (18). Nicolau Breyner tem um *talk show* com o seu nome que mistura informação e entretenimento. Na estreia (2/6), os convidados são o Presidente da República Jorge Sampaio e o cardeal D. José Policarpo, entrevistados por três jornalistas convidados – uma prática retomada nas emissões seguintes<sup>196</sup>.

<sup>195</sup> Excluímos deste ponto a referência ao jornalismo diário da estação, nomeadamente àquele praticado depois da estreia do *Big Brother* pelo *Jornal Nacional* que, várias vezes, integrou peças desse *reality show* no seu alinhamento. Desenvolvemos este tópico num capítulo que redigimos para um livro coordenado por Manuel Pinto, *Casos em que o Jornalismo Foi Notícia*, que intitulámos “Novos rumos no audiovisual português: o impacto dos novos *reality shows* na informação televisiva”.

<sup>196</sup> Para além das entrevistas, este *talk show* integra uma parte de humor. Nicolau Breyner, acompanhado por outros actores, protagoniza o “telenovelo” *Tudo à Mostra*, uma óbvia paródia à telenovela brasileira da Rede Globo *Terra Nostra*, que, na altura, era exibida na SIC.

Esta invasão de actores estranhos ao campo do jornalismo de que é alvo a informação semanal tem um exemplo inverso em 2000: a passagem de alguém com a carteira profissional de jornalista para o campo do entretenimento. Acontece em Setembro, quando Maria Elisa se torna apresentadora do concurso *Quem Quer Ser Milionário?*, que rivaliza com *A Febre do Dinheiro*, conduzido na SIC por Carlos Cruz. Para trás, ficavam vários anos à frente dos principais debates do canal público que, no último trimestre do ano, se eclipsam da RTP1. Nesta era do *Big Brother*, os debates televisivos, mesmo tendo feito uma profunda inversão para temáticas sociais, parecem perder toda a importância quando comparados com o entretenimento, principalmente com a *novela da vida real* que galvaniza os serões televisivos da TVI.

Neste biénio, a SIC deixa de investir na informação semanal. Se há determinada área que merece alguma atenção, cria-se um formato que se integre no entretenimento. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Março de 1999, quando a estação privada deu início a uma série dedicada aos grandes compositores de música clássica. A condução dessas 13 emissões foi entregue ao maestro António Vitorino d'Almeida e à apresentadora de *Chuva de Estrelas*, Bárbara Guimarães, que, ao longo de várias semanas, deambularam por diferentes países à procura de histórias dos protagonistas seleccionados, encenando viagens que pareciam mais de lazer do que de trabalho. Em 2000, há menos programas de informação semanal que transitam do ano anterior e, a partir de Setembro, reduzem-se às emissões de desporto, nomeadamente de futebol. Em Agosto de 1999, os três canais generalistas estreiam na mesma semana formatos muito similares: a 19 de Agosto, a TVI inicia *A Bola é Nossa*; a 20 de Agosto, a SIC faz surgir *Jogo Limpo*, o substituto de *Os Donos da Bola* (suspenso em Março de 1999, na sequência de várias polémicas); a 23 de Agosto *Jogo Falado* transfere-se da RTP2 para a RTP1.

## 4. O triunfo do entretenimento

### 4.1 O PAP em 2001

A multiplicação das *novelas da vida real*; a crescente popularidade de uma ficção nacional que toma o real, particularmente o quotidiano anódino do cidadão comum, como referência principal do seu enredo; o desaparecimento de debates e entrevistas no horário nobre; e a estreia de *talk shows* que encontram na palavra eufórica sobre vivências íntimas o seu eixo estruturante são traços que caracterizam, neste período, os canais privados e que contribuem para que o audiovisual acentue a dimensão privada da vida pública. Se a TVI tinha vindo a desenhar essa tendência desde 4 de Setembro de 2000, data em que se inicia o *Big Brother*, em 2001 assiste-se ao mesmo fenómeno na SIC, cuja grelha se renova com uma programação que coloca em cena, de diferentes formas, o espaço privado do cidadão comum. A RTP, apesar de permanecer afastada dos novos *reality shows* – género mais propício à publicitação do íntimo –, encaminha a respectiva oferta televisiva para conteúdos de entretenimento. O ano televisivo de 2001 é também marcado pela rescisão do contrato de Emídio Rangel com a SIC e pela sua posterior transferência para a RTP. Isso deu-se em Setembro. Por isso, no último trimestre evidenciam-se promessas de renovação de ambas as estações. A TVI atravessa este período sem grandes conturbações internas, beneficiando, em termos de audiências, da segunda e terceira edições do *Big Brother*. Da última parte de 2001 fica o *slogan* do operador público, anunciando que “a RTP faz parte da sua vida”; a garantia do novo director de Carnaxide de que se estava “a desenhar aquilo que deve ser a nova SIC” (*Diário de Notícias*, 27 de Outubro de 2001); e a promessa do director da TVI de “uma relação de respeito mútuo” entre o seu canal e os telespectadores (*Público*, 29 de Novembro de 2001).

## 4.2 A programação dos canais generalistas: uma “locomotiva” chamada *Big Brother*

### 4.2.1 RTP: à procura de uma identidade e de um equilíbrio financeiro

O serviço público de televisão atravessa 2001 defrontando-se com uma crise de legitimidade à qual soma graves problemas financeiros. Da parte do poder político, a empresa é alvo de várias críticas. No dia de arranque da SIC Notícias (8/1), o então ministro das Obras Públicas, Jorge Coelho, participa aí num debate com o centrista Paulo Portas e nomeia expressamente a RTP, que, na sua opinião, “tinha a obrigação de promover o debate público e não o faz”. Em Fevereiro, o PS entrega na Alta Autoridade para a Comunicação Social uma queixa contra o operador público por causa de, a 17 desse mês, não ter noticiado uma reunião de militantes na qual participara António Guterres, secretário-geral do PS e também primeiro-ministro. A 26 de Abril, o ministro da Justiça, António Costa, em entrevista ao *Diário de Notícias*, afirma que “a isenção não é das marcas de qualidade da RTP”<sup>197</sup>. Em Julho, várias notícias publicadas na imprensa davam conta de pressões do PS para levar a Direcção de Informação da RTP a demitir-se. Em Setembro, José Rodrigues dos Santos e a sua equipa apresentam a demissão, dando, assim, lugar a Emídio Rangel, que, entretanto, tinha rescindido contrato com a SIC. Quanto à situação financeira, a RTP herda de 2000 um prejuízo de 34,6 milhões de contos, o que acentua um passivo que ronda os 150 milhões de contos<sup>198</sup>. Em Janeiro, o presidente do CA, João Carlos Silva, anuncia um plano de gestão, a desenvolver em quatro anos, com vista a baixar o défice de exploração para números próximos do zero<sup>199</sup>. Em 2001, a RTP tem um prejuízo de 20,7 milhões de contos e vê o seu passivo real subir até aos 332 milhões de contos – um quadro financeiro que acentua, ainda mais, a crise da TV pública. Em termos de programação, a RTP1 exclui da sua oferta televisiva as *novelas da vida real*, mas reforça, no segmento da noite, a componente lúdica através

<sup>197</sup> Estas declarações motivaram uma reacção feita em “Carta Aberta” dirigida ao ministro da Justiça, subscrita pela Comissão de Trabalhadores da RTP, pelo Conselho de Redacção e por vários jornalistas, a título pessoal. A 28 de Abril, o jornalista da RTP Barata-Feyo escrevia no *DN* o seguinte: “O ministro António Costa não gosta da informação da RTP. Eu também não, excepto quando ela foi dirigida por jornalistas independentes e competentes. Gostei dela quando a excepção furou a regra praticada pela RTP nos seus 40 e tal anos de existência. Mas que eu goste ou não goste, e pague por esse delito de gosto e de opinião, vá que não vá. Agora o senhor ministro?! É um pouco como se declarasse em público que não gosta de um filho seu. A RTP de hoje é sua filha, no sentido em que é uma criatura do PS. Portanto, se não gosta dela e se não a considera isenta, convença o Conselho de Ministros a mudar quem lá pôs, para seu e dele suposto benefício, ou a desencantar finalmente a coragem de lhe mudar o estatuto, para maior benefício da própria RTP e dos portugueses em geral”.

<sup>198</sup> Este número representa um acréscimo de quase 10 milhões de contos relativamente às contas de 1999, ano em que a estação pública apresentou um prejuízo de 24,8 milhões.

<sup>199</sup> O objectivo era que em 2001 o défice baixasse de 22 milhões de contos para 17 milhões de contos, em 2002 para 11 milhões de contos, em 2003 para cinco milhões de contos e em 2004 para um milhão.

essencialmente de dois géneros: os *reality games*<sup>200</sup>, considerados pelo director de Programas “uma alternativa aos *reality shows*” (*Diário de Notícias*, 10 de Junho de 2001) e a ficção nacional. Para além das séries<sup>201</sup>, o canal generalista emite, a partir de 3 de Setembro, a telenovela *A Senhora das Águas*, uma produção da NBP que marca o regresso deste género de programação ao horário nobre da RTP1<sup>202</sup>. Esta foi, porém, mais uma aposta falhada do operador público em termos de audiências, cujos índices baixos se estendem, ao longo de 2001, a toda a grelha. No último trimestre do ano, a contratação do novo director-geral para a RTP reabre novas expectativas. No dia em que assinou contrato com a empresa pública, Emídio Rangel fixa publicamente aquilo que considera ser prioritário (*Público*, 21 de Setembro de 2001):

É preciso produzir mais e melhor informação, isenta e rigorosa (...). É preciso criar uma linha de produção de novelas, séries, comédias, filmes e telefilmes (...). É preciso que os portugueses se liguem à estação que pagam.

Essas promessas apenas poderiam ser testadas no ano seguinte.

Esvaziado o horário nobre das estações privadas da informação semanal, é no canal público que esse tipo de emissões encontra algum espaço na grelha. No entanto, são poucos os programas que, durante este período, se mantêm no ar. No que diz respeito à informação de natureza generalista, com excepção de *Histórias da Noite*, que atravessa todo o ano de 2001, os restantes formatos ou se circunscrevem a um período curto de emissão, como é o caso de *O Rosto da Notícia*, ou têm uma periodicidade periclitante, como *Grande Informação* e *Grande Repórter*. Quanto à informação temática, salientam-se os programas desportivos *Domingo Desportivo* e *Jogo Falado* e um formato dedicado a questões ambientais intitulado *Planeta Azul*. Os dois primeiros atravessam o ano e este último surge em Julho, abordando até final do ano múltiplas questões ligadas ao ambiente.

#### 4.2.2 SIC: uma programação-clone da TVI

Tendo inicialmente rejeitado o formato *Big Brother*, a SIC rende-se ao êxito das *novelas da vida real* a partir de 2001, adoptando uma engenharia de

<sup>200</sup> Inserido neste género, aparecem, em Junho, *O Crime Perfeito* e, em Setembro, o *Sabotador*.

<sup>201</sup> Por exemplo, *Maiores de 20*, uma série que retrata os problemas de jovens adolescentes e que era produzida pela Endemol, a produtora do *Big Brother* da TVI.

<sup>202</sup> Nessa noite, a TVI dá início a *Filha do Mar*, que sucede a *Olhos de Água*, novelas que têm a produção da NBP. Ambos os canais, público e privado, antecedem as respectivas estreias de uma forte promoção desses enredos tanto dentro do ecrã como em publicidade colocada em diferentes suportes. A 3 de Dezembro, *A Senhora das Águas* passa para as 18h45.

programação idêntica à da TVI<sup>203</sup>. Na véspera da 2.ª edição do *BB* (20/1), a SIC estreia *Acorrentados* (um formato produzido pela Endemol que era também responsável pelo *BB*), mas nesse confronto de géneros televisivos a estação de Carnaxide não foi, nem iria ser nos meses seguintes, bem sucedida. Em Maio, começa a emitir *O Bar da TV* (com produção do brasileiro Ediberto Lima), que suscita bastante polémica, mas não provoca a adesão do público<sup>204</sup>. A 4 de Setembro, ensaia *Confiança Cega*<sup>205</sup> (novamente produzido pela Endemol), idêntico a *Temptation Island*, cuja versão americana da cadeia Fox a TVI começara a transmitir em Junho. Todos estes programas – atravessados pelo traço da exposição da vida privada de concorrentes colocados em ambientes do quotidiano a fim de se produzir um “efeito do real” – ocupam zonas consideráveis do horário nobre, mas nenhum deles suplanta o *share* reunido pelo *Big Brother*. Para além dos *reality shows*, a estação de Carnaxide segue a programação da TVI ao nível das novelas portuguesas. A estreia acontece, a 19 de Março de 2001, com *Ganância*, uma novela escrita pela brasileira Lúcia Abreu, produzida pela NBP, protagonizada pela popular apresentadora da SIC Catarina Furtado e pelo actor brasileiro Leonardo Vieira e colocada em continuidade com a novela da Globo *Porto dos Milagres*. No entanto, este conjunto de ingredientes não é suficiente para fazer transitar telespectadores do canal privado concorrente. Em horário nocturno mais tardio, a SIC experimenta, a partir de Fevereiro, um *talk show* com bastante popularidade no canal Tele5. Poder-se-ia pensar que *Noites Marcianas* não era um programa diferente do seu congénere espanhol *Crónicas Marcianas*. Se não tem o *Big Brother*, conta a partir de Maio com as peripécias de *O Bar da TV*<sup>206</sup>; se os marcianos que compõem o painel fixo

<sup>203</sup> Para justificar a adopção de formatos tipo *Big Brother*, o presidente do CA da SIC, Francisco Pinto Balsemão, afirma o seguinte: “O programa foi oferecido à SIC, a SIC entendeu que as pessoas não iam gostar daquele tipo de programas e que, portanto, não havia qualquer vantagem em dar aquele tipo de programação. Verificou-se que estávamos completamente enganados e aí a SIC teve de voltar atrás e pensar” (*Expresso*, 2 de Junho de 2001). Por seu lado, o director-geral Emídio Rangel defende que, “se as pessoas exigem programas ‘voyeuristas’ ou com essa lógica, uma estação generalista como a SIC pode transmiti-los” [*Jornal de Notícias*, 6 de Janeiro de 2001].

<sup>204</sup> A primeira emissão deste *reality show* regista um *share* de 28,9%. Para chamar a atenção dos telespectadores, a SIC antecipa o segundo dia de *O Bar da TV* com anúncios que garantiam um *late night show* com cenas ousadas. E assim foi. No dia seguinte, os pais da concorrente Margarida vão até ao local onde se produzia o *reality show* para convencer a filha a abandonar o concurso. O casal é obrigado a fazer compasso de espera até à noite, altura em que é permitida a sua entrada nas instalações do programa. Os concorrentes deixam a família a sós, mas a SIC opta por transmitir essa conversa em directo e mesmo quando a jovem Margarida, dividida entre a vontade dos seus progenitores e o seu desejo de ficar, pede para falar em privado com a psicóloga da equipa de produção, esse diálogo é emitido em directo. O assunto entra, nessa noite, no *talk show* da SIC *Noites Marcianas*, tendo o respectivo apresentador declarado a jovem alentejana como “a primeira vítima a sério dos *reality shows* em Portugal”. O caso desencadearia uma forte polémica sobre os limites deste tipo de programação, suscitando a reprovação da Alta Autoridade para a Comunicação Social e duras críticas de várias personalidades.

<sup>205</sup> Na estreia, esse novo *reality show* teve 24,5% de *share*, contando com a concorrência da 3.ª edição do *BB* que começara na véspera, ancorado por duas novelas: *Anjo Selvagem* (no acesso ao *prime time*) e *Filha do Mar* (em horário nocturno).

<sup>206</sup> Centrar momentos de determinada emissão noutros programas do canal é uma forma de procurar atrair novas audiências para o formato de que se fala. A TVI adoptou isso no *Jornal Nacional*, fazendo entrar no

do programa não são tão carismáticos como os do país vizinho, os temas e, sobretudo, a respectiva forma de abordagem ambicionam transformar o final das noites em espaços que se pretendem do interesse do público, adoptando-se, para isso, um discurso que esbate as fronteiras entre o real e a ficção. Ultrapassando frequentemente os limites do aceitável, *Noites Marcianas* nunca reuniu um assinalável índice de audiência, ao contrário do que acontecia com o formato idêntico da Tele5. O mesmo se passou com o programa que lhe sucedeu em Agosto. *Jerry Springer Show*, uma produção norte-americana, aproxima-se mais de um *reality show* que encontrava no grotesco e na monstruosidade de certos estilos de vida ingredientes-chave para transformar os depoimentos em momentos difíceis de encarar como possíveis, sem os remetermos para um quadro patológico. “Deito-me com a minha irmã” ou “o meu marido deita-se com a minha sobrinha” são exemplos de temas que levaram a estúdio pessoas para testemunharem esse tipo de práticas. Estamos longe do verbo terapêutico de que nos fala Dominique Mehl (1996), quando refere as motivações daqueles que participam nos *reality shows*. Os convidados deste programa não constroem em estúdio uma palavra que reflecte sofrimento ou vontade de reconstituição de um laço social desfeito. Pelo contrário. O que aí se procura, e se encontra, é o reforço de comportamentos marginais, que colocam em causa o equilíbrio social. Será certamente difícil integrar no campo da informação os *talk shows* que a SIC emite neste período pela madrugada adentro. Olhando para a grelha que o canal exhibe durante o ano, não se encontram programas de informação semanal, com excepção de *Jogo Limpo*, que estreara em Agosto de 1999, em substituição de *Os Donos da Bola*, mantendo o mesmo tipo de jornalismo: pró-activo, polémico e de análise emotiva. Interrompido para férias, este programa já não regressa no arranque do Campeonato de Futebol. Assim, no último semestre do ano, não encontramos na SIC espaços regulares de informação, para além dos noticiários diários. No entanto, assinale-se que, a 30 de Janeiro de 2001, a estação de Carnaxide arrisca um *Especial Informação* que preenche com uma reportagem intitulada *Agonia*, na qual o jornalista João Ferreira, adoptando a postura de “repórter participante”, ajuda um toxicodependente a largar o consumo de drogas pesadas, acompanhando-o permanentemente nesse percurso. É do íntimo que esse trabalho jornalístico fala, personalizado em alguém de quem se faz um retrato de vida. O impacto na audiência foi tal que, nessa noite, esse *Especial Informação* suplantou o número de telespectadores do *Big Brother*<sup>207</sup>, mas esse sucesso não foi suficiente para fazer ressurgir um

alinhamento os momentos fortes – sobretudo mais eróticos – do *Big Brother*. Essa opção editorial provocou bastante polémica ao longo de 2001, na medida em que colocava em causa os critérios de selecção jornalística. A SIC optou por “fazer entrar” as suas *novelas da vida real* nos *talk-shows* da manhã e de final da noite, ou seja, na *SIC 10 Horas* e nas *Noites Marcianas*.

<sup>207</sup> Enquanto o *Big Brother* reuniu 1 480 038 telespectadores, esse *Especial Informação* somou 1 731 596 telespectadores.

formato de grande-reportagem em horário nobre. Aliás, não raras vezes a SIC sacrifica a informação em proveito do entretenimento. Como a 21 de Janeiro: depois do jogo Benfica-Porto, que começara às 19h00, a SIC não transmite o *Jornal da Noite* para dar espaço aos *Acorrentados*, aparecendo nessa emissão o director do canal a acorrentar uma apresentadora e um actor.

As diversas estratégias que a SIC foi ensaiando ao longo de 2001 para cativar os telespectadores acumularam sucessivos fracassos donde resultou a perda de audiências em período nocturno, e, conseqüentemente, isso abriu uma crise profunda na SIC. Nas receitas publicitárias e nos cargos directivos. A 7 de Setembro, Emídio Rangel rescinde o seu contrato, colocando um ponto final ao cargo de director da estação que assumira, desde a fundação da SIC, ao longo de uma década.

#### 4.2.3 TVI: o triunfo da produção nacional

Continuando a adoptar a *novela da vida real* como âncora do horário nobre<sup>208</sup>, a TVI apenas altera a oferta televisiva nos segmentos intercalares desse formato, introduzindo aí novelas ou séries nacionais que nem sempre iam para o ar no dia ou no horário previstos, sem, no entanto, afastarem a adesão do público. Cumpria-se aí aquilo que Rey Morató (1998: 65) chama “o mistério das audiências”. A fórmula “*Big Brother + Jornal Nacional + ficção portuguesa + Big Brother*” funcionava como um macrodiscurso que submetia as respectivas unidades à sua lógica. Umavam em ligação com as outras. Mesmo o noticiário da noite, o único programa que começava (mais minuto menos minuto) no horário previsto, inaugura, a partir de Setembro de 2000, uma nova lógica editorial, preferindo os assuntos nacionais às temáticas internacionais, sobrepondo a vida quotidiana à política, privilegiando o cidadão comum às fontes oficiais, valorizando o registo emocional em detrimento de argumentos de natureza mais racional. O que não introduzia uma grande ruptura com as *novelas da vida real* que lhe estavam contíguas em termos de grelha. O mesmo cuidado com a continuidade era colocado nas estreias dos programas, nomeadamente na ficção nacional, que surgia no ecrã obedecendo à conhecida estratégia de engenharia de programação chamada *hammock* (também designada *sandwich programming*)<sup>209</sup>.

Para além da continuação da popularidade do *Big Brother* que a TVI capitaliza em vários momentos, promovendo até emissões especiais com os respectivos

<sup>208</sup> Depois de ter transmitido o último programa da primeira edição do *Big Brother* na noite da passagem de ano, a TVI deu início a uma segunda edição a 21 de Janeiro e estreou uma terceira edição a 2 de Setembro.

<sup>209</sup> Por exemplo, a novela *Olhos de Água* estreou-se na terceira semana de Fevereiro, quando ainda estava no ar *Jardins Proibidos*.

concorrentes<sup>210</sup>, 2001 é o ano da consolidação da ficção nacional que, nesse período, ultrapassa claramente as audiências da Globo. Esse feito acontece com *Jardins Proibidos*, uma novela que surge a 8 de Abril e que tinha sido pensada para 40 episódios. Soma 160, conseguindo ultrapassar o *share* de *Laços de Família*, que, à mesma hora, passava na SIC. A três dias do último episódio dessa “novela-emblema” da TVI, o director-geral da estação declara que o sucesso alcançado “é a prova de que a TV Globo não é uma fortaleza inexpugnável” (*Público*, 25 de Fevereiro de 2001). Numa entrevista ao *Expresso* (20 de Janeiro de 2001), José Eduardo Moniz garantira que o *Big Brother* se constitui como “um produto que funciona como locomotiva de atracção dos espectadores”. É exactamente isso que acontece em 2001. Depois das férias de Verão, a ficção nacional conquista ainda mais espaço na grelha da TVI<sup>211</sup>. Em Setembro, o canal Quatro estreia três novelas portuguesas<sup>212</sup>, transformando-se naquilo que o seu director-geral afirmava ser “a mais portuguesa das estações portuguesas” (*Diário de Notícias*, 20 de Julho de 2001). Juntando à ficção nacional, as edições diárias do *Big Brother*<sup>213</sup> e do *Jornal Nacional* com uma duração que ultrapassa os 60 minutos, a grelha da TVI ficava sem qualquer espaço para outro tipo de emissão.

Se nos anos anteriores a TVI vinha subtraindo a informação semanal do horário nobre, em 2001 esse campo circunscreve-se à área do desporto, particularmente ao futebol, com *A Bola é Nossa*. Sucedâneo de *Linha de Fundo*, este programa, que estreara a 19 de Agosto de 1999, incorpora uma componente de entretenimento que está excluída dos formatos similares de outros canais: na terceira parte os espectadores dispõem de uma linha telefónica através da qual podem apostar em equipas e jogadores de futebol, com direito a prémios semanais – um passatempo idêntico ao da *Liga Fantástica*, promovida pelo jornal *Record*. À semelhança do que acontece com *Jogo Limpo* da SIC, também *A Bola é Nossa* não reaparece depois das férias de Verão. Assim, no último semestre do ano, a TVI, tal como a SIC, restringe a sua informação aos noticiários diários que, em Setembro de 2000, são alvo de uma profunda

<sup>210</sup> Para além de fazer transmissões dos casamentos de três pares de concorrentes do *Big Brother* que, dentro da “Casa”, iniciaram um namoro (Marco e Marta, Célia e Telmo e Sérgio e Verónica), a TVI promoveu emissões especiais de dois noivados que intitulou *O anel de Marta e A jóia de Célia*. Terminada a 1.ª edição da novela da vida real, criou o programa *Mulheres de A a Z* em que o vencedor dessa edição, o concorrente Zé Maria, escolhia aquela que lhe parecia ser a mulher com mais atributos.

<sup>211</sup> A 21 de Julho, a Fealmar promove um leilão de todas as peças da novela *Olhos de Água* que, naquela altura, ainda estava em exibição na TVI. Segundo se relatava no dia seguinte no jornal *Público*, “foram licitados mais de mil objectos, repartidos por 313 lotes”, o que constituía mais um indicio do interesse do público pela ficção nacional, na medida em que essas peças reuniam sobretudo um valor afectivo.

<sup>212</sup> *Anjo Selvagem*, baseada na série argentina *Muñeca Brava*, é colocada ao final da tarde, preparando assim o acesso ao *Jornal Nacional*. *Filha do Mar*, escrita por Manuel Arouca em conjunto com Tomás Múrias, ocupa o horário nobre. *Nunca Digas Adeus*, feita a partir da novela mexicana *Mirada de Mujer*, integra o segmento do *late night*. Produzidas pela NBP, a primeira surge a 2 de Setembro, a segunda a 3 de Setembro e a última a 30 de Setembro.

<sup>213</sup> A 3.ª edição do *Big Brother*, que começa a 2 de Setembro, registou uma inscrição de 150 mil pessoas.

remodelação. À noite, o *Jornal Nacional* segue uma linha editorial totalmente diferente do *Directo XXI*. Num estudo sobre o noticiário da noite da TVI no triénio 1999-2002, Margarida Martins (2003) descobre três períodos, situando o terceiro entre 2001-02, um tempo que corresponde à consolidação da liderança das audiências e ao desenvolvimento de um modelo informativo que caracteriza como *infotainment*. São os assuntos nacionais que dominam preferencialmente o alinhamento do *Jornal Nacional* e, dentro desses, os temas sociais, sobretudo aqueles em que se evidenciam histórias de vida do cidadão comum. Na altura, a própria redacção da TVI, ao reservar todo o primeiro piso para a editoria da Sociedade e ao juntar no andar superior as secções do Internacional, da Economia, do Desporto e do Jornalismo *on-line*, estava, já a montante da emissão, a dar prioridade às notícias relacionadas com o social. Esgotado em horário nobre o tempo para programas de informação semanal, a TVI insere esses espaços no próprio noticiário das 20h00. Ao domingo, inclui no alinhamento um espaço de comentário político feito por Marcelo Rebelo de Sousa que se mantém em antena até Outubro de 2004, conquistando progressivamente um tempo substancial de emissão em consonância com as audiências e o grau de influência política que atingia. Sem periodicidade fixa, a grande-reportagem foi também incorporada no *Jornal Nacional*.

Quadro 15: Programas de informação semanal dos canais generalistas em 2001

Programas	Canal	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Mai	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
<i>O Rosto da Notícia</i>	RTP												
<i>Grande Informação</i>	RTP												
<i>Grande Repórter</i>	RTP												
<i>Histórias da Noite</i>	RTP												
<i>Planeta Azul</i>	RTP												
<i>Domingo Desportivo</i>	RTP												
<i>Jogo Falado</i>	RTP												
<i>Jogo Limpo</i>	SIC												
<i>A Bola é Nossa</i>	TVI												

Fonte: Markttest

### 4.3 Programas de informação: quem fala do quê nos *plateaux* televisivos

#### 4.3.1 Uma esfera pública televisiva que se esvazia de debate

Em 2001, apenas a RTP mantêm no ar programas de debate e de entrevista, mas é um espaço público pouco diversificado do ponto de vista temático e com uma limitada representatividade aquele que essas emissões desenham. Por um lado, porque *O Rosto da Notícia* tem um número reduzido de emissões; por outro, porque *Grande Informação*, embora com maior longevidade, fica preso a uma linha editorial que dá prioridade aos políticos.

*O Rosto da Notícia* soma 12 emissões repartidas por oito entrevistas e quatro debates. Apesar de excessivamente concentrado em governantes, o programa de Maria Elisa sai várias vezes do campo político para discutir questões ligadas a áreas estruturais do país: saúde, educação, literatura, pintura (cf. Quadro 16). Se excluirmos a classe política, *O Rosto da Notícia* faz-se com interlocutores de esferas diversificadas. No que diz respeito a detentores de cargos, convidam-se os presidentes da SIC e da RTP, o presidente do Conselho dos Institutos Politécnicos e médicos responsáveis por determinados serviços de diferentes hospitais; no grupo de académicos convocam-se investigadores ligados a diferentes disciplinas (Ciência Política, Filosofia, Ciências Naturais...); nos sindicatos chamam-se a estúdio representantes de professores e de médicos; no plano internacional convidam-se a escritora Isabel Allende e a prefeita de S. Paulo. No entanto, essa diversidade é pouco visível, dado o curto período (três meses) em que este programa se mantém no ar.

*Grande Informação* reparte as suas emissões entre reportagens (de temática variada que incidem, sobretudo, na área do social) e um espaço de entrevista ou de debate predominantemente político. Seguindo a actualidade da semana, o programa apresentado por Judite de Sousa estrutura, em trabalhos de reportagem, uma realidade que extravasa largamente aquilo que acontece em grandes centros urbanos e que reúne a centralidade noticiosa. O fenómeno dos “*net-dependentes*” (22/2); os casais com problemas de infertilidade (1/3); o dia-a-dia de uma aldeia SOS do concelho da Guarda (5/4); os seropositivos das prisões portuguesas (24/5); a história do moleiro Álvaro, único habitante de Coval em Viseu (28/6), são exemplos de peças jornalísticas que integram o alinhamento de *Grande Informação* e que nos coloca perante uma realidade, de certa forma, intemporal, mas que estrutura a vida de todos os dias. Depois das férias de Verão, esse espaço é essencialmente feito com tópicos internacionais, em grande parte devido aos acontecimentos marcantes do último trimestre do ano: os atentados de 11 de Setembro; o assassinato de seis portugueses em Fortaleza e os bombardeamentos aéreos da coligação anglo-americana no Afeganistão. No que diz respeito aos

debates/entrevistas inseridos no interior do programa, Judite de Sousa, elegendo prioritariamente um conjunto de questões da actualidade, envolve nessa conversa sobretudo políticos. Por vezes, cede-lhes mesmo toda a emissão, como são os casos de Mário Soares e de Freitas do Amaral, que assumem aí o estatuto de comentadores residentes, embora as suas participações sejam irregulares: o primeiro participa em sete emissões; o segundo, em quatro. Se excluirmos estes dois últimos, os políticos somam, em 2001, 23 presenças. Todos eles são interpelados para debater assuntos que, naquela semana, estão no topo da agenda mediática, criando-se, assim, um processo circular: os políticos são os maiores promotores de noticiabilidade que, quando transposta para a esfera televisiva, é comentada por pessoas com perfil idêntico aos protagonistas desses tópicos. Com uma representatividade menor, sobressaem os sindicatos e associações que, neste caso, representam grupos profissionais (engenheiros, banqueiros e jornalistas) e uma categoria de cidadãos: os “automobilizados”. Como se assinala no Quadro 16, os restantes grupos têm uma participação reduzida, constando aí pela sua participação em debates e quase nunca enquanto comentadores da actualidade.

Quadro 16: Perfil dos convidados dos debates e entrevistas da RTP 1 em 2001

Programas	Políticos	Cargos	Prof. / Investig.	Juristas	Jornalistas	Médicos / Psicólogos	Militares	Religiosos	Indústrias Culturais	Técnicos	Sind. / Assoc.	Cidadão Comum	Jovens	Pers. / Intern.
<i>O Rosto da Notícia</i>	6	6	5	-	-	1	1	-	1	1	2	-	-	2
<i>Grande Informação</i>	23	3	3	2	1	1	4	1	-	2	5	2	1	-
Total	29	9	8	2	1	2	5	1	1	3	7	2	1	2

#### 4.4 Algumas tendências da informação semanal emitida em 2001

São os *reality shows* e as telenovelas que, em 2001, dominam o horário nobre das estações privadas. Depois de ter reunido audiências muito expressivas em 2000 com o *Big Brother*, a TVI estreia, a 21 de Janeiro, uma segunda edição do formato da Endemol à qual junta novelas e séries de produção nacional. Após alguma resistência, a SIC adopta, ao longo de 2001, táticas de confronto directo com a programação da TVI: *reality shows* idênticos ao *Grande Irmão*, ficção nacional, séries em português com os principais humoristas<sup>214</sup>... Tendo

<sup>214</sup> Em Abril de 2001, a SIC, junta aos *Malucos do Riso* que estavam no ar desde 1995, novos programas de humor em português: *Mulher não Entra*, *O Programa da Maria* e *A Minha Família é uma Animação*.

que gerir o horário nobre com noticiários, ficção nacional (séries e novelas, no caso da TVI), novelas brasileiras e *talk shows* (estes últimos na SIC), os canais não dispõem de espaço em segmento nocturno para emissões de debate ou de grande-entrevista<sup>215</sup>. Neste contexto, opta-se por introduzir nos telejornais espaços dedicados ao tratamento mais alargado de certos temas. Aí, a forma mais adoptada é a da grande-reportagem que permite uma continuidade com as peças noticiosas dos alinhamentos. A questão que fica em aberto é a de saber se essa subtracção que os canais privados fazem da “grande informação” emitida em horário nocturno é benéfica em termos de capitalização de audiências. Poder-se-ia dizer que os (baixos) índices de audiência dos programas da RTP1 testemunham o desinteresse dos telespectadores por este tipo de programação, mas poder-se-ia igualmente lembrar o *Especial Informação Agonia*, emitido na SIC, que suplanta, a 30 de Janeiro, as audiências da TVI.

Multiplicadas pelas estações privadas generalistas, as *novelas da vida real* revolucionaram a programação. A de entretenimento e a informativa. Até certo ponto, isso era inevitável. A oferta televisiva como uma realidade composta por elementos específicos (os programas) inseridos num macrodiscurso global (a grelha) é uma perspectiva adoptada por vários teóricos segundo os quais uma emissão é sempre condicionada pelos programas que lhe são contíguos e, acima de tudo, pela política editorial da respectiva estação. Porque ocupam um grande espaço no interior das grelhas, talvez os novos *reality shows* emitidos pelos canais privados tivessem sido os que mais influenciaram os restantes conteúdos televisivos. Os enredos desses formatos entraram noutros programas, deram origem a emissões especiais, tornaram alguma da ficção nacional semelhante a si e misturaram aquilo que é intrínseco ao entretenimento com aquilo que é idiossincrático ao jornalismo. Os jornalistas criaram peças sobre as novelas da vida real e os que estavam envolvidos na produção desses *reality shows* fizeram aquilo que se pretendia que fossem reportagens sobre os respectivos concorrentes. Como se os noticiários passassem a ser um tempo de desconstracção e as emissões de entretenimento um momento de informação.

Valorizando a ligação directa a factos cujas causas e consequências ainda estão por apurar, insistindo em assuntos quotidianos anódinos e privilegiando fontes anónimas que falam em registos emotivos, os noticiários distinguiram-se cada vez menos das *novelas da vida real*. Por outro lado, ao integrar no alinhamento dos noticiários reportagens sobre esses *reality shows*, os respectivos editores, para além de promoverem uma confusão entre o real e a ficção, acentuavam, nesse tempo, a miopia do sistema informativo em relação à dinâmica social. Já sabemos que a actualidade noticiosa é sempre uma selecção de acontecimentos, mas convém que o filtro por onde passam

<sup>215</sup> No caso da SIC, alguns programas de informação transitam para a SIC Notícias. É o caso de *Esta Semana*.

os factos que acedem à visibilidade mediática reflecta o mundo onde vivemos e não apenas o universo televisivo, fazendo-nos crer que nada mais se passa para além daquilo que é criado no pequeno ecrã. Também os avanços que o jornalismo televisivo faz em direcção aos territórios do domínio privado levantam a questão de saber se essa aparente transparência confere maior proximidade àquilo que se passa. Nem sempre o excesso de luz permite a melhor visibilidade, o que valoriza o discurso enquanto âncora imprescindível para aquilo que se vê. Mas é exactamente essa atracção pela hiper-visibilidade, desligada de qualquer contextualização, que a TV promove por esta altura. E que o jornalismo televisivo não é capaz de travar, procurando outras formas de explicar a realidade que ultrapassem a hipertrofia representativa que resulta de uma cultura assente na velocidade da imagem e na escassez da palavra.

A profusão dos novos *reality shows* veio comprovar o que todos pressentiam há muito: no audiovisual a oferta é determinada pelas leis do mercado. São várias as declarações dos responsáveis dos canais de televisão que apontam nesse sentido<sup>216</sup>. Ao retirar a informação semanal das grelhas, os canais generalistas portugueses subtraíram uma parte estrutural do espaço público televisivo: a que se desenvolve através do debate entre diferentes interlocutores. Refira-se, por exemplo, que em Dezembro de 2001 houve eleições autárquicas e que esse tema no que à programação informativa semanal diz respeito apenas esteve presente na emissão da *Grande Informação* que partiu dos resultados do escrutínio para abordar o cenário de crise política que poderia levar a eleições antecipadas<sup>217</sup>. Ao desaparecerem da grelha da SIC e da TVI os programas de desporto, a TV privada ficou com o horário nobre depois do noticiário das 20h00 circunscrito a conteúdos de entretenimento, tidos como os mais propícios para a venda de espaços publicitários. No entanto, uma televisão não pode – não deve! – estar apenas submetida a condicionamentos económicos, sob pena de se reproduzir sempre mais do mesmo e cada vez pior. Pela nossa parte, pensamos que os espaços informativos poderão ser uma alavanca fortíssima para restituir qualidade à oferta televisiva e para conferir ao espaço público contemporâneo uma nova vitalidade.

<sup>216</sup> Em entrevista ao *Diário de Notícias* de 27 de Outubro de 2001, o director de Programação da SIC, Manuel Fonseca, afirmava o seguinte: “Antes de mais, faz-se televisão para captar público (...). O segundo elemento vital é que somos uma estação comercial, que vive do investimento publicitário. Queremos fazer uma televisão que gratifique os nossos principais clientes – os anunciantes”.

<sup>217</sup> Nesse debate, participaram António Seguro (PS), Ruben Carvalho (PCP), Francisco Louçã (BE) Nobre Guedes (PP) e Ferreira do Amaral (PS).

## 4.5 2002: A consolidação de audiências da TVI

Não é um ano muito diferente do anterior, o de 2002, mas nele evidencia-se uma maior diversidade de géneros em horário nobre. Se o entretenimento se faz, sobretudo, com ficção nacional e com *novelas da vida real*, a informação não se circunscreve a noticiários, inserindo na grelha programas semanais, conduzidos por jornalistas. Isso acontece na SIC e na RTP, que, nesse ano, e por causas diferentes, atravessam um clima de grande conturbação interna. A estação privada, devido a uma perda substancial de receitas publicitárias resultante de um período de recessão económica; o operador público, por causa da agitação política que caracteriza o período das eleições legislativas que, em Março, provocam uma mudança do partido do Governo, o que tem reflexos imediatos na RTP: Conselho de Administração e Direcções de Programas e de Informação passam a ser presididos por outras pessoas.

Sendo alvo de reajustamentos importantes no final de 2001, a RTP apresenta modificações mais expressivas no início de 2002. A 28 de Janeiro, o operador público surge com outra imagem: novos grafismos, novos cenários, novos formatos e novos apresentadores. Emídio Rangel havia prometido um “renascimento” da TV pública e isso faz-se, em grande parte, na informação e com profissionais que estavam na SIC<sup>218</sup>. Antes de ser dada a ver no ecrã, esta renovação torna-se visível numa forte campanha publicitária com os principais profissionais da RTP, exibidos em *outdoors* e em espaços publicitários de outros *media*. Segundo o director de *marketing* da empresa pública, a intenção era “passar uma imagem de uma RTP mais emotiva e, em vez de promover programas, promover pessoas” (*Público*, 28 de Janeiro de 2002). O início daquela que se pretendia que fosse uma nova era da TV pública dá-se com a ocupação de uma nova franja horária pela informação: a do período da manhã que antecede *A Praça da Alegria*. O *Bom Dia Portugal*, apresentado por Alberta Marques Fernandes, seria uma espécie de programa *omnibus* onde caberiam conteúdos jornalísticos e outros com marcas do entretenimento. Por isso, no estúdio, havia lugar para as notícias como também para cantores ou para os bonecos do *Contra Informação*. Seria esta mais uma forma de atrair telespectadores que poderiam também optar pela *Informação da Manhã*, um formato idêntico ao da TV pública que, uma semana antes, estreia na SIC. No que diz respeito a programas de informação semanal, a RTP1 integra no horário nobre do primeiro semestre emissões conduzidas por jornalistas (*Grande Informação* e *Planeta Azul*), emissões apresentadas por políticos (*Conversas de Mário Soares*) e um formato que é, sobretudo,

<sup>218</sup> Emídio Rangel vai buscar à SIC Alberta Marques Fernandes para o *Bom Dia Portugal*, José Alberto Carvalho para o *Telejornal* e Júlia Pinheiro para *Gregos e Troianos*.

um espaço de debate que parece mais de entretenimento do que de informação (*Gregos e Troianos*).

A rescisão do contrato de Emídio Rangel com a RTP, assinada a 30 de Agosto de 2002, e a consequente nomeação de novos directores de Programas e de Informação originam, no último trimestre do ano, algumas alterações, mais visíveis na área informativa. Na grelha de Outono, *Grande Informação* dá lugar a *Grande Repórter* e a *Grande Entrevista*; o formato *Gregos e Troianos* muda o nome para *Prós e Contras*, aparecendo a 14 de Outubro reformulado a vários níveis: a moderadora passa a ser uma jornalista (Fátima Campos Ferreira), os temas são escolhidos de acordo com a actualidade noticiosa, a maioria dos convidados que ocupa o palco das discussões são políticos ou desenvolvem uma actividade profissional que se cruza com o assunto em debate. No último trimestre de 2002, a Direcção de Informação da RTP cria um espaço de informação a que chama *Operação Especial*, ou seja, emissões não-regularizadas, que surgem no horário nobre do canal generalista em momentos sociais ou políticos particularmente fortes. Mais do que reagir aos factos, o canal generalista público pretende antecipar-se a eles, desenhando, desse modo, um certo quadro da realidade.

A SIC começa o ano com uma engenharia de programação que procura equilibrar a informação com o entretenimento. Reaparecem as *novelas da vida real*, mas cede-se também o horário nocturno a programas semanais coordenados e apresentados por jornalistas. Arriscam-se novos enredos de ficção nacional<sup>219</sup> e apostam-se em novos segmentos horários para emissões informativas, como é o caso das primeiras horas da manhã. Esta maior visibilidade do jornalismo televisivo é neutralizada na grelha de Outono que, em horário nobre, é novamente entregue a formatos de entretenimento.

Insistindo em ancorar o segmento da noite nas *novelas da vida real*, a SIC coloca no ar, a partir de Março de 2002, num novo formato da Endemol, *Masterplan*, cuja emissão semanal é apresentada pela modelo Marisa Cruz e pelo humorista Herman José que, a partir dessa data, aparece diariamente no ecrã de Carnaxide com uma rubrica de um minuto intitulada *A Anekdota do Herman*<sup>220</sup>. No dia de apresentação das novidades da estação, o presidente do CA, Francisco Pinto Balsemão, disse “acreditar que o ‘Grande Mestre’ pode ser o ‘Big Brother’ da SIC” (*Diário de Notícias*, 4 de Março de 2002). Por seu lado, o director de Programas, Manuel da Fonseca, explica que, com

<sup>219</sup> Em Janeiro, estreia *Fúria de Viver*, um formato italiano, produzido pela Endemol, que reparte as primeiras horas dos serões televisivos com a novela da Globo *O Clone*. Em Setembro, tenta-se outro enredo: *O Olhar da Serpente*, escrito pela jornalista Felícia Cabrita e por Francisco Nicholson, produzido pela NBP e integrado no segmento da novela da Rede Globo *Esperança*. Todavia, não será com estas opções que a SIC conseguirá audiências que ultrapassem a popularidade que o mesmo género reunia na TVI.

<sup>220</sup> Em entrevista à edição n.º 1235 da *TV Guia* (Outubro de 2002), o director de Programas da SIC, Manuel Fonseca, afirma que foram “compromissos entre a programação e os interesses comerciais que culminaram n.º ‘A Anekdota do Herman’”.

esse formato, seguirá a mesma tática da TVI: colá-lo às novelas, constituindo com ele uma espécie de mini-grelha dentro da SIC. Essa opção não se revela rentável do ponto de vista das audiências. Nos últimos meses de 2002, a SIC insiste em manter o horário nobre dominado pelas *novelas da vida real*, mas, em vez de recriar um ambiente por onde fizesse circular a vida pública e privada de um conjunto de concorrentes, a Direcção de Programação concebe um formato que segue o quotidiano de cantores de uma música conhecida como “pimba”, colocando no ecrã vivências pessoais muito próximas daquelas que o *Big Brother dos Famosos* exibia no canal concorrente (*O meu nome é Ágata* e, posteriormente, *A Casa do Toy*). Como acontecera num passado recente, no embate de programas do mesmo género, a TVI alcança melhor audimetria. Não cedendo tanto espaço à informação semanal como o canal generalista público, no início do ano a SIC integra na sua grelha dois programas que fazem renascer uma forma de jornalismo que a estação vinha implantando desde 1993, mas que a era *Big Brother* apagara nos dois últimos anos. Alcides Vieira, director de Informação do canal, diz que esta fase corresponde a um “relançamento do pendor informativo da estação” (*TV Guia*, n.º 1202, Fevereiro de 2002). Em Janeiro, aparece a 3.ª edição de *Ficheiros Clínicos*, coordenado e apresentado pela jornalista Cláudia Borges, que estreara esse programa em Agosto de 1998; e *Hora Extra*, coordenado e apresentado por Conceição Lino, uma jornalista que passara por *Praça Pública* e que, desde 1996 até 1999, apresentara *Casos de Polícia*, um programa de grande longevidade no horário nobre da SIC. Acrescente-se que, no primeiro mês do ano, a aposta na informação estende-se às emissões diárias: ao *Primeiro Jornal* que, na última semana de cada mês, desloca o respectivo estúdio para diferentes cidades do país; e à criação de um programa novo para as primeiras horas: *Informação da Manhã*<sup>221</sup>. Ao contrário daquilo que havia sido feito no início do ano, a grelha de Outono evidencia um desinvestimento na programação de natureza jornalística. A *Informação da Manhã* é substituída por *Iô-Iô*, um programa destinado ao público infantil cuja apresentação é entregue à modelo Marisa Cruz, que, na anterior grelha, desempenhava idênticas funções no *reality show Masterplan*. *Ficheiros Clínicos* desaparece e *Hora Extra*, apesar de permanecer na grelha, é remetido para um horário cada vez mais tardio, a lembrar as *Insónias*, um espaço de informação que o canal criara em Setembro de 1994 para um público minoritário. Ao celebrar, a 6 de Outubro de 2002, dez anos de existência, o canal que inaugurou as suas emissões com um noticiário tem na renovação do cenário do *Jornal da Noite* a mudança mais significativa do último trimestre do ano.

<sup>221</sup> Num compromisso entre informar e entreter, a SIC ocupa, a partir de Janeiro, as primeiras horas da tarde com um magazine. *As Duas por Três* mistura três apresentadores com perfil diferente: Henrique Mendes, Júlia Pinheiro e, uma cara nova em Carnaxide, Fernanda Freitas, que transita do Canal 21 da TV Cabo.

Se em 2002 os *reality shows* continuam a marcar a engenharia de programação da TVI<sup>222</sup>, na verdade são as novelas que ganham mais terreno, o que é compreensível numa estação que se assume vocacionada para um público feminino. Definindo o objectivo do canal a cujo Conselho de Administração preside, Paes do Amaral reconhece que o respectivo “*target* são as donas de casa activas” (*Público*, 8 de Abril de 2002). Falando das suas estratégias de programação, o director-geral da TVI, José Eduardo Moniz, afirma o seguinte: “se uma estação concorrente passa um jogo de futebol que tem um público maioritariamente masculino, nós pomos no ar uma telenovela que se dirige mais às mulheres” (*Jornal de Notícias*, 5 de Fevereiro de 2002). Este género, mais do que qualquer um outro, favorece igualmente aquilo que Moniz diz ser essencial num canal de televisão: “Criar água na boca ao espectador” (*Diário de Notícias*, 27 de Março de 2002), isto é, prendê-lo a conteúdos que não têm um desfecho imediato. Os programas de informação semanal continuam excluídos de qualquer estratégia de programação da TVI.

Neste período, nota-se uma maior atenção à oferta televisiva dos outros canais, nomeadamente na área do entretenimento. Se a RTP começa a transmitir em Fevereiro a *Operação Triunfo* no seu formato original (criado em Espanha pela Gestmusic) e, em Setembro, a respectiva versão portuguesa, a TVI contrapõe *Academia de Estrelas*, uma produção da Endemol em relação à qual o director da TV pública, Emídio Rangel, garantia haver “pecado de plágio” (*Público*, 6 de Fevereiro de 2002). Se Manuel Luís Goucha garantia no período da manhã a liderança de audiências à RTP1, a Administração da TVI convence-o a transferir-se, em Setembro, para Queluz, para aí fazer um programa idêntico<sup>223</sup>. Se as estações generalistas pareciam dispostas a continuar a apostar na ficção nacional e como esta se constituía como vector estruturante da grelha do canal quatro, o grupo que detinha o controlo do capital da TVI, a Media Capital, adquire, no início de 2002, 45% da Nicolau Breyner Produções (NBP), uma compra que o presidente daquele grupo mediático classifica de “importância vital e estratégica” (*Público*, 8 de Abril de 2002), na medida em que permite um certo controlo do mercado. Na sua perspectiva, “seria um desastre [para a TVI], se a SIC que já tem acordos com a Globo e com a Endemol, e se a RTP, que tem a Olivledesportos, viessem a fechar qualquer acordo com a NBP”. É certo que essa aquisição não aprisiona a produtora à TVI – exemplo disso é o facto de em 2001 a SIC transmitir a novela *O Olhar da Serpente* com a assinatura da NBP –, mas é para o canal quatro que canaliza mais trabalho.

<sup>222</sup> *A Ilha da Tentação* e *A Academia de Estrelas* dominam o primeiro semestre de 2002; as duas edições do *Big Brother dos Famosos* condicionam a arquitectura da grelha do segundo semestre.

<sup>223</sup> A TVI já tinha tentado preencher a franja horária da manhã, estreando, em Fevereiro de 2002, *As Manhãs de Sofia*, com apresentação de Sofia Alves, popularizada nas novelas emitidas em horário nocturno. No entanto, desentendimentos com a produtora Teresa Guilherme e a forte concorrência que, naquelas horas, havia noutros canais que tinham, há alguns anos, programas semelhantes afastaram a actriz do programa.

## 5. Entre a (re)políticação e a espectacularização do espaço público mediatizado

### 5.1 O PAP em 2003

Um protocolo RTP/SIC/TVI, uma nova Lei da Televisão, uma outra para o financiamento do serviço público de radiodifusão, ainda outra sobre a reestruturação do sector empresarial do Estado na área do audiovisual e um novo Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão são documentos que em 2003 reconfiguram o audiovisual, fazendo deste período um dos mais fortes na intervenção do Governo no campo televisivo desde o aparecimento da TV privada no nosso país. Não se pode afirmar que estas políticas de comunicação tiveram uma grande visibilidade nos ecrãs, mas marcaram novos rumos no PAP.

Em Dezembro de 2002, o Governo havia tornado público um texto intitulado “*Novas Opções para o Audiovisual*” em que se anunciavam medidas concretas para os *media* de serviço público que se considerava estarem numa “crise de identidade, de estratégia, de organização e de integridade, conjugadas com uma gravíssima situação financeira”<sup>224</sup>. Desenha-se aí um modelo de financiamento para o sector público de televisão que é regulamentado pela Lei n.º 30/2003, de 22 de Agosto, que prevê como fontes financiadoras as indemnizações compensatórias, uma renascente taxa (“Contribuição para o Audiovisual”) e as receitas publicitárias, sendo estas últimas “afectas ao serviço da dívida consolidada e, posteriormente, a novos investimentos, não sendo utilizáveis para financiar a

<sup>224</sup> Neste documento apresentavam-se algumas medidas em curso na RTP: a extinção da Direcção-Geral de Antena, estabelecendo-se a autonomia entre a Direcção de Informação e a Direcção de Programas; a redução dos custos da grelha; a diminuição do número de funcionários, a liquidação da RTC, da FOCO e da Edipim; a alienação da *TV Guia*, a aquisição da totalidade da NTV e a liquidação da dívida ao ICAM referente à taxa de publicidade. Em anexo, juntava-se um documento do operador público com algumas alterações na área dos conteúdos: a estabilização da grelha; o cumprimento de horários; a criação de *Prós e Contras* como “um espaço de debate por excelência da televisão em Portugal”; a colocação em antena da série *O Processo dos Távoras*; a reformatação de *A Praça da Alegria*, a criação de novos espaços de jornalismo, a fixação de uma duração para o *Telejornal*; e a criação de linhas de programação especial. Algumas dessas mudanças tornar-se-ão visíveis ao longo de 2003.

sua exploração corrente” (art. 1º). No que diz respeito aos encargos, fixa-se uma previsão “num horizonte plurianual, com duração de quatro anos”, devendo-se “identificar, além dos custos totais para o período de quatro anos, a parcela anual desses encargos”. Evidencia-se aqui um cuidado particular em controlar as despesas da RTP, estipulando-se ainda “a impossibilidade de endividamento adicional pelo operador, excepto em situações devidamente autorizadas pelo accionista Estado”. Esta política da comunicação centrada na contenção dos custos é reforçada no Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão assinado em Setembro de 2003. Para além de destinar o dinheiro dos espaços publicitários da RTP à amortização da dívida da empresa pública (calculada em mil milhões de euros) ou a novos investimentos, decide-se também encurtar os intervalos comerciais para seis minutos e meio por hora, enquanto o canal dois continuaria apenas com publicidade institucional. Seria esta uma forma de retirar a RTP das guerras comerciais, garantindo, por outro lado, um maior volume de receitas publicitárias aos canais privados que, por seu lado, se disponibilizavam a cumprir contrapartidas fixadas num protocolo assinado a 21 de Agosto de 2003. Nele, a SIC e a TVI comprometiam-se a apoiar e a financiar a produção independente, a ceder conteúdos para os canais internacionais, a promover uma programação cultural e a apoiar públicos com dificuldades auditivas. Um dia depois da assinatura desse protocolo RTP/SIC/TVI, era publicada em *Diário da República* uma nova Lei de Televisão (Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto) que apresentava obrigações genéricas para todos os canais e uma nova regulação em matéria de conteúdos. De acordo com o artigo 24.º, nenhum operador deverá permitir a emissão, em sinal aberto, de programas que coloquem em causa a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais, que contenham pornografia, que incitem à violência gratuita, ao ódio, ao racismo e à xenofobia. Estas obrigações são retomadas no artigo n.º 30, que obriga os canais de TV a adoptarem uma “ética de antena”. Este novo enquadramento legal do audiovisual reforça o regime sancionatório aplicável à actividade televisiva, considerando-se como “contra-ordenação muito grave”, por exemplo, a inobservância do artigo n.º 24, acima citado, prevendo-se, para isso, uma punição “com coima de 75 000 a 375 000 euros e a suspensão da transmissão do serviço de programas”. É no capítulo IV, reservado ao “serviço público de televisão”, que a Lei é mais precisa nos conteúdos esperados desse operador, enfatizando-se de modo particular as obrigações no campo da informação. Precisamente um mês depois da publicação da Lei da Televisão, a 22 de Setembro de 2003, o Estado e a RTP assinam um novo Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão<sup>225</sup>.

<sup>225</sup> É a segunda vez, depois do aparecimento da TV privada, que se procede à reformulação do Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão. A primeira aconteceu em Dezembro de 1996 e a principal emenda situou-se ao nível do próprio conceito de *serviço público*, circunscrito no contrato de Março de 1993 a um conjunto de obrigações específicas e estendido, a partir de 1996, a toda a programação dos canais públicos.

Logo nos considerandos, traça-se o modelo de programação e o posicionamento editorial de um operador público:

- “ser uma fonte de programas alternativa à televisão comercial”;
- “satisfazer as múltiplas necessidades culturais, educativas e recreativas dos diversos públicos”;
- “desenvolver uma programação pluralista, inovadora e variada, que responda a elevadas normas éticas e de qualidade e que não sacrifique esses objectivos às forças do mercado”;
- “proporcionar uma informação imparcial, independente, esclarecedora e pluralista, que suscite o debate e que exclua a informação-espectáculo e o sensacionalismo”.

## 5.2 A programação dos canais generalistas: “A TVI marca o ritmo”

### 5.2.1 RTP: uma alternativa aos canais privados

Se as iniciativas legislativas que incidem particularmente no audiovisual público aparecem no segundo semestre de 2003, no início desse ano a RTP começa a dar sinais de alguma renovação, desde logo pelo *slogan* em que se anunciava que “a televisão pública está a mudar”. Não se trata, no que concerne à oferta televisiva, de uma mudança radical e nem isso seria exigido a uma Direcção que tomara posse há menos de meio ano. Na apresentação da temporada da Primavera, o presidente do CA da RTP, Almerindo Marques, defende que existiria já “melhor serviço público, com menos custos”. O director de Programas, Luís Andrade, fala reiteradamente no abandono da contra-programação (*TV Guia*, n.º 1250, Janeiro de 2003; *Público*, 25 de Setembro de 2003); o director-adjunto, Nuno Santos, insiste em referir-se à grelha do canal público generalista como uma alternativa à oferta dos privados, desvalorizando a luta pelas audiências (*TV 7 Dias*, n.º 857, Agosto de 2003; *Público*, 11 de Outubro de 2003). Ainda que este último responsável pela programação da RTP tenha afirmado à edição de 6 de Fevereiro de 2003 do *Público* que “2004 é o ano em que se fazem as contas”, a verdade é que, ao longo de 2003, a RTP vai registando valores audimétricos que a retiravam de uma zona sombria<sup>226</sup>. Essa subida do número de telespectadores é tributária não do aparecimento de

<sup>226</sup> Em Janeiro, a RTP registou a mais alta audiência média desde Setembro de 2000, altura em que a TVI começou a emitir o *Big Brother* (*Público*, 5 de Fevereiro de 2003); a 21 de Março reuniu um *share* que não registava desde meados dos anos 90 (*Público*, 22 de Março de 2003); e a 17 de Dezembro alcançou o segundo melhor *share* diário desde 1 de Setembro de 2000 (*Público*, 19 de Dezembro de 2003).

novos programas, mas de uma filosofia de programação diferente daquela que tinha estado a ser seguida nos últimos anos.

Na verdade, em 2003 não se encontram muitas novidades na oferta televisiva do canal generalista público. Talvez a mais expressiva seja a ocupação do segmento horário a seguir ao *Jornal da Tarde* por um magazine, *Portugal no Coração*, que, a partir de Fevereiro, aparece em continuidade com *A Praça da Alegria*. Paralelamente à programação que tinha estado a ser apresentada como alternativa às estações privadas, o canal generalista público beneficia, no primeiro semestre do ano, da rápida resposta e permanente acompanhamento à guerra no Iraque. A RTP foi considerada a única televisão do mundo a transmitir em directo o primeiro ataque americano, através do trabalho desenvolvido no Kuwait pelos repórteres Carlos Fino e Nuno Patrício. Ainda que o público se aproximasse das estações privadas para assistir a programas de entretenimento, era preferencialmente o canal público que sintonizava para se informar sobre aquilo que estava a acontecer, nomeadamente na região do Golfo. Segundo dados da Markttest, no *top 10* dos programas mais vistos em 2003, o *Telejornal* é o único programa que consta dessa lista, para além dos jogos de futebol. Ao longo do ano, a informação diária da RTP reúne altos índices de audiência, apesar de o canal generalista público perder um *share* substancial quando terminava o *Telejornal*.

Ainda que não apresente grandes novidades na oferta televisiva, a RTP adopta no início de 2003 uma nova estratégia de programação, intitulada *12 Meses, 12 Temas*<sup>227</sup>. Em cada mês, haveria uma temática específica, transversal a toda a grelha (noticiários, entrevistas, magazines, filmes, etc.). Com isso, mais do que absorver influências exteriores ou acompanhar uma agenda predeterminada por certas instituições, o operador público escolheria, ele próprio, aquilo a que daria visibilidade. Poderia ser esta uma forma de o pequeno ecrã reflectir e reconfigurar a vida de todos os dias do cidadão comum, mas a intersecção dos temas propostos com o campo jornalístico não foi muito explícita para as audiências, na medida em que os programas de informação optaram mais por seguir o critério da actualidade, nomeadamente a política, como veremos à frente. Anunciada para o período de um ano, esta iniciativa apenas perdura no primeiro semestre de 2003<sup>228</sup>.

No que diz respeito à informação semanal em período nocturno, mantém-se praticamente inalterado o desenho do ano anterior, mas em 2003 é a RTP1

<sup>227</sup> Esta não foi uma ideia original da RTP. Em 1999, o canal espanhol Telecinco colocou no ar uma série de *spots* sob o lema *12 Meses, 12 Causas*, através dos quais se pretendia chamar a atenção para problemas sociais. Deles resultou a atribuição anual de galardões que distinguiam instituições e pessoas individuais que se evidenciavam na ajuda aos outros.

<sup>228</sup> Na primeira metade do ano, destacaram-se “As dependências” (Janeiro); “Os nossos casos de sucesso” (Fevereiro); “As nossas famílias” (Março); “A sexualidade” (Abril); “As doenças do nosso tempo” (Maio); e “O nosso corpo” (Junho).

quem soma semanalmente mais emissões, quando comparada com os outros canais: emissões especiais, ditadas pela actualidade e que decorrem frequentemente em espaços exteriores às instalações da RTP (*Operação Especial*); um debate (*Prós e Contras*); um programa de desporto (*Fora de Jogo*); um programa de entrevista e outro de reportagem, que alternam à 5.ª feira (*Grande Entrevista* e *Grande Repórter*). Este último género viria a ser substituído, a partir de Novembro, por um outro intitulado *Debate da Nação*<sup>229</sup>. Corresponderiam estas emissões a um investimento acrescido na informação semanal? Não. Se neste período o operador público se torna mais visível neste tipo de programação, tal acontece devido ao desinvestimento das estações privadas neste campo, nomeadamente da SIC. Excepto *Debate da Nação*, que aparece em Novembro de 2003, os restantes programas transitam da grelha do ano anterior.

### **5.2.2 SIC: uma oferta que se desenha a partir do interesse do público**

Novelas brasileiras da Rede Globo, formatos de humor em português, concursos de música centrados no *casting* e programas que dão voz a quem se diz vítima de injustiças sociais constroem, em 2003, parte do segmento nocturno da SIC aberto pelo *Jornal da Noite*. Esta oferta televisiva não será uma clonagem da grelha da TVI, mas desenvolve-se na mesma linha de atracção das audiências: a das emoções, através das quais se pretende criar um elo afectivo com o público. É nesta filosofia de programação que aparece em Setembro *Ídolos*, que procura aproximar o telespectador de actores (jovens à procura de visibilidade mediática) que se apresentam em espectáculo (do corpo ou de voz) dentro do ecrã.

Ao longo do ano, a SIC foi desenhando um horário nobre vocacionado essencialmente para o entretenimento, apresentando, por vezes, formatos que alcançam assinalável destaque. Não será propriamente uma novidade deste canal a aposta em conteúdos de humor, mas o programa que surge a 6 de Janeiro introduz uma certa inovação no PAP. *Levanta-te e Ri* é uma emissão de *stand-up comedy*, feita em directo de um ambiente de clube nocturno, com comediantes convidados, havendo ainda um espaço para piadas gravadas na rua com gente anónima. É para as emoções que este programa nos remete, tal como as telenovelas que preenchem o *prime time* do canal. Em Março, a SIC faz surgir em horário nocturno um novo filão de programas, desta vez vocacionado para temas esotéricos. É neste âmbito que se integram *Do Outro Mundo* (aparece a 6 de Março e prolonga-se até 5 de Junho) e *O Sono da*

<sup>229</sup> Este programa não integrará a nossa análise de temas e convidados devido à opção que fizemos em seleccionar programas que estivessem em antena há, pelo menos, três meses.

*Verdade* (surge a 29 de Março e termina a 20 de Setembro) que trazem a estúdio conversas e experiências à volta do sobrenatural e da hipnose. Interessa aqui o que está para além do real ou as vivências que poderiam ser reactualizadas através de processos de regressão, sem disso os próprios actores terem consciência. Numa resposta à 4.ª edição do *Big Brother* na TVI e à 2.ª edição da *Operação Triunfo* na RTP, a SIC estreia a 5 de Setembro um formato da empresa *Fremantle Media* chamado *Ídolos*, um programa semelhante à *OT* do canal público, o que é sublinhado pelo director-adjunto de Programas da RTP, Nuno Santos, e negado pelo director de Programas da SIC, Manuel Fonseca (*TV 7 Dias*, n.º 863, de Outubro de 2003). Mais do que descobrir novos talentos de música – um propósito reiteradamente apontado pelos responsáveis e apresentadores das emissões – o objectivo deste formato é rentabilizar audiências. Em entrevista à *TV 7 Dias* (n.º 863, de Outubro de 2003), Manuel da Fonseca afirma o seguinte: “Os *Ídolos* permitem-nos estabelecer uma relação directa com os espectadores. É uma porta aberta à opinião e ao voto, o que, no final, fará com que alguns milhões de espectadores sintam que foram eles a fazer o programa”. Eis aqui o exemplo da terceira fase da televisão de que fala Eliseo Veron (2001). Se das audiências se espera uma participação que complete a produção de determinado programa, torna-se obrigatório construir permanentes elos de ligação com os diversos públicos, facilitado se os conteúdos promoverem um registo de afectividade. Dentro e fora do ecrã.

Em termos de informação semanal emitida em período nocturno, neste período a SIC apenas tem no ar *Hora Extra*, que estreou em 2002. Coordenado e apresentado por uma jornalista com uma vasta experiência neste género de emissões, este programa constitui-se como uma janela aberta à discussão de temas diversificados, com convidados de perfil variado, mas a Direcção da SIC não o dirige ao grande público, colocando-o sempre num horário depois da meia-noite. Interrompido em Junho para férias, já não regressa na temporada de Outono. No seu lugar, aparecem alternadamente *Grande Reportagem* e *País em Directo*<sup>230</sup>. Antes do ano terminar, ambos os programas são incluídos no *Jornal da Noite* de fim-de-semana<sup>231</sup>.

Num misto de informação e entretenimento, a SIC cria, no início de 2003, três novos formatos centrados em pessoas a quem se reconhece o estatuto de vítimas, em relação às quais a televisão pretende assumir uma função reparadora de injustiças sociais. Em Janeiro, aparecem *Bombástico* (dia 10), *Escândalos* e

<sup>230</sup> O primeiro ressurgue a 22 de Outubro e termina a 19 de Novembro, contando apenas três emissões; o segundo aparece a 29 de Outubro e desaparece a 10 de Dezembro.

<sup>231</sup> *Grande Reportagem* é emitido no noticiário de domingo e resulta de um trabalho feito em parceria com a revista *Visão*, um título do mesmo grupo a que pertence a SIC, a Impresa. *O País em Directo* ganha um outro formato e um outro nome: é encurtado, passa a chamar-se *Nós por Cá* e integra peças que chamam a atenção para situações que merecem ser revistas: património degradado, comportamentos inesperados e reprováveis de certos profissionais...

*Boatos* (dia 21) e *O Crime não Compensa*<sup>232</sup> (dia 28), programas feitos por produtoras externas que colocam semanalmente no ecrã convidados que dão conta de situações que consideravam injustas, apontando aqueles que julgavam serem os respectivos culpados, apesar de estes estarem sempre ausentes do ecrã. Não se trata aqui de uma oportunidade de *pensar* casos de injustiça social, mas, sobretudo, de ressaltar o *sentir* daqueles que falam. Sem uma longevidade assinalável, este género de programação, enquanto se mantém em antena, suscita uma acesa polémica, nomeadamente o *Bombástico*, que encontra na classe dos juízes uma severa oposição quanto à forma como é conduzido o programa. Estas emissões, apresentadas por profissionais da televisão sem carteira de jornalista, não poderão naturalmente integrar-se naquilo que se entende por informação televisiva: não seguem critérios jornalísticos, violam sistematicamente o princípio do contraditório e ultrapassam com bastante frequência princípios éticos, nomeadamente quando incitam os convidados a falarem de experiências íntimas, acusando terceiros ausentes dos *plateaux*. No entanto, são estes formatos que a SIC coloca no remate do horário nobre, subtraindo com eles o espaço para outro tipo de realidade: aquele que o jornalismo constrói com regras específicas.

### 5.2.3 TVI: uma grelha que avança (mais) em direcção ao espaço privado

Em 2003, a TVI retoma a engenharia de programação adoptada nos dois anos anteriores, nomeadamente no segmento do *prime time* que se constrói essencialmente com o *Jornal Nacional* e com ficção nacional, à qual se junta, a partir de 31 de Agosto, mais uma edição do *Big Brother*. Para além das telenovelas, este canal continua a apostar em séries faladas em português, recorrendo, por vezes, a formatos internacionais, como é o caso de *Ana e os Sete*, que comprou à RTVE. Todavia, é a produtora NBP a principal fornecedora deste tipo de conteúdos, construídos a partir de uma sinopse simples que se desenvolve em várias cidades do país<sup>233</sup>, promovendo-se, assim, uma proximidade a públicos que habitam diferentes regiões. É também uma produtora externa ao canal (a Endemol) a responsável por aquilo que foi para a TVI a “locomotiva” da sua grelha: o *Big Brother*, cuja edição de 2003 se apresenta mais arrojada do que as anteriores. Antecipando-se a formatos similares dos outros canais, o BB4 estreia no último dia de Agosto a fim de neutralizar as audiências que as emissões concorrentes

<sup>232</sup> *Escândalos e Boatos* e *O Crime não Compensa* alternavam quinzenalmente no mesmo horário, ambos eram produzidos por Ediberto Lima, o mesmo produtor de *O Bar da TV*, e faziam parte de um projecto que se intitulava *Terça em Grande*.

<sup>233</sup> Concentrando-nos apenas em 2003, a ficção nacional apresentada pela TVI teve como cenário diferentes lugares do nosso país. *Coração Malandro* foi gravado em Lisboa e no Piódão; *Saber Amar*, em Lagos; *Ana e os Sete e Olá Pai*, em Lisboa; a primeira série de *Morangos com Açúcar*, em Cascais, em Sintra e em diversas regiões do Algarve; *O Teu Olhar*, na Figueira da Foz e em Coimbra; *Queridas Feras*, em Évora e em Montemor-o-Novo.

pudessem reunir e promete ir mais além na exploração da vida íntima dos concorrentes do que aquilo que acontecera num passado recente. O *slogan* escolhido para esta edição é a garantia de que os concorrentes “vão pôr tudo a nu”.

Em entrevista à edição n.º 853 da *TV 7 Dias*, o director-geral da estação, José Eduardo Moniz, afirma ter “uma programação que marca o ritmo e eles [os outros canais] reagem”. Isso não significa que se ignore a oferta televisiva concorrente. Se nos anos anteriores sobressai uma atenção particular à SIC, em 2003 esse cuidado estende-se igualmente à RTP1, que reúne mais audiência no período matinal em que apresenta *Bom Dia Portugal* e *A Praça da Alegria*. Se este último programa concorre com *SIC 10 Horas* e *Olá Portugal* (na TVI), a emissão informativa que faz o arranque da grelha da RTP não tem uma concorrência nas outras estações generalistas em 2003<sup>234</sup>. Pelo menos até 27 Outubro, altura em que a TVI ocupa as primeiras horas do dia com o *Diário da Manhã*<sup>235</sup>. É na procura do interesse do público que este novo formato se desenvolve a fim de retirar alguma audiência que a RTP1 capitalizava durante a manhã, principalmente com *A Praça da Alegria*<sup>236</sup>.

A informação semanal continua a ser desvalorizada na TVI. No início de 2003, estreia-se, em horário tardio, um formato que, não sendo jornalístico, desenha em estúdio um espaço televisivo ocupado por protagonistas de actos brutais sobre terceiros e por vítimas de agressões de vária ordem. *Eu Confesso* surge, assim, para dar visibilidade a autores de crimes graves que, em estúdio, são confrontados com aqueles que agrediram ou com os respectivos familiares. Porque o que importa são as emoções e a forma como elas podem ser integradas num Estado de Direito, a produção do programa secunda esses actores por um painel constituído por especialistas ligados à Psicologia e ao Direito Criminal. Também em Janeiro, há um programa que transita do segmento horário de final de tarde para o período nocturno: *Vidas Reais*, um formato construído através de depoimentos de convidados que, em televisão, falam essencialmente de vivências privadas que se cruzam com a intimidade de terceiros que, em estúdio, são (ou aparentam estar) surpreendidos pelos relatos que ouvem. O insólito, o estranho e o escândalo são traços que atra-

<sup>234</sup> Depois do aparecimento de *Bom Dia Portugal* na RTP, a SIC cria para esse segmento horário um programa semelhante que, entretanto, desaparece da grelha.

<sup>235</sup> Admitindo semelhanças com o *Bom Dia Portugal* da RTP, José Eduardo Moniz assegura que a nova aposta do seu canal comporta “diferenças”. Uma das que ressaltam é a apresentação conjunta de Henrique Garcia e Júlia Pinheiro. O primeiro, jornalista e director de Informação, ocupa-se de assuntos noticiosos; a segunda, directora de Programas, tem a seu cargo tópicos como a informação meteorológica, o trânsito, temas das revistas cor-de-rosa... Ambos os apresentadores interagem lado a lado; ambos conversam com convidados que vêm a estúdio pelas mais diversas razões, esbatendo-se, desse modo, fronteiras entre o que é a informação e o que pertence ao entretenimento.

<sup>236</sup> Em Setembro, Manuel Luís Goucha, que, durante anos, apresentou *A Praça da Alegria*, rescinde o contrato com a RTP e transfere-se para a TVI, onde começa a apresentar o *Olá Portugal*, um formato idêntico àquele que tinha nas manhãs da estação generalista de serviço público. Acreditava-se que sua transferência para o canal privado arrastaria consigo grande parte das audiências que reunia no canal público, o que, na verdade, não veio a acontecer.

vessam narrações, sem que os respectivos autores manifestem qualquer arrependimento ou qualquer vontade de reconstituir uma normalidade quebrada por comportamentos reprováveis. É a palavra “pornográfica” e ofensiva da imagem de terceiros que os convidados colocam em cena, criando através dela um “espectáculo” que apenas sobrevive pelo (estranho) exibicionismo daquele que fala. Poderia esse ser um retrato de uma realidade do espaço público contemporâneo, se os interlocutores em estúdio não representassem papéis previamente estabelecidos. Essa encenação máxima da palavra é ocultada da audiência, que vê o programa adoptando um protocolo de leitura fixado no próprio título das emissões.

Quadro 17: Programas de informação semanal dos canais generalistas em 2003

Programas	Canal	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.
<i>Prós e Contras</i>	RTP												
<i>Grande Entrevista</i> <sup>237</sup>	RTP												
<i>Grande Repórter</i> <sup>238</sup>	RTP												
<i>Fora de Jogo</i>	RTP												
<i>Hora Extra</i>	SIC												
<i>O Crime Não Compensa</i>	SIC												
<i>Escândalos e Boatos</i>	SIC												
<i>Bombástico</i>	SIC												
<i>Eu Confesso</i> <sup>239</sup>	TVI												

Fonte: Marktest

## 5.3 Programas de informação: quem fala do quê nos *plateaux* televisivos

### 5.3.1 A revitalização dos políticos no espaço público que a RTP1 promove

Em 2003, a informação semanal da RTP1 abre janelas para temas do quotidiano, através de discussões sobre assuntos sociais diversos. Faz várias vezes isso em *Grande Repórter* e, principalmente, em *Operação Especial*. No entanto, os programas de informação semanal do canal público generalista constituíam-

<sup>237</sup> Tem periodicidade irregular.

<sup>238</sup> Tem periodicidade muito irregular. Consideramos aqui as emissões de *Grande Repórter Especial*.

<sup>239</sup> Tem periodicidade irregular.

-se mais como microespaços centrados na agenda política e, sobretudo, em actores políticos, interpelados sobre questões diversas. Ministros, deputados ou destacados militantes dos partidos, principalmente aqueles que pertenciam às forças políticas mais representadas no Parlamento, são os que têm mais visibilidade. É com eles que o operador público desenha a sociedade portuguesa, um esboço feito sobretudo ao nível da palavra, já que a maior parte dos cenários não reflectia os lugares do poder político. Pelo contrário. Nas entrevistas, o estúdio devolvia-nos um ambiente intimista, com uma decoração minimalista que fazia sobressair o entrevistado. Nos debates, privilegiavam-se espaços abertos divididos em partes assimétricas: na mais ampla sentavam-se os convidados principais; nas margens alguns especialistas e o público cujas intervenções serviam para explicar e ilustrar o que era dito ou interpelar os intervenientes centrais. Este tipo de disposição formal está bem longe de uma certa ideia democrática de participação na *res publica*.

É em *Debate da Nação* que a RTP1 mais se identifica com o hemiciclo. Sem transpor para o pequeno ecrã o desenho de um parlamento, o dispositivo técnico transforma o estúdio numa espécie de sala de discussão de assuntos políticos. À volta de uma mesa que ocupa um lugar central, senta-se um painel fixo, composto por representantes de várias sensibilidades partidárias (todos homens) cujas intervenções são moderadas pelo jornalista José Alberto Carvalho. Ao fundo, e num lugar secundário, situa-se uma bancada preenchida com cidadãos anónimos que apenas têm direito à palavra quando interpelados pelo moderador, que lhes cede pontualmente um microfone para curtas intervenções. Confrontado com a pergunta se este programa seria “a sua cara”, o moderador responde que este formato “é a cara da RTP” (*TV 7 Dias*, n.º 870, Novembro de 2003). Com este formato, a Direcção de Informação da RTP pretendeu fechar uma polémica aberta pelos partidos com menor representatividade parlamentar, que contestavam as presenças de Pedro Santana Lopes, do PSD, e de José Sócrates, do PS, como comentadores políticos da edição de domingo do *Telejornal*. O *Debate da Nação* mantinha em antena o comentário político, mas feito por representantes dos partidos com assento parlamentar – PSD, PS, PP, PCP e Bloco de Esquerda. Se pelo cenário será difícil identificar a emissão com o hemiciclo, já pelo título escolhido, pelo painel fixo de convidados e pelas temáticas discutidas, *Debate da Nação* constituía-se como um espelho do Parlamento onde se reflectia a agenda política da semana.

Tendo herdado de *Gregos e Troianos* o cenário de um formato mais vocacionado para o entretenimento, *Prós e Contras* tenta conjugar semanalmente aquilo que pretende ser o debate de um tema de interesse público com um espaço cénico que não ajuda a concretizar esses objectivos. Por outras palavras, procura-se equilibrar aquilo que a apresentadora, a jornalista Fátima Campos Ferreira,

quer que seja “um programa aberto à actualidade, aos temas que preocupam a sociedade e de esclarecimento geral” (*TV 7 Dias*, n.º 814, Outubro de 2002) com uma sala de espectáculos, dividida em dois espaços distintos: um amplo palco ocupado por seis convidados (três que apoiam e três que contestam a pergunta que dá mote à emissão) e uma vasta plateia onde se misturam convidados a quem se pede uma participação pontual com dezenas de pessoas que assistem à emissão. Se nem todas as problemáticas podem ser formuladas numa pergunta cuja resposta seja “sim” ou “não”, também é complicado estabelecer uma linha de continuidade entre os que ocupam o palco e os que se sentam na plateia. Da moderadora exige-se uma gestão equilibrada das intervenções dos convidados centrais (sentados no palco). Pelo exíguo tempo que o formato concede a quem está na assistência e por aí sentar alguns especialistas, subtrai-se, por vezes, a vertente explicativa do debate, que o próprio cenário também dificulta. Partindo de uma pergunta genérica em relação à qual os convidados se posicionam antes do debate ter início, este programa resulta, em grande parte, de opções feitas a montante da emissão e que dificilmente a moderadora poderá contornar. Analisando as emissões de 2003, conclui-se que o campo privilegiado foi a política donde saíram os convidados mais assíduos. A maior parte, homens. Embora o formato permita conversas sobre temas variados, ao longo desse ano a pergunta que deu mote ao programa foi muitas vezes formulada sob o ângulo da actuação do Estado, sendo várias as emissões que colocaram explicitamente o poder político como alvo das reflexões feitas pelo pequeno ecrã<sup>240</sup>. A religião, a saúde, a educação, a actualidade internacional e a macroeconomia foram áreas a que *Prós e Contras* deu igualmente prioridade, perspectivando-as a partir de questões globais. A vida em sociedade não foi muito valorizada neste debate.

A linha editorial de *Grande Entrevista* não foi diferente daquela seguida em *Prós e Contras*. Pelo menos nos temas e nos convidados. A política nacional teve também aí um grande destaque. Neste período, a actualidade noticiosa contribuiu para a emergência de assuntos ligados à cultura e à infância, embora em graus diferenciados. Poder-se-á dizer que as entrevistas conduzidas por Judite de Sousa alargaram a noticiabilidade relacionada com as manifestações culturais que discretamente iam acontecendo em Portugal (os 45 anos da carreira de Simone de Oliveira, os concertos em Portugal de Gilberto Gil, a atribuição de um prémio literário ao escritor peruano Mário Vargas Llosa...) e constituiu-se como mais um espaço da hiper-mediatização de que foi alvo o

<sup>240</sup> Perguntou-se, a 3 de Fevereiro, se “o Estado deve exercer maior controlo sobre os conteúdos de televisão”; a 17 de Fevereiro, se “a actual política económica está a provocar uma crise social no país”; a 17 de Março, se “o Governo está a resolver o problema dos portugueses”; a 27 de Maio, se “o poder local serve bem os portugueses”; a 1 de Julho, se “será esta a reforma de que a nossa Administração Pública precisa”; a 8 de Julho, se “o Estado da Nação é bom ou mau”; a 8 de Dezembro, falou-se da “política cultural”; a 15 de Dezembro, destacou-se “a actual política de imigração”.

caso de pedofilia que surgira nesse ano através de uma investigação jornalística do semanário *Expresso*.

**Quadro 18: Temas das emissões de *Prós e Contras* e *Grande Entrevista* da RTP1 em 2003**

Programas	Temática			
	Macrotemas		Microtemas	
	Política	Áreas Estruturais	Vida em sociedade	Desenvolvimento/bem-estar pessoais
<i>Prós e Contras</i>	13	9	6	1
<i>Grande Entrevista</i>	10	7	3	4

Mais concentração na classe política, mais visibilidade de interlocutores institucionais e menos representatividade dos cidadãos são traços comuns aos principais convidados dos dois programas de informação emitidos na RTP1 em 2003. É certo que o debate *Prós e Contras* convoca pessoas de perfil heterogéneo para a plateia da sala de teatro da Casa do Artista (onde decorrem as emissões), mas o formato do programa não permite que esses interlocutores tenham intervenções demoradas. O que se destaca nas três partes desse programa são os convidados colocados em palco – três com posições favoráveis e outros três com propostas antagónicas ao tema em debate – a quem se concede substancial tempo e ampla margem para contra-argumentar o que é dito.

**Quadro 19: Perfil dos convidados dos debates e entrevistas da RTP 1 em 2003**

Programas	Políticos	Cargos	Profs / Investig.	Juristas	Jornalistas	Econom. / Empres.	Médicos / Psicólogos	Militares	Religiosos	Desport.	Indústrias Culturais	Sind./Assoc.	Cidadão Comum
<i>Prós e Contras</i>	62	18	17	6	11	6	9	5	5	-	8	16	1
<i>Grande Entrevista</i>	10	2	-	2	1	1	2	-	1	1	3	-	1
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>2</b>

*Grande Entrevista* também privilegiou os políticos. Nesse grupo, foram os governantes que o programa de Judite de Sousa mais vezes convidou (5), seguindo-se-lhes os políticos do PS (2), os autarcas (2) e os militantes do PSD (1). Mas também houve um número significativo de entrevistados oriundos de outros universos. Na primeira metade do ano, isso deveu-se, por um lado, ao projecto *12 Meses, 12 Temas* no qual estava envolvida a coordenadora do programa que era também subdirectora de Informação da RTP e, por outro, a uma linha editorial que seguia de perto a actualidade noticiosa. Assim, em Janeiro, no âmbito do mote do mês (“as dependências”), Judite de Sousa

entrevistou o presidente do Instituto da Droga e Toxicodependência (9/1); seguindo a (f)actualidade, convidou Leonor Matos, a mãe de Eduardo Silva, assassinado no ataque de Ambriz (22/1). Em Fevereiro (dedicado aos “nossos casos de sucesso”), a apresentadora de *Grande Entrevista* voltou a misturar os dois vectores acima apontados: entrevistou Simone de Oliveira a propósito dos seus 45 anos de carreira (13/2) e conversou com quatro mulheres conceituadas no campo da economia e desconhecidas da opinião pública (20/2). Esta atenção a actores exteriores ao campo político foi retomada de forma mais sistemática em Outubro, altura a partir da qual Judite de Sousa aproveitou acontecimentos culturais realizados/a realizar em Portugal para conversar com os respectivos protagonistas. Foi assim que Judite de Sousa falou com o cantor baiano Gilberto Gil (também ministro da Cultura do Brasil), que estava em Portugal para fazer um concerto com Maria Bethânia (2/10); com o cardeal D. José Policarpo, que participaria nas comemorações do 25.º aniversário do pontificado do Papa João Paulo II (16/10); com o escritor peruano Mário Vargas Llosa, que estava em Portugal para receber um prémio literário (23/10); e com Maria José Morgado, a respeito do lançamento do seu livro *O Inimigo Sem Rosto* (30/10). Não serão estes interlocutores que usualmente integram este género televisivo, mas foi com eles que a directora-adjunta de Informação da RTP des-localizou o seu programa para áreas que também estruturam a sociedade e para pessoas que, longe da visibilidade mediática, constroem parte da nossa realidade social. Em 2003, *Grande Entrevista* foi também condicionada por um caso que dominou a actualidade noticiosa: o da “Casa Pia”. Através dele, actores ligados à Justiça e à Psiquiatria constituíram-se como recorrentes fontes de informação e integraram naturalmente a lista de convidados de Judite de Sousa.

Mais equilibrado na selecção das várias sensibilidades partidárias do que *Grande Entrevista*, embora igualmente tributário de convidados de perfil político, *Prós e Contras* convidou, em 2003, 12 membros do Governo PSD, 11 militantes sociais-democratas (o que fez 23 pessoas), 23 militantes do PS, 6 do PCP, 4 do PP, 3 do Bloco de Esquerda e 3 autarcas. E mesmo quando as questões extravasavam a actuação do Governo ou da Assembleia da República, a presença de políticos como convidados centrais des-localizava a conversa para esse campo. Embora este debate se tivesse concentrado em actores políticos, houve emissões que os excluíram. Por exemplo, quando se analisou se “a alimentação dos portugueses é um problema de saúde pública” (27/6), criando-se um painel com médicos, psicólogos e pessoas que confessavam ter maus hábitos alimentares; ou quando se elegeu o Benfica como tema e se discutiu com os sócios o futuro do clube numa altura de eleições para a respectiva Direcção (28/10). *Prós e Contras* procurou igualmente os seus convidados nas principais instituições do país, representando os interlocutores a

elas ligados o apoio e a oposição à temática em debate. Por isso, a seguir aos políticos, os grupos mais interpelados foram os detentores de cargos, os académicos e os representantes de associações e sindicatos. Para além dos professores universitários, as profissões mais visíveis no palco de *Prós e Contras* foram os jornalistas, os médicos/psicólogos, os economistas/empresários e os juristas. Os actores das indústrias culturais, nomeadamente os interlocutores mais mediáticos das áreas do cinema, literatura, comunicação e música, também tiveram um certo destaque. No que diz respeito aos sindicatos e associações, sublinhe-se a tendência que *Prós e Contras* manifestou em trazer para o debate representantes das principais organizações desportivas (Benfica, Liga de Clubes...) e de profissões com certo estatuto social (Ordem dos Médicos, Ordem dos Arquitectos...). A classe trabalhadora é essencialmente representada por membros da UGT e da CGTP, as duas estruturas mais conhecidas da opinião pública que, simbolizando uma certa oposição à ordem dominante, acabavam por a reproduzir, na medida em que detêm mais representatividade/poder sindical.

### **5.3.2 Um espaço social televisivo que a SIC constrói à margem dos políticos**

Na informação semanal, foi em *Hora Extra* que os temas e actores sociais encontraram um espaço privilegiado, mas este formato não teve grande valorização na grelha da SIC, que, desde a sua estreia em 2002, nunca lhe deu especial atenção. Atirado para um horário tardio, este programa, o único de informação semanal no segmento nocturno das estações privadas generalistas, percorreu o primeiro semestre do ano mostrando campos sociais diversos através de uma reportagem alargada, seguida de um debate em estúdio que juntava especialistas nos assuntos em destaque com interlocutores que apresentavam testemunhos pessoais. Não foi com pessoas de grande projecção pública que se fez *Hora Extra*, mas, acima de tudo, com interlocutores e realidades nem sempre muito visíveis. Não foi naquilo que usualmente constituiu notícia que se encontraram os tópicos das emissões. Ultrapassando agendas mediáticas e fontes institucionais, o programa da jornalista Conceição Lino circulou pelas margens do espaço público, fazendo daí emergir casos que, descobrir-se-á depois, eram vividos por milhares de pessoas. Casos que afectavam públicos segmentados, que se estendiam a classes com diferentes estatutos, que se circunscreviam ao nosso país ou que ultrapassavam as fronteiras nacionais, que retratavam situações de difícil resolução ou que reflectiam exemplos de sucesso. Ao contrário daquilo que acontecia com *Prós e Contras* cujo horário (nobre) poderia constituir uma certa pressão para a escolha de temas que já dominavam ou que viriam a dominar as discussões no espaço público (mediatizado), *Hora Extra*, que ia para o ar depois da meia-noite, sentiria certamente

menos amarras à actualidade noticiosa e mais liberdade para seleccionar temas aparentemente minoritários.

Não foi na política que este programa encontrou o mote para o debate, mas em áreas estruturais e no desenvolvimento/bem-estar pessoais de determinado escalão etário ou grupo social. Qualquer que fosse a temática escolhida, optou-se preferencialmente por um ângulo de discussão centrado em zonas periféricas e, por isso, mais distanciadas da informação televisiva diária. Outro dos traços deste programa diz respeito à intersecção dos temas com a vida de todos os dias. Por exemplo, quando se falou da Internet, discutiu-se a importância do computador na família e na escola, referiram-se casos de assédio e crime potenciados pela rede e focaram-se ainda situações de namoro e casamento através da *net* (14/5). Apesar do horário tardio em que era emitido, *Hora Extra* integrou problemáticas de públicos que não constituem a parte substancial da audiência dessa franja, procurando, através delas, retratar situações específicas, entrando pelo interior da vida das pessoas, sem, no entanto, lhes roubar a sua privacidade. No caso da terceira idade, destacou-se o quotidiano das viúvas, num país com meio milhão de mulheres que optam por não se casar depois da morte do marido (8/1); quando se tratou de questões que envolviam a juventude, destacaram-se os casos de crianças portadoras de deficiência (12/3) e as culturas tribais dos mais novos<sup>241</sup>. O programa de Conceição Lino também averiguou como vivem aqueles que habitam espaços de *glamour* e os que moram em bairros de betão, sem qualquer identidade<sup>242</sup>. Paralelamente a grupos mais periféricos, procuraram-se casos de pessoas que se situavam em territórios marginais e, por isso, longe da atenção mediática. Neste âmbito, privilegiaram-se indivíduos portadores de deficiência que conseguiram integrar as suas limitações no dia-a-dia e pessoas que precisavam de ajuda para ultrapassarem doenças<sup>243</sup>. *Hora Extra* debruçou-se, algumas vezes, sobre casos que preenchiam a agenda mediática. Dos acontecimentos nacionais, destacou-se, a 5 de Fevereiro, a mediatização do caso *Casa Pia*, um assunto retomado a 21 de Maio através do problema da pedofilia como ângulo central. O fascínio dos mais novos pelas armas e consequentes acidentes foram tema da emissão de 7 de Maio, numa altura em que *media* se centravam no caso de uma criança que involuntariamente atingira outra com um tiro de uma pistola. Do plano

<sup>241</sup> Falou-se, por exemplo, de “tatuagens e piercings” (19/2) e das culturas “rap e hip hop” (18/6).

<sup>242</sup> Foi isso que se fez nas emissões sobre o *jet* 7 (12/2) e sobre a “vida nos subúrbios” (5/3).

<sup>243</sup> Foi através de Salvador Mendes de Almeida, vítima de um acidente de moto que o deixou tetraplégico e um dos rostos de uma campanha de sensibilização da Direcção-Geral de Viação e Prevenção Rodoviária Portuguesa, que se mostrou como é possível alguém com uma deficiência continuar, com a normalidade possível, o seu quotidiano (4/6). *Hora Extra* relembrou também o caso de uma mulher que estava há 13 anos numa cama, tetraplégica (23/4); e a Inês, uma menina de 10 anos com uma leucemia grave, esperando há cinco meses uma medula óssea compatível (28/5). Este caso serviu não só para mostrar testemunhos de outros doentes e respectivos familiares, mas também para explicar o que é a leucemia e, sobretudo, como se faz a doação de medulas. Depois dessa emissão, o número de doadores de medula viria a aumentar significativamente.

internacional, *Hora Extra* analisou, a 29 de Janeiro, a crise política e económica na Venezuela, abordando questões como o braço-de-ferro entre Hugo Chávez e os seus opositores e o clima de tensão entre o patronato e os sindicatos.

Quadro 20: Temas do debate da SIC em 2003

Programa	Temática			
	Macrotemas		Microtemas	
	Política	Áreas Estruturais	Vida em sociedade	Desenvolvimento/Bem-estar pessoais
<i>Hora Extra</i>	-	8	3	8

Percorrendo diferentes campos sociais e perscrutando no interior de cada um deles realidades por vezes com pouca visibilidade pública, que tipo de actores *Hora Extra* implicou nos debates em estúdio? Foram essencialmente profissionais ligados à análise da vida social e individual os mais presentes neste programa, onde não couberam políticos e os convites aos detentores dos cargos foram escassos. Mesmo quando os temas se situavam a nível macroestrutural, seleccionavam-se interlocutores que estabelecessem elos de ligação com a vida de todos os dias. Nos médicos salientaram-se os *psi*; nos investigadores chamaram-se os sociólogos; nos jornalistas convidaram-se profissionais de diferentes áreas (da televisão, dos jornais desportivos, da imprensa cor-de-rosa...); nos sindicatos/associações destacaram-se estruturas promotoras de cidadania. O cidadão comum tem no Quadro 21 uma representatividade média. Isso acontece porque apenas tivemos em consideração quem se sentou na mesa central do estúdio, não entrando em linha de conta com os convidados que ocuparam a bancada lateral, um local menos solicitado pela jornalista Conceição Lino, mas onde vários interlocutores apresentados no estatuto de cidadão comum procederam a intervenções que iam complementando a conversa principal. *Hora Extra* tendeu a colocar os especialistas no centro do *plateau* e os protagonistas das temáticas em destaque numa bancada que funcionava como uma espécie de plateia.

Quadro 21: Perfil dos convidados no debate da SIC em 2003<sup>244</sup>

Programa	Políticos	Cargos	Prof. / Investig.	Juristas	Jornalistas	Médicos / Psicólogos	Religiosos	Técnicos	Indústrias Culturais	Sindicatos / Assoc.	Cidadão Comum
<i>Hora Extra</i>	2	7	4	3	9	21	1	3	6	6	7

<sup>244</sup> Por falta de elementos, não se contabilizam aqui os convidados das emissões em que se tratou da viuvez (8/1) e dos oceanos (15/1).

Como já se afirmou, os médicos foram uma classe privilegiada em *Hora Extra*. Porque os problemas de saúde estiveram em destaque em emissões onde se abordaram, sobretudo, casos concretos de pessoas que tinham uma doença que se arrastava há alguns anos. Porque se pretendeu fazer cruzar o debate com o quotidiano e essa ponte foi reiteradamente construída através das Ciências da Saúde. Entende-se, desse modo, que os *psi* (psiquiatras, pedopsiquiatras, psicólogos) tivessem sido o grupo mais chamado a estúdio, assim como, dentro dos investigadores, se privilegiassem os sociólogos. Os jornalistas também marcaram presença não só para discutirem assuntos intrínsecos à sua profissão, como no debate da mediatização do caso de pedofilia da Casa Pia (5/2), mas também para darem o seu ponto de vista sobre alguns aspectos da vida social.

### **5.3.3 O espectáculo televisivo (ilusoriamente) reparador de injustiças sociais**

Em Janeiro de 2003, os canais privados inauguram, em horário nocturno, quatro novos programas. *Bombástico* (SIC), *Escândalos e Boatos* (SIC), *O Crime Não Compensa* (SIC) e *Eu Confesso* (TVI) são formatos vocacionados para retratar casos que operam uma ruptura na normalidade do quotidiano do cidadão comum: decisões judiciais consideradas injustas; factos que reclamam a intervenção de determinadas instituições que tardam em actuar; boatos ou acontecimentos recriados que, ao adquirirem projecção pública, perturbam o dia-a-dia dos respectivos visados; crimes cujas penas já foram cumpridas e que se relembram em estúdio, colocando lado a lado o agressor com vítima e/ou respectivos familiares; situações inverosímeis vividas na primeira pessoa, mas que afectam terceiros aos quais se nega o direito de defesa... Estes não são propriamente vectores novos na oferta televisiva, mas há uma evolução na forma como são expostos em estúdio: as acusações formuladas pelos convidados não se sujeitam ao princípio do contraditório; o apresentador sem carteira profissional de jornalista toma, explícita e arbitrariamente, a defesa de uma das partes; os agressores são colocados perante as vítimas, depois de terem cumprido a sentença. Não será para a explicação ou resolução dos casos que estes programas se orientam, mas para a criação de um espectáculo da palavra que sobrevive através de um registo onde se misturam “a tensão e a emoção”, tal como se lia, na altura, no *site* do programa *Eu Confesso*.

A espectacularização do discurso de interlocutores que vêm à televisão contar uma versão dos factos que os coloca no papel de vítimas de forças dominantes seria uma forma (ilusória) de transformar a televisão num meio reparador de injustiças sociais. “Com o *Bombástico* há uma nova cultura (televisiva): a do inconformismo”. Era assim que, na edição n.º 1251 da *TV Guia*, Sal Bonner, um dos responsáveis da produtora Colosso, se referia a uma eventual novidade

que o seu formato poderia constituir para o audiovisual português. Negligência médica, agressões e ameaças de morte, maus-tratos a idosos, assédio sexual e perseguição profissional, burlas ou abusos de autoridade são os casos mais repetidos neste programa, que cede o respectivo *plateau* às vítimas que expõem a sua situação com algum dramatismo e na ausência daqueles que se consideram ser os culpados das suas acusações.

Mais contido na apresentação dos casos, *O Crime Não Compensa* não é muito diferente no tipo de situações que apresenta. Todavia, não chama a estúdio apenas pessoas no estatuto de vítimas (de assaltos, de burlas, de agressões, familiares de homicidas...), convida também autores de comportamentos moral e juridicamente condenáveis (assaltantes, traficantes e consumidores de droga...). Na primeira emissão (28/1), seleccionam-se apenas interlocutores no papel de vítima, mas, nas emissões seguintes, convidam-se também protagonistas que se apresentam como o sendo de actos condenáveis, sem, no entanto, se confrontarem com aqueles que agrediram.

*Escândalos e Boatos* partilha com *O Crime Não Compensa* a produtora (a empresa *Ediberto Lima Produções*), o apresentador (José Figueiras) e o horário de emissão (em alternância nos serões de 3.<sup>a</sup> feira), mas tem marcas distintivas. Trata-se de um programa feito com depoimentos de pessoas conhecidas que se dizem vítimas de boatos e que encontram aí oportunidade de contar a sua versão dos acontecimentos e revelar de que forma as “estórias” de que foram alvo transformaram as suas vidas. Ao longo de três meses, este figurino foi evoluindo dos boatos para os escândalos protagonizados pelos próprios convidados, que eram sempre figuras conhecidas do público. No último programa (13 de Maio), José Figueira inicia a apresentação nestes termos:

O programa ‘Escândalos e Boatos’ de hoje vai ter convidados do outro mundo... Entre eles uma cantora famosa que se sente atraída por homossexuais, uma actriz muito querida dos portugueses... mas o que ninguém nunca soube é que tinha dois maridos. E ainda: toda a história do escândalo que envolve a *boys-band* Excesso. Mas primeiro vamos conversar com as línguas mais viperinas da televisão portuguesa: Daniel Nascimento e Susana Caceias.

Na TVI, *Eu Confesso* passou, ao longo do ano, por três séries. Na 1.<sup>a</sup> série – que começou a 25 de Janeiro e acabou a 8 de Maio – as emissões centram-se em indivíduos que cumpriram pena de prisão e que, em estúdio, foram confrontados com as vítimas e/ou respectivos familiares<sup>245</sup>. Todas as emissões

<sup>245</sup> Oito dos 13 programas tiveram como título o nome (quase sempre uma alcunha) do convidado principal, acusado de um dos seguintes crimes: homicídio, violação e roubo. Nas outras quatro emissões, a actualidade noticiosa impôs a discussão de problemáticas: pedofilia (8/2), *gangs* (15/2), violência doméstica (22/2) e crianças com acesso facilitado a armas (16/4).

eram acompanhadas por um painel fixo, composto pelo criminologista Barra da Costa; o administrador prisional Ludgero Painho e, a partir de Março, pelo neuropsicólogo Carlos Fernandes. A estes especialistas residentes, juntavam-se semanalmente outros, conforme a situação em destaque. Na 2.<sup>a</sup> série – iniciada a 22 de Maio e terminada a 30 de Junho – o programa passou a deter-se em problemáticas. Esta tendência foi acentuada na 3.<sup>a</sup> série, que recomeçou a 15 de Outubro e se prolongou até ao final do ano. Quais foram, então, os tópicos mais presentes? A criminalidade e pessoas que viviam nas margens da sociedade. Dos onze programas da 2.<sup>a</sup> série, seis destacaram crimes e violência; três salientaram situações sociais de indivíduos desprotegidos. Na 3.<sup>a</sup> série, o tema dos crimes e violência esteve presente em seis emissões, as situações sociais de indivíduos desprotegidos em duas. Paralelamente aos convidados chamados a estúdio para falar de casos relacionados com os assuntos em destaque, essa 3.<sup>a</sup> série contou, a partir de Maio, com um painel fixo composto pelo criminologista Barra da Costa e pelo neuropsicólogo Carlos Fernandes, aos quais se juntaram, em Outubro, o advogado Arrobas Silva e a psicóloga criminal Maria do Sameiro.

Quem ocupa os *plateaux* destes programas? No *Bombástico*, é o cidadão comum em relação ao qual as instituições competentes parecem incapazes de reparar situações de que esses interlocutores se dizem vítimas. Em *Escândalos e Boatos*, são figuras públicas que se queixam de terem sido alvo de episódios inventados que lhes causaram danos morais e/ou financeiros. Em *O Crime Não Compensa*, os convidados são figuras desconhecidas, protagonistas ou alvo de actos criminosos, mas a maior parte das vezes esses crimes não tiveram os fins pretendidos. *Eu Confesso* destaca as partes envolvidas (agressores e vítimas) em casos de natureza criminal.

Ser uma “voz do povo” – era esse o projecto dos responsáveis da produtora de *Bombástico*, acreditando-se que, com isso, se atrairia a atenção do público (TV 7 Dias, n.º 795, Junho de 2002). Percebe-se, desse modo, que o *plateau* seja ocupado, quase de forma exclusiva, pelo cidadão comum. Não respeitando qualquer princípio do contraditório, o programa ocupa-se apenas dos queixosos. E esses não se inibem em apontar nomes concretos (de pessoas ou de instituições) nas suas acusações. A parte acusada nunca é convidada a dar a sua versão dos factos. Há denúncia, acentuada pelo apresentador, mas não se procuram explicações que certamente neutralizariam o propósito do programa: ser *bombástico*.

Em *Escândalos e Boatos*, com excepção da Lili Caneças, todos os convidados são oriundos do universo das indústrias culturais. É este grupo que se diz vítima de boatos? Em parte, mas esses actores também participam neste programa para falar de si próprios: dos relacionamentos que têm, como Linda Reis que se diz noiva de Herman José (18/2); da “literatura” que criam, como

Flávio Furtado, autor do *Kamassutra Gay* (18/2); dos filmes pornográficos que realizam, como *Sá Leão* (18/3); das aventuras amorosas que somam, como *Zé Camarinha* ou das letras das músicas que cantam, como *Zé Cabra* (29/4). É também para o emotivo que se orienta *O Crime Não Compensa*. Os convidados são figuras anónimas que relatam situações do domínio do irracional. No estatuto de vítimas, apresentam-se como impotentes perante actos em relação aos quais resultaram prejuízos de diversa ordem para todos. No papel de agressores, há o reconhecimento de que as respectivas condutas são reprováveis (como o tráfico e consumo de droga ou os assaltos). Uns e outros normalmente não se confrontam em estúdio com as pessoas envolvidas nas situações que retratam. Não interessa quem são aqueles que falam. Importa, acima de tudo, a “estória” que têm para contar. Daí que os entrevistados sejam apresentados no estatuto de “cidadão comum”.

Quadro 22: Perfil dos convidados nos programas da SIC em 2003

Programas	Cargos	Juristas	Médicos/Psi	Militares/ Forças Policiais	Técnicos	Desportistas	Indústrias Culturais	Jet 7	Cidadão Comum
<i>Bombástico</i>	2	1	1	2	1	1	2	-	62
<i>Escândalos e Boatos</i>	-	-	-	-	-	-	31	1	-
<i>O Crime Não Compensa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	61

Indivíduos que cumpriram pena de cadeia por prática de homicídios, assalto à mão armada, violação, tráfico de droga e por atarem incêndios: eis, por esta ordem, o perfil dos ex-criminosos com maior número de presenças em *Eu Confesso*. Estes ex-condenados – a maior parte homens – escondem-se várias vezes atrás de alcunhas que reflectem um percurso de vida ligado a práticas criminais. Por exemplo, “Zé Caçadeira” (5/4) e “Pistolas” (17/12). As vítimas – a maior parte mulheres – testemunham crimes que sofreram ou de que foram alvo familiares próximos. Estes últimos falam sobretudo de casos de homicídio ou, em menor número, de violações, principalmente se as vítimas são menores. Um nome próprio diferente do BI ou uma máscara que tapa o rosto e a distorção da voz são estratégias para ocultar a identidade de quem testemunha casos intrínsecos à intimidade. É, pois, com vítimas e agressores que se constitui semanalmente o *plateau* principal de *Eu Confesso*, mas são as primeiras que somam o maior número de interlocutores aos quais se juntam associações que lhes podem eventualmente servir de apoio. Com uma representatividade menor, há ainda outras classes profissionais que se salientam: psicólogos criminais, magistrados, guardas prisionais, responsáveis ligados a instituições de investigação criminal e prisionais, médicos

(psiquiatras e legalistas). Uns explicam universos pessoais de agressores e vítimas, outros a ordem social.

Em pouco tempo, estes programas suscitaram bastante polémica. Na segunda emissão de *Bombástico* (17/1), o apresentador pontapeou em estúdio uma sentença proferida pelo Tribunal de Menores de Leiria que retirava um bebé de 18 meses dos cuidados do pai, proferindo palavras injuriosas contra o respectivo juiz, o que provocou a indignação dos meios judiciais portugueses. Na altura, o bastonário da Ordem dos Advogados, José Miguel Júdice, em carta enviada ao presidente do CA da SIC, pediu a suspensão do programa. O Conselho Superior de Magistratura emitiu um comunicado, considerando que “o programa vem achincalhando e denegrindo tribunais e juízes, instigando até os destinatários à justiça pelas suas próprias mãos como forma substitutiva da justiça do Estado” (*Diário de Notícias*, 29 de Janeiro de 2003). A par da desobediência ao princípio do contraditório que impõe que se oiçam as partes acusadora e acusada, *Bombástico* salientou-se também pela postura participante do moderador, um jornalista que, poucos dias antes do início da emissão deste formato, entregara a sua carteira profissional no Sindicato dos Jornalistas. Para além de fazer publicidade a um sistema de purificação de águas, José Carlos Soares – que até então fazia jornalismo desportivo na TVI – não só se colocava em defesa dos convidados a quem conferia o estatuto de vítimas como, ele próprio, assumia o confronto directo com aqueles que, ausentes do *plateau*, eram alvo de críticas. Tendo como frase-chave “a mim ninguém me cala!”, aquele a quem foi dada a condução de *Bombástico* insurgia-se logo nas primeiras emissões contra o poder judicial, afirmando o seguinte: “Não tenho medo dos juízes. Se mandam em liberdade pedófilos, iam-me bater a mim?”. Também *O Crime não Compensa* implicou uma tomada de posição da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), que, com base na primeira edição (28/1), considerou não estar “devidamente salvaguardado o respeito pela memória e intimidade das vítimas, nem o direito à reabilitação social dos autores descritos”. Sendo este um formato que se centrava nos crimes, nos respectivos autores e vítimas, a AACS veio defender que “importaria [respeitar] o direito à imagem das pessoas envolvidas e o direito à reabilitação social dos autores desses crimes” (*Público*, 21 de Março de 2003).

*Eu Confesso* desencadeou a reacção da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) antes da estreia. Na auto-promoção do programa, anunciava-se que o protagonista das emissões seria um condenado em cumprimento de pena ou em liberdade condicional que, em estúdio, assistiria à reconstituição dos crimes que cometera e seria, depois, confrontado com vítimas ou familiares. A DGSP tornou imediatamente pública uma nota em que declarava não ter concedido qualquer autorização nesse sentido. Por seu lado, a TVI garantia, logo a seguir, que se tratava de “um erro da produtora que ia ser corrigido” (*Diário*

de Notícias, 25 de Janeiro de 2003). *Eu Confesso* contornou essa limitação, convidando ex-condenados.

#### 5.4 Algumas tendências da informação semanal em 2003

A informação semanal dos canais generalistas continua em queda em 2003. Na RTP1, a maior parte dos programas apresenta uma periodicidade muito irregular. Ainda que sejam alvo de modificações pontuais, *Prós e Contras*, *Grande Entrevista* e *Debate da Nação* mantêm a mesma linha editorial, que se caracteriza por uma ligação estreita à actualidade noticiosa e às fontes políticas. Assim, mais do que promotora de novas configurações sociais, a RTP1 tende aí a reproduzir uma certa ideologia dominante, garantida pela presença em estúdio das chamadas fontes oficiais que nem sempre coincidem com aquelas que apresentam um certo grau de especialização naquilo de que se fala. Mais do que um espelho da esfera pública contemporânea, a RTP1 inclinou-se, nesses formatos, por reflectir uma certa ideia de espaço parlamentar, aberto a várias sensibilidades políticas, mas, tal como o hemiciclo português, concentrado no género masculino e espartilhado entre posições políticas de esquerda e de direita.

Ainda que se considere que *12 Meses*, *12 Temas* não tenha encontrado grande espaço na informação semanal, no primeiro semestre de 2003 esta iniciativa tem alguma visibilidade na RTP1, nomeadamente em *Grande Repórter*, que, de entre os programas de informação, terá sido aquele que mais assume os temas mensais, o que lhe permitia algum distanciamento quer da agenda noticiosa do momento, quer das fontes oficiais. Não seguindo uma periodicidade fixa, *Grande Repórter* mantém, ao longo de 2003, uma certa independência dos alinhamentos dos noticiários, optando por temas de reportagem de certa forma intemporais, mas que faziam parte do país que temos.

*Hora Extra* apenas subsiste na grelha da SIC até Junho. Na temporada de Outono é substituído por dois formatos que alternam semanalmente nesse horário, mas, passado pouco tempo, são integrados no *Jornal da Noite* do fim-de-semana. Numa conferência sobre “Cultura e Comunicação” realizada no Porto a 7 de Outubro de 2003, o presidente do Conselho de Administração da SIC, referindo-se às emissões culturais, reconhece que esse tipo de oferta televisiva passou a não caber num canal generalista. Na sua perspectiva, “os programas têm de agradar ao maior número de pessoas e não têm necessariamente de ser enriquecedores, têm de divertir, entreter e libertar”. A rentabilização das audiências era justificada por Pinto Balsemão com “a necessidade de as empresas privadas ganharem dinheiro” (*Público*, 9 de

Outubro de 2003). A lógica económica acompanha permanentemente o discurso dos responsáveis da SIC. O director de Programas da SIC define a televisão privada como “um negócio que tem como único cliente os anunciantes, a quem vende um único produto, que é o número de audiência alcançada”. Percebe-se, assim, a sua afirmação de que “servir o público é inevitável” (*TV Guia*, n.º 1251, Janeiro de 2003).

Do lado da TVI, evidencia-se igualmente uma preocupação constante com o interesse do público que se pensa conquistar com conteúdos de proximidade. Ao comemorar a 20 de Fevereiro os dez anos da estação, o respectivo director-geral, em entrevista à *Lusa* citada pelo *Público*, apresenta a sua estação como “próxima do cidadão”, com programas que “vão ao encontro dos gostos dos espectadores” e com “uma informação desengravatada”. Estas são afirmações transversais a toda a grelha da TVI, concretizando-se ao nível da informação sobretudo no *Jornal Nacional* que promove muitas vezes aquilo que os respectivos responsáveis designam como “jornalismo de causas” feito com peças noticiosas que convocam os telespectadores para a compaixão (*Público*, 29 de Dezembro de 2002). Estamos aqui perante uma televisão que deixa o seu papel de transmissão dos factos e de promotora de debate público para retomar a função de certas instituições. Mais do que informar, este tipo de jornalismo procura, acima de tudo, fazer sentir certas vivências individuais.

É para uma “zona de bastidores” que remetem as novidades da programação da SIC e da TVI em Janeiro de 2003. Violando o espaço íntimo dos convidados, os novos programas colocam em cena pessoas que representam um papel que lhes está previamente configurado: o de vítimas, mesmo quando estão ali para relatar crimes que cometeram. Sabendo que encontram no apresentador da emissão um coadjuvante ou um opositor àquilo que expõem, os convidados sentem-se na obrigação de representar um papel. Não é para a verdade que os depoimentos se orientam, mas para uma autenticidade que se pretende que comova aqueles que a isso assistem: apresentador, público em estúdio e, sobretudo, as audiências. Tal como acontece com as *novelas da vida real*. Entre todos estes programas, não há muitas diferenças. Trazer para dentro do pequeno ecrã os problemas ou os conflitos do quotidiano foi o que a informação televisiva sempre fez, particularmente depois do aparecimento dos canais privados. Todavia, esses casos da vida de todos os dias que compuseram alguns programas informativos dos canais generalistas eram retratados em peças jornalísticas e discutidos em estúdio com as partes envolvidas (excepto com aquelas que se recusavam a falar). Em 2003, os canais privados tentam operar nessa linha, mas ultrapassam normas que o campo jornalístico considera distintas – o princípio do contraditório, uma postura isenta do apresentador, um registo moderador das intervenções dos convidados, uma plateia que não se manifesta efusivamente a favor de posições algo dúbias – o que remete essas emissões para um domínio ambíguo. Ainda que os temas dos novos programas possam

integrar-se no espaço público, eles são sempre atravessados por vivências do domínio privado, apresentadas por um discurso que se constrói com base na emoção. É isso que também compõe o *infotainment*, uma tendência exacerbada nos formatos que a SIC e a TVI estreiam em Janeiro, mas que não encontraram grande adesão do público.

## **5.5 2004-2005: o renascimento do serviço público de televisão**

Dez anos depois de ter perdido a liderança para o primeiro canal privado português que, na altura, somava apenas três anos de existência, a RTP começa agora a dar sinais de alguma vitalidade que, aqui e ali, vai ameaçando a SIC e a TVI. Neste biénio, o serviço público de televisão dá passos seguros em direcção a um reequilíbrio financeiro; apresenta uma oferta televisiva diferenciada das suas congéneres privadas; ensaia algumas experiências no cabo (RTPN e RTP Memória), transforma a RTP2 na 2, garantindo aí espaço para programas da sociedade civil; conhece novos responsáveis pela Informação e Programação; e muda de instalações, ocupando finalmente um edifício ajustado à sua medida. As estações privadas também vivem tempos de mudança. Em 2005, a SIC muda de director de Programação, a TVI conhece um novo e importante accionista, o grupo espanhol Prisa.

Se em 2003 o Conselho de Administração (CA) da RTP presidido por Almerindo Marques reduziu o prejuízo da empresa pública em quase 200 milhões de euros, passando dos anteriores 228,3 milhões de euros para 32,4 milhões de euros, em 2004 esse montante foi alvo de um novo decréscimo, diminuindo para seis milhões de euros. Próximo do equilíbrio das contas, o CA declara, em Abril de 2004, que pretende atingir, no ano seguinte, um resultado ainda mais estável (*Público*, 29 de Abril de 2005). Com efeito, no exercício de 2005, a RTP consegue alcançar o equilíbrio de exploração (*break even*, ou seja, a cobertura dos custos pelas receitas), cumprindo-se, assim, o Acordo de Reestruturação Financeira assinado com o Estado. Em entrevista ao DN e quando confrontado com a pergunta “como é que em três anos foi possível recuperar de um défice de tesouraria de 150 milhões de euros e de exploração mensal de 20 milhões de euros?”, Almerindo Marques disse não gostar de “falar do passado” (*Diário de Notícias*, 6 de Janeiro de 2006).

Com mais folga orçamental, a RTP dispõe de maior margem de manobra para avançar para projectos mais arrojados ao nível da programação. Percorrendo as entrevistas feitas a Luís Andrade e a Nuno Santos (o primeiro passaria, em Janeiro de 2005, o seu lugar de director de Programas ao segundo que, até aí, exercia o cargo de director-adjunto), sobressai uma preocupação constante com

a contenção de custos. No entanto, há apostas que apenas se tornaram possíveis graças a uma conjuntura económica mais favorável, nomeadamente aquela que foi feita na ficção histórica através das séries *A Ferreirinha* e *João Semana*. Numa altura em que os canais privados apresentam, em horário nobre, uma oferta televisiva centrada em telenovelas e *reality shows*, a RTP1 procura promover, em horário nocturno, uma programação diferenciada em cada dia da semana, pelo menos depois das 22h00. Nas palavras de Nuno Santos, depois de 2004 ter significado o ano das “mudanças” e da “reestruturação”, 2005 teria de ser “o ano de afirmação do serviço público” (*Público*, 5 de Janeiro de 2005). Em termos de audiências, a RTP atinge, neste biénio, assinaláveis resultados. Em 2004, beneficia de toda a euforia que se criou face à realização do Campeonato Europeu de Futebol em Portugal. Para além das transmissões dos jogos, a TV pública promove uma mega-operação mediática à volta do Euro 2004, arrastando assim mais telespectadores para si. A “força” que este evento desportivo deu às audiências da RTP1 em Junho permitiu-lhe ultrapassar o *share* mensal da TVI, o que não acontecia desde Setembro de 2000, quando a TVI mudou de imagem e introduziu o *Big Brother* (*Público*, 2 de Junho de 2004). Todavia, a *performance* audimétrica da RTP1 ganha maior relevo em Outubro 2005, quando o canal generalista de serviço público ultrapassa a SIC, tornando-se o segundo canal mais visto, um feito que não acontecia desde 1995. Segundo Nuno Santos, esses resultados devem-se à estabilidade da programação (*Público*, 3 de Novembro de 2005), mas, poder-se-ia também acrescentar, que esse desempenho foi em grande parte tributário da desorientação que caracterizava a grelha da SIC.

Não foi tanto ao nível das novidades que a RTP1 marcou este biénio, se bem que a *Operação Triunfo* tenha reunido considerável popularidade e *A Ferreirinha* tenha marcado a ficção histórica; tão-pouco se singularizou por programas que transitaram de grelhas anteriores, embora seja sempre um feito um programa comemorar dez anos, como foi o caso da *Praça da Alegria* que, a 12 de Setembro de 2005, assinalou uma década de emissões diárias (de segunda a sexta-feira); também não foi particularmente inovadora no que diz respeito a programas de informação, ainda que *Centro de Saúde* tenha constituído um sinal (pontual) para sair da esfera do poder instituído. Foi, sobretudo, por ousar fazer diferente, por não clonar formatos dos canais privados, que o canal generalista de serviço público conquistou, em 2004 e 2005, um lugar singular no Panorama Audiovisual Português.

Os canais privados deram continuidade a uma engenharia de programação que haviam ensaiado nos primeiros anos do século XXI. Com resultados que se revelaram desastrosos no caso da SIC e com sucesso no que se refere à TVI. Apostada em repetir fórmulas que garantiam audiências, a TVI reforça a ficção nacional e estreia, em Outubro de 2004, um formato que repete o êxito

do *Big Brother: Quinta das Celebidades* que virá a ter uma segunda edição em Março de 2005, com a mesma popularidade junto do público. A SIC tenta ridicularizar o impacte desta “novela da vida rural”, contrapondo na noite da grande gala (domingo) *sketchs* integrados no *Herman SIC* intitulados “Quintal dos Ranhosos”. Na *rentrée* de 2005, a estação de Queluz substituiu o seu popular *reality show* por outro formato com a mesma lógica de funcionamento, embora tivesse transferido o palco da novela de uma quinta para um quartel. Assim ditavam as regras da 1ª *Companhia*.

Reunindo grande aceitação junto das audiências, a TVI é, neste biénio, o canal com o índice de *share* mais elevado, ainda que em 2004 a SIC tivesse conseguido ser novamente o canal mais visto dos portugueses, uma liderança que perderá no ano seguinte para a sua concorrente privada. E foi essa queda que provocou a maior mudança interna deste período: em Setembro de 2005, o director de Programas Manuel Fonseca é substituído no cargo pelo director dos canais temáticos do grupo SIC, Francisco Penim. Este garante que “a SIC vai mudar” (*Diário de Notícias*, 13 de Outubro de 2005), mas essa renovação apenas poderá ser visível em 2006. Para esta nova direcção é chamada Teresa Guilherme que até há pouco tempo tinha conduzido na TVI as galas do *Big Brother*. Nesses últimos meses de 2005, Penim apenas pôde fazer alguns ajustamentos na grelha. Por exemplo, obrigou o *Herman SIC* a transformar-se num programa vocacionado para toda a família, podendo assim retirar-se a bolinha vermelha do canto superior do ecrã e antecipou o fim do *reality show* “Senhora Dona Lady” que, juntamente com o “Esquadrão G: não és homem não és nada”, havia sido anunciado como uma das apostas na grelha de Outubro que inaugurava, na altura, uma linha de programação feita em grande parte por actores que assumiam a sua homossexualidade.

A TVI, apesar de atravessar este biénio sem sobressaltos junto das audiências, vive alguma turbulência internamente. Primeiro, com a saída inesperada de Marcelo Rebelo de Sousa de que falaremos mais à frente, depois com a integração do grupo espanhol Prisa nos accionistas da empresa. O grupo espanhol também detentor do jornal *El País* comprou, em Novembro de 2005, 33 por cento do capital à Media Capital, uma operação que corresponde à primeira fase de um acordo assinado com Miguel Paes do Amaral a 21 de Julho de 2005. Nesse documento prevê-se que, num prazo de 24 a 27 meses, a Prisa tenha ainda o direito de preferência sobre 13,32 por cento da Media Capital, podendo assim assegurar o controlo sobre o grupo português (*Público*, 4 de Novembro de 2005). No dia em que se tornou o maior accionista da Media Capital, o administrador-delegado da Prisa, Juan Luís Cebrian, afirmou que a experiência do seu grupo ao nível da informação “pode ajudar a TVI” (*Público*, 9 de Novembro de 2005). Antes de este movimentado mês de Novembro de 2005 terminar, o grupo RTL, controlado por accionistas alemães e detentor até então de 15,66 por cento da Media Capital, comprou

os 16,54 por cento de acções que detinha a Fidelity Investments, ficando assim com 32,2 por cento, uma percentagem muito próxima dos 33 por cento da Prisa. A oferta televisiva da TVI atravessou este período sem ser alvo de grandes conturbações, isto se colocarmos de lado o afastamento de Marcelo Rebelo de Sousa e o facto de Manuela Moura Guedes ter sido retirada da apresentação do *Jornal Nacional*). Acrescente-se ainda que a entrada da Prisa no capital da TVI suscitou as maiores reservas por parte do poder político (na oposição parlamentar). Já a renovação das licenças dos canais privados de televisão constituiu um assunto que, estranhamente, foi remetido para as margens do debate público.

Anunciadas em Fevereiro de 1992, as licenças da SIC e da TVI estariam em vigor por um período de 15 anos, ou seja, até 2007. Mas as estações privadas preferiram antecipar o pedido de renovação que tinham de dirigir à entidade reguladora dos *media* tal como prevê a lei, neste caso à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS). A SIC solicitou isso a 31 de Maio de 2005, a TVI a 30 de Junho do mesmo ano. Esperar-se-ia que, a partir daí, se abrisse um amplo debate sobre a programação televisiva da TV privada tendo como elemento de referência as obrigações que ambas as empresas assumiram expressamente nos alvarás de concessão das licenças. Se os canais generalistas se dirigem a todos os portugueses, usando para isso uma concessão pública, seria lícito esperar que a entidade formalmente responsável pela decisão sobre a renovação das licenças auscultasse a opinião pública e não se confinasse ao silêncio dos seus gabinetes. Treze anos depois do fim do monopólio da televisão em Portugal, as grelhas da SIC e da TVI desvirtuavam substancialmente os projectos que o Governo escolhera como vencedores das respectivas concessões num polémico Conselho de Ministros que decorreu a 6 de Fevereiro de 1992. Segundo o artigo 10º da Lei de Televisão (Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto), os canais generalistas devem “contribuir para a informação, formação e entretenimento do público”; “promover o exercício do direito de informar e de ser informado, com rigor e independência, sem impedimentos nem discriminações”; “favorecer a criação de hábitos de convivência cívica própria de um Estado democrático e contribuir para o pluralismo político, social e cultural”; “promover a cultura e a língua portuguesas e os valores que exprimem a identidade nacional”. De que forma têm a SIC e a TVI cumprido estas obrigações, nomeadamente em horário nobre, que é a franja que abrange maior número e mais diversidade de telespectadores? Este tipo de resposta não foi alvo de escrutínio público, nem tão-pouco encontrou resposta na AACS<sup>246</sup>.

<sup>246</sup> Coube ao órgão regulador que lhe sucedeu, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), a tarefa de lidar com este complexo dossier. Na (extensa) deliberação 1-L/2006 com a data de 20 de Junho (102 páginas), a ERC apresenta os fundamentos da sua decisão de renovar as licenças aos operadores privados, afirmando que, “relativamente a algumas obrigações assumidas pelos operadores televisivos – quer por decorrência directa da lei, quer porque a isso se comprometeram na apresentação da respectiva candidatura

## Na era dos comentadores políticos

Continuando a excluir a informação semanal do horário nobre, os canais privados circunscreveram os seus esforços de renovação aos noticiários da noite: fizeram reajustamentos de cenários e grafismos, mudaram *pivots*, criaram espaços de comentário. A RTP1 não apresentou grandes novidades em 2004, mas em 2005, e já sob uma nova direcção de Informação dirigida por Luís Marinho, introduziu na grelha um programa vocacionado para assuntos de saúde (*Centro de Saúde*) e promoveu várias emissões que intitulou *Especial Informação*. Neste biénio, ressalta-se aquele que ficou conhecido como “o caso Marcelo”: em Outubro de 2004 Marcelo Rebelo de Sousa abandonou os seus comentários no noticiário de domingo na TVI, na sequência de pressões que terá tido no sentido de serenar as críticas que tecia à actuação do Governo de Santana Lopes. Em Fevereiro de 2005, o professor Marcelo inaugura um espaço idêntico, mas autónomo do noticiário, na RTP1 o qual será replicado em Maio para o socialista António Vitorino. Neste período, a SIC também tentou promover o comentário político, mas nunca foi bem sucedida.

Em 2004, a RTP1 manteve no ar os programas que tinha na grelha em 2003: o debate *Prós e Contras*, moderado por Fátima Campos Ferreira; *Grande Entrevista*, da responsabilidade de Judite de Sousa; e *Debate da Nação*, um espaço

(em 1990) ou em momento posterior – se verifica um cumprimento pouco satisfatório”. Salientem-se alguns aspectos de incumprimento.

Da parte da SIC:

- Diminuição progressiva do número de jornais informativos: quatro em 1990; três em 1999; dois em 2005.
- Desaparecimento de programas especializados no campo da reportagem nacional e internacional, da entrevista e do debate com autonomia relativamente aos blocos informativos das 13h00 e das 20h00, em claro incumprimento dos compromissos assumidos em 1999.
- Eliminação do *flash* informativo diário, contemplado no projecto de 1999.
- Emissões destinadas a públicos infantis remetidas para horários pouco adequados, de segunda a sexta e desaparecidos da grelha de programas em 2006.
- Programação cultural com presença reduzida na grelha e emitida em horários de audiência diminuta.

Do lado da TVI:

- Emissões destinadas a públicos infantis remetidas para o fim-de-semana. O compromisso assumido em 1999 envolvia a emissão de programas infantis nas manhãs de segunda a domingo e nas tardes dos dias úteis.
- Programação cultural esporádica e emitida em horários de audiência reduzida. Apesar de o projecto de 1999 não contemplar programação cultural, assumia-se como um projecto com preocupações de natureza cultural.
- Ausência de programas especializados no campo da reportagem nacional e internacional, da entrevista e do debate, autónomos em relação aos blocos informativos das 13h00 e das 20h00, em claro incumprimento dos compromissos assumidos em 1999.
- Eliminação do *flash* informativo diário contemplado no projecto de 1999.

Na parte final do documento, a ERC fixa algumas obrigações para a SIC e para a TVI, algumas das quais corresponderão a tentativas de neutralizar falhas detectadas ao longo deste estudo. Por exemplo:

- Diversificar os géneros de programação emitida no chamado “horário nobre”.
- Emitir programas de informação dos subgéneros debate e entrevista, autónomos em relação aos blocos noticiosos diários, com periodicidade não inferior a semanal.

conduzido por José Alberto Carvalho. Nada de novo, portanto. As novidades ao nível da informação resultaram da inauguração, a 31 de Março, das instalações da RTP em Cabo Ruivo que possibilitaram a construção de um amplo e bem apetrechado estúdio para os noticiários da estação. Nesse dia, estreou também uma nova imagem gráfica que articulava a totalidade dos canais da RTP, tendo o azul como cor predominante. Antes de o ano terminar, a Direcção de Informação conhece novos responsáveis: Luís Marinho substitui José Rodrigues dos Santos no cargo de director, convidando José Alberto Carvalho para director-adjunto. O trabalho desta nova equipa apenas se tornará mais visível para o telespectador em 2005. A 8 de Março, estreia, no horário nobre da RTP1, *Centro de Saúde*, um programa semanal da responsabilidade de Cláudia Borges que, nos finais dos anos 90, tinha conduzido um formato idêntico na SIC. Segundo a jornalista, este novo programa visa “transmitir uma mensagem de prevenção e uma certa pedagogia da saúde que pretende ajudar todos” (*Público*, 25 de Fevereiro de 2005). Ao longo do ano, promovem-se vários debates que antecipam agendas, fazem balanços de determinados acontecimentos, propõem reflexões sobre certas questões que permanecem no topo da actualidade. Por exemplo, depois da demissão do Governo e poucos dias antes do início da campanha para as eleições legislativas, a RTP emite uma série de debates temáticos sob o título genérico “Portugal em debate”, conduzidos por Fátima Campos Ferreira<sup>247</sup>. A 28 de Fevereiro e na sequência do polémico e popular livro *O Código da Vinci*, Márcia Rodrigues modera, no Convento de Mafra, uma discussão sobre “Os mistérios da fé”. A 9 de Março, Carlos Daniel analisa com os seus convidados, a partir de Mértola, o problema da falta de água, numa altura em que o país se debatia com uma profunda seca. A 4 de Maio, Helder Silva conversa, a partir de Évora, com o Presidente da República e outros convidados acerca dos acidentes rodoviários... Eis, pois, sinais que poderiam fazer pensar numa renovada política editorial para a área da informação. No entanto, a RTP1 não prolongou por muito tempo estas opções, transferindo-as antes para o seu canal de informação no cabo, a RTPN, que, desde que passou para o universo RTP (em 2004) sob a direcção de José Alberto Lemos e Dinis Sottomayor, ganha outra vitalidade.

Os canais privados continuam neste biénio a excluir a informação semanal das suas grelhas nocturnas, centrando (quase) toda a atenção nos noticiários. Neste período, o *Jornal da Noite* da SIC é alvo de sucessivos ajustamentos. Em Janeiro de 2004, inserem-se os comentários de Pacheco Pereira na edição de sábado e um frente-a-frente entre o social-democrata Pedro Santana Lopes e o socialista António Costa na edição de terça-feira; ao domingo reserva-se

<sup>247</sup> A 24 de Janeiro, debate-se a saúde; a 25 de Janeiro, a educação; a 26 de Janeiro, a justiça; a 27 de Janeiro, o sistema político; a 28 de Janeiro, a economia.

um espaço para a grande-reportagem. Em Maio, coloca-se a dupla de apresentadores da *Edição da Noite* da SIC Notícias, João Adelino Faria e Ana Lourenço, na condução dos noticiários de fim-de-semana do canal generalista. Em Setembro, transfere-se o cenário do *Jornal da Noite* de domingo para o palco de um dos acontecimentos do dia, uma experiência que durou pouco mais de um mês. Nenhuma destas apostas resultou em termos de audiência, sendo, pois, retiradas do ar. Do lado da TVI, a informação circunscreve-se aos noticiários da hora do almoço e da noite que, neste período, são sujeitos a pontuais e discretas renovações gráficas e de cenário. De uma forma geral, o *Jornal Nacional*, que vai para o ar a partir das 20h00, ultrapassa substancialmente 60 minutos. Confrontado com as razões desta duração, o director-geral da TVI afirma o seguinte: “Fazemo-lo por duas razões. Primeiro, por causa da dinâmica da informação da TVI. Decidimos fazer jornais de 50 minutos em 2000 e rapidamente nos apercebemos que a quantidade de material que produzíamos não cabia. O outro ponto foi que, durante o período de crise, tivemos que nos proteger do ponto de vista orçamental. É a circunstância de fazermos jornais maiores significava também uma importante poupança em matéria de custos de programação” (*Diário de Notícias*, 26 de Setembro de 2004). Em Junho de 2005, o director de Informação da RTP, Luís Marinho, propôs uma redução dos telejornais (*Público*, 26 de Junho de 2005), mas essa sugestão foi rejeitada pelos responsáveis da informação dos canais generalistas privados.

Ao nível da informação televisiva, o caso que mais polémica suscitou foi aquele que levou ao afastamento de Marcelo Rebelo de Sousa da TVI. No dia 3 de Outubro de 2004, no espaço habitual de comentário no *Jornal Nacional* de domingo, o conhecido comentador criticou a tolerância de ponto no dia seguinte concedida pelo Governo de coligação PSD/CDS, afirmando que isso seria “pior do que o pior do Governo de Guterres”, o que provocou uma censura dura por parte do ministro dos Assuntos Parlamentares, Rui Gomes da Silva. Sentindo eventuais pressões da administração da TVI para amenizar as críticas ao executivo de Pedro Santana Lopes, Marcelo Rebelo de Sousa abandona a estação com a qual colaborava semanalmente desde Maio de 2000, abrindo, com isso, um amplo debate acerca do relacionamento que o Governo vinha mantendo com a comunicação social. Terminado o espaço de comentário político na TVI, Rebelo de Sousa assina, a 4 de Fevereiro de 2005, um contrato de colaboração com a RTP como comentador político e a 27 de Fevereiro dá início a uma rubrica intitulada *As Escolhas de Marcelo* que vai para o ar a seguir ao *Telejornal* de domingo e que conta com a moderação da jornalista Ana Sousa Dias. Não será esse o único espaço de comentário da TV pública. A 30 de Maio, estreia *Notas Soltas*, um espaço a cargo de António Vitorino, com a moderação da jornalista Judite de Sousa. A SIC, apesar de ter desistido de integrar o espaço de comentário no *Jornal*

*da Noite*, quando insistiu nessa estratégia convidou sempre militantes dos partidos com maior representação parlamentar.

Será que apenas os políticos estarão habilitados a explicar o que se passa no país e no mundo? Porquê a TV insiste sempre nos mesmos interlocutores, sobretudo em determinados políticos? Porque nem todos sabem falar na televisão, nem têm um capital mediático que garanta audiências. Mas não seria uma boa estratégia apostar em espaços que promovessem a diversidade e... a pluralidade de opiniões, juntando outras pessoas a nomes de reconhecida competência?



## **CAPÍTULO 3 | A CURVA DESCENDENTE DAS AUDIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO SEMANAL**



Em 1993, a RTP é o canal de TV mais visto, seguido da SIC e da TVI. A informação semanal segue a tendência das respectivas estações, ultrapassando por vezes esses índices globais. Isso significa que os géneros informativos são valorizados pelas audiências e alvo de destaque por parte dos programadores. Em 1996, o Panorama Audiovisual Português (PAP) é diferente: a SIC lidera, então, as audiências. Embora a informação semanal continue a reunir um número significativo de programas, neste período verifica-se um arrastamento dessas emissões para horários mais tardios a fim de se ceder a primeira parte do horário nobre a conteúdos de entretenimento. Desenvolve-se, desse modo, um percurso circular: uma emissão é programada para um horário mais tardio, obtém menos audiência e, porque isso acontece, há uma progressiva tendência para a retirar dos segmentos do grande público. Em 1998, essa lógica acentua-se. Significa isto que, neste período, a informação semanal vai deixando de ser encarada como um produto rentável, nomeadamente nas estações privadas, mais atentas à rentabilidade da grelha, principalmente em horário nocturno, que é também o mais disputado pelos anunciantes. Mantendo-se em 3.º lugar, a TVI apresenta em 1998 uma audiência de 1,4%, mas sobe o *share* para os 13,1%. Tratando-se de um ténue crescimento, constitui-se como o princípio de uma curva ascendente que, nos anos seguintes, será mais expressiva.

À entrada no século XXI, encontramos um diferente retrato nos canais generalistas. Em 2001, as mudanças tornam-se mais visíveis naquilo que se tinha vindo a notar em 2000. A oferta televisiva ganha outra configuração com novos *reality shows* tipo *Big Brother* que ocupam extensas franjas do horário nocturno da TVI e da SIC. Nesse ano, a TVI lidera as audiências, ignorando (quase) por completo a informação semanal. A SIC segue-lhe os passos. Na RTP1 resistem alguns programas de informação semanal que têm uma periodicidade periclitante e uma audimetria débil. Em 2003, a RTP1 apresenta uma oferta mais estável no que respeita a informação semanal, embora haja menos programas. A SIC e a TVI continuam a apostar no entretenimento

para o horário nobre, que, com o acumular de telenovelas e *reality shows*, se dilata para lá da meia-noite. Mesmo assim, as estações privadas não valorizam a informação semanal e os telespectadores não manifestam muito interesse relativamente àquilo que, a esse nível, lhes proporciona o canal generalista de serviço público.

**Quadro 23: Evolução das audiências nos canais generalistas portugueses**

Anos	RTP1		SIC		TVI	
	Audiência	Share	Audiência	Share	Audiência	Share
1993	7,3%	61,5%	1,7%	14,3%	0,8%	6,6%
1996	3,8%	38,4%	5,7%	48,6%	1,4%	12,3%
1998	3,4%	31,5%	5,4%	49,2%	1,4%	13,1%
2001	2,7%	20,1%	4,5%	34%	4,3%	31,9%
2003	3,4%	23,8%	4,4%	30,3%	4,1%	28,5%

Fonte: Marktest

## 1. 1993 – Quando a informação rentabiliza audiências

No primeiro semestre de 1993, a informação semanal do Canal 1 reúne mais telespectadores com o programa *Repórteres*, emitido ao domingo depois do *Telejornal*, mas quem lidera o *share* é o *talk show* *Conversa Afiada*, que vai para o ar depois da meia-noite de domingo. Os números mais expressivos pertencem a emissões da temporada de Outono. Embora a *Entrevista de Maria Elisa* tenha um bom número de telespectadores, é o *talk show* *Raios e Coriscos*, emitido à 5.<sup>a</sup> feira por volta da meia-noite, a reunir a audiência e o *share* médios mais altos do ano. *Conversa Afiada* e *Sexualidades*, não registrando audiências assinaláveis, apresentam *shares* significativos, resultantes do horário tardio em que eram emitidos.

Quadro 24: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da RTP1 em 1993

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Semestre	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>De Caras</i>	Ano	3. <sup>a</sup> f	23h30	8,7%	54,9%
<i>Marcha do Tempo</i>	1. <sup>o</sup> sem.	3. <sup>a</sup> f	23h30	7,9%	49%
<i>Repórteres</i>	Ano	Dom./ 3. <sup>a</sup> f	Varia	<b>17,1%</b>	56,7%
<i>Grande Área</i>	1. <sup>o</sup> sem.	Dom.	23h30	8,7%	50,8%
<i>Entrevista M<sup>a</sup> Elisa</i>	2. <sup>o</sup> sem.	Sáb./ 6. <sup>a</sup> f	21h30	<b>17,5%</b>	48,8%

Talk shows					
Programas	Semestre	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Conversa Afiada</i>	1. <sup>o</sup> sem.	Dom.	1h00	2,4%	<b>72,3%</b>
<i>Sexualidades</i>	1. <sup>o</sup> sem.	5. <sup>a</sup> f	23h30	10,9%	<b>61,2%</b>
<i>Raios e Coriscos</i>	2. <sup>o</sup> sem.	5. <sup>a</sup> f	22h30	<b>17,7%</b>	<b>59,5%</b>
<i>Você é Excepcional</i>	2. <sup>o</sup> sem.	5. <sup>a</sup> f	22h30	8,4%	31,6%

Fonte: Marktest

Na SIC, os programas de informação semanal com mais audiência no primeiro semestre de 1993 são os debates (*Terça à Noite* e *Conta Corrente*) e um

formato intimista com traços de *talk show* (*Sexo Forte*). Em termos de *share*, salientam-se *Internacional SIC* e *Os Donos da Bola*, que beneficiam do respectivo horário tardio, ainda que o programa de desporto registe um índice médio assinalável devido ao aumento substancial de telespectadores do último trimestre do ano. Na segunda parte do ano, os novos programas – *Casos de Polícia* e *Conversas Curtas* – revelam-se boas apostas. Enquanto *Casos de Polícia* e *Tostões e Milhões* mantêm o mesmo dia de emissão, *Os Donos da Bola* e *Internacional SIC* vão saltitando por diferentes serões, o que em parte explicará as oscilações do respectivo *share*. Assinala-se que, com a excepção de *Segredos*, todos os programas com o traço de informação ultrapassam em 1993 a audiência média global da SIC.

Quadro 25: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da SIC em 1993

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Semestre	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Terça à Noite</i>	Ano	3.ª f	22h30	5,8%	21,2%
<i>Conta Corrente</i>	1º semestre	5.ª f	22h30	3,7%	12%
<i>Tostões e Milhões</i>	Ano	2.ª f	23h30	2,7%	23,5%
<i>Os Donos da Bola</i>	Ano	Varia	00h30	2,6%	34,38%
<i>Internacional SIC</i>	Ano	Varia	00h30	2,1%	27,2%
<i>Conversas Curtas</i>	4º trimestre	Dom.	23h30	4,2%	25,7%
<i>Casos de Polícia</i>	4º trimestre	5.ª f	23h	9,1%	35,6%

Talk shows					
Programas	Semestre	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Jogo da Verdade</i>	Jan.	3.ª f	22h30	3,8%	12,2%
<i>Segredos</i>	1º trim.	Dom.	23h30	1,4%	8,6%
<i>Sexo Forte</i>	1º sem.	4.ª f	22h30	4%	14,1%

Fonte: Markttest

Na Quatro, a informação semanal regista índices de audiência baixos. O primeiro semestre de 1993 fica marcado por programas desportivos, dedicados a uma área a que os canais generalistas não estavam a prestar atenção: o automobilismo. Ao contrário dos restantes programas de informação semanal do canal, *Prolongamento*, *Telemotor* e *Quarta a Fundo* mantêm-se na grelha durante todo o ano. Programas de debate – como *Referendo* ou *Frontal* –, embora apontados como centrais, estão pouco tempo em antena, talvez porque nesse período não são bem sucedidos em termos de audiências. Embora a religião fosse um campo a que os responsáveis da Quatro garantiram prestar particular atenção, apenas em Outubro surge um programa semanal, *Caixa de Perguntas*, para discutir questões religiosas. Todavia, não reúne grande interesse do público.

Quadro 26: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da TVI em 1993

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Semestre	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Referendo</i>	1.º sem.	5.ª /6.ª f	22h	0,8%	2,6%
<i>Frontal</i>	1.º sem.	3.ª /4.ª f	00h30	0,9%	4,8%
<i>Prova dos Nove</i>	2.º sem.	3.ª f	00h30	1,1%	8,6%
<i>Telemotor</i>	Ano	Varia	Varia	1%	5,6%
<i>Quarta a Fundo</i>	Ano	4.ª f	23h30	0,8%	6,9%
<i>Prolongamento</i>	Ano	2.ª f	23h00	1,6%	9,2%
<i>Artur Albarran</i>	2.º sem.	6.ª /5.ª f	22h30	4,2%	14,7%

Talk shows					
Programas	Semestre	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Olhares</i>	1.º sem.	4.ª /6.ª f	Varia	0,5%	1,9%
<i>Na Maior</i>	Ano	4.ª /6.ª f	21h30	0,9%	2,7%
<i>Caixa de Perguntas</i>	2.º sem.	Dom./4.ª f	Varia	1,4%	6,4%

Fonte: Marktest

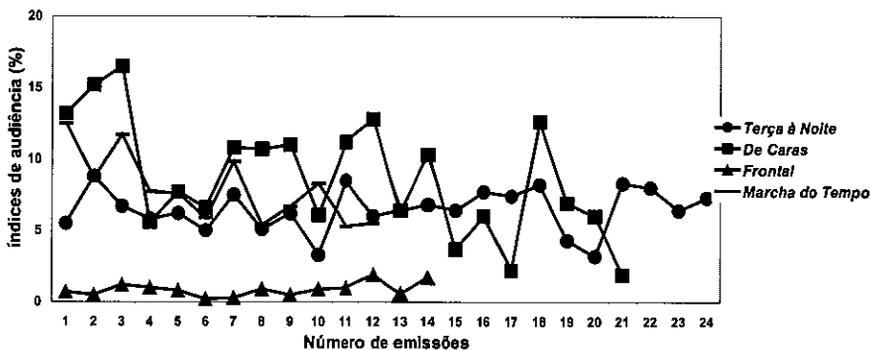
## 1.1. O domínio do Canal 1 da RTP

### 1.1.1. O confronto dos debates televisivos na mesma franja horária

Percorrendo transversalmente a oferta informativa dos canais generalistas em horário nobre, nota-se, em alguns momentos, a tática de adoptar os mesmos géneros televisivos em determinada franja horária. Neste âmbito, nenhuma estação será mais pró-activa do que as outras. No caso dos debates televisivos colocados nos serões de 3.ª feira na primeira metade do ano, é o Canal 1 quem primeiro faz essa opção com *De Caras e Marcha do Tempo*. Segue-se a SIC, a 9 de Fevereiro, com *Terça à Noite* e, por último, a Quatro que estreia a 30 de Março *Frontal*. Este confronto continua no segundo semestre do ano, mas mais atenuado. *Marcha do Tempo* e *Frontal* desaparecem e *De Caras* não apresenta uma periodicidade regular, deixando audiência disponível para *Terça à Noite*, que se mantém no ar até final do ano. A política de confronto de horário reacende-se noutro dia da semana: a 6.ª, envolvendo *Entrevista de Maria Elisa* (Canal 1) e *Artur Albarran* (Quatro). Este embate criado pelo Canal 1 desaparece em poucas semanas, com a decisão da Quatro em transferir o seu programa para as noites de 5.ª feira. No que diz respeito aos *talk shows*, a concorrência desenvolve-se entre o Canal 1 da RTP e a SIC, que ora programam o mesmo produto para o mesmo horário (*Conversa Afiada vs.*

*Segredos*<sup>1</sup>), ora criam programas idênticos, colocando-os em horários diferentes (*Sexualidades vs. Sexo Forte*). Neste contexto, o canal com mais audiência é aquele que capitaliza maior número de telespectadores, ou seja, o Canal 1.

Gráfico 1: Audiências comparativas dos debates televisivos em 1993



Como seria de esperar, nem todas as emissões registam uma aproximação à respectiva média dos formatos. Em *Marcha do Tempo*, a emissão mais vista é a de 26 de Janeiro, tendo o “dinheiro” como tema e António Champalimaud como convidado (12,5% de audiência e 66,1% de *share*). Em *De Caras*, os índices mais altos são os de 2 de Fevereiro, em que o convidado é o ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, interpelado a falar, entre outros assuntos, do trabalho infantil e dos aumentos salariais da Função Pública (16,5% de audiência e 73,2% de *share*). Poder-se-ia afirmar que a temática de ambos envolve manifesto interesse (do) público, mas acrescente-se que, nessa altura, o Canal 1 ainda não contava com a concorrência de programas desse género, pois *Terça à Noite* aparece a 9 de Fevereiro e *Frontal*, a 30 de Março. Se o surgimento do programa da Quatro não provoca oscilações significativas nos outros canais, o debate da SIC origina uma ligeira queda de audiências no canal público, mais acentuada a partir de Outubro. No primeiro semestre, as emissões de *Terça à Noite* que mais se destacam coincidem com os serões em que o Canal 1 não emite nem *De Caras*, nem *Marcha do Tempo*, mas reconheça-se, por outro lado, que a sobreposição de programas do mesmo género prejudica em certas alturas o canal público<sup>2</sup>. Em Junho, o debate da Quatro *Frontal* transfere-se de 3.<sup>a</sup> feira para 4.<sup>a</sup> feira, conquistando alguma audiência que a colagem a géneros idênticos dos outros canais não lhe permitia alcançar. No último trimestre do ano, há um outro confronto: entre *Entrevista de Maria Elisa* (Canal 1) e o debate *Artur*

<sup>1</sup> No final do primeiro trimestre do ano, o formato da SIC desaparece da grelha; o do Canal 1 manter-se-ia no ar até 28 de Junho.

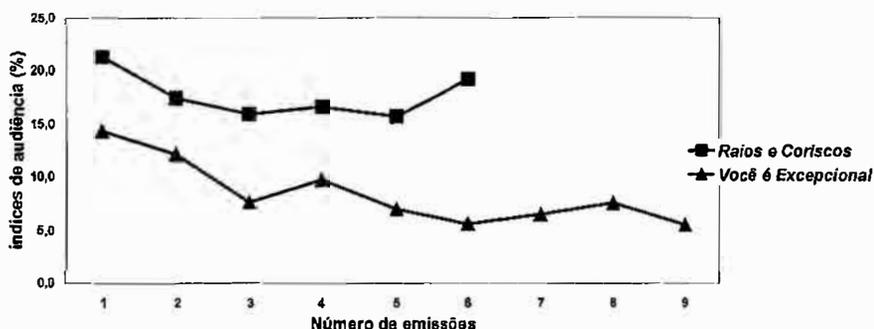
<sup>2</sup> A *Marcha do Tempo* tem o seu pior resultado a 29 de Junho com a discussão do Governo Clinton (5,3% de audiência e 33% de *share*). Nessa noite, discutia-se na SIC “o estado da Nação” (7,5% de audiência e 25,2% de *share*).

*Albarran* (Quatro). Apesar de ter sido inicialmente colocado na grelha por volta das 22h00 de 6.<sup>a</sup> feira, um horário que, na altura, não colidia com programas do mesmo género nos outros canais, a 5 de Novembro *Artur Albarran* é surpreendido com a passagem da *Entrevista de Maria Elisa* das noites de sábado para as de 6.<sup>a</sup> feira. Nessa semana, as audiências baixam ligeiramente e, na seguinte, diminuem ainda mais. A 18 de Novembro, o debate da Quatro transfere-se para as noites de 5.<sup>a</sup> feira e a audiência volta a subir, embora nessa franja horária tenha a concorrência na SIC de *Casos de Polícia* que estava a reunir uma crescente aceitação dos telespectadores. Nesse novo horário, *Artur Albarran* consegue, durante três semanas, reequilibrar as audiências que, no entanto, voltam a periclitarem a 10 de Dezembro, quando o programa é novamente emitido à 6.<sup>a</sup> feira. Na semana seguinte, regressa ao horário de 5.<sup>a</sup> feira, mas os índices baixam ainda mais. Talvez as mudanças tivessem sido excessivas...

### 1.1.2 A procura de audiências pela diversidade de formatos e pela diferenciação horária

Implantar táticas mobilizadoras de audiências não significa adoptar apenas o confronto do mesmo produto. Poder-se-á também programar para a mesma franja horária diferentes programas do mesmo género (que alternam semanalmente) ou fazer uma oferta distinta daquela que os restantes canais propõem. No primeiro semestre de 1993, o Canal 1 opta por alternar nos serões de 3.<sup>a</sup> feira os debates *De Caras e Marcha do Tempo*. No segundo semestre, retomase este tipo de engenharia de programação com os *talk shows Raios e Coriscos* e *Você é Excepcional*. Colocados no mesmo horário, ou seja, inseridos num fluxo mais ou menos regular e numa oferta concorrencial permanente, os formatos que operam em regime de alternância não apresentam resultados audimétricos idênticos, o que significa que, nessa altura, a audiência não estaria disponível para ver aleatoriamente aquilo que determinado canal emitia (cf. Gráficos 1 e 2). A discrepância maior regista-se nos *talk shows*.

Gráfico 2: Audiências comparativas de *Raios e Coriscos* e de *Você é Excepcional*



Na Quatro, o primeiro semestre de 1993 inclui no horário nobre dois debates: *Referendo* à 5.<sup>a</sup> feira e *Frontal* à 3.<sup>a</sup> feira. Ambos tinham a concorrência directa de géneros idênticos nos outros canais. No horário do primeiro, a SIC emitia *Conta Corrente*; na franja do segundo o Canal 1 tinha *Marcha do Tempo* ou *De Caras* e a SIC *Terça à Noite*. Em Junho, o canal da Igreja opta por uma estratégia de diferenciação, situando os seus programas de informação semanal num serão em que as estações generalistas concorrentes não apresentavam debates. *Referendo* passa para a 6.<sup>a</sup> feira e *Frontal* para a 4.<sup>a</sup> feira, registando-se aí uma subida significativa do *share* de ambos.

## 1.2 Um público que se interessa por temáticas nacionais diversas

Apesar de existirem programas que se inscrevem mais no conceito daquilo a que se chama *paleotelevisão*, cultivando géneros rígidos e apresentando formas televisivas pouco inovadoras, sem, com isso, perderem audiências (como os formatos de grande-reportagem ou de grande-entrevista), o certo é que em 1993 os telespectadores demonstram preferir uma emissão mais próxima daquilo que se entende por *neotelevisão*, ou seja, feita a partir de grandes e coloridos cenários que integram público-assistente (*De Caras*, *Terça à Noite* e *Artur Albarran*), centrada em problemas quotidianos (*Casos de Polícia*) e que misture informação com entretenimento (*Raios e Coriscos*). Adoptando um destes três vectores, conseguia-se alcançar um índice de audiência expressivo. Reconstruindo uma cena próxima de ambientes domésticos ou de espaços públicos de debate, as emissões da SIC atingem uma certa relevância. No entanto, os programas de informação semanal do canal generalista público são os que reúnem maiores índices de audiência, aliás como a restante oferta televisiva dessa estação.

Os assuntos internacionais quase nunca são bem sucedidos do ponto de vista da audimetria. Já as questões nacionais tendem para uma substancial aceitação do público. Refira-se, por exemplo, o programa com o *share* mais elevado: *Repórteres*. É raro haver aí reportagens de temática internacional e, quando isso se passa, a audiência desce. Repete-se o mesmo quadro em qualquer um dos debates dos três canais. Na área nacional, a política revela-se um dos filões que suscitavam mais interesse do público, principalmente quando enquadrada em grandes cenários e discutida com vários interlocutores. Talvez por isso, mas também pela dificuldade expressa em encontrar convidados com aquilo que se pensa serem as capacidades adequadas para falar em televisão, os debates televisivos tenham chamado mais a estúdio políticos não só para discutirem questões ligadas à sua área de actuação, mas também para abordarem outras temáticas, seguindo-se aquilo que Sébastien Rouquette (2001: 192) designa como “lógica

de extensão de competências”. E as audiências legitimaram expressivamente esta opção, particularmente no canal generalista de serviço público.

Se os tópicos nacionais, nomeadamente os de natureza política, asseguram um certo interesse do público, não há um campo social que, à partida, garanta a presença de um grande número de telespectadores. Também o perfil profissional do convidado não é um elemento diferenciador de públicos. Na *Entrevista de Maria Elisa*, a emissão com mais telespectadores é a de Pedro Lamy, ocorrida a 12 de Novembro (26,1% de audiência e 68,2% de *share*), e a com menos público regista-se a 30 de Outubro em que o convidado era o economista Alfredo Sousa (11% de audiência e 32,5% de *share*). Poderão estes dados ser interpretados pela actividade que exercem essas pessoas? Não, porque Maria Elisa consegue uma das audiências médias mais altas quando entrevista, a 3 de Dezembro, Jardim Gonçalves, presidente do BCP (22,2%); e a 16 de Outubro não mantém a audiência média do seu programa, ao convidar o toureiro Pedrito de Portugal (13,8%). Por seu lado, *Terça à Noite* não conta, ao longo do ano, com figuras de projecção pública de primeiro plano, mas isso não desvia a atenção do público. No último trimestre de 1993, o debate da SIC beneficia não só do desaparecimento da *Marcha do Tempo* e da periodicidade (ainda) mais atribulada registada por *De Caras*, mas também da ligeira subida de audiências da oferta televisiva do canal.



## 2. 1996 – A implantação de programas de reportagem e de casos de polícia junto das audiências

Na RTP1, são as emissões estruturadas por reportagens e situadas no segmento horário entre as 22h00 e as 23h30 – *Enviado Especial*, *Domingo Desportivo* e *Histórias da Noite* – que reúnem um maior *share* na programação informativa semanal. Ao contrário daquilo que acontecera em 1993, o *talk show* não é neste período o género mais popular junto dos telespectadores. Apesar de não reunir audiências expressivas, *Maria Elisa* manter-se-á em antena durante alguns anos.

Quadro 27: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da RTP1 em 1996

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Meses	Dia	Hora	Audiências	Share
<i>Prova Oral</i>	Fev.-Mar.	4.ª f	23h00	4,5%	20,7%
<i>Maria Elisa</i>	Maio-Dez.	5.ª /3.ª f	23h	5,4%	28,3
<i>Enviado Especial</i>	Maio-Dez.	Dom./2.ªf	22h	10,3%	32,1%
<i>Domingo Desportivo</i>	Abril-Dez.	Dom.	23h30	6,3%	33,2%
<i>Histórias da Noite</i>	Agosto-Out.	2.ª f	22h30	10%	33,2%

<i>Talk shows</i>					
Programas	Meses	Dia	Hora	Audiências	Share
<i>Ligações Perigosas</i>	Maio-Agosto	3.ªf	Varia	5,4%	21,3%

Fonte: Markttest

Na SIC, os programas de informação colocados na franja posterior à meia-noite ajudam a capitalizar *share*, embora sejam alvo de uma substancial, mas esperada, subtracção de audiência. O programa *Os Donos da Bola* não se ressentir tanto dessa descida, beneficiando não só da expectativa criada à volta de cada emissão como do facto de ser emitido em véspera de fim-de-semana. À semelhança do que se passa na RTP1, os formatos de reportagens de média ou grande duração – *Casos de Polícia* e *Grande Reportagem* – são os que reúnem a percentagem mais elevada de telespectadores, mas, ao contrário do canal generalista público, a SIC não faz ziguezaguear a sua informação semanal

por diferentes horários, mesmo os programas com *performances* audimétricas mais débeis. Criado em pleno Governo de Cavaco Silva (1994), *A Noite da Má-Língua* atravessa estes primeiros tempos do Governo de António Guterres suscitando ainda o interesse do público.

Quadro 28: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da SIC em 1996

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Meses	Dia	Hora	Audiências	Share
<i>CrossFire</i>	Jan.-Jul.	3. <sup>a</sup> f	23h30	8,4%	44,6%
<i>Esta Semana</i>	Out.-Dez.	3. <sup>a</sup> f	23h30	7,4%	38,7%
<i>Casos de Polícia</i>	Ano	4. <sup>a</sup> /5. <sup>a</sup> f	Varia	14,7%	54,9%
<i>Grande Reportagem</i>	Maió-Set.	5. <sup>a</sup> f	23h30	9,3%	50,4%
<i>Donos da Bola</i>	Ano	6. <sup>a</sup> f	00h30	5,4%	45,9%
<i>Flashback</i>	Ano	2. <sup>a</sup> f	01h00	1,1%	35,8%
<i>Verdes Anos</i>	Maió-Dez.	5. <sup>a</sup> f	00h30	1,5%	49,5%
<i>Escrita em Dia</i>	Maió-Dez.	3. <sup>a</sup> f	01h00	0,9%	32,6%
<i>Conversas Secretas</i>	Nov-Dez.	2. <sup>a</sup> f	01h30	1,9%	72,3%

<i>Talk shows</i>					
Programas	Meses	Dia	Hora	Audiências	Share
<i>A Noite da Má-Língua</i>	Ano	Varia	23h30	9,4%	50,5%

Fonte: Marktest

Na TVI, as maiores audiências na informação semanal pertencem a programas que surgem no Outono, período em que o canal promete uma substancial renovação na oferta televisiva. Repartidos por três géneros, *Pontos nos Is* (reportagem), *Sem Reservas* (debate) e *Carlos Cruz* (entrevista) não alcançam, no entanto, números muito expressivos. Pelo contrário. Em termos de *share*, o programa do director-geral da estação é ultrapassado por dois formatos similares a um noticiário: um dedicado à economia (*Jornal de Negócios*), outro centrado em questões internacionais (*Jornal do Mundo*).

Quadro 29: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da TVI em 1996

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Meses	Dia	Hora	Audiências	Share
<i>Grande Plano</i>	Jan.-Jun.	6. <sup>a</sup> f	24h	1,6%	10,6%
<i>Sem Reservas</i>	Set.-Nov.	6. <sup>a</sup> f	23h	1,7%	5,8%
<i>Carlos Cruz</i>	Set.-Dez.	5. <sup>a</sup> f	22h30	3%	12%
<i>Pontos nos Is</i>	Set.-Dez.	3. <sup>a</sup> f	21h	2,6%	6,3%
<i>1.<sup>a</sup> Fila</i>	Jan.-Jul.	2. <sup>a</sup> f	00h30	1,1%	10,3%
<i>Jornal de Negócios</i>	Jan.-Jul.	3. <sup>a</sup> f	00h30	1,1%	15,6%
<i>Jornal do Mundo</i>	Jan.-Nov.	4. <sup>a</sup> f	00h30	1,1%	12,6%

Fonte: Marktest

## 2.1 Uma informação diversificada em horários alternativos

Em 1996, com exceção do sábado, todos os serões são preenchidos com informação semanal num dos canais generalistas. Isso acontece porque a engenharia de programação seguida é, sobretudo, a da alternância, adoptando-se estratégias de confronto apenas nos debates televisivos, nomeadamente no último trimestre do ano, altura em que RTP1, SIC e TVI elegem a 3.ª feira para este género de programas. Para os outros formatos, opta-se por uma oferta desencontrada. Por uma questão conjuntural no caso das emissões desportivas: se a RTP detinha o exclusivo de grande parte das transmissões dos desafios de futebol, poderia promover uma emissão de balanço desses jogos; a SIC respondia com uma emissão de antecipação nas noites de 6.ª feira, estruturada por peças de investigação jornalística e por um debate em estúdio. Por uma questão operativa, na medida em que alguns formatos se dirigiam ao mesmo *target*, sendo, por isso, preferível colocá-los em serões diferentes. Por exemplo, *Enviado Especial* (RTP1) e *Grande Reportagem* (SIC) ou *Histórias da Noite* (RTP1) e *Casos de Polícia* (SIC).

### 2.1.1 Confronto nos debates e alternativa na restante programação

No primeiro semestre do ano, a SIC e a RTP1 elegem duas noites para os seus principais programas de informação, mas em cada uma delas os dois canais apresentam uma oferta distinta. À 3.ª feira, a SIC emite *Crossfire* (debate), a RTP contrapõe *Ligações Perigosas* (*talk show*)<sup>3</sup>; à 4.ª feira, o operador público emite *Prova Oral* (debate), a estação privada coloca no ar *Casos de Polícia* (reportagem e debate). Nestes dois serões, o canal privado reúne sempre valores médios de audiência e de *share* superiores, recolhendo mais benefício à 4.ª feira.

Centrado em problemáticas e convidados do campo político e com uma periodicidade muito irregular, *Prova Oral* mantém-se no ar até finais de Março, com um número de telespectadores reduzido. Apenas por uma vez sai do território político que tinha escolhido como linha editorial e aí ganha audiência<sup>4</sup>, mas essa exceção não provoca reajustamentos na sua rota. À mesma hora, na SIC debatem-se temas sociais, nomeadamente questões ligadas à criminalidade, em *Casos de Polícia*, um programa criado em 1993 e que, três anos depois, continua a reunir altos índices de audiência. Comparando a audiência e o *share* médios respeitante a datas em que ambos os programas se

<sup>3</sup> *Ligações Perigosas* estreia-se a 7 de Maio e mantém-se no ar até 6 de Agosto. *Crossfire* está na grelha desde o início do ano e prolonga-se até 9 de Julho. Coabitam dois meses.

<sup>4</sup> Foi a 14 de Fevereiro, quando discutiu o suicídio na adolescência com o psiquiatra Daniel Sampaio, a investigadora Berta Macedo, o presidente da CONFAP, Fernando Regateiro, e o jesuíta Vasco Magalhães.

sobrepuseram, a diferença é significativa. Isso poderia constituir um indício de que a política e os políticos já não suscitavam o interesse que haviam provocado no público num passado recente. Seria essa uma interpretação algo abusiva, na medida em que *Crossfire*, que se mantém em antena até Julho, selecciona grande parte dos seus convidados entre a classe política, obtendo bons desempenhos audimétricos. É certo que a emissão com mais audiência teve como convidado principal o bispo João Luís, da Igreja Universal do Reino de Deus, mas as emissões com políticos também foram bem sucedidas.

Não tendo (teoricamente) o mesmo público-alvo, o debate *Crossfire* na SIC e o *talk show* *Ligações Perigosas* encetam, no tempo em que coabitam, uma certa concorrência. Na estreia (7/5), *Ligações Perigosas* escolhe para debate a seguinte pergunta: “Será que um homem poderá ser amigo de uma mulher atraente sem pensar em sexo?”. Nessa noite, *Crossfire* opta por discutir um tópico semelhante, entrevistando Lígia Amâncio, uma académica que desenvolve investigações em torno das questões de género, mas isso não é suficiente para reter maior número de telespectadores<sup>5</sup>. Apesar de nunca ultrapassar o *share* do debate da SIC, o *talk show* da RTP regista por mais quatro vezes uma audiência média superior. Justificar-se-ão esses valores pela temática discutida? Não, porque o formato da TV pública constrói as conversas em estúdio em torno do relacionamento homem/mulher, enquanto a SIC vai diversificando as entrevistas entre a política, a economia, o desporto e a justiça. Poder-se-á argumentar que as oscilações são tributárias do perfil de convidados? Não propriamente, porque *Ligações Perigosas* escolhe os seus interlocutores no mundo do espectáculo (teatro, música, cinema) ou da televisão, enquanto *Crossfire* vai buscar os entrevistados a campo diversificados, consoante a temática em debate.

Na temporada de Outono, RTP1, SIC e TVI ocupam o segmento das 23h00 de 3.<sup>a</sup> feira com um dos seus principais programas de informação. Nem todos esses formatos são estreias. O debate *Maria Elisa* (RTP1) havia surgido a 2 de Maio e fora interrompido para férias a 25 de Julho. A 26 de Setembro, ressurgiu no horário habitual, ou seja, à 5.<sup>a</sup> feira, mas, na semana seguinte (1 de Outubro), e quando já está no ar a promoção do novo debate da SIC, muda para o serão de 3.<sup>a</sup> feira, antecipando-se uma semana à estreia de *Esta Semana*, que substituiu *Crossfire*, o programa emitido nessa mesma franja horária até 9 de Julho. *Pontos nos Is*, um formato feito com reportagens, estreia-se na grelha da TVI a 24 de Setembro, não contando, nessa noite, com a concorrência de programas de informação nos outros canais, registando, por isso, os índices mais elevados de audiência e de *share*: 4,7% e 12,2%, respectivamente. A partir daí, esses valores descem drasticamente, mantendo-se quase inexpressivos até final do ano. O mesmo não se passa nas emissões de *Maria Elisa* e de *Margarida*

<sup>5</sup> Nessa noite, *Ligações Perigosas* apresenta uma audiência de 8,7% e um *share* de 22,9%, enquanto *Crossfire* tem uma audiência de 6,4% e um *share* de 37%.

Marante. Na noite de estreia de *Esta Semana*, o debate da TV pública elege o surpreendente tema “a música pimba”, enchendo o estúdio com cantores populares que misturam a conversa com a interpretação de canções. Na SIC, a essa hora, discute-se a justiça com o director da PJ, o juiz Rui Rangel, o penalista Marques da Silva e o presidente da Associação de Apoio aos Reclusos. Desse embate, resulta para *Maria Elisa* 8,3% de audiência e 51,6% de *share* e para *Esta Semana* 6,9% de audiência e 29,7% de *share*. Tratava-se de um auspicioso recomeço para o formato da televisão pública, que, no entanto, não veio a ter muitas réplicas. Beneficiando de uma audiência que acompanhava maioritariamente a oferta televisiva do canal, a emissão da SIC tem quase sempre uma audimetria superior. Excepto em duas emissões: a de estreia e a 26 de Novembro, quando Margarida Marante fala com Alberto João Jardim acerca do seu futuro político. Nessa noite, Maria Elisa, aproveitando a mediatização que se fazia à volta da interrupção voluntária da gravidez, escolhe como tema de discussão o tópico “mães solteiras”, dando início ao programa nestes termos:

Nos últimos tempos muito se tem ouvido falar do aborto. Aqui ouviremos falar de dificuldades e de casos felizes, de mulheres que, por opção ou fatalidade, assumiram sozinhas a responsabilidade de uma família.

O *plateau* de *Maria Elisa* é ocupado por especialistas (uma pedopsiquiatra, uma jurista, uma psicóloga, uma socióloga da saúde...) e por muitas mães solteiras, misturando-se figuras mediáticas (uma cantora, uma deputada...) com pessoas desconhecidas da opinião pública. Nessa noite, *Esta Semana* reúne um *share* médio de 30,2%, enquanto *Maria Elisa* alcança uma percentagem de 41,2%. Nas restantes emissões, há uma diferença sempre a favor do debate da SIC, mas cada um dos debates regista oscilações substanciais, resultante, em parte, da coabitação no mesmo segmento horário. Neste confronto, *Pontos nos Is* tem sempre percentagens muito discretas, nunca conseguindo suscitar um interesse efectivo do público.

Gráfico 3: Audiências comparativas dos debates em 1996



## 2.1.2 A adopção de segmentos tardios para programas informativos

A opção de arrastar a informação temática para horários tardios se, por um lado, libertava o segmento de maior audiência para o entretenimento, por outro, ocupava uma franja vocacionada para públicos minoritários (os que vêem TV pela madrugada adentro) com uma oferta que conferia à estação traços distintivos. Na SIC, as apostas centram-se à 2.<sup>a</sup> feira na política (com *Flashback*, ao qual sucede, em finais de Novembro, *Conversas Secretas*), à 3.<sup>a</sup> feira na literatura (com *Escrita em Dia*), à 5.<sup>a</sup> feira na adolescência (com *Verdes Anos*) e à 6.<sup>a</sup> no desporto (com *Os Donos da Bola*). Na TVI, o serão de 2.<sup>a</sup> feira é reservado ao cinema (com *1.<sup>a</sup> Fila*), à 3.<sup>a</sup> destaca-se a economia (com *Jornal de Negócios*) e à 4.<sup>a</sup> feira fala-se de actualidade internacional (com *Jornal do Mundo*). Destes programas, apenas há sobreposição de *Flashback* e *1.<sup>a</sup> Fila*. A RTP ocupa este segmento com o noticiário *24 Horas* e com entretenimento.

Em termos de audiências, o único programa que apresenta uma percentagem que poderia rivalizar com aquela registada na informação semanal de horário nocturno é *Os Donos da Bola*. Para esses expressivos números contribuem vários factores: o dia de emissão corresponde à véspera do fim-de-semana; a temática relaciona-se com um assunto que mobiliza um público massivo; o tom da conversa é estruturado pelo traço da polémica e por um registo emotivo; os assuntos tratados são antecipados horas antes, no *Jornal da Noite*, abrindo expectativa para o posterior desenvolvimento.

Embora não apresentem substanciais índices de audiência – o que seria, aliás, previsível no segmento horário em causa – os programas emitidos depois da meia-noite permanecem bastante tempo em antena e, nesse período, não alteram o dia de emissão. *Os Donos da Bola* (SIC) e *Jornal do Mundo* (TVI) atravessam todo o ano de 1996. Os restantes permanecem em antena mais de seis meses. Os índices médios de audiência não são muito diferentes daqueles alcançados em cada emissão. Ao nível do *share*, há já significativas oscilações que resultam de uma oferta mais sedutora nos outros canais ou de atrasos substanciais em relação à hora anunciada para o início do programa<sup>6</sup>.

## 2.2 A crescente importância dos assuntos sociais

Em 1996, os telespectadores privilegiam emissões de jornalismo policial e de grande-reportagem. Poder-se-ia afirmar que há uma viragem do interesse do

<sup>6</sup> Para agarrar um público que não via TV até tarde, a SIC repetia estes programas nas manhãs ou nas tardes do dia seguinte.

público para temas mais sociais, na medida em que os lugares cimeiros não são ocupados pelos grandes debates políticos, como acontecera em 1993. Até certo ponto, foi isso que aconteceu, mas essa inclinação torna-se mais visível a partir de Setembro de 1996 e, mesmo assim, não se trata de uma mudança radical, já que a política continua presente nos *plateaux* televisivos e com razoáveis respostas audimétricas.

No primeiro semestre do ano, *Prova Oral* (RTP1), *Crossfire* (SIC) e *Grande Plano* (TVI) privilegiam a política e os políticos, registando audiências que rondam (muitas vezes, ultrapassam) a média global do respectivo programa, ou seja, este tipo de assunto e perfil de convidados não transferem público para os canais concorrentes. Na temporada de Outono, cada canal exhibe outros debates que, com excepção de *Maria Elisa*, continuam a dedicar grande atenção ao campo político. Esta tendência é mais acentuada na TVI, sendo também aí que esse tipo de selecção é mais eficaz em atrair o interesse dos telespectadores<sup>7</sup>. Saliente-se ainda um programa que não segue critérios jornalísticos, mas que adquire um certo protagonismo graças às expressivas audiências que reúne: *A Noite da Má-Língua*. Os políticos e política constituem o tema central desta emissão que encontra a sua singularidade no registo humorístico-sarcástico, através do qual os comentadores residentes desenvolvem uma acalorada conversa. Menos corrosivo para o poder político do que nos anos anteriores, este formato atravessa o ano de 1996 sustentado num inequívoco interesse do público.

Se os debates se encham de política, os formatos que se estruturam (apenas ou em grande parte) através da reportagem incidem em problemáticas sociais, registando excelentes *performances* em relação à média de audiência do canal, como já foi sublinhado. *Casos de Polícia*, *Histórias da Noite*, *Enviado Especial* e *Grande Reportagem* têm em comum um jornalismo pró-activo, próximo do quotidiano e feito com fontes de informação que privilegiam o cidadão comum. Neste período, as estações privadas continuam a apostar em programas de informação temática, exibidos em horário tardio, incidindo em campos que, com a excepção do futebol, tendiam a ser atirados para as margens da actualidade mediática: os livros, as questões relacionadas com a adolescência, a economia, as artes do espectáculo... Pela hora tardia em que eram emitidos, esses programas não tinham audiências altas, mas registavam *shares* expressivos, o que significava que, depois da meia-noite, havia uma camada considerável de público televisivo que preferia programas de informação aos de entretenimento. Essa aproximação das audiências contribui também para que os campos estruturantes dessas emissões adquiram uma certa visibilidade mediática e uma

<sup>7</sup> *Sem Reservas* apresenta audiências mais elevadas, quando discutiu "a Direita em Portugal" (4/10): 2,5% de audiência e 8,9% de *share*. *Carlos Cruz*, embora tenha registado os índices mais elevados de audiência quando entrevistou D. Isabel Herédia (3/10) e Maria Elisa (7/11), também alcançou bons resultados nas emissões em que os convidados centrais foram políticos.

importância pública acrescida, patente, por exemplo, na inclusão dos respectivos campos temáticos nos debates de horário nocturno.

A partir de Outubro, os principais debates/entrevistas das estações generalistas – *Maria Elisa*, *Esta Semana* e *Carlos Cruz* – embora não tivessem expulsado a política e os políticos dos respectivos *plateaux*, chamam sistematicamente para discussão temáticas de outros campos sociais, uma tendência mais acentuada no programa do canal público. As audiências, por seu lado, vão oscilando entre uns e outros.

Quadro 30: Temas com mais audiência nos debates do último trimestre de 1996

Lugar	<i>Esta Semana</i> (SIC)			<i>Maria Elisa</i> (RTP1)			<i>Carlos Cruz</i> (TVI)		
	Data	Tema/ Convidado	Audiência	Data	Tema	Audiência	Data	Convidado	Audiência
1ª	15/10	Droga e seus tratamentos	10,5%	8/10	Música pimba	8,3%	3/10	D. Isabel Herédia	6,8%
2ª	22/10	Mário Soares	9,7%	26/11	Mães Solteiras	7,9%	7/11	Maria Elisa	4,6%
3ª	29/10	Tabaco	7,7%	17/12	Maus-tratos a crianças	5,6%	26/12	Primeiro-Ministro	3,6%
4ª	5/11	Proença de Carvalho sobre caso “Leonor Beleza”	7,7%	10/12	A Dor	5,3%	5/12	Ferreira do Amaral	3,2%

Se os debates e as entrevistas excluem das suas conversas os temas internacionais, essa área não está ausente da informação semanal emitida em período nocturno e encontra globalmente boa receptividade junto das audiências. Na TVI, a actualidade internacional é tratada no *Jornal do Mundo*, que atravessa a grelha quase todo o ano. Na RTP e na SIC essa noticiabilidade é incorporada em formatos informativos dedicados à grande-reportagem. *Enviado Especial* (RTP1) estreia-se com um trabalho intitulado “*Filões da Morte*” (19/5), que retrata o trabalho dos mineiros em Espanha, registando uma audiência de 8,8% e um *share* de 23,5% – valores aumentados por emissões semelhantes<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Como a de 1 de Setembro, que explora a possibilidade de vida em Marte (12,7% de audiência e 43,6% de *share*) ou a de 15 de Setembro, que apresenta uma reportagem intitulada “*Cabinda: Independência ou Morte*” (14,3% de audiência e 38,9% de *share*).

Também *Grande Reportagem* (SIC) presta particular atenção a realidades internacionais. No primeiro programa, emite-se um trabalho intitulado “Os Meninos de Angola” (16/5), que regista a audiência mais alta desta série (14%) e um dos *shares* mais elevados (57,7%). Números aproximados destes repetir-se-iam com temáticas afins<sup>9</sup>. Acrescente-se, por outro lado, que algumas reportagens que incidem em tópicos nacionais ultrapassam esses valores, mas isso não constitui uma tendência, o que significa que a delimitação ou alargamento de fronteiras não condicionam automaticamente a adesão dos telespectadores.

<sup>9</sup> Por exemplo, com “*Tortura em Nome de Deus*”, uma reportagem emitida a 13 de Junho sobre o Togo, onde os jovens são castrados (12,4% de audiência e 63,7% de *share*); ou com “*Yanomami: A Nossa Gente*”, que retratava, a 12 de Setembro, uma tribo da Amazônia ameaçada de extermínio (11,7% de audiência e 51,8% de *share*).



### 3. 1998 – O sucesso de uma informação médica pela positiva

Na RTP1, o programa consagrado à grande-reportagem, que a Direcção de Joaquim Furtado reabilitara, é o que reúne a audiência média mais alta em 1998, mas sai de antena quando entram os novos directores de Informação e de Programas. Os formatos que ocupam o segundo e terceiros lugares correspondem a programas que já estão na grelha há alguns anos. Em termos gerais, em 1998, a informação semanal não ajuda a rentabilizar os (baixos) índices de audiência da RTP1.

Quadro 31: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da RTP1 em 1998

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Meses	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Maria Elisa</i>	Jan. a Dez.	5.ª f	Irregular	5,7%	26,2%
<i>Grande Entrevista</i>	Abril a Dez.	5.ª f	23h00	4,3%	21%
<i>Enviado Especial</i>	Jan. a Abril	4.ª f	22h30	7,2%	26,3%
<i>Reportagem</i>	Maior a Dez.	Varia	23h30	3,3%	23,5%
<i>Radar</i>	Out.-Dez.	6.ª f	00h00	2,5%	14,5%
<i>Domingo Desportivo</i>	Jan.aMaio/Agosto/Dez.	Dom.	Varia	6%	28,9%
<i>Máquinas</i>	Abril a Dez.	6.ª f	02h00	1,1%	17,8%
<i>Rotações</i>	Abril a Dez.	3.ª f	02h00	0,5%	20,9%

Fonte: Marktest

À semelhança dos anos anteriores, *Casos de Polícia* continua a ser um fenómeno no que diz respeito à captação de audiências. O mesmo se passa com *Grande Reportagem*, que apresenta valores muito próximos dos já elevados números que reunira em 1996. A surpresa, ao nível da audiência média, situa-se num formato novo que a SIC coloca em horário nobre: *Ficheiros Clínicos*. Quanto aos *talk shows*, *Filhos da Nação* vai acumulando sucessivos insucessos.

Quadro 32: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da SIC em 1998

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Meses	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Esta Semana</i>	Jan. a Julho	5. <sup>a</sup> f	23h15	7,4%	41,5%
<i>Casos de Polícia</i>	Varia	4. <sup>a</sup> f	Varia	10,5%	52,2%
<i>Grande Reportagem</i>	Set. a Dez.	5. <sup>a</sup> f	23h30	8,3%	49,5%
<i>Donos da Bola</i>	Jan. a Jun./Set. a Dez.	6. <sup>a</sup> f	23h30	4,5%	41,4%
<i>Ficheiros Clínicos</i>	Agosto a Novembro	Dom.	22h00	11%	44,5%
<i>Conversas Secretas</i>	Ano	2. <sup>a</sup> /4. <sup>a</sup> f	2h00	0,6%	28,5%

Talk shows					
Programa	Meses	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Filhos da Nação</i>	Jan. a Abr.	Varia	23h30	5,6%	38,9%

Fonte: Marktest

A TVI apresenta um número muito reduzido de programas de informação semanal. Com excepção de *Golo!*, os restantes formatos são essencialmente noticiosos, não tendo qualquer espaço para o debate. Os (poucos) telespectadores que sintonizam esta estação durante o ano de 1998 fazem-no mais quando se programam emissões de desporto, nomeadamente de futebol.

Quadro 33: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da TVI em 1998

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Meses	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Lanterna Mágica</i>	Ano	4. <sup>a</sup> f	01h00	0,7%	15,5%
<i>Quarta a Fundo</i>	Ano	2. <sup>a</sup> f	00h30	0,6%	12,1%
<i>Linha de Fundo</i>	Jan.-Maio	5. <sup>a</sup> /2. <sup>a</sup> f	23h00	2,5%	14%
<i>Golo!</i>	Out.-Dez.	3. <sup>a</sup> f	00h00	1,2%	11,9%

Fonte: Marktest

### 3.1 Entre os debates e a informação temática

#### 3.1.1 A concorrência de programas conduzidos por jornalistas rivais

Quando a SIC apareceu (Outubro de 1992), já Maria Elisa apresentava na RTP1 o principal debate emitido em horário nocturno, nessa altura em parceria com o director-geral do operador público, José Eduardo Moniz. A estação privada contrapôs dois programas autónomos, conduzidos pelos jornalistas

Miguel Sousa Tavares e Margarida Marante. Entretanto, Moniz e Sousa Tavares haveriam de decidir, por motivos diferentes, abandonar as estações onde trabalhavam. Ficaram Maria Elisa e Margarida Marante, que, desde 1996, rivalizam no mesmo horário com formatos semelhantes. A primeira insiste em desvalorizar a concorrência que a segunda reconhece que existe. Em 1998, o confronto torna-se evidente, porque há menos programas de informação nos canais generalistas e, de entre aqueles que existem, *Maria Elisa* e *Esta Semana* sobressaem pela longevidade que apresentam, por serem conduzidos por jornalistas que reúnem um considerável capital de notoriedade mediática, por alguma originalidade na escolha de temas e por um certo desvio das fontes institucionais.

Porque também beneficia da integração num canal com uma audiência mais elevada, em 1998 *Esta Semana* suplanta quase sempre *Maria Elisa*, mas ambos os programas reúnem um grande número de telespectadores quando o mote do debate reivindica discursos emotivos como elemento importante de informação e/ou explicação<sup>10</sup>. Destacando as emissões em que estes formatos se sobrepõem, nota-se que, nas primeiras cinco semanas, o número de telespectadores é aproximado, com uma vantagem para a SIC que, nos quatro programas seguintes, capitalizaria mais público. Será essa diferença tributária da escolha dos temas? É verdade que aquilo de que se fala tem uma certa influência na audiência que se seduz, mas não parece ser esse um elemento decisivo. Por exemplo, Margarida Marante ultrapassa Maria Elisa quando contrapõe “os crimes passionais” à “Expo’98” (5/2), mas a jornalista do canal público não vê repetido esse quadro na noite em que a sua alternativa ao debate da SIC sobre “crianças na ribalta” é a “infidelidade” (26/2). A partir da décima semana, *Maria Elisa* consegue, durante três semanas, liderar as audiências nas noites de 5.ª feira com emissões onde se discutem os seguintes temas: fobias, filhos de pais separados e tango. Margarida Marante falava àquela hora, sucessivamente, da crise na ajuda humanitária, da SIDA e entrevistava o presidente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa. Nos programas seguintes, o debate da SIC reajustará a sua linha editorial a temáticas que cruzam o público e o privado. Como o “stress” ou o “Viagra”. E conquista mais audiência.

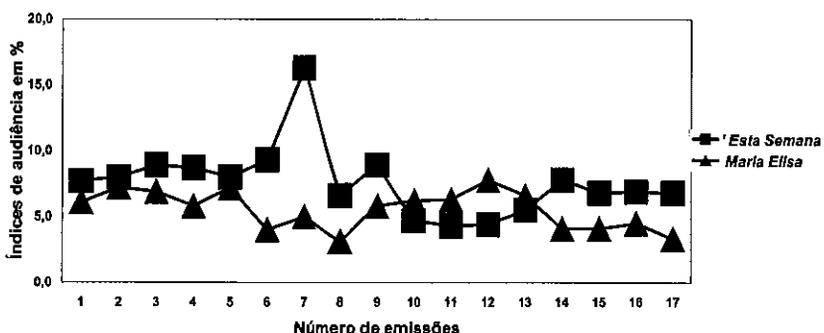
<sup>10</sup> As cinco emissões de *Esta Semana* com mais audiência foram as que abordaram os seguintes temas:

- Crianças na ribalta (26/2) = 16,3%;
- Geração ecstasy (19/2) = 9,3%;
- Sangue contaminado (29/1) = 8,9%;
- Operação Casal Ventoso (12/3) = 8,9%;
- Crimes Passionais (5/2) = 8,7%.

As cinco emissões de *Maria Elisa* com mais audiência tiveram os seguintes temas:

- Dor (17/9) = 8,1%;
- Repouso dos guerreiros (1/10) = 8,1%;
- Filhos de pais separados (23/4) = 7,8%;
- Violência doméstica (22/1) = 7,2%;
- Andropausa (12/2) = 7,2%.

Gráfico 4: Audiência comparativa de *Esta Semana* e *Maria Elisa*



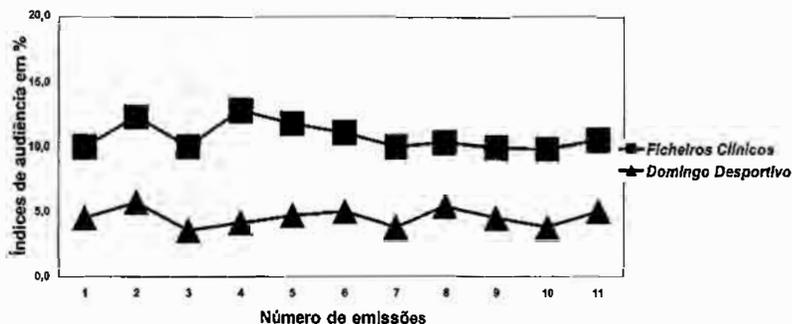
Demonstrando uma preferência por temas sociais (embora mantendo-se mais afastadas na escolha dos convidados), Maria Elisa e Margarida Marante nunca preenchem um serão com o mesmo tópico, apesar de cada uma recuperar assuntos explorados no canal concorrente. Margarida Marante analisa “os crimes passionais”, duas semanas depois de Maria Elisa ter destacado “a violência doméstica”. A jornalista da RTP1 explora “o pensamento dos animais”, quando “os direitos dos animais” haviam sido discutidos há algum tempo na SIC e escolhe para tema do último programa do ano “os cuidados com os alimentos que ingerimos”, um assunto que *Esta Semana* destacara na segunda emissão de 1998. O decalque temático não implica a repetição das *performances* audimétricas. No caso da alimentação, este tópico reúne no programa da SIC uma audiência média de 8% e um *share* de 43,2%; na RTP alcança uma audiência de 4,5% e um *share* de 17%. O insucesso desta estratégia já tinha sido avaliado várias vezes num passado recente. Talvez por isso seja aconselhável não encarar as réplicas temáticas como um esforço de recuperar as mesmas audiências. Porque estavam em canais distintos, porque eram transmitidos em tempos desencontrados, porque integravam formatos com as suas especificidades e porque eram debatidos com interlocutores com perfil diferenciado, os debates, mesmo que retomassem o mesmo tema, nunca poderiam ser iguais.

### 3.1.2 Formatos informativos que inesperadamente entram/saem da grelha de programação

Programar poderá ser arriscar: formatos, conteúdos, segmentos horários. É isso que faz a SIC, em Agosto de 1998, com *Ficheiros Clínicos* e a aposta talvez tenha superado as (melhores) expectativas. Conceber um programa centrado nos casos em que a medicina é bem sucedida (portanto, arredado de

polémica), integrá-lo no horário nobre e escolher um serão em que a RTP1 emitia *Domingo Desportivo* seriam passos a evitar num canal generalista privado. Mas não é isso que o director-geral da SIC faz. A ele se deve a ideia de criar *Ficheiros Clínicos*, que se estreia duas semanas antes do reaparecimento do programa de desporto do canal público. Na primeira noite de coabitação, a emissão de Cláudia Borges tem uma queda de audiências (na semana anterior havia registado uma ligeira subida em relação a índices que tinham sido já elevados na estreia), mas, na semana seguinte, os valores voltam a subir e, até ao final de Novembro, mantêm-se superiores àqueles que *Domingo Desportivo* atinge. Não há movimentos de causa-efeito nas curvas ascendentes e descendentes de cada um destes programas.

Gráfico 5: Audiência comparativa de *Ficheiros Clínicos* e *Domingo Desportivo*



Normalmente não se mexe em programas que se revelam sucessos de audiência, incluindo aqueles que se inserem no campo da informação. No entanto, no início de Abril, o novo director de Informação da RTP retira da grelha do canal generalista público *Enviado Especial*, um formato que ressurgira com a equipa de Joaquim Furtado, que, em Março, abandonara a direcção da empresa pública em conflito aberto com o respectivo Conselho de Administração. Defrontando-se no mesmo segmento horário com *Casos de Polícia*, que na SIC também reunia altas audiências, este programa de grande-reportagem era diversificado nos temas, variado no ângulo geográfico, cumpria a periodicidade semanal e não apresentava oscilações horárias significativas. No tempo em que esteve no ar, recolheu índices de audiência que ultrapassavam a restante informação semanal da RTP1, mas isso não teria sido suficiente para fazer perdurar este formato. Em Maio, é substituído por *Reportagem*, que tem significativas oscilações na grelha e audiências inferiores.

### 3.2 A valorização do campo da saúde

Em 1998, os telespectadores andam afastados de uma informação semanal centrada na política não só porque os canais generalistas tendem a excluí-la das suas emissões, mas também porque, quando se insiste nesse campo, as audiências afastam-se. O que suscita mais interesse são os temas sociais, particularmente aqueles relacionados com a saúde. À semelhança dos anos anteriores, o jornalismo policial (*Casos de Polícia* na SIC) e aquele que é integrado no género da grande-reportagem (*Enviado Especial* na RTP1 e *Grande Reportagem* na SIC) obtêm boa receptividade.

Num ano em que se contam apenas dois debates em horário nocturno, privilegia-se nesses espaços a discussão de temáticas sociais, sobretudo aquelas que promovem um cruzamento entre o domínio público e o espaço privado. E as audiências legitimam essa opção. Como já sublinhámos, *Esta Semana* (SIC) tem uma audiência superior à de *Maria Elisa* (RTP), mas o debate do operador público regista, por vezes, um número superior de telespectadores, dependendo essa ultrapassagem não só do tema, mas também daquilo que a concorrência selecciona para o mesmo horário. A partir de 30 de Abril, a RTP1 alterna *Maria Elisa* com *Grande Entrevista* que segue uma linha editorial vocacionada para interlocutores institucionais (sobretudo políticos) e, nessas noites, *Esta Semana* também vai fazendo uma inflexão para a política<sup>11</sup>. Nesses serões, ambos os programas perdem um número significativo de pessoas que voltam a recuperar na semana seguinte, quando o tema se recentra em discussões à volta do quotidiano, principalmente em torno de relacionamentos afectivos. Pela elevada audiência registada em *Ficheiros Clínicos*, poder-se-á afirmar que a saúde é o campo privilegiado por quem em 1998 consome a informação semanal. Nas 13 emissões da primeira série, o programa de Cláudia Borges reúne índices que ultrapassam quase sempre os 10% de audiência média. Os números evidenciam um facto curioso: as emissões com mais e menos público apresentam os mesmos convidados e temas similares: tumores cerebrais e problemas urinários, discutidos em estúdio pelos médicos Rodrigo Guedes de Carvalho e Manuel Cunha e Sá, respectivamente<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Ao chamar para debate a crise na Guiné-Bissau (duas emissões) e para entrevista os líderes partidários do PSD, PP e PCP, Margarida Marante obtém os mais baixos índices de audiência, não rentabilizando um público que, àquela hora, não estaria a ver *Grande Entrevista*, já que o programa de Judite de Sousa reunia menos pessoas do que o debate de Maria Elisa.

<sup>12</sup> Na estreia, *Ficheiros Clínicos* destaca os aneurismas no cérebro, convidando para debate o neurocirurgião Manuel Cunha e Sá e o psicanalista Carlos Amaral Dias (9/8): 10,2% de audiência e 54,3% de *share*. Este tema viria a ser retomado em finais de Outubro (25/10): 9,9% de audiência e 39,1% de *share*. A incontinência urinária é o tema do segundo programa (16/8), debatido em estúdio pelo urologista Rodrigo Guedes de Carvalho: 14,2% de audiência e 58,1% de *share*. Os problemas urinários seriam retomados para falar dos tumores da próstata e Cláudia Borges voltou a chamar o mesmo urologista (1/1): 9,8% de audiência e 39,8% de *share*.

As emissões de grande-reportagem da SIC e da RTP1 também são espaços congregadores de público, mas essa tendência, que já tinha estado a registar-se há alguns anos, não se estende a *Reportagem*, que surge em Abril no canal público. Apesar de retomar temas tratados em formatos idênticos, este novo programa não soma um número significativo de telespectadores, em grande parte devido ao horário tardio para o qual é remetido (muito depois da meia-noite). Iniciando-se por volta das 23h00, *Enviado Especial* (RTP1) e *Grande Reportagem* (SIC) – que nunca coincidem no tempo – não têm dificuldade em cativar audiências, que não manifestam preferência por um assunto em particular. De âmbito nacional ou extravasando as nossas fronteiras, centradas em problemáticas sociais ou incidindo em campos políticos, as reportagens apresentadas têm sempre amplo público. Naturalmente uma emissão mais tardia terá dificuldades acrescidas em atrair um índice elevado de audiência, mesmo formatos conceituados. Foi o que aconteceu em 1998 com *Casos de Polícia*, que, quando programado para a franja horária entre as 22h30 e as 23h00, reunia uma audiência superior a 10% e, quando colocado perto da meia-noite, descia para valores na ordem de apenas um dígito.

Ao nível do desporto, a informação semanal dos canais generalistas divide-se entre programas que privilegiam o futebol (na SIC *Os Donos da Bola*, na RTP1 *Domingo Desportivo* e na TVI *Linha de Fundo e Golo!*) e o automobilismo (na RTP1 *Máquinas e Rotações* e na TVI *Quarta a Fundo*). Em termos de audiências, destaca-se *Domingo Desportivo*, que reúne elementos que ajudam a capitalizar telespectadores: integra-se num canal com o exclusivo de vários desafios de futebol, é emitido no rescaldo dos jogos de fim-de-semana e num segmento horário vocacionado para o grande público (antes da meia-noite). No que diz respeito ao *share*, *Os Donos da Bola* quase duplica o valor reunido pelo formato semelhante do canal público. As emissões desportivas da TVI têm audiências residuais, nem mesmo *Quarta a Fundo*, que acompanha o canal desde o seu nascimento (1993), consegue índices que ultrapassem os (baixos) valores que os formatos do mesmo tipo somam na RTP1.



## 4. 2001 – O desaparecimento da informação semanal dos canais privados

Em 2001, é somente no canal generalista público que se encontram programas generalistas de informação semanal, mas essas emissões não ajudam a RTP1 a capitalizar audiências. Indo para o ar sempre no mesmo dia, mas oscilando bastante em termos de periodicidade e de horário, cada formato não revela força suficiente para atrair público, apesar de ser colocado no segmento que antecede a meia-noite. Nos três meses de emissões, *O Rosto da Notícia*, que integra uma entrevista ou um debate, é seguido por um número reduzido de telespectadores. Os formatos que incluem reportagens – como *Grande Informação*, *Grande Repórter* e *Histórias da Noite* – somam mais pontos, embora continuem a apresentar percentagens que denunciam um certo afastamento das audiências em relação a este tipo de programação. A discussão em torno do futebol promovida em *Jogo Falado* segue a tendência global da informação semanal da RTP1.

Quadro 34: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da RTP1 em 2001

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Semestre	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>O Rosto da Notícia</i>	Abr.-Jun.	Dom.	23h	2,9%	11%
<i>Grande Informação</i>	Mar.-Jun./Set.-Dez.	5.ª f	Varia	5,1%	14,2%
<i>Grande Repórter</i>	Jan.-Fev./ Jul.-Set.	5.ª f	Varia	3,5%	11,6%
<i>Histórias da Noite</i>	Ano	6.ª f	Varia	2,9%	14%
<i>Jogo Falado</i>	Ano	2.ª f	23h	3,6%	18,7%

Fonte: Marktest

Nos canais privados, são os programas desportivos, estruturados pelo debate de questões ligadas ao universo futebolístico, que constituem a oferta televisiva ao nível da informação semanal. Colocados em horários muito tardios – sempre depois da meia-noite – *Jogo Limpo* e *A Bola é Nossa* têm uma audiência residual e um *share* não muito elevado, tendo em conta que muitas emissões iam para o ar já de madrugada (entre as duas e três da manhã).

**Quadro 35: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da SIC e da TVI em 2001**

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Semestre	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Jogo Limpo</i>	Jan.-Maio	6. <sup>a</sup> f	Varia	0,8%	26,9%
<i>A Bola é Nossa</i>	Jan.-Jun.	5. <sup>a</sup> f	Varia	1,9%	28,3%

Fonte: Marktest

Ao comparar as audiências dos três programas de informação desportiva, constata-se que os valores são muito baixos e o respectivo *share* apresenta oscilações significativas. Arrastados para um horário cada vez mais tardio, os formatos da SIC e da TVI desaparecem da grelha a partir de Junho. Numa conferência de imprensa, realizada a 16 de Janeiro de 2001, o director da TVI, José Eduardo Moniz, diz que a sua estação estava atenta às preferências do público. O director da SIC, Emídio Rangel, também sublinha que “os programas, quando deixam de ter público, acabam” (*Jornal de Notícias*, 6 de Fevereiro de 2001).

## 5. 2003 – Apostas numa informação que não reúne audiências

É em programas de periodicidade bastante periclitante que a RTP1 capitaliza mais audiência. Apresentando-se em regime de alternância semanal, *Grande Entrevista* e *Grande Repórter* são os formatos que reúnem mais telespectadores, embora registem uma percentagem reduzida. Com emissões que surgem em antena de forma intermitente, *Fora de Jogo*, o único programa de desporto semanal emitido em canal aberto na franja horária da noite, soma apenas 2,5% de audiência. *Prós e Contras*, o debate que aparece regularmente nas noites de 2.ª feira, é seguido por um número não muito expressivo de portugueses, mas é o programa de informação semanal com o mais alto índice de *share* da RTP1.

Quadro 36: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da RTP1 em 2001

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Semestre	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Prós e Contras</i>	Ano	2.ª f	22h30	3,4%	15,4%
<i>Grande Entrevista</i>	Ano	Varia	Varia	5%	14,9%
<i>Grande Repórter</i>	Ano	Varia	Varia	4,5%	13,8%
<i>Fora de Jogo</i>	Até Maio	3.ª f	Varia	2,5%	15,2%

Fonte: Marktest

Na grelha da SIC, conta-se apenas um programa de informação semanal, *Hora Extra*<sup>13</sup>, que permanece em antena até Julho, colocado sempre em horário tardio, apresentando uma audiência baixa e um *share* não muito significativo. A estação privada ensaia, entretanto, outro género de programação, mais próxima do *infotainment*, centrado em formatos que conferem à TV o papel

<sup>13</sup> Não consideramos os programas que, na grelha de Outono, substituíram *Hora Extra*, *Grande Reportagem* e *País Real*, que alternam semanalmente no mesmo horário, permanecem em antena escassas semanas e desaparecem antes do ano terminar.

de justiceira e de reconstrução de uma ordem pública que as instituições competentes parecem não ser capazes de instituir. Apresentando casos insólitos num tom alarmista (*Bombástico* e *O Crime não Compensa*) ou chamando a estúdio figuras públicas para contarem a sua versão de rumores (*Escândalos e Boatos*), esses programas não foram suficientemente espectaculares para reterem a atenção das audiências.

Quadro 37: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da SIC em 2003

Programas de debate, entrevistas e reportagens					
Programas	Semestre	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Hora Extra</i>	1ª sem.	4.ª f	00h00	3,4%	27,7%

Infotainment					
Programas	Semestre	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Bombástico</i>	Jan.-Mar.	6.ª f	00h00	4,2%	29,6%
<i>Escândalos e Boatos</i>	Jan.-Mar.	3.ª f	00h00	4,5%	29,9%
<i>O Crime Não Compensa</i>	Jan.-Julh.	3.ª f	00h00	3,3/	29,9%

Fonte: Marktest

Se a oferta televisiva ao nível da informação semanal era escassa na SIC, a TVI insere na sua grelha nocturna apenas um formato que se caracteriza como *infotainment*. Conduzido por uma apresentadora sem o estatuto de jornalista que é secundada por um painel de especialistas que ocupam um lado marginal do estúdio, *Eu Confesso* coloca no *plateau* protagonistas de comportamentos socialmente reprováveis e vítimas de agressões consideradas criminais. O insólito e os actos por vezes de grande brutalidade a que foram submetidas as vítimas não constituíram elementos suficientes para aumentar os índices de audiência e de *share* de um formato com assinaláveis oscilações de dias de emissão, mas que se mantém em grelha ao longo de todo o ano de 2003.

Quadro 38: Oferta e consumo da informação semanal de *prime time* da TVI em 2003

Infotainment					
Programas	Sem.	Dia	Hora	Audiência	Share
<i>Eu Confesso</i>	Ano	Varia	00h00	3,5%	31,7%

Fonte: Marktest

## 5.1 A (in)eficácia das linhas editoriais para a informação semanal

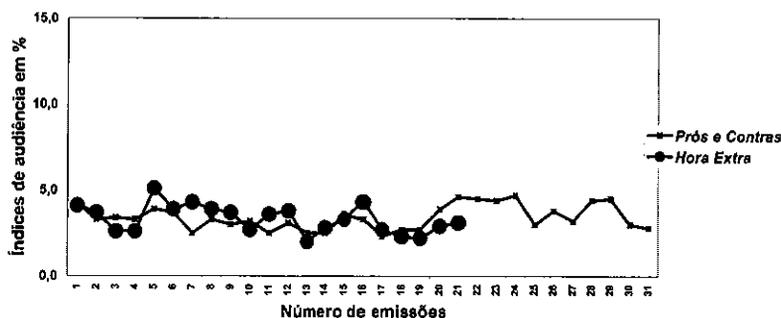
### 5.1.1 Uma audiência dividida entre a política e casos sociais

Em 1998, são escassos os programas de informação semanal. O público ramifica-se nas suas escolhas. Nas entrevistas, dá preferência à política, nas reportagens e nos debates a selecção divide-se entre temáticas sociais e as políticas. Nem sempre *Grande Entrevista* chama a estúdio políticos. Percorrendo os convidados de Judite de Sousa em 2003, evidencia-se um grupo bastante heterogéneo, mas isso comporta alguns custos de audiência, principalmente quando os interlocutores provêm do campo da cultura. O escritor Mário Vargas Llosa (23/10) regista o pior índice de audiência do programa (1,5%) e um dos *shares* mais reduzidos (9,6%)<sup>14</sup>. De certa forma, os políticos neutralizam estes números. A entrevista a Cavaco Silva (6/3) tem os índices de audiência e de *share* mais altos do programa: 10,8% e 24,6%, respectivamente. A excepção a esta tendência é a entrevista ao ministro da Presidência Morais Sarmiento (26/7), que regista 2,5% de audiência e 7,4% de *share* (o valor mais baixo desta série de *Grande Entrevista*).

Quanto aos debates, a oferta televisiva de 2003 apresenta *Prós e Contras* na RTP1 e *Hora Extra* na SIC. O primeiro é emitido por volta das 22h30 dos serões de 2.ª feira e centra-se, sobretudo, em temáticas perspectivadas a partir do campo político; o segundo vai para o ar depois da meia-noite de 4.ª feira e explora assuntos mais sociais. Em termos audimétricos, há uma diferença ao nível do *share* cuja superioridade pertence à emissão da SIC que beneficia do horário tardio em que vai para o ar. Sendo um debate que privilegiava a política, *Prós e Contras* regista as audiências mais elevadas quando elege como tema “a crise desportiva e financeira do Benfica” (28/10: 4,7%) e “o legado de João Paulo II” (6/10: 4,6%); e alcança os mais altos índices de *share* quando centra a discussão à volta das seguintes questões: “vai ser um ano bom ou mau para Portugal?” (6/1: 21%) e “existe uma crise de valores na sociedade contemporânea?” (10/2: 21,9%). Orientado por uma linha editorial mais vocacionada para questões sociais, *Hora Extra* regista as audiências mais altas, quando discute o escândalo de pedofilia da Casa Pia (5/2 e 21/5: 5,1% e 4,3%, respectivamente). Também alcança bons resultados com outro tipo de temática, como “tatuagens e *piercings*” (19/2: 4,3%) ou “*Jet 7* Português” (12/2: 3,9%). A partir de Junho, os índices de audiência começam a baixar, atingindo valores inferiores àqueles que se registam no início do ano. Depois das férias, o programa coordenado e apresentado pela jornalista Conceição Lino não regressa a antena.

<sup>14</sup> O mesmo se passara semanas antes (2/10) com Gilberto Gil, convidado mais no seu estatuto de cantor e não tanto de ministro da Cultura do Brasil: 2,1% de audiência e 11,9% de *share*.

Gráfico 6: Audiências comparativas dos debates da SIC e RTP em 2003



Prolongando-se de Janeiro até Dezembro, mas com uma periodicidade muito instável, *Grande Repórter* adere, nos primeiros meses do ano, ao projecto da RTP *12 Meses, 12 Temas* e, sob o mote das “dependências”, regista em dois programas consecutivos uma das melhores e piores audiências: 5,3% (2/1) e 2,6% (30/1). Elegendo sempre problemáticas sociais como ângulo de reportagem, *Grande Repórter* soma, em 2003, quase tantas emissões regulares (14) como irregulares (12). Umhas e outras registaram a mesma audiência média (4,5%) e *shares* muito próximos.

### 5.1.2 A ascensão e queda de programas de *infotainment*

Em Janeiro, SIC e TVI exploram um filão de programas que não é propriamente inovador: a confissão ou acusação de atitudes moral e/ou criminalmente reprováveis. Transformar o pequeno ecrã numa sala de tribunal ou num divã de psicanálise não constitui uma novidade no PAP, mas é na forma de apresentação e de abordagem dos casos que este tipo de oferta televisiva introduz algumas mudanças. Estruturados em cenários que desenham lugares mais próximos de uma sala de reuniões ou de uma sala-de-estar do que de instâncias judiciais ou de espaços de análise psicanalítica, estes programas atingem o valor mais alto de audiências nas primeiras emissões, construindo a partir daí uma curva descendente. Neste tipo de oferta é a SIC que soma mais programas: *Bombástico*, *O Crime não Compensa* e *Escândalos e Boatos*. O primeiro é semanal e os dois últimos alternam nas noites de 3.ª feira, uma estratégia de programação não muito habitual na estação de Carnaxide. Na mesma altura, a TVI estreia *Eu Confesso*<sup>15</sup>. As audiências de todos estes

<sup>15</sup> Em Janeiro, a TVI transfere *Vidas Reais* do horário da tarde para o da noite. Este formato não será analisado aqui, por se tratar de um programa com casos inventados e com interlocutores que relatam experiências que não foram por si vividas.

formatos são similares (todas reduzidas), embora cada um deles vá para o ar em dias diferentes.

Com as audiências em queda e alvo de polémica, este tipo de programas desaparece progressivamente dos ecrãs da SIC. *Escândalos e Boatos* e *Bombástico* terminam em finais de Março, depois de terem registado nesse mês os mais baixos índices audimétricos. *O Crime não Compensa* extingue-se depois de meio ano em antena. *Eu Confesso*, não ultrapassando a barreira de 1% de audiência média, percorre o ano de 2003 num horário sempre bastante tardio (perto da 1h00).



## 6. Do (des)interesse das audiências pela informação televisiva

Se em 1993 os programadores, por um lado, e as audiências, por outro, manifestam bastante interesse pela informação semanal emitida em período noturno, em 2003 quem dirige os canais generalistas, principalmente os privados, não tem em relação a esse tipo de oferta televisiva qualquer preferência. O canal de serviço público continua, embora em menor grau, a incluir na sua grelha programas de debate e de grande-entrevista, mas os telespectadores não sintonizam esses conteúdos, ao contrário do que haviam feito num passado recente. Nestes dez anos, o gosto do público alterou-se, mas talvez as maiores modificações tenham ocorrido ao nível da programação, que, nesse tempo, excluiu de forma progressiva a informação semanal das franjas noturnas de maior audiência.

Em 1993, a informação semanal era alvo de uma grande atenção por parte dos três canais generalistas que, nesse tempo, tendiam a alterar os horários de programas que não apresentassem as audiências esperadas. Os directores do Canal 1, da SIC e da TVI – uns mais do que outros, é certo – ensaiavam permanentemente estratégias de programação que visavam, acima de tudo, rentabilizar audiências. Isso significa que, no primeiro ano de coabitação dos sectores público e privado de TV, a informação constituía uma área através da qual se pretendia atrair a atenção do público para determinado segmento horário. As tácticas começavam logo na concepção do formato, pensado estrategicamente para determinado horário. Essa cumplicidade com as audiências e, conseqüentemente, com os anunciantes era, por vezes, reconhecida pelos próprios jornalistas com funções de apresentadores. Se um programa não resultava em termos de aceitação do público, a opção feita acabava por ser a sua exclusão da grelha.

Há vários estudos, europeus e norte-americanos, que demonstram que a programação televisiva, principalmente em horário nobre, está ao serviço não daquilo que é importante para o público, mas daquilo que faz reverter audiências e, conseqüentemente, receitas publicitárias para o canal. Informação incluída. Em *Inside Prime Time*, Todd Gitlin (1983) – para além de apresentar a televisão

como um agente de controlo, que molda percepções, estrutura expectativas e neutraliza uma acção real sobre os factos – constata que os programas são valorizados na justa medida do seu potencial de venda aos anunciantes. Estudando as grelhas de programação entre as 20h00 e as 23h00, este professor de Jornalismo e Sociologia da Columbia University (EUA) reitera aquilo que, anos antes, Theodor Adorno havia defendido: os canais de TV uniformizam a oferta televisiva tanto ao nível do conteúdo como da forma, com a finalidade de atrair o maior índice de audiência que garanta a presença dos anunciantes. Cumpre-se, assim, a lógica do mercado do sistema capitalista. Esta força do paradigma económico encontra uma grande rentabilidade na lógica funcional dos canais generalistas posta em prática em 1993.

Em 1996, contrariamente a um passado recente, a colocação da informação semanal nas grelhas era mais estável, não havendo alterações frequentes dos dias de emissão. Se em 1993 se transferiam programas para segmentos com mais audiência, em 1996 a tendência era a de não fazer ziguezaguear este tipo de oferta televisiva. A aposta dos canais numa programação horizontal em horário nobre, nomeadamente nas primeiras horas do serão, também impedia esse tipo de movimentações. Por outro lado, os formatos tendiam a permanecer pelo menos uma temporada em antena, havendo programas que atravessavam o ano e outros que perduravam para além das fronteiras anuais. Isso não significa que a informação se tornava imune às pressões das audiências e, consequentemente, de mercado. Pelo contrário. Ao valorizarem a alternância ao confronto de géneros televisivos informativos, os canais de TV estavam, com isso, a tentar conquistar público que, em determinado serão, não encontrava nos restantes canais uma programação semelhante<sup>16</sup>.

Percorrendo a oferta semanal que a SIC propõe no campo da informação, dir-se-ia que nem todas as emissões têm como fim rentabilizar audiências. Se assim não fosse, porquê a aposta em 1996 num programa sobre livros ou noutro sobre jovens? Até certo ponto, poder-se-á fazer tal interpretação. No entanto, sublinhe-se que esses programas mais vocacionados para minorias são, não certamente por acaso, colocados num segmento muito tardio (de madrugada) e nem os protestos dos respectivos responsáveis se revelavam suficientes para se efectuar um reajustamento horário. A preocupação com as audiências da informação existe e reflecte-se, de forma mais visível, nas estratégias aplicadas no último trimestre de 1996 no *Jornal da Noite* de domingo, que, ao contrário das edições da semana, reunia um *share* mais baixo devido, sobretudo, a uma

<sup>16</sup> Mas há excepções e elas correspondem, sobretudo, a uma disputa entre a RTP1 e a SIC. No primeiro semestre de 1996, o canal público generalista estreia o *talk show Ligações Perigosas* no segmento horário do debate *Crossfire* e, na verdade, conseguiu, de Maio até Julho, subtrair-lhe um *share* não despidendo. Em Outubro, *Maria Elisa* (RTP1) antecipa-se à estreia de *Esta Semana* (SIC) e muda-se para o mesmo serão. Assim, no último trimestre do ano, as duas jornalistas mantêm uma concorrência apertada nos serões de 3.ª feira que há-de perdurar por alguns anos. Em termos de audiência, em 1996 o debate da SIC saiu vencedor dessa disputa.

programação mais popular da RTP1. A solução encontrada foi introduzir nesse noticiário uma rubrica intitulada *Referendo* para a qual se solicitava o televoto dos espectadores durante a semana. Criava-se, assim, uma expectativa que se avolumava até ao noticiário de domingo. Na estreia (29 de Setembro), perguntou-se ao público se era a favor ou contra a pena de morte<sup>17</sup> e, com isso, provocou-se uma acesa polémica<sup>18</sup>.

A partir de 1998, nota-se nos canais generalistas, principalmente nos privados, um progressivo desinvestimento na informação semanal, que vai perdendo formatos e aqueles que perduravam vão sendo arrastados para horários cada vez mais tardios. Em 2001, SIC e TVI apenas mantêm no primeiro semestre do ano os programas de desporto e mesmo esses desaparecem depois do Verão. Esse quadro prolonga-se nos dois anos seguintes.

Nos primeiros anos do século XXI, não é na informação semanal que os canais generalistas de televisão procuram capitalizar audiências. Em 2003, não há qualquer concorrência entre formatos similares. Os debates da RTP e da SIC (*Prós e Contras* e *Hora Extra*, respectivamente) são colocados em horários não coincidentes. No caso da SIC, o horário tardio em que *Hora Extra* ia para o ar dirigia o programa a um público que via televisão entre a meia-noite e a uma e meia da madrugada.

<sup>17</sup> Houve 101 431 chamadas em que 81,8% responderam positivamente à questão. Na semana anterior, o *Expresso* publicara uma sondagem com uma pergunta idêntica onde apenas 14% dos portugueses se mostravam favoráveis à pena de morte.

<sup>18</sup> Alta Autoridade para a Comunicação Social, partidos políticos de esquerda e várias associações tornaram públicos comunicados que reprovavam o modo como este tópico foi debatido. A SIC recusou todas as críticas e retomou na semana seguinte essa rubrica, embora os temas subsequentes tivessem sido mais consensuais.



**CAPÍTULO 4 | A INFORMAÇÃO  
SEM ANAL NOS PRIMEIROS DEZ ANOS  
DA TV PRIVADA EM PORTUGAL:  
UM PRISMA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**



A televisão como lugar de construção da realidade que pretende reflectir foi um dos nossos pressupostos para o estudo dos programas de informação semanal emitidos no horário nobre dos canais generalistas entre 1993 e 2005. Da relação que integra a oferta televisiva numa lógica simultaneamente estruturada e estruturante no que respeita ao espaço público, ressalta uma aproximação à programação informativa em termos de “produção mediática da realidade”, para retomarmos aqui o título de uma interessante obra de Enrique Castelló Mayo (2004), na qual se destaca a capacidade da TV para promover, de forma muito peculiar, uma mutação da geografia situacional da vida em sociedade. Toda esta problemática se reveste de particular interesse, quando se vê no pequeno ecrã uma *cena mediática* que redimensiona os espaços público e privado. Atendendo a ambos os domínios, as mensagens televisivas, principalmente as de natureza informativa, traçam linhas delimitadoras de uma esfera pública que se estende ou comprime à medida daquilo que a TV mediatiza.

Estruturada e estruturante relativamente àquilo que lhe é exterior, a informação televisiva não é, como vimos, um espelho do real. A mediatização de qualquer facto pressupõe o deslize daquilo que se trata para o interior de um quadro que o retira do seu meio natural, instalando-o numa cena mediática por natureza artificial e com forte poder de imposição<sup>1</sup>. Na televisão, há uma mudança de escala e um ritmo específico, sendo também graças a isso que os programas de informação aí emitidos têm uma influência substancial do/no espaço público. Se adoptarmos a diferenciação que propõe Tétu (1993) entre o “território” (o mundo da vida) e o respectivo “mapa” (a correspondente representação simbólica), a constatação das transformações que essa media(tiza)ção implica torna-se evidente. Atribuindo forma e sentido àquilo que emitem, os programas de informação, principalmente aqueles que se

<sup>1</sup> Os que se integram na corrente do determinismo tecnológico não se cansam de reiterar o aforismo de McLuhan de que o “meio é a mensagem”, significando com isso que o suporte técnico do *medium* determina o seu conteúdo.

desenvolvem pela conversação em estúdio, não têm capacidade para reflectir o mundo tal e qual ele é, mas proporcionam (ou deveriam proporcionar) espaços privilegiados de representações, de nós próprios e do mundo, do particular e do universal. Segundo Éric Macé (2000), uma análise dos conteúdos televisivos equivale a “aceder à maneira como determinada sociedade, num dado momento, se representa a ela própria”, sendo, porém, conveniente não perder de vista que estamos perante um “compromisso provisório”. É, pois, nesse compromisso que os actores sociais encontram elos que os interligam ou, por outras palavras, são colocados perante um determinado espaço público no qual se (re)descobrem a si e aos outros.

Do nosso estudo da informação semanal emitida no segmento nocturno dos canais generalistas entre 1993 e 2005, sobressai um espaço público televisivo que dá forma a uma pequena parte da realidade e que circunscreve o uso da palavra a um conjunto restrito de interlocutores (as elites). Se considerarmos que a TV é hoje uma espécie de co-gestor quotidiano do espaço e do debate públicos que contribui para alargar, a programação de que nos ocupámos não devolve dados particularmente satisfatórios. Nesse período, estivemos muito longe do ideal de esfera pública idealizada por Jürgen Habermas (1986) no que esse modelo reunia de melhor: um espaço de discussão de assuntos públicos, sem restrição de pessoas e aberto a todos os temas de interesse comum, distinto do Estado e independente de interesses económicos. Não foi esse desenho que a informação televisiva feita ao ritmo semanal esboçou ao longo de mais uma de década. Talvez possamos encontrar alguma sintonia com o modelo do filósofo alemão, quando reparámos que os *plateaux* informativos estiveram nesse período praticamente inacessíveis às mulheres e ao cidadão comum, um traço presente no espaço público esboçado por Habermas, e que continuou a estruturar os programas de informação dos canais generalistas nos primeiros dez anos de coabitação dos sectores público e privado de televisão.

Se é corrente referir a informação televisiva como um *espelho* da sociedade (“é verdade, eu vi na TV!”, dirá a *vox populi*), constatámos, ao longo deste trabalho, que esse pretendido espelho foi, acima de tudo, um *prisma* ao serviço de opiniões dominantes, expostas por um pequeno grupo que representava a opinião geral. Nesse período, recrudescer em zonas (mediaticamente) sombrias uma larga maioria de ideias e de pessoas numa espécie de espiral do silêncio, através da qual a opinião dominante se tornava cada vez mais dominante. Se, por um lado, os programas de informação semanal, nomeadamente aqueles que se desenvolviam pela conversação em estúdio, ignoraram uma grande diversidade de questões que estruturavam a vida social/individual e barraram o acesso do cidadão comum aos *plateaux* informativos, por outro, os programadores foram amplamente influenciados pelos índices de audiência das emissões informativas. Ao longo dos anos em estudo, a permanência de determinado formato informativo na grelha foi sempre tributária dos valores audimétricos registados.

## **1. Um espaço público televisivo apertado numa reduzida paleta de tópicos**

Colocando-nos diante de uma realidade poliforme, os programas de informação semanal constituem uma referência importante daquilo a que Llorenç Gomis chama “presente social”, que é aí apreendido “não como a fugacidade de um instante, mas como um período consistente” (Gomis, 1991: 14). Neste contexto, a tematização – aquilo que as emissões abordam – adquire uma importância acrescida. Numa sociedade cada vez mais complexa, a informação televisiva dos canais generalistas, ao procurar um denominador comum ao maior número de pessoas, coloca ao dispor das audiências mecanismos redutores dessa complexidade. Necessários à construção de um “mundo comum”, um conceito-chave em Peter Berger e Thomas Luckman (1999). Se os indivíduos não tivessem temas comuns de discussão, seria a própria estrutura social que periclitava. Em teoria, poder-se-á falar de tudo em televisão. Tem razão Gérard Imbert, que afirma haver aí um espaço propício à “ilusão do panóptico” que seria “a sensação de poder abarcar todo o espaço do saber” (s/d: 143-144). Isso só é possível porque no pequeno ecrã cabem (quase) todos os espaços sociais que nos convocam para junto de si de formas diversas. No entanto, ao longo destes anos que aqui estudámos, não se falou de tudo nos programas de debate e de grande-entrevista, nem tão-pouco aí foi dado o direito à palavra a uma larga e diversificada maioria de pessoas.

Entre 1993 e 2005, a informação semanal emitida em horário nocturno nos canais generalistas passou por ciclos distintos a diferentes níveis:

- no desenho da programação informativa;
- nos temas escolhidos, nomeadamente em formatos de grande-entrevista e de debate.

Como assinalámos ao longo deste livro, as modificações por que passaram esse tipo de programas foram tributárias não apenas de alterações intrínsecas a cada canal, mas foram igualmente influenciadas por factores externos às empresas:

pela evolução do mercado, pelas preferências das audiências, pelas mutações políticas, pela mudança das práticas socioculturais dos portugueses... Convém, porém, reafirmar que é a instância mediática que escolhe os formatos que coloca no ar e são os jornalistas que seleccionam os temas e os convidados destacados em cada emissão. É isso que confere à TV um indiscutível poder para se constituir como elemento estruturante do espaço público contemporâneo.

## 1.1 Uma programação informativa que progride por ciclos temáticos

Nos anos aqui analisados, os debates/entrevistas generalistas e os formatos desportivos dominaram a programação informativa semanal nos três canais televisivos em termos de número de emissões, tendo sido na RTP1 que registaram maior longevidade. Na fase pós-*Big Brother* (após Setembro de 2000), a TVI e a SIC foram preenchendo o respectivo horário nobre com entretenimento, desalojando progressivamente a informação semanal dos seus serões. Comparando, por exemplo, a oferta televisiva de 1993 com a de 2003, há diferenças substanciais. Porque o país mudou? Também, mas sobretudo porque as opções dos directores da RTP1, da SIC e da TVI, condicionadas pelas audiências, se alteraram bastante. A par do consumo televisivo, as estações generalistas foram particularmente sensíveis à oferta da concorrência, o que fez desencadear, ao nível da informação semanal, determinados ciclos temáticos (emissões de casos de polícia, formatos de grande-reportagem, programas desportivos de debate...). Nos anos que destacámos, foi a SIC que mais inovou nos formatos informativos, mas foi a RTP1 a mais regular na emissão desses géneros televisivos, os quais, na fase dos novos *reality shows* tipo *Big Brother*, foram desaparecendo das estações privadas. A TVI nunca fez dessa programação uma aposta sua: em tempo de crise, que se prolongou de 1993 até 1998, apresentou uma oferta instável, incapaz de se implantar junto dos telespectadores; em tempo de liderança de audiências (posterior à estreia do *Big Brother*), preferiu construir uma grelha que, depois do noticiário das 20h00, se dividia entre *reality shows* e ficção nacional. Contribuindo para criar uma certa imagem de notoriedade e de prestígio de um canal de TV, a informação semanal, nomeadamente a da SIC, nunca esteve desligada de preocupações audimétricas. Nos anos 90, a estação privada conduzida, na altura, por Emídio Rangel dividiu esse tipo de oferta televisiva em duas partes: a que integrava o segmento 22h00-24h00 e que, por isso, se dirigia ao grande público; e a que era atirada para franjas mais tardias (depois da meia-noite) e que, conseqüentemente, se vocacionava para públicos sectoriais. Do primeiro grupo, constavam debates e formatos de grande-reportagem de natureza generalista, *talk shows*, programas relacionados com casos de polícia e com o

sector da saúde; do segundo grupo, faziam parte programas ligados às temáticas da literatura, da adolescência, da política internacional, da economia ou do futebol (este último era emitido nas noites de 6.ª feira, véspera de fim-de-semana).

Quadro 39: A oferta televisiva ao nível da informação semanal dos canais generalistas

Programas	Canais	1993	1996	1998	2001	2003
Entrevistas/ Debates Generalistas	RTP					
	SIC					
	TVI					
<i>Talk-shows</i>	RTP					
	SIC					
	TVI					
Grande Reportagem	RTP					
	SIC					
	TVI					
Programas de Desporto	RTP					
	SIC					
	TVI					
Programas de Economia	RTP					
	SIC					
	TVI					
Programas de Questões Internacionais	RTP					
	SIC					
	TVI					
Programas de Casos de Polícia	RTP					
	SIC					
	TVI					
Programas de Artes/Cultura	RTP					
	SIC					
	TVI					
Programas sobre Infância/ Juventude	RTP					
	SIC					
	TVI					
Programas de Ambiente	RTP					
	SIC					
	TVI					
Programas de Saúde	RTP					
	SIC					
	TVI					
Outros <sup>2</sup>	RTP					
	SIC					
	TVI					

<sup>2</sup> Programas aí inseridos: *Caixa de Perguntas, Na Maior e Janelas Virtuais* (1993, TVI); *Filhos da Nação* (1998, SIC); *Bombástico, Escândalos e Boatos, O Crime não Compensa* (2003, SIC); *Eu Confesso* (2003, TVI).

Pelo Quadro 39, constatamos que, ao longo deste tempo, os programadores se mostraram mais sensíveis a conteúdos conhecidos e aceites pelas audiências do que a formatos que mediatizavam novas áreas e que, por isso, exigiam algum risco. Se os canais de televisão foram renovando substancialmente a sua oferta televisiva de entretenimento, o mesmo não se passou com a informação televisiva. As principais inovações ocorreram até finais do primeiro quinquénio dos anos 90, altura a partir da qual os três canais generalistas deixaram de apresentar novidades, com excepção de *Ficheiros Clínicos*, que surgiu no horário nobre da SIC em Agosto de 1998. O sucesso de audiências deste inovador formato não teve, porém, força suficiente para animar os programadores a investir neste tipo de oferta televisiva, como haviam feito nos primeiros anos da década. Assumindo a informação como uma aposta editorial, a SIC mobilizou, nos dois primeiros anos de actividade (1993 e 1994), a respectiva redacção para programas diversos e inovadores, a maior parte dos quais resultando de um esforço para ultrapassar as dificuldades que iam surgindo. No campo desportivo, contornou os exclusivos da TV pública na transmissão de jogos de futebol e respectivas imagens, criando um programa onde, em vez de se *ver* futebol, se *falava* sobre esse desporto. Com *Os Donos da Bola*, a estação de Carnaxide delimitou, ela própria, a agenda de um campo que a RTP retinha como seu, contando para isso com uma equipa de jornalistas de desporto e, em estúdio, com um conjunto de comentadores. Outras áreas exploradas foram as da economia e da actualidade internacional, através de *Tostões e Milhões* e de *Internacional SIC*, respectivamente<sup>3</sup>. Nos últimos meses de 1993, a SIC estreou *Casos de Polícia*, que misturava reportagens com um debate em estúdio que acolhia protagonistas/testemunhas dos acontecimentos mediatizados e um painel fixo<sup>4</sup>. Tendo como *spot* promocional “quando chamar a Polícia, chame também a televisão”, o programa prolongou-se por vários anos na grelha, contribuindo para uma grande visibilidade do jornalismo policial<sup>5</sup>. Corria-se o perigo de esse ser um espaço que se confundisse com a função das esquadras ou dos tribunais. O primeiro coordenador e apresentador do programa, o jornalista Carlos Narciso, sempre rejeitou esse papel<sup>6</sup> e o mesmo

<sup>3</sup> Em 1993, a SIC colocou *Os Donos da Bola*, *Tostões e Milhões* e *Internacional SIC* em horários considerados, à época, tardios (perto da meia-noite). Dos três programas, apenas *Tostões e Milhões* manteve o mesmo dia de emissão (2.ª feira), enquanto os outros foram saltitando pelos vários dias da semana, o que em parte explicará as oscilações que tiveram, sobretudo ao nível do *share*. Nos anos seguintes, esses programas andaram pelas franjas ora da tarde ora do *late night*.

<sup>4</sup> Inicialmente, esse painel era integrado pelo sociólogo Paquete de Oliveira, o advogado Francisco Teixeira da Mota e um elemento da Polícia Judiciária, Moita Flores.

<sup>5</sup> Tal como na TV2 havia um programa intitulado *Desaparecidos*, destinado à pesquisa e localização de pessoas que desapareceram, também *Casos de Polícia* dedicava a segunda parte a uma rubrica desse tipo. Os pedidos atingiram um número tal que vieram a originar um programa autónomo, intitulado *Ponto de Encontro* e apresentado por Henrique Mendes.

<sup>6</sup> Em entrevista à *TV Mais* (25 de Setembro de 1993), Carlos Narciso afirmava o seguinte: “Se a testemunha do crime aponta nomes de suspeitos, isso não será posto no ar. Para não pôr em causa a testemunha e não fazer um julgamento antecipado. Os factos já são suficientemente dramáticos em si. Não queremos marcar as

fez depois a jornalista Conceição Lino, que o substituiu. A estes programas juntavam-se ainda debates de dois jornalistas que, na TV pública, conduziram muitas emissões desse género: Margarida Marante e Sousa Tavares.

Embora fossem razões inerentes à rentabilização económica aquelas que (também) orientavam as opções feitas na programação informativa, a SIC, nos seus primeiros anos de emissão, ao tornar a informação semanal um dos eixos do horário nobre, obrigou a RTP e a TVI a prestarem alguma atenção a esse tipo de oferta, mesmo no tempo em que o canal público era o mais visto (1993 e 1994). No entanto, nem todos os projectos editoriais do canal de Carnaxide suscitaram movimentos miméticos. Alguns foram projectos isolados, com uma longevidade curta e com audiências reduzidas, em parte explicadas por terem sido colocados em horário tardio. Poder-se-ia indagar as razões subjacentes ao seu aparecimento. Por exemplo, o que levou a SIC em 1996 a consagrar às questões da adolescência um espaço de informação semanal? A jornalista Laurinda Alves, em várias entrevistas que deu para falar do programa que coordenava e apresentava, disse que a ideia lhe havia surgido quando assistia em casa a uma das emissões do debate da SIC *Terça à Noite* cujo tema em discussão se relacionava com a juventude. Percorrendo as entrevistas dos apresentadores/coordenadores de programas, verificámos que a maior parte dos projectos televisivos de informação semanal não resultou de demorados estudos prévios. Muitos corresponderam a propostas de certas pessoas que se ocupavam não só da apresentação, mas também da respectiva coordenação. Vários deles foram iniciativas pontuais; outros permaneceram alguns anos na grelha, provocando formatos-clones nas estações concorrentes. Sobressaíram, neste último grupo, as áreas do crime e do desporto, pertencendo à SIC a iniciativa de as colocar em horário nobre ou de fazer delas espaços de destaque no interior da respectiva redacção.

Quando o canal de Carnaxide estreou *Casos de Polícia* no último trimestre de 1993, já havia conteúdos idênticos na RTP2 (*Crimes e Desaparecidos*), mas foi na estação privada que esse tipo de assuntos conquistou particular visibilidade, beneficiando do horário (nobre) em que foi colocado e das crescentes audiências que a estação ia conquistando. Face ao interesse do público por matérias criminais que envolviam polícias e tribunais, a RTP1 contrapôs, no início de 1994, *À Luz da Lei*, que, no último trimestre desse ano, seria substituído por *Coisas da Vida*. Enquanto *Casos de Polícia* se manteve na grelha da SIC até 1999, um caso ímpar no que diz respeito à longevidade de um programa, a RTP1 foi experimentando outros formatos (*Marginalidades, Histórias da Noite...*), sem que nenhum deles tenha alcançado o sucesso do programa da SIC. Quanto ao desporto, a RTP tinha aí um avanço significativo, mas a SIC,

peçoas. Marcadas já elas ficam. As histórias vivem independentemente das suas personagens e não acrescenta nada ao caso saber que o assassino se chama A ou B”.

com *Os Donos da Bola* (que se dividia entre reportagens criadoras de meta-acontecimentos e um debate que potenciava a controvérsia), começou a delimitar a agenda do universo futebolístico, alcançando uma notoriedade tal que levou a RTP a criar um formato semelhante, embora menos polémico: *Jogo Falado* surgiu em 1995 na RTP2, apresentando, ao longo do tempo, várias séries, até que, em Agosto de 2000, passou para a RTP1, concorrendo com o programa que sucedeu a *Os Donos da Bola: Jogo Limpo*. Neste período, a TVI também ensaiou programas idênticos, sem que nenhum deles tenha tido o impacto do formato da SIC, que foi, de longe, o de maiores repercussões no mundo do futebol, graças a um jornalismo pró-activo, centrado essencialmente naquilo que as fontes pretendiam manter silenciado.

Poder-se-ia dizer que os ciclos temáticos que a informação semanal foi desenhando nos ecrãs de televisão se implantaram graças ao interesse que o público manifestava através das audiências. Houve o tempo dos programas que incidiam em questões económicas e de política internacional que desapareceram do horário nobre a partir de 1996; o tempo dos programas culturais que vingaram a meio da década; o tempo dos casos de polícia que chegaram ao limiar do ano 2000; o tempo dos programas de desporto que conseguiram dobrar o século para desaparecer em seguida. Todas essas temáticas conseguiram audiências razoáveis e fomentaram formatos-clone, pelo menos noutra estação. Há, no entanto, uma excepção. Em Agosto de 1998, a SIC estreou, em horário nobre, *Ficheiros Clínicos*, que teve mais duas edições, uma em 1999 e a outra em 2002. Tratava-se de um programa, apresentado e coordenado pela jornalista Cláudia Borges, que destacava casos de doenças graves que a medicina portuguesa resolvia com êxito. Este foi um dos programas de informação mais vistos entre 1993 e 2005, mas esse êxito e o interesse público das emissões não foram suficientes para que a RTP ou a TVI apostassem num formato idêntico<sup>7</sup>. Poder-se-á avançar algumas explicações: *Ficheiros Clínicos* surgiu num tempo em que a TVI havia adoptado uma linha editorial popular, vocacionada para um jornalismo centrado em casos atravessados pelos traços do “escândalo” ou da “falha”, enquanto a RTP atravessava um período instável, sucedendo na Direcção da empresa responsáveis que aí permaneciam por um período curto de tempo.

<sup>7</sup> A RTP adoptaria um formato semelhante em 2005, altura em que estreou *Centro de Saúde*, coordenado e apresentado por Cláudia Borges, a mesma jornalista que exercera essas funções em *Ficheiros Clínicos*.

## 1.2 Ágoras mediáticas monotemáticas

Considerando-se que a informação televisiva ajuda a desenhar o espaço público contemporâneo, os temas que esses programas tratam assumem particular importância. Ao inscreverem determinados assuntos em emissões informativas de debate ou de grande-entrevista, os jornalistas situam as discussões num quadro particular de acção, criando ágoras mediáticas (teoricamente) abertas à discussão de múltiplas questões com um conjunto diversificado de interlocutores. Percorrendo os assuntos que constituíram o mote para esses géneros televisivos, nota-se, em certos períodos, uma tendência para discutir determinados tópicos. Será isso explicado pela actualidade que fixa uma dada noticiabilidade? Também, mas convém acrescentar a influência da agenda mediática criada por programas similares de canais concorrentes e por outros *media*. Os temas da informação semanal entram, assim, naquilo que Pierre Bourdieu designou como “circulação circular da informação” (1997: 53) que envolve todo o sistema mediático, o que acentua a leitura que fazemos da informação televisiva enquanto produtora da realidade social.

Entre 1993 e 2005, a informação semanal dos canais generalistas destacou diferentes campos sociais. Nos primeiros anos após o aparecimento do sector privado de televisão – que coincidem com o Governo de Aníbal Cavaco Silva (PSD) – há uma valorização da política (na RTP1) e das áreas estruturais da sociedade (na SIC e na TVI). Entre 1996 e 1998, já com um Governo de António Guterres (PS), a prioridade divide-se entre a política (na SIC e na TVI) e os temas ligados à vida pessoal (na RTP1 e, depois, também na SIC). Após Setembro de 2000, já na era dos novos *reality shows*, os canais privados esvaziam-se de programas de informação semanal, enquanto a estação pública dá primazia à política e às áreas estruturais. Em 2003, o único debate dos canais privados divide-se entre as áreas estruturais e o desenvolvimento/bem-estar pessoais, mas é atirado para horas cada vez mais tardias até desaparecer da grelha da SIC. Consideramos aqui apenas os debates, mas o retrato global das emissões que se integram nesse género televisivo é representativo da informação semanal do período compreendido entre 1993 e 2005.

Em 1993, a política foi o tema dominante nos debates/entrevistas dos três canais generalistas que consagraram particular atenção a três órgãos de soberania: Presidência da República, Assembleia da República e Governo. Lorenzo Vilches, ao analisar o processo de “valorização temática”, já havia notado que “quanto mais os problemas são próximos dos poderes institucionais, mais existe uma tendência para constituí-los como valores tematizados” (1989: 35). Nesta linha, a política será sempre um campo privilegiado. No entanto, o enfoque que se fez dela registou substanciais variações, mais notadas quando se

comparam programas de diferentes canais, o que corrobora o entendimento das grelhas em termos de “macrodiscurso”, como defende Gonzalez Requena (1995). Enquanto a RTP1 seguia uma agenda pública política, em relação à qual se colocava de forma reactiva, a SIC, acompanhando também a actualidade noticiosa política, manifestava em relação a ela um posicionamento mais pró-activo. A TVI zigzagueava ora pela actualidade política, ora por temas que extravasavam a agenda política mediática, não conseguindo atrair para os respectivos *plateaux* nem os protagonistas dos factos, nem aqueles que tinham em relação a eles posições críticas marcantes<sup>8</sup>.

Desde o seu aparecimento, a SIC apostou em ir mais além do discurso oficial das habituais fontes de informação. Em Dezembro de 1992, dois meses após o seu arranque, a estação de Carnaxide fez uma ampla cobertura à Presidência Aberta de Mário Soares sobre a Área Metropolitana de Lisboa, acentuando as polémicas desencadeadas nas deslocações a zonas socialmente difíceis. Maria João Avelaz, no livro *Soares, o Presidente*, afirma que aquela iniciativa terá sido “prevista para coincidir com a abertura de um canal privado que, imediatamente, ampliaria – como ampliou – o evento” (*apud* Serrano, 2002: 153). Mário Soares – citado por Estrela Serrano (2002: 154) – nega essa “premeditação do aspecto mediático”, mas reconhece que a presença das câmaras do canal privado “terá tido a sua importância”, até porque, acrescenta, “a própria RTP resolveu não ficar atrás e entrar, em matéria de liberdade de informação, em concorrência com a sua rival”. Para uma estação que tinha diariamente no ar um programa que ia ao encontro das queixas do cidadão comum sobre aspectos da vida quotidiana que exigiam a intervenção de diferentes instituições, o *Praça Pública*, talvez o acompanhamento das visitas de Mário Soares a zonas degradadas de Lisboa não tivesse sido propriamente uma novidade, mas o trabalho da SIC, e a reboque dela o da RTP, teve um alcance maior, porque foi apresentado em horário nobre (nos noticiários das 20h00) e mexeu com vários sectores da política governamental, obrigando o Governo a tomar posição sobre algumas “cenas mediáticas” através das quais o Presidente da República procurou demonstrar não ser possível falar do país como um “oásis”, como pretendia fazer crer o primeiro-ministro da altura. Esta linha editorial manter-se-á nos anos seguintes.

Adoptando uma agenda não muito diferente daquela que seguiam os dois programas de debate do Canal 1 da RTP (*De Caras e Marcha do Tempo*), *Terça à Noite* e *Conta Corrente* conferiram à SIC um papel pró-activo em relação aos acontecimentos mediáticos e uma função promotora de discussão pública onde se inseriam interlocutores de diferentes campos sociais, embora aí nunca tivesse havido espaço para o cidadão comum. Mais do que procurar

<sup>8</sup> No último trimestre de 1993, o debate *Artur Albarra*n contrariou essa tendência, mas não vingou muito tempo na grelha.

explicações, esses debates colocavam em cena o conflito, potenciado pela estrutura dual dos formatos onde sobressaíam dois interlocutores que se digladiavam frente-a-frente. Essa oposição era ampliada por um posicionamento crítico do moderador. Essas emissões abriram semanalmente espaços onde se discutiam tópicos ligados a áreas estruturais da sociedade (saúde, economia, justiça...) e a questões políticas, particularmente as que envolviam o Governo e/ou os principais partidos políticos. Perante a recusa de certos convidados em participarem nesses programas, os jornalistas avançavam para a discussão com aqueles que se sentiam lesados em determinado domínio. Por exemplo: a 4 de Março de 1993, Margarida Marante interpelou José Luís Judas a falar do Congresso da CGTP e da sua dissidência do PCP e desafiou o Partido Comunista Português a ocupar aquilo a que neste formato se chamou “convidado-surpresa”, mas ninguém do PCP respondeu favoravelmente ao convite. A jornalista fez o debate apenas com Judas. Na semana seguinte, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, estava já no estúdio de *Conta Corrente* e Margarida Marante relembra-lhe na abertura que a questão da semana anterior não fora esquecida. Em pouco tempo, os políticos perceberam que a sua ausência dos debates da SIC não implicava uma mudança de tema, nem tão-pouco a neutralização do impacte da questão que figurava na agenda televisiva. Pelo contrário. Nesta altura, aquela estação privada reunia ainda audiências relativamente baixas, mas a sua informação começava a capitalizar alguma notoriedade, conquistada sobretudo pela antecipação das discussões públicas políticas ou pela problematização de decisões tomadas pelo Governo e/ou Parlamento<sup>9</sup>.

Na TVI, a informação semanal pautava-se por uma atitude reactiva aos acontecimentos, evidenciando alguma iniciativa quando se tratava de tópicos que poderiam pôr em causa a doutrina católica. Aliás, ao nível dos debates, havia a preocupação de introduzir interlocutores que focalizassem os temas em análise no campo religioso. Por exemplo, quando *Referendo* discutiu a reprodução medicamente assistida (6/5/1993), a moderadora Graça Franco chamou a estúdio os médicos Agostinho de Almeida Santos e Queirós e Melo e o professor de genética molecular e também jesuíta Luís Archer.

Conferindo uma certa centralidade aos assuntos políticos, os debates/entrevistas, particularmente nos canais privados, revelaram inicialmente alguma abertura a outras temáticas. O canal público inclinou-se mais para chamar aos *plateaux* de informação semanal tópicos relacionados com a acção do

<sup>9</sup> Esta linha editorial que estabelecia com a actualidade noticiosa, nomeadamente a de natureza política, uma ligação pró-activa distinguia-se, ao nível da rádio, na TSF, uma estação privada que surgira em Fevereiro de 1988 e, ao nível da imprensa, sobretudo no semanário *O Independente*, criado em Maio de 1988. Refira-se que um dos fundadores da TSF foi Emídio Rangel, que assumiu a direcção-geral da SIC desde a sua fundação até Setembro de 2001. *Flashback*, que a SIC integrou na sua grelha de 1994, era um programa emitido há já alguns anos na TSF.

Governo, da Assembleia da República e, em tempo de (pré)campanha para as eleições autárquicas, com os municípios das zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Esta tendência foi mais acentuada no debate *De Caras*, conduzido pelo director-geral da RTP. Mais afastados da ordem dominante, embora distanciados do cidadão comum, os debates das estações privadas construíram espaços televisivos mais abertos a outros assuntos. A seu modo e em graus diferenciados, a RTP, a SIC e a TVI contribuíram para reconstruir um determinado espaço público: mais político na TV pública, mais vocacionado para outras áreas estruturais na TV privada, embora o centro desse espaço fosse dominado por tópicos e interlocutores políticos que os órgãos do poder central reproduziam. Quando os temas extravasaram o campo político, todos os debates televisivos evidenciavam uma inclinação por assuntos mais urbanos ou ligados a classes privilegiadas.

Em 1996, os debates/entrevistas dos canais generalistas desenharam um espaço público televisivo substancialmente diferente daquele que haviam esboçado em 1993. Perguntar-se-á, pois, o que mudou. Mudou o Governo, que, no primeiro quinquénio dos anos 90, fora presidido pelo social-democrata Aníbal Cavaco Silva e que, a partir de Outubro de 1995, passou a ser chefiado pelo socialista António Guterres. Mudou o posicionamento dos canais de televisão junto das audiências: a TV pública perdeu a liderança para a SIC. Mudou a oferta televisiva de entretenimento emitida em horário nobre: às novelas brasileiras da Rede Globo juntaram-se as *sitcoms* em português e os populares formatos da produtora holandesa Endemol que exploravam a vida íntima dos convidados. Mudou o panorama mediático português: às sucessivas novidades de finais dos anos 80 e de início dos anos 90 – o aparecimento da TSF, do semanário *O Independente*, do jornal *Público*, das revistas cor-de-rosa e de televisão... –, sucedeu uma fase de estabilização dos projectos editoriais, menos agressiva em relação aos vários poderes dominantes, nomeadamente ao poder político. Mudou obviamente a sociedade portuguesa. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, de 1993 para 1996 passou a haver, por exemplo, mais pessoas nas universidades, mais espectadores no cinema, mais divórcios, mais arguidos em processos-crime, mais criminalidade na área da Polícia de Segurança Pública (áreas urbanas)<sup>10</sup>.

Analisando a programação informativa semanal dos três canais generalistas no primeiro trimestre de 1996, não se notam modificações substanciais em relação ao que havíamos encontrado em 1993. A partir de Maio, altura em que a RTP estreou *Maria Elisa*, houve uma evolução naquilo que entendíamos por debate televisivo, um género televisivo centrado na publicidade crítica e argumentativa, ou seja, num discurso racional de interlocutores que representavam

<sup>10</sup> Estas constatações são feitas com base em dados do INE, apontados em *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*, da autoria de António Barreto e Clara Valadas Preto, Ed. Cadernos do Público, 1996.

os poderes dominantes. No início da década de 90, Noël Nel (1993) havia assinalado “a transformação profunda” por que passava este género, nomeadamente na atitude do moderador que se tornava mais expressivo; na selecção de temas intrínsecos ao espaço privado; e na composição dos *plateaux*, onde se misturavam as elites sociais com o cidadão comum. Maria Elisa divide-se na classificação do seu programa, designando-o por vezes como *talk show*. Sê-lo-ia, se tivéssemos em consideração apenas as temáticas escolhidas, muito próximas da esfera privada e, em certos casos, íntima. Todavia, a jornalista discutiu esses tópicos com aqueles que sobre eles tinham uma experiência pessoal (testemunhos), um saber (especialistas) e um poder de acção (detentores de cargos), criando em relação àquilo que se debatia uma certa distância. Tudo isto aproximava as suas emissões do debate enquanto género televisivo.

Sendo o debate com mais longevidade na RTP depois do aparecimento da TV privada<sup>11</sup>, *Maria Elisa* manteve ao longo dos anos a mesma linha editorial: privilegiou os temas sociais em relação aos políticos; chamou para debate aquilo que permanecia na sombra da actualidade noticiosa; procurou outros ângulos para assuntos-alvo de bastante noticiabilidade; entrou por temas intrínsecos à esfera privada, abordando-os através de uma dimensão pública. Poder-se-ia afirmar que Maria Elisa criou uma agenda muito própria através da qual procurou analisar dimensões estruturantes da vida pessoal/social de determinados grupos: dos jovens, dos idosos, dos casais divorciados com filhos, dos fóbicos, dos diabéticos... Frequentemente a jornalista surpreendia as audiências com emissões centradas em temas que nos habituáramos a ver como uma peça de fecho dos noticiários, estendendo a tematização para domínios marginais ao espaço público que a TV desenhava na informação semanal. Por exemplo, “A cosmética” (27/6/1996); “A música pimba” (10/12/1996), “O tango” (7/5/1998), “O pensamento dos animais” (18/6/1998), “Os sonhos” (12/11/1998). A presença de especialistas, nomeadamente de classes com prestígio profissional (académicos, médicos, juristas e economistas), contribuía para ampliar a discussão muito para lá dos casos pessoais. Neste período, o alargamento da informação para os territórios do íntimo reflectiu-se, sobretudo, na escolha dos tópicos para o debate, já que a abordagem dos assuntos continuava a pautar-se por critérios jornalísticos. Aliás, as jornalistas responsáveis pelos debates afirmavam reiteradamente às revistas de televisão a sua preocupação em distinguir as suas emissões, que qualificavam como informação, do entretenimento.

Em 1996, *Maria Elisa* foi um caso ímpar ao nível dos debates: desvalorizou as temáticas políticas, passou à margem da agenda noticiosa, incorporou o cidadão comum no *plateau*, deu amplo destaque aos especialistas. A mudança ocorreu depois de a jornalista ter conduzido na RTP 2 *O Trio das Quatro*, um programa onde também participavam Lúcia Jorge, Graça Morais e Maria

<sup>11</sup> *Maria Elisa* surgiu em Maio de 1996 e manteve-se na grelha da RTP1 até Julho de 2000.

Isabel Barreno, que conversavam sobre temas variados, sobretudo de natureza social e cultural. Confrontada com a singular linha editorial que seguia, Maria Elisa afirma ser “muito claro que as pessoas não estão muito interessadas nas políticas partidárias”, e esse desinteresse estender-se-ia também a si (“*TV Guia*”, de 31 de Julho de 1999). Nesse período, os debates da SIC (*Crossfire*, primeiro, e *Esta Semana*, depois) continuaram centrados nas discussões políticas. Passados dois anos, *Esta Semana* apresentava já uma linha editorial idêntica a *Maria Elisa*. Margarida Marante explica esse ajustamento pelo facto de escassearem na classe política interlocutores com “interesse” (*Expresso*, 15 de Novembro de 1997), um argumento que poderia evidenciar a permeabilidade da informação televisiva à vitalidade dos restantes campos sociais, mas convém juntar a isso a influência que o debate da RTP1 exerceu no formato da SIC com o qual concorria nas noites de 5.ª feira, o que comprova que não são apenas os programas do canal com mais audiência que têm capacidade para influenciar a oferta das estações concorrentes. Nesse tempo, a imprensa de referência falou insistentemente nessa competição, embora as jornalistas Maria Elisa e Margarida Marante nunca tivessem assumido isso<sup>12</sup>.

É assim, progressivamente, a vida quotidiana e as questões relacionadas com o desenvolvimento e o bem-estar pessoais foram invadindo a informação televisiva feita ao ritmo semanal. Vários trabalhos de sociologia sublinham a mudança que se vai operando ao nível da vida pessoal, hoje concebida como um projecto aberto, criadora de renovadas exigências e permanentes ansiedades. Confrontados com múltiplas experiências sociais quotidianas, cada um de nós adopta determinados estilos de vida que, como sublinha Anthony Giddens (1996: 52), “são constitutivos da narrativa reflexiva do *self*”, ou seja, de uma auto-identidade que resulta de uma conquista reflexiva. Outras das razões para a valorização de tópicos ligados à vida psíquica e ao bem-estar físico relaciona-se com o cepticismo generalizado em relação ao controlo de um sistema social vasto e, de acordo com Christopher Lasch (2001), com a perda de uma continuidade histórica que assegure pontes entre o passado e o futuro. O desvio que no segundo quinquénio dos anos 90 alguns debates televisivos fizeram para o campo social é, segundo os jornalistas responsáveis por essas mudanças, sintoma de um cansaço das políticas partidárias e o sinal de uma alteração de prioridades sociais e, conseqüentemente, jornalísticas. Várias vezes, Maria Elisa lembrou ser “nas políticas sociais que se faz verdadeiramente a política hoje”, dando, a esse propósito, um exemplo: “Quando se fala da paixão ou do erotismo, estamos a falar do grau de liberdade da sociedade” (*TV Guia*, 31 de Julho de 1999). Numa investigação sobre os debates televisivos em França, Sébas-

<sup>12</sup> A revista do *Expresso* da edição de 15 de Novembro de 1997 coloca na capa as duas jornalistas, dedicando-lhes várias páginas. A edição de 12 de Fevereiro de 1998 da revista *Visão* faz a mesma opção, pondo as duas jornalistas de costas viradas uma para a outra e escrevendo como título “Rivais, nós?”.

tien Rouquette (2001: 15) sublinha a mesma ideia ao afirmar que “ainda que nem tudo seja político, a grande decisão política deve muito a microdecisões quotidianas repetidas ao infinito”. A jornalista Margarida Marante também reconhece a entrada nos debates televisivos da “política vivida através das preocupações dos cidadãos” nos debates televisivos que promove (*TV Guia*, 6 de Novembro de 1999). A exploração da ideia de que “o pessoal é político” foi um dos vectores de acção dos movimentos estudantil e feminista, não constituindo, por isso, uma novidade, mas a escolha de tópicos ligados à “política [das decisões] da vida” é inovadora nos debates televisivos, contribuindo para alargar a esfera televisiva, já que se confere visibilidade a temas acantonados, até então, a zonas sociais longínquas do debate público.

Paralelamente ao surgimento de novas facetas da vida humana na cena mediática – os hábitos sexuais dos portugueses, o poder como afrodisíaco, a dor, a infidelidade... – o espaço público vai visitando o privado e o domínio privado vai modelando a esfera pública e, nesse duplo movimento, amplia-se o espaço televisivo muito para lá das fronteiras do espaço público político clássico. Sébastien Roquette (2001: 12) propõe que, nesse contexto, se fale de “espaço social”. Seria essa sugestão pertinente, se os *plateaux* fossem democráticos, mas o acesso às discussões, embora mais diversificado, continua restrito, como veremos no ponto seguinte. E quanto mais se pretende avançar na análise dos tópicos destacados mais o cidadão comum é subtraído desses problemas ou substituído por figuras públicas.

Este crescente interesse da informação semanal pelas questões sociais provocou, nos finais dos anos 90, uma progressiva queda nos temas e interlocutores políticos com acesso aos *plateaux* televisivos, sendo essa tendência acompanhada por uma selecção que se circunscrevia cada vez mais a quem estava na hierarquia do poder (as elites). O afunilamento dos interlocutores políticos, que originava um estrangulamento da respectiva esfera pública, foi acompanhado de uma gradual desvalorização da política como tema de fundo. Foi exactamente nessa conjuntura que o debate *Esta Semana*, da SIC, protagonizou um dos acontecimentos mais importantes do ano político de 1999: o fim da Alternativa Democrática. Em Março, poucos dias depois da entrevista do presidente do PP (Paulo Portas) a Margarida Marante, o presidente do PSD (Marcelo Rebelo de Sousa), em conferência de imprensa, acusava o líder do PP de ter tornado aí públicas conversas privadas mantidas entre ambos e, nesse sentido, inviabilizava a continuação da AD. Este incidente, para além de evidenciar uma política cujo *timing* era calculado em função do audiovisual, demonstrava que a informação semanal – mais analítica, dispondo de mais tempo e com capacidade de integrar interlocutores diversos que podem exercer aí uma espécie de contraditório – era capaz de se assumir como estruturante da realidade social, um papel que os noticiários tinham mais dificuldade em conquistar devido a um alinhamento onde se comprimiam peças de escassos minutos.

Quadro 40: Temas dos debates e das grandes-entrevistas dos canais generalistas

Anos	Canal	Política	Áreas Estruturais	Vida em sociedade	Desenvolvimento/ bem-estar pessoais
1993	RTP	23	10	7	2
	SIC	17	28	10	1
	TVI	14	15	7	0
1996	RTP	8	5	6	12
	SIC	16	9	10	1
	TVI	24	11	7	3
1998	RTP	3	8	6	9
	SIC	6	4	5	6
	TVI	-	-	-	-
2001	RTP	4	6	1	-
	SIC	-	-	-	-
	TVI	-	-	-	-
2003	RTP	23	16	9	5
	SIC	0	8	3	8
	TVI	-	-	-	-
Total		138	120	71	47

O alargamento da esfera pública televisiva que a informação semanal promoveu no último quinquénio do século XX foi alvo de um progressivo aperto no primeiro quinquénio do século XXI, resultante do desaparecimento desse tipo de programação nos canais privados e da preferência que os debates do canal público voltaram a manifestar por temas e interlocutores políticos. Ao estreitar o *Big Brother* a 4 Setembro de 2000, a TVI marcou uma nova filosofia de programação da qual já vinha a aproximar-se desde o ano anterior: uma TV popular, feita em português, que dava prioridade à vida quotidiana do cidadão da classe média. Foi nessa linha que se integraram um entretenimento feito de ficção nacional e de *novelas da vida real* e uma informação diária com alinhamentos que privilegiavam factos de interesse do público onde cabiam peças que reportavam cenas ousadas do *Big Brother*. Conquistando índices de audiências que ultrapassavam a SIC em horário nocturno, a TVI impôs um padrão de oferta televisiva que, nas franjas nocturnas de maior audiência, se compunha apenas com entretenimento. Entre 2001 e 2003, a SIC procedeu a uma imitação do canal concorrente privado. Essa opção implicou o progressivo desaparecimento da informação semanal e, conseqüentemente, uma subtração de uma parte estrutural do espaço público televisivo: o que se desenvolve através do debate entre diferentes interlocutores. Refira-se, por exemplo, que, em Dezembro de 2001, houve eleições autárquicas e que esse tema, no que à programação informativa semanal diz respeito, apenas esteve

presente numa emissão de *Grande Informação* da RTP1 que partiu dos resultados desse escrutínio eleitoral para abordar o cenário de crise política que poderia levar a eleições antecipadas.

Passada uma década, as mudanças são profundas ao nível da informação semanal que a SIC e a TVI (não) proporcionaram às respectivas audiências. A RTP, confrontada, por um lado, com uma crise financeira e directiva e, por outro, com obrigações de serviço público, nunca teve grande margem de manobra para seguir as suas congéneres privadas. Por isso, nesse tempo manteve uma programação informativa semelhante à dos anos anteriores, mas com algumas modificações nos conteúdos, voltando a privilegiar a temática política, nomeadamente aquela ligada ao exercício da governação. Significará isso uma regressão? Não é assim que interpretamos, na medida em que o debate político é imprescindível para vitalidade da democracia, mas julgamos que, nestes anos, o canal de serviço público careceu sempre de um certo equilíbrio: no início dos anos 90 centrou-se na política e demorou algum tempo a perceber que a vida em sociedade e as questões ligadas ao bem-estar pessoal poderiam estruturar discussões televisivas de interesse público; na segunda metade da década de 90 ignorou a política, centrando-se em tópicos da vida quotidiana e no início do século XXI voltou a adoptar a postura inicial. Talvez seja difícil integrar no mesmo formato tópicos de diferentes campos sociais, pois cada programa estará mais apto a encenar determinados quadros da realidade. Isso implica cuidados acrescidos por parte de quem pensa o desenho da programação: ao colocar na grelha formatos com uma linha editorial mais vocacionada para a discussão de determinadas áreas, os directores dos canais de TV saturam o espaço público televisivo que passa a estruturar-se à volta da mesma tematização e com interlocutores com idêntico perfil.

Por aquilo que escrevemos, conclui-se que a informação semanal passou por ciclos distintos. A política, as áreas estruturais, a vida em sociedade, o desenvolvimento e bem-estar pessoais tiveram, em diferentes momentos, prioridades distintas. Porque a actualidade noticiosa, a que grande parte dos formatos prestava atenção, ia mudando? Sim. Porque os actores de determinado campo perdiam interesse? Também<sup>13</sup>. Mas essas flutuações reflectem, acima de tudo, o grau de autonomia que a informação semanal tinha. Ao recortar a realidade

<sup>13</sup> Em entrevista ao *Expresso* (15/11/1997), a jornalista Margarida Marante, que coordenava e apresentava na SIC *Esta Semana*, justificava a sua preferência por temas sociais assim: “Com o desaparecimento das fronteiras ideológicas mais marcantes [entre os partidos], o debate político perdeu aresta – logo perdeu emoção e a TV vive muito de emoções. [Dantes] o figurino dos programas vivia da personalidade política e do seu impacto e popularidade e era muito difícil poder substituí-lo por alguém, mesmo que fosse especialista. E esta quebra de qualidade dos quadros empobrece o debate político, fazendo com que muitas pessoas que potencialmente poderiam interessar-se pelos temas abordados entendam que estão a ser ludibriadas”.

a partir de determinado campo, uma emissão televisiva desenha a sociedade de certa forma. Ao criar um formato mais vocacionado para a discussão política, para a análise dos especialistas ou para o relato de testemunhos, os respectivos responsáveis promovem diferentes configurações da esfera pública (televisiva). Ao escolher determinados comentadores fixos para os seus programas<sup>14</sup>, os jornalistas enfatizam os campos sociais a que estes interlocutores pertencem. Essa variada estruturação da realidade social não se repete da mesma forma ao nível dos convidados dos programas.

<sup>14</sup> Em 1993, encontramos os seguintes comentadores nos programas de informação semanal: os políticos Pacheco Pereira e António Barreto em *Terça à Noite* (SIC); os académicos da Universidade Católica Braga da Cruz, António Borges, Rebelo de Sousa, Luís Valadares Tavares no *Referendo* (Quatro); a jornalista Helena Sanches Osório tem uma rubrica fixa de política e a psicoterapeuta Isabel Leal de psicologia em *Sexo Forte* (SIC); o sociólogo Paquete de Oliveira, o advogado Francisco Teixeira da Mota e o inspector da PJ Moita Flores em *Casos de Polícia* (SIC). Em 1996, os comentadores fixos integram-se nos seguintes programas: os políticos José Magalhães, Nogueira de Brito e Pacheco Pereira em *Flashback* (SIC); o empresário Manuel Serrão, o jornalista Miguel Esteves Cardoso, a actriz Rita Blanco e o académico Rui Zink na *Noite da Má-Língua* (SIC); o psiquiatra Daniel Sampaio em *Verdes Anos* (SIC) e o psiquiatra Júlio Machado Vaz em *Ligações Perigosas* (RTP1). Em *Casos de Polícia* a substituição do apresentador provocou uma renovação do painel, passando a contar com o advogado João Nabais, o psiquiatra Carlos Amaral Dias e o padre José Luís Borga. Em 2001, os comentadores residentes circunscrevem-se aos programas de futebol. Nos três canais, cada um deles segue o modelo que *Os Donos da Bola* (SIC) adoptou, entre 1993 e 1999, criando um painel de comentadores com um representante do Benfica, outro do Sporting e um outro do Porto. Em 2003, *Eu Confesso* (TVI) integra um painel fixo composto pelo criminologista Barra da Costa; o administrador prisional Ludgero Painho e o neuropsicólogo Carlos Fernandes, aos quais se juntam, em Outubro, o advogado Arrobas Silva e a psicóloga criminal Maria do Sameiro.

## O domínio das elites políticas e profissionais no masculino

Ao longo dos primeiros anos de coabitação dos canais generalistas privados/público, houve algumas oscilações nos perfis dos convidados dos *plateaux* dos programas de informação, notando-se uma evolução que percorre uma espécie de círculo que fecha no ponto de partida. No entanto, entre 1993 e 2005 a informação semanal, nomeadamente os programas de debate e de

Quadro 41: Perfil dos convidados dos debates e das entrevistas dos canais generalistas

Ano	Canal	Políticos	Cargos	Prof. / Investig.	Juristas	Jornalistas	Econ. / Empres.	Médicos / Psic.	Militares	Religiosos	Sector Prod.	Técnicos	Desportistas	Indústrias Cultur.	Jet 7	Sindicato / Assoc.	Cidadão Comum	Jovens / Crianças	Pers. Internac.
		1993	RTP	84	4	17	3	24	8	5	4	2	0	0	4	4	0	22	3
	SIC	35	12	12	13	10	6	4	6	5	0	0	2	4	0	26	3	4	5
	TVI	38	5	13	2	25	3	9	8	11	1	1	14	-	10	23	0	0	6
1996	RTP	36	15	26	7	8	7	25	2	7	2	3	1	33	-	39	30	10	-
	SIC	25	6	2	6	-	2	2	-	1	-	-	-	1	-	12	2	-	-
	TVI	25	6	3	2	2	1	1	-	2	-	-	-	9	2	4	-	1	-
1998	RTP	19	28	27	2	15	10	36	3	6	0	2	2	33	1	35	33	31	1
	SIC	12	7	13	4	3	2	16	3	5	4	1	-	15	-	17	3	3	7
	TVI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2001	RTP	29	9	8	2	1	-	2	5	1	-	2	-	1	-	7	2	1	2
	SIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TVI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	RTP	72	20	17	8	12	7	11	5	6	0	0	1	11	0	16	2	0	0
	SIC	2	7	4	3	9	0	21	0	1	0	3	0	6	0	6	7	0	0
	TVI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		377	119	144	52	109	46	132	36	47	7	12	24	117	13	207	85	50	25

grande-entrevista, não chamou a estúdio convidados diversificados. É certo que nesse período se destacaram alguns sectores profissionais, sobretudo médicos, académicos e jornalistas, mas, dentro de cada um desses grupos, nem todos tiveram a mesma visibilidade. Os psiquiatras, os investigadores ligados às Ciências Sociais e aqueles que ocupavam lugares de relevo em determinado órgão de comunicação social foram alvo de maior atenção. “Engenheiros do social”, caracterizaria Sébastien Rouquette. Em contrapartida, ignoraram-se certas áreas profissionais. Por exemplo, profissões técnicas ou ligadas ao sector produtivo ou industrial. Sendo palcos que se assumem como uma ágora pública, os debates televisivos tenderam igualmente a excluir o cidadão comum. Significa isso que a “TV espelho do quotidiano” não teve na informação semanal, nomeadamente nos debates e na grande-entrevista, muita expressividade. Olhando os *plateaux* informativos, não se descobrirá aí o retrato do país que somos. Antes se vê aí desenhado/construído um mapa social que salienta as elites que a TV absorve e reforça.

## 2.1 O reflexo das elites políticas nas elites políticas mediáticas

Em termos gerais, os políticos foram os que tiveram mais visibilidade na informação semanal emitida entre 1993 e 2005. Poder-se-ia dizer que a RTP1 foi quem mais privilegiou este grupo. Em parte assim aconteceu, mas convém sublinhar que no início do segundo quinquénio dos anos 90 a classe política perdeu um espaço substancial, em grande parte por acção de *Maria Elisa*, que influenciou o formato similar da SIC *Esta Semana*. Num contexto de ausência de programas de informação nos canais privados, ou seja, depois de 2000, a estação pública generalista recentrou-se nos políticos, excluindo dos seus *plateaux* vastas camadas da sociedade portuguesa. Esses distintos ciclos coincidem com determinados contextos: a predominância dos políticos em programas de informação semanal registou-se quando o Governo pertencia ao PSD e o desvio para temas sociais e interlocutores situados fora do campo político ocorreu com um Governo PS. Se o número de políticos presentes nos *plateaux* dos programas de informação semanal dos canais generalistas teve substanciais oscilações no período aqui estudado, o perfil dos convidados pouco se alterou. Nesse tempo, privilegiaram-se ministros e secretários de Estado de pastas diversas, deputados que se destacavam nas diferentes bancadas partidárias ou militantes com cargos de direcção dentro do partido, ou seja, a elite do poder político<sup>15</sup>. Em termos de géneros televisivos, a classe política

<sup>15</sup> Os autarcas foram um grupo mediaticamente inexistente, exceptuando o presidente do município de Lisboa.

foi a preferida nas grandes-entrevistas e nos debates com dispositivos aptos a promover uma espécie de prestação de contas ou explicação da acção governativa (formato mais comum na RTP1 e na TVI) ou a potenciar o conflito entre convidados que discutiam temas de diferentes campos sociais (modelo mais seguido na SIC).

No primeiro ano de coabitação dos sectores público e privado de televisão, os interlocutores mais destacados da vida política nacional preencheram uma parte substancial dos debates/entrevistas. Na RTP1, os programas de informação configuravam, acima de tudo, momentos de legitimação do poder instituído. Esse poder em cena era potenciado por cenários amplos e abertos e facilitado pela linha editorial do canal público (líder de audiências) que, nos debates e nas entrevistas, não procurava a novidade, nem ambicionava a polémica, apenas promovia uma reflexão acerca de tópicos que circulavam na esfera pública política. Com uma postura mais pró-activa em relação às fontes oficiais, a SIC também privilegiou os políticos nos seus programas de informação semanal, mas integrou-os em formatos com uma estrutura dual que fomentava emissões polémicas desenvolvidas através de trocas musculadas daquilo que se considerava o melhor argumento a favor de determinada posição<sup>16</sup>. Nem sempre contando com figuras políticas cimeiras, mas insistindo em trazer a estúdio personalidades políticas conhecidas da opinião pública, esses debates e entrevistas construía semanalmente uma declarada oposição aos convidados centrais das respectivas emissões, criando frequentemente uma noticiabilidade em redor dos temas que debatiam. No seu primeiro ano de emissões, o canal Quatro não prescindiu dos políticos nos seus debates, mas não lhes cedeu um lugar de especial destaque. Em termos de representatividade partidária, o canal da Igreja chamou a estúdio elementos de todos os partidos, com excepção do PCP, cujos militantes não foram convidados para qualquer programa de informação semanal até Outubro de 1993. A estreia do Partido Comunista nos ecrãs desta estação privada fez-se com Lino de Carvalho, que participou na estreia de *Artur Albarran*, um debate com mais de 50 convidados e que, na primeira emissão, escolheu como figura central o secretário-geral do PS, António Guterres, criando-se em estúdio uma espécie de “Debate da Nação” feito por interlocutores de posições contrárias às do Governo de então, presidido por Aníbal Cavaco Silva.

Em 1996, a informação semanal fez-se num novo quadro político (há um novo Governo saído das eleições legislativas de Outubro de 1995) e com outros

<sup>16</sup> O dispositivo dual que *Terça à Noite* e *Conta Corrente* colocavam semanalmente em cena acentuava o conflito que os moderadores favoreciam em estúdio: enquanto o programa de Miguel Sousa Tavares tinha frente-a-frente duas mesas onde se sentavam dois convidados com posições contrárias, ladeados cada um deles pelos dois comentadores-residentes, o programa de Margarida Marante reservava a segunda parte para um convidado-surpresa que, a partir de outro local do estúdio, exercia uma espécie de contraditório relativamente àquilo que fora dito pelo convidado central.

programas, mas não se notaram rupturas quanto à selecção daqueles que acediam aos *plateaux* dos debates/entrevistas. É verdade que o número de políticos diminuiu drasticamente no canal generalista público a partir do segundo trimestre, mas esse grupo continuou a ter uma presença assinalável nos debates das estações privadas. Se Maria Elisa (na RTP1) optou por outro tipo de interlocutores, Margarida Marante (na SIC), Fernanda Mestrinho e Carlos Cruz (na TVI) insistiram em recrutar aqueles que se notabilizavam no campo político, ou seja, ministros, deputados e destacados militantes de diferentes partidos. Mesmo em assuntos que extravasavam a actuação política, era tentador o convite àqueles com quem os jornalistas estavam habituados a conversar. Por exemplo, a 12 de Novembro, *Esta Semana* escolheu para tema de emissão “A crise no futebol português”. Quem foi chamado para o debate? O benfiquista Bagão Félix, o portista Silva Peneda e o sportinguista Oliveira Martins, conhecidos da opinião pública pela sua filiação partidária. Numa altura em que os temas da vida quotidiana ganhavam espaço em programas de grande-reportagem e reuniam aí um crescente interesse do público, os debates tinham uma certa dificuldade em incorporar a vida de todos os dias no centro das suas discussões. A estratégia de compromisso seria cruzar tópicos de diferentes áreas com a política. Foi isso que fizeram em várias emissões Margarida Marante e Fernanda Mestrinho, misturando em estúdio interlocutores de campos diversos, inclusivamente políticos<sup>17</sup>. Ao consultar o Quadro 42, reparamos que as percentagens mais elevadas quanto ao número de políticos presentes nos debates/entrevistas televisivas se concentram nos primeiros meses de 1996 (*Prova Oral, Crossfire*), mas esses valores descem substancialmente nos debates do segundo semestre do ano (*Maria Elisa e Esta Semana*). Foi nesse período que as jornalistas que conduziam esses programas, Maria Elisa e Margarida Marante, tornaram público, em diversas ocasiões, o seu cansaço em relação à política, acrescentando haver igualmente um desinteresse das audiências por esse campo, atestado pelos dados reunidos pela Marktest em 1996, mas que pode ser interpretado como um processo circular: a evolução da linha editorial dos debates provocaria uma alteração do interesse do público.

A desvalorização dos políticos por parte dos debates/entrevistas televisivos foi mais notória em 1998 e acentuou-se nos primeiros tempos pós-*Big Brother*, nomeadamente em 2001, altura em que os canais generalistas esvaziaram as suas grelhas nocturnas desses géneros informativos. Em 1998, Maria Elisa raramente chamou os actores políticos para os seus debates, e, quando

<sup>17</sup> Por exemplo, a 10 de Dezembro, *Esta Semana* (SIC) discutiu “Ser ilegal em Portugal” com o secretário de Estado da Administração Interna, com o advogado Adriano Malalane, com o analista político Jaime Nogueira Pinto e com o estudante universitário João Ganga. A 1 de Novembro, *Sem Reservas* (TVI) debateu “a cultura e o seu relacionamento com a política”, com o ministro da Cultura, com a actriz Maria do Céu Guerra, com o director editorial da Bertrand e com o director da Casa de Serralves.

fez, misturou-os com especialistas e com o cidadão comum<sup>18</sup>. Nesse ano, *Grande Entrevista* concedeu mais espaço à classe política, nomeadamente a ministros e presidentes dos partidos. Em 2001, a jornalista Judite de Sousa coordenou e apresentou um formato mais flexível, *Grande Informação*, onde cabiam reportagens e entrevistas ou debates, mas os interlocutores continuaram a apresentar idêntico perfil, com excepção dos autarcas, representados aí pelos presidentes dos municípios de Castelo de Paiva, Oeiras, Oliveira do Bairro, Santarém e Vendas Novas, todos eles participantes do mesmo programa (9/3) feito a propósito de um tema ligado ao trágico (e mediático) acidente de Entre-os-Rios (“o estado geral da rede viária em Portugal”). Ao nível das televisões privadas, os políticos também perderam espaço nos (poucos) debates que resistiam no horário nocturno nos dois últimos anos do século XX. Num quadro em que a política já não era um assunto central dos debates televisivos e os políticos deixaram de ser os interlocutores privilegiados, a selecção dos convidados tornava-se mais tributária da importância mediática e do grau de poder que cada político congregava.

Em 2003, a discussão política esteve ausente da informação semanal dos canais privados, mas encheu os *plateaux* dos debates/entrevistas da estação pública. Quase metade dos convidados de *Grande Entrevista* foram governantes (primeiro-ministro e ministros), deputados (do PS e do PSD) e autarcas (de Lisboa e de Felgueiras<sup>19</sup>), ou seja, Judite de Sousa seleccionou os seus entrevistados de acordo não só com a actualidade noticiosa, mas também tendo em conta o capital de notoriedade que cada um reunia. Orientado por uma pergunta-chave que dava o mote à conversa e dividia os convidados em dois grupos de posições contrárias, *Prós e Contras* fez recair no campo político vários tópicos de discussão, retirando daí grande parte dos seus convidados, escolhidos de acordo com a respectiva notoriedade ou com o cargo/funções governativas que, na altura, exerciam. Se o tema se alargava a um assunto de sociedade, havia igualmente uma certa inclinação para chamar a classe política para o palco da conversa. Pode dizer-se que, em termos de representatividade, este é o programa que consegue o maior equilíbrio de diferentes forças partidárias.

<sup>18</sup> Por exemplo, a 4 de Junho, o tema em destaque foi a droga e a emissão abriu com o testemunho do ex-toxicodependente José. Em estúdio, Maria Elisa contou com o ministro-adjunto José Sócrates, que tinha a seu lado, entre outros, o presidente da Comissão Estratégica do Combate à Droga, Alexandre Quintanilha, o director clínico do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, Nuno Miguel, o director da PJ, Fernando Negrão e uma mãe de dois toxicodependentes presos. Neste contexto, o político era um convidado no meio de outros.

<sup>19</sup> A autarca Fátima Felgueiras, presidente da Câmara Municipal de Felgueiras, foi entrevistada no Brasil, para onde se deslocou a fim de evitar comparecer perante o tribunal num processo em que era arguida.

Quadro 42: Percentagem de políticos presentes entre 1993 e 2003 nos programas de informação

Canal	1993		1996		1998		2001		2003	
	Programa	% de políticos	Programa	% de políticos	Programa	% de políticos	Programa	% de políticos	Programa	% de políticos
RTP	<i>Marcha do Tempo</i>	21,8	<i>Prova Oral</i>	75	<i>Maria Elisa</i>	5,2	<i>Rosto da Notícia</i>	24	<i>Grande Entrevista</i>	41,6
	<i>De Caras</i>	51,9	<i>Maria Elisa</i>	8,8	<i>Grande Entrevista</i>	36,6	<i>Grande Informação</i>	46,9	<i>Prós e Contras</i>	37,3
	<i>Entrevista de M.ª Elisa</i>	35,7	<i>Ligações Perigosas</i>	0						
	<i>Conversa Afurada</i>	10								
	<i>Você é Excepcional</i>	0								
	<i>Raios e Coriscos</i>	2,3								
SIC	<i>Terça à Noite</i>	21	<i>Crossfire</i>	48,4	<i>Esta Semana</i>	11,6			<i>Hora Extra</i>	2,7
	<i>Conta Corrente</i>	38,4	<i>Esta Semana</i>	30	<i>Conversas Secretas</i>	4,7			<i>Bombástico</i>	0
	<i>Conversas Curtas</i>	10,5							<i>Escândalos Boatos</i>	0
	<i>Sexo Forte</i>	0							<i>Crime não Compensa</i>	0
	<i>Segredos</i>	12,5								
TVI	<i>Referendo</i>	17	<i>Grande Plano</i>	48					<i>Eu Confesso</i>	2
	<i>Frontal</i>	26,6	<i>Sem Reservas</i>	35						
	<i>Artur Albarran</i>	25	<i>Carlos Cruz</i>	46,1						
	<i>Olhares</i>	0								
	<i>Caixa de Perguntas</i>	11,1								

Entre 1993 e 2005, a informação semanal dos canais generalistas promoveu uma discussão política que incluiu sobretudo as elites políticas, as mais bem treinadas na arte de colocar o poder em cena, as mais capazes para representar uma dramaturgia democrática, as mais habituadas a conciliar um discurso persuasivo com as exigências mediáticas. Nos debates e nas grandes-entrevistas, privilegiou-se quem ocupava cargos de relevo em instituições com uma

certa centralidade política (Presidente da República, Governo, Parlamento, direcções de partidos com assento parlamentar e a autarquia da capital), funcionando as emissões como momentos de legitimação do poder instituído, mesmo quando os formatos potenciavam o conflito entre os convidados. O interesse de quem promovia e participava nesses programas era mútuo. Se numa sociedade democrática quem detém o poder político vê nos programas informativos o seu principal palco de exposição e, conseqüentemente, de rentabilização de popularidade, quem conduz tais emissões encontra nesse grupo aquilo a que Pierre Bourdieu chama “poder simbólico”, que atrai alguma audiência (variável ao longo do tempo) e a garantia de que as respostas nunca serão monossilábicas, mas dadas num registo algo empolgado no qual se misturam razão e emoção. Estamos aqui ao nível de um “saber-opinião” cuja verdade não é exterior ao sujeito empírico, mas intrínseca a quem fala e representativa de um sujeito colectivo, o que acentua (mais) uma selecção personalizada orientada por critérios de notoriedade. Num livro em que fala das entrevistas que conduz na RTP1, a jornalista Judite de Sousa interroga-se se “os políticos estão reféns dos *media*” para afirmar o seguinte: “A observação e a experiência dizem-me que sim. A necessidade que os políticos têm de aparecer na TV alterou a natureza do capital necessário para terem êxito na política” (2002: 16). De facto, a teatralidade intrínseca à acção política e presente em qualquer diálogo acentua-se à medida que os *media*, nomeadamente a televisão, ocupam o centro da vida política.

Se a entrada nos *plateaux* televisivos privilegia aqueles que já conquistaram *inter pares* alguma importância política, a visibilidade mediática que a televisão proporciona revela-se um meio estruturante da identidade pública desses actores políticos. Se quem fala na TV são as elites, elas perpetuam-se no poder de acordo com a capacidade de circulação no espaço público televisivo. “Quem não aparece nos *media* não existe para a realidade política e quem aparece esporadicamente e com uma imagem disfuncional será um elemento marginal”, escreve Sanchez Noriega (1997: 244), que reconhece igualmente que “hoje seria improvável que alguns líderes de épocas pré-mediáticas tivessem existido” (1997: 254)<sup>20</sup>. Concisão naquilo que se diz e expressividade na forma como se diz são actualmente traços exigidos ao discurso de qualquer político convidado a participar numa entrevista/debate televisivos, porque também interessa fixar os telespectadores à emissão. A isto junta-se o capital de notoriedade que cada um apresenta como condição mínima de acesso aos *plateaux* televisivos políticos. Nesta conjuntura, o grupo dos seleccionáveis não será muito extenso,

<sup>20</sup> Numa investigação que fez sobre os debates políticos promovidos na RTP, Nilza Moutinho (2002: 105-6) lembra o debate que ocorreu, a 6 de Novembro de 1975, entre Álvaro Cunhal e Mário Soares. No programa *Responder ao País*, os dois líderes debateram durante cerca de três horas e meia, havendo apenas um intervalo. Cunhal falou 1h38m e Soares 1h40m. Nos anos 90, nenhum programa televisivo se atreveria a repetir o formato dessa emissão.

sendo comum a presença dos mesmos políticos em diferentes programas ou no mesmo para falar de assuntos diversos.

Em resumo: quem é incapaz de adaptar o seu discurso aos códigos televisivos (construir uma palavra pública mediada) não pode falar em televisão; quem é desconhecido da opinião pública está também excluído, a menos que protagonize um acontecimento com grande amplitude; quem não pertence a instituições centrais onde se exerce o poder político tem também poucas hipóteses de ser convidado de um programa de informação semanal. Foi isso que aconteceu entre 1993 e 2005. Consequentemente, construiu-se, no espaço televisivo, uma enorme espiral de silêncio que se foi avolumando ao longo dos anos. Lembremos, por exemplo, o subgrupo dos autarcas que, nesse tempo, raramente participou nesses géneros de programas e, quando isso aconteceu, foi em ano de eleições autárquicas ou porque os respectivos municípios protagonizavam acontecimentos integrados na actualidade noticiosa. A excepção foi o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que ocupou um lugar de centralidade, integrando-se, pois, no padrão de selecção seguido nos canais de TV.

## 2.2 A era dos “engenheiros do social”

Aplicado à televisão, o contrato/promessa de explicação (Lochard e Soulages, 1998: 120-132) encontra nas entrevistas e nos debates géneros propícios à sua concretização. Pelo tempo mais alargado de que dispõem na grelha; pela temática mais ampla que dá o mote a cada emissão; pela gestão mais distendida da palavra mediatizada; pela diversidade de interlocutores (no caso do debate) e, acima de tudo, por os fins visados serem a problematização e a compreensão daquilo que é alvo de destaque. Para tal, é necessário que esses espaços apresentem premissas contextuais que situem aqueles que ouvem naquilo de que se fala, ou seja, que se constituam como momentos de explicação. Será, talvez, útil lembrar que o verbo *explicar* se poderá decompor em *ex + plicare*, que quer dizer eliminar as pregas, exhibir as partes escondidas. Estamos ao nível de um discurso racional que exige conhecimentos específicos no âmbito do assunto que se pretende compreender. Isso remete para um certo perfil de convidados: os especialistas. Neste trabalho, agrupamos nas seguintes profissões: investigadores, médicos, juristas, economistas, professores e militares. Subalternizados em programas de grande-entrevista, estes interlocutores nem sempre integraram os *plateaux* dos debates televisivos e, quando isso aconteceu, os jornalistas valorizaram dois grupos: os académicos e os médicos.

Em 1993, a percentagem de especialistas nos programas de informação semanal dos canais generalistas foi moderada. *Referendo* (TVI) foi o debate que integrou o maior número de convidados com esse perfil e aí os médicos tiveram mais visibilidade. *Terça à Noite* (SIC) também valorizou os especialistas, nomeadamente os juristas. Os debates da RTP1 preferiram os políticos. No primeiro semestre de 1996, os especialistas tiveram uma presença residual nos três canais generalistas, mas, a partir de Maio, começaram a ganhar uma progressiva importância com *Maria Elisa* (RTP) e com *Esta Semana* (SIC). Maria Elisa deu particular destaque aos médicos e aos académicos; Margarida Marante preferiu os juristas. Passados dois anos, estes dois debates encontraram nos médicos os seus principais interlocutores, seguidos pelos académicos na RTP1 e pelos juristas na SIC. Na era dos novos *reality shows* (pós-*Big Brother*), os programas de informação semanal perderam espaço nas grelhas nocturnas e aqueles que resistiram não privilegiaram os especialistas. Em 2003, o canal generalista público deu prioridade aos políticos e, de quando em vez, chamou para debate os académicos; na SIC o único debate em horário nocturno, *Hora Extra*, excluiu do seu *plateau* o discurso político, destacando o dos especialistas, nomeadamente o dos médicos. Em traços gerais, a presença dos especialistas nos programas informativos passou por substanciais oscilações, mas esses interlocutores tiveram prioridade quando integrados numa destas duas classes: académicos e médicos. Dentro de cada uma delas, houve áreas mais solicitadas do que outras.

Entre 1993 e 2003, os historiadores e os sociólogos foram os investigadores mais requisitados, entre os académicos, para participarem nos debates dos canais generalistas. Os jornalistas procuraram-nos para os mais diversos assuntos. O mesmo historiador pode falar de diferentes acontecimentos passados e o mesmo sociólogo pode ser interpelado sobre tópicos distintos da sociedade actual. Por exemplo, o historiador Fernando Rosas participou no debate *De Caras* (RTP1), quando se assinalaram “os 25 anos de tomada de posse do Governo de Marcello Caetano” (28/9/1993); foi um dos convidados de *Sem Reservas* (TVI) para analisar “o branqueamento do ouro judeu pelos nazis durante a II Guerra Mundial” (8/11/1996) e integrou o conjunto de convidados de *Maria Elisa* quando o tema foi a Monarquia (19/2/1998). O sociólogo Boaventura Sousa Santos também foi solicitado para enquadrar diferentes assuntos. Por exemplo, *Terça à Noite* perguntou-lhe se “Portugal tem aproveitado bem os fundos europeus” (29/6/1993), *Maria Elisa* confrontou-o com “a reforma do sistema de Segurança Social”<sup>21</sup> (19/3/1998) e *Prós e Contras* quis saber se “existe uma crise de valores na sociedade contemporânea” (10/2/2003). A análise social que os sociólogos ensaiavam nos *plateaux*

<sup>21</sup> Este convite justificou-se pelo facto de este sociólogo integrar uma comissão responsável pela elaboração de um “Livro Branco”.

televisivos tornou-se mais comum a partir do segundo semestre de 1996, sendo feita à volta de temáticas díspares.

Em número substancialmente mais reduzido, os investigadores ligados às Ciências Naturais e da Saúde foram, em alguns períodos, colocados em evidência nos debates televisivos. Em 1993, *Marcha do Tempo* dedicou a segunda emissão do ano à “ciência e conhecimento científico” (9/2) e encheu o estúdio de cientistas. Dias depois, a apresentadora Maria Elisa reconhecia que os temas do seu programa seriam, de certa forma, “elitistas” (*TV Mais*, 1 de Fevereiro de 1993). No entanto, a jornalista cedo abandonaria essa pretensão, encaminhando-se para aquilo que, na altura, era o comum: as temáticas políticas. Essa tendência subtraiu as (poucas) oportunidades que os investigadores tinham para aceder à palavra mediática. Em 1996, esta área foi apenas representada por uma docente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa que participou no debate *Maria Elisa* dedicado à cosmética (27/6). Em 1998, as Ciências Naturais e da Saúde conquistaram maior espaço nos debates televisivos da RTP1 e da SIC, mas, nos anos seguintes, apagar-se-ão dos ecrãs informativos. Mais do que qualquer outra, esta área do saber foi representada, sobretudo, por dois cientistas: Alexandre Quintanilha e Clara Pinto Correia. A eles, solicitou-se uma opinião sobre assuntos científicos, mas também sobre temáticas que extravasavam o seu campo de pesquisa<sup>22</sup>.

Quadro 43: Áreas do saber presentes nos debates/grandes-entrevistas<sup>23</sup>

Áreas de saber	1993	1996	1998	2001	2003	Total
Ciências Sociais/Políticas	13	14	16	2	7	52
Ciências Naturais e da Saúde	8	1	10	2	3	24
Economia	5	2	-	-	5	12
Humanidades	1	1	4	1	2	9
Ciências Religiosas	6	-	-	-	-	6
Ciências Jurídicas	2	-	-	1	2	5
Ciências da Educação	2	2				4
Arquitectura	1	1	1	-	-	3

<sup>22</sup> Nestes anos, Quintanilha foi um dos convidados de *Marcha do Tempo* (RTP1) quando se discutiu “ciência e conhecimento científico” (9/2/1993); esteve em *Conversas Curtas* (SIC) para explicar um programa de doutoramento (17/10/1993); participou duas vezes em *Maria Elisa* para problematizar “quando começa a vida” (29/1/1998) e para falar da droga (4/6/1998); e esteve em *O Rosto de Notícia*, quando se destacou “a qualidade e segurança alimentar” (6/5/2001). A investigadora Pinto Correia também participou na emissão de *Marcha do Tempo* sobre “ciência e conhecimento científico”; foi uma das convidadas de *Terça à Noite*, onde se debateu “a manipulação genética” (16/11/1993); participou no *talk show* da RTP1 *Ligações Perigosas* para responder à pergunta se “os homens se querem bonitos” (21/5/1996); e integrou ainda o painel de *Prós e Contras* para se pronunciar sobre “o legado de João Paulo II”, quando se assinalavam os 25 anos do seu pontificado (6/10/2003).

<sup>23</sup> Estas categorias não se alterariam se aí introduzíssemos dados relativos aos *talk shows*.

Se aplicarmos à informação televisiva as teses de Anthony Giddens para quem “o *self*, tal como os contextos institucionais mais vastos nos quais ele existe, tem de ser construído reflexivamente” (1994: 2), os *plateaux* dos debates, se se propuserem construir com o telespectador um “contrato/promessa de explicação”, terão de ceder um lugar privilegiado aos especialistas. Por ser um tipo de interlocutor que institucionaliza a realidade de determinado ângulo, esse grupo deveria apresentar no seu interior uma certa diversidade a fim de religar aquilo que se discute a um vasto número de campos com os quais determinado tema terá ressonâncias. O *mapa* – para retomarmos a metáfora do conto de Borges – tem um poder ilimitado de reprodução, capaz mesmo de se sobrepor ao território e impedir uma visão aproximada dele. Daí a vantagem de munir as audiências com *mapas* construídos por discursos claros, expressivos, concisos e pertinentes. Se nestes anos os programas de informação semanal dos canais generalistas encontraram nos académicos especialistas privilegiados, nem por isso lhes cederam um espaço assinalável. É certo que os cientistas sociais foram, nesse grupo, os mais solicitados, e isso aconteceu sobretudo porque estávamos perante uma área do saber com vastos ramos e com a particularidade de cada um ter ressonâncias na vida de todos os dias. Hábitos sexuais dos portugueses, racismo, crenças e religião, divórcio, valores da sociedade contemporânea foram alguns dos temas de debates em que se integraram sociólogos. Os académicos de outras áreas tiveram o seu acesso mais restrito, porque houve menos emissões que se detiveram em assuntos do seu campo disciplinar. De facto, a hiper-especialização que resulta da qualificação e da valorização dos actores sociais desemboca numa hiper-redução dos domínios de interesse de certos profissionais convidados. Mais ou menos presentes nos debates, cada um dos saberes teve sempre um interlocutor que foi o mais solicitado de todos, constituindo-se como uma espécie de “guru mediático”. Podia não ser alguém com o grau académico mais elevado, mas, desde que alcançasse a segunda multiplicação nos *plateaux* de TV, as seguintes estariam asseguradas.

Os médicos constituem o segundo grupo mais representativo dentro dos especialistas, mas, neste período, a sua presença nos *plateaux* televisivos teve oscilações acentuadas, tributárias das tendências temáticas por que passou a informação semanal dos canais generalistas. Em 1993, a classe médica raramente integrou debates televisivos e, quando isso aconteceu, foi para discutir tópicos amplamente mediatizados (a saúde que temos, a negligência médica...). Nesse período, os principais programas televisivos de informação semanal destacaram, em diferentes ocasiões, o tema da droga que debateram com as mesmas personalidades. Na SIC, *Terça à Noite* iniciou o debate a 16 de Fevereiro com o psiquiatra Alfredo Frade e Jacinto Meca, da Direcção de Prevenção e Combate ao Tráfico de Drogas da PJ. A 27 de Maio, a TVI retomava o assunto no *Referendo*, convidando, entre outros, o psiquiatra Luís Patrício e

o adjunto do ministro da Justiça, Borges Soeiro. Os participantes de ambas as emissões integrariam o painel do *De Caras* que, a 26 de Outubro, repetiu essa discussão. Em 1996, os debates dos canais privados ignoraram a classe médica. Em contrapartida, *Maria Elisa* reservou uma parte importante do estúdio da RTP1 para os profissionais da saúde, principalmente os psiquiatras, chamados para tópicos tão diferentes como “casamento ou união livre” (2/5), “alcooolismo” (20/6), “a importância do pai para uma criança aquando da separação do casal” (11/7) ou “mães solteiras” (26/11). Mas *Maria Elisa* também integrou nas suas discussões outras áreas médicas: a Endocrinologia, quando se falou de “obesidade e dietas” (9/5); a Dermatologia, quando se destacou a “cosmética” (27/6); a Neurologia, quando se debateu a “velhice” (25/7); ou a Neurocirurgia, quando se analisou a “dor” (10/12). Esta tendência acentuar-se-á nos anos seguintes. Em 1998, *Maria Elisa* tomou os médicos como seus principais convidados, alargando as áreas médicas, embora a Psiquiatria continuasse a ser a especialidade privilegiada. Nesse período, *Esta Semana* (SIC), que nos primeiros tempos insistira nos juristas, cedeu a sua prioridade aos médicos, principalmente aos psiquiatras, deixando a mediação profissional de ser jurídica para passar a ser terapêutica. Na era do *Big Brother*, a diminuição dos programas de informação televisiva atenuou a presença dos médicos nos *plateaux* televisivos, os quais, em 2003, conseguiram alguma visibilidade graças a *Hora Extra*, o debate da SIC que preferia temas sociais a tópicos políticos. Ao contrário daquilo que acontecia na RTP1.

Entre 1993 e 2003, a classe médica teve acesso aos debates, ganhando maior visibilidade em circunstâncias particulares. Sempre que os temas se centraram no quotidiano, os jornalistas rodearam-se de especialistas que forneciam explicações terapêuticas e facilmente entendidas pelo cidadão comum. Daí que as especialidades mais técnicas (por exemplo, a Medicina Cardiorácica) tenham sido excluídas e as que apresentam ampla ressonância no quotidiano (como a Psiquiatria) tenham sido valorizadas. No segundo quinquénio dos anos 90, a atenção dada ao corpo, à sexualidade e às questões de género fez emergir profissionais que não encontramos nos primeiros anos de coabitação entre os sectores público e privado de TV, como os dermatologistas e os urologistas. Significa isso que o acesso aos *plateaux* está condicionado pela emergência de certas temáticas que, a certa altura, integram os valores da sociedade contemporânea. Também a insistência de determinado programa num grupo de profissionais acabou por contaminar os formatos concorrentes das outras estações. Em 1996, a jornalista *Maria Elisa* insistiu particularmente em tornar os médicos numa presença constante nos seus debates. Na SIC, à mesma hora, a jornalista Margarida Marante preferia um outro perfil de especialistas: os juristas. Em 1998, a classe médica foi a mais representativa nos debates da RTP1 e da SIC. Também em Agosto desse ano, se estreava, na SIC, um programa centrado no campo da saúde: *Ficheiros Clínicos*. Colocado em

horário nobre, este formato, coordenado e apresentado por Cláudia Borges, traria a estúdio especialidades excluídas dos debates televisivos em horário noturno. Por exemplo, os dentistas e os ortopedistas. No entanto, nesta década, foram os psiquiatras os mais solicitados pelos jornalistas. Porque seriam os mais capazes de unir o corpo e a mente. Também os psicólogos se revelaram uma franja profissional valorizada nos debates dos canais generalistas. Tal como invadiram o corpo social, os processos psicológicos também foram penetrando nos estúdios televisivos, contribuindo para a emergência daquilo a que Dominique Mehl chama “televisão relacional” (1992: 116) que, na sua perspectiva, arrasta consigo “o primado da câmara-espelho”.

Tendo sido o segundo grupo de especialistas com mais representatividade nos programas de informação televisiva, os médicos não foram uma classe televisivamente privilegiada. Porquê? Porque a TV não valorizou temas ligados à Medicina e os jornalistas, quando discutiam a saúde/doença, davam frequentemente prioridade a outros grupos, nomeadamente aos políticos que desviavam a conversa para a política da saúde e ao cidadão comum que relatava casos pessoais. Sublinhe-se igualmente a tendência para integrar os mesmos profissionais no debate de diferentes tópicos, resultando daí uma certa neutralização da diversidade que os números testemunham.

**Quadro 44: Áreas médicas presentes nos debates, entrevistas<sup>24</sup>**

Áreas médicas	1993	1996	1998	2001	2003	Total
Psiquiatria	5	7	20	1	12	45
Cirurgia Geral	5	3	-	-	1	9
Endocrinologia	-	2	4	-	2	8
Pediatria	-	2	2	-	2	6
Cirurgia Plástica	-	1	1	-	3	5
Veterinária	-	-	4	1	-	5
AMI	-	-	3	-	-	3
Neurocirurgia	-	1	1	-	1	3
Urologia	-	-	3	-	-	3
Cardiologia	-	-	1	-	2	3
Transplantes	-	-	-	-	3	3

Percorrendo os interlocutores que participaram nos debates televisivos, evidencia-se a importância atribuída ao exercício profissional, o que, à partida, transforma os não-profissionais (os que ainda/já não trabalham) em categorias menosprezadas. Este critério de discriminação dos jornalistas faz com que haja uma selecção que impõe o primado da economia sobre o social. De entre os

<sup>24</sup> As categorias deste quadro não se alterariam, se aí introduzíssemos dados relativos aos *talk shows*.

profissionais, os canais generalistas chamaram para os seus debates prioritariamente os académicos, os médicos, os psicólogos, os jornalistas e os juristas, ou seja, profissionais cujo trabalho não é a produção de um bem, mas de uma relação social e humana, o que lhes possibilitava a expatriação da respectiva opinião para assuntos que não os envolviam directamente. Um sociólogo está autorizado a uma extensão da sua competência a que um biólogo, por exemplo, não está. Significa isso que aquilo que não pertence ao mundo dos serviços e da informação tem uma legitimidade minorada no mundo das ideias que a televisão discute. Por aqui também se explica a ausência de engenheiros, técnicos, agricultores ou comerciantes dos debates televisivos. Este é um quadro que Sébastien Rouquette também encontrou, ao estudar meio século de debates televisivos nos canais franceses de televisão. A esses grupos profissionais que se ocupam da dimensão humana e que são valorizados pelos jornalistas franceses, o investigador francês chama “engenheiros do social” (2001: 171). Na sua perspectiva, é deles o espaço social televisivo, são eles que se reapropriam dos problemas colectivos que circulam no espaço público contemporâneo. No seu conjunto, afirma Rouquette (2001: 213-4), “a força dos engenheiros do social é de existir fora dos seus problemas profissionais, fora dos escândalos que envolvem a sua corporação, das dolorosas reformas jurídicas ou das duras greves. A sua força”, conclui, “é passar como indispensáveis aos olhos dos jornalistas”. Estes profissionais também ajudam a fazer emergir aquilo a que Dominique Mehl chama “TV relacional”, por vezes até “intimista”, à força de tanto reflectir movimentos do corpo social que se deslocam para a intimidade (1996: 20). Segundo esta socióloga (1992: 116), nos anos 90 a televisão “torna-se um agente de irrupção da esfera privada na esfera pública”. Quem poderia explicar esse movimento? Quem trabalha essencialmente com o humano. Percebe-se, pois, que, entre os académicos, sejam os sociólogos os mais solicitados e, de entre as especialidades médicas, a Psiquiatria adquira maior visibilidade.

### **2.3 A desvalorização do “discurso profano”**

Nos anos aqui em estudo, o cidadão comum esteve excluído das grandes-entrevistas, teve pouca oportunidade de intervir nos debates, conquistou alguma visibilidade nos *talk shows*, particularmente em emissões onde os convidados representavam o papel de vítimas. Nestes anos, os diferentes directores dos canais de TV insistiram em defender reiteradamente os telespectadores (os seus gostos, os seus interesses, as suas necessidades), mas o público não foi uma parte activa ao nível da informação semanal. Por vezes, procurou-se incorporá-lo nas emissões através de telefonemas, televoto, cartas, SMS, mas esses

diferentes meios de acesso, para além de controlados pelos responsáveis dos programas, apenas permitiam uma participação marginal e, não raras vezes, pouco representativa da população portuguesa.

Nos primeiros anos de coabitação dos sectores público e privado de televisão, o cidadão comum nunca teve acesso aos programas de grande-entrevista. Numa fase inicial, a sua presença também foi excluída dos debates televisivos, dominados, na altura, pela política nacional, cuja discussão se circunscrevia aos políticos (em maioria) e aos especialistas (em minoria). Nesse contexto, era apenas no *talk show* que as pessoas anónimas exerciam o direito à palavra (televisiva). Vocacionado para discursos empáticos com as audiências, este género televisivo prescinde de uma *ratio cognoscendi* a favor de uma *ratio existendi*, retomando aqui uma distinção que Michel Maffesoli usa para enfatizar os conhecimentos que resultam da experiência do vivido (2003: 142-3). Nessas emissões, não importa aquilo que os convidados sabem acerca deste ou daquele tema, pois o que interessa são as suas experiências pessoais, relatadas de forma emotiva. Foi para uma compreensão dos processos sociais, construída a partir das emoções de sujeitos anónimos, que se orientaram programas como *Você é Excepcional* (RTP1) ou *Sexo Forte* (SIC). Lembrando os trabalhos de William James e citando Anthony Giddens, Barbelet (2001: 247) sublinha a possibilidade de “as pessoas se conhecerem a si próprias através da apreensão emocional das suas necessidades e aspirações”. Aceitando esse ponto de vista, não podemos minimizar o papel dos *talk shows* e, consequentemente, o lugar que aí ocupa a palavra emotiva do cidadão comum, na qual os telespectadores podem reflectir-se. Tal como os espaços público e privado fazem permanentes aproximações um ao outro, também as fronteiras entre actor e espectador vão sendo esbatidas na ágora electrónica através deste género de programação.

Com a emergência dos assuntos sociais nos debates televisivos, acelera-se o recuo da política em proveito de tópicos de proximidade e de implicação do cidadão comum que toma a palavra através daquilo que Dominique Mehl (1992) caracteriza como “fala profana”, ou seja, um tipo de intervenção, até aí, estranha a esse género televisivo. Aos poucos, essas participações vão conquistando mais espaço nos programas de informação semanal dos canais generalistas portugueses, tornando a presença dos políticos nos *plateaux* menos hegemónica, particularmente na RTP1. O formato *Maria Elisa* – que se estreou em Maio de 1996 na RTP1 e aí se manteve até 2000 – integrou sempre pessoas desconhecidas nas discussões que promoveu através de testemunhos que manifestavam um laço existencial com o tema em destaque. A 9 de Maio de 1996, “obesidade e dietas” deu o mote a uma emissão que abriu com o depoimento de Raquel Morato que falou das dietas que fazia. Os exemplos que o cidadão comum foi multiplicando pelo palco do debate de *Maria Elisa* desempenharam várias funções. Para além de estarem ali ao serviço da encação de uma certa autenticidade e de transmitirem a ideia de que cada um

será o melhor especialista da sua vida, esses testemunhos fazem com que, no espaço informativo, a representação social deixe de ser monopólio das elites. Tal como escreve Patrick Charaudeau (2000: 86), a integração da palavra do vivido ao lado do discurso do saber dessacraliza o espaço público outrora reservado às elites e ressacraliza um novo espaço, o do “mistério social” e do porquê da desordem social na qual se move o *homo anonymus*. Se o político e os especialistas constroem no espaço televisivo um discurso impessoal, as pessoas anónimas relatam situações intrínsecas à sua vida, mas que podem estar ao serviço da compreensão de problemáticas mais vastas. Seguindo o modelo da conversação, esse discurso comum pode integrar-se naquilo a que Dominique Mehl (1992: 16-41) chama televisão “relacional”, centrada no registo da convivialidade onde o canal “é encarado como um meio de criar relação”, podendo também estar ao serviço de uma promessa de explicação/problematização da realidade social, como nos lembram, por exemplo, as investigações de Noël Nel (1990) ou de Lochard e Soulages (1998). Essa mistura de intenções comunicativas é, aliás, um dos traços estruturais da “neotelevisão”.

Os debates dos canais privados tiveram dificuldades em integrar o discurso do cidadão comum. Em 1996, a TVI excluiu-o desse género televisivo; na SIC Margarida Marante fez cedências pontuais. Por exemplo, quando discutiu a toxicod dependência e seus possíveis tratamentos (15/10), trouxe a estúdio o pai de um toxicod dependente e uma ex-toxicod dependente. Nos anos seguintes, este quadro repetir-se-ia. Na RTP1, o debate *Maria Elisa* foi insistindo em inserir a palavra do cidadão ordinário no debate público televisivo, requisitada como força de apoio ao discurso dos especialistas. Tratou-se de um caso isolado. Esta linha seguida pelos debates televisivos retira à “neotelevisão” um traço que alguns investigadores encaram como estruturante desta fase: a consagração da palavra profana. Dominique Mehl (*in* Bourdon, 1998: 206) defende que, no dispositivo televisivo contemporâneo, “a palavra do testemunho é preponderante em relação à palavra dos especialistas”, ou seja, o “discurso da experiência suplanta o discurso dos saberes”. Não foi esse o caso da informação semanal dos canais generalistas portugueses até ao final do século XX. Tendo em conta a composição dos *plateaux* das entrevistas e dos debates da RTP1, da SIC e da TVI, estaríamos mais próximos de um modelo que a investigadora francesa (1998: 207) identifica com a “paleotelevisão” onde a palavra ordinária não vale por si, sendo apenas requisitada a título de exemplo, enquanto na “neotelevisão” se dá uma inflexão da palavra profana que passa a satisfazer-se a si própria, integrando-se na ordem não da “aprendizagem, mas na da sugestão” que visa, acima de tudo, cultivar uma relação de convívio com as audiências. François Jost (2001: 60) também sublinha a preferência que os jornalistas dos finais do século XX manifestam em relação à palavra do indivíduo anónimo. Na sua perspectiva, “o modelo da verdade científica assente no geral e no abstracto apagou-se atrás do modelo da autenticidade ligado ao relato da

experiencia vivida”. Em Portugal, os programas de informação não operaram essa neutralização. Significa isto que se menosprezou o cidadão comum? De modo algum. Apenas se procuraram outras estratégias de aproximação, a principal das quais foi transmitir a ideia de que as discussões que ocorriam nos *plateaux* se cruzavam com a vida de todos os dias dos portugueses. Em 2003, no primeiro programa de *Hora Extra* que elegeu como tema “a vivuез” (8/1), Conceição Lino, no *pivot* inicial, preocupou-se em sublinhar que a emissão procurava reflectir uma franja substancial da população:

A esta hora, em muitas casas portuguesas, há gente sozinha. Se é o seu caso, esta ‘Hora Extra’ é especialmente para si. Entre aqueles que têm que enfrentar a solidão, encontram-se, sobretudo, mulheres e, entre elas, as viúvas. No último ‘Census’ realizado em 2001, as estatísticas revelaram que há quase 560 000 mulheres viúvas. Mais de meio milhão, que contrasta consideravelmente com o número de homens viúvos: 122 277.

Outra estratégia para integrar o cidadão comum no dispositivo dos debates televisivos foi a de reclamar a sua opinião a distância, convertendo o público num participante activo do jogo comunicativo. Telefonemas através dos quais se poderia interrogar os convidados<sup>25</sup>, sondagens realizadas por universidades<sup>26</sup>, televoto feito em chamadas de valor acrescentado<sup>27</sup>, assistência com direito a voto<sup>28</sup> ou a formular algumas questões<sup>29</sup>, cartas através das quais se davam sugestões

<sup>25</sup> Na terceira parte do debate *Maria Elisa*, (RTP, 1996-2000), abria-se o programa à participação do público que intervinha através de chamadas telefónicas. Os *Donos da Bola* (SIC, 1993-1999) também ofereciam essa possibilidade.

<sup>26</sup> *Referendo* (TVI, 1993) apresentava uma sondagem feita pela Universidade Católica a propósito do tema em debate. Na segunda série de *Prós e Contras* (RTP1) que começou em Outubro de 2003, a possibilidade de os telespectadores responderem por telefone à pergunta colocada no início da emissão foi substituída por uma sondagem feita pela Universidade Católica cujos resultados eram publicados no jornal *Público*, ao lado de um trabalho jornalístico que enquadrava o tema em destaque. Esta auscultação da opinião pública, apesar de impedir a audiência de ter uma participação efectiva no programa, possibilitava um maior conhecimento daquilo que pensavam os portugueses acerca do assunto a tratar.

<sup>27</sup> *Terça à Noite* (SIC, 1993) foi pioneiro na introdução em Portugal do sistema de participação dos telespectadores através da votação sobre temas em debate. Sousa Tavares lembra que não se tratava de uma sondagem, mas simplesmente de uma votação de quem se pretendia apoiar/contestar os argumentos das partes intervenientes no programa. Segundo António Barreto, era uma “espécie de telefonema militante”. Pacheco Pereira admitia que isso pudesse ter uma certa influência quer no debate, quer na opinião pública, considerando que “a discussão feita dos próprios resultados da consulta telefónica acaba por valorizar a emissão” (*TV 7 Dias*, n.º 342, Outubro de 1993). O programa dava também a possibilidade de a assistência, constituída por cerca de 30 pessoas seleccionadas por uma agência de *casting*, votar numa das duas posições em debate. *Eu Confesso* (TVI, 2003) tinha uma votação por telefone.

<sup>28</sup> Em *Artur Albarra* (TVI, 1993), o *plateau* integrava um painel de 50 pessoas representativo da opinião pública nacional – cuja selecção cabia a uma empresa especializada em estudos de opinião – que aferia de forma constante e sistemática a prestação do convidado central, do apresentador e dos restantes intervenientes na discussão.

<sup>29</sup> *De Caras* (RTP1, 1993) dava à assistência a possibilidade de se pronunciar sobre determinado tema ou lançar perguntas. *Debate da Nação* (RTP1, 2003) também adoptava inicialmente a mesma estratégia.

ou avançavam críticas a determinadas questões da actualidade<sup>30</sup>: eis algumas formas de converter o olho passivo dos telespectadores num actor integrado nas margens de uma emissão cujo desenvolvimento permanecia longe das suas decisões. No entanto, os programas de informação insistiram sempre em solicitar essa participação das audiências, pois seria essa uma forma de as tornar “activas” e de neutralizar uma escuta desligada. Segundo Sébastien Rouquette (2002: 41), “incitar a dar a sua opinião é incitar a tomar o debate como um problema que têm de resolver”. Convém acrescentar que essa participação à distância não equivale ao direito à palavra que os convidados dispõem nos *plateaux* dos debates televisivos. Refira-se ainda que esse tipo de integração apenas se deu ao nível dos debates, tendo sido completamente excluída das grandes-entrevistas.

No período pós-*Big Brother*, enquanto a TV pública regressava às discussões políticas feitas com as elites do poder (político, social, cultural e económico), os canais privados ensaiaram formatos que colocavam em primeiro plano histórias de vida de anónimos, confrontados com crises de vária ordem das quais não conseguiam sair através dos seus recursos e esforços. Num livro sobre as “outras notícias”, John Langer (2002: 111) lembra que esses indivíduos, sendo personagens de um drama, representam sempre o papel de vítimas. Que aparecem no espaço público televisivo relatando situações que extravasavam o seu espaço privado, poder-se-ia acrescentar, se tivermos em conta o conjunto de programas que a SIC e a TVI estrearam em Janeiro de 2003: *Eu Confesso* (TVI), *Bombástico* (SIC), *O Crime Não Compensa e Escândalos e Boatos*. Ultrapassando normas que o campo jornalístico considera distintivas – o respeito pelo princípio do contraditório, uma postura isenta do apresentador, um registo equilibrado das intervenções dos convidados –, essas emissões ocuparam um terreno ambíguo entre a informação (que não prestavam) e o entretenimento (que não era explícito, por se tratar de histórias reais e sofridas de pessoas concretas). Tal como acontecia com as “novelas da vida real”. Entre esses programas, não havia muitas diferenças. Os convidados não orientavam os seus depoimentos para a verdade, mas para uma autenticidade que se pretendia que comovesse aqueles que assistiam ao espectáculo da palavra exposta com dramatismo. Os temas, embora pudessem ser integrados no espaço público, eram atravessados por vivências privadas apresentadas por um discurso emotivo ao serviço do espectáculo da palavra através do qual se exibia um lado humano degradante: crimes, escândalos sexuais, negócios de pornografia, etc. Ser célebre, neste contexto, significava não ter direito a uma vida privada. Nesse tipo de programas, a (quase) totalidade dos convidados não assumia a sua identidade profissional, apresentando-se como cidadãos anónimos, às vezes escondidos atrás de um nome falso ou de uma máscara.

<sup>30</sup> *Conversas Curtas* (SIC, 1993) reservava na recta final da emissão algum tempo para a leitura da correspondência do público a quem o apresentador semanalmente incentivava a escrever-lhe.

Quadro 45: Os políticos, os especialistas e o cidadão comum nos programas de informação semanal (resultados apresentados em percentagem)

Ano	RTP	Políticos	Especialistas	Cidadão Comum	SIC	Políticos	Especialistas	Cidadão Comum	TVI	Políticos	Especialistas	Cid. Com.
1993	Debates	36,4	25,9	1,7	Debates	23,3	29,1	2,1	Debates	22,8	29,3	0
	Entrevistas				Entrevistas				Entrevistas			
	Talk shows	4,1	30	16,4	Talk shows	6,2	14,1	10,8	Talk shows	5,5	56,3	0
1996	Debates	41,9	22,8	3,9	Debates	39,2	22,2	6,6	Debates	43	18	
	Entrevistas				Entrevistas				Entrevistas			
	Talk shows	0	12	0	Talk shows	-	-	-	Talk shows	-	-	-
1998	Debates	20,8	33,7	11,5	Debates	8,1	37	2,3	Debates	-	-	-
	Entrevistas				Entrevistas				Entrevistas			
	Talk shows	-	-	-	Talk shows	-	-	-	Talk shows	-	-	-
2001	Debates	35,4	25,2	4	Debates	-	-	-	Debates	-	-	-
	Entrevistas				Entrevistas				Entrevistas			
	Talk shows	-	-	-	Talk shows	-	-	-	Talk shows	-	-	-
2003	Debates	39,4	26,9	2,3	Debates	2,7	50	9,7	Debates	-	-	-
	Entrevistas				Entrevistas				Entrevistas			
	Talk shows	-	-	-	Talk shows	0	0	100	Talk shows	2	14,4	63,5

Da leitura do Quadro 45, conclui-se que o cidadão comum foi desvalorizado na informação semanal. Nesse período, poucos programas reclamaram a sua presença para os *plateaux* televisivos e, sempre que o fizeram, foi para o integrar em *talk shows* ou para lhe solicitar um testemunho pessoal sobre um tema que seria depois discutido com especialistas ou com actores das indústrias culturais. Quais as razões dessa permanente exclusão do cidadão anónimo? Independentemente da profissão que exerçam ou da posição socio-cultural que tenham, os actores sociais são capazes de fornecer interpretações discursivas sobre as condições da sua acção, embora essa capacidade apresente diferentes graus. O poder cognitivo intrínseco a todos os agentes, que Giddens reiteradamente sublinhou nos seus trabalhos, habilita-os a participar no espaço público e, por arrastamento, no espaço social televisivo. Mas não é assim que os jornalistas pensam. Foi sempre para a ordem do testemunho que se solicitou o cidadão comum a falar em televisão. Percebe-se, assim, a sua assinalável presença em géneros estruturados por relatos personalizados (como

os *talk shows*) e a sua ausência em géneros que exijam um discurso impessoal alargado (como a grande-entrevista). Albergando um número assinalável de convidados, os debates são géneros propícios à integração do *homo anonimus*, mas, neste período, essa entrada no espaço televisivo apenas lhe foi concedida para falar de experiências pessoais (a maior parte das vezes privadas), o que aprisionava o *cidadão standard* num espaço restrito de participação pública do qual se subtraía o direito à opinião individual. Não eram as ideias que os jornalistas procuravam junto deste tipo de interlocutores, mas, acima de tudo, vivências pessoais concretas. Sendo apenas autorizado a falar daquilo que se cruzava com o seu espaço privado, o cidadão comum nunca pôde exercer o seu direito de dizer o que pensava acerca daquilo que circulava na esfera pública. De acordo com John Langer (2002: 127), “os modos de vida, as preocupações, os sentimentos, a escala de valores dos meios populares parecem estranhos aos jornalistas em geral, e aos jornalistas que conduzem os debates em particular”. Eis uma explicação para a ausência do cidadão comum do espaço social televisivo. Não se trata, pois, de um retrato específico da TV portuguesa. Sébastien Rouquette (2001) encontrou o mesmo quadro ao estudar os debates televisivos dos canais franceses e explicou-o por aquilo que diz ser a incapacidade que os jornalistas manifestam para entrevistar o *cidadão standard*. Assim como os agricultores ou os técnicos. Outra das razões relaciona-se com a desvalorização da vida anódina que, aos olhos dos profissionais da televisão, apenas interessaria quando colocada ao serviço do espectáculo das emoções. O trabalho manual também é ignorado pelo discurso mediático, que apenas lhe dá alguma atenção em situações negativas atravessadas pelos traços do acidente ou ruptura. Tendo em conta estes dados, Rouquette (2001: 148) lança uma pergunta pertinente:

Como é que uma máquina que produz produtos culturais de massa como a TV ignora uma larga parte da população quando se trata de lhe dar a palavra? Contradição grande, na medida em que o grande público não existe, se não for enquanto público popular.

Não se tratará de uma contradição, na medida em que os canais televisivos têm os telespectadores sempre presentes em todos os momentos da programação. Se o cidadão comum não é incorporado nas grandes-entrevistas e é desvalorizado nos debates, há outras estratégias para o aproximar das emissões. Por exemplo, o cruzamento dos temas em debate com o quotidiano, as sondagens apresentadas, a disponibilização de linhas para chamadas telefónicas. Mas a verdade é que essas modalidades de participação se desenrolam nas margens de dispositivos que permitem uma ampla participação de diferentes convidados.

Se é verdade que, na primeira década de TV privada, os programas de informação semanal foram mudando (houve alterações nos formatos, na selecção das áreas temáticas e no modo de encarar a gestão da palavra), não houve a mesma

evolução nas qualidades exigidas àqueles que eram interpelados a participar nos debates/entrevistas. Ainda que se possa pensar que, nos últimos anos, os *plateaux* de informação tenham sido alvo de uma certa renovação, quem estuda este tipo de programação diz que as alterações não foram radicais. “O bilhete de entrada no espaço social televisivo é muito selectivo, mais do que se suspeita”, afirma Sébastien Rouquette (2001: 124), para quem esta arena colectiva, que a televisão também é, “nunca foi democrática”. O investigador francês reconhece que, após o aparecimento dos canais privados, “a forma e a estética dos programas mudaram visivelmente, mas o *casting* permanece insensivelmente o mesmo, quando as emissões assentam num domínio considerado primordial: o da realidade e não o lúdico” (2001: 125). No *Elogio do Grande Público*, Dominique Wolton (1994) já tinha sublinhado a impossibilidade de procurar na televisão alguma representatividade do tecido social, quando a finalidade dos programas é esclarecer a audiência sobre determinada realidade.

A preferência que os debates e as grandes-entrevistas concederam às elites políticas, aos representantes de importantes instituições e a interlocutores com profissões de prestígio poderá explicar-se através de diversos elementos: pelo facto de as emissões destacarem temas que ocupavam o topo da actualidade noticiosa e por esta ser em grande parte construída a partir das esferas do poder (sobretudo político); pela preferência pelos macrotemas que permitiam uma escolha mais ampla e, por isso, mais arbitrária de convidados; pela valorização que os jornalistas faziam das elites. Neste tempo, muitos interlocutores ocuparam os *plateaux* de programas de informação não só pela competência que o seu posicionamento institucional/profissional lhes assegurava, mas sobretudo pela notoriedade que capitalizavam. Para além de serem capazes de falar acerca do tema em destaque, muitos daqueles a quem se concedeu o direito à “palavra televisiva” apresentavam algumas destas características:

- discurso fluente e expressivo;
- possibilidade de falar em nome de terceiros;
- telegenia/ rentabilidade mediática;
- notoriedade pública ou, na ausência dela, capacidade de prender as audiências através daquilo que diziam.

Em várias entrevistas concedidas à imprensa, os apresentadores de debates, entrevistas e *talk shows* manifestaram reiteradamente atenção às características pessoais dos seus convidados que ultrapassavam a respectiva ligação com o tópico em debate. Assinale-se que foram os jornalistas com maior visibilidade mediática aqueles que mais estreitaram os canais de selecção dos respectivos convidados<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> Eis algumas afirmações que esses profissionais fizeram a este respeito:

\* “[Os convidados] têm de ser pessoas muito comunicativas, com um discurso não complicado e uma linguagem directa. Neste perfil, não cabem aquelas pessoas que falam muito, mas que, quando terminam,

Os requisitos que se exigiam àqueles que participavam em programas de debate ou de grande-entrevista excluíram, à partida, muitos grupos de pessoas. Significará isso que, dois séculos depois de se constituir como um espaço público vedado àqueles que não sabiam fazer uso da razão, actualmente essa exclusão continua a reproduzir-se num espaço que se pretende que seja do grande público, como ambiciona ser a televisão generalista? Se a extensão da razão no espaço público do século XVIII havia afastado a grande massa daqueles que se encontravam privados de competências intrínsecas a um eficaz uso da razão, a organização televisiva deste novo espaço social que os programas televisivos constroem fará o mesmo dois séculos mais tarde? Nos programas de informação, haverá cidadãos mais legítimos do que outros? Se tivermos em conta o que se passou entre 1993 e 2005 na informação semanal dos canais generalistas portugueses, a resposta a estas perguntas é afirmativa.

## 2.4 Homens públicos, mulheres privadas

Victoria Camps (1998) acredita que o século XXI será das mulheres. Poderá ser, mas na última década do século XX os principais programas de informação semanal dos canais generalistas deram sinais claros de uma forte e bem implantada reprodução social do poder masculino. Entre 1993 e 2005, os programas de grande-entrevista e de debate foram feitos essencialmente com homens que hegemonizavam os lugares cimeiros, nomeadamente com políticos que se destacavam em diferentes órgãos de poder, com detentores de importantes cargos públicos, com dirigentes das mais representativas estruturas sindicais e com interlocutores que atingiram o topo da carreira de profissões de prestígio (académicos, médicos, economistas, militares...). Por seu lado, os *talk shows*, ou seja, as emissões com uma componente acentuada de espectáculo

não se sabe o que disseram.” Maria Elisa a respeito da *Entrevista de Maria Elisa* (RTP) (TV Guia, n.º 766, Outubro de 1993).

\* “[Os convidados] são figuras conhecidas como gente que, não o sendo, merece vir a sê-lo. Desde que a sua personalidade seja interessante e resulte em TV, para além daquilo que tem para dizer. Se o programa é bom, deve-se às pessoas que lá vão. Se eu lá levasse um chato, estava bem arranjado.” Joaquim Letria a respeito de *Conversa Afada* (RTP) (TV Mais de 8 de Fevereiro de 1993).

\* “Tenho muito medo de, às vezes, parecer chata. Se os convidados não me ajudarem, posso ser. E se os convidados forem chatos, sou de certeza.” Maria Elisa a propósito de *Maria Elisa* (RTP) (*Expresso*, 15 de Novembro de 1997).

\* “[Escolho] os convidados pela oportunidade e importância que a figura pode ter, ou a sua própria actuação enquanto figura pública.” Margarida Marante a respeito de *Conta Corrente* (SIC) (TV Mais de 8 de Fevereiro de 1993).

\* “Em primeiro lugar, as pessoas não estão habituadas a discutir muitos assuntos; em segundo não há muitas pessoas em Portugal com nível para aguentarem um verdadeiro debate em TV durante hora e meia.” Sousa Tavares a respeito de *Terça à Noite* (SIC) (TV Guia, n.º 731, Fevereiro de 1993).

e com temáticas centradas no domínio do privado, preferiram as mulheres em relação às quais pouco se dizia sobre a sua identidade profissional, mas de quem se esperavam “estórias de vida” que reflectissem percursos de outras mulheres. Para além de separarem espaço público da esfera privada, as entrevistas/debates e os *talk shows* operaram uma divisão de géneros. Assim, os homens apareciam habilitados para discutir ideias e as mulheres para falar de emoções. Poder-se-á ver aí um reflexo da estrutura social: os homens dominam a esfera pública do poder e as mulheres continuam circunscritas ao domínio privado. Até certo ponto, sim, mas, em alguns casos, os canais de televisão tenderam a exacerbar o retrato de uma sociedade gerida no masculino.

Quadro 46: Percentagem de mulheres presentes nos programas de informação generalistas entre 1993 e 2003<sup>32</sup>

Ano	RTP	Mulheres %	SIC	Mulheres %	TVI	Mulheres %
1993	Debates	10,8	Debates	6,5	Debates	19
	Entrevistas		Entrevistas		Entrevistas	
	<i>Talk shows</i>	24,4	<i>Talk shows</i>	75	<i>Talk shows</i>	23
1996	Debates	20,5	Debates	3,1	Debates	19,6
	Entrevistas		Entrevistas		Entrevistas	
	<i>Talk shows</i>	52	<i>Talk shows</i>	-	<i>Talk shows</i>	-
1998	Debates	34	Debates	31,1	Debates	-
	Entrevistas		Entrevistas		Entrevistas	
	<i>Talk shows</i>	-	<i>Talk shows</i>	-	<i>Talk shows</i>	-
2001	Debates	10	Debates	-	Debates	-
	Entrevistas		Entrevistas		Entrevistas	
	<i>Talk shows</i>	-	<i>Talk shows</i>	-	<i>Talk shows</i>	-
2003	Debates	18,5	Debates	33,3	Debates	-
	Entrevistas		Entrevistas		Entrevistas	
	<i>Talk shows</i>	-	<i>Talk shows</i>	45,8	<i>Talk shows</i>	20,3

Fonte: Markttest

Comparando os três canais generalistas, não se notam assimetrias acentuadas relativamente ao desequilíbrio entre homens e mulheres, embora se registem algumas diferenças. No que diz respeito aos debates, foi a RTP1 que envolveu mais as mulheres nas discussões em estúdio, mas isso aconteceu, sobretudo, nos programas conduzidos por Maria Elisa. José Eduardo Moniz, Judite de Sousa e Fátima Campos Ferreira cederam o estúdio da estação pública preferencialmente a vozes masculinas. O maior equilíbrio entre homens e mulheres que se registou nas emissões de Maria Elisa poderá resultar

<sup>32</sup> A percentagem de mulheres é calculada em função do número total de convidados.

de uma preferência pessoal (de quem produz uma emissão). Pelo menos em 1993 e em 1996, não encontramos a mesma tendência em formatos similares exibidos na SIC e na TVI.

Também não se pode dizer que haja uma evolução diacrónica no que diz respeito à (neutralização da) hegemonia masculina nos debates e nas grandes-entrevistas. No canal generalista público, houve mais homens nos debates que ocorreram em 1993 e em 2003, períodos em que os tópicos políticos encheram a maior parte das emissões. Em 1996 e 1998, altura em que os temas sociais dominaram as discussões, evidenciou-se uma queda substancial da presença masculina nesses *plateaux*. Estes marcos temporais também se aplicam à SIC, com a excepção de 2003, ano em que o único debate em antena, *Hora Extra*, teve uma presença feminina de 33,3%. Esse programa coordenado e apresentado por Conceição Lino sempre subalternizou o debate político a favor de temáticas sociais ou ligadas à vida de certos grupos. Este quadro indicia que os homens ganhavam visibilidade mediática sempre que a televisão optava pelas discussões políticas e perdiam espaço quando os debates elegiam assuntos sociais.

Apesar de as percentagens serem muito díspares, a verdade é que as mulheres estiveram presentes em todos os programas aqui em estudo. Reflectirá a diferença quantitativa uma diferença qualitativa? Claramente.

Nos debates/entrevistas, as mulheres ganharam visibilidade mediática graças à sua notoriedade pública e por pertencerem a classes que reflectiam alguma fragilidade social ou que procuravam neutralizar desigualdades/injustiças sociais. Do primeiro grupo, saíram interlocutoras com profissões de prestígio social (políticas, professoras universitárias, juristas, economistas, jornalistas...) e que adquiriram, *inter pares*, assinalável destaque. Constituíram um grupo bastante restrito e foram presença recorrente em debates promovidos em diferentes canais. A elas, juntaram-se também mulheres que reuniam algum capital simbólico ao nível da visibilidade mediática (cantoras, actrizes, escritoras...). Umhas e outras apresentavam algum domínio dos códigos audiovisuais que permitia uma “apresentação do eu” ajustada aos imperativos do *saber falar/estar* em televisão. Do segundo grupo saíram convidadas que representavam sindicatos/associações ligados à educação ou à solidariedade social ou interlocutoras que testemunhavam estilos de vida desvalorizados socialmente (operárias, educadoras...).

Nos *talk shows*, as mulheres foram convidadas em função sobretudo da “estória” que tinham para contar. Não interessava muito a sua profissão, nem o seu estatuto sociocultural, pois o que aí se valorizava era uma determinada experiência que se relatava num registo quase sempre emocional. Foi isso que se passou, por exemplo, em *Raios e Coriscos* (RTP1), que, em 1993, trouxe a estúdio mulheres que se diziam seguidoras de diferentes cultos ou que confessavam em público alguns adultérios. Por vezes, optou-se por deslocalizar a

conversa para discursos impessoais, ainda que centrados na esfera do privado. Foi o que fez, em 1996, *Ligações Perigosas* (RTP1) que contava, em cada emissão, com um casal (sem ligação entre si) desafiado a falar do relacionamento homem/mulher. Feito exclusivamente com mulheres, *Sexo Forte* (SIC) não exacerbou as emoções das convidadas, nem as circunscreveu a uma esfera íntima. Semanalmente, a jornalista Paula Moura Pinheiro conversou com as suas interlocutoras sobre os percursos singulares por elas protagonizados. Foi mais para a privacidade já colocada em público que se orientou a conversa com mulheres que suscitavam alguma admiração ora porque desafiavam estereótipos de género (uma pescadora, uma arqueóloga subaquática, uma enóloga...); ora porque cultivavam uma exemplar “ética do cuidado” (médica da AMI, fundadora do Telefone da Amizade, mãe adoptiva de duas crianças refugiadas...). Na era pós-*Big Brother*, os programas pretensamente de informação que as estações privadas estrearam em 2003 fizeram-se, sobretudo, com o cidadão anónimo que se dizia alvo de múltiplas injustiças sociais. Foi aí que as mulheres tiveram mais espaço. Centrado no espaço íntimo dos convidados, esses programas colocaram em cena pessoas que representavam um papel que lhes estava previamente configurado: o de vítimas, mesmo quando estavam ali para relatar os crimes que cometeram. Essa visualização da “extimidade”, ou seja, “o movimento que leva cada um a exteriorizar uma parte da vida íntima, física e psíquica” (Tisseron, 2002: 52-3), poderia ter sido uma oportunidade para multiplicar espelhos numa tentativa de se conseguir perceber melhor a respectiva identidade. Não foi exactamente isso que se passou. Interessava aquilo que se dizia e, acima de tudo, o modo (emotivo) como se dizia e não as razões do que se relatava. Neste nível, as mulheres apareceram como interlocutoras privilegiadas.

Reflectirão os *plateaux* destes programas a distribuição do poder na sociedade actual? Na amostra que trabalhamos, não há desvios significativos. Percorrendo alguns dos textos que incidem na questão do género, salienta-se um retrato algo semelhante com aquele esboçado pelos programas que integraram o nosso estudo. Se a exclusão das mulheres das esferas superiores de poder foi uma situação que permaneceu nos anos 90, talvez não seja de admirar que alguns programas de informação, ao privilegiarem interlocutores institucionalmente mais valorizados ou colocados em lugares hierárquicos superiores, se tenham feito, sobretudo, com homens. Esse *glass ceiling* (tecto de vidro) que bloqueia o acesso das mulheres a lugares de topo está dentro da TV, mas estará, acima de tudo, na estrutura social.

Olhando para o Quadro 46, verifica-se uma acentuada discrepância entre a presença de homens e de mulheres nos programas que aí se apresentam. Talvez não seja difícil defender um maior equilíbrio, mas convém ter presente que uma alteração quantitativa desses resultados poderá não corresponder a uma mudança qualitativa. Partilhámos inteiramente a ideia de Gilles

Lipovetsky para quem “a selecção de elites numa democracia fundamenta-se no talento, na competição e na igualdade meritocrática e não na pertença a uma comunidade de género” (2000: 280). O que nos suscita já algumas reservas é a oposição homem público/mulher privada que veio a avolumar-se nos programas de informação semanal dos canais generalistas. Esse binómio, remontando a uma divisão arcaica do social, continua enraizado na era pós-moderna onde o desempenho profissional, o poder e o sucesso são traços intrínsecos ao masculino enquanto a vida familiar, o íntimo e o relacional são elementos estruturantes do feminino. Privilegiar um homem ou uma mulher para debater determinado tema é separar domínios que se cruzam cada vez mais e que seria vantajoso discutir com alguma independência relativamente ao género. Hoje o privado está cada vez mais em público e a vida pública é cada vez mais lida com códigos da esfera privada. Se o público não pode estar cativo de profundas racionalizações feitas por elites que conquistaram o poder, o privado necessita cada vez mais de respostas colectivas. Não partilhámos incondicionalmente as teses daqueles que defendem uma “feminização do mundo” e a necessidade de criar um “pensamento do ventre”, ou seja, “um pensamento que saiba tomar em consideração as emoções, os afectos e os sentimentos enquanto expressões societais”, como advoga, por exemplo, o sociólogo do quotidiano Michel Maffesoli (2001: 181). Todavia, convém ter presente que há actualmente uma mudança dos conceitos “público” e “privado” que implica alterações dos papéis de género. Num discurso (excessivamente) optimista quanto ao lugar da mulher na sociedade do século XXI, Victoria Camps (1998: 104) defende que esses dois domínios “não podem ser diferenciados quanto ao género e à importância social”. É essa aprendizagem que os programas de televisão têm de incorporar a fim de não retardar uma evolução social em relação à qual se sentem sinais vários. Entre 1993 e 2005, a maior parte dos programas dos canais televisivos que analisámos ignorou essa tendência, continuando a reproduzir uma ordem dominante onde o espaço público era encarado como pertença dos homens e a esfera privada reservada às mulheres. Seria uma má opção defender a igualdade numérica, na medida em que isso daria fôlego a outros desequilíbrios. Segundo Camps (1998: 96), “para que não se coloque em causa a coesão social, nem o interesse comum, há que partir de uma base em que a democracia é um processo de comunicação e de deliberação onde ninguém tem mais voz ou mais razão do que o outro”. Independentemente do género em que se integre e do programa televisivo em que se participe.

### 3. Uma TV enquanto instituição comercial

Não constituíu nosso objectivo indagar as causas subjacentes ao desenho do espaço público televisivo que os programas de informação semanal dos canais generalistas configuraram entre 1993 e 2005. Esse seria um outro trabalho, com diferentes fins e distinta metodologia. No entanto, ao longo do nosso estudo, deparámo-nos com determinados factores que persistentemente modelaram a oferta televisiva. Os mais visíveis foram, sem dúvida, os de natureza económica, cuja ponderação ajuda a perceber melhor o grau de construção da realidade social intrínseco a esse tipo de programação.

Pierre Bourdieu é um dos teóricos que coloca o audiovisual dependente de “censuras económicas” e seria exactamente essa submissão que permitiria perceber a razão pela qual a informação, na sua perspectiva, incidiria em *factos omnibus* que interessariam a toda a gente, sem tratar nada de importante (1997: 10); e em *fast thinking*, ou seja, ideias feitas (1997: 25). Terá faltado a esse sociólogo francês trabalhos empíricos que comprovassem a sua tese. Na análise que fizemos dos programas de informação televisiva, encontrámos dados que, de certa forma, fundamentam a existência de “forças invisíveis” de natureza económica que condicionam a acção de programadores e de responsáveis por determinados programas. Da parte dos jornalistas, deparámo-nos com uma rejeição dessa dependência e no seu trabalho descobrimos situações que criaram interstícios nesse domínio, o que consubstancia um entendimento do audiovisual mais próximo da ideia do “estrutural” desenvolvida por Anthony Giddens (1987), ou seja, como um lugar estruturado pela sociedade e, ao mesmo tempo, estruturante em relação a ela<sup>33</sup>.

O fim do monopólio do serviço público de televisão abriu o campo televisivo a empresas privadas que encontraram na programação (no entretenimento, mas também na informação) o meio de rentabilizar os seus projectos, na medida em que esses produtos (os programas) eram vendidos aos anunciantes em troca

<sup>33</sup> Muito antes de nós, já Manuel Pinto (2000) havia feito esse percurso na sua tese de doutoramento, na qual desenvolveu um estudo acerca dos usos que as crianças fazem da televisão.

das audiências conquistadas. Francisco Pinto Balsemão enquanto presidente do Conselho de Administração da SIC e os vários presidentes que, de 1993 até 2005, presidiram à TVI nunca negaram esse objectivo. Na RTP, os sucessivos responsáveis do operador público tiveram mais dificuldade em assumir a rentabilização económica enquanto propósito do seu trabalho, mas a verdade é que a partir de 1995<sup>34</sup> a incapacidade para neutralizar o crescente défice do serviço público de televisão foi um grande obstáculo ao desenvolvimento da RTP e não raras vezes o factor principal das demissões dos respectivos responsáveis, o que acrescentava à crise financeira uma permanente instabilidade interna. Subjacente à reserva (teórica) que presidentes e directores da RTP declaravam em relação ao mercado, talvez tenha estado uma ideia “neo-frankfurtiana”, que encarava a rentabilização económica da programação como um obstáculo a emissões de interesse público. Reconhecemos esse risco, mas serão decerto mais interessantes as propostas daqueles que, integrados na linha da Economia Política dos *Media*, subtraem o sentido negativo às indústrias culturais (na qual a TV se insere), encarando a economia como o ponto a partir da qual se pode pensar os produtos culturais (neste caso, os programas televisivos), proporcionados a um público que, nestes anos, tem passado por uma certa renovação de gostos e de práticas.

Acompanhando a evolução dos programas de informação semanal nas três estações generalistas, verificámos que a rentabilização dos índices de audiência constituiu um factor decisivo para a sua continuidade/exclusão da grelha, embora, por vezes, equacionada de forma que pode ser entendida como algo precipitada. Na primeira metade dos anos 90, a programação informativa era tida como um produto rentável (com substanciais índices de audiência), sendo, por isso, colocada em horário nobre. Poder-se-ia também considerar que a opção pelas franjas de maior audiência contribuía para acentuar o interesse do público pela informação semanal. Pensamos, porém, que os programadores se orientaram mais pela primeira premissa, não arriscando experiências que tivessem por base uma diferente oferta susceptível de desencadear uma renovada procura. A perseguição e conseqüente conquista da liderança de audiências por parte da SIC em finais da primeira metade dos anos 90 consolidou a popularidade das novelas brasileiras, das *sitcoms* e dos concursos testados com êxito noutros países, géneros que também foram adoptados na TVI e na RTP1<sup>35</sup>. Aos poucos, a programação de entretenimento foi ocupando todo o horário nobre, principalmente nos canais privados, atirando a informação semanal para segmentos cada vez mais tardios e, por isso, alvo de um crescente

<sup>34</sup> Foi nesse ano que a RTP perdeu a liderança das audiências em horário nobre.

<sup>35</sup> A SIC é um caso impar ao nível da TV privada europeia: em menos de três anos conquistou a liderança de audiências e, nesse processo, experimentou novos conteúdos cujo êxito foi empurrando a informação para franjas mais tardias.

desinvestimento. Nos primeiros três anos do século XXI, a popularidade dos novos *reality shows* tipo *Big Brother* e o súbito êxito da ficção nacional<sup>36</sup> provocaram o eclipse da informação semanal do horário nocturno da TVI e da SIC, criando-se, assim, um figurino de serão que, depois do noticiário da noite, se preenchia com conteúdos de entretenimento considerados mais propícios à venda de espaços publicitários. Mesmo emissões que pareciam vocacionadas para retratar casos de vida do cidadão comum eram desenvolvidas como se de um espectáculo somente se tratasse, seguindo um guião próximo da ficção. Foi o caso, por exemplo, de *Eu Confesso*, na TVI, ou de *Bombástico*, na SIC. Nos anos 80, Neil Postman havia profetizado em *Amusing Ourselves to Death* isto: num ecrã em que tudo é apresentado como entretenimento, os telespectadores começam a não saber do que estão a rir e porque pararam de pensar (1985: 163). Numa carta aberta ao director-geral da SIC publicada na edição do *Público* de 1 de Fevereiro de 2001, um ex-subdirector daquele canal, o jornalista José Alberto Lemos, escrevia isto:

A SIC está hoje no ar cerca de 20 horas por dia e apenas duas é que são de informação. E porquê? Porque a guerra de audiências a isso a conduziu. E qual é a justificação para a guerra de audiências? O dinheiro, claro, o dinheiro e nada mais. E isto é que é paradoxal, porque quando a SIC não liderava as audiências nem ganhava dinheiro tinha uma grelha com programas dignos e informação abundante, que foram o maior contributo para mudar o país.

Se a informação semanal foi perdendo espaço nos canais generalistas, por outro lado, entre 1993 e 2005 houve um alargamento substancial do horário nobre, que, no primeiro quinquénio do século XXI, ia para além da meia-noite<sup>37</sup>. Criava-se, assim, um aparente paradoxo: à medida que o *prime time* se dilatava, havia menos tempo para programas de informação semanal que, a partir de 2000, (quase) se circunscreviam ao canal generalista de serviço público. Entre 2001 e 2003, a oferta televisiva da SIC e da TVI integrou, depois das 20h00, noticiários com uma duração que ultrapassava os 60 minutos, aos quais se sucediam novelas portuguesas, séries de produção nacional e as edições diárias das *novelas da vida real*. Os presidentes e directores das estações

<sup>36</sup> O sucesso das *novelas da vida real* e das novelas portuguesas fortaleceu uma indústria já com alguns anos, mas que neste período ganhou uma maior dimensão, negociando formatos, fazendo adaptações em série de textos e misturando actores conceituados com outros que se lançavam para este mercado que começava a dar passos mais sólidos nestes anos.

<sup>37</sup> Esta dilatação do horário nobre reflecte, por um lado, as alterações dos estilos de vida da sociedade, ajustando-se a TV àquilo que Eric Macé (2000) chama “o metabolismo sociotemporal dos indivíduos” (dimensão estruturada); por outro, torna visível a capacidade que tem a televisão para condicionar certos hábitos quotidianos, programando para horas cada vez mais tardias programas dirigidos ao grande público, nomeadamente novelas e *reality shows* (dimensão estruturante). Nesta relação dicotómica entre a televisão e a sociedade, o meio televisivo não só desenvolve uma programação em harmonia com o tempo social dos indivíduos como também contribui para recriar o ritmo diário dos telespectadores.

privadas, nas várias entrevistas concedidas à imprensa, desvalorizavam a exclusão da sua grelha de géneros televisivos como o debate, a grande-entrevista ou a grande-reportagem, argumentando que o interesse do público passara a focar-se em conteúdos de entretenimento. Neste contexto, a oferta da TV privada teria de ser compreendida como uma resposta àquilo que se pensava corresponder à procura, sendo feita através de programas de entretenimento de periodicidade diária e com uma duração cada vez maior a fim de manter os telespectadores agarrados a uma emissão o mais tempo possível. Era essa a moeda de troca nos negócios com os anunciantes.

No que diz respeito à escolha dos dias da semana para aí colocar um determinado programa de informação, não se nota uma preferência por determinado serão, apesar de a 3.<sup>a</sup> feira e a 5.<sup>a</sup> feira terem sido alturas mais propícias a esse tipo de programação e o sábado o serão evitado. Essas escolhas reflectiam, acima de tudo, estratégias de clonagem da oferta televisiva das estações concorrentes. A noite de 2.<sup>a</sup> feira foi, até ao aparecimento do debate *Prós e Contras* (RTP1), aproveitada para programas de reportagem e, em franjas mais tardias, para a informação temática de campos descontraídos: economia, desporto, política e artes do espectáculo. Nos primeiros anos do século XXI, a estação generalista pública colocou aí o principal e único debate de informação. A 3.<sup>a</sup> feira e a 5.<sup>a</sup> feira constituíram, até 1999, as noites preferidas pela Direcção de Informação dos canais generalistas para a emissão dos seus principais programas. Foi à 3.<sup>a</sup> feira que, em 1993, alternaram semanalmente na RTP1 os debates moderados por Maria Elisa e pelo director-geral da empresa pública, José Eduardo Moniz; na SIC era emitido *Terça à Noite*, conduzido por Miguel Sousa Tavares. Foi também aí que, em 1996, começou a disputa de audiências entre os programas de Maria Elisa (na RTP1) e os de Margarida Marante (na SIC). Essa concorrência entre formatos similares passaria, nos anos seguintes, para os serões de 5.<sup>a</sup> feira que, até aí, eram aproveitados pela TVI para a programação de debates (*Referendo*, *Artur Albarran*, *Carlos Cruz*) e de formatos de desporto. Nessa noite, a RTP1 integrou, no primeiro quinquénio dos anos 90, *talk shows* e, no segundo quinquénio, programas de grande-entrevista ou de grande-reportagem; a SIC aproveitou-o preferencialmente para programas de média e grande-reportagem. Na segunda metade dos anos 90, as franjas mais tardias das noites de 3.<sup>a</sup> feira foram ocupadas nos três canais generalistas por programas de desporto, aos quais se juntavam emissões de literatura na SIC e de economia na TVI. A 4.<sup>a</sup> feira foi um serão apenas pontualmente ocupado com os principais programas de informação semanal das estações generalistas. Em 1993, a Quatro escolheu-o para a emissão de *Frontal*; em 1996, a RTP colocava aí *Prova Oral*; e em 2003 era no segmento tardio dessa noite que se emitia o único debate dos canais privados generalistas: *Hora Extra*, cuja emissão começava sempre bem perto da meia-noite na SIC. O serão

de 6.<sup>a</sup> feira foi reservado na SIC para um programa de desporto, *Os Donos da Bola*, que entrava pela madrugada adentro, congregando consideráveis índices de audiência e subtraindo uma substancial fatia de telespectadores aos restantes canais. A RTP1 não ocupava essa noite com debates e, se em 1993, encontrámos aí a *Entrevista de Maria Elisa*, tal deve-se a uma transferência desse programa para uma franja que visava disputar audiência com o principal programa de informação semanal do canal Quatro: *Artur Albarra* que, face a essa inesperada alteração, decidiu mudar para as noites de 5.<sup>a</sup> feira.

Se retirarmos o caso do desporto, que ocupava as noites de domingo na estação generalista pública, o fim-de-semana quase nunca foi aproveitado para a informação semanal. Houve, no entanto, algumas excepções, nomeadamente ao domingo. A mais expressiva será certamente *Ficheiros Clínicos*, um programa que a SIC estreou em Agosto de 1998 no horário nobre de domingo. Seria este programa – vocacionado para retratar uma medicina bem sucedida no tratamento de doenças de cidadãos anónimos, que surgiu fora das chamadas grandes épocas televisivas e que foi colocado num serão estranho a este tipo de programação – aquele que reuniria uma das audiências médias mais altas ao nível da informação semanal emitida entre 1993 e 2005 nos canais generalistas. Globalmente, a RTP1, a SIC e a TVI apresentaram programas que oscilaram pelos diferentes dias da semana. Esse acerto reflectia a preocupação em encontrar uma franja horária rentável do ponto de vista da audimetria. O canal com maior número de mudanças foi a TVI e a seguir a RTP1, tendo isso ocorrido com mais frequência nos primeiros anos de coabitação entre os sectores público e privado de TV, um período em que se registou maior número de programas de informação e, acima de tudo, se experimentavam sucessivas estratégias de engenharia de programação num quadro concorrencial novo.

**Quadro 47: Repartição dos programas de informação pelos dias da semana**

Dias	Programas de Informação
2. <sup>a</sup> feira	<i>Tostões e Milhões, Prolongamento, Histórias da Noite, Enviado Especial, Conversas Secretas, Flashback, 1.<sup>a</sup> Fila, Linha de Fundo, Jogo Falado, Prós e Contras</i>
3. <sup>a</sup> feira	<i>Marcha do Tempo, De Caras, Repórteres, Terça à Noite, Frontal, Prova dos Nove, Ligações Perigosas, Maria Elisa, CrossFire, Esta Semana, Os Donos da Bola, Escrita em Dia, Pontos nos Is, Jornal de Negócios, Rotações, Golol!, Fora de Jogo, Escândalos e Boatos, O Crime Não Compensa</i>
4. <sup>a</sup> feira	<i>Sexo Forte, Frontal, Olhares, Na Maior, Caixa de Perguntas, Prova Oral, Casos de Polícia, Jornal do Mundo, Enviado Especial, Lanterna Mágica, Quarta a Fundo, Hora Extra</i>

5. <sup>a</sup> feira	<i>Sexualidades, Você é Excepcional, Raios e Coriscos, Conta Corrente, Casos de Polícia, Referendo, Quarta a Fundo, Artur Albarran, Maria Elisa, Verdes Anos, Grande Reportagem, Casos de Polícia, Carlos Cruz, Maria Elisa, Grande Entrevista, Esta Semana, Linha de Fundo, Grande Informação, Grande Repórter, A Bola é Nossa</i>
6. <sup>a</sup> feira	<i>Entrevista de Maria Elisa, Olhares, Artur Albarran, Grande Plano, Sem Reservas, Radar, Máquinas, Donos da Bola, Histórias da Noite, Jogo Limpo, Bombástico</i>
Sábado	<i>Entrevista de Maria Elisa</i>
Domingo	<i>Conversa Afiada, Repórteres, Grande Área, Segredos, Conversas Curtas, Caixa de Perguntas, Domingo Desportivo, Enviado Especial, Ficheiros Clínicos, O Rosto da Notícia</i>
Variável	<i>Internacional SIC, Telemotor, A Noite da Má-Língua, Reportagem, Filhos da Nação, Grande Entrevista, Grande Repórter, Eu Confesso</i>

Relativamente a horários, os debates e as grandes-entrevistas ocuparam, numa primeira fase, o segmento entre as 22h00 e as 24h00, mas rapidamente os canais privados foram acumulando ao serão uma oferta de entretenimento que atirava a informação semanal para franjas mais tardias. Em 1993, a SIC e a TVI colocavam *Conta Corrente* e *Referendo* por volta das 22h00/22h30; em 1996 *Esta Semana* e *Grande Plano* começavam depois das 23h30. Nessa altura, Fernanda Mestrinho, que apresentava *Grande Plano* (TVI), reconhecia que o seu programa “é transmitido um bocadinho tarde” (*TV Guia*, 23 de Março de 1996). Também Margarida Marante, quando confrontada com o horário de *Esta Semana*, dizia que isso constituía “uma divergência” com a SIC, correspondendo também a “um dos reparos mais frequentes dos telespectadores” (*TV Guia*, 18 de Outubro de 1997). Estas queixas não tinham grandes ecos nas empresas de televisão. Em 2003, *Hora Extra*, o único debate que a SIC integrava na sua grelha nocturna, começaria muitas vezes bem depois da meia-noite. Na RTP1, o horário dos programas de informação manteve-se mais ou menos estável, iniciando-se entre as 22h00 e as 23h00.

Mais do que ir ao encontro do interesse público, os programas de informação semanal dos canais privados eram colocados no ar conforme as respostas das audiências. E os jornalistas tinham consciência disso. Aquando da estreia do seu programa na SIC dedicado a questões económicas intitulado *Tostões e Mi-lhões*, o jornalista Perez Metello afirmava o seguinte: “Sei que receitas directas se geram com a introdução deste produto na grelha da SIC e estou a lutar por atingir metas que foram discutidas comigo” (*TV Guia*, n.º 743 de Maio de 1993). Referindo-se ao horário tardio a que foi colocado *Flashback*, um programa da TSF transposto para televisão, o jornalista Carlos Andrade, responsável pela moderação das conversas, dizia que isso “resulta[va] da estratégia comercial da SIC e das guerras de audiência entre a SIC e a RTP” (*TV Guia*,

16 de Março de 1996). O programa viria a integrar uma rubrica que se designou como *Insónias* que, em cada serão, oferecia diferentes formatos de informação. No entanto, o director-geral da SIC preferia desviar o seu discurso dos interesses económicos, falando dessa fatia da programação assim: “é uma linha destinada sobretudo às classes A e B, com programas de grande qualidade em que apostamos bastante” (*TV Guia*, n.º 815 de Setembro de 1994). Para ganhar novas audiências, dever-se-ia acrescentar. Por isso, ignoravam-se os argumentos daqueles que invocavam o interesse público daquilo que faziam para reivindicar um horário menos tardio para o seu programa. O psiquiatra Daniel Sampaio, que coadjuvava a jornalista Laurinda Alves na apresentação de *Verdes Anos* na SIC, várias vezes chamou a atenção para as horas tardias a que a emissão ia para o ar. “O objectivo era provocar a discussão entre pais, professores e jovens, [mas] àquela hora a maioria das pessoas não o pode ver, o que prejudica largamente a sua mensagem”, afirmava o psiquiatra, em Maio de 1996, quando o programa contava ainda um mês (*TV Mais*, 31 de Maio de 1996). Haveria de chegar ao final do ano, sem ter havido qualquer alteração. A oferta televisiva da RTP também se submeteu a esse tipo de lógicas de mercado. Em 1993, Joaquim Letria justificava o aparecimento do *talk show Conversa Afada*, que apresentava, pelo “interesse em prolongar a própria emissão com outro tipo de publicidade” (*TV Guia*, n.º 743 de Maio de 1993). Neste livro, tivemos já a oportunidade de assinalar que, nestes anos, a informação semanal constituiu um meio eficaz de subtrair audiências aos canais concorrentes. Isso aconteceu particularmente nos primeiros cinco anos de coabitação entre os sectores público e privado. A partir de 1999, a SIC e, principalmente, a TVI centraram a sua oferta televisiva nocturna no entretenimento que homogeneizou os serões depois da estreia do *Big Brother*, cuja popularidade contaminou a ficção nacional. Nos primeiros anos do século XXI, a informação semanal não era encarada em termos de rentabilidade económica. Por isso, foi atirada para horários cada vez mais tardios, até desaparecer das grelhas das estações privadas generalistas. Na RTP1, os formatos de debate, grande-entrevista e grande-reportagem nunca desapareceram do segmento horário que antecedia a *late night*, embora em alguns períodos tenham sido alvo de uma grande instabilidade.

A contínua perseguição de audiências por parte dos canais generalistas portugueses tinha como contraponto o seu equilíbrio financeiro, que, por seu lado, condicionava a oferta televisiva e, conseqüentemente, o respectivo *share*. Estamos, pois, perante um processo circular. Poder-se-ia pensar que o serviço público de televisão estaria excluído dessa lógica, mas não foi isso que aconteceu, pelo menos nos primeiros dez anos de coabitação com o sector privado. O fim da taxa de televisão decretada em 1991, os sucessivos atrasos na atribuição das indemnizações compensatórias por parte do Governo e as receitas publicitárias que, a partir de 1995, foram diminuindo drasticamente colocaram

a RTP num acentuado buraco financeiro que se prolongou até 2003. Não foi apenas a TV pública que passou por uma crise financeira da qual resultou uma crise de legitimidade. Também as estações privadas atravessaram, em diferentes momentos, conjunturas económicas difíceis, resultando daí uma instabilidade interna que se tornava mais visível com a demissão daqueles que tinham aí funções directivas. Tal opção implicava a entrada de novos responsáveis que traziam (quase) sempre outras ideias para a programação (incluindo a informação semanal). Foi assim na TVI desde a sua fundação em Fevereiro de 1993 até Setembro de 1998, altura em que José Eduardo Moniz assumiu a direcção-geral do canal. Foi assim na SIC, que, em 2001, perdeu a liderança das audiências para a TVI, provocando, em Agosto desse ano, a demissão de Emídio Rangel do cargo de director de Informação e Programação e, no mês seguinte, a rescisão de contrato com a estação onde permanecera durante uma década. Foi assim também na RTP desde 1995, altura a partir da qual a TV pública deixou de ser o canal mais visto.

Se tivermos em conta que, por um lado, a SIC e a TVI são empresas privadas, ou seja, orientadas para o lucro e que, por outro, a RTP seguiu entre 1995 e 2003 uma programação próxima da oferta da TV privada, será decerto pertinente perguntar: tendo o tríptico “televisão/audiências/anunciantes” sido uma equação estrutural ao nível da comunicação audiovisual, que margem de manobra terá existido em relação aos cálculos feitos? Percorrendo as várias entrevistas dos jornalistas que coordenaram e apresentaram programas de informação semanal, encontrámos reiteradas afirmações acerca da respectiva independência relativamente à ditadura do *share*, embora houvesse quem reconhecesse que esse tipo de constrangimentos condicionava o lugar e a permanência do programa na grelha. Não será, porém, ao nível dos discursos que se descobrem os campos de autonomia dos jornalistas, mas naquilo que foi sendo feito ao longo do tempo.

Como já sublinhámos, a informação semanal passou por ciclos distintos, quer quanto ao tipo de programação, quer quanto aos temas mediatizados, nomeadamente nos debates e nas grandes-entrevistas. É certo que a audiência condicionou grande parte das opções, mas convém acrescentar que algumas inovações surgiram com uma relativa independência das leis do mercado. Quando, em Maio de 1996, Maria Elisa introduziu no principal debate da RTP1 ao qual emprestava o seu nome novas temáticas (tópicos relacionados com a vida em sociedade e com o desenvolvimento ou bem-estar pessoais) e destacou diferentes interlocutores (especialistas de campos diversos e cidadãos anónimos), não estava a procurar rivalizar com outro formato concorrente do seu. Aliás, a experiência da SIC nesse género televisivo valorizava, como fórmula de sucesso, assuntos e interlocutores oriundos do campo político. Não foi essa a opção da jornalista da TV pública e, com isso, foi influenciando *Esta Semana*, que surgira na grelha da estação de Carnaxide em Outubro do mesmo

ano. Ambos permaneceram no ar até ao primeiro semestre de 2000<sup>38</sup>. Poder-se-ia igualmente apontar o caso de *Ficheiros Clínicos*, que se estreou na SIC em Agosto de 1998 e que, tratando jornalisticamente casos positivos de uma medicina centrada em doenças graves, estabeleceu uma ruptura com o hábito de mediatizar um sistema de saúde sistematicamente representado à beira do caos. Não era para a resposta eficaz de instituições que, neste período, parecia orientar-se o interesse do público. O exemplo de *Casos de Polícia* – que a SIC começara a emitir em Outubro de 1993 e que se manteve na grelha do canal até finais de 1999 devido, acima de tudo, aos altos índices de audiência que sempre registou – testemunhava a preferência das audiências por um jornalismo que enfatizava as falhas das organizações sociais ou as situações onde a vida das pessoas era colocada em risco. Neste contexto, *Ficheiros Clínicos* atingiu um sucesso certamente inesperado para quem o colocara na grelha no mês mais desaconselhado para o surgimento de novidades televisivas (Agosto) e essa (boa) receptividade do público terá sido decisiva para as duas posteriores edições do programa coordenado e apresentado pela jornalista Cláudia Borges. Acrescentamos igualmente o caso de *Hora Extra*, que a SIC estreou em Janeiro de 2002 e que desapareceu da grelha em Junho de 2003. Remetido para depois da meia-noite, esse debate – o único que, naquele período, integrava a grelha nocturna na TV generalista privada – ter-se-á mantido à margem das pressões do audímetro. Porque o segmento horário permitia essa liberdade, poder-se-ia acrescentar. Até certo ponto, sim. Mas da parte da coordenadora e apresentadora, a jornalista Conceição Lino, notou-se igualmente uma preocupação em fazer assentar as discussões em assuntos de interesse público, independentemente da sedução das audiências que, àquela hora, poderiam ser atraídas mais facilmente com outro tipo de discussão. Os telespectadores nunca responderam em massa a este formato, porque certamente não seria possível ao cidadão comum permanecer acordado, nas noites de 4.ª feira, até depois da uma hora da madrugada. Apesar dos reduzidos valores audimétricos, *Hora Extra* criou um espaço público televisivo complementar da informação diária, suscitando a discussão de tópicos desvalorizados nos noticiários (“A viuvez”, por exemplo<sup>39</sup>), revelando-se, em certos momentos, muito influente. Refira-se, por exemplo, o substancial aumento do número de dadores de medula óssea após a emissão de 28 de Maio de 2003, que destacou o caso de uma menina de 10 anos com uma leucemia grave que procurava um dador compatível<sup>40</sup>.

<sup>38</sup> Enquanto *Maria Elisa* desapareceu do ecrã, *Esta Semana* passou para o canal do Cabo SIC Notícias, onde se manteve até ao final do primeiro semestre de 2001. Em Outubro, a coordenadora e apresentadora do programa, Margarida Marante, abandonou a SIC.

<sup>39</sup> Conceição Lino dedicou a este tema o seu primeiro programa. Acrescente-se que esta faixa etária não suscita interesse dos anunciantes devido ao seu escasso poder de compra.

<sup>40</sup> Conceição Lino começou assim: “Inês precisa de um dador de medula óssea compatível. Está há cinco meses à espera, mas nos bancos de dadores não existe dador compatível. Tal como ela, mais crianças e adultos aguardam por uma hipótese de cura. A leucemia pode atingir qualquer pessoa. Não há grupos de risco. Em 10

Estes e outros casos que fomos encontrando ao longo do nosso estudo evidenciavam uma certa autonomia da informação televisiva em grelhas vocacionadas para a capitalização de audiências. Poderíamos, de imediato, contrapor que essa liberdade apenas se tornou possível na exacta medida em que não contrariava a rentabilização dos respectivos produtos (programas). É verdade, mas, antes de desenvolver esse ponto de vista, gostaríamos de assinalar essa possibilidade prática de acção que a informação semanal tornou possível ao longo dos anos 90. Com isso, certas emissões informativas absorveram outros traços daquilo que estruturava o social e devolveram às audiências renovados e mais participativos espaços públicos televisivos. Este quadro de acção desapareceu dos ecrãs privados nos primeiros três anos do século XXI. Absorvidas em produtos de diversão testados com sucesso noutros países, a TVI e a SIC optaram por construir serões televisivos que as transformavam em canais temáticos de uma ficção que procurava encenar a vida real. As razões económicas serão as causas dessas mudanças, mas essa conjuntura não nos obriga a aceitar o triunfo cego das teses de Pierre Bourdieu que havia falado nas “forças invisíveis” de natureza económica que controlam o audiovisual, nem a reconhecer imponderadamente a pertinência das teorias dos membros da Escola de Frankfurt segundo as quais as leis do mercado se sobrepõem às questões de interesse público. Convém sermos cautelosos nas conclusões e acrescentar, por exemplo, a descida considerável que, nos últimos anos, tem sido registada nos índices de audiência média dos canais generalistas, o que implica menos telespectadores a ver a RTP1, a SIC e a TVI. Porquê? Talvez porque há alternativas (outros canais no cabo; novas plataformas, como a Internet...) e quem delas dispõe seja quem mais disponibilidade/apetência terá para ver programas de informação semanal, mas também porque a oferta televisiva se torna cada vez mais uniforme, mais repetitiva e pouco inovadora na exploração de novas formas de mediatizar a realidade.

Poderíamos encarar as grelhas dos canais generalistas privados do primeiro quinquénio do século XXI como a expressão de um ciclo propício ao entretenimento, ao qual se sucederia um outro que privilegiaria a informação. O passado recente não permite esse tipo de previsões. Não foi por avanços e recuos que se caracterizou a tendência desenhada na programação entre 1993 e 2005, mas antes por uma linha em contínuo desenvolvimento, ao longo da qual a informação foi cedendo cada vez mais espaço ao entretenimento, procurando, com isso, reter altos índices de audiências. Se a estreia do *Big Brother* em

milhões de portugueses, menos de dois mil contribuíram para dar esperança a mais doentes. Não há qualquer risco para os dadores, mas quase ninguém sabe isso. Destacam-se aqui as possibilidades de cura da leucemia e testemunhos de doentes e das famílias que revelam a forma brutal como esta doença muda as suas vidas de um dia para outros”. Nos dias seguintes, o *Jornal da Noite* da SIC haveria de dar conta do crescente número de dadores que responderam ao repto deixado no debate da SIC, apesar de a emissão ter ido para o ar entre as 00h30 e as 02h00.

Setembro de 2000 na TVI assinalou um novo marco na televisão generalista (privada), os anos 90 já tinham sido atravessados por episódios que apontavam uma determinada direcção do audiovisual. Em 1997, Miguel Sousa Tavares rescindiu o contrato com a SIC e abandonou (por um período curto) o jornalismo televisivo. Nessa altura, em entrevista ao *Expresso* (27 de Julho), expondo algumas razões da sua decisão, pontuava assertivamente o rumo que a oferta televisiva tomava:

O público não quer os programas que eu faço e eu não quero fazer os programas de que o público gosta. (...) [Agora as pessoas] gostam de sentimentos, de emoções, de intimidades e da clássica trilogia composta por sexo, violência e escândalo. Este país parece caminhar para uma sociedade de ignorantes na qual o único objectivo é distrair as pessoas e não informá-las. A massificação da informação levou a critérios de audiência que predominam em relação a tudo o resto. (...) Deve ser o público a procurar a informação e não a informação a procurar o público. A função dos jornalistas não é distrair o público. O nosso trabalho é fazer um serviço baseado no interesse público e não no interesse do público. Se a ideia subjacente à informação fosse distrair as audiências, teríamos muita gente melhor do que os jornalistas para o fazer (...). Uma condição fundamental para o sucesso do jornalismo é que o público queira estar informado. Não há cultura da informação; há um problema grave de demissão colectiva da sociedade que caminha para a ignorância. (...) Estou convencido de que se a RTP fizesse uma TV de qualidade, as privadas, por arrasto, também lá chegariam fatalmente. Porque a audiência também se educa.

Estas afirmações – pertinentes, sem dúvida – poderão suscitar várias questões: será que o público não gosta de programas informativos ou os modelos de informação televisiva estão esgotados? Serão as emoções avessas ao jornalismo ou necessitarão aí de um enquadramento particular? Não terá a informação dos canais generalistas públicos e privados – mas todos de concessão pública – a obrigação de procurar o interesse do público? Estas questões não retiram a oportunidade das declarações do jornalista Sousa Tavares cuja saída da SIC coincidiu com o decréscimo progressivo do número de programas de informação semanal e, sobretudo, com a respectiva regularidade. Comparando os quadros da programação informativa dos canais generalistas dos anos que seleccionámos para análise, verificámos uma ligeira descida do número de programas entre 1996 e 1998, que se tornou acentuada em 2001. Apresentando o maior número de emissões de informação semanal, a RTP1 clonou, em determinados momentos, as opções feitas na TV privada. Foi o caso dos debates. Se *Esta Semana* desapareceu em finais do primeiro semestre de 2001 da SIC passando para a SIC Notícias, onde se prolongou até ao ano seguinte, *Maria Elisa* já não reapareceu na RTP1 depois das férias do Verão de 2001. A jornalista, que, durante vários anos, havia conduzido os principais debates da TV pública, surgiu, a 18/9/2000, na apresentação do concurso *Quem Quer Ser Milionário?*.

Se no período aqui analisado a programação informativa foi pensada em função de critérios de rentabilidade das audiências e condicionada pela procura de estabilidade interna (sobretudo financeira) das empresas de televisão (pública e privada), essas preocupações pertenceram, sobretudo, àqueles que tinham sobre isso uma responsabilidade directa, ou seja, aos programadores a quem competia escolher formatos, definir linhas editoriais, designar equipas de produção e apresentação e indicar segmentos horários, bem como aos administradores responsáveis pelo orçamento de cada área de programação. A este nível, fazia-se o mais importante, poder-se-ia acrescentar. Todavia, os jornalistas dispuseram de um determinado espaço de autonomia que lhes garantia uma (relativa) distância das pressões do mercado, como, aliás, já foi assinalado. A escolha dos temas e dos interlocutores para as respectivas discussões foi sempre uma oportunidade para aqueles que produziam e apresentavam uma emissão exercerem um certo poder sobre o desenho social da realidade. Um poder que não era de somenos. Esses interstícios por meio dos quais os jornalistas mapeavam o espaço público contemporâneo foram-se estreitando à medida que o número de programas de informação se reduzia. Conclui-se, assim, que a televisão, sendo um sistema de comunicação com um alto grau de autonomia editorial, tem fortes dependências financeiras que condicionam todos programas, incluindo a informação. O actual negócio do audiovisual faz com que a TV conceda, a maior parte das vezes, prioridade à pressão do mercado e aos aspectos económicos em detrimento das dimensões sociais e culturais de certas questões, valorizando mais programas de entretenimento que garantam audiências elevadas.

É curioso o facto de a lei impor às estações públicas e privadas algumas obrigações ao nível dos programas, mas ser omissa quanto à composição da grelha. Nessa tarefa de engenharia, que é a dos programadores, os responsáveis pela oferta televisiva têm uma ampla margem de manobra legal. O que nem sempre tem tido efeitos positivos, já que, nestes últimos anos, a oferta televisiva dos canais generalistas evoluiu para uma homogeneização dos conteúdos. Não somos apologistas de uma excessiva intervenção estatal no audiovisual<sup>41</sup>, mas seria pertinente haver regulamentação que impedisse a oferta televisiva dos canais generalistas de se limitar quase exclusivamente ao entretenimento (progressivamente mais boçal). Neste quadro, exigir-se-ia do Estado ou de qualquer organismo de regulamentação dos *media* uma intervenção nesse domínio para evitar desequilíbrios que o normal funcionamento das lógicas mercantis acaba por instalar, sem com isso criar uma visão catastrófica de

<sup>41</sup> Não subscrevemos, por exemplo, as teses de Karl Popper, segundo o qual o Estado deveria colocar limites aos *media*, nomeadamente à televisão, um meio que, nas suas palavras, "tem um poder colossal como se substituísse a voz de Deus" (1995: 30). Uma das suas propostas seria dotar quem trabalhasse num canal de TV de uma "licença" que "poderia ser-lhe retirada definitivamente se alguma vez agisse em contradição com determinados princípios" (1995: 25-26).

uma sociedade em cuja base se situa o capital. Em Junho de 2006, a Entidade Reguladora da Comunicação Social tornou pública uma deliberação promovida na sequência da “renovação das licenças para o exercício da actividade televisiva dos operadores SIC e TVI”, na qual estipulava algumas obrigações para os canais privados. Por exemplo:

- emitir um mínimo de três blocos noticiosos diários;
- emitir programas de informação dos subgéneros debate e entrevista, autónomos em relação aos blocos noticiosos diários, com periodicidade não inferior a semanal;
- emitir diariamente programas dirigidos ao público infantil/juvenil no período da manhã e da tarde<sup>42</sup>;
- diversificar os géneros da programação emitida no chamado “horário nobre”.

<sup>42</sup> Cf. Pereira, Sara (2004). “Televisão para Crianças em Portugal: Um Estudo das Ofertas e dos Critérios de Programação dos Canais Generalistas (1992-2002)”. Dissertação de Doutoramento em Estudos da Criança. Braga: IEC - UM.



#### 4. A ascensão e queda de uma elite jornalística

Nos cinco anos destacados neste estudo (1993, 1996, 1998, 2001 e 2003), somaram-se, entre debates, entrevistas e *talk shows*, 32 programas que, por sua vez, contabilizaram 25 apresentadores, 17 dos quais eram jornalistas e 8 não-jornalistas. Em termos de género, houve um ligeiro predomínio de mulheres (10) na classe jornalística e de homens (6) no grupo dos não-jornalistas, sendo alguns deles exteriores ao campo televisivo. Se alargarmos esta amostra ao período compreendido entre 1993 e 2005, muitos daqueles que integram o Quadro 48 repetem-se em outros anos. Maria Elisa, José Eduardo Moniz, Judite de Sousa, Fátima Campos Ferreira, Miguel Sousa Tavares, Margarida Marante e Conceição Lino foram alguns dos nomes que se destacaram ao nível dos debates televisivos nos primeiros anos de coabitação entre os sectores público e privado de TV por várias razões: porque a eles foi dada a condução dos principais programas de informação semanal; porque acumulavam vários anos de jornalismo; porque reuniam um considerável capital de notoriedade pública; porque moderaram emissões que se assumiram como uma referência no Panorama Audiovisual Português. Seguindo Rémy Rieffel (2003), acrescentaríamos os elevados ordenados desses profissionais e diríamos que estamos perante uma *elite* que reúne os três traços distintivos que Wright Mills (1969) reivindicava para a definição deste grupo: poder, prestígio e dinheiro. Mas que não sobreviveu à passagem do século XX, que trouxe consigo uma profunda alteração do horário nobre, que, a partir daí, foi homogeneizado por conteúdos de entretenimento.

A noção de *elite jornalística* que emerge no seio da elite do poder tem uma formulação recente, como bem nota María Santos Saínz (2003) numa tese de doutoramento que incide sobre a evolução da elite jornalística francesa entre 1980 e 2000, um trabalho que retoma as investigações que Rieffel havia feito tendo como referência os anos 80. As conclusões de ambos os académicos não são muito diferentes, mas os marcos temporais onde Santos Saínz faz assentar a sua análise permitem ver com mais nitidez o contributo da

Quadro 48: Apresentadores dos programas de informação generalistas entre 1993 e 2003

Canal	Jornalistas	Programas	Não-jornalistas	Programas
RTP	José Eduardo Moniz	<i>De Caras + Prova Oral</i>	Nuno Rogeiro	<i>Ligações Perigosas</i>
	Maria Elisa	<i>Marcha do Tempo + Entrevista de Maria Elisa + Prova Oral + Maria Elisa + Rosto da Notícia</i>		
	Joaquim Letria	<i>Conversa Afiada + Você é Excepcional</i>		
	Manuela Moura Guedes	<i>Raios e Coriscos</i>		
	Paula Moura Pinheiro	<i>Ligações Perigosas</i>		
	Judite de Sousa	<i>Grande Entrevista</i>		
	Fátima Campos Ferreira	<i>Prós e Contras</i>		
SIC	Miguel Sousa Tavares	<i>Terça à Noite + Crossfire</i>	Helena Sacadura Cabral	<i>Segredos</i>
	Margarida Marante	<i>Conta Corrente + Crossfire + Esta Semana</i>	José Carlos Soares	<i>Bombástico</i>
	Paula Moura Pinheiro	<i>Sexo Forte</i>	José Figueiras	<i>O Crime Não Compensa Escândalos e Boatos</i>
	Baptista Bastos	<i>Conversas Secretas</i>		
	Conceição Lino	<i>Hora Extra</i>		
TVI	Graça Franco	<i>Referendo</i>	Nicha Cabral	<i>Olhares</i>
	Paula Magalhães	<i>Frontal</i>	Padre Vaz Pinto	<i>Caixa de Perguntas</i>
	Jorge Nuno Oliveira	<i>Frontal</i>	Carlos Cruz	<i>Carlos Cruz</i>
	Artur Albarran	<i>Artur Albarran</i>	Júlia Pinheiro	<i>Eu Confesso</i>
	Fernanda Mestrinho	<i>Grande Plano + Sem Reservas</i>		

televisão, nomeadamente dos programas de debate e de grande-entrevista, para a formação deste subgrupo na classe jornalística. Embora não ancorados num trabalho empírico, muitos daqueles que, nestes anos, escreveram sobre o audiovisual defendem ser esta uma realidade a ponderar a fim de compreender melhor a comunicação televisiva. Tendo uma postura restritiva em relação à composição da elite jornalística, Serge Halimi integra aí profissionais de diferentes empresas jornalísticas, caracterizando-os como uma espécie de “cães de guarda” dos poderes político e económico com quem esses jornalistas, na sua opinião, mantêm relacionamentos de convívio. Encontraremos visões similares naqueles que cultivam uma Teoria Crítica dos *media* ou em quem, seguindo uma visão estruturalista, sublinha que o campo mediático é propício à reprodução de ideologias dominantes, como o faz Pierre Bourdieu (1997). Estas perspectivas ajudam a prestar atenção a quem é colocado na condução dos programas de informação, bem como ao modo como esses profissionais percebem a sua função. Será que, como escreve Jean-Jacques Wunenburger (2000: 100), eles “vivem uma espécie de excitação mágico-religiosa que lhes dá a impressão de pertencer a uma casta superior, de serem o sal da terra”?

Percorrendo várias entrevistas dadas à imprensa por jornalistas com funções de coordenação/apresentação de programas de informação, reparamos que grande parte deles chama a si a responsabilidade directa pela selecção dos assuntos e dos convidados das suas emissões. “Na RTP posso escolher os temas que quero”, diz Maria Elisa, que justifica o que caracteriza como “um luxo” através dos 20 anos de profissão, do bom senso e do sentido da realidade que diz ter (*Expresso*, 15 de Novembro de 1997). Mais do que a experiência acumulada de uma carreira, a jornalista reúne um capital de notoriedade resultante da grande visibilidade televisiva do seu trabalho e que justificará o facto de, em Maio de 1996, o principal programa de informação semanal do canal público ter o seu nome e permanecer alguns anos na grelha da RTP1. Na SIC, Margarida Marante também garante que os critérios editoriais são decididos por si, depois de discutidos com a equipa de produção dos seus programas (*TV Mais*, 8 de Janeiro de 1999), sendo normalmente ela quem faz os convites a quem vem a estúdio (*TV 7 Dias*, 29 de Outubro de 1999). Este protagonismo dos jornalistas de programas de informação semanal foi explicitamente assumido em *Crossfire*, que se estreou no último trimestre de 1995 na SIC. O nome é partilhado com um programa análogo que estava no ar na CNN desde 1982, tendo como moderadores o democrata Michael Kinsley e o republicano Pat Buchanan que, no final do debate, dispunham de um espaço para a sua própria opinião. A SIC reapoderou-se desse modelo, colocando na respectiva apresentação os jornalistas Miguel Sousa Tavares e Margarida Marante, que, no remate de cada emissão, expunham os seus pontos de vista relativamente àquilo que havia sido discutido. Confrontado com a possibilidade de ser convidado

nos próprios debates, Sousa Tavares diz o seguinte: “Não somos meros colhedores de respostas sem mais” (*TV Mais*, 30 de Novembro de 1995). Este formato não teve seguidores, mas reflecte um sistema mediático que transforma os jornalistas em declarados *opinion makers*, temidos pelas diversas esferas do poder, principalmente por actores políticos que visam alcançar ou perpetuar o poder. E os jornalistas têm consciência dessa influência. Referindo-se à sua postura nas entrevistas, Margarida Marante afirma o seguinte: “Gostaria de não inspirar medo a ninguém; gostaria, sobretudo, de inspirar respeito” (*TV 7 Dias*, 29 de Outubro de 1999). Segundo Wunenburger, a agressividade que os jornalistas televisivos, por vezes, exibem perante o entrevistado é-lhes também inculcada pela própria televisão, que se assume como meio que cultiva a dramatização, muitas vezes tributária de discursos que se desenvolvem através do conflito das partes em diálogo, incluindo os jornalistas.

Se os convidados de programas de debate e de grande-entrevista saem maioritariamente de esferas do poder, em parte isso explica-se pelo facto de os jornalistas que conduzem essas emissões imporem como condição de acesso aos seus estúdios traços que restringem a selecção a um grupo reduzido de pessoas: as que têm autoridade para falar em nome de terceiros, as que são capazes de simplificar o seu raciocínio; as que conseguem articular um discurso conciso com um registo expressivo e, em alguns casos, as que apresentam alguma telegenia. Há ainda outro critério que se evidencia quando se faz uma lista dos convidados: a preferência por interlocutores com uma formação académica que se cruza com a dos jornalistas. Por exemplo, Maria Elisa valorizou sempre a classe médica nos seus debates, enquanto Margarida Marante tendeu a dar mais protagonismo aos juristas. Por coincidência ou não, a primeira frequentou o curso de Medicina e a segunda tem uma licenciatura em Direito. Se teoricamente se anuncia que os estúdios estão abertos a todos, na prática o *casting* é muito selectivo. “Não há muitas pessoas em Portugal com nível para aguentarem um verdadeiro debate em televisão durante hora e meia; há pouca gente, há poucos interesses”, afirmava Sousa Tavares, por altura da estreia de *Terça à Noite* na SIC. Maria Elisa declarava que os seus convidados “têm de ser pessoas muito comunicativas, com um discurso não complicado e uma linguagem directa”, não cabendo nesse perfil “pessoas que falam muito, mas que, quando terminam, não se sabe o que disseram” (*TV Guia*, n.º 766 de Outubro de 1993). Num livro em que fala do seu programa *Grande Entrevista*, Judite de Sousa (2002: 51) reconhece que há nomes que, à partida, terão mais probabilidade de serem escolhidos: os que são conhecidos do público e atraem a atenção dos jornalistas. Como a classe política (no poder). Na verdade, entre os jornalistas não se notam grandes diferenças ao nível dos critérios de selecção dos convidados para debates e grandes entrevistas. Talvez por isso os *plateaux* se encham com os mesmos “confrades”, como defende Wunenburger (2000: 106).

Nestes anos, os jornalistas encarregados da coordenação e condução de programas de informação semanal preocuparam-se também em sublinhar a fronteira entre o seu campo de trabalho e o entretenimento. Maria Elisa, no período de lançamento do debate com o seu nome (na RTP1), apesar de reconhecer que ressaltaria o lado “emocional” dos seus convidados, referia-se a esse espaço como de “análise” dos temas em destaque (*TV Guia*, 5 de Outubro de 1996); Margarida Marante, apresentadora e coordenadora de *Esta Semana* (na SIC), afirmava ser “uma defensora bastante séria da fronteira entre a informação e o entretenimento” (*Expresso*, 15 de Novembro de 1997); Conceição Lino, apresentadora e coordenadora de *Casos de Polícia* (na SIC), assegurava “uma abordagem cuidadosa de modo a evitar o espectáculo gratuito” (*TV Guia*, 29 de Novembro de 1997). À frente de vários formatos que se constituíram como uma referência na informação televisiva semanal, Miguel Sousa Tavares decidiu, no Verão de 1997, abandonar a TV, declarando que o rumo do audiovisual era então incompatível com o jornalismo que queria fazer. Para trás, havia já exemplos de uma certa contaminação entre informação e entretenimento, um transvaze que se acentuará nos últimos anos do século XX e no limiar do século XXI, acabando por retirar protagonismo a um certo grupo da elite jornalística que os programas de informação semanal estruturaram no primeiro quinquénio dos anos 90.

Inicialmente foi ao nível dos *talk shows* que houve uma certa extensão nas funções dos jornalistas que trabalhavam em televisão, chamados a apresentar individualmente<sup>43</sup> ou em conjunto com outros profissionais<sup>44</sup> esse género de programas. Mais problemática terá sido a inclusão de jornalistas em emissões que colocavam em causa a informação. Constituindo-se como estação líder de audiências, a SIC foi a principal promotora dessa perigosa integração dos jornalistas em formatos que extravasavam o campo da informação, ao criar formatos como *A Máquina da Verdade* (em 1995) e *A Cadeira do Poder* (em 1997), apresentados por Carlos Narciso e Artur Albarran, respectivamente. Suscitando uma acesa polémica, nomeadamente nos meios político e judicial, e revelando-se, por outro lado, um *flop* em termos de audiências, esses programas

<sup>43</sup> Por exemplo, em 1993, a RTP1 colocou na apresentação de *Raios e Coriscos* Manuela Moura Guedes. Confrontada com a definição daquilo que faz, a jornalista reconhecia que o seu programa se “afasta bastante do que é usual fazer-se em informação, porque é informal e bem-disposto”, mas, na sua opinião, “as pessoas não devem preocupar-se em saber se aquilo é informação ou não; devem preocupar-se em saber se as coisas são sérias e honestas” (*TV Guia*, n.º 770 de Novembro de 1993).

<sup>44</sup> Em 1994, *Noite da Má-Língua* tinha a apresentação de Júlia Pinheiro, uma profissional da SIC sem carteira profissional, que moderava um painel fixo composto por jornalistas, escritores, atrizes...; em 1995 *Frou-Frou* (RTP1) tinha como apresentadora principal a jornalista Margarida Pinto Correia que era coadjuvada pela jornalista Catarina Portas, pela académica Maria Lúcia Lepecki e por Margarida Martins, da Associação Abraço; em 1996, *Ligações Perigosas* (RTP1) tinha como apresentadores uma dupla formada pela jornalista Paula Moura Pinheiro e pelo académico Nuno Rogeiro; em 1999, *Em Legítima Defesa* (TVI) colocava lado a lado o jornalista Miguel Sousa Tavares e a advogada Paula Teixeira da Cruz, que eram guiados pelo jornalista Pedro Rolo Duarte, que assumia o papel de juiz das sessões.

desapareceram da grelha ao fim de pouco tempo, mas deixaram marcas ao nível daquilo que a profissão de jornalista (não) permite fazer e, sobretudo, nas carreiras daqueles que deslocaram o seu trabalho para áreas de fronteira com o entretenimento e com a manipulação da realidade. Na recta final de *A Máquina da Verdade*, Carlos Narciso revelava alguma contrariedade a respeito das suas funções naquele formato: “Não gosto de fazer este programa. É um papel chato. Não gosto do polígrafo, não faz parte do meu trabalho, não é uma componente jornalística” (*TV Mais*, 16 de Junho de 1995).

Se houve jornalistas que se deslocaram para conteúdos que misturavam informação com entretenimento, houve também apresentadores sem carteira profissional que tomaram conta dos *plateaux* de informação. Foi o caso de Carlos Cruz, que, em 1994, estava na RTP à frente do programa de entretenimento *Zona +*; em 1996 ocupava na TVI o cargo de director-geral, conduzindo, a partir de Setembro, um formato de grande-entrevista ao qual emprestava o seu nome; em 2000 regressava à RTP1 para, primeiro, entrevistar personalidades que se destacavam em diferentes áreas num programa intitulado *Senadores* e, depois, apresentar o concurso *Quem Quer Ser Milionário?*; no início de 2001 já na SIC moderava o *talk show* nocturno *Noites Marcianas* e, no ano seguinte, apresentava *A Linha da Sorte*. Júlia Pinheiro é outro exemplo de uma profissional sem a carteira de jornalista que foi chamada para programas de diferentes géneros televisivos. Tendo passado pelos três canais generalistas, a apresentadora iniciou a sua carreira televisiva na SIC, onde apresentou sucessivamente programas de informação (*Praça Pública*), de sátira política (*Noite da Má Língua*); de solidariedade social (*SOS SIC*<sup>45</sup>), de recriação/invenção da realidade (*Filhos da Nação*<sup>46</sup> e *Noites Marcianas*) e um magazine matinal (*SIC 10 Horas*). Nomeados para exercerem várias funções, estes profissionais têm em comum naquilo que fazem um traço: a flexibilidade.

Reunindo bastante popularidade junto dos telespectadores devido aos substanciais índices de audiência das suas emissões, os que apresentam formatos de fronteira com o entretenimento não têm o mesmo prestígio dos jornalistas responsáveis por programas de debate, de grande-entrevista ou de grande-reportagem. Se uns são populares, outros são influentes. Se uns chamam para o *plateau* interlocutores anónimos, os outros rodeiam-se de convidados com notoriedade. Se uns absorvem tendências sociais, os outros revelam-se como estruturantes da realidade. Se a actuação de uns é imposta pelo formato que

<sup>45</sup> Confrontada com a definição do seu papel nesta emissão, a apresentadora evidenciava algumas dificuldades em situar-se: “Sou uma comunicadora. Se me perguntar se sou jornalista, talvez sinta que sou, mas se calhar não sou, segundo os critérios fundamentalistas dos jornalistas. Sei que faço o meu trabalho com a maior seriedade e empenhamento. Agora como é que se chama a uma pessoa que faz isso, não sei” (*TV Mais*, 24 de Outubro de 1997).

<sup>46</sup> Júlia Pinheiro caracterizava assim este formato: “É um programa que cruza vários estilos, mas que gostaria de definir como entretenimento. O que estamos a tentar provar, para grande escândalo dos nossos pares, é que há falhas e vazios legais” (*TV Guia*, 8 de Novembro de 1997).

apresentam, o desempenho dos outros é tributário de uma considerável autonomia individual. Se uns apresentam uma flexibilidade de funções, os outros mostram-se zelosos do cumprimento das normas do seu campo. Este quadro ajudar-nos-á a perceber melhor não só as razões por que certos debates e entrevistas insistiram em certas temáticas e em determinados perfis de convidados, mas, acima de tudo, por que razão uma parte da elite televisiva saiu de cena em finais do século XX.

Rendidos ao entretenimento que julgavam mais propício à rentabilização das audiências, a partir de 1999 os canais privados excluíram progressivamente da sua oferta nocturna programas de debate, de grande-entrevista e de grande-reportagem<sup>47</sup>. Por outro lado, o sucesso de formatos tipo *Big Brother* e da ficção nacional não deixava espaço para a informação semanal. Neste contexto, os jornalistas que, nos anos 90, tinham sido responsáveis por vários programas informativos seguiram no primeiro quinquénio do século XXI diferentes caminhos. Muitos abandonaram o audiovisual e renderam-se a outras profissões: Maria Elisa<sup>48</sup> optou por uma carreira política; Artur Albarran, pelos negócios imobiliários; Carneiro Jacinto, pela assessoria de imprensa. Outros (re)assumiram funções directivas na TV: José Eduardo Moniz manteve-se no cargo de director-geral da TVI. Outros transferiram-se para órgãos do mesmo grupo ou para meios de comunicação social de suportes diferentes para aí desenvolverem um trabalho idêntico àquele que tinham anteriormente: Conceição Lino passou da SIC para a SIC Notícias; Margarida Marante para a TSF; e Cláudia Borges para a RTP1. Outros ainda integraram-se na informação diária, mas com funções distintas dos jornalistas que compõem uma redacção: Miguel Sousa Tavares e António Perez Metello passaram a ser comentadores fixos do *Jornal Nacional* da TVI.

A desagregação deste subgrupo de jornalistas que conduziam os programas de informação semanal nos anos 90 demonstra que essa área do jornalismo se constituía como ponto de chegada de uma carreira apenas acessível a um pequeno grupo de notáveis. Sem espaço nos canais generalistas para desenvolverem os seus programas, esses profissionais ficaram à deriva nos primeiros anos do século XXI. Poder-se-ia pensar que o percurso natural os conduziria a canais temáticos de informação ou às redacções das respectivas estações de

<sup>47</sup> Em 2003, a SIC e a TVI têm no ar formatos muito semelhantes que trazem a estúdio convidados que expõem em público vivências pessoais, quase sempre atravessadas por um dramatismo que os colocava na situação de vítimas, mesmo quando confessavam actos criminosos. Em comum, estes programas são apresentados por pessoas sem carteira profissional de jornalista que, em alguns casos, assumem uma postura de inequívoco apoio às queixas que os convidados expõem, quase sempre na ausência daqueles a quem dirigem as acusações. Mais do que procurar entender problemáticas ou retratar situações que poderiam ser paradigmáticas de grupos sociais, o apresentador potencia o espectáculo da palavra preferida com uma emoção que visa satisfazer o *voyeurismo* das audiências. Este tipo de programação não vingou junto das audiências e os canais privados depressa a subalternizaram.

<sup>48</sup> A jornalista, no último trimestre de 2000, arriscou uma breve passagem pela apresentação do concurso da RTP1 *Quem Quer Ser Milionário?*.

TV. Na maior parte dos casos, não foi essa a opção. Os canais temáticos enchem-se com uma geração que havia chegado à profissão há pouco tempo e as redacções das estações generalistas não tinham espaço, nem margem financeira para acolher essas “estrelas mediáticas”. Por outro lado, os respectivos noticiários seguiam uma linha editorial na qual não cabia o tipo de informação que habitualmente era feita ao ritmo semanal. Assim, cada qual procurou o seu lugar noutra sítio e, com isso, desfez-se um subgrupo que, durante anos, foi considerado a “elite jornalística” da televisão. Poder-se-ia pensar que esse afastamento possibilitava uma certa renovação dos “notáveis” da profissão e, conseqüentemente, a emergência de novas formas de ler a sociedade e o aparecimento de novos interlocutores. Ou seja: uma nova esfera pública, com outros temas e com diferentes actores. Seria isso possível, se a oferta televisiva da TV generalista cedesse algum do seu espaço à informação semanal. Não foi isso que aconteceu nos primeiros anos do século XXI, nomeadamente na SIC e na TVI. Se em 2005 quiséssemos nomear uma lista de jornalistas de referência dos canais generalistas, quantos nomes apontaríamos? Talvez bem menos do que em 1993. Quer isto dizer que a TV que emite em sinal aberto perdeu influência no espaço público contemporâneo? Talvez não. No entanto, nos primeiros anos do novo século a sua força advém-lhe sobretudo de uma oferta televisiva que reflecte um quotidiano mediatizado/encenado em espectáculo. E aí os actores mais solicitados não são os jornalistas.

## 5. Mudanças no jornalismo televisivo feito ao ritmo semanal

Nos primeiros dez anos da TV privada em Portugal, o jornalismo televisivo de ritmo semanal passou por várias mudanças: nas estratégias de programação, nos formatos, na composição da elite de jornalistas que produzia e apresentava as emissões, na enunciação da realidade e nos traços distintivos em relação aos programas de entretenimento. A partir de 2000, as alterações tornaram-se mais visíveis, mas isso não implicou uma súbita revolução. Ao percorrermos esses anos, encontrámos sinais que foram conferindo outras características à informação televisiva e, conseqüentemente, dando uma diferente configuração da realidade social.

O desenho que o jornalismo televisivo foi apresentando neste tempo poderá ser pensado a partir daquilo que julgamos ter sido o alargamento do lugar e do papel dos jornalistas na informação semanal. Sublinhámos anteriormente que o aparecimento da TV privada acentuou o vedetismo dos apresentadores de programas, incluindo daqueles que pertenciam à informação. Uns e outros ensaiavam estratégias de aproximação às audiências, através das quais encetavam um processo de sedução susceptível de desencadear o interesse do público por aquilo que estava a ser emitido. Esperar-se-ia da classe jornalística uma maior distância face a esse tipo de postura. Em certos casos, assim foi. Noutros, era notória a procura de uma empatia com os telespectadores, nomeadamente nos *talk shows*, um género de programação que vigorou na primeira metade dos anos 90 cuja condução foi entregue a jornalistas já com alguns anos de carreira. Por exemplo, em 1993, a jornalista Manuela Moura Guedes conduzia na RTP1 *Raios e Coriscos*, alternando semanalmente com outro *talk show*, *Você É Excepcional*, apresentado pelo também jornalista Joaquim Letria. Encontrámos o contraponto disto em apresentadores que não eram jornalistas e que procuravam reconstruir uma *cena televisiva* promotora de inteligibilidade daquilo de que se falava. Esse esforço era feito, por exemplo, em *Marginalidades* (RTP, 1995) pelo investigador da PJ Moita Flores. Embora com diferentes posturas, estes apresentadores promoviam uma leitura

referencial da realidade. No entanto, neste período também houve formatos conduzidos por jornalistas que colocavam diante de nós uma espécie de *hiper-realidade*, que, de certa forma, criava um mundo inexistente. Foi o caso de *A Cadeira do Poder*, cuja apresentação coube ao jornalista Artur Albarran. Destes exemplos decorre uma grande indefinição da identidade profissional dos jornalistas, extensível aos três canais generalistas que nunca tornaram distintas as áreas da programação e da informação, nomeadamente no que diz respeito a formatos com uma periodicidade semanal que tomavam o real como referência. Por vezes, a contaminação dessas áreas ocorria na própria estrutura organizacional da estação. Em 1998, o único espaço de debate da RTP1 era conduzido por uma jornalista, Maria Elisa, que estava sob alçada de um director de Informação, enquanto ela própria ocupava o cargo de directora de Programação da RTP, criando, nessa altura, formatos conduzidos por jornalistas (por exemplo, Paula Moura Pinheiro e Margarida Pinto Correia). Poder-se-á dizer que parte deste trânsito contínuo entre programas de informação e outros de características próximas do entretenimento não subtraiu a imparcialidade nem o rigor aos jornalistas que apresentavam essas emissões, mas também não contribuiu para fortalecer a idiossincrasia desse grupo profissional fragilmente institucionalizado<sup>49</sup>.

Outra característica que sobressai neste período é a diversidade de pontos de vista que os jornalistas manifestam em relação ao seu papel na informação televisiva feita ao ritmo semanal. Percorrendo várias entrevistas publicadas na imprensa a respeito de certos programas, esses profissionais verbalizam os seguintes modos de agir:

- anunciam um envolvimento face àquilo que os convidados dizem/apresentam<sup>50</sup>;

<sup>49</sup> Trata-se aqui de uma situação extensível a outros países, que resulta, por um lado, de um processo histórico da formação da profissão e, por outro, dos requisitos (flexíveis) de acesso à profissão. O caso francês, por exemplo, é semelhante ao nosso. Cf. Ruellan, D. (1993) *Le Professionnalisme du flou*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

<sup>50</sup> Esse envolvimento pode desenvolver-se em diferentes níveis. Por exemplo, dizer abertamente o que pensam acerca daquilo que é dito, como acontecia em *Crossfire* (SIC, 1995), onde cada um dos apresentadores tinha, na parte final do programa, um espaço opinativo. A este respeito, Sousa Tavares afirmava o seguinte: “Não somos meros colhedores de respostas sem mais. Aliás, o próprio tom das entrevistas vai preparar o telespectador para uma intervenção final em que se toma posição sobre o conteúdo da entrevista” (*TV Mais*, 30 de Novembro de 1995). Em *Ficheiros Clínicos* (SIC, 1998, 1999, 2002), a jornalista Cláudia Borges fala de um envolvimento mais emocional: “Não podemos proceder como se estivéssemos a trabalhar na informação diária, tem de haver uma grande dedicação e algum envolvimento humano. São pessoas que nos oferecem os seus testemunhos, que nos abrem um pouco o seu coração, as suas dores, os seus medos. Isso obriga a que, da nossa parte, também exista uma capacidade de conforto e até de dar alguma confiança a essas pessoas” (*TV Guia*, 26 de Junho de 1999). A respeito de *Quero Justiça* (TVI, 1999), o jornalista Vítor Bandarra também refere esse tipo de envolvimento: “Não ficamos insensíveis à indignação que as pessoas sentem quando se encontram perante uma situação em que são prejudicadas ou maltratadas” (*TV Mais*, 19 de Fevereiro de 1999).

- entendem que o seu trabalho é um produto que rentabiliza audiências<sup>51</sup>;
- reconhecem que a informação que promovem se reveste de determinada encenação<sup>52</sup>;
- chamam a si funções que não são as da sua profissão<sup>53</sup>;
- insistem na independência face às pressões externas ao seu campo, reclamando um *ethos* profissional instituinte de noticiabilidade<sup>54</sup>;
- garantem imparcialidade e distanciamento relativamente ao que é discutido<sup>55</sup>.

Poderíamos discutir a legitimidade das diferentes posturas apontadas, mas neste contexto aquilo que importará assinalar é o facto de cada uma delas reflectir um trabalho que produz permanentemente uma realidade social a partir de um determinado real. Estruturados por um debate entre diferentes interlocutores, por uma entrevista com um único convidado ou misturando no alinhamento

<sup>51</sup> Sem pôr em causa a sua independência profissional, o jornalista António Perez Metello reconhece que o programa que coordena e apresenta (*Tostões e Milhões*, 1993-7) se insere numa grelha pensada em função da rentabilização das audiências: “Sei que receitas directas se geram com a introdução deste produto na grelha da SIC e estou a lutar por atingir metas que foram discutidas comigo. Sinto aqui que estamos todos a puxar a carroça para o mesmo lado” (*TV Guia*, n.º 743, Maio de 1993). Apresentando *Conversa Afiada* na RTP (1993), o jornalista Joaquim Letria tem um discurso semelhante: “Haveria interesse em prolongar a própria emissão com outro tipo de publicidade que felizmente tem acompanhado a *Conversa Afiada*” (*TV Guia*, n.º 743 de Maio de 1993).

<sup>52</sup> Não é comum os jornalistas reconhecerem a encenação intrínseca a um programa de informação que se estrutura através da conversa entre diferentes interlocutores. Referindo-se aos comentadores-residentes de *Flashback* (SIC, 1994-1996), Carlos Andrade afirma o seguinte: “São actores tão talentosos que, dentro do guião que temos, recriam permanentemente situações inesperadas. É claro que neste sentido também sou um actor” (*TV Guia* de 16 de Março de 1996).

<sup>53</sup> O jornalista Luís Pires, que coordena e apresenta um programa que retrata as dificuldades por que passam certas pessoas, assume essa vertente mais interventiva: “Durante 50 minutos que dura o programa iremos tentar arranjar soluções para algumas das situações que vamos apresentar” (*TV Mais* de 16 de Setembro de 1994). Noutra ocasião, reconhecerá ainda isto: “Privilegiamos uma perspectiva humana... em primeiro lugar porque somos homens e depois jornalistas” (*TV Guia* n.º 834, Janeiro de 1995).

<sup>54</sup> As pressões podem ser de vária ordem: das fontes, das audiências, do formato, etc. Tratando semanalmente casos que envolviam as forças policiais, a jornalista Conceição Lino insiste em retirar *Casos de Polícia* (SIC, 1993-1999) das pressões que poderiam afectar o seu trabalho: “Neste contexto, o papel dos jornalistas é fazer com que quem é responsável por determinada instituição preste contas.” (*TV Guia* 16 de Março de 1996). Coordenando e apresentando os principais debates da SIC, a jornalista Margarida Marante insistiu em manter-se equidistante das audiências. A respeito de *Esta Semana* (SIC, 1996-2001), diz o seguinte: “Entendo que a minha agenda não tem que ser determinada exclusivamente por regras de audiência. De resto, ninguém me impõe essa norma” (*TV Guia* de 18 de Outubro de 1997). Na RTP, Maria Elisa adopta a mesma atitude. Falando do debate a que empresta o seu nome, a jornalista garante isto: “Na RTP posso escolher os temas que quero. Esse luxo é-me facultado porque tenho mais de 20 anos de profissão. Tenho este luxo de não estar condicionada pelo critério das audiências” (*Expresso*, 15 de Novembro de 1997).

<sup>55</sup> À frente de um dos programas de informação que suscitou mais polémica devido ao jornalismo pró-activo que aí se praticava, Nuno Santos sublinha a preocupação em criar distância em relação àqueles que semanalmente ocupavam o *plateau* de *Os Donos da Bola* (SIC, 1993-1998): “Não cultivo qualquer proximidade com dirigentes ou jogadores. Há entrevistados que só quero ver quando entro no estúdio. Por regra, cumprimento as pessoas, mas é raro ficar à conversa. Se o fizesse, poderia ter 3 ou 4 dados que me serviriam, mas prefiro não o fazer, pois isso poderia à partida comprometer-me” (*TV Mais* de 23 de Fevereiro de 1996). Um outro apresentador que lhe sucedeu, o jornalista David Borges, insiste na mesma postura: “Sinto que no estúdio quem manda sou eu. Sinto essa vantagem que é comandar o programa. Tento fazê-lo com a segurança máxima que me for possível. E essa segurança acho que passa por um forte distanciamento em relação aos protagonistas e ao mundo do futebol” (*TV Guia*, 14 de Agosto de 1999).

reportagens com debate em estúdio, os diferentes programas submetiam aquilo que mediatizavam a filtros semióticos que atribuíam a determinado(s) tópico(s) uma dada configuração que se pretendia significativa para as audiências. Eis mais um sinal que consubstancia a informação televisiva enquanto “instituição geradora de discursos sociais”, para retomar aqui a formulação de González Requena (1995). Antes, porém, de se chegar ao produto final (ao programa emitido por determinado canal), convém atender às práticas profissionais daqueles que o produziam e apresentavam. Tendo como referência os jornalistas, Barbie Zelizer (1993) fala da classe enquanto “comunidades interpretativas”, um conceito que Gonzalo Abril (1997) retomará com a designação “comunidade hermenêutica”, dando-lhe um sentido mais abrangente, mas que engloba igualmente quem faz jornalismo. Não discutiremos aqui as diferenças entre ambas as designações, nem declinaremos os traços que compõem o imaginário das representações partilhável por essa comunidade que integra os jornalistas enquanto grupo de intérpretes ou instituintes de uma realidade social<sup>56</sup>. Interessa-nos, sobretudo, sublinhar a existência das diferentes formas de encarar a profissão que estruturam aquilo que se mediatiza e que, conseqüentemente, conferem à informação televisiva uma dimensão estruturante.

Poder-se-á considerar a informação televisiva como um espaço cujas funções cognitivas serão motivadas pelo apelo que determinada emissão faz aos sentidos. Trata-se, porém, de uma associação com alguns limites, na medida em que o jornalismo, para manter a sua idiossincrasia, terá sempre de estabelecer fronteiras claras em relação a conteúdos de entretenimento. Isso não significa que seja imune a alguns dos seus componentes. O que não é, de modo algum, reprovável. Neste período, encontrámos nos programas de informação semanal elementos que interpelavam, de forma diversa, a dimensão sensível dos telespectadores e que poderão ser extensíveis a conteúdos mais do âmbito do entretenimento. Será essa uma forma de tornar os programas mais atractivos e que, quando bem doseada, poderá ajudar a melhor expor a informação que se pretende transmitir.

Nos *talk shows*, evidenciaram-se, por exemplo:

- elementos ficcionais<sup>57</sup>,
- bandas de música<sup>58</sup>,

<sup>56</sup> Cristina Ponte desenvolve com algum pormenor esta questão, complementando-a com outros pontos de vista teóricos. Cf. *Leituras das Notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Livros Horizonte, 2004 (pp. 71-89).

<sup>57</sup> Em *Ligações Perigosas* (RTP, 1996), a boneca virtual “BB” moderava a conversa dos convidados da emissão e dos três intervenientes fixos: a jornalista Paula Moura Pinheiro, o académico Nuno Rogeiro e o psiquiatra Júlio Machado Vaz.

<sup>58</sup> *Ligações Perigosas* (RTP, 1996) contava semanalmente com a banda *Os Amigos da Salsa* e com os movimentados passos de dança de dois bailarinos profissionais especialistas em danças latino-americanas.

- comentadores-residentes oriundos do mundo do espectáculo<sup>59</sup>.

Por seu lado, os programas de debates e de grande-entrevistas integraram/promoveram, por exemplo:

- rubricas de humor<sup>60</sup>,
- exibição de excertos de filmes e música<sup>61</sup>,
- convidados que cantavam em estúdio<sup>62</sup>,
- convidados do mundo do espectáculo com bastante popularidade junto da opinião pública<sup>63</sup>,
- deslocamento do cenário para lugares de diversão<sup>64</sup>.

Estas mudanças na enunciação informativa não surgiram de forma gradual ao longo destes anos, o que impossibilita a construção de uma linha diacrónica ao longo da qual a informação semanal teria absorvido um crescente número de traços dos universos ficcional e lúdico. No entanto, aparecendo aqui ou ali, essas marcas contribuíram para redimensionar a informação televisiva a vários níveis: no desenho dos formatos, na postura dos apresentadores, no perfil dos interlocutores chamados a estúdio, nos cenários permitidos para essa programação... De modo diverso, tudo isto foi ajudando a criar (pontualmente) emissões televisivas menos formais, mais espontâneas, mais próximas dos cenários da vida de todos os dias e atravessadas, aqui e ali, por elementos que tornavam determinado programa mais espectacular no sentido etimológico inerente a *spectaculum*, que significa tudo o que suscita e prende o nosso olhar.

A contraposição sensível/inteligível tornou-se anacrónica. Hoje, todos sabemos que a emoção está presente nas estruturas e nos processos sociais, sendo, por isso, um elemento imprescindível na produção mediática da realidade, nomeadamente na informação. Todavia, a adopção das marcas do sensível/

<sup>59</sup> Pelo painel fixo da *Noite da Má-Língua* (SIC, 1994-1997) passaram as actrizes Graça Lobo e Rita Blanco.

<sup>60</sup> *Grande Plano* (TVI, 1996) tinha a participação humorística do actor Carlos Paulo, que ora fazia de crítico de televisão no papel de *Zap dos Reis*, ora de comentador político como *Prof. Prosápio dos Reis*. Por seu lado, os *talk shows* tinham rubricas de política. Por exemplo, em *Sexo Forte* (SIC, 1993), essa rubrica estava a cargo da jornalista Helena Sanches Osório.

<sup>61</sup> Na primeira parte de *Verdes Anos* (SIC, 1996) exibia-se um filme da BBC que era o ponto de partida para o debate. *Marcha do Tempo* (RTP, 1993) incluiu várias vezes excertos de filmes e músicas nos seus debates: excerto da 9.ª Sinfonia de Beethoven (9/2), excerto do filme *O Leão da Estrela*, de Artur Duarte (23/3), excerto do filme *ET - o Extraterrestre* (6/4).

<sup>62</sup> *Conversas Curtas* (SIC, 1993) rematou duas emissões com Luís Represas (7/11/1993) e Sérgio Godinho (27/11/1993). No debate *Maria Elisa* dedicado à "música pimba" (8/10/1996), Toy cantou uma das suas músicas.

<sup>63</sup> Na edição de 15/3/2002, *A Bola é Nossa* teve como convidados alguns dos participantes do *Big Brother*. No *pivot* de entrada, o apresentador disse o seguinte: "Hoje o programa antecipa o grande jogo da próxima jornada entre o Porto e o Sporting. E 'A Bola é Nossa' rendeu-se à popularidade do *Big Brother*. Assim, convidamos quatro figuras públicas, quatro ex-residentes da casa mais vigiada do país. Eles já vão entrar em cena".

<sup>64</sup> A emissão de *Maria Elisa* dedicada ao "Tango" (7/5/1998) foi feita no salão da Sociedade Filarmónica dos Alunos de Apolo e abriu com os bailarinos a dançar tango; a emissão sobre "o pensamento dos animais" (18/6/1998) foi emitida em directo do Jardim Zoológico de Lisboa; a emissão que debateu "os *media* e a Família Real Inglesa" (31/8/1998) instalou o *plateau* no Palácio da Fronteira em Lisboa. *Hora Extra* (SIC, 2002-3) foi até ao Oceanário de Lisboa na emissão em que discutiu "os oceanos" (15/1/2003).

emotivo comporta o risco de atirar a informação para o movediço domínio do lúdico. Conscientes de que o horário nobre dos canais generalistas estava cada vez mais dominado por conteúdos de entretenimento, a partir do segundo quinquênio dos anos 90 alguns jornalistas que apresentavam e coordenavam programas de informação semanal começaram a sentir necessidade de delimitar fronteiras, reclamando reiteradamente a sua pertença e a do seu trabalho ao campo da informação:

Sou jornalista, não faço entretenimento. (...) Sou jornalista, pretendo continuar a sê-lo e não sou 'comunicadora' como agora é moda dizer-se, presumo que com o objectivo de cobrir realidades muito distintas."

Margarida Marante  
(*TV Mais* de 26 de Setembro de 1997)

Entendo que há limites para o que se pode e deve tratar na esfera da informação. Limites que têm a ver com a honestidade e a decência, quer dizer, o respeito pela dignidade humana. Rejeito as generalizações levianas, tomar a parte pelo todo para daí se fazer um *show* mediático. Isso para mim é um limite sério.

Maria Elisa  
(*Expresso*, 15 de Novembro de 1997)

[Ficheiros Clínicos] é um programa de informação e não de entretenimento.

Cláudia Borges  
(*TV Guia* de 8 de Agosto de 1998)

Na realidade há um formato que é semelhante: um tema é lançado a debate e surge o contraditório. Agora, os objectivos são completamente diferentes. 'Gregos e Troianos' era um programa que tinha um objectivo de entretenimento, e recorria a alguma espectacularidade. Mas se há alguns elementos de coincidência na forma, eles não existem quer nos conteúdos quer nos objectivos, porque este ["Prós e Contras"] será um espaço de grande informação, desenvolvido num registo exclusivamente jornalístico.

Fátima Campos Ferreira  
(*Diário de Notícias*, 14 de Outubro de 2002)

Estas tomadas de posição apareceram depois de terem sido emitidos determinados formatos pretensamente informativos que criaram, juntamente com a polémica que desencadearam, universos autotélicos incapazes de promover qualquer inteligibilidade da realidade social. Esse tipo de programação que, em alturas diferentes, integrou a grelha televisiva dos três canais generalistas era conduzido por jornalistas ou apresentadores muito conhecidos e colocava em cena situações referenciais manipuladas pelo próprio dispositivo

televisivo<sup>65</sup>. Não sendo informativos, esses programas influenciaram a informação semanal dos canais generalistas: ocuparam franjas importantes do horário noturno, reclamaram para si substanciais meios (financeiros e humanos) dos canais e, tendo em conta que uma grelha se desenvolve em termos de macrodiscurso, alguns dos seus traços não terão passado despercebidos ao jornalismo televisivo. Essa influência não foi muito notória nos anos 90, talvez porque, nesse período, a informação semanal tinha um espaço de destaque na grelha das três estações generalistas. À medida que os programas de informação foram perdendo o horário nobre, nomeadamente nos canais privados, instalou-se um progressivo domínio de formatos que punham em causa as regras básicas do jornalismo (imparcialidade, rigor, respeito pelo princípio do contraditório...). Esse tipo de oferta televisiva ganhou espaço na TVI e na SIC a partir de 2001, apresentando como traços comuns o facto de resultarem do trabalho de produtoras externas; serem apresentados por pessoas sem a carreira profissional de jornalista; e centrarem-se em situações que se pretendiam reais, dramatizadas pelos respectivos (pseudo) protagonistas. A novidade não estava propriamente nas temáticas exploradas, no perfil dos convidados ou no estatuto do apresentador, mas no modo como cada um destes vectores era colocado em cena. Mais do que procurar entender problemáticas, explorava-se apenas a emoção que esses discursos eram capazes de desencadear; mais do que retratar situações que podiam ser paradigmáticas de grupos sociais, destacavam-se casos apresentados como anormais e, muitos deles, de natureza inverosímil. Em ambas as estações privadas, estes programas faziam-se apenas pelo espectáculo da palavra (na enunciação), minimizando-se a compreensão daquilo que estava em causa (o enunciado).

Trata-se aqui de um sinal evidente daquilo que havia sido teorizado por González Requena (1995) acerca do poder que o macrodiscurso televisivo (grelha) tem sobre os seus enunciados (os programas): uma emissão é condicionada pelas emissões que lhe são contíguas e, acima de tudo, pela política editorial da respectiva estação. Num tempo em que a informação foi um vector estruturante do horário nobre, os programas mantiveram marcas distintivas em relação ao entretenimento, embora absorvessem dele alguns elementos; quando o entretenimento galvanizou o segmento noturno dos canais generalistas privados, os programas vocacionados para mediatizarem a realidade adquiriram configurações que os excluíram do domínio da informação. Poder-se-ia,

<sup>65</sup> Exemplos desse tipo de programas:

- *Máquina da Verdade* (SIC, 1995): testava-se em estúdio, através de um polígrafo, a justeza das sentenças proferidas em tribunal. Apresentação do jornalista Carlos Narciso.
- *Filhos da Nação* (SIC, 1997): inventavam-se acontecimentos que se faziam passar como verdadeiros para testar a reacção das pessoas ou certas falhas/vazios legais. Apresentação de Júlia Pinheiro.
- *Cadeira do Poder* (SIC, 1997): colocavam-se duas figuras públicas perante provas que tinham de superar para serem primeiro-ministro, havendo ainda um noticiário que envolvia involuntariamente pessoas conhecidas em situações inventadas e polémicas. Apresentação do jornalista Artur Albarra.

então, afirmar que as *novelas da vida real* que surgiram a partir de Setembro de 2000 e que ocuparam um grande espaço no interior das grelhas revolucionaram a programação, a de entretenimento e a informativa? Em certa medida, sim. Os enredos desses formatos contaminaram outros programas, deram origem a emissões especiais, tornaram alguma da ficção nacional semelhante a si e misturaram aquilo que é intrínseco ao entretenimento com aquilo que é idiossincrático do jornalismo. Os jornalistas criaram peças sobre essas *novelas da vida real* e os que estavam envolvidos na produção dos *reality shows* fizeram pretensas reportagens sobre os respectivos concorrentes. Como se os noticiários passassem a ser um tempo de descontração e as emissões de entretenimento um momento de informação. Valorizando a ligação directa a factos cujas causas e consequências ainda estavam por apurar, insistindo em assuntos quotidianos anódinos e privilegiando fontes anónimas que falavam em registos emotivos, os noticiários, nomeadamente o *Jornal Nacional* da TVI na fase do *Big Brother* distinguiram-se pouco das *novelas da vida real*.

Entre 2001 e 2005, foram muitos os que, em conferências, em artigos de jornal ou em revistas científicas, se opuseram ao rumo do audiovisual, nomeadamente das estações privadas<sup>66</sup>. A propósito das *novelas da vida real*, falou-se em “atentados contra a privacidade” ou de “conteúdos objectos”. Da informação (diária), aludiu-se à “falta de rigor” ou ao “sensacionalismo”. Argumentos de quem ambicionava outra oferta televisiva, principalmente um jornalismo com mais qualidade e com menos dependências de vária ordem. Os responsáveis pelos canais privados de televisão defenderam-se das críticas, contrapondo os altos índices de audiências atingidos pelas emissões alvo de maiores críticas. Era como se de um lado estivesse uma elite que pretendia uma televisão de minorias e, do outro, as massas que reclamavam uma TV “democrática” que se tomava como sinónimo de conteúdos com elevados *shares*. Na verdade, os novos *reality shows* só vieram comprovar o que se sabia: no audiovisual a oferta é determinada pelas leis do mercado. Todavia, ao submeter-se (cegamente) a condicionamentos económicos, a TV corre o risco de apenas reproduzir mais do mesmo. Pela nossa parte, pensamos que os espaços informativos mais alargados poderão ser uma alavanca fortíssima para restituir qualidade à oferta televisiva e para conferir ao espaço público contemporâneo uma nova vitalidade.

<sup>66</sup> Desenvolvemos esse estudo num artigo intitulado “Novos rumos no audiovisual português: o impacto do *Big Brother* na informação televisiva”, que se integra num livro coordenado pelo Prof. Manuel Pinto (*Televisão e Cidadania – Contributos para o debate sobre o serviço público*. Ed. Campo das Letras, 2007).

## 6. Uma oportunidade perdida para fomentar um espaço público televisivo dinâmico, diversificado, acessível e próximo do quotidiano

A informação semanal da TV generalista, nomeadamente os programas estruturados pela conversação em estúdio, desenhou, entre 1993 e 2005, um espaço público televisivo elitista nas temáticas e na participação dos actores sociais, cuja evolução se revelou tributária da tirania do audímetro. Nestes anos, a informação televisiva silenciou muitos temas e interlocutores. Porque estavam nas margens; porque, na ausência de atenção mediática, foram sendo minimizados pela opinião pública; ou porque os canais generalistas não estavam interessados nesse tipo de discussão. Por exemplo: o ambiente, as inovações tecnológicas, o desenvolvimento científico e, curiosamente, os próprios *media*<sup>67</sup> nunca foram alvo de grande destaque nos debates televisivos. Também foram muitos os grupos sociais que ficaram longe dos *plateaux* informativos, principalmente pessoas com profissões técnicas, investigadores de ciências exactas, jovens e, sobretudo, o cidadão comum, aquele que não fala em nome de uma profissão ou grupo social, mas que é convidado a exercer um direito fundamental: o de cidadania, o de participação na *res publica*.

Cedendo cada vez mais espaço ao entretenimento, a informação semanal acabou por desaparecer da TVI e da SIC no princípio do século XXI, circunscrevendo-se aos géneros clássicos do debate e da grande-entrevista na RTP1. Poder-se-ia perguntar qual a diferença que, nesse tempo, o serviço público pode reivindicar para si ao nível da programação informativa. Como fomos sublinhando ao longo deste livro, o canal generalista de serviço público não pode reclamar aí muitos e expressivos traços distintivos. Nesse período, faltaram-lhe rasgos de inovação que renovassem formas de enunciação da realidade,

<sup>67</sup> Num tempo em que teve um acentuado e visível desenvolvimento, a televisão quase não foi alvo de análise crítica, principalmente na RTP1. Na SIC, quando se elegeu o audiovisual para debate, foi sobretudo para discutir o serviço público de televisão ou a legitimidade de a Igreja ter um canal de TV. A TVI destacou pontualmente algumas questões-chave do campo mediático. Em 1993, *Referendo* procurou responder a isto: "Os telespectadores acreditam na televisão?" (11/3). No mesmo ano, *Artur Albarran* reservou a emissão de 12 de Novembro à televisão para, entre outras questões, discutir com responsáveis dos três canais generalistas questões como esta: "Como se escolhem as notícias?" Estas emissões não suscitaram emissões análogas na SIC e na RTP1.

que reflectissem aquilo que era importante em diversos domínios e alargassem, de facto, o espaço televisivo. A RTP1 ficou aquém de uma informação diversificada, aberta a diferentes sectores sociais e criadora de novas formas de mediatização da realidade; a SIC desistiu rapidamente daquilo que parecia ser um projecto de informação consistente e original; e a TVI, quando saiu da crise em que mergulhou até 1998 e conquistou alguma visibilidade junto das audiências, preferiu apostar na área do entretenimento.

Nesta obra, constatámos que, entre 1993 e 2005, a informação televisiva como intérprete da realidade revelou-se um operador semântico muito selectivo: atento às opiniões dominantes, deixando na penumbra uma maioria que, nesse tempo, foi sendo mantida em silêncio. Na análise dos programas de debate e de grande-entrevista, verificámos que não houve preocupações substanciais em integrar o cidadão comum nas discussões televisivas, o que poderá ser paradoxal para canais de natureza generalista. Talvez se tenha julgado (erradamente) que bastava, de quando em vez, abordar situações com as quais os telespectadores estivessem relacionados, mantendo as audiências sob o estatuto de consumidoras (receptores passivos) de conteúdos. Essa deslocação da posição de cidadão para a de consumidor não só revela uma crescente miopia do sistema informativo em relação à dinâmica do sistema social como nega os traços que se reivindicam para a TV que sucedeu à fase do monopólio. No que à informação semanal diz respeito, o cidadão comum não esteve no centro da enunciação televisiva como se afirma quando se refere a fase correspondente à privatização do audiovisual, que Umberto Eco (1993) designa como “neotelevisão”. Também não foi parte activa da programação informativa, mesmo na *fase das novelas da vida real* que, segundo Eliseo Veron (2001), inaugurara formas de comunicação reais com os respectivos receptores (a *audiência* passaria a ser entendida como *público*). Ao circunscrever a palavra pública a grupos restritos de notáveis, a informação semanal dos canais generalistas portugueses, para além de ter colocado alguns obstáculos à evolução do audiovisual, estagnou a dinâmica do espaço televisivo. Ao longo destes anos, deparámo-nos frequentemente com queixas, por parte de jornalistas que apresentavam programas de informação semanal, de uma conjuntura que o seu próprio trabalho fomentava: a falta de interlocutores com capacidade de intervir em determinados debates. A informação semanal afundava-se, assim, na espiral do silêncio que ela própria fomentava.

Do nosso estudo da informação semanal resultou uma configuração do espaço público que ficou muito aquém daquele formulado por Jürgen Habermas (1986): assente na comunicação racional e ilimitada, no debate de assuntos de interesse geral e no acesso generalizado. Poder-se-ia encontrar pontos de contacto com o modelo do filósofo alemão em dois traços que, no entanto, encaramos como as suas grandes limitações: a centralidade dos temas urbanos e a exclusão/afastamento das mulheres e dos plebeus dos palcos de encenação

da palavra pública. Não é nosso propósito propor a reabilitação do conceito habermasiano de esfera pública, até porque o respectivo desenho é tributário de um tempo que sobrestimava os efeitos dos *media* e negligenciava as capacidades de negociação dos receptores. Por outro lado, o espaço público dos anos 90 terá passado por instituições e repertórios de acção simbólica substancialmente diferentes daqueles delineados por Habermas e terá igualmente readquirido novas configurações à medida que foi entrando no século XXI. Significa isso que é necessário pensar novas articulações para o redimensionamento entre o público e o privado, encarando como imprescindível a reabilitação de uma esfera pública que preserve a função crítica da sociedade e, conseqüentemente, institucionalize a democracia. A esse nível, os territórios electrónicos assumem, hoje mais do que no passado, um posicionamento central.

Confrontada com a crescente complexidade das sociedades modernas que conduziu a esfera pública para novos domínios e competências, a informação televisiva reflectirá essa mudança? Face a um espaço público cada vez mais privatizado e a um domínio privado cada vez mais publicitado, a gestão do consenso social tornar-se-á mais sofisticada? Estarão os jornalistas que trabalham em televisão preparados para a enunciação de novas realidades e disporão de recursos suficientes para reter os traços distintivos do seu trabalho? A análise da evolução da oferta informativa semanal dos canais generalistas portugueses entre 1993 e 2005 não permite responder positivamente a estas questões. Nesse período, a TV foi essencialmente uma arena discursiva caracterizada por relações de dominação e de subordinação, sem assinaláveis rasgos inovadores. Reflectindo acerca das novas fronteiras entre o público e o privado, Victoria Camps (1998: 96) defende que “*o interesse comum não é algo que se encontre lá fora à espera de ser reconhecido e identificado, mas algo que devemos ir descobrindo através de um diálogo o mais democrático possível*”. Este ponto de vista, que partilhamos, exige plataformas colectivas que a informação televisiva, nomeadamente os programas de debate e de grande-entrevista, pode dinamizar. A participação alargada em discussões sobre questões públicas ou problemáticas do domínio privado, mas de interesse público, sejam elas de preocupação maioritária ou minoritária, não teve grande espaço televisivo na informação semanal dos canais generalistas e, nos primeiros anos do século XXI, registou mesmo um revés: a SIC e a TVI foram fazendo desaparecer esse tipo de programação do horário nobre e a RTP1 circunscreveu-a à esfera política. Acontece que hoje, mais do que num passado recente, as alterações de fronteira entre o público e o privado desencadeiam novos temas, que, no entanto, poderão se confrontar com um problema de fundo: a incapacidade de inscrição no espaço público. No ensaio intitulado *Portugal Hoje*, José Gil (2005: 26) traça, a este respeito, um diagnóstico devastador:

Não há espaço público porque este está nas mãos de umas quantas pessoas cujo discurso não faz mais do que alimentar a inércia e o fechamento sobre si próprio

da estrutura de relações de força que elas representam. Os lugares, tempos, dispositivos mediáticos e pessoas formam um pequeno sistema estático que trabalha afanosamente para a sua manutenção.

Concebendo o audiovisual como um meio estruturante do espaço público contemporâneo, ou seja, como um meio que engendra um território que poderá ser partilhado por um número significativo de pessoas que se juntam à volta de questões de interesse geral, poder-se-á perguntar: a TV na sua vertente informativa terá capacidade para *inscrever* uma esfera pública que adquire permanentemente novas configurações? Em teoria, a resposta é positiva, mas, entre 1993 e 2005, a informação semanal dos canais generalistas portugueses não consubstanciou um espaço diversificado, acessível a todos, reproduzidor de um vasto acervo de conhecimentos, impulsionador de novas formas de vida e promotor de variados elos sociais. Talvez não tivessem sido os coordenadores dos programas de debate e de grande-entrevista que mais falharam: o desenho de grande parte dos espaços informativos não suscitaria reservas, se tivesse sido complementado com outros formatos. Talvez tivessem sido os responsáveis pela programação que se revelaram incapazes de reconstituir uma outra estrutura numa grelha cada vez mais dispersa para territórios do entretenimento, nomeadamente nas estações privadas.

Poder-se-á argumentar que o surgimento dos canais temáticos no cabo, nomeadamente da SIC Notícias, que começou a emitir em 2001, se constituía como o espaço propício a formatos mais alargados de informação que, a partir de 2000, deixaram de caber na grelha nocturna da SIC. É verdade que programas como *Ficheiros Clínicos* e *Esta Semana* foram transferidos para o canal do cabo, depois de um tempo considerável de emissão na estação generalista. No entanto, parece-nos muito redutor o argumento que contrapõe a oferta dos canais temáticos para justificar determinadas falhas das estações que operam em sinal aberto. O que estará em causa serão canais com um funcionamento distinto, com audiências diferentes, com acesso desigual por parte das várias regiões do país. Se as lógicas fossem de complementaridade, quais as razões que justificariam o *Jornal da Noite* da SIC ou o *Telejornal* da RTP1, se a SIC Notícias e a RTPN têm serviços informativos de manhã até, pelo menos, à meia-noite? Outro argumento a aventar para o desaparecimento da informação semanal dos ecrãs generalistas privados poderia ser a absorção pela informação diária de determinados géneros, nomeadamente os da grande-reportagem e do debate (político). É verdade que, a partir de 2001, os noticiários da noite da RTP1, SIC e TVI integraram no seu alinhamento alguns trabalhos de grande-reportagem e criaram rubricas específicas para o comentário político, feito por políticos dos principais partidos portugueses (PS e PSD). Se no caso da grande-reportagem nunca houve uma regularidade na emissão desses trabalhos jornalísticos, no caso do comentário político tratou-se de espaços

efémeros pontuados por alguma controvérsia devido à filiação partidária dos respectivos comentadores<sup>68</sup>. Esses espaços serão, pois, muito diferentes dos debates televisivos, que se desenvolvem por critérios jornalísticos, obedecendo ao princípio do contraditório, confrontando diversos pontos de vista, moderados por jornalistas interventivos que procuram o equilíbrio das intervenções.

Neste tempo de “McDonaldização do sistema audiovisual” (Blanco Sampedro, 2003), a televisão generalista parece mais interessada em exibir-se e promover-se a si própria, prescindindo do contacto com o mundo exterior. “Tele-realidade”, “tele-verdade” ou “espectáculo do real televisivo” assumem-se como conceitos recorrentes para falar da TV actual, onde a verdade dos enunciados cede lugar à verdade da enunciação. O visível sobrepõe-se ao inteligível, o emocional ao racional. Mas, como lembra Régis Debray (1994), *ver* não é sinónimo de *entender*. É exactamente a partir deste postulado que a informação televisiva deve procurar espaço para recuperar o terreno perdido nestes últimos anos. Percorrendo o horário nobre dos canais generalistas portugueses desde Setembro de 2000 (altura em que se estreou o *Big Brother* na TVI), os programas de informação semanal foram desaparecendo das estações privadas. Serão os telejornais suficientes para perceber o que se passa de mais importante? Constituindo-se como fragmentos da actualidade, as respectivas peças noticiosas terão capacidade para nos situar na complexidade daquilo que nelas é sumariamente relatado?

Já sabemos que a actualidade noticiosa é sempre uma selecção de acontecimentos, mas convém que o filtro por onde passam os factos que acedem à visibilidade mediática reflecta o mundo onde nós vivemos e não apenas o universo televisivo, fazendo-nos crer que nada mais se passa para além daquilo que é criado no pequeno ecrã. Por outro lado, os avanços que o jornalismo televisivo tem feito em relação aos territórios do domínio privado levantam a questão de saber se essa aparente transparência confere maior proximidade àquilo que se passa. Nem sempre o excesso de luz permite a melhor visibilidade, o que valoriza o discurso enquanto âncora imprescindível para aquilo que se vê. Mas é essa atracção pela *hipervisibilidade*, desligada de qualquer contextualização, que a TV tem vindo a promover através sobretudo dos novos *reality shows*. E que o jornalismo televisivo não tem sido capaz de inverter, procurando outras formas de explicar a realidade que ultrapassem a hipertrofia representativa que resulta de uma cultura assente na profusão de imagens e na escassez da palavra.

<sup>68</sup> Um dos exemplos de maior longevidade no comentário feito no interior do noticiário foi o de Marcelo Rebelo de Sousa, que, de Maio de 2001 até Outubro de 2004, manteve o seu comentário no *Jornal Nacional* de domingo da TVI, abandonando a estação na sequência de uma polémica desencadeada pelas críticas do Governo (do seu próprio partido), liderado por Pedro Santana Lopes, que tornou público o seu desagrado em relação a essas intervenções. Na noite das eleições legislativas de 2005, a 20 de Fevereiro, Rebelo de Sousa estreou-se-ia na RTP1 com idênticas funções, dispondo, ao domingo, de um espaço autónomo a seguir ao *Telejornal*, intitulado *As Escolhas de Marcelo*.

Reflectindo sobre o jornalismo no século XXI, José-Luís Martínez Albertos (1999) afirma que “a possível sobrevivência do jornalismo está em grande parte condicionada pela valorização da actividade jornalística como profissão”, devendo esse trabalho assentar em dois pilares: assumir-se como um direito público e ser regulado por exigências éticas criadas pelos próprios profissionais. Seria utópico reclamar uma programação informativa como aquela que era praticada ainda num passado recente. Vive-se um tempo diferente. Um tempo em que a vida pública se mistura com o espaço privado e em que a intimidade é exposta como se de um assunto social se tratasse. Um tempo em que os indivíduos se constroem não só através de discursos racionais, mas em que se percebem, a eles e aos outros, através de registos emotivos. Mais do que modos de pensar, procuram-se modos de sentir. Neste contexto, a informação televisiva vê-se perante o desafio de renovar os seus códigos de enunciação televisiva. Nos últimos anos, optou-se pelo caminho mais fácil. E mais perigoso. Rasgaram-se os limites da intimidade, promoveu-se o *voyeurismo*, criaram-se *pseudonotícias* e instalou-se uma espécie de “jornalismo de causas”, subserviente face às leis do mercado, perdendo de vista o *bem comum*. Se hoje se insiste em manter o jornalismo televisivo como um campo social autónomo, de que práticas e de que valores se poderá falar? Será que ainda faz sentido haver redacções com profissionais de jornalismo? Será que necessitamos hoje de jornalistas que privilegiem factos de interesse público, que promovam um debate plural e igualitário, que procurem informação junto de fontes credíveis, que respeitem o princípio do contraditório...? Será que queremos apenas divertir-nos, quando ligamos a TV? Será que não nos fará falta uma informação que seja simultaneamente de interesse do público, mas também de interesse público? Se as respostas parecem óbvias, não terão sido paradoxais as opções que os responsáveis pela programação dos canais generalistas tomaram entre 1993 e 2005, principalmente nos primeiros anos do século XXI?

## Epílogo

Considerada inicialmente como uma prioridade, a programação informativa dos canais generalistas emitida em horário nocturno e feita ao ritmo semanal foi sendo progressivamente desvalorizada pelos programadores ao longo dos primeiros anos de coabitação entre os sectores público e privado. Conforme esta obra documenta, entre o entretenimento e a informação, valorizou-se sempre o primeiro e nem a descida gradual das audiências da TV generalista tem estimulado a pensar a programação bem como novas formas para os géneros informativos característicos de emissões semanais. Nestes anos, pouco se fez para renovar a chamada “grande-informação”.

Se, num primeiro momento, se procuraram diferentes abordagens para áreas largamente tratadas do ponto de vista jornalístico (como o desporto, a economia...) e se ampliou a mediatização televisiva para novos campos (literatura, justiça, adolescência...), cedo esse desenvolvimento foi interrompido. A partir dos finais dos anos 90, os canais privados foram progressivamente cedendo o horário nocturno a conteúdos de entretenimento, enquanto o canal de serviço público se manteve numa certa letargia, reproduzindo formatos sobejamente conhecidos e aparentemente sem grande impacte junto dos telespectadores.

Não estará o público disponível para programas de debate, de grande-entrevista ou para outros que misturem diferentes géneros jornalísticos, e que procurem discutir aquilo que (re)configura o espaço público? Os responsáveis da TV privada asseguram que não e, numa lógica de venda de audiências aos anunciantes que é intrínseca ao sector privado, o argumento tem sido suficiente para excluir esse tipo de programas da grelha. Pensamos, no entanto, que essa problemática poderá ser equacionada de outra forma: quais as razões que levam as pessoas a não se interessarem pela informação semanal, nomeadamente por emissões que debatam aquilo que se passa de mais significativo? Não haverá um entendimento demasiado rígido do que é a chamada “grande-informação”, frequentemente concebida como orientada para o tratamento de temáticas estranhas ao quotidiano e feita muitas vezes em registos “cinzentos” e herméticos?

Como documenta uma ampla literatura centrada no audiovisual, o espectáculo é uma dimensão intrínseca à televisão, incluindo a informação, e as emoções são uma importante componente do discurso informativo quando colocadas ao serviço da compreensão daquilo que se mediatiza e quando garantido o respeito pela dignidade daquele que fala ou de quem se fala. Referem-se bastante a espectacularização da informação ou os conteúdos sensacionalistas, mas falta apurar os traços que estruturam a qualidade de um bom espectáculo assim como falta também distinguir o sensacional inerente às problemáticas tratadas daquilo que resulta da manipulação das situações e está ao serviço de um mero *voyeurismo*. A partir de finais dos anos 90, em termos de formatos informativos, os canais generalistas portugueses, principalmente os privados, apenas têm vindo a reformular a informação diária. A chamada “grande-informação”, nomeadamente programas de debate e de grande-entrevista, estagnou. Se as emissões de entretenimento parecem já anacrónicas passado um ou dois anos, como é possível, por exemplo, continuar a propor às audiências modelos de debates televisivos que se conhecem há uma década?

Da análise dos debates e programas de grande-entrevista emitidos na RTP1, SIC e TVI, verificámos uma tendência global para reproduzir temáticas intrínsecas à esfera do poder instituído e para dar a palavra às elites políticas e profissionais. É certo que, nestes anos, os canais generalistas apresentaram traços distintivos que fomos assinalando ao longo deste livro, mas notou-se em todos eles uma certa dificuldade em alargar a discussão a novos temas e em introduzir outros interlocutores nos *plateaux*. Neste período, os estúdios televisivos encheram-se com os mesmos “confrades” que saltavam de canal em canal e de programa em programa. Para além de insistirem em determinadas pessoas, os debates e os programas de grande-entrevista inclinaram-se por um certo perfil de convidados: políticos, “engenheiros do social” (sociólogos, *psis*, universitários da área das Ciências Sociais...) e, em certos casos, actores das indústrias culturais. Com isso, reduziu-se o espaço televisivo a um conjunto restrito de pessoas a que se deu o direito a debater assuntos que ganhavam aí o estatuto público. Desse processo, exclui-se o cidadão comum enquanto interlocutor que opina, que propõe e que se opõe. A sua presença, nestes anos, circunscreveu-se praticamente a depoimentos, ilustrativos de temáticas em discussão.

Poderá a composição dos *plateaux* informativos ser substancialmente diferente daquela que foi seguida no período que estudámos? Será possível abrir o estúdio mais significativamente ao cidadão comum para debater temáticas de interesse geral? O debate público necessita talvez de interlocutores que manifestem *saber* e não apenas *impressões/opiniões* ou *experiências pessoais* sobre o que é debatido. Todavia, seria decerto pertinente pensar noutras formas de envolver activamente o tal cidadão comum, uma categoria que nos integra a todos enquanto telespectadores. E foi isso que a TV generalista não fez ao

nível da informação semanal, nomeadamente em programas de debate, que seriam espaços propícios à participação do maior número de pessoas. Um estúdio, mesmo de considerável dimensão, não comporta um grande e diversificado número de convidados. Por outro lado, qualquer debate, pelo tempo de que dispõe, não consegue ceder a palavra a muitas pessoas. Há, porém, outras plataformas de comunicação e talvez momentos prévios ou posteriores que poderão ser aproveitados para prolongar as emissões. Para tornar possível tudo isso, as equipas responsáveis pelas emissões de informação semanal necessitam de mais meios (humanos e técnicos). Falando com os coordenadores e apresentadores de vários programas de debate, salienta-se reiteradamente a mesma queixa: as equipas são reduzidas e insuficientes para se fazer a investigação necessária do tema e dos eventuais convidados habilitados a falar sobre o tópico em destaque. É certo que o advento da TV digital revolucionará formas e práticas de comunicação, alterando radicalmente o tempo televisivo. Também a Internet tem aberto diante de todos várias formas de participação. Mas essas possibilidades tecnológicas não garantirão, por si, uma informação mais participada e motivadora de um espaço público mais dinâmico. Se, num passado recente, os debates televisivos não souberam incorporar os telespectadores, convinha que a interactividade permitida pela era digital não fomentasse uma participação anárquica na qual se mistura o importante com o acessório. Hoje, tal como num passado recente, os canais generalistas necessitam de equipas alargadas que pensem a emissão a montante e a jusante daquilo que vai para o ar.

De acordo com Umberto Eco, a era da privatização dos canais televisivos corresponderia a uma nova fase, designada por “neotelevisão”, que seguiria um modelo de programação entendido como um “espelho do quotidiano” dos telespectadores. No que diz respeito aos programas de informação semanal, não houve, neste período, emissões capazes de implantar essa tal *TV espelho* de forma contínua e abrangente. Ao longo destes anos, os programas de debate e de grande-entrevista evoluíram por ciclos bem delimitados: até 1995, valorizaram a esfera pública, nomeadamente a esfera pública política; de 1996 até 1999 privilegiaram o espaço privado, cujas problemáticas – apresentadas pelo cidadão comum, mas debatidas predominantemente por especialistas – foram discutidas com códigos intrínsecos ao domínio público; entre 2000 e 2003, os canais privados apresentaram formatos centralizados na esfera íntima dos convidados e o canal público recentrou a sua informação semanal no espaço público político; entre 2003 e 2005, a informação semanal desapareceu das grelhas da TV privada generalista. Se actualmente nos movimentamos num espaço público cada vez mais privatizado e num espaço privado cada vez mais publicitado, a informação semanal dos canais generalistas portugueses nem sempre soube incorporar essas mudanças, nomeadamente nos debates, que serão os espaços propícios à reflexão desse dimensionamento da relação público/privado.

A informação televisiva, enquanto espaço de construção social da realidade, nunca será um espelho abrangente da sociedade que procura reflectir, mas poderia apresentar elementos que ajudassem a contextualizar variadas e pertinentes problemáticas. Hoje, talvez seja difícil manter as audiências presas a longos debates e interessadas em discursos puramente intelectuais. O desafio da informação televisiva é reinventar formas de tornar esses programas interessantes e participativos, sem os transformar em espaços vocacionados para a exploração gratuita das emoções dos convidados. Possa este estudo estimular os diferentes actores com responsabilidades na matéria a procurar outros caminhos para estes desafios.

## Bibliografia

- Abril, Gonzalo (1997). *Teoría General de la Información: datos, relatos y ritos*. Madrid: Cátedra.
- Albarello, Luc et al. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Barbalet, J.M. (2001). *Emoção, Teoria Social e Estrutura Social: uma abordagem macrosocial*. Edições Piaget, Col. Epistemologia e Sociedade.
- Barreto, António; Valadas Preto, Clara. (1996). *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*. Ed. Cadernos do Público.
- Berger, Peter; Luckmann, Thomas (1999). *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- Blanco Sampedro, Víctor (2003) "La McTele como industria de identidades lucrativas y de consumo. Análisis de Gran Hermano y Operación Triunfo" in Blanco Sampedro, Víctor (eds.) *La Pantalla de las identidades*. Icaria.
- Borges, Cláudia (2002). *Ficheiros Clínicos: Histórias de corpo e alma*. Dom Quixote.
- Bourdieu, Pierre (1997). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta.
- Camps, Victoria (1998). *El Siglo de las Mujeres*. Madrid: Ed. Cátedra.
- Carvalho, Alberto Arons (2002). *Valerá a pena desmenti-los?*. Coimbra: Ed. Minerva.
- Castelló Mayo, Enrique (2004). *La Producción Mediática de la Realidad*. Madrid: Ed. Laberinto.
- Casetti, Francesco; Cbio, Frederico (1999). *Análisis de la Televisión: instrumentos, métodos y prácticas de investigación*. Paidós.
- Charaudeau, Patrick ; Ghiglione, Rodolphe (2000). *A Palavra Confiscada. Um género televisivo: o talk show*. Instituto Piaget.
- Cortina, Adela (2004). "Ciudadanía activa en una sociedad mediática". In *Ética de los medios: una apuesta por la ciudadanía audiovisual*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Costa, António Firmino (1989). "A pesquisa de terreno em sociologia". In Santos Silva, Augusto (org.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Ed. Afrontamento, 3.ª Ed.
- Cunba, Rodrigues (1999). *Comunicar e Julgar*. Ed. Minerva
- Debray, Régis (1994) *Vie et mort de l' Image*. Gallimard.
- Eco, Umberto (1993). *Viagens na Irrealidade Quotidiana*. Difel.
- Ehrenberg, Alain (1995). *L'Individu Incertain*. Col. Pluriel.
- Giddens, Anthony (1996). *Consequência da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora, 3.ª ed.
- Giddens, Anthony (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora
- Giddens, Anthony (1987). *La Constitution de la Societé: éléments de la théorie de la structuration*. Paris: PUF.

- Gil, José (2005). *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. Relógio d' Água.
- Gitlin, Todd (1983). *Inside Prime Time*. Pantheon Books.
- Gomis, Llorenç (1989). "Gèneres literaris y gèneres periodístics". *Periodística*. Barcelona.
- Gonzalez Requena, Jesús (1995). *El Discurso Televisivo: espectáculo de la posmodernidad*. Madrid: Catedra.
- Habermas, Jürgen (1986). *Historia y Crítica de la Opinión Pública: la transformación estructural de la vida pública*. Ed. Gili, México.
- Halimi, Serge (1998). *Os Novos Cães de Guarda*. Oeiras: Celta Editora.
- Imbert, Gérard (2003). *El Zoo Visual: de la televisión espectacular a la televisión especular*. Gedisa Editorial.
- Imbert, Gérard (s/d). "Azar, conflicto, accidente, catástrofe: figuras arcaicas en el discurso posmoderno. (entre lo eufórico y lo disfórico)". Revista *Trama & Fondo*, n.º 12. (<http://www.tramayfondo.com/>)
- Joseph, Isaac (dir.) (1995). *Prendre Place: espace public et culture dramatique*. Ed. Recherches.
- Jost, François (2001). *La Télévision du Quotidien: entre réalité et fiction*. Bruxelles: Ed. De Boeck Université.
- Jurgenson, Juan-Luís Alvarez-Gayou (2003). *Como hacer investigación cualitativa: fundamentos y metodología*. Paidós Educador.
- Langer, John (2000). *La Televisión Sensacionalista: el periodismo popular e las 'outras noticias'*. Paidós Comunicación.
- Lasch, Christopher (2001). *Culture de Masse ou Culture Populaires?*. Ed. Climats.
- Lee, Raymond M. (2003). *Métodos não-interferentes em pesquisa social*. Gradiva.
- Lipovetsky, Gilles (2000). *A Terceira Mulher: permanência e revolução do feminino*. Instituto Piaget.
- Lipovetsky, Gilles (1983). *A Era do Vazio*. Relógio d'Água.
- Livingstone, Sonia; Lunt, Peter (1994). *Talk on television: audience participation and public debate*. Londres: Routledge.
- Lochard, Guy; Soulages, Jean-Claude (1998). *La Communication Télévisuelle*. Ed. Armand Colin.
- Lopes, Felisbela (1997). "O serviço público de televisão: um conceito à procura de um lugar na paisagem audiovisual portuguesa". III Congresso Internacional de Jornalismo de Língua Portuguesa, Lisboa, 21-24 de Abril.
- Lopes, Felisbela (1999). *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra: Ed. Minerva.
- Lopes, Felisbela (2007). "Novos rumos no audiovisual português: reflexo do Big Brother na informação televisiva". In Pinto, Manuel. *Casos em que o Jornalismo Foi Notícia*. Ed. Campo das Letras.
- Macé, Eric (2000). "Qu'est-ce qu'une sociologie de la télévision? Esquisse d'une théorie des rapports sociaux médiatisés". Rev. *Réseaux*, n.º 104.
- Maffesoli, Michel (2004). *A Transfiguração do Político: a tribalização do mundo pós-moderno*. Ed. Piaget, Col. Epistemologia e Sociedade.
- Maffesoli, Michel (2003). *Entre o Bem e o Mal: Compêndio de subversão pós-moderna*. Ed. Piaget, Col. Epistemologia e Sociedade.
- Maffesoli, Michel (2001). *O Eterno Instante: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. Ed. Piaget, Col. Epistemologia e Sociedade.
- Martinez Albertos, José-Luis (1999) 'El Periodismo en el siglo XXI: mas allá del rumor y por encima del caos', *Estúdios sobre el mensaje periodístico*, n.º 5.

- Martins, Margarida (2003). *Ética e Informação na TVI*. Tese de Mestrado apresentada na Universidade Católica (texto policopiado).
- Martins, Moisés de Lemos (2003). "O Quotidiano e os Media". In *Revista Todas as Letras*, n.º 5. S. Paulo, Brasil.
- Mehl, Dominique (1996). *La Télévision de l'Intimité*. Essai Politique, Seuil.
- Mehl, Dominique (1992). *La Fenêtre et le Miroir: la télévision et ses programmes*. Documents Payot.
- Mendes, João (1989). *A História como Ciência*. Coimbra Editora, 2.ª edição.
- Mesquita, Mário (2003). *O Quarto Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*. Minerva Coimbra.
- Morató, Rey (1998). *El Naufragio del periodismo en la era de la televisión: la industria del infotretretenimiento*. Madrid: Ed. Fragua.
- Negri, Alberto; Signorelli, Paolo; De Berti, Raffaelli (1990). "Scènes de la vie quotidienne". In (dir.) Paul Beaud et al., *Sociologie de la Communication*, Ed. CENT, Col. Réseaux.
- Nel, Noël (1993). "La mise à mort du débat télévisé". *Le Monde diplomatique*, Septembre.
- Nel, Noël (1990). *Le Débat Télévisé*. Armand Colin.
- Neveu, Érik (1997). "Des questions 'jamais entendues'. Crise et renouvellements du journalisme politique à la télévision". *Rev. des Sciences Sociales du Politique Politix* n.º 37, L'Harmattan.
- Pereira, Sara (2004). *Televisão para Crianças em Portugal: Um Estudo das Ofertas e dos Critérios de Programação dos Canais Generalistas (1992-2002)*. Dissertação de Doutoramento em Estudos da Criança. Braga: IEC – UM.
- Pinto, Manuel (2000). *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Edições Afrontamento.
- Ponte, Cristina (2004). *Leituras das Notícias: contributos para uma análise do discursos jornalístico*. Col. Media e Jornalismo. Livros Horizonte.
- Popper, Karl; Condry, John (1995). *Televisão: um Perigo para a Democracia*. Ed. Gradiva.
- Postman, Neil (1985). *Amusing Ourselves to Death: Public Discourse in the Age of Show Business*. Penguin Books.
- Quérel, Louis (1995). "L'espace public comme forme et comme événement". In Joseph, Isaac (dir.). *Prendre Place: espace public et culture dramatique*. Ed. Recherches, Colloque de Cerisy.
- Rieffel, Rémy (2003). *Sociologia dos Media*. Col. Comunicação. Porto Editora.
- Rouquette, Sébastien (2002). *Vie et Mort des Débats Télévisés: 1958-2000*. Bruxelles: Éditions De Boeck Université, INA, Col. "Médias Recherches".
- Rouquette, Sébastien (2001). *L'Impopulaire Télévision Populaire: Logiques Sociales, Professionnelles et Normatives des Palabres Télévisées*. Paris: L'Harmattan.
- Ruellan, Denis (1993). *Le Professionnalisme du flou*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Sánchez Noriega, José Luis (1997). *Crítica de la Seducción Mediática*. Ed. Tecnos.
- Santos Saínez, María (2003). *El Poder de la Elite Periodística*. Madrid: Fragua.
- Sena, Nilza Mouzinho (2002). *A Interpretação Política do Debate Televisivo: 1974/1999*. Universidade Técnica de Lisboa.
- Serrano, Estrela (2002). *As Presidências Abertas de Mário Soares: as estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República*. Coimbra: Minerva.
- Silverstone, Roger (1994). *Televisión and Everyday Life*. Londres: Routledge.
- Sousa, Helena (2001). "Políticas da Comunicação em Portugal: actores, decisões e não-decisões". I Congresso Ibérico de Comunicação, Málaga, Maio.
- Sousa, Judite (2002). *Olá Mariana: O Poder da Pergunta*. Oficina do Livro.

- Tétu, J. F. (1993). "L'Actualité ou l'Impasse du Temps". In D. Bounoux (dir.), *Sciences de l'Information et de la Communication*. Paris: Larousse.
- Tisseron, Serge (2002). *L'Intimité Surexposée*. Ed. Ramsay.
- Touraine, Alain (1998). *Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et Différents*. Paris: Fayard.
- Vala, Jorge (1989). "A análise de conteúdo". In Santos Silva, Augusto (org.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Ed. Afrontamento, 3.ª Ed.
- Velázquez, Teresa (1992). *Los Políticos y la Televisión: aportaciones de la teoría del discurso televisivo*. Ariel Comunicación.
- Veron, Eliseo (2001). "Les publics entre production et réception : problèmes pour une théorie de la reconnaissance". Conferências da Arrábida, 27 a 31 de Agosto (texto policopiado).
- Vilches, Lorenzo (1989). *Manipulación de la Información Televisiva*. Madrid: Paidós.
- Wolton, Dominique (1994). *Elogio do Grande Público: uma teoria crítica da televisão*. Edições ASA.
- Wunenburger, Jean-Jacques (2000). *L'Homme à l'Âge de la Télévision*. PUF.
- Zelizer, Barbie (1993). "Journalists as Interpretative Communities". In Dan Berkowitz (ed). (1997). *Social Meanings of News*. Ed. Sage.

## **Deliberações, Legislação e Contratos**

Contratos de Concessão do Serviço Público de Televisão celebrados em 1993, 1996 e 2003.

Lei da Televisão:

Lei n.º.58/90, de 7 de Setembro;

Lei n.º.31-A/98, de 14 de Julho;

Lei n.º 30/2003, de 22 de Agosto.

Estatuto do Jornalista:

Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro;

Deliberação 1-L/2006 Entidade Reguladora da Comunicação Social, 20 de Junho.

## **Edições citadas de Jornais e Revistas**

### **Se7e**

30 de Setembro de 1993

### **Público**

31 de Julho de 1992; 13 de Setembro de 1992; 24 de Setembro de 1992; 6 de Outubro de 1992; 6 de Dezembro de 1992;

20 de Fevereiro de 1993; 30 de Janeiro de 1993; 31 de Julho de 1993;  
13 de Julho de 1995; 1 de Outubro de 1995; 19 de Outubro de 1995; 21 de Novembro de 1995;  
23 de Março de 1995; 29 de Março de 1995;  
20 de Abril de 1996; 2 de Maio de 1996; 7 de Maio de 1996; 26 de Maio de 1996;  
28 de Junho de 1996; 4 de Julho de 1996; 10 de Setembro de 1996; 24 de Setembro de 1996;  
22 de Março de 1997; 30 de Maio de 1997; 18 de Outubro de 1997; 17 de Outubro de 1997;  
21 de Outubro de 1997; 23 de Outubro de 1997;  
16 de Janeiro de 1998; 11 de Março de 1998; 18 de Março de 1998; 14 de Abril de 1998;  
13 de Maio de 1998;  
11 de Março de 1998; 5 de Agosto de 1998; 2 de Setembro de 1998;  
5 de Março de 1999; 17 de Março de 1999; 10 de Abril de 1999; 14 de Agosto de 1999;  
29 de Agosto de 1999; 16 de Novembro de 1999;  
13 de Setembro de 2000;  
25 de Fevereiro de 2001; 22 de Julho de 2001; 21 de Setembro de 2001; 29 de Novembro  
de 2001;  
28 de Janeiro de 2002; 6 de Fevereiro de 2002; 8 de Abril de 2002; 29 de Dezembro de 2002;  
5 de Fevereiro de 2003; 6 de Fevereiro de 2003; 20 de Fevereiro de 2003; 21 de Março de  
2003; 22 de Março de 2003;  
25 de Setembro de 2003; 9 de Outubro de 2003; 11 de Outubro de 2003; 19 de Dezembro  
de 2003;  
2 de Junho de 2004;  
5 de Janeiro de 2005; 10 de Fevereiro de 2005; 25 de Fevereiro de 2005; 29 de Abril de  
2005; 26 de Junho de 2005; 3 de Novembro de 2005; 4 de Novembro de 2005; 9 de  
Novembro de 2005.

## **Diário de Notícias**

4 de Outubro de 1993;  
18 de Outubro de 1997;  
10 de Março de 1998; 19 de Setembro de 1998; 4 de Outubro de 1998;  
14 de Março de 1999; 4 de Abril de 1999; 29 de Abril de 1999; 27 de Agosto de 1999;  
23 de Setembro de 1999; 6 de Novembro de 1999;  
11 de Outubro de 2000;  
26 de Abril de 2001; 28 de Abril de 2001; 10 de Junho de 2001; 20 de Julho de 2001; 27  
de Outubro de 2001;  
4 de Março de 2002; 27 de Março de 2002;  
25 de Janeiro de 2003; 29 de Janeiro de 2003.  
26 de Setembro de 2004;  
13 de Outubro de 2005;  
6 de Janeiro de 2006.

## **Jornal de Notícias**

6 de Janeiro de 2001;  
5 de Fevereiro de 2002.

## **Expresso**

24 de Julho de 1993; 30 de Setembro de 1993;  
27 de Janeiro de 1996; 13 de Abril de 1996;  
15 de Março de 1997; 26 de Julho de 1997; 15 de Novembro de 1997;  
7 de Março de 1998; 4 de Abril de 1998; 10 de Abril de 1998; 1 de Maio de 1998;  
21 de Agosto de 1999;  
20 de Janeiro de 2001; 2 de Junho de 2001.

## **O Independente**

7 de Junho de 1996.

## **Visão**

12 de Fevereiro de 1998.

## **TV Guia**

n.º 731, Fevereiro de 1993; n.º 732, Fevereiro de 1993; n.º 743, Maio de 1993; n.º 744, Maio de 1993;  
n.º 747, Maio de 1993; n.º 748, Junho de 1993; n.º 752, Julho de 1993; n.º 762, Setembro de 1993;  
n.º 766, Outubro de 1993; n.º 767, Outubro de 1993; n.º 770, Novembro de 1993;  
n.º 785, Fevereiro de 1994; n.º 795, Maio de 1994; n.º 802, Junho de 1994;  
n.º 807, Julho de 1994; n.º 815, Setembro de 1994; n.º 820, Outubro de 1994;  
n.º 834, Janeiro de 1995; n.º 875, Novembro de 1995; n.º 879, Dezembro de 1995;  
16 de Março de 1996; 23 de Março de 1996; 15 de Junho de 1996;  
n.º 922, Outubro de 1996; n.º 924, Outubro de 1996; n.º 925, Outubro de 1996; 5 de Outubro de 1996;  
18 de Janeiro de 1997; 26 de Setembro de 1997; 18 de Outubro de 1997;  
n.º 1007, 23 de Maio de 1998; n.º 1027, Outubro 1998;  
26 de Junho de 1999; 31 de Julho de 1999; 6 de Novembro de 1999;  
n.º 1202, Fevereiro de 2002; n.º 1235, Outubro de 2002;  
n.º 1250, Janeiro de 2003; n.º 1251, Janeiro de 2003.

## **TV Mais**

1 de Fevereiro de 1993; 8 de Fevereiro de 1993; 15 de Março de 1993; 19 de Abril de 1993;  
22 de Maio de 1993; 29 de Julho de 1993; 25 de Setembro de 1993; 2 de Outubro de 1993;  
4 de Dezembro de 1993;

11 de Fevereiro de 1994; 16 de Setembro de 1994;  
16 de Junho de 1995; 24 de Novembro de 1995; 30 de Novembro de 1995;  
24 de Maio de 1996; 31 de Maio de 1996; 13 de Setembro de 1996; 4 de Outubro de 1996;  
21 de Janeiro de 1997; 21 de Fevereiro de 1997; 24 de Abril de 1997; 26 de Setembro de  
1997; 24 de Outubro de 1997;  
8 de Agosto de 1998;  
8 de Janeiro de 1999; 14 de Maio de 1999; 26 de Junho de 1999.

## **TV 7 Dias**

n.º 303, Janeiro de 1993; n.º 304, Janeiro de 1993; n.º 338, Setembro de 1993;  
n.º 340, Outubro de 1993; n.º 342, Outubro de 1993; n.º 343, Outubro de 1993;  
n.º 381, Julho de 1994;  
n.º 407, Janeiro de 1995; n.º 447, Outubro de 1995;  
n.º 795, Junho de 2002; n.º 814, Outubro de 2002;  
n.º 857, Agosto de 2003; n.º 863, de Outubro de 2003; n.º 870, Novembro de 2003.



## Cronologias

### 1993

26 de Janeiro: estreia, no Canal 1, *Marcha do Tempo*.

27 de Janeiro: estreia, na SIC, *Sexo Forte*, um programa feito com testemunhos de mulheres que contam na primeira pessoa histórias de sobrevivência e coragem, divertidas, trágicas, brilhantes ou aventureiras.

31 de Janeiro: estreia, na SIC, *A Viúva do Enforcado*, realizada por Walter Avancini e baseada na obra de Camilo Castelo Branco.

10 de Fevereiro: é eleita a nova Administração da RTP, constituída por Freitas Cruz, Dinis Gonçalves, Diniz de Abreu, Matias Fernandes e Rogério Serrasqueiro. Esta equipa sucede à de Monteiro Lemos, demitida na sequência do negócio celebrado entre a RTP e o Benfica para a transmissão de 21 jogos ao longo de três épocas e a consequente operação de compra do futebolista Futre pelo clube da Luz.

20 de Fevereiro: início das emissões da Quatro às 20h00 com um programa que encena uma família fictícia que, no ano 2003, decide ocupar os seus tempos livres a rever os momentos iniciais do canal. Segue-se o espaço publicitário, iniciado com um *spot* em que se vêem monges publicitando rebuçados peitorais. A estação começa com oito horas de emissão diária, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira; e 14 horas aos fins-de-semana. Na sua estrutura, conta com cerca de 230 funcionários.

17 de Março: assinatura do Contrato de Concessão de Serviço Público entre a RTP e o Estado. No final do ano, e com base em dois pareceres de Freitas do Amaral, a SIC recorre aos tribunais (português e europeu), solicitando a anulação do mesmo.

15 de Maio: a SIC promove, em directo de Évora, um debate sobre as mortes que ocorreram na Unidade de Hemodiálise do Hospital da cidade. Com o título *Morrer em Évora*, o debate foi moderado pelos jornalistas Miguel Sousa Tavares, Margarida Marante e José Alberto Carvalho. O Ministério

da Saúde não se fez representar, mas, no dia seguinte, o ministro da Saúde revelava os resultados de um inquérito que responsabilizavam o hospital local pela tragédia.

**15 de Setembro:** a SIC promove um debate, em directo do Porto, intitulado *À Lei da Bomba* para debater o assassinato do Padre Max.

**30 de Setembro:** em entrevista ao *Se7e*, o presidente do Conselho de Administração da SIC acusa a RTP de receber dinheiro do Estado sem cumprir o serviço público para o qual estava vocacionada.

**4 de Outubro:** em entrevista ao *Diário de Notícias*, o presidente do Conselho de Administração da Quatro reitera que “a prestação de um serviço público não tem que ser monopólio do operador de titularidade pública”, acrescentando que “competiria ao Estado elaborar um caderno de encargos ao qual deveriam concorrer em igualdade de circunstâncias todos os operadores”.

**6 de Outubro:** o presidente do Conselho de Administração da SIC, no dia em a estação comemora o primeiro aniversário, declara ao *Público* o seguinte: “antes de a SIC arrancar, afirmei que iria ser o facto político e cultural do ano. E foi”. O director de Informação acrescenta que “o mérito da SIC está no facto de ter sido capaz de perceber que a informação televisiva não tem que ter qualquer restrição”. Nessa noite, o canal privado transmite a sua festa de aniversário em directo.

**7 de Outubro:** estreia, na SIC, *Casos de Polícia*, apresentado pelo jornalista Carlos Narciso que conta em estúdio com um painel fixo composto pelo sociólogo e professor universitário Paquete de Oliveira, o advogado Francisco Teixeira da Mota e o inspector da PJ Moita Flores.

**15 de Outubro:** estreia, na Quatro, *Artur Albarran*, um debate que é alvo de uma forte campanha publicitária.

## 1994

**24 de Janeiro:** o Canal 1 antecipa em dois dias a estreia da novela *Mandala* cujos primeiros episódios são exibidos colados aos últimos episódios de *O Dono do Mundo*.

**31 de Janeiro:** a SIC estreia a novela da Globo *Mulheres da Areia* e procede a um novo arranjo do horário nobre: o *Jornal da Noite* passa das 21h45 para as 20h00 e a novela da noite deixa de ser emitida às 19h45 para passar a ser exibida depois do noticiário. O Canal 1 coloca no segmento horário da novela da SIC os últimos episódios da novela brasileira do fim-de-semana *Despedida de Solteiro*.

**5 de Fevereiro:** terminada a novela de fim-de-semana *Despedida de Solteiro*, o Canal 1 exhibe nesse horário a novela brasileira *Mandala*.

14 de Março: estreia, na SIC, *O Juiz Decide*.

1 de Abril: estreia, na SIC, *Sete à Sexta*, coordenado e apresentado por Margarida Marante.

26 de Abril: estreia, na SIC, *20 Anos, 20 Nomes*, coordenado e apresentado por Miguel Sousa Tavares.

26 de Abril: estreia, na SIC, *Cenas de um Casamento*.

27 de Abril: estreia, na SIC, o *reality show Perdoa-me*.

30 de Abril: estreia, na SIC, o concurso *Caça ao Tesouro*.

24 de Julho: bloqueio da Ponte 25 de Abril. Os três canais de televisão fazem uma grande cobertura mediática do acontecimento, principalmente a SIC.

7 de Setembro: estreia, na SIC, o *reality show All You Need is Love*.

19 de Setembro: estreia, no Canal 2, *Acontece*, coordenado e apresentado por Carlos Pinto Coelho.

Estreia, na SIC, a rubrica *Insónias* que integra em cada dia da semana um programa diferente.

3 de Outubro: estreia, na Quatro, *Novo Jornal* apresentado por Artur Albarán acompanhado alternadamente por Sofia Carvalho e Bárbara Guimarães.

25 de Outubro: regresso de *Terça à Noite*, agora com um tema e um convidado por emissão. Os comentadores residentes passam a ser quatro, alternando dois a dois. São eles Maria José Nogueira Pinto, Luísa Costa Gomes, João Meneses Ferreira e Pedro Pais de Vasconcelos. A eles, junta-se um painel de oito pessoas.

28 de Outubro: estreia, na SIC, o *reality show Ponto de Encontro*, apresentado por Henrique Mendes. Esse programa é criado a partir de uma rubrica do programa *Casos de Polícia*.

## 1995

5 de Janeiro: estreia, no Canal 1, *Frou-Frou*.

27 de Janeiro: o presidente do Conselho de Administração da RTP revela ao *Público* que o *deficit* acumulado na empresa, no fecho das contas de 1994 é de 25 milhões de contos, manifestando empenho em atingir o equilíbrio financeiro em 1998, com a condição de o Estado assumir os encargos com a TV2.

20 de Fevereiro: a TVI completa dois anos de emissões regulares. Inaugura um novo logótipo e uma nova grelha de programas, mais voltada para a informação e o cinema.

11 de Março: as entrevistas de Margarida Marante passam a integrar o *Jornal da Noite* de sábado.

12 de Março: Miguel Sousa Tavares passa a apresentar o *Jornal da Noite* de domingo que integra um debate.

**30 de Março:** estreia, na SIC, *A Máquina da Verdade*, um programa centrado num polígrafo. As audiências são elevadas. No dia seguinte, os partidos representados na Assembleia da República condenam o formato.

**16 de Abril:** estreia, na SIC, *Big Show SIC*, produzido por Ediberto Lima.

**6 de Maio:** estreia, na SIC, *Uma Noite de Sonho*, um programa de entretenimento apresentado por Catarina Furtado, emitido no mesmo segmento horário de *Parabéns*, apresentado por Herman José no Canal 1.

**13 de Maio:** casamento de D. Duarte com Isabel Herédia, cujas cerimónias são transmitidas na RTP.

**15 de Maio:** pela primeira vez, a SIC atinge um resultado histórico: dois anos e sete meses depois de ter iniciado as suas emissões, ultrapassa o *share* semanal do Canal 1 da RTP, apesar de continuar longe deste canal ao fim-de-semana.

**10 de Junho:** a RTP Internacional inicia as suas emissões num regime de 24 horas por dia.

**7 de Agosto:** a SIC alarga o seu horário de emissões, começando a programação às 9 horas, em vez de iniciar às 11h.

**31 de Agosto:** a SIC promove no CCB a *Festa da Democracia* para assinalar a *rentrée* política.

**14 de Setembro:** estreia, na TVI, *Primeira Fila*, um programa de arte, cultura e espectáculo, apresentado por Bárbara Guimarães.

**26 de Setembro:** estreia, na SIC, *Surprise Show*.

**1 de Outubro:** eleições legislativas ganhas pelo Partido Socialista que defende uma profunda revisão da Lei de Concessão do Serviço Público de Radiodifusão, uma nova Lei de Imprensa e uma recomposição da Alta Autoridade para a Comunicação Social, tornando esta mais independente do poder político.

**31 de Outubro:** Freitas Cruz demite-se de Presidente do Conselho de Administração da RTP.

**27 de Novembro:** Francisco Azevedo e Silva passa a ocupar o lugar de director de Informação da Quatro, substituindo José Ribeiro e Castro.

**5 de Dezembro:** a economista Manuela Morgado passa a presidir ao Conselho de Administração da RTP.

**27 de Dezembro:** Joaquim Furtado assume as funções de director-coordenador da Informação e Programação, secundado por José Solano de Almeida para a informação diária, Joaquim Vieira para a programação, Barata Feyo para as actualidades, Pinto Enes para o desporto e Carlos Noivo para as operações e meios.

## 1996

**8 de Janeiro:** estreia, no horário nobre do Canal 1, a novela portuguesa *Roseira Brava*, produzida pela NBP.

10 de Janeiro: a SIC recusa um apelo de responsáveis de estações de rádio e televisão, para subscrever a decisão de não divulgar qualquer projecção dos resultados eleitorais das eleições para PR antes da hora de fecho das urnas.

15 de Janeiro: estreia, na SIC, a novela da Globo *Explode Coração*, que tem como tema forte a Internet. O enredo provocou polémica no Brasil pela representação que fazia das tradições do povo cigano aos níveis da sexualidade e do casamento.

18 de Janeiro: estreia, na RTP1, *Tudo Pelos Outros* (formato da Endemol) que substitui *Casados de Fresco* (também da Endemol).

19 de Janeiro: estreia, na SIC, a *sitcom Marina Dona de Revista*.

30 de Janeiro: estreia, na SIC, *Ai os Homens*, um formato que pertence à empresa australiana Grundy, produzido por *Teresa Guilherme Produções*.

2 de Fevereiro: termina, na SIC, *Praça Pública* que começou em Outubro de 1992, perfazendo cerca de 800 programas.

21 de Fevereiro: segundo a AGB, a SIC conseguiu pela primeira vez 50% de *share* na semana iniciada a 15 deste mês.

19 de Fevereiro: a TVI aumenta o espaço dedicado à informação, mediante a emissão de *flashes* informativos entre as 16h30 e as 19h30.

20 de Fevereiro: a TVI comemora três anos de emissões, com um *share* médio entre os 12 e os 14%.

28 de Fevereiro: é divulgado que a TVI terminou 1995 com prejuízos de cinco milhões de contos e uma dívida de 12 milhões.

11 de Março: o Conselho Geral da TVI elege Carlos Monjardino para a Direcção-Geral da estação que se manterá em funções até à realização de uma Assembleia-Geral.

21 de Março: a Direcção de Informação e Programação da RTP demite-se, por se recusar a aceitar uma ordem de serviço da Administração na qual se impunha a necessidade de autorizações prévias para gastos.

26 de Março: a presidente do Conselho de Administração da RTP, Manuela Morgado, apresenta a demissão do cargo.

28 de Março: a Assembleia-Geral da RTP nomeia Manuel Roque presidente do Conselho de Administração, transitando da anterior equipa, tal como mais três elementos.

30 de Março: Carlos Cruz é nomeado director de antena da TVI, presidida por Carlos Monjardino.

8 de Abril: espectáculo *Globos de Ouro* da SIC e da revista *Caras* atribui prémios no domínio do cinema, teatro, desporto, televisão, música e teatro.

13 de Abril: *Tostões e Milhões* regressa à SIC com novo formato e no novo horário das 13h30 de sábado.

18 de Abril: estreia, na SIC, *Verdes Anos*.

21 de Abril: estreia, na SIC, *Club Vip*, um programa dedicada a eventos do universo cor-de-rosa.

**22 de Abril:** a RTP2 inicia uma nova grelha de programação, com um novo logótipo. Estreia *O Dinheiro Não Dorme*.

**24 de Abril:** estreia, na SIC, *Ousadias*, apresentado e produzido por Teresa Guilherme. Trata-se de um formato que esteve no ar na TF1 com o título *Oussons*, mas foi retirado da grelha devido às polémicas que desencadeou.

**27 de Abril:** estreia, na RTP2, *Figuras de Estilo*, um programa de cultura apresentado por Vasco Graça Moura e Clara Ferreira Alves. A primeira emissão é dedicada à música com o Presidente da República Jorge Sampaio, a pianista Tânia Ashot e o advogado Vasco Vieira d' Almeida.

**28 de Abril:** estreia, na SIC, o concurso *Sim ou Não?*, um formato da Endemol, apresentado por Jorge Gabriel.

**29 de Abril:** a RTP1 inicia uma nova grelha de programação, com um novo logótipo. Estreia *Contra Informação*, produzido pela Mandala.

**2 de Maio:** estreia, na RTP1, *Herman Total* que antecede a emissão *Maria Elisa*.

**4 de Maio:** é tornado público um conflito entre o dono do grupo Impala, Jacques Rodrigues, e o dono da Soincom, Pinto Balsemão, ambos parceiros no capital da SIC. Motivo: acusação do primeiro de que a estação de Carnaxide plagiou uma iniciativa da sua revista *Nova Gente* ao promover o espectáculo *Globos de Ouro*.

**6 de Maio:** estreia, na RTP1, ao final da tarde, *Canal Aberto*, um programa feito em directo a partir do rés-do-chão do edifício da RTP com vista para a Avenida 5 de Outubro e apresentado por Pedro Rolo Duarte.

**7 de Maio:** estreia, na SIC, *Escrita em Dia*, apresentado por Francisco José Viegas e patrocinado pelo Círculo de Leitores.

**16 de Maio:** estreia, na SIC, o programa *Grande Reportagem* coordenado por Cândida Pinto.

**17 de Maio:** estreia, na SIC, a *sitcom Pensão Estrela*.

**20 de Maio:** estreia, na RTP1, *Todos ao Palco*, de Filipe La Féria.

**26 de Maio:** numa entrevista ao *Público*, Carlos Cruz, novo director de Antena da TVI, diz que, se não conseguir que o canal obtenha um *share* de 20% até Dezembro, se vai embora.

**27 de Maio:** estreia, na RTP1, em horário nobre, a novela *Primeiro Amor*, que é colada a *Roseira Brava* que termina a 8 de Junho. Este modelo “sanduíche” faz com que o resto da programação se inicie mais tarde.

**8 de Junho:** começa o Campeonato Europeu de Futebol.

**10 de Junho:** a TVI inicia alterações importantes na sua grelha de programas.

**18 de Junho:** a Assembleia-Geral da SIC decide por unanimidade o afastamento do sócio Jacques Rodrigues do Conselho de Administração da empresa.

**1 de Julho:** Artur Albarran apresenta pela última vez o *TVI Jornal* e muda-se para a SIC.

**10 de Julho:** o Governo anuncia a criação de um canal específico para os PALOP na abertura do *Forum* das Comunicações a decorrer em Lisboa.

15 de Julho: estreia, na SIC, *Sai da Minha Vida*, que substitui *Camilo & Filho*. É uma adaptação da *sitcom* inglesa *Joking Apart*, com realização de João Canijo.

16 de Julho: estreia, na SIC, *As Viagens de Gulliver*, realizada por Charles Sturridge, com partes filmadas em Lisboa e com efeitos especiais espantosos.

19 de Julho: começam os Jogos Olímpicos de Atlanta.

28 de Julho: estreia, na RTP1, *Jet Set*, um programa dedicado a eventos *cor-de-rosa*.

31 de Julho: estreia, na SIC, *Cantigas da Rua*, produzido por Teresa Guilherme Produções. A primeira emissão é gravada no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa.

2 de Setembro: estreia, na SIC, a telenovela *O Rei do Gado*, que depressa se posiciona em primeiro lugar na tabela de audiências.

3 de Setembro: estreia, na RTP1, *De Par em Par*, um formato da Endemol.

4 de Setembro: a RTP inicia as comemorações dos 40 anos de emissões.

Estreia, na RTP1, *As Lições do Tonecas*, uma adaptação do sucesso radiofónico que, entre 1934 e os anos 60, preencheram largas horas no Rádio Clube Português. Criadas por José de Oliveira e Cosme, as figuras de Tonecas e o Professor regressam agora numa produção da *Firmadois*.

18 de Setembro: a RTP e o Ministério da Cultura assinam um protocolo para co-financiamento de filmes e projectos de ficção e documentário.

19 de Setembro: regresso de *Casos de Polícia* à SIC, apresentado agora apenas pela jornalista Conceição Lino.

21 de Setembro: estreia, na SIC, a telenovela da Globo *O Fim do Mundo*.

Estreia, na TVI, *Docas*, espaço musical e humorístico produzido pela CCA.

22 de Setembro: estreia, na TVI, *Sim, Senhor Ministro*, uma *sitcom* produzida pela CCA e inspirada na homóloga britânica.

23 de Setembro: a TVI apresenta, a partir de hoje, uma nova imagem, um novo logótipo e uma nova grelha.

Estreia, na TVI, *7 Ponto 15*, magazine cultural de Bárbara Guimarães.

26 de Setembro: estreia, na SIC, uma série da BBC de 26 episódios sobre a história do século XX, intitulada *O Século do Povo*, a qual marca também a estreia de Mário Soares como comentador de televisão.

29 de Setembro: inicia-se a nova grelha de programas da RTP, a primeira da responsabilidade da equipa de Joaquim Furtado, no ano das comemorações dos 40 anos da empresa e da televisão em Portugal. Anunciam-se a redução do número de telenovelas e a intenção de abandono do confronto directo com a SIC.

29 de Setembro: o *Jornal da Noite* da SIC integra uma rubrica que intitulada *Referendo* para cuja estreia se escolhe o tema da pena de morte. Os telespectadores são estimulados a pronunciarem-se por telefone sobre se são ou

não favoráveis ao recurso à pena de morte. Houve 101 431 chamadas em que 81,8% responderam positivamente à questão.

**30 de Setembro:** estreia, na RTP1, duas novelas: *O Campeão* (19h00), produzida pela TV Plus brasileira para a TV Bandeirantes e para a RTP; e *Vidas de Sal* (21h50), produzida pela NBP.

**1 de Outubro:** estreia, na RTP1, *Nós, os Ricos*, uma *sitcom* produzida pela CCA.

**3 de Outubro:** estreia, na RTP1, *Polícias*, uma série escrita por Moita Flores e produzida pela NBP.

**5 de Outubro:** estreia, na RTP1, *Serviço de Urgência*, série escrita por Michael Crichton e produzida por Steven Spielberg.

**6 de Outubro:** estreia, na RTP1, *Os Principais*, apresentado por Humberto Bernardo.

**15 de Outubro:** a SIC inicia a difusão de uma mini-série sobre o ex-corretor da Bolsa de Lisboa, Pedro Caldeira, na véspera do seu julgamento, facto que desencadeia numerosas críticas.

**18 de Outubro:** demite-se a Direcção de Informação da TVI presidida por Francisco Azevedo Almeida, alegando pressões por parte de um dos administradores da empresa.

**19 de Outubro:** estreia, na RTP1, *Superbébés*, produzida pela MMM e apresentado pela actriz Alexandra Lencastre.

**20 de Outubro:** estreia, na RTP1, *Avós e Netos*, com apresentação de Manuel Luís Goucha.

**29 de Outubro:** o presidente do Conselho de Administração da RTP rejeita a criação de uma *holding* e a concentração do serviço público num só canal, posições defendidas pela Comissão de Reflexão sobre o Futuro da TV.

**8 de Novembro:** estreia, na SIC, *Agora ou Nunca* apresentado por Jorge Gabriel.

**11 de Novembro:** a RTP e a Parque Expo-98 assinam um contrato de associação com vista aos meios de produção e difusão audiovisual da Expo-98. Nasce assim a *Tele Expo*.

**11 de Novembro:** “*Meninos de Angola*”, grande-reportagem da jornalista da SIC Cândida Pinto, ganha o prémio Direitos Humanos no Festival Internacional da Grande Reportagem e do Documento de Actualidade, em Le Touquet (França).

**13 de Novembro:** a apresentadora Clara de Sousa deixa a TVI e ingressa na RTP.

**30 de Novembro:** a TVI anuncia na imprensa, através de publicidade, a redução do seu capital social de 17 750 milhões de contos para 9 762 milhões de contos.

**15 de Dezembro:** estreia, no horário nobre da TVI, a novela *Xica da Silva*, realizada por Walter Avancini para a Rede Manchete, marcando a inversão da lógica de programação da TV de inspiração cristã (que apostava, até então, em séries de qualidade neste espaço).

**16 de Dezembro:** iniciam-se as emissões experimentais de teletexto na RTP, o primeiro serviço deste género no país. Apenas 20% dos lares estariam preparados para o receber.

**19 de Dezembro:** acordado entre o Governo e os três operadores de TV que, a partir de Janeiro de 1997, a RTP1 passaria a ter um máximo de 7,5 minutos de publicidade por hora e a RTP2 ficaria sem anúncios comerciais.

**28 de Dezembro:** em declarações ao *Expresso*, o director de Informação da RTP considera as medidas acordadas no dia 19 “uma medida administrativa para resolver a má gestão dos [canais] privados”.

**31 de Dezembro:** assinatura do novo Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão, segundo o qual a RTP receberá do Estado anualmente a diferença entre as receitas publicitárias e o custo da programação. O caderno de encargos estipula as obrigações do concessionário do canal público.

## 1997

**1 de Janeiro:** a SIC inicia 1997 com um *share* de 70,2%, obtido no *réveillon* da passagem de ano, depois de ter acabado de alcançar no último dia de 1996 o seu maior *share* de sempre: 60,2%.

Início do teletexto na RTP.

**7 de Janeiro:** os operadores privados de televisão reagem negativamente ao Contrato de Concessão de Serviço Público.

**30 de Janeiro:** estreia, na SIC, *Vida de Casal*, coordenado e apresentado pela jornalista Inês Pedrosa.

**19 de Fevereiro:** inicia-se, na SIC, o programa de Artur Albarran *A Cadeira do Poder*, que desencadeia enorme polémica no mundo da política e dos *media*.

**7 de Março:** a RTP comemora 40 anos de emissões regulares. A data fica assinalada pelo início das emissões regionais simultâneas através de um serviço de noticiários regional em *prime time*.

Inauguração da RTP-África.

**13 de Março:** o segundo maior accionista individual da TVI, João van Zeller, envia uma carta aos accionistas a criticar a estratégia de Carlos Monjardino, acusando-o de beneficiar credores como Stanley Ho.

**19 de Março:** na Assembleia-Geral da TVI, a SOCI, proprietária de *O Independente*, passa a deter, em aliança com o grupo escandinavo SBS, parte do capital da estação e Miguel Paes do Amaral substitui, assim, Carlos Monjardino.

**3 de Abril:** o novo Presidente do Conselho de Administração da TVI, Paes do Amaral, anuncia a intenção de vender os 51% da RETI, como primeiro passo para o saneamento do canal.

**28 de Abril:** a TVI inicia uma mudança na grelha de programação: em horário nobre, antecipa a novela brasileira *Xica da Silva* e coloca o noticiário às 21h30.

**5 de Junho:** a Assembleia da República aprova mudanças à Lei de Televisão, abrindo a possibilidade de os operadores de TV por cabo transmitirem emissões próprias.

**23 de Julho:** a Assembleia de accionistas da TVI aprova contas de 1996 com um prejuízo de 16,9 milhões de contos.

**23 de Setembro:** estreia, na RTP1, a novela portuguesa *A Grande Aposta* produzida pela NBP.

**29 de Setembro:** inicia-se na RTP a emissão de *O Jardim da Celeste*, um programa educativo com 90 episódios de meia hora, direccionado para o público dos 2 aos 6 anos.

**4 de Outubro:** estreia, na RTP, a série juvenil *Riscos*, que aborda problemas das jovens gerações.

**21 de Outubro:** estreia, na SIC, *Filhos da Nação*, um programa que mistura acontecimentos reais e fabricados pelo canal. Nessa noite, o canal franco-alemão ARTE passa o documentário “*Cette télévision c’est la vôtre*”, no qual se evidenciam as práticas internas da SIC de corrida às audiências a qualquer preço.

**1 de Novembro:** estreia, na SIC, *SOS SIC*.

**3 de Novembro:** a TVI começa a emitir, em substituição de *Xica da Silva*, a novela *As Pupilas do Senhor Reitor*, apresentada como “a mais portuguesa das novelas brasileiras”.

**5 de Novembro:** a SIC assina com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa um protocolo para a transmissão dos sorteios do Totoloto e da Lotaria.

**10 de Novembro:** a SIC transmite, em horário tardio, o documentário “*Cette télévision c’est la vôtre*”, da autoria de Mariana Otero e originariamente produzido para o canal franco-alemão ARTE.

**20 de Dezembro:** o *Jornal da Noite* da SIC promove um debate sobre o Natal com crianças em estúdio.

## **1998**

**7 de Janeiro:** entra em funcionamento a RTP-África, um investimento de mais de dois milhões e meio de contos.

**8 de Janeiro:** o ministro Jorge Coelho deixa a tutela da comunicação social, a qual passa para o Ministério da Juventude, Desporto e Toxicodependência, tutelado por José Sócrates.

**20 de Janeiro:** estreia, na SIC, *Médico de Família*.

**2 de Fevereiro:** a SIC passa a emitir, durante um mês, o seu noticiário da hora do almoço a partir do Porto.

**16 de Fevereiro:** estreia, na SIC, no segmento da tarde, o *talk show Fátima Lopes*.

19 de Fevereiro: o Conselho de Ministros aprova a proposta de uma nova Lei da Televisão, a submeter à Assembleia da República.

20 de Fevereiro: a TVI comemora cinco anos. O acontecimento mais importante, nesta altura, é a concentração de todos os departamentos do canal em Queluz de Baixo.

9 de Março: demissão de Joaquim Furtado e da restante equipa directiva da Informação e Programação da RTP.

10 de Março: nomeação de Maria Elisa e de Grego Esteves para directores de Programação e Informação da RTP, respectivamente.

13 de Março: a Assembleia-Geral de accionistas da SIC aprova o Relatório de Contas de 1997 com um resultado líquido de 3 025 milhões de contos (um acréscimo de 58,8% em relação a 1997). As receitas publicitárias da estação representaram 55% dos investimentos em publicidade televisiva.

17 de Março: estreia, na RTP1, *Obrigado por Tudo*, um formato produzido pela Videomedia, baseado em *Gracias por Todo*, transmitido no canal espanhol Antena 3.

19 de Abril: o programa da RTP *Domingo Desportivo* passa a ter duas edições.

23 de Abril: o jornal *Público* noticia que a Direcção de Programas da RTP suspendeu *Obrigada por Tudo* por falta de qualidade da versão portuguesa deste formato espanhol.

27 de Abril: a SIC emite, durante duas semanas, o *Primeiro Jornal* a partir da cidade de Braga.

30 de Abril: a Assembleia da República aprova na generalidade a nova Lei da Televisão.

3 de Maio: estreia, na RTP1, *Assalto à Televisão* um programa que se estrutura por um *casting* que submete 160 potenciais talentos televisivos a uma bateria de provas diversificadas com vista a eleger um apresentador de televisão.

5 de Maio: a Sonae adquire créditos de 2,3 milhões de contos a credores da TVI, tornando-se, assim, o maior credor desta estação.

19 de Maio: a RTP1 começa a emitir *Herman-98*, o novo *talk show* de Herman José.

21 de Maio: abertura oficial da Expo 98.

1 de Junho: a Assembleia de credores da TVI vota por esmagadora maioria a passagem do controlo do canal para a Sonae e a Lusomundo, esta associada ao grupo venezuelano Cisneros.

2 de Julho: assinado um protocolo entre a SIC e o Ministério da Cultura, para divulgação de *spots* informativos de actividades do MC, em troca da cedência de espaços da alçada do Ministério.

20 de Julho: estreia, na SIC, a novela *Torre de Babel*, que, no Brasil, originou viva polémica, nomeadamente por cenas entre homossexuais, e que levou a Globo a alterar bastante o guião inicial.

- 22 de Julho:** a nova Lei da Televisão é publicada em *Diário da República*.
- 21 de Setembro:** estreia, na RTP1, a série *Ballet Rose*, inspirada no escândalo sexual que abalou o Estado Novo na década de 60.
- 23 de Setembro:** José Eduardo Moniz passa a ser o novo director-geral da TVI, com responsabilidades na área editorial, de programação e técnica.
- 29 de Setembro:** Manuel Roque anuncia, em carta ao primeiro-ministro, a sua intenção de deixar a Presidência da RTP.
- 1 de Outubro:** a SIC e o Ministério da Cultura assinam um protocolo que prevê que a estação, a troco de 600 mil contos, produza 30 telefilmes até 2001.
- O Governo propõe o nome de José Maria Brandão Brito para novo Presidente da RTP.
- 8 de Outubro:** um grupo de accionistas da TVI entrega em tribunal uma providência cautelar contra as contas da empresa, aprovadas anteriormente na assembleia de credores.
- 28 de Outubro:** segundo o *Público*, a RTP e a SIC foram condenadas a pagar, respectivamente, 950 e 750 mil escudos de multa por divulgarem publicidade durante alguns dos seus programas.
- 7 de Novembro:** no *Big Show SIC*, Miguel Simões interpreta uma rábula intitulada “Santana Copos”. O visado, Pedro Santana Lopes, na altura presidente da autarquia da Figueira da Foz, reage violentamente contra o *sketch*, anunciando que, em consequência disso, abandonará a política. Queixa-se ainda ao Presidente da República, ao Provedor de Justiça e à Alta Autoridade para a Comunicação Social.
- 9 de Novembro:** o grupo Media Capital volta ao controlo da TVI, ao adquirir 94% do capital da estação.
- Estreia, na RTP1, antes do *Telejornal* a novela *Os Lobos*, produzida pela NBP.
- 25 de Novembro:** estreia, na RTP1, a série *Diário de Maria*.

## 1999

- 14 de Janeiro:** reinicia-se o programa de Margarida Marante *Esta Semana*, na SIC, com três temas e três géneros jornalísticos diferentes (debate, entrevista e grande reportagem).
- 18 de Janeiro:** a SIC e o Ministério da Cultura assinam um protocolo para a produção e emissão de 260 programas diários de três minutos dedicados a livros.
- 1 de Fevereiro:** segundo o *Público*, ao fim de cinco anos de existência, o *reality show* da SIC *Ponto de Encontro*, apresentado por Henrique Mendes, tem uma lista de espera de 25 mil pedidos.

2 de Fevereiro: estreia, na RTP1, *Cromos de Portugal*.

3 de Fevereiro: a Comissão Europeia envia a vários governos da UE, incluindo o português, cartas a pedir explicações sobre o financiamento das TV públicas.

12 de Fevereiro: no *ranking* dos 100 programas mais vistos em 1998 na TV portuguesa, 67 são da SIC (o 1.º e o 3.º são novelas e o 2.º é a série *Médico de Família*) e 33 da RTP (destes, 24 são relativos a jogos de futebol). O 1.º mais visto na RTP figura na 23.ª posição.

17 de Fevereiro: estreia, na TVI, *Quero Justiça*.

18 de Fevereiro: a milésima edição do programa cultural *Acontece* da RTP2 é pretexto para uma festa/programa especial no Convento do Beato.

22 de Fevereiro: inicia-se, com Júlia Pinheiro, o programa *SIC Onze Horas*, misto de *talk show* e informação, para ombrear com *Praça da Alegria*, da RTP1.

Três meses depois de iniciar nova grelha, a RTP procede a reajustamentos de programação.

25 de Fevereiro: estreia, na SIC, a série portuguesa (adaptação de um formato espanhol) *Jornalistas*, sobre o quotidiano de um jornal e dos seus repórteres.

26 de Fevereiro: estreia, na RTP, a série *Conversas de Mário Soares*, no meio de uma polémica suscitada pelos partidos de oposição por Soares ser candidato do PS ao Parlamento Europeu.

1 de Março: estreia, na SIC, *Duetos Imprevistos*, com apresentação de António Vitorino de Almeida e Bárbara Guimarães; e de *No Sofá Vermelho*, conduzido por Catarina Portas.

4 de Março: a Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas adverte que a participação de jornalistas em programas que envolvem televotações os faz incorrer em incompatibilidade profissional.

6 de Março: estreia, na RTP1, *Já que falamos de sexo*, apresentado pelo médico Allen Gomes.

7 de Março: estreia, na RTP1, *Atlântico*, um programa que junta Portugal e Brasil.

10 de Março: o programa de informação regional da RTP1 *País, País* passa a ser emitido de diferentes localidades, debruçando-se sobre a região de onde é emitido.

12 de Março: a SIC decide acabar com o polémico programa *Os Donos da Bola*.

16 de Março: a SIC anuncia, em Assembleia-Geral, lucros de 5,3 milhões de contos em 1998 e 55% do investimento publicitário em televisão.

25 de Março: numa entrevista ao programa de Margarida Marante *Esta Semana*, Paulo Portas faz declarações que levam ao fim da Alternativa Democrática e à demissão de Marcelo Rebelo de Sousa de Presidente do PSD.

2 de Abril: estreia, na TVI, *Reis da Música Nacional*, feito em parceria com a Rádio Nacional.

26 de Abril: a SIC antecipa para as 10h o programa de Júlia Pinheiro e inicia ao meio-dia uma novela com Fernanda Montenegro.

**29 de Abril:** o programa *Contra Informação* completa três anos de vida, mantendo-se como o de maior *share* da RTP1.

**29 de Abril:** Miguel Sousa Tavares regressa à televisão, desta vez à TVI com o programa *Em Legítima Defesa*, onde participam também Paula Teixeira da Cruz e Pedro Rolo Duarte.

**1 de Maio:** estreia, na SIC, *Pequenos e Terríveis*, apresentado por Catarina Furtado, onde diversas personalidades públicas respondem às perguntas dos mais pequenos.

**4 de Maio:** Maria Elisa, directora de Programas da RTP, deixa o cargo de directora do serviço de comunicação da Gulbenkian (encontrava-se em regime de licença sem vencimento).

**12 de Maio:** estreia, no acesso ao horário nobre da TVI, *Gente Nossa*, com reportagens e conversas em estúdio sobre casos reais de gente anónima.

**26 de Maio:** a AACS aprova um pedido da TVI de alteração do seu projecto inicial, embora considere que essa solicitação “questiona as condições em que o concurso de licenciamento de canais hertzianos de televisão foi realizado”.

**5 de Junho:** o *Expresso* noticia que a RTP deve 5 milhões de contos de IVA ao Estado, relativos às indemnizações compensatórias recebidas entre 1992 e 1998.

**12 de Junho:** estreia, na TVI, *O Segredo das Estrelas*, um *talk show* feito com pessoas conhecidas do grande público.

**19 de Junho:** estreia, na RTP, *Sexto Sentido* um magazine semanal de moda, apresentado pela modelo Sofia Aparício.

**24 de Junho:** estreia, na RTP1, a série *Ballet Rose*.

**27 de Junho:** estreia, na RTP1, *Saídos da Casca*, um programa com participantes com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos que interpretam sucessos populares.

**6 de Julho:** a TVI emite uma alegada reportagem, intitulada “*O Brasil aos seus pés*”, que constitui pretexto para divulgar em Portugal “exemplos” do que é, no Brasil, o *Programa de Ratinho*, transmitido no canal SBT.

**11 de Julho:** estreia, na RTP1, *Destinos de Sofia*, uma série de 13 programas dedicados a viagens.

**28 de Julho:** a SIC assinala o arranque da travessia ferroviária do Tejo com uma edição do *Jornal da Noite* emitida a partir da Ponte 25 de Abril.

**3 de Agosto:** a TVI exhibe um *Especial Informação* dedicado à Tiazinha, um fenómeno da Rede Bandeirantes.

**6 de Agosto:** estreia, na RTP1, *Noites de Verão*, um programa de música e de jogos variados, transmitido em directo do parque de diversões aquáticas Zoo-marine, em Albufeira. No início de Setembro, o director da RTP, João Grego Esteves suspende essas emissões, porque concluiu que os custos globais não justificavam o programa.

**7 de Agosto:** estreia, na TVI, *Caras Lindas*, um *talk show* com histórias reais de solidariedade, apelando à participação telefónica dos telespectadores.

14 de Agosto: a TVI bate pela primeira vez o *share* diário da RTP1 e, durante a transmissão de um jogo de futebol em *prime time*, ultrapassa também a SIC.

19 de Agosto: o jornalista Júlio Magalhães deixa a RTP-Porto e passa a dirigir a Delegação da TVI naquela cidade.

Estreia, na TVI, *A Bola é Nossa*, um programa de debate desportivo, com os comentadores António Tavares Telles (FCP), Henrique Viana (Benfica) e João Braga (Sporting). Antes emite-se um *Especial Informação*, intitulado “*Crianças com Cancro*”.

20 de Agosto: a TVI anuncia uma redução de prejuízos de um pouco mais de quatro milhões de contos em 1997 para 1,7 milhões em 1998.

Pinto Balsemão responde às movimentações com vista à tomada de posição no capital da SIC, adquirindo o controlo da maioria do capital desta estação, através da aquisição das participações de várias instituições bancárias.

Estreia, na SIC, o sucedâneo de *Os Donos da Bola* chamado *Jogo Limpo*, com os comentadores Lourenço Pinto (FCP), Cinha Jardim (Benfica), e Eduardo Barroso (Sporting).

22 de Agosto: o *Público* dedica quatro páginas ao tema “RTP: o gigante em estado de coma”.

23 de Agosto: a SIC inicia a sua “operação legislativas”, convidando um líder partidário por dia para o confrontar com reportagens sobre problemas do país.

*Jogo Falado* transfere-se da RTP2 para a RTP1, contando com os comentadores Pôncio Monteiro (FCP), Fernando Seara (Benfica) e Pedro Santana Lopes (Sporting).

24 de Agosto: a TVI emite “*A Feiticeira*”, uma reportagem sobre a apresentadora do *Programa H*, que rivaliza com as novelas da Globo e que é um novo fenómeno de popularidade brasileira na TV Bandeirantes.

27 de Agosto: Maria Elisa é demitida do cargo de directora de Programas da RTP.

10 de Setembro: o programa *Praça da Alegria*, da RTP1 apresentado por Manuel Luís Goucha, chega à milésima emissão.

13 de Setembro: estreia, na RTP1, a telenovela *Lenda da Garça* e a série policial *Esquadra de Polícia*.

15 de Setembro: arranque das emissões regulares do Canal de Notícias Lisboa.

16 de Setembro: inicia-se na SIC uma série de debates entre pares de líderes dos quatro principais partidos concorrentes às eleições legislativas de 10 de Outubro.

23 de Setembro: debate, na RTP1, entre os quatro líderes dos maiores partidos.

29 de Setembro: a direcção de Programas da RTP anuncia, em conferência de imprensa, o regresso, a partir de 4 de Outubro, da novela portuguesa ao horário nobre.

**2 de Outubro:** estreia, na TVI, *Todo o Tempo do Mundo*, com Eunice Muñoz e Ruy de Carvalho, com a produção da NBP. Concebido inicialmente para uma série de 26 episódios, haverá depois de se transformar numa novela.

**4 de Outubro:** a RTP1 introduz alterações na sua grelha de programação: telenovela em horário nobre, um espaço infantil reforçado nas tardes dos dias úteis e remodelação da informação regional.

**7 de Outubro:** estreia, na TVI, *Um por Todos*, concurso produzido pela Endemol. É a primeira vez que esta produtora trabalha para a TVI e essa estreia faz-se com um formato internacional que registou, em vários países, *records* de audiência pelas propostas ousadas feitas aos concorrentes. A versão portuguesa é menos arrojada.

**13 de Outubro:** estreia, na TVI, *Ri-te, Ri-te*.

**14 de Outubro:** a TVI, com um *Especial Informação* sobre troca de sexos, bate o *share* da SIC em *prime time*.

**21 de Outubro:** anunciada a transferência de Herman José (bem como de Maria Rueff) da RTP para a SIC, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2000.

A Administração da RTP apresenta a Formas e Conteúdos-Produção Audiovisual SA, a nova empresa da RTP constituída a partir do Centro de Produção de Lisboa.

**11 de Novembro:** a fim de abordar os problemas com que se debate o Jardim Zoológico de Lisboa, o *Jornal da Noite* da SIC leva para o estúdio papagaios, cobras e um leão.

**14 de Novembro:** estreia, na SIC, a série *O Tempo dos Dinossauros*, produzida por Tim Haines para a BBC, tendo o primeiro episódio, emitido em horário nobre, sido visto por perto de dois milhões de espectadores.

**15 de Novembro:** estreia, na RTP1, em horário nobre, a *Crónica do Século*, uma série documental que conta a história de Portugal nos últimos cem anos. Estreia também *Primeira Página*, em que Francisco José Viegas antecipa e discute com um convidado as manchetes dos jornais do dia seguinte.

**16 de Novembro:** estreia, na TVI, *República & Bananas*, apresentado por Joaquim Letria. Mistura de entretenimento e ficção

**18 de Novembro:** estreia, na SIC, a novela da Globo *Terra Nostra* que retrata a aventura épica dos italianos no Brasil.

**19 de Novembro:** estreia, na SIC, *Residencial Tejo*, um formato espanhol produzida pela Endemol e gravada com público ao vivo, o que a aproxima do teatro.

**23 de Novembro:** Pinto Balsemão torna-se formalmente o accionista maioritário da SIC, com 51%, depois de a Impresa, *holding* que concentra os seus negócios na comunicação social, ter adquirido 26% da Soincom por 26 milhões de contos.

**25 de Novembro:** a Comissão de Trabalhadores da RTP reúne com o ministro da tutela, Armando Vara, para debater a anunciada redução de 600 trabalhadores na empresa.

26 de Novembro: Grego Esteves apresenta o pedido de demissão de director interino de Programas, cargo que ocupara depois de Maria Elisa ter sido demitida no Verão.

30 de Novembro: João Grego Esteves é designado director-geral da RTP.

30 de Novembro: o programa infantil da TVI *Batatoon* assinala o seu primeiro aniversário a liderar as audiências no período da tarde nos dias úteis.

10 de Dezembro: numa reunião do Conselho de Administração com directores da RTP, fica-se a saber da intenção de criar uma *holding* com três empresas, separando os canais nacionais dos internacionais e ainda o arquivo.

14 de Dezembro: a TVI atinge o seu maior *share* de sempre (25,4%) com o espectáculo “Há Festa no Hospital”.

26 de Dezembro: estreia, na RTP1, o programa de Luís Osório *Loja do Cidadão*, dedicado a histórias do cidadão comum.

27 de Dezembro: a TVI passa a ter apenas uma edição do informativo *Directo XXI*, colocando-a às 19h30.

31 de Dezembro: Herman José apresenta *A Última Noite* num espectáculo de fim de ano em que convida muitas das figuras dos seus programas dos últimos 20 anos, e que marca a sua despedida da RTP.

## 2000

11 de Janeiro: estreia, na SIC, *Amo-te Teresa*, o primeiro de uma série de 30 telefilmes a exhibir no canal de Carnaxide ao longo dos próximos três anos. Este telefilme soma 26,8% de audiência média e 70,9% de *share*, constituindo-se como o filme mais visto na televisão portuguesa desde que há TV privada.

24 de Janeiro: arranque de uma nova grelha na RTP. Da RTP2 para a RTP1 passa, no horário da manhã, *Hora Viva: Segurança em Directo*; à noite, estreia, na RTP1, o concurso *Quem Quer Ser Milionário?* e a *sitcom Senhora Ministra*.

25 de Janeiro: o Conselho de Opinião da RTP elege António-Pedro Vasconcelos para presidente.

27 de Janeiro: estreia, na RTP1, *Senadores*, um programa de entrevista conduzido por Carlos Cruz.

6 de Fevereiro: estreia, na SIC, *Herman SIC*, escrito pelas Produções Fictícias, e com um formato praticamente igual ao de *Herman 99* (*share* de 69,7%). A RTP1 estreia à mesma hora o programa de Júlio Isidro *Agora é que são Elas* (*share* de 13,4%). Em horário mais tardio, o canal público estreia *Prazeres*, um programa conduzido por Francisco José Viegas.

11 de Fevereiro: estreia, na RTP1, *A Raia dos Medos*, uma série em 13 episódios, que foca a Guerra Civil de Espanha e as suas consequências na vida das populações da raia alentejana, uma co-produção da RTP e da produtora Multicena.

14 de Fevereiro: a TVI promove *Noite Romântica*, um programa de música, emitido em directo do Convento do Beato, dedicado ao dia dos Namorados.

15 de Fevereiro: depois de meio ano de ausência dos ecrãs da RTP, *Maria Elisa* regressa sem alterações de fundo.

A SIC exhibe o seu segundo telefilme: *Monsanto*.

17 de Fevereiro: a TVI emite um *Especial* com uma reportagem intitulada “*A Colina do Sol*”, uma praia brasileira de nudistas, em que o jornalista se deixa filmar também sem roupa.

24 de Fevereiro: o Conselho de Ministro aprova a criação da holding *Portugal Global SGPS*, que reunirá sob a mesma tutela os três órgãos de comunicação estatais (RTP, RDP e Lusa) e que será presidida por João Carlos Silva.

20 de Março: o Conselho de Opinião da RTP aprova o novo Conselho de Administração da RTP, presidido por João Carlos Silva, que preside também à *holding Portugal Global*.

29 de Fevereiro: assembleia-geral da SIC onde se aprova o Relatório de Contas relativo a 1999, ano em que a SIC registou 3,9 milhões de lucros.

13 de Março: estreia, na SIC, a *sitcom* brasileira *Sai de Baixo* que vai para o ar todos os dias às 12h00.

14 de Março: a SIC exhibe o seu terceiro telefilme: *Facas e Anjos*.

21 de Março: estreia *Investigação TVI*, um programa de informação que surgirá sempre que houver trabalhos jornalísticos de fundo. O tema de estreia é dedicado à instituição de acolhimento de crianças seropositivas “SOL”.

31 de Março: a TVI emite *Bem-Vinda Marina*, um programa de recepção a Marina Mota que vai fazer, na TVI, *Bora lá Marina*.

8 de Abril: estreia, na TVI, a novela *Jardins Proibidos*.

12 de Abril: estreia, na TVI, *Bora lá Marina*.

16 de Abril: estreia, na SIC, *A Muralha*, uma produção da Globo sobre o Brasil do século XVII.

18 de Abril: a SIC exhibe o seu quarto telefilme: *Mustang*.

22 de Abril: a RTP e a SIC transmitem em directo do Brasil os seus noticiários, assinalando os 500 anos da descoberta do Brasil.

4 de Maio: com excepção do PP, a proposta do PSD para privatizar a RTP1 é chumbada na Assembleia da República com os votos contra dos restantes partidos.

14 de Maio: Marcelo Rebelo de Sousa inicia o seu comentário semanal (ao domingo) no *Jornal Nacional* da TVI.

14 de Maio: estreia, na TVI, *Lux*, magazine dedicado a eventos sociais.

15 de Maio: estreia, na TVI, *SOS Crianças*, série de ficção que retrata as urgências pediátricas, produzida pela Fealmar.

16 de Maio: a TVI exhibe um *docudrama* sobre o formato *Big Brother*.

**17 de Maio:** estreia, na SIC, *Capitão Roby*, versão ficcionada da vida de um dos galãs burlões mais famosos das últimas décadas. No final de cada episódio, lembra-se que qualquer semelhança com a realidade é pura coincidência.

**19 de Maio:** tomada de posse da Administração da Portugal Global.

**21 Maio:** a transmissão do Final da Taça de Portugal, (Sporting e FC Porto, no Jamor) faz com que, pela primeira vez, a TVI ultrapasse, por um dia, as audiências da SIC e da RTP (TVI = 38.2%; SIC = 37.8%, RTP = 18.8%).

**22 de Maio:** estreia, na RTP1, *Garret*, uma série de ficção histórica de quatro episódios.

**25 de Maio:** a TVI transmite a Finalíssima da Taça de Portugal entre o Sporting e o FC Porto, tendo pago pelos direitos exclusivos de transmissão 112 mil contos. Esse desafio reúne 25,6% de audiência e um *share* de 58.6%.

**29 de Maio:** estreia, na RTP1, o concurso *Só Números*, um formato da Endemol.

**30 de Maio:** a SIC exhibe o seu quinto telefilme: *O Lampião da Estrela*.

**1 de Junho:** estreia, na TVI, a *sitcom* *Marido e Mulher*, um formato protagonizada por José Raposo e Maria João Ábreu e produzido por FirmaDois.

**2 de Junho:** estreia, na RTP1, o *talk show* *João Nicolau Breyner*, tendo como convidados o Presidente da República e o cardeal D. José Policarpo.

**16 de Junho:** o Conselho de Administração da RTP anuncia a demissão dos elementos da Direcção de Informação e Programação.

**21 de Junho:** o Conselho de Administração anuncia o nome de José Rodrigues dos Santos para director de Informação da RTP.

**27 de Junho:** a SIC exhibe o seu sexto telefilme: *A Noiva*.

**30 de Junho:** arranque da SIC Gold.

**10 de Julho:** estreia, na SIC, a novela da Globo *Laços de Família*.

O Director-Geral da TVI anuncia, em conferência de imprensa, Teresa Guilherme como apresentadora de *Big Brother*.

**22 de Julho:** estreia, na SIC, *O Maior Cabaré do Mundo*, uma série de 13 programas sobre a magia do espectáculo de cabaret, gravado no Moulin Rouge e apresentado por Bárbara Guimarães.

**2 de Agosto:** a Alta Autoridade para a Comunicação Social considera ilegal a acumulação de cargos de Direcção de Antena e de director de Programas, por parte do presidente da RTP, João Carlos Silva.

**29 de Agosto:** termina *Médico de Família*, uma série que a SIC exibiu desde Janeiro de 1998.

**30 de Agosto:** a RTP transmite os seus noticiários da hora do almoço e da noite em directo de Timor-Leste.

**3 de Setembro:** ante-estreia, na TVI, do *Big Brother* que regista 42.4% de *share*.

**4 de Setembro:** acompanhando a estreia do *Big Brother*, a TVI renova-se graficamente e apresenta, a partir de hoje, uma nova informação diária às 13h00 e às 20h00. No acesso ao *prime time*, estreia *Tic Tac Milionário* e, ao serão, surge *Dinheiro à Vista*.

Estreia, na SIC, *A Febre do Dinheiro*. Nesse dia, esta estação relança o DOT.

**3 e 4 de Setembro:** a SIC exhibe, em horário nocturno, uma série de reportagens sobre a saúde, inseridas numa emissão especial intitulada *Isto é um Escândalo!*.

**11 de Setembro:** A Alta Autoridade para a Comunicação Social recusa pronunciar-se sobre a indigitação dos directores de Programas da RTP1 e RTP2, por considerar errado o modelo proposto para a área da programação do operador público. Este é o teor de uma deliberação aprovada por unanimidade e que é inédita na história daquele órgão.

**12 de Setembro:** a SIC exhibe o telefilme *Um Passeio no Parque*.

**15 de Setembro:** estreia, na SIC, *Sexappeal*, um programa apresentado por Elsa Raposo que mostra o que sabem/pensam os portugueses sobre sexo.

**18 de Setembro:** regresso à RTP1 de *Quem Quer Ser Milionário?*, apresentado pela jornalista Maria Elisa.

**3 de Outubro:** estreia, na RTP1, *O Conde de Abranhos*, série de ficção nacional.

**7 de Outubro:** estreia, na RTP1, a novela portuguesa *Ajuste de Contas*, emitida ao fim-de-semana.

**10 de Outubro:** a saída de um concorrente do *Big Brother* proporcionou à TVI o seu terceiro melhor *share* de sempre, depois dos dois jogos de futebol da final da Taça de Portugal.

**19 de Outubro:** um concorrente do *Big Brother* agride fisicamente uma colega com um pontapé. O caso é notícia de abertura dos noticiários da hora do almoço e da noite da TVI que reúnem, nesse dia, índices de audiência superiores ao costume. Pela segunda vez, a TVI é líder de audiências durante todo o dia. TVI = 40,7%, SIC = 36,7%, RTP = 17,2%.

**16 de Outubro:** os noticiários da RTP apresentam um novo cenário e uma nova imagem gráfica. O renovado *Telejornal* dá espaço a uma rubrica de informação económica, com as novidades da Bolsa da Lisboa.

**19 de Outubro:** estreia, na RTP1, *Histórias da Noite*, um programa de jornalismo policial.

**26 de Outubro:** a Alta Autoridade para a Comunicação Social recomenda à TVI que garanta nas emissões do programa *Big Brother* o respeito pela privacidade, “constituente da dignidade humana”.

**26 de Dezembro:** o *Big Brother* atinge o maior índice de audiências desde o início das emissões, a 3 de Setembro último: 30,2% de audiência média (cerca de 3 milhões de telespectadores), e 72,4% de *share* televisivo.

**30 de Dezembro:** termina a 1.<sup>a</sup> edição do *Big Brother*, dando à TVI um *share* de 75%.

8 de Janeiro: arranque das emissões do canal SIC Notícias.

20 de Janeiro: A TVI promove *O Anel de Marta* cujo *share* ultrapassa *Herman José* (SIC), emitido em sobreposição.

21 de Janeiro: não é transmitido o *Jornal da Noite*. Às 19h00, há a transmissão do Benfica-FC Porto; a seguir aparece *Acorrentados* com o director-geral da estação, Emídio Rangel, a acorrentar a apresentadora Filipa Garnel.

Estreia, na TVI, o *Big Brother 2*.

30 de Janeiro: o *Especial Informação* intitulado *Agonia*, uma reportagem sobre os esforços de um jovem para deixar a toxicod dependência, lidera audiências.

12 de Fevereiro: estreia, na SIC, *Noites Marcianas* cujo tema do primeiro programa é a pornografia em Portugal. Na TVI, o *Especial Informação* é dedicado ao erotismo.

24 de Fevereiro: aprovação em Conselhos de Ministros de um diploma que cria a *holding* Portugal Global para gerir a RTP, RDP e Lusa.

19 de Março: estreia, na SIC, a novela portuguesa *Ganância*, produzida pela NBP.

8 de Abril: estreia, na SIC, *Popstars*.

23 de Abril: arranque do canal SIC Radical.

13 de Maio: estreia, na SIC, o *reality show* *O Bar da TV*, produzido por Ediberto Lima, registando 28,9% de *share*.

15 de Maio: transmissão em directo da conversa da concorrente Margarida com os pais no *Bar da TV*, alegadamente sem autorização para tal por parte dos respectivos intervenientes.

20 de Maio: última emissão da 2.<sup>a</sup> edição do *Big Brother* que reuna 43,4% de *share*.

23 de Maio: a SIC *on-line* deixa a fase experimental e passa a funcionar em pleno.

30 de Maio: a TVI inaugura novas instalações no Porto.

O Conselho de Opinião da RTP critica o atraso e o irrealismo do Plano de Actividades e Orçamento da RTP para 2001 e a falta de objectivos na programação da estação, acusando ainda o Governo de não cumprir a promessa de sanear as contas da televisão pública.

19 de Junho: estreia, na RTP1, o *reality game* *O Crime Perfeito*.

8 de Julho: estreia, na RTP 1, *Planeta Azul*, uma série de 13 programas de informação dedicados a questões ecológicas e ambientais, surgindo na sequência de *Bombordo*.

12 de Agosto: o *Domingo Desportivo* passa a ter novo horário e novo formato. Com o início das emissões às 18h30, os telespectadores vêem os resumos dos jogos de domingo 30 minutos após o seu final.

**16 de Agosto:** Emídio Rangel assume o cargo de director-geral coordenador de conteúdos dos vários canais da SIC, deixando de ser director de Programação e de Informação.

**20 de Agosto:** estreia, na SIC, *Jerry Springer Show*.

**2 de Setembro:** começa, na TVI, o *BB3* e, no acesso ao horário nobre, estreia a novela *Anjo Selvagem*.

**3 de Setembro:** estreia, na SIC, o *reality show Confiança Cega*, registando um *share* de 24,5%.

Estreia, na RTP1, a novela portuguesa *A Senhora das Águas*, produzida pela NBP e, na TVI, a novela *Filha do Mar*, da mesma produtora. Neste dia, a TVI lidera as audiências, o que sucede pelo segundo dia consecutivo.

**6 de Setembro:** estreia, na RTP1, a *sitcom* portuguesa *Paraíso Filmes*.

**7 de Setembro:** estreia, na RTP1, a série de ficção portuguesa *Segredo de Justiça*.

Emídio Rangel rescinde o contrato que o vinculava à SIC e abandona a estação.

**9 de Setembro:** estreia, na RTP1, o *reality game* *O Sabotador*, seguido de *Danza Café*, um concurso que percorre o país e em que os casais inscritos exibem os seus talentos na área da dança.

**14 de Setembro:** José Rodrigues dos Santos demite-se do cargo de director de Informação na sequência de notícias que anunciam Emídio Rangel para director-geral da RTP.

**20 de Setembro:** Emídio Rangel assina com a RTP um contrato para director-geral da empresa de serviço público de televisão, assegurando que, sob a sua responsabilidade, “jamais a estação de serviço público avançará para programação que choque com a dignidade humana, que mexa com direitos de cidadania”.

**21 de Setembro:** a *Praça da Alegria* da RTP1 comemora 1 500 emissões.

**30 de Setembro:** estreia, na TVI, a novela *Nunca Digas Adeus*.

**2 de Outubro:** José Alberto Carvalho deixa a SIC e assina contrato com a RTP.

**3 de Outubro:** a Alta Autoridade para a Comunicação Social dá parecer negativo à nomeação de Emídio Rangel para director-geral da RTP (sete contra Rangel, dois a favor). Este parecer não é vinculativo.

**6 de Outubro:** estreia, na TVI, *Survivor*.

A SIC renova a sua imagem gráfica no dia em que comemora nove anos.

**11 de Outubro:** Margarida Marante sai da SIC.

**27 de Novembro:** o magazine cultural *Acontece* comemora a 1600.<sup>a</sup> edição com um programa especial em directo na RTP1.

**3 de Dezembro:** a telenovela portuguesa da RTP *Senhora das Águas* passa do pós-telejornal – onde estreou em Setembro – para as 18h45. *Regiões* passa das 19h30 para a hora de almoço, às 13h50, a seguir ao *Jornal da Tarde*.

1 de Janeiro: estreia, na RTP1, *Um Estranho em Casa*.

2 de Janeiro: estreia, na RTP1, a série *Sociedade Anónima*, com argumento de Jorge Paixão Costa e das Produções Fictícias.

7 de Janeiro: estreia, na SIC, a novela portuguesa *Fúria de Viver*, produzida pela Endemol.

8 de Janeiro: o *Jornal Nacional* (TVI) transmite uma reportagem sobre o 100.º episódio da novela *Filha do Mar*. Em finais de Fevereiro, a Alta Autoridade para a Comunicação Social considera que isso poderá ter violado o acordo de auto-regulação da programação televisiva, assinado em Setembro último pelos três operadores. Por isso, a AACCS pede a reunião da Comissão Arbitral, prevista no mesmo protocolo, mas que terá ainda que ser criada.

13 Janeiro: estreia, na TVI, *Domingo Fantástico*.

14 de Janeiro: *Crónica do Século* regressa à RTP1.

21 de Janeiro: estreia, na SIC, *Informação da Manhã*, apresentada pelo jornalista Bento Rodrigues.

22 de Janeiro: estreia, na SIC, a 3.ª edição de *Ficheiros Clínicos*, com apresentação da jornalista Cláudia Borges.

23 de Janeiro: a Media Capital compra 45% do grupo Nicolau Breyner Produções (NBP).

24 de Janeiro: estreia, na SIC, *Hora Extra*, apresentado pela jornalista Conceição Lino.

28 de Janeiro: o *Primeiro Jornal* (SIC) é emitido a partir de Évora. Levar o estúdio do noticiário da hora do almoço para o exterior na última semana de cada mês repetir-se-á nos meses seguintes.

A RTP renova o grafismo e a cenografia, apresentando uma nova estratégia para a informação. Estreia, no segmento da manhã, *Bom Dia Portugal*, apresentado pela jornalista Alberta Marques Fernandes.

9 de Fevereiro: estreia, na TVI, *A Ilha da Tentação*, apresentado por Carlos Ribeiro.

10 de Fevereiro: estreia, na RTP1, *Operación Triunfo* (versão espanhola), produzido pela Gestmusic.

13 de Fevereiro: estreia, na RTP1 em horário nobre, o formato de origem britânica *O Jogo da Espera*, apresentado por Júlia Pinheiro que transitou da SIC para a RTP.

27 de Fevereiro: o Conselho de Opinião da RTP considera que a RTP1 “tem uma programação que é o contrário do serviço público, representando uma tentativa de concorrência, no pior sentido, com os operadores privados”.

4 de Março: com a apresentação de Marisa Cruz e Herman José, estreia, na SIC, o *reality show* da Endemol *Masterplan*, antecedido de outra estreia: *As*

*Anedotas do Herman*, uma rubrica diária, com duração de um minuto. O *reality show* teve uma audiência de 9,7 %, metade do valor obtido por *Anjo Selvagem* (19,7%).

**7 de Março:** estreia, na RTP1, *Gregos e Troianos*, apresentando por Júlia Pinheiro – um *talk show* que se mantém em antena até 25 de Julho.

**16 de Março:** estreia, na SIC, *Super Sábado*, um programa de quatro horas produzido por Ediberto Lima que regressa, assim, àquela estação depois da polémica com o *Bar da TV*.

**7 de Abril:** em entrevista à Lusa, o presidente da Media Capital assume a “informação tablóide” da TVI e diz que o *target* do canal “são as donas de casa activas”, afirmando ainda haver “uma grande harmonia entre a informação da TVI, a sua ficção, o seu entretenimento”.

**22 de Abril:** a SIC Radical estreia o *Nutícias*, um programa inspirado numa ideia russa em que a *pivot* se vai despindo à medida que apresenta as notícias.

**5 de Maio:** regressa à RTP1 *O Planeta Azul*.

**9 de Maio:** o ministro da Presidência anuncia os nomes das novas administrações da Portugal Global, RTP e RDP. Para os lugares de João Carlos Silva (RTP), Brandão de Brito, José Manuel Nunes (RDP) e Conceição Leal (RTP) entram por essa via Almerindo Marques, Ponce Leão, Luís Marques e Armando Costa e Silva.

**10 de Maio:** o ministro Nuno Morais Sarmiento afirma, em entrevista ao programa *Grande Júri* (TSF), que a contratação de Emídio Rangel pela RTP, em Outubro de 2001, “já não fazia sentido”, sendo “uma aposta errada” que redundou numa “directão disléxica”.

**16 de Maio:** o Governo reage ao veto do Conselho de Opinião da RTP sobre a nomeação do Conselho de Administração, anunciando que vai mudar a Lei da Televisão.

**29 de Maio:** o ministro Morais Sarmiento anuncia, na Assembleia da República, a designação e a composição da Comissão Independente nomeada para propor um “modelo do novo serviço público de televisão”.

**31 de Maio:** o Presidente da República envia a Lei da Televisão ao Tribunal Constitucional para apreciação. O TC considerá-la-á inconstitucional.

**3 de Julho:** a proposta do Governo de alteração à Lei da Televisão volta a ser discutida no Parlamento, com um novo texto que é aprovado pela maioria PSD/CDS.

**17 de Julho:** a Assembleia-Geral da TVI aprova o Relatório de Contas de 2001 que apresenta um lucro de 9 559 858 euros, ou seja, quase dois milhões de contos.

**22 de Julho:** presidido por Almerindo Marques, o novo Conselho de Administração da RTP entra em funções, substituindo a equipa dirigida por João Carlos Silva.

**23 de Julho:** última gala de *Academia de Estrelas* da TVI.

**9 de Agosto:** a RTP compra a quota de 75% que a PT Multimédia detinha na NTV, passando a controlar a totalidade do capital do canal regional do Norte.

**29 de Agosto:** Emídio Rangel aceita uma rescisão amigável do contrato que o ligava à RTP.

**2 de Setembro:** Manuel Luís Goucha, que até então apresentava o programa da manhã da RTP, assina um contrato com a TVI para apresentar um programa semelhante nas manhãs daquele canal.

**5 de Setembro:** o realizador Luís Andrade é o novo director de Programas da RTP e o jornalista José Rodrigues dos Santos o novo director de Informação.

**8 de Setembro:** começa, na TVI, o *Big Brother dos Famosos*, atingindo o *share* de 49,2%.

**9 de Setembro:** começa, na TVI, o *Olá Portugal* apresentado por Manuel Luís Goucha. Na RTP, Jorge Gabriel passa a apresentar, em conjunto com Sónia Araújo, a *Praça da Alegria*.

**16 de Setembro:** estreia, na TVI, *Vidas Reais*.

**29 de Setembro:** estreia, na TVI, a novela *A Jóia de África*, gravada em Moçambique.

**30 de Setembro:** estreia, na SIC, a novela portuguesa *O Olhar da Serpente*, escrita por Felícia Cabrita e Francisco Nicholson e produzida pela NBP.

A RTC, empresa que geria o espaço publicitário da RTP, é extinta.

**4 de Outubro:** o programa de informação infanto-juvenil *Caderno Diário* termina por falta de jornalistas, depois de uma dúzia de anos na antena da RTP.

**6 de Outubro:** a SIC renova o grafismo, o genérico e os cenários da informação. Estreia o concurso *Mentes Brilhantes*, apresentado por Bárbara Guimarães.

**7 de Outubro:** a SIC abre, no período da manhã, um espaço dedicado ao público infantil com o programa *Iô-Iô*, com apresentação de Marisa Cruz.

**14 de Outubro:** estreia, na RTP1, *Prós e Contras* na RTP1, apresentado por Fátima Campos Ferreira, que vem substituir *Gregos e Troianos*.

Júlia Pinheiro transfere-se da RTP para a TVI.

**3 de Novembro:** estreia, na TVI, a novela *Amanhecer* e decorre a final de *Big Brother dos Famosos*. A SIC contrapõe um *Especial 75 Horas de Hipnotismo*, uma iniciativa organizada pelo *Herman SIC*.

**6 de Novembro:** o ministro Morais Sarmiento anuncia, no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2003, o aumento da taxa de radiodifusão de 10% a 15% e a transferência de 30% dessa facturação anual da RDP para a televisão pública.

**18 de Novembro:** a SIC acusa a produtora Endemol de “desrespeitar” o acordo que mantinha com a estação de Carnaxide, ao autorizar a participação de Gisela Serrano (participante do *Masterplan*) no *Big Brother dos Famosos*, transmitido na TVI.

**20 de Novembro:** sem poder concretizar o programa *A Casa da Gi* que seria apresentado por Gisela Serrano, a SIC apresenta, em conferência de imprensa, *O Meu Nome É Ágata*, um programa diário que resume o dia da cantora Ágata que será permanentemente acompanhada pelas câmaras da SIC.

**19 de Dezembro:** a RTP1 emite o *Natal dos Hospitais* um programa através do qual conseguirá liderar as audiências, o que de há quatro anos para cá só acontecera em dias de transmissão de importantes jogos de futebol.

## 2003

**6 de Janeiro:** estreia, na SIC, *Levanta-te e Ri*, uma emissão de *stand-up comedy* feita em directo num ambiente de clube nocturno.

Estreia, na TVI, a novela *Saber Amar*.

**10 de Janeiro:** estreia, na SIC, *Bombástico*, apresentado por José Carlos Soares que, antes da primeira emissão, entrega a sua Carteira Profissional de Jornalista.

*Vidas Reais*, que surge nos ecrãs da TVI a 16 de Setembro de 2002 em período de acesso ao *prime time*, passa para os serões de 6.<sup>a</sup> feira e de sábado.

**21 de Janeiro:** estreia, na SIC, *Escândalos e Boatos*, apresentado por Carlos Cruz e, posteriormente, por José Figueiras.

**24 de Janeiro:** ouvido pelo jornal *Diário de Notícias* a propósito das críticas feitas a um juiz no programa *Bombástico*, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça afirma que “é tempo de dizer basta”.

**25 de Janeiro:** estreia, na TVI, *Eu Confesso*, apresentado por Júlia Pinheiro.

**28 de Janeiro:** estreia, na SIC, *O Crime não Compensa*, produzido por Ediberto Lima e apresentado por José Figueiras.

O Conselho Superior de Magistratura (CSM) defende, em sessão extraordinária, a adopção de legislação que “consagre a indemnização punitiva nos casos de violação de direitos de personalidade cometida através da televisão”. Uma posição que vem no seguimento da polémica suscitada pelo programa *Bombástico*.

**1 de Fevereiro:** segundo a Marktest, a RTP conseguiu em Janeiro o melhor resultado desde que o *Big Brother* chegou à televisão portuguesa: 22,8% de *share*. A SIC e TVI têm um empate técnico: 30,7%.

**16 de Fevereiro:** estreia, na RTP, a versão portuguesa de *Operação Triunfo*, produzida pela *Gestmusic* e apresentada por Catarina Furtado.

**6 de Março:** estreia, na SIC, *Do Outro Mundo* que explora temas esotéricos.

**8 de Março:** começam as emissões do canal SIC Mulher.

**14 de Março:** a directora da SIC Notícias, Cândida Pinto, demite-se do cargo.

**15 de Março:** Ricardo Costa, subdirector da SIC, é o novo director da SIC Notícias.

**21 de Março:** segundo a Markttest, os dois canais da RTP conseguem, no seu conjunto, um *share* que não registavam desde meados dos anos 90. A RTP1 regista 23.8% de *share*, mais uma décima que a SIC (23,7%), e o Canal 2 obtém 13.3%. Apesar disso, a TVI ganha o dia com 27,6%.

**29 de Março:** estreia, na SIC, *Sono da Verdade*, um programa que experimenta a hipnose com os convidados.

**1 de Abril:** segundo a Markttest, a RTP1 conseguiu em Março o seu melhor mês nas audiências desde meados de 2000. Por seu lado, a SIC não via um resultado tão baixo desde 1994: perdeu oito décimas, registando 29,2% de *share*, ficando a escassas cinco décimas da TVI (29,7%) que, por sua vez, também desceu 1,6 pontos em Março.

**6 de Abril:** estreia, na TVI, a séria *Ana e os 7*, um formato comprada à RTVE.

**15 de Abril:** estreia, na RTP1, o primeiro dos cinco episódios de *Gente Feliz com Lágrimas*, a adaptação televisiva do romance homónimo de João de Melo.

**1 de Maio:** Maria São José assume funções de directora-adjunta de Programas da RTP e subdirectora de Produção Nacional.

**5 de Maio:** estreia, na RTP, *Passo a Palavra*, um concurso resultante de um formato inglês feito em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia.

**11 de Maio:** estreia, na TVI, o formato da produtora holandesa *Eyeworks Quem é Mais Inteligente?*, apresentado por Teresa Guilherme e pelo jornalista Júlio Magalhães.

**20 de Maio:** o Governo aprova o projecto de Lei da Televisão que prevê que as receitas da publicidade da RTP se destinem a financiar a dívida e a novos investimentos, não podendo ser canalizadas para a exploração corrente, assegurada pelas verbas transferidas do Orçamento do Estado e pela remanescente da taxa de radiodifusão, designada “Contribuição para o Audiovisual”.

**16 de Junho:** estreia, na TVI, os programas *Jogar para Ganhar* e *Quem quer Ganha*, dois novos concursos, produzidos pela Endemol, que vão preencher as manhãs e as tardes da TVI, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira.

**26 de Junho:** a Assembleia da República aprova, com os votos da maioria PSD/PP, os diplomas que alteram a Lei da Televisão, reestruturam o sector do audiovisual e avançam com novas regras de financiamento do serviço público de radiodifusão e de TV.

**15 de Julho:** a Assembleia da República aprova, com os votos da maioria PSD/PP, os diplomas relativos à remodelação do sector audiovisual do Estado e ao financiamento dos serviços públicos de comunicação social e o projecto de lei do CDS-PP sobre a classificação de programas televisivos.

**22 de Julho:** estreia, na SIC, *A Culpa é do Macaco*, apresentado por João Baião.

**4 de Agosto:** estreia, na TVI, a novela portuguesa *O Teu Olhar* que substitui *Amanhecer*.

**6 de Agosto:** o jornal *Público* noticia que o programa *Acontece*, editado e apresentado há quase 10 anos por Carlos Pinto Coelho, não vai regressar aos ecrãs da RTP2. “Não haverá mais ‘Acontece’. O ‘Acontece’ morreu”. Esta é a afirmação feita pelo jornalista àquele diário, após encontros com a Administração da RTP.

**12 de Agosto:** o jornal *Público* noticia que José Sócrates, deputado do PS, abandona os comentários políticos que fazia no *Telejornal* (RTP1) aos domingos à noite. A proposta da TV estatal foi apressada pela saída para a SIC, confirmada neste fim-de-semana, de Pedro Santana Lopes, presidente da Câmara Municipal de Lisboa eleito pelo PSD.

**21 de Agosto:** assinatura de um protocolo entre operadores públicos e privados, sob a coordenação do Governo, que estabelece, entre outras normas, a redução de publicidade na RTP para seis minutos e meio por hora a partir do próximo dia 1 de Setembro. Os operadores privados têm, por seu lado, três meses para começarem a emitir os programas a que se comprometeram.

**22 de Agosto:** publicação da nova Lei de Televisão (Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto).

**31 de Agosto:** estreia, na TVI, mais uma edição do *Big Brother*.

**1 de Setembro:** estreia, na TVI, a novela portuguesa *Morangos com Açúcar*, colocada no horário do final da tarde, que se assemelha às brasileiras *New Wave* ou *Malhação*.

**5 de Setembro:** estreia, na SIC, mais uma edição de *Ídolos*.

**11 de Setembro:** estreia, na SIC, *Esquadrão G*. Cinco homossexuais assumidos ajudam os homens portugueses a melhorar a imagem.

**16 de Setembro:** estreia, na SIC, *Senhora Dona Lady*. Onze homens presos numa casa onde terão de enfrentar todas as adversidades da vida feminina. Apresentado por Herman José e Sílvia Alberto.

**22 de Setembro:** o Estado e a RTP assinam um novo Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão.

**26 de Setembro:** Francisco Penim é o novo director de Programas da SIC, sucedendo a Manuel Fonseca que nesse dia rescinde o contrato com a SIC.

**28 de Setembro:** estreia, na RTP 1, a segunda edição da *Operação Triunfo*.

**1 de Outubro:** substituindo as produtoras Fo&Co e Edipim, entra em funcionamento a RTP Meios e Produção.

**7 de Outubro:** o programa das manhãs da RTP1 *Praça da Alegria* assinala duas mil emissões e celebra a data com uma gala em directo, à noite, a partir da praça D. João I, dedicada à cidade do Porto.

**22 de Outubro:** ressurge, na SIC, a *Grande Reportagem*, com um tempo de permanência em antena efémero. Desaparece como programa autónomo a 19 de Novembro, passando a integrar o *Jornal da Noite*.

27 de Outubro: estreia, na TVI, *Diário da Manhã*, um magazine que vai para o ar das 7h30 às 10h00, apresentado pelos subdirectores de Programação e de Informação, Júlia Pinheiro e Henrique Garcia, respectivamente.

29 de Outubro: estreia, na SIC, *País em Directo* que alterna com *Grande Reportagem*. Termina a 10 de Dezembro.

1 de Novembro: o canal SIC Notícias começa a ser visto em Angola. A Lisboa TV, proprietária do canal e detida pela Impresa, celebra um acordo para distribuição da SIC Notícias com o maior operador de televisão por satélite em África, a Multichoice.

24 de Novembro: a RTP Internacional inicia a transmissão de programas cedidos pelos operadores de televisão privados. A utilização destes conteúdos decorre de um protocolo assinado em Agosto entre a RTP, a SIC e a TVI.

12 de Dezembro: o jornal *Público* noticia que a RTP vai chegar ao fim deste ano com receitas de publicidade 20,5% superiores às de 2002, apesar da recente redução do limite máximo para seis minutos por hora. As receitas de 2003 ascendem a 47 milhões de euros, quando no ano anterior tinham sido de 39 milhões.

## 2004

1 de Janeiro: a SIC manteve em 2003 a liderança das audiências televisivas, tendo-se distanciado do segundo canal mais visto, a TVI. A RTP1 foi o único canal aberto que ganhou *share* (mais 2,7 pontos percentuais).

2 de Janeiro: o Conselho de Administração da RTP nomeia Manuel Falcão para director do canal A Dois.

5 de Janeiro: início das emissões d' A Dois, o canal que substitui a RTP 2.

12 de Janeiro: a RTP África inicia a transmissão de programas cedidos pela SIC e TVI, no âmbito de um protocolo assinado entre a estação pública e os operadores privados em Agosto de 2003.

14 de Janeiro: o jornal *Público* noticia que as produções portuguesas *Olhos de Água* e *Olá Pai*, criadas pela NBP e emitidas na TVI, vão estreiar na próxima semana no canal brasileiro Bandeirantes.

17 de Janeiro: os comentários semanais de Pacheco Pereira passam, a partir de hoje, a estar inseridos na edição de sábado do *Jornal da Noite* (SIC).

18 de Janeiro: o *Jornal da Noite* (SIC) passa a incluir, ao domingo, um espaço regular de grande-reportagem feito em colaboração com a revista *Visão*.

27 de Janeiro: o social-democrata Pedro Santana Lopes e o socialista António Costa estreiam-se hoje no *Jornal da Noite* (SIC) com espaço de comentário.

16 de Fevereiro: estreia, na RTP1, o concurso *Um contra Todos*, em substituição de *Quem Quer Ser Milionário?*.

A RTP1 inicia a sua “campanha oficial” para o Campeonato Europeu de Futebol 2004 que se realiza em Portugal, ao qual deverá dedicar, até Julho, entre 400 a 500 horas de emissão. O pontapé de saída da televisão pública é dado com a rubrica “A Caminho do Euro”, logo a seguir ao *Telejornal*.

**12 de Março:** estreia, na TVI, a 2.ª série de *Ana e os 7*, produzida pela NBP.

**13 de Março:** o jornal *Público* noticia que a RTP vendeu o edifício da Avenida 5 de Outubro, em Lisboa, por 35 milhões de euros.

**14 de Março:** estreia, na TVI, *O Inspector Max*, da autoria de Virgílio Castelo e das Produções Fictícias, uma espécie de “Rex, o cão polícia”, transmitido pela SIC.

**25 de Março:** o Conselho de Administração da RTP anuncia, em conferência de imprensa, que a empresa diminuiu em 2003 as suas perdas líquidas em 85,8%, passando dos anteriores 228,3 milhões de euros de prejuízo para 32,4 milhões de euros.

**29 de Março:** a novela *Morangos com Açúcar*, da produtora portuguesa NBP e emitida na TVI, estreia na Rede Bandeirantes de Televisão, no Brasil.

**31 de Março:** inauguração das novas instalações da RTP/RDP em Cabo Ruivo e estreia de uma nova imagem gráfica, concebida pela Brandia, que pretende articular entre si a totalidade dos canais da RTP, e que tem o azul como cor predominante. Inaugura-se igualmente um novo estúdio para a informação.

**17 de Maio:** o director-geral da TVI anuncia, em conferência de imprensa, que a estação vai mobilizar mais de 250 dos seus cerca de 400 profissionais para a cobertura do Europeu de Futebol 2004 e assegura a colaboração do treinador José Mourinho para o painel de comentadores desse Campeonato.

**28 de Maio:** a SIC é a Televisão Oficial do *Rock in Rio Lisboa*, que começa hoje. O sinal de televisão gerado pela SIC vai possibilitar o acompanhamento do *Rock in Rio Lisboa* em mais de 70 países.

**1 de Junho:** a NTV passa a chamar-se RTPN com uma nova grelha e nova imagem.

Segundo dados da Marktest, o *Telejornal* da RTP1 manteve em Maio, pelo segundo mês consecutivo, a liderança dos jornais de horário nobre dos canais generalistas, situação que não se verificava desde Julho-Agosto de 1995.

**1 de Julho:** a RTP1 ultrapassou em Junho o *share* mensal da TVI, o que não sucedia desde Setembro de 2000, quando a TVI mudou de imagem e introduziu o *Big Brother*.

**5 de Julho:** a SIC Internacional inaugura a sua emissão no Brasil, ficando disponível em duas operadoras, a Net e a Sky, que constituem a empresa Net Brasil.

**1 de Agosto:** termina, na TVI, *Fear Factor*, sem nunca ter atingido audiências expressivas.

**7 de Agosto:** estreia, na SIC, *MegaCiência*.

**16 de Agosto:** o jornal *Correio da Manhã* noticia que o vencedor da 1.ª edição do *Big Brother* tentou suicidar-se na madrugada de sábado para domingo.

19 de Agosto: a TVI e a Sport TV assinam um acordo que garante ao canal de sinal aberto os direitos de transmissão de um jogo por jornada da Superliga de Futebol, durante as próximas duas épocas.

13 de Setembro: a TVI introduz alterações ao seu modelo informativo: *Diário da Manhã* regressa com caras novas (Rui Baptista e Leonor Poeiras) e notícias “cor-de-rosa”; o noticiário da tarde passa a ser apresentado por Henrique Garcia. Estreia também *Você está na TV*, apresentado por Manuel Luís Goucha e Cristina Ferreira. À tarde, Calos Ribeiro apresenta um novo concurso: *Levem Tudo Menos a Casa*.

14 de Setembro: a RTP1 estreia, em horário nobre, a série de documentário *Portugal, um Retrato Ambiental*, da autoria da investigadora Luísa Schmidt e realizada por Francisco Manso.

24 de Setembro: estreia, no horário nobre da RTP1, a série de ficção histórica *A Ferreirinha*, da autoria de Moita Flores.

25 de Setembro: estreia, na RTP1, a série nacional *O Segredo*, gravada em Porto Alegre.

26 de Setembro: o *Jornal da Noite* de domingo da SIC transfere o respectivo cenário para o palco dos acontecimentos do dia, uma experiência que durou pouco mais de um mês.

3 de Outubro: último comentário de Marcelo Rebelo de Sousa no *Jornal Nacional* da TVI. Nessa edição, o Professor pronunciou-se sobre a ponte do dia 4 de Outubro, afirmando que “isso é pior do que o pior do Governo de Guterres”.

4 de Outubro: arrancam as emissões do canal RTP Memória.

Estreia, na TVI, *Quinta das Celebridades*, um *reality show* apresentado por Júlia Pinheiro, coadjuvada ao domingo pelo actor José Pedro Vasconcelos e à semana por um burro chamado Pavarotti.

7 de Outubro: o jornal *Público* noticia a entrada no grupo português Media Capital do RTL Group que lidera a emissão comercial na Europa, com interesses em 26 canais de televisão e 24 estações de rádios em nove países.

16 de Outubro: regressa, à RTP1, o concurso *1,2,3*, apresentado por Teresa Guilherme. Estreou em Portugal em 1984, e teve novas edições em 1990 e em 1997.

O *Expresso* noticia que o “Governo admite mexer na direcção da RTP”, citando fonte oficial não-identificada.

18 de Outubro: a SIC Comédia inicia as suas emissões. Trata-se de um canal do cabo que substitui a SIC Gold que estava no ar há quatro anos e foi o primeiro canal lançado pela SIC na rede do Cabo.

3 de Novembro: Marcelo Rebelo de Sousa anuncia o abandono dos comentários do *Jornal Nacional* de domingo na TVI.

16 de Novembro: José Rodrigues dos Santos e a sua equipa demitem-se da direcção de Informação da RTP na sequência de uma divergência com o Conselho de Administração da TV pública no concurso para a nomeação de um correspondente em Madrid.

**17 de Novembro:** a administração da RTP pede à Alta Autoridade para a Comunicação Social o parecer sobre a nomeação dos jornalistas Luís Marinho para director de Informação e José Alberto Carvalho para director-adjunto.

**6 de Dezembro:** o *Jornal Nacional* (TVI) é, a partir de hoje, emitido num cenário renovado e com um grafismo reformulado.

**9 de Dezembro:** Carlos Daniel e Miguel Barroso são os nomes propostos para subdirectores da direcção de Informação da RTP, juntamente com José Manuel Portugal, que será responsável pela informação não-diária e regional.

## 2005

**18 de Janeiro:** *SIC 10 Horas* estreia “Bate Boca”, um espaço para debate político com a deputada Odete Santos e o empresário Manuel Serrão.

**28 de Janeiro:** estreia, na SIC, a série *Até Amanhã, Camaradas*, de Manuel Tiago, pseudónimo de Álvaro Cunhal, produzido por Tino Navarro.

**31 de Janeiro:** Luís Andrade anuncia demissão do cargo de director de Programas da RTP, cargo que exercia desde Setembro de 2002, justificando a sua saída com a respectiva passagem à reforma. Para o seu lugar, é nomeado o director-adjunto de Programas, Nuno Santos.

**4 de Fevereiro:** Marcelo Rebelo de Sousa assina um contrato de colaboração com a RTP como comentador político.

**6 de Fevereiro:** a SIC inicia uma cobertura multimédia da campanha eleitoral para as eleições legislativas (televoto, alertas por SMS...).

**11 de Fevereiro:** estreia, na SIC, *Inimigo Público*, uma adaptação para televisão do suplemento do jornal *Público*.

**20 de Fevereiro:** eleições legislativas (depois das eleições o ministro que tutela o audiovisual é Augusto Santos Silva).

**27 de Fevereiro:** estreia, na RTP1, *As Escolhas de Marcelo*.

**8 de Março:** estreia, no horário nobre da RTP1, *Centro de Saúde*, uma série de 13 episódios apresentados pela jornalista Cláudia Borges.

**11 de Março:** a Impresa anuncia que passa a controlar 100% da SIC, depois de comprar 49% das acções a vários accionistas.

**20 de Março:** estreia, na TVI, a segunda edição da *Quinta das Celebridades*.

**3 de Abril:** estreia, na TVI, *Ninguém como Tu*, uma novela que aborda temas como a cleptomania, a homossexualidade e a importância da beleza.

**18, 19 e 20 de Abril:** greve na RTP e na RDP, exigindo um Acordo Colectivo de Trabalho mais justo.

**11 de Maio:** RTP e Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia assinam um protocolo que prevê a atribuição pela RTP de 1,5 milhões de euros por ano à ficção cinematográfica.

**30 de Maio:** estreia, na RTP1, *Notas Soltas*, um espaço de comentário a cargo de António Vitorino, do PS.

**16 de Junho:** no *Telejornal* da RTP pede-se desculpas aos telespectadores por se terem mostrado, dois dias antes, numa reportagem sobre a pedofilia, imagens de menores que podiam ser identificados.

**21 de Junho:** o director de Informação da RTP é ouvido na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias onde se discutiram a oportunidade e o método de contratação de António Vitorino, dirigente do PS para ocupar o espaço de comentário intitulado *Notas Soltas*. Luís Marinho garantiu que a RTP pretende alargar esses espaços de comentário a outras personalidades.

**25 de Junho:** estreia, na RTP1, *Noites de Verão*, um programa que percorre várias cidades do país, apresentado por Pedro Miguel Ramos e Merche Romero.

**26 de Setembro:** Francisco Penim é o novo director de programas da SIC, sucedendo a Manuel Fonseca, que não resistiu ao fracasso das audiências provocado pelas suas opções de programação.

**30 de Setembro:** Manuel Falcão, director d' A Dois:, comunica à administração a sua intenção de sair. Será substituído por Jorge Wemans.

**28 de Outubro:** SIC apresenta “novas estrelas” para o horário nobre: Bárbara Guimarães, Rui Unas, Ricardo Pereira, Soraia Chaves, Bruno Nogueira.

**2 de Novembro:** entrevista na TVI com o candidato à Presidência da República Mário Soares. A SIC entrevista Shakira que vence as audiências.

**3 de Novembro:** a RTP1 ultrapassa a SIC em Outubro com uma quota de audiência de 24,7% contra 24,4% da SIC. A liderança da TVI saiu reforçada do balanço mensal com uma quota de 32% face a 31,4% em Setembro. Desde Abril de 1995 que a RTP não superava as audiências mensais da SIC.

**8 de Novembro:** o grupo espanhol Prisa torna-se o maior accionista da Media Capital, proprietária da TVI. A Prisa adquire 33% do capital da Media Capital. O acordo tinha sido assinado em Julho.

**11 de Novembro:** Fátima Lopes conduz pela última vez *SIC 10 Horas*.

**20 de Novembro:** *Herman SIC* deixa de ter a bolinha vermelha com a indicação de se tratar de um programa para públicos adultos, dirigindo-se a partir daqui a toda a família.

**24 de Novembro:** estreia, na SIC, *Fátima* que substitui *SIC 10 Horas*, mantendo-se a mesma apresentadora: Fátima Lopes.

**25 de Novembro:** grupo RTL reforça a sua participação na TVI com a compra de acções à Fidelity Investments, passando para 32,2%. A Prisa detém 33% da Media Capital.

**2 de Dezembro:** termina, na SIC, *Às Duas por Três*.

**16 de Dezembro:** Manuela Moura Guedes despede-se da apresentação do *Jornal Nacional*.



## **Anexo 1: Categorias de análise**

### ***Quem fala nos plateaux informativos?***

#### **Convidados portugueses:**

Políticos<sup>1</sup>;  
Cargos/Responsáveis por Instituições;  
Sindicalistas/Representantes de Associações;  
Professores/Investigadores;  
Juristas/Magistrados;  
Jornalistas/Analistas;  
Economistas/Empresários;  
Médicos/Psicólogos;  
Militares/Forças Policiais/Protecção Civil;  
Religiosos;  
Técnicos;  
Profissionais do sector produtivo/industrial;  
Desportistas;  
Actores das Indústrias Culturais;  
*Jet 7*;  
Cidadão Comum;  
Crianças/Jovens/Estudantes;  
Outros.

#### **Convidados estrangeiros**

<sup>1</sup> Esta categoria será subdividida em governantes, políticos PSD, políticos PS, políticos PCP, políticos PP, autarcas/candidatos a autarcas e políticos outros. Nos quadros, aparecerá apenas a categoria *políticos*, mas o nosso texto dará conta das especificidades.

## ***Do que se fala nos plateaux informativos?***

**Política:** tudo o que envolve a acção dos políticos.

**Política de Estado:** assuntos que envolvem o Governo, a Presidência da República ou a Assembleia da República.

**Política partidária:** actividade dos partidos políticos.

**Política local:** tudo o que se relaciona com as autarquias.

**Política Internacional:** assuntos relativos aos Governos/partidos políticos estrangeiros.

**História Política:** memória/passado que envolve (factos) políticos.

**Áreas Estruturais:** áreas em que assenta ou que fomenta a vida social.

**Questões Internacionais:** o que se passa no estrangeiro para lá da actuação dos Governos.

**Macroeconomia:** situação económica/financeira do país, decisões/conjuntura de grupos económicos inserem-se aqui.

**Agricultura/Indústria:** tudo o diz respeito aos sectores agrícola e industrial.

**Questões regionais:** questões intrínsecas a uma determinada região.

**Educação:** integra-se aqui tudo o que respeita qualquer grau de ensino.

**Saúde:** o que corre bem e o que corre mal no sistema de saúde, as doenças e os tratamentos.

**Justiça:** situações que envolvem a actuação dos tribunais.

**Religião/Crenças:** as manifestações de qualquer credo religioso ou que reflectem crenças de qualquer origem.

**Manifestações Culturais:** as artes, o património, a literatura, o cinema, a música... situam-se a este nível.

**Ciência e Inovação:** conhecimento científico e novas descobertas são os vectores estruturantes desta categoria.

**Ambiente:** o espaço que habitamos, a sua preservação, os atentados ao seu equilíbrio são tópicos a integrar aqui.

**Media:** assuntos respeitantes à conjuntura e ao funcionamento dos meios de comunicação social.

**Vida em Sociedade:** tópicos relacionados com a vida enquanto dinâmica colectiva.

**Microeconomia:** o deve-haver da contabilidade diária dos portugueses.

**Trabalho/Sindicatos:** assuntos ligados ao mercado laboral ou relacionados com estruturas sindicais/associativas.

**Casos de Polícia:** assuntos que envolvem forças policiais ou que reivindicam a sua presença.

**Problemas Sociais:** o lado negativo da vida social: pobreza, fome, racismo...

**Solidariedade:** iniciativas que visam ajudar terceiros.

**Emigração/Imigração:** a vida dos portugueses que partem para outro país ou daqueles que chegam do estrangeiro.

**Imagens de Portugal:** o que pensamos do nosso país e o que os outros pensam de nós, como nos vemos e nos vêem...

**Turismo/Gastronomia:** o que temos para dar aos turistas: o património natural e cultural, incluindo a gastronomia.

**Lazer:** os passatempos, as férias... o que se faz para descontrair nos nossos tempos livres.

**Desporto:** tudo o que tem uma relação intrínseca com qualquer modalidade desportiva.

**Desenvolvimento e bem-estar pessoais:** temáticas intrínsecas à vida individual.

**Infância e Juventude:** questões intrínsecas à vida dos mais novos.

**Sexualidade/Vida de casal:** situações relacionadas com a vida entre duas pessoas, incluindo o relacionamento sexual.

**(Des)equilíbrio pessoal:** problemas que provocam uma ruptura ou que ajudam a uma vida equilibrada.

**Terceira Idade:** tudo o que diz respeito à vida dos mais velhos.

**Questões de Género:** problemáticas que afectam o homem ou a mulher enquanto género.

**Moda/Beleza:** a moda em qualquer sector e os cuidados com o nosso corpo.

**Histórias de Vida:** percursos singulares/individuais

**Outros**



2. Cenas televisivas diversificadas	85
2.1 – O PAP em 1996	85
2.2 – A programação dos canais generalistas: “A SIC é líder sem transmitir futebol”	88
2.2.1 – RTP: uma clonagem à oferta televisiva da SIC	88
2.2.2 – SIC: uma estação popular com um <i>late night</i> para elites	90
2.2.3 – TVI: um canal à deriva	92
2.3 – Programas de informação: quem fala do quê nos <i>plateaux</i> televisivos	94
2.3.1 – Debates que reproduzem e debates que contestam a lógica (política) dominante	94
2.3.2 – A crescente visibilidade das questões sociais nos debates televisivos	100
2.3.3 – Uma informação de contra-poder e de minorias no horário tardio da SIC	106
2.4 – Algumas tendências da informação semanal emitida em 1996	108
2.5 – 1997: As lógicas de mercado que a SIC impõe	111
3. Entre os discursos dos especialistas e os testemunhos dos “profanos”	119
3.1 – O PAP em 1998	119
3.2 – A programação dos canais generalistas: “[na SIC] temos o poder da influência”	122
3.2.1 – RTP: a crise do serviço público de televisão	122
3.2.2 – SIC: uma grelha (cada vez mais) de entretenimento	124
3.2.3 – TVI: a expectativa de estabilidade	127
3.3 – Programas de informação: quem fala do quê nos <i>plateaux</i> televisivos	128
3.3.1 – A abertura dos debates aos especialistas e aos “profanos”	128
3.3.2 – A fugaz visibilidade dos políticos e daqueles que não se constituem como notícia	135
3.3.3 – A introdução no espaço televisivo de uma medicina que resolve doenças graves	137
3.4 – Algumas tendências da informação semanal emitida em 1998	139
3.5 – 1999/2000: A crescente visibilidade (do <i>infotainment</i> ) da TVI	142
4. O triunfo do entretenimento	151
4.1 – O PAP em 2001	151
4.2 – A programação dos canais generalistas: uma “locomotiva” chamada <i>Big Brother</i>	152
4.2.1 – RTP: à procura de uma identidade e de um equilíbrio financeiro	152
4.2.2 – SIC: uma programação-clone da TVI	153
4.2.3 – TVI: o triunfo da produção nacional	156
4.3 – Programas de informação: quem fala do quê nos <i>plateaux</i> televisivos	159
4.3.1 – Uma esfera pública televisiva que se esvazia de debate	159

# Índice

Agradecimentos	7
Prefácio: A televisão como objecto pensável	9
Que TV temos?	13
<b>Capítulo 1 – Caminhos para o estudo da informação semanal da TV generalista</b>	<b>17</b>
1. Porquê estudar a informação televisiva?	19
2. Como chegar ao objecto de análise?	23
3. A imprensa ajudará a redescobrir a televisão?	27
4. Que metodologias e técnicas adoptar para o estudo da TV?	31
5. Que espaço social configuram os <i>plateaux</i> informativos?	35
<b>Capítulo 2 – O espaço público que a informação semanal desenha</b>	<b>39</b>
1. No centro de um espaço televisivo político	41
1.1 – O Panorama Audiovisual Português (PAP) em 1993	41
1.2 – A programação dos canais generalistas: “A RTP1 marca a cadência do audiovisual”	43
1.2.1 – RTP: um serviço público como sinónimo de <i>TV popular</i>	43
1.2.2 – SIC: o confronto com o Canal 1	45
1.2.3 – TVI: a influência das instituições religiosas	47
1.3 – Programas de informação: quem fala do quê nos <i>plateaux</i> televisivos	50
1.3.1 – Uma informação estruturada e estruturante em relação ao espaço público	50
1.3.2 – A ocupação do espaço televisivo pelas elites (políticas e profissionais)	61
1.3.3 – As margens sociais que os <i>talk shows</i> escutam	67
1.4 – Algumas tendências da informação semanal emitida em 1993	71
1.5 – 1994/5: A ascensão da SIC à liderança das audiências	74

4.4 – Algumas tendências da informação semanal emitida em 2001	160
4.5 – 2002: A consolidação de audiências da TVI	163
5. Entre a (re)politização e a espectacularização do espaço público mediatizado	167
5.1 – O PAP em 2003	167
5.2 – A programação dos canais generalistas: “A TVI marca o ritmo”	169
5.2.1 – RTP: uma alternativa aos canais privados	169
5.2.2 – SIC: uma oferta que se desenha a partir do interesse do público	171
5.2.3 – TVI: uma grelha que avança (mais) em direcção ao espaço privado	173
5.3 – Programas de informação: quem fala do quê nos <i>plateaux</i> televisivos	175
5.3.1 – A revitalização dos políticos no espaço público que a RTP1 promove	175
5.3.2 – Um espaço social televisivo que a SIC constrói à margem dos políticos	180
5.3.3 – O espectáculo televisivo (ilusoriamente) reparador de injustiças sociais	183
5.4 – Algumas tendências da informação semanal em 2003	188
5.5 – 2004-2005: o renascimento do serviço público de televisão	190
Capítulo 3 – A curva descendente das audiências da informação semanal	199
1. 1993 – Quando a informação rentabiliza audiências	203
1.1 – O domínio do Canal 1 da RTP	205
1.1.1 – O confronto dos debates televisivos na mesma franja horária	205
1.1.2 – A procura de audiências pela diversidade de formatos e pela diferenciação horária	207
1.2 – Um público que se interessa por temáticas nacionais diversas	208
2. 1996 – A implantação de programas de reportagem e de casos de polícia junto das audiências	211
2.1 – Uma informação diversificada em horários alternativos	213
2.1.1 – Confronto nos debates e alternativa na restante programação	213
2.1.2 – A adopção de segmentos tardios para programas informativos	216
2.2 – A crescente importância dos assuntos sociais	216
3. 1998 – O sucesso de uma informação médica pela positiva	221
3.1 – Entre os debates e a informação temática	222
3.1.1 – A concorrência de programas conduzidos por jornalistas rivais	222
3.1.2 – Formatos informativos que inesperadamente entram/saem da grelha de programação	224
3.2 – A valorização do campo da saúde	226

4. 2001 – O desaparecimento da informação semanal dos canais privados	229
5. 2003 – Apostas numa informação que não reúne audiências	231
5.1 – A (in)eficácia das linhas editoriais para a informação semanal	233
5.1.1 – Uma audiência dividida entre a política e casos sociais	233
5.1.2 – A ascensão e queda de programas de <i>infotainment</i>	234
6. Do (des)interesse das audiências pela informação televisiva	237
<b>Capítulo 4 – A informação semanal nos primeiros dez anos da TV privada em Portugal: um prisma da sociedade contemporânea</b>	241
1. Um espaço público televisivo apertado numa reduzida paleta de tópicos	245
1.1 – Uma programação informativa que progride por ciclos temáticos	246
1.2 – Ágoras mediáticas monotemáticas	251
2. O domínio das elites políticas e profissionais no masculino	261
2.1 – O reflexo das elites políticas nas elites políticas mediáticas	262
2.2 – A era dos “engenheiros do social”	268
2.3 – A desvalorização do “discurso profano”	274
2.4 – Homens públicos, mulheres privadas	282
3. Uma TV enquanto instituição comercial	287
4. A ascensão e queda de uma elite jornalística	301
5. Mudanças no jornalismo televisivo feito ao ritmo semanal	309
6. Uma oportunidade perdida para fomentar um espaço público televisivo dinâmico, diversificado, acessível e próximo do quotidiano	317
<b>Epílogo</b>	323
<b>Bibliografia</b>	327
<b>Cronologias</b>	335
<b>Anexo 1: Categorias de análise</b>	369

## A TV das Elites

Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas (1993-2005)

Felisbela Lopes

Uma televisão de todos e para todos está longe de ser uma realidade, quando a nossa referência é a informação semanal da RTP1, da SIC e da TVI. Olhando os *plateaux* informativos, não se descobrirá o retrato do país que somos. Antes se vê aí desenhado um mapa social que salienta as elites que a TV absorve e reforça. Torna-se, assim, difícil encarar o pequeno ecrã como "espelho do quotidiano".

Este livro centra-se na programação informativa emitida nos canais generalistas portugueses entre 1993 e 2005. Nesse período, promoveu-se preferencialmente uma discussão política que incluiu sobretudo as elites políticas, as mais bem treinadas na arte de colocar o poder em cena, as mais capazes para representar uma dramaturgia democrática, as mais habituadas a conciliar um discurso persuasivo com as exigências mediáticas. Se quem fala na TV são as elites, elas perpetuam-se no poder de acordo com a capacidade de circulação no espaço público televisivo.

Nem todos podem participar em programas de informação televisiva. Quem é incapaz de adaptar o seu discurso aos códigos televisivos não pode falar em televisão; quem é desconhecido da opinião pública está também excluído, a menos que protagonize um acontecimento de grande amplitude; quem não pertence a instituições centrais onde se exerce o poder político tem igualmente poucas hipóteses de ser convidado. Foi isso que aconteceu entre 1993 e 2005. Consequentemente, construiu-se no espaço televisivo uma enorme espiral de silêncio que se foi avolumando ao longo dos anos.

ISBN 978-989-625-187-1



9 789896 251871

[www.campo-letras.pt](http://www.campo-letras.pt)